

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

ANA PAULA NEVES LOPES

**CONSTRUINDO O (IM)PROVÁVEL: A RESSIGNIFICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS
E DOS PROJETOS DE VIDA DE JOVENS EGRESSOS DO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO DO CEARÁ**

PORTO ALEGRE

2022

ANA PAULA NEVES LOPES

CONSTRUINDO O (IM)PROVÁVEL: A RESSIGNIFICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS E
DOS PROJETOS DE VIDA DE JOVENS EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
DO CEARÁ

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto.

PORTO ALEGRE

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Lopes, Ana Paula Neves
Construindo o (im)provável: a ressignificação das trajetórias e dos projetos de vida de jovens egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará / Ana Paula Neves Lopes. -- 2022.
346 f.
Orientadora: Rochele Fellini Fachinetto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Egressos do Sistema Socioeducativo. 2. Trajetórias de vida. 3. Projetos de vida. I. Fachinetto, Rochele Fellini, orient. II. Título.

ANA PAULA NEVES LOPES

CONSTRUINDO O (IM)PROVÁVEL: A RESSIGNIFICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS E
DOS PROJETOS DE VIDA DE JOVENS EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
DO CEARÁ

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2022.

Resultado: Aprovada.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ao meu irmão Emanuel Neves Lopes (*in memoriam*), com todo o meu amor e saudade, por todas as vivências que compartilhamos e por tudo que ainda tínhamos para viver.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda a força e coragem que não me deixaram desistir.

À minha família, por ser meu porto seguro em todos os momentos e o meu bem mais precioso. Obrigada por me apoiarem e compreenderem minhas ausências, sobretudo na etapa final desta escrita. Aos meus pais, Maria Alzenir e Manoel, por todo amor, exemplo e ensinamentos que me ajudaram a me tornar a pessoa que sou hoje. Aos meus irmãos: Claudiene, Emanuel (*in memoriam*), Francisco e Marcos, pela nossa relação de amor, respeito, união e solidariedade. Muito obrigada por serem minhas inspirações e fortalezas. Aos meus sobrinhos, Maria Clara, Lucas e o pequeno Emanuel, por me encherem de orgulho, alegrarem meus dias e me fazerem querer ser cada dia uma pessoa melhor. Amo vocês infinitamente!

À professora Marilis Lemos de Almeida, querida Mari, minha primeira orientadora nessa caminhada da Tese, por apoiar minha proposta de pesquisa e defendê-la, muitas vezes, até melhor que eu mesma. Obrigada pelos ensinamentos e contribuições ao trabalho, por aceitar o convite para compor a banca de defesa e por me fazer continuar acreditando que a vida acadêmica é uma construção e partilha de saberes e também de afetos.

À minha querida orientadora, professora Rochele Fellini Fachinetto, por me acolher como orientanda, pela paciência, confiança e compreensão, principalmente nos períodos mais desafiantes dessa trajetória. Obrigada por toda a atenção, disponibilidade, gentileza, carinho e partilha de conhecimentos. Contar com a sua parceria foi um alento no meu caminhar. Obrigada por tudo!

Ao professor Luiz Fábio Silva Paiva, por toda a atenção, disponibilidade e carinho que teve comigo ao longo desse processo. Agradeço também pelo convite para participar do Projeto Traficando Saberes, por aceitar participar das bancas de qualificação e defesa, e por todas as importantes contribuições ao trabalho.

À professora Melissa de Mattos Pimenta, pela convivência e saberes compartilhados durante o estágio docente, por aceitar participar das bancas de qualificação e defesa, e por todas as contribuições que foram valiosas para o desenvolvimento do trabalho.

À professora Celecina de Maria Veras Sales (Celé) e à professora Gema Galgani Silvera Leite Esmeraldo por semearem em mim os primeiros ensinamentos sobre a arte de pesquisar e ser pesquisadora.

À toda a equipe do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (hoje Comitê de Prevenção e Combate à Violência), pelos afetos construídos, a

confiança e pelas oportunidades concedidas, primeiro, de participar da pesquisa “Cada vida importa”, em 2016, que foi marcante em minha trajetória e por meio da qual surgiu a inspiração para esta pesquisa. E também pelo convite para participar de uma nova pesquisa em 2022, desta vez sobre os egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará, temática da minha Tese. Obrigada pela paciência, compreensão e colaboração que tiveram comigo, sobretudo, na etapa final de escrita deste trabalho. Agradeço também aos colegas pesquisadores nas duas pesquisas, pela convivência e pelas trocas sempre tão enriquecedoras.

Ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA-Ceará) e ao Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA Ceará), por me oportunizarem trabalhar como pesquisadora nos Monitoramentos do Sistema Socioeducativo Cearense em 2016 e em 2022 e vivenciar experiências extremamente enriquecedoras para a minha vida pessoal e profissional, sobretudo para esta pesquisa.

Às mães do Grupo “Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará”, por me receberem e compartilharem suas histórias comigo.

Ao Joaquim Araújo, pela gentileza e disponibilidade de passar uma manhã comigo, visitando instituições e buscando contatos durante a fase exploratória desta pesquisa.

À Mara Carneiro, pela parceria e colaboração durante a fase exploratória da pesquisa.

Aos colegas do grupo de orientandos da Marilis: Michele, Roney, Mariana, Eliane e Valeska, pelos encontros e partilhas de saberes.

Às minhas queridas amigas: à Deinair, minha amiga-irmã, obrigada pela nossa parceria de vida e de sonhos. Se fui cursar Doutorado na UFRGS foi porque, primeiro, você me mostrou essa possibilidade. Obrigada pela companhia e pelos momentos memoráveis que compartilhamos em Porto Alegre, quando moramos juntas; pela paciência e interesse com que me ouviu falar tantas vezes sobre meu objeto de pesquisa e pela imensa colaboração na construção deste trabalho, sobretudo na reta final desta escrita, ajuda sem a qual eu não teria conseguido concluir. À Danila, pela nossa amizade, por todas as vezes que me acolheu com carinho e cuidado ao me ouvir relatar minhas angústias, dificuldades e receios ao longo desse processo, oferecendo sua escuta atenta e palavras de apoio e estímulo; e também pela leitura e comentários de um dos capítulos. À Sabrina, mana querida, obrigada pelos abraços apertados cheios de afeto, pelos nossos felizes reencontros e por sempre me socorrer nos momentos de apuros. À Lidiane, pela nossa amizade de longa data e por mesmo longe se fazer presente.

Obrigada pelo carinho, por ter me acolhido tão bem quando estive em sua casa e pelo empréstimo dos seus livros por tempo indeterminado.

À Jaiane, pelo carinho e amizade, e por ser alguém que, mesmo quando distante, sei que posso contar.

Ao Airton, pela nossa amizade, por lembrar sempre de mim, pelos mimos e mensagens.

Aos meus familiares, sobretudo às minhas tias: Francisca, Zefinha e Maria Neves, pelo carinho e cuidado que sempre demonstraram por mim. Às minhas primas, Jussara, Rosânia, Rosinha, Josiane, Daniely, Marinalva e Verilândia, pela amizade e carinho, em especial à Jussara, pelo suporte dado a mim e à minha família, quando minha mãe precisou passar por uma cirurgia e eu estava na reta final da escrita desta Tese.

Às minhas cunhadas, Meirislândia (Meirinha) e Adriana, pelo carinho e amizade.

Às crianças de ontem e de hoje da minha vida: Maria Clara, Lucas, Emanuel, Rodrigo, Estevão, Ângela, Victor, Lya e Eve, por me ensinarem a viver com mais leveza, me arrancarem os sorrisos mais espontâneos, me fazerem reviver a criança que habita em mim e por me deixarem fazer parte de suas vidas.

À Tauane, por me acolher em Porto Alegre antes mesmo da minha chegada, com palavras gentis quando eu sentia medo do desconhecido. Obrigada por me buscar no aeroporto, apresentar a cidade, pelo carinho e convivência no primeiro ano em que dividimos moradia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos professores e à equipe da secretaria, sobretudo à Rejane e ao Marcelo, por terem sido sempre tão prestativos e atenciosos quando solicitados.

Aos colegas da turma de Doutorado 2017, pelos aprendizados e afetos compartilhados. Agradeço aos amigos construídos no Doutorado, à Jhose, ao Davyd, à Maria Carolina e à Nosta, por todos os nossos felizes e divertidos momentos juntos, que me deixam sempre saudosa ao lembrar. Por todos os cafés, vinhos, chocolates quentes, sorrisos, abraços e saberes compartilhados. Agradeço, em especial, à Jhose, pela nossa amizade, pela partilha dos perrengues e das conquistas, das dores e das delícias da construção de uma Tese. Agradeço também à Rachel, à Daniela (Dani), à Suelen, à Mônica, ao Claudio, ao Tiago, ao Rodrigo, ao Jayme, ao Matheus, ao Robson, por todas as trocas vivenciadas dentro e fora da universidade.

Ao Cícero Eudes, pela disponibilidade e pela cuidadosa revisão ortográfica do texto.

Ao Juiz de Direito Manuel Clístenes, por conceder a autorização exigida para a realização da pesquisa.

À toda a equipe da Unidade de Semiliberdade Mártir Francisca, que sempre me recebeu de forma acolhedora e gentil, em especial ao Eliano, diretor, pela atenção, disponibilidade, interesse e contribuição com a pesquisa, e também ao George, pela atenção e grande contribuição dada ao estudo.

À Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (STDHDS), por conceder a autorização para a realização da pesquisa nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Fortaleza e a todos os funcionários dos CREAS que me receberam no decorrer do trabalho de campo e buscaram contribuir com a pesquisa.

Aos interlocutores do trabalho, por tornarem esta pesquisa possível. Muito obrigada pela confiança em compartilharem suas histórias de vida comigo, pela disponibilidade, atenção e carinho que sempre demonstraram por mim ao longo desse processo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa que viabilizou a realização do doutorado.

A todas, todos e todes que aqui não foram mencionados, mas que cruzaram meu caminho nesse período e de alguma forma contribuíram para a concretização desta pesquisa, deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou” (ROSA, 2001, p. 39).

RESUMO

Nesta pesquisa tenho como objetivo compreender como jovens egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará têm conseguido transcender seus campos de possibilidades e ressignificar suas trajetórias e projetos de vida. A pesquisa é de natureza qualitativa, tendo a entrevista narrativa como instrumento privilegiado e foi realizada em Fortaleza-CE, com jovens dos sexos feminino e masculino, na faixa etária de 19 a 29 anos. O estudo evidenciou que as dimensões socializadoras analisadas, família, escola, grupo de amigos, Centros Socioeducativos, trabalho e igreja, contribuíram para a ressignificação das trajetórias dos sujeitos, ainda que nem todas tenham sido marcantes positivamente e na mesma intensidade para todos os interlocutores. A família aparece como grande incentivadora no processo de mudança dos sujeitos, se destacando o papel desempenhado pelas avós, o apoio das companheiras e a vivência da paternidade. Em relação à escola, a pesquisa demonstra a valorização da educação pelos egressos e o reconhecimento desta para a ascensão social, pois, mesmo aqueles que não estavam estudando no período em que as entrevistas foram realizadas, ressaltaram o desejo de retornar à escola e concluir os estudos. O anseio de cursar o ensino superior também foi marcante, aparecendo nas perspectivas futuras de metade dos entrevistados. Sobre o grupo de amigos, a construção de novas amizades fora do meio infracional e o recebimento de afetos e apoio foram mencionados como essenciais. Os Centros Socioeducativos de internação não foram referenciados pelos jovens como suportes importantes em seus processos de ressignificação, e se houve alguma contribuição, essa se deu pelo caráter negativo das experiências vivenciadas nestas instituições, quando os interlocutores demonstraram não querer retornar para esses espaços. Por outro lado, foi possível inferir que os Centros de Semiliberdade vivenciados pelos sujeitos alargaram seus campos de possibilidades com práticas que condizem com a ressocialização preconizada pelas legislações infantojuvenil, constituindo espaços de acolhimento, aprendizados, exemplos de referências positivas, apoio e confiança. A igreja evangélica se constitui como o principal suporte para os sujeitos nos seus processos de ressignificação, assim como a leitura da Bíblia e o fortalecimento da fé. Em relação aos projetos de vida, foi possível constatar duas perspectivas de projetos distintos quando comparado o período de “envolvimento” dos sujeitos com atos infracionais e a partir do momento que ocorre o processo de desligamento das práticas delitivas. No primeiro caso, se observa o foco no tempo presente e a ausência de projetos de vida, ou, quando estes são traçados, estão mais voltados para a continuidade ou agravamento da trajetória infracional. No segundo caso, a dimensão temporal do futuro é privilegiada e os jovens passam a reconstruir suas trajetórias com base em projetos de vida direcionados para a mobilidade social. Por fim, a pesquisa demonstrou que foram, sobretudo, as redes de sociabilidade informais constituídas por familiares, amigos, chefes, nos diversos contextos de socialização, em casa, na igreja, no trabalho, na escola, nos Centros de Semiliberdade, que representaram os principais suportes ao oferecerem apoio material e afetivo, exemplos positivos, conselhos, incentivo e acreditarem que a mudança dos sujeitos era possível.

Palavras-chave: Egressos do Sistema Socioeducativo. Trajetórias de vida. Projetos de vida.

ABSTRACT

In this research, we aim to understand how young graduates of the Socio-Educational System of Ceará have managed to transcend their fields of possibility and reframe their trajectories and life projects. This qualitative research used a narrative interview as a privileged instrument and occurred in Fortaleza-CE with young females and males aged between 19 and 29 years. The study showed that the analyzed socializing dimensions, including family, school, group of friends, Socio-Educational Centers, work, and church, contributed to the redefinition of the subjects' trajectories, although not all were positively marked and with the same intensity for all interlocutors. The family appears as a great incentive in the change of subjects, highlighted by the role played by the grandmothers, the support of the partners, and the experience of fatherhood. Regarding school, the research demonstrates the graduates' appreciation of education and its recognition for social ascension, because even those who were not studying during the period in which the interviews were conducted highlighted the desire to return to school and complete their studies. The desire to attend higher education was also remarkable, appearing in the future perspectives of half of the interviewees. Regarding the group of friends, building new friendships outside the criminal environment and receiving affection and support were mentioned as essential. The Socio-Educational Internment Centers were not mentioned by the young people as important supports in their re-signification processes, possibly due to the negative experiences in these institutions when the interlocutors demonstrated that they did not want to return to these spaces. On the other hand, it was possible to infer that the Semi-Freedom Centers experienced by the subjects expanded their fields of possibility with practices that are consistent with the resocialization advocated by the legislation for children and adolescents, constituting spaces for reception, learning, examples of positive references, support, and trust. The evangelical church is the main support for the subjects in their reframing processes, also reading the Bible and strengthening their faith. Regarding life projects, it was possible to verify two perspectives of different projects when comparing the period of "involvement" of the subjects with infractions and from the moment that the process of disconnecting from criminal practices occurs. In the first case, the focus on the present time and the absence of life projects are observed, or when these are outlined, they are more focused on the continuity or aggravation of the offending trajectory. In the second case, the temporal dimension of the future is privileged, and young people start to rebuild their trajectories based on life projects aimed at social mobility. Finally, the research showed that it was, above all, the informal sociability networks made up of family members, friends, and bosses, in the different socialization contexts, at home, at church, at work, at school, and in the semi-liberty centers, which represented the main supports by offering material and affective support, positive examples, advice, encouragement, and belief that changing subjects was possible.

Keywords: Graduates of the Socio-Educational System. Life trajectories. Life projects.

RÉSUMÉ

Dans cette recherche, je vise à comprendre comment les jeunes sortis du Système Socio-éducatif du Ceará ont réussi à transcender leurs champs des possibilités et à recadrer leurs trajectoires et leurs projets de vie. La recherche a une nature qualitative, ayant l'entretien narratif comme instrument privilégié et a été réalisée à Fortaleza-CE, avec de jeunes femmes et hommes, âgés de 19 à 29 ans. L'étude a montré que les dimensions socialisantes analysées, famille, école, groupe d'amis, Centres Socio-éducatifs, travail et église, ont contribué à la recadrage des trajectoires des individus, bien que toutes n'aient pas été positivement remarquables et dans la même intensité pour tous les interlocuteurs. La famille apparaît comme une grande incitatrice dans le processus de changement des individus, mettant en évidence le rôle joué par les grands-mères, le soutien des compagnons et l'expérience de la paternité. En ce qui concerne l'école, la recherche démontre la mise en valeur de l'éducation par les ex-reclus et la reconnaissance de celle-ci pour l'ascension sociale, car même ceux qui n'étudiaient pas, pendant la période des entretiens, ont souligné le désir de retourner à l'école et de finir leurs études. Le souhait de faire des études supérieures était également remarquable, apparaissant dans les perspectives de futur de la moitié des personnes interrogées. À propos du groupe d'amis, la construction de nouvelles amitiés en dehors du milieu infractionnel et la réception d'affection et de soutien ont été mentionnés comme essentiels. Les Centres de Détention Socio-éducatifs n'ont pas été référencés par les jeunes comme des soutiens importants dans leurs processus de recadrage, et s'il y a eu une contribution, cela était dû au caractère négatif des expériences vécues dans ces institutions, lorsque les interlocuteurs ont démontré qu'ils ne voulaient pas retourner dans ces espaces. D'autre part, il a été possible de déduire que les Centres de semi-liberté vécus par les individus ont élargi leurs champs des possibilités avec des pratiques convenables à la resocialisation recommandée par la législation sur l'enfance et la jeunesse, en constituant des espaces d'accueil, d'apprentissage, des exemples de références positives, de soutien et de confiance. L'église évangélique se constitue comme le principal soutien pour les individus dans leurs processus de recadrage, ainsi que la lecture de la Bible et le renforcement de la foi. Par rapport les projets de vie, il a été possible de vérifier deux perspectives de projets distincts en comparant la période "d'engagement" des individus avec des actes d'infraction et à partir du moment où le processus de déconnexion des pratiques délictueuses se produit. Dans le premier cas, on observe une focalisation sur le temps présent et l'absence de projets de vie, ou, lorsque ceux-ci sont tracés, ils sont davantage axés sur la continuité ou l'aggravation de la trajectoire de l'infraction. Dans le second cas, la dimension temporelle du futur est privilégiée et les jeunes commencent à reconstruire leurs trajectoires à partir de projets de vie visant la mobilité sociale. Enfin, la recherche a montré que ce sont surtout les réseaux de sociabilité informels constitués par la famille, les amis, les patrons, dans les différents contextes de socialisation, à la maison, à l'église, au travail, à l'école, dans les Centres de semi-liberté, qui ont représenté les principaux supports en offrant un appui matériel et affectif, des exemples positifs, des conseils, des encouragements et en croyant que le changement des individus était possible.

Mots-clés : Sortis du système socio-éducatif. Trajectoires de vie. Projets de vie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Exposição de fotografias das vítimas da Chacina do Curió	49
Figura 2	–	Oficina de grafite com pintura de muro na UFC	50
Figura 3	–	Registro da exposição fotográfica Meninos de Deus	55
Figura 4	–	Apresentação musical na abertura da Reunião Técnica da SEAS	56
Figura 5	–	Fachada do Instituto Carneiro de Mendonça	109
Figura 6	–	Fachada do Centro de Semiliberdade Mártir Francisca	266
Figura 7	–	Descrição da rotina na Unidade de Semiliberdade Mártir Francisca	273
Figura 8	–	Processos de produção de uma prótese dentária	283
Figura 9	–	Parte da coleção de livros evangélicos do Eduardo	294

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Sistema de Garantia de Direitos	103
Gráfico 2	– Atos infracionais de maior incidência na medida de restrição e privação de liberdade em 2017	105
Gráfico 3	– Atos infracionais de maior incidência na medida de restrição e privação de liberdade no gênero feminino em 2017	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Descrição das atividades realizadas nas oficinas do Projeto Traficando Saberes	47
Tabela 2	– Informações gerais dos interlocutores	60
Tabela 3	– Quantidade, data e local das entrevistas realizadas com os interlocutores	67
Tabela 4	– Entrevistas realizadas com os interlocutores da pesquisa em 2021	75
Tabela 5	– Quantidade de adolescentes em cumprimento de medidas em meio fechado no Brasil em novembro de 2017	104
Tabela 6	– Quantidade de adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto no Brasil em 2017	106
Tabela 7	– Quantidade de atos infracionais nas medidas socioeducativas em meio aberto em 2017	107
Tabela 8	– Eixos contemplados no Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará (2019-2028)	115
Tabela 9	– Relação dos Centros Socioeducativos de Fortaleza-CE	116
Tabela 10	– Relação dos Centros Socioeducativos do Interior do Ceará	117
Tabela 11	– Percentual por tipo de infrações cometidas pelos adolescentes em meio fechado	118
Tabela 12	– Percentual por tipo de infrações cometidas pelos adolescentes em meio aberto	119
Tabela 13	– Síntese das passagens de Rian pelo Sistema Socioeducativo	128
Tabela 14	– Síntese das medidas socioeducativas cumpridas por Alan	171
Tabela 15	– Síntese das passagens de Jeferson pelo Sistema Socioeducativo	188
Tabela 16	– Escolarização dos egressos pesquisados	240
Tabela 17	– Ocupação dos egressos pesquisados	289
Tabela 18	– Instâncias socializadoras que mais se destacaram na ressignificação das trajetórias dos egressos	308
Tabela 19	– Projetos de vida traçados pelos egressos	313

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ALECE	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
ATD	Análise Textual Discursiva
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCPHA	Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CEABM	Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota
CEASA	Centrais de Abastecimento do Ceará
CECAL	Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEDDH	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CF	Constituição Federal
CGD	Controladoria Geral de Disciplina
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONVIDA	Conselho Nova Vida
COPEN	Conselho Penitenciário do Ceará
COVIO	Laboratório Conflitualidade e Violência
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
CSU	Centro Social Urbano
CUCA	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
CV	Comando Vermelho
DAI	Delegacia de Assuntos Internos
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos

FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul
FDN	Família do Norte
FEBEMCE	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará
FEBEMs	Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor
FÓRUM DCA	Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
FPSP	Fórum Popular de Segurança Pública
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico
GDE	Guardiões do Estado
GPS	Sistema de Posicionamento Global
HAF	Homicídios por Arma de Fogo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Instituto Carneiro de Mendonça
IEP	Instituto de Educação Portal
IHA	Índice de Homicídio na Adolescência
IML	Instituto Médico Legal
LA	Liberdade Assistida
LABVIDA	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Cidadania e Ética
LEV	Laboratório de Estudos da Violência
LGBTIs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais e Simpatizantes
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual e Identidades Não Binárias
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MNPCT	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PET	Programa de Educação Tutorial

PIA	Plano Individual de Atendimento
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
POC	Programa de Oportunidades e Cidadania
POD	Programa de Oportunidades e Direitos
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovem
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SDHDS	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SDSTJDH	Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos
SEAS	Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEP	Subconsciente em Pauta
SETAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
STDDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UECE	Universidade Estadual do Ceará

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URLBM	Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro
VIESES	Grupo de Pesquisa e Intervenções sobre Violências e Produção de Subjetividades

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS: A SAGA DE UMA PESQUISADORA EM BUSCA DO SEU OBJETO DE ESTUDO.....	34
2.1 TRAJETÓRIA DE PESQUISA E INTERESSE PELA TEMÁTICA: A JUVENTUDE COMO CATEGORIA PRIVILEGIADA.....	34
2.2 <i>LÓCUS</i> E SUJEITOS DA PESQUISA.....	37
2.2.1 Primeiras incursões no campo.....	38
2.2.2 Projeto Traficando Saberes.....	45
2.2.3 A saga continua: as novas estratégias utilizadas na busca pelos sujeitos.....	50
2.2.4 Egressos com trajetórias (im)prováveis: quem são os sujeitos da pesquisa?.....	60
2.3 ENTREVISTA NARRATIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	65
2.4 PANDEMIA DE COVID-19 E REARRANJOS METODOLÓGICOS.....	73
2.5 ANÁLISE DOS DADOS PELAS LENTES DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA	77
3 A CULTURA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO VOLTADA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES NO BRASIL: UM PERCURSO HISTÓRICO	80
3.1 ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL: APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS	80
3.2 OS PRIMEIROS CÓDIGOS PENAIIS DO BRASIL E A IDEIA DO DISCERNIMENTO.....	83
3.3 O CÓDIGO DE MENORES DE 1927 E A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “MENOR”.....	85
3.3.1 O Serviço de Assistência a Menores (SAM) e a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).....	90
3.4 O CÓDIGO DE MENORES DE 1979 E A CONSAGRAÇÃO DA DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR.....	92
3.5 MARCOS DA IMPLANTAÇÃO DA DOCTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	94
3.6 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO: BASES LEGAIS, ESTRUTURA E	

FUNCIONAMENTO.....	99
3.6.1 Medidas Socioeducativas: tipos e diferenciações	99
3.6.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).....	102
3.7 ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À JUVENTUDE NO CEARÁ	108
3.7.1 As primeiras práticas assistenciais infantojuvenis no Ceará	108
3.7.2 Panorama da Política de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará	113
4 DE “INFRATORES” A “CIDADÃOS”: AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS SUJEITOS PESQUISADOS.....	121
4.1 RIAN: “EU NÃO VIREI UM CIDADÃO ASSIM DA NOITE PRO DIA”	123
4.2 ROSA: “TENHA FÉ, PORQUE ATÉ NO LIXÃO NASCE FLOR”	136
4.3 EDUARDO: “DESDE QUANDO EU ERA PEQUENO QUE EU TINHA ESSE OBJETIVO DE TERMINAR OS ESTUDOS, AJUDAR A ELA, MINHA MÃE”.....	152
4.4 ALAN: “EU CONQUISTEI TUDO QUE EU SEMPRE QUIS”	163
4.5 GUSTAVO: “EU NUNCA PRECISEI FAZER O QUE EU FIZ”.....	173
4.6 JEFERSON: “QUER SABER DE UMA COISA, VOU VIRAR É CIDADÃO”.....	182
4.7 EMANUEL: “PARECE ATÉ BRINCADEIRA, MAS O QUE ME AJUDOU MESMO FOI A BÍBLIA”.....	191
4.8 PAULO: “A PALAVRA DE DEUS ME DEU UMA NOVA VIDA, UMA NOVA HISTÓRIA”.....	202
5 TRAJETÓRIAS METAMORFOSEADAS: A CONSTRUÇÃO DO (IM)PROVÁVEL.....	211
5.1 OS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO VIVENCIADOS PELOS EGRESSOS NO DECORRER DE SUAS TRAJETÓRIAS.....	216
5.1.1 Família	216
5.1.2 Escola.....	226
5.1.3 Grupo de Amigos.....	241
5.1.4 Centros Socioeducativos.....	245
5.1.4.1 Centros de Internação: quando o Estado é violador de direitos.....	246
5.1.4.2 A Semiliberdade e sua proposta pedagógica diferenciada: quando o Estado é	

protetivo.....	264
5.1.5 Trabalho.....	279
5.1.6 Igreja.....	290
5.2 OS PROJETOS DE VIDA DOS EGRESSOS E SUAS MODIFICAÇÕES A PARTIR DO CAMPO DE POSSIBILIDADES	298
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	316
REFERÊNCIAS.....	322
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	338
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM A DIREÇÃO DA UNIDADE DE SEMILIBERDADE MASCULINA DE FORTALEZA	340
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	341
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA INGRESSO E LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA A PESQUISA NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE DO CEARÁ	345
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA INGRESSO E LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA A PESQUISA NOS CREAS DE FORTALEZA	346

1 INTRODUÇÃO

Ainda que a tese de continuidade e estabilidade da conduta infracional esteja no contexto socioeducativo, há que se considerar que outras trajetórias se delineiam enquanto possíveis, constituindo experiências de descontinuidade e mudança, apontando para outras direções, tornando factível a própria ideia que move o princípio socioeducativo: mudar é possível. Promover mudança é o que deve, portanto, vislumbrar o sistema socioeducativo (COSTA, 2005, p. 86).

Esta pesquisa está situada na área de estudos da sociologia da juventude e da violência, tendo como temática os jovens egressos do Sistema Socioeducativo, especificamente os que têm conseguido se distanciar da prática infracional e ressignificar suas trajetórias e projetos de vida.

A violência nas últimas décadas tem gerado muitas inquietações, suscitando debates dentro e fora da academia. Isso se deve muito ao crescimento avassalador da violência letal, sobretudo de homicídios juvenis. De acordo com o Atlas da Violência 2018, a partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, em 2016, o Brasil registrou 62.517 homicídios, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Vale frisar que 56,5% do total de homicídios registrados correspondem à causa de morte de jovens entre 15 a 19 anos. Outro elemento destacado no referido documento refere-se à raça/cor das vítimas de homicídios, apontando que “71,5% das pessoas assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas” (CERQUEIRA *et al*, 2018, p. 04).

Os jovens têm sido, portanto, as principais vítimas da violência homicida no Brasil, principalmente na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, registrando a maior participação no total de mortes por homicídios desde o primeiro Mapa da Violência, em 1998 (WAISELFISZ, 2016). No Mapa da Violência 2016, Waiselfisz (2016) observou, ao comparar os homicídios por armas de fogo (HAF) entre 1980 a 2014, que, na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, o crescimento da letalidade violenta foi bem mais intenso do que no resto da população. O número de HAF na faixa jovem passa de 3.159 em 1980 para 25.255 em 2014, obtendo um crescimento de 699,5%. Em 2014, os jovens de 15 a 29 anos representavam aproximadamente 26% da população do Brasil, entretanto, eram responsáveis por 60% das vítimas de HAF ocorridos nesse ano no país (WAISELFISZ, 2016).

Em 2016, quando esta pesquisa começou a ser gestada, o Ceará e Fortaleza se destacavam no *ranking* de assassinatos de adolescentes. De acordo com o Relatório Final “Cada vida importa”, do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA),

o Ceará aparecia em terceiro lugar entre os estados com o maior número de mortes na faixa etária de 12 a 18 anos e Fortaleza ocupava o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) (CEARÁ, 2016). Vale ainda ressaltar que a capital cearense entre a década de 2004 a 2014 experimentou um crescimento significativo da violência, de modo que a cidade ocupou nesse último ano o primeiro lugar no *ranking* das capitais mais violentas do país (WAISELFISZ, 2016).

Barros e Benício (2017), a partir de dados disponibilizados pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, destacaram que, em 2015, ocorreram 387 mortes de crianças/adolescentes/jovens, na faixa etária de 10 a 19 anos na cidade de Fortaleza. Para os autores, “a ampla vitimização de jovens por homicídio evidencia o modo de funcionamento de uma sociedade pautada por uma biopolítica da eliminação da figura de sujeitos indesejáveis” (BARROS; BENÍCIO, 2017, p. 36).

Foi também em 2016 que se disseminaram os discursos nas comunidades e na mídia cearense sobre a existência de facções criminosas no estado. Conforme Paiva (2022, p. 94), “é possível afirmar que, pelo menos desde meados de 2016, o estado do Ceará é povoado por facções que disputam posições e hegemonia nas prisões e em territórios da periferia, sendo que GDE [Guardiões do Estado] e CV [Comando Vermelho] são as protagonistas de uma trama repleta de conflitos, alianças e dissidências”.

As notícias inicialmente se concentraram no processo de “pacificação” das periferias de Fortaleza, resultado de acordos nacionais entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o CV. Nesse período do pacto, com a proibição do ciclo de vinganças e práticas de homicídio entre grupos locais, houve uma redução significativa no número de homicídios no estado (BARROS *et al*, 2018). A quebra de acordo entre as duas referidas facções resultou no fim do “acordo de paz”, de modo que as periferias da capital cearense passaram a ser palco de uma das mais intensas lutas armadas do país. Destacaram-se casos de violência extrema, como decapitações de inimigos, ataques a instituições públicas e coletivos de transporte público e contra instituições públicas, tanto nas ruas como nas prisões da cidade (SÁ; AQUINO, 2018), repercutindo, em 2017, em 5.134 crimes violentos no Ceará (MELO; PAIVA, 2021).

Surgidas no interior dos presídios do Rio de Janeiro e de São Paulo, as facções criminosas se expandiram para todas as regiões do Brasil, transformando-se em um problema nacional. Esses coletivos, que estão no centro das discussões sobre segurança pública no país, podem ser denominados de diferentes maneiras, mas neste trabalho adoto a categoria nativa

“facção” em consonância ao apresentado por Paiva (2019) no artigo “‘Aqui não tem gangue, tem facção’: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil”:

A facção é um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam. São coletivos móveis de pessoas que fazem o crime como um meio de integrar a sociedade, pois não visam à sua destruição, e sim à participação em um sistema de bens materiais e simbólicos agenciados de múltiplas maneiras. Em alguma medida, as facções são coletivos compostos por convergências de intencionalidades de alcances variados, com pessoas ocupando posições privilegiadas nos esquemas do coletivo e outras atuando em suas margens (PAIVA, 2019, p. 170).

Nesse cenário, se destaca o surgimento de uma facção criminosa cearense, denominada Guardiões do Estado (GDE), também conhecida pela numeração 745. Entre suas características está o apelo de adesão ao público juvenil e à regionalidade (PAIVA, 2019). Vale ainda ressaltar que os jovens não eram apenas convidados a integrar essa facção, mas também reconhecidos como importantes sujeitos para o funcionamento e desenvolvimento do grupo. Nesse período já havia outras facções em atuação no Ceará, o PCC, o CV e a Família do Norte (FDN). (MELO; PAIVA, 2021).

Importante destacar que não pretendo fazer aqui uma abordagem detalhada sobre o surgimento e contextualização das facções criminosas no Ceará, apenas situar que elas representam mais um elemento intensificador da vulnerabilidade das juventudes, uma vez que passam a se disseminar nos diferentes bairros da capital, sobretudo os populares, e também no interior do estado, além dos presídios e Centros Socioeducativos.

Nesse contexto, “a universalização de direitos prevista pelo ECA não está garantida para determinados segmentos de crianças e adolescentes, para quem não se assegura sequer a vida” (PAIVA; OLIVEIRA; COLAÇO, 2019, p. 180). As autoras destacam ainda que:

Aos (às) adolescentes das camadas economicamente favorecidas estão assegurados os direitos, sem que necessitem reivindicá-los, pois fazem parte da parcela para quem o Estado investe em bens e serviços, dando conta de sua função social e proporcionando formação global nos padrões hegemonicamente estabelecidos. Mas, há uma parcela de adolescentes e jovens, que estão nas periferias das grandes cidades, e que são negros (as) na quase totalidade, sem recursos materiais, com mínimo ou nenhum acesso às políticas sociais básicas, que estão à margem, são invisibilizados (as) quanto à garantia de direitos, porém extremamente visados (as) quando são acusados (as) ou cometem atos infracionais” (PAIVA; OLIVEIRA; COLAÇO, 2019, p. 180).

Essa realidade se torna mais frequente para a população pobre e moradora de bairros periféricos das grandes cidades, uma vez que a violência surge como uma “parceira inseparável” (SPOSITO, 1993) e junto a ela a ausência ou precariedade de serviços públicos fundamentais para o exercício da cidadania digna, como moradia, educação, saúde, cultura, lazer e trabalho.

Os jovens moradores de morros, favelas e espaços periféricos da cidade [...] vivem experiências socializadoras [...] em territórios marcados pelo poder das armas, pelo medo e também pelo fascínio exercido por traficantes de drogas e outros criminosos. Os jovens de favela também vivem a crueldade da presença de agentes policiais que agem violenta e corruptamente nessas comunidades simultaneamente violentas e violentadas. O quadro da violência física e simbólica é agravado pela sonegação do direito à circulação e fruição sócio-cultural do espaço urbano. Há evidente estreitamento da mobilidade seja por força de fatores econômicos objetivos associados ao custo do transporte urbano, seja pelos ‘muros invisíveis’ que a cidade impõe aos periféricos (CARRANO, 2013, p. 105).

Dessa forma, o jovem da periferia encontra-se suscetível “a uma série de vulnerabilidades que tanto o vitimam como o fazem partícipe de atos violentos” (FACHINETTO, 2010, p. 61-62). Uma vez em que se encontram socializados em territórios de grande exposição à violência e não encontrando condições objetivas satisfatórias para o desenvolvimento de suas aspirações, o envolvimento em atividades ilícitas pode se apresentar como uma alternativa em busca de reconhecimento e mobilidade social (PIMENTA, 2014).

Adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas são, em sua maioria, os sujeitos mais suscetíveis a diversas vulnerabilidades, tais como: maior risco de serem expostos à violência, sofrerem privações e violações de direitos, terem ausências e dificuldades no acesso a serviços básicos de natureza social, como educação, saúde, moradia, lazer e segurança.

As medidas socioeducativas podem se apresentar como importantes instrumentos para a inclusão social de adolescentes e jovens quando favorecem o acesso aos programas e serviços antes a eles negados. Com isso, podem conduzir tanto o jovem autor de ato infracional a repensar sua prática, contribuindo na elaboração de um projeto de vida emancipatório, como a própria comunidade a reformular seus códigos de valores sociais (BERETTA, 2010). Entretanto, a aplicação das medidas socioeducativas pode funcionar de modo contrário e ambíguo, se direcionando mais à violação de direitos de adolescentes e jovens do que a uma oportunidade de reconstrução de suas trajetórias de vida (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013). Pois, ainda que crianças e adolescentes tenham sido contemplados na agenda política brasileira, tendo

como principais marcos a Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual foram reconhecidos como sujeitos de direitos e, mais recentemente, a institucionalização do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), as unidades de atendimento socioeducativo de internação e semiliberdade no Brasil têm se distanciado da garantia de direitos legais a crianças e adolescentes, caracterizando-se por um contexto de graves violações de direitos humanos (FÓRUM DCA CEARÁ, 2017).

O Sistema Socioeducativo Cearense, sobretudo as Unidades de internação de Fortaleza, tem registrado problemas recorrentes que configuram graves violações de direitos, como superlotação, existência de “tranca¹”, denúncias de torturas, agressões e maus tratos contra os adolescentes, falta de insumos básicos, condições insalubres, ausência ou irregularidade de atividades pedagógicas e culturais, conforme registram os Relatórios de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará, publicados respectivamente nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017. Além disso, entre 2015 e 2016 foram registrados vários episódios de rebeliões, motins e fugas no interior das Unidades (FÓRUM DCA CEARÁ, 2017)².

No dia 17 de agosto de 2022, a Defensoria Pública do Ceará, junto com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA), entraram na justiça com uma Ação Civil Pública (ACP) propondo a redução imediata da capacidade de atendimento dos Centros Socioeducativos São Francisco e São Miguel, em Fortaleza, e a desativação destes em um prazo de um ano. A solicitação destaca as condições obsoletas e estruturalmente inadequadas desses Centros para o atendimento aos adolescentes, os quais precisam conviver com ambientes insalubres, com sujeira e roedores, além de episódios de violência³.

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de haver no Brasil poucos programas voltados para o acompanhamento de jovens egressos de medidas socioeducativas. Segundo Prado (2014), o percentual de acompanhamento em nível nacional é bem baixo, de apenas 18,44%, sem falar na enorme disparidade quando se observa a implementação entre os estados. Nos estabelecimentos do Centro-Oeste não se identificou sequer registro de acompanhamento. Nos estados do Norte e Nordeste, menos de 10% dos estabelecimentos correspondem às exigências da lei neste aspecto. No Sudeste observou-se uma taxa de 20%. E,

¹ Isolamento compulsório utilizado como sanção disciplinar nos Centros Socioeducativos.

² Todos os relatórios podem ser acessados no site do CEDECA, disponível em: <<https://cedecaceara.org.br/index.php/publicacoes/>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

³ Disponível em: <<https://cedecaceara.org.br/index.php/2022/08/25/cedeca-e-defensoria-pedem-na-justica-reducao-da-capacidade-de-atendimento-e-desativacao-de-duas-unidades-socioeducativas/>>. Acesso em: 06 de set. 2022.

por fim, os estabelecimentos do Sul, que, embora atinjam um desempenho inferior à metade, com 46% desenvolvendo algum tipo de acompanhamento, ainda é a região que apresenta melhor desempenho. A autora destaca que as poucas iniciativas de políticas sociais voltadas ao jovem egresso no Brasil não fazem parte de um sistema organizado e monitorado, não aparecendo, portanto, como inscritas na agenda governamental como uma prioridade (PRADO, 2014).

Até 2021 o Ceará não possuía um Programa para os egressos do Sistema Socioeducativo, este foi instituído pela Portaria nº 121/2021 e lançado oficialmente apenas no dia 04 de março de 2022 pela Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), com o nome “Programa de Oportunidades e Cidadania” (POC). O POC vem sendo executado juntamente com Organizações da Sociedade Civil por meio de três projetos: Trilharte, Novas Trilhas e Embaixadores da Paz⁴. Tendo em vista a criação recente do Programa, os interlocutores desta pesquisa não foram contemplados com essa política ou outras iniciativas de acompanhamento institucional pós-cumprimento das medidas.

Conforme demonstra Prado (2014), o jovem, ao retornar à liberdade, encontra as mesmas condições vivenciadas antes da inserção no sistema socioeducativo, o que pode representar uma das principais causas para a reincidência no ato infracional. Além do contexto e das condições objetivas permanecerem as mesmas, agora, mais do que antes, esses jovens carregam as marcas de “infratores”. “O processo de visibilidade perversa que acompanha o jovem em conflito com a lei é precedido de um processo de invisibilidade social” (PRADO, 2014, p. 110).

A ausência de oportunidades e de acompanhamento institucional após o cumprimento da (s) medida (s) socioeducativa (s) constituem elementos de risco para os egressos, tanto no que se refere à reincidência de atos infracionais, quanto de serem vítimas da violência letal. Conforme demonstrou Silva (2016) em estudo realizado com os egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE) em Porto Alegre, o alto grau de vulnerabilidade desses jovens acarreta em uma alta taxa de mortalidade. Isto é, verificou-se que esse público apresenta maior risco de morte por homicídio que os demais jovens.

⁴ Conforme informações disponíveis no *site* da SEAS o Programa já está em andamento e os adolescentes atendidos realizaram no mês de abril de 2022 visitas a equipamentos de educação, gastronomia, cultura e arte da capital cearense. Para mais informações acessar: <<https://www.seas.ce.gov.br/2022/04/13/programa-de-oportunidades-e-cidadania-adolescentes-fazem-visitas-guiadas-a-teatro-biblioteca-e-escola-de-artes-em-fortaleza/>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Vivemos em uma sociedade extremamente desigual, em que limitações e oportunidades podem se apresentar de modo mais ou menos expressivo dependendo, por exemplo, da classe social, do gênero, da raça, do local de moradia. Assim, somente se nos concebêssemos em uma sociedade na qual os indivíduos têm iguais oportunidades poderíamos dizer que todos têm as mesmas probabilidades de trajetórias.

A experiência brasileira mostra quão penosa pode ser a conquista da igualdade. Mostra o quanto pode existir de ambivalência numa dinâmica social em que a lógica da igualdade em curso convive com discriminações sempre repostas pela lógica das hierarquias enraizadas no subsolo moral e cultural da sociedade (TELLES, 2013, p. 30).

Nesse sentido, o modo como são traçadas as trajetórias de vida dos jovens, os tipos de projetos de vida estabelecidos e mesmo a inexistência de projetos se definem em relação com seu campo de possibilidades. A capacidade de sonhar do indivíduo está condicionada às experiências e valores construídos em seus processos de socialização. Isso inclui as condições econômicas, sociais, culturais, bem como as oportunidades experimentadas, que podem ampliar ou reduzir os horizontes de cada um. Isso porque “os projectos de futuro (ou a ausência deles) têm muito a ver com as práticas quotidianas em que os jovens se envolvem, com os múltiplos contextos de socialização a que se encontram sujeitos” (PAIS, 2003, p. 236).

Campo de possibilidades é aqui compreendido como uma “dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos” (VELHO, 2003, p. 40). Todavia, vale frisar: o campo de possibilidades não deve ser visto como um elemento fixo, imutável, no processo de elaboração dos projetos de vida. Por isso, me apoio em Almeida (2016) para pensar o campo de possibilidades em movimento, assim como os projetos de vida, considerando que ambos podem sofrer modificações ao longo do tempo e contextualmente. Há que se considerar que, a partir das múltiplas experiências de socialização vivenciadas pelos indivíduos, seu campo de possibilidades pode tanto alargar como estreitar. O alargamento seria a ampliação de oportunidades provenientes de novas perspectivas que se abrem ao longo da vida. Já o estreitamento seria o contrário, o lado negativo, quando as experiências e relações travadas produzem a redução de horizontes de expectativas.

Desse modo, “as ações dos sujeitos não se dão no vazio; são orientadas por um repertório de representações, crenças, valores e disposições para pensar e agir incorporadas na interação social com os outros” (PIMENTA, 2014, p. 709). Portanto, cada processo de socialização vivenciado pelo indivíduo contribui para agregar novas disposições (LAHIRE,

2005), como, por exemplo, a entrada no “mundo do crime”, a inserção em um Centro Socioeducativo, a participação em um projeto social.

Tendo em vista que “a socialização nunca é total nem está jamais acabada” (BERGER; LUCKMANN, 1985), as disposições são ampliadas ao longo da vida e acumuladas internamente, mediante a formação do que poderíamos chamar “estoque de disposições”. Com isso, parte-se da ideia de que as disposições não são extintas totalmente, mas, a partir dos contextos de atualização favoráveis elas podem ou não ser acionadas pelo sujeito. Assim, é por meio da interação com a sociedade, no processo de ativação, desativação ou reativação de disposições, propiciada pela vivência nos diversos espaços de socialização, que o indivíduo constitui sua identidade. Como destaca Berger e Luckmann (1985, p. 228), a identidade, “uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais”.

Para Lahire (2005) o indivíduo é mobilizado por um conjunto de disposições plurais e, por vezes, contraditórias, o que corrobora com o explicitado por Dayrell (2013, p. 69):

[...] a constituição da condição juvenil vem ocorrendo de forma cada vez mais complexa, com o jovem vivendo experiências variadas e, às vezes, contraditórias, expostos que estão a universos sociais diferenciados, a laços fragmentados, a espaços de socialização múltiplos, heterogêneos e concorrentes. Constitui-se como um ator plural, produto de experiências de socialização em contextos sociais múltiplos, dentre os quais ganha visibilidade aqueles que ocorrem nos espaços intersticiais dominados pelas relações de sociabilidade, expressando os mais diferentes modos de ser jovem.

À luz dessas considerações podemos observar que as trajetórias de vida dos jovens egressos do Sistema Socioeducativo estão atravessadas por um contexto de grandes vulnerabilidades e violações de direitos, no qual sobreviver já constitui por si só um imenso desafio. Nesse sentido, como é possível que jovens egressos consigam superar esses cenários de precariedades e ressignificar suas trajetórias e projetos de vida?

No universo pesquisado se destacam o perfil de sujeitos pobres, não brancos, moradores da periferia, com baixa escolaridade, estigmatizados, nascidos e crescidos em territórios extremamente vulneráveis, cujas possibilidades de viver e ascender socialmente são bastante limitadas. Diante disso, a questão central que mobiliza esta pesquisa é: *como jovens egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará têm conseguido transcender seu campo de possibilidades e ressignificar suas trajetórias e projetos de vida?* Outras inquietações mobilizam esta pesquisa: *como se caracteriza a trajetória de vida dos jovens egressos do Sistema Socioeducativo? Quais os espaços de socialização vivenciados pelos jovens egressos ao longo das suas trajetórias de vida? Que experiências socializadoras e/ou de figuras de*

referência foram significativas para a ressignificação dos projetos de vida dos jovens egressos? Como os projetos de vida dos jovens egressos têm se (re)configurado no decorrer de suas trajetórias e a partir do seu campo de possibilidades?

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho foi compreender como jovens egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará, que carregam as marcas de “infratores” e o acúmulo de eventos negativos em seus percursos biográficos, têm conseguido transcender seus campos de possibilidades e ressignificar suas trajetórias e projetos de vida. Foram objetivos específicos: identificar jovens egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará que estavam ressignificando suas trajetórias de vida; caracterizar a trajetória de vida de jovens egressos do Sistema Socioeducativo; identificar e analisar os espaços de socialização vivenciados pelos jovens egressos ao longo de suas trajetórias de vida; analisar como os projetos de vida dos jovens egressos têm se (re)configurado no decorrer de suas trajetórias de vida e a partir do seu campo de possibilidades.

Assim, a relevância e pertinência deste estudo se justifica por ser uma temática ainda pouco explorada no campo de estudos sobre juventudes e violência. Ainda que as Ciências Sociais tenham um histórico expressivo de trabalhos contemplando essas referidas áreas, ainda são poucas as produções relacionadas a jovens egressos do Sistema Socioeducativo, sobretudo com foco naqueles que conseguiram romper com as práticas infracionais. Conforme destacou Andrade e Barros (2018, p. 40): “são escassos os estudos e pesquisas que tratam da situação do (a) egresso (a) destas medidas; as produções existentes referem-se, sobretudo, ao prejuízo da privação da liberdade para os jovens” (ANDRADE; BARROS, 2018, p. 40).

O envolvimento de adolescentes e jovens em atos infracionais tem sido tema constante de inúmeras discussões dentro e fora do mundo acadêmico. Os discursos envolvem tanto a redução da maioridade penal e o agravamento das penas como soluções para a diminuição da reincidência, quanto à ineficácia das medidas socioeducativas como responsável pela continuidade infracional. Entretanto, poucas pesquisas se debruçam sobre a temática do egresso do sistema socioeducativo e sua trajetória após a liberação e sobre como as redes de significações construídas ao longo do cumprimento da medida socioeducativa estão imbricadas no seu curso de vida em liberdade (PADOVANI, 2017, p. 10).

Fato este também observado por Silva (2014) em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, intitulada “De menor infrator ao adolescente em conflito com a lei: um estudo sobre o sistema socioeducativo”, em que, segundo ela, desde que as medidas socioeducativas foram implantadas, em 1990, embora elas tenham sido tema de diversos trabalhos, principalmente nas

áreas do Direito, da Psicologia e da Educação, a produção no campo sociológico ainda é insuficiente.

O trabalho visa, assim, contribuir com o debate teórico no campo da sociologia das juventudes e da violência, ao mesmo tempo que fomentar políticas públicas que contribuam para a melhoria das condições dos adolescentes e jovens em cumprimento e pós-medida socioeducativa no Brasil e no Ceará.

Esta Tese está organizada em seis seções. Nesta seção, a Introdução, apresento de forma breve elementos da contextualização e da problematização do objeto de investigação, as questões que mobilizam a pesquisa, os objetivos e a estrutura do trabalho.

Na segunda seção, “Itinerários metodológicos: a saga de uma pesquisadora em busca do seu objeto de estudo”, apresento o percurso metodológico trilhado na pesquisa, descrevendo, inicialmente, aspectos da minha trajetória acadêmica e de pesquisadora que explicam minha relação e interesse pela temática, assim como minhas primeiras aproximações com o campo. Abordo de forma detalhada como se deu o processo de busca pelos sujeitos, as dificuldades enfrentadas e as estratégias utilizadas para contorná-las. Apresento também a entrevista narrativa como instrumento metodológico privilegiado na coleta dos dados, os rearranjos metodológicos adotados com a pandemia de Covid-19 e o uso da Análise Textual Discursiva para a análise dos dados.

Na terceira seção, “A cultura da institucionalização voltada às crianças e adolescentes pobres no Brasil: um percurso histórico”, realizo uma contextualização histórica buscando demonstrar como a cultura da institucionalização se tornou a principal prática adotada no tratamento de crianças e adolescentes no Brasil, dos tempos do império aos nossos dias. Para isso, retomo elementos que caracterizaram as Doutrinas da Situação Irregular e de Proteção Integral no Brasil, como os códigos de menores de 1927 e 1979 e a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Abordo também sobre o Sistema Socioeducativo Brasileiro, destacando os tipos e diferenciações entre as medidas socioeducativas, em que constitui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e, por fim, contextualizo como tem se dado a assistência à infância e à juventude no Ceará e apresento o panorama da política de atendimento socioeducativo do estado.

Na quarta seção, “De ‘infratores’ a ‘cidadãos’: as trajetórias de vida dos egressos pesquisados”, apresento a síntese das trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa reconstruídas a partir das suas narrativas, destacando como se deu o contato com cada interlocutor, em que

contexto ocorreram as entrevistas, assim como as experiências mais marcantes vivenciadas ao longo de seus percursos biográficos e abordadas em suas narrativas.

Na quinta seção, “Trajetórias metamorfoseadas: a construção do (im)provável”, analiso as trajetórias dos interlocutores tendo como base os diferentes contextos de socialização vivenciados, a saber, a família, a escola, o grupo de amigos, os Centros Socioeducativos, o trabalho e a igreja, e como cada um contribuiu no processo de ressignificação de suas trajetórias de vida. Em seguida, apresento os projetos de vida dos egressos e como eles se modificaram no decorrer de suas trajetórias e na relação com seus campos de possibilidades.

Por fim, a sexta e última seção, consiste nas “Considerações Finais” do trabalho, em que realizo uma síntese das principais dificuldades enfrentadas para a construção desta Tese, assim como dos achados alcançados com a pesquisa.

2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS: A SAGA DE UMA PESQUISADORA EM BUSCA DO SEU OBJETO DE ESTUDO

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (ROSA, 2001, p. 334).

Quem costuma assistir ao espetáculo na plateia pode, muitas vezes, não enxergar todo o trabalho e esforço empreendido anteriormente pelos artistas, em palco e fora dele, para que o show aconteça. Por isso, neste capítulo me proponho a apresentar o caminho que percorri ao longo da construção do meu objeto de estudo, por entender, e considerar importante que o leitor também compreenda, que o resultado final foi fruto de um processo, vivenciado de maneira não linear, com acertos, erros, avanços, recuos, dificuldades e aprendizados. Assim como o “correr da vida”, os percursos desta pesquisa foram trilhados com seus altos e baixos, idas e vindas, em uma mistura de sentimentos. Chegar ao final deste processo exigiu de mim, sem dúvida, muita coragem, sobretudo de enfrentar as adversidades, as minhas inseguranças e as incertezas.

Neste capítulo apresentarei, portanto, o percurso metodológico trilhado no decorrer da pesquisa. Para isso, retomo elementos importantes da minha trajetória acadêmica e de pesquisadora, que me despertaram o interesse pela temática. Abordo minhas primeiras aproximações com o campo, as principais dificuldades enfrentadas, bem como as articulações e estratégias mobilizadas para a busca dos sujeitos. Apresento também a entrevista narrativa como instrumento privilegiado na coleta dos dados e os novos rearranjos metodológicos adotados diante da pandemia de Covid-19. Por fim, explico em que consiste a Análise Textual Discursiva e como se deu seu uso no processo de análise do “corpus” da pesquisa.

2.1 TRAJETÓRIA DE PESQUISA E INTERESSE PELA TEMÁTICA: A JUVENTUDE COMO CATEGORIA PRIVILEGIADA

A juventude tem sido a categoria central mobilizada nas minhas pesquisas desde a graduação, quando iniciei os estudos com jovens da cidade e do campo, em escolas estaduais de Fortaleza, capital do Ceará, e em assentamentos rurais do estado, enquanto bolsista do

Programa de Educação Tutorial (PET) do Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Uma das pesquisas desenvolvidas nesse período de bolsista PET foi “Cultura juvenil e perspectivas de futuro de jovens do campo e da cidade”, realizada durante o ano de 2010 com jovens estudantes de uma escola profissionalizante de Fortaleza e com jovens de um assentamento rural no Ceará. Inspirada nessa pesquisa, desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso, em 2011, sobre “Juventudes, formação profissional e perspectivas de futuro: experiência na Escola Estadual de Educação Profissional Paulo Petrola”. Dei profundidade a essa discussão com o mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE), entre os anos de 2013 e 2015. Na Dissertação intitulada “Entre oportunidades, sonhos e realidade: experiências de jovens estudantes de uma escola profissionalizante de Fortaleza”, meu objetivo central foi analisar as repercussões do ensino médio, integrado à educação profissional, nos projetos de futuro dos jovens. O modo como os jovens estudantes significavam a escola e teciam nela suas experiências e projetos de futuro representou, portanto, o fio condutor das minhas investigações até então.

Ainda no PET, tive oportunidade de participar do Projeto de Extensão: “Dizer não à violência contra a mulher, jovens e adolescentes se aprende na escola”, desenvolvido na Escola Estadual de Educação Profissional Joaquim Nogueira em Fortaleza/CE. No decorrer desse projeto tive uma inserção nas discussões sobre violência, fortalecida pelos grupos de estudo que realizávamos semanalmente e também de um ciclo de debates promovido pelo PET.

Entretanto, foi apenas no primeiro semestre de 2016, quando ingressei em uma nova pesquisa, que a problemática da violência se apresentou a mim de modo mais impactante. Exerci a função de pesquisadora no Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA⁵), projeto implantado em fevereiro de 2016, na Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE), e desenvolvido em parceria com o Governo do Estado, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e várias instituições da Sociedade Civil. A referida pesquisa surgiu do incômodo provocado com o crescimento dos homicídios de adolescentes no Ceará e em Fortaleza, e teve como objetivo investigar as trajetórias de adolescentes vítimas de homicídios no ano de 2015, em sete cidades do estado: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral,

⁵ Hoje Comitê de Prevenção e Combate à Violência.

Maracanaú, Caucaia, Horizonte e Eusébio, a partir de quatro dimensões: individual, familiar, comunitária e institucional (CEARÁ, 2016)⁶.

Durante três meses estive imersa em territórios com grande exposição à violência e com os maiores índices de homicídios na adolescência na capital, região metropolitana e interior do estado. Essa experiência me despertou muitas inquietações, levando-me a uma maior aproximação com as temáticas de violência, Sistema Socioeducativo e juventudes, sobretudo os jovens a quem se atribui autoria de ato infracional.

Logo depois, participei como voluntária da Pesquisa de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará, promovida pelo Fórum Permanente das Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA Ceará). Essa pesquisa foi realizada em dez cidades do Ceará por meio da aplicação de instrumentais em Delegacias, Sistemas de Justiça, Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e nas Unidades Socioeducativas⁷. Foi uma experiência muito significativa, pois veio complementar a pesquisa anterior do Comitê, possibilitando-me um contato direto com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Retomando as experiências de pesquisadora do CCPHA, as quais me marcaram profundamente, sentia-me instigada a conhecer mais esse universo que acabara de vivenciar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002). Isso porque, ao visitar diversas famílias que perderam seus entes queridos, algumas ainda na vivência do luto, e ouvir seus relatos, muitas questões apontaram na direção de novas possibilidades de investigação. Entre essas provocações incitadas, uma delas me tocou de modo mais marcante: a constatação de que a maioria dos jovens vitimados pela violência já estavam afastados da escola à época em que foram assassinados e de que a quase totalidade deles não havia nem mesmo concluído a educação fundamental⁸. Esse foi um dos primeiros dados constatados por nós pesquisadores

⁶ O Relatório final da pesquisa “Cada vida importa”, assim como outras publicações do Comitê, está disponível em: < <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/> >. Acesso em: 24 abr. 2022.

⁷ O Relatório do 4º Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará está disponível em: <<https://cedecaceara.org.br/wp-content/uploads/2018/12/4-Monitoramento-SSE-final.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

⁸ Com os resultados da pesquisa do CCPHA foram produzidas doze evidências de vulnerabilidades aos homicídios e doze recomendações para prevenir os homicídios. O abandono escolar aparece como um elemento de vulnerabilidade ao homicídio. Das sete cidades cearenses investigadas, com exceção de Sobral (que obteve 44%), todas apresentaram percentuais de abandono escolar acima de 60%. Em resposta ao abandono escolar foi recomendada a busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar. Todas as evidências e as recomendações encontram-se disponíveis respectivamente em: <<https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/03/CARTAZ-1-12-evid%C3%AAs.pdf>>; <<https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/03/CARTAZ-2-12-campos-de-recomenda%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

com a aplicação dos questionários com os familiares dos jovens vitimados e com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Relacionar juventude, violência e educação me pareceu uma possibilidade e foi a partir dessa conexão que surgiu a primeira formulação do projeto de Tese, por meio do qual consegui aprovação para integrar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Há de se dizer, porém, que desde a aprovação no Doutorado, com a realização das disciplinas de metodologia do curso, aprofundamento bibliográfico, reuniões de orientação, qualificação e incursões no campo, o projeto de Tese passou por várias modificações. A principal delas foi não mais focar na escola, mas ampliar para outras instâncias socializadoras pelas quais o jovem pode ter passado e que tenham contribuído para a ressignificação de suas trajetórias de vida. Anteriormente, o objetivo central da pesquisa consistia em compreender o impacto da escola na ressignificação dos projetos de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e as experiências que marcaram suas trajetórias escolares. Com as reformulações, passei a me propor trabalhar com jovens egressos do Sistema Socioeducativo, especificamente aqueles que têm se distanciado da prática infracional e têm conseguido ressignificar seus projetos de vida.

2.2 LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa teve como *lócus* a cidade de Fortaleza, capital do Ceará, situada na região Nordeste do Brasil. Segundo o último Censo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, havia em Fortaleza uma população de 2.452.185 pessoas⁹. A escolha pela capital cearense se deu, tanto por ter sido o local em que surgiram as primeiras inquietações para a formulação do projeto de Tese, quanto pelas especificidades que a cidade vinha apresentando em 2016: crescimento da violência, histórico de violação de direitos de adolescentes e jovens no Sistema Socioeducativo, novas dinâmicas criminais com o surgimento e disseminação de facções criminosas, a ausência de um Programa para egressos do Sistema Socioeducativo, elementos que perpassam, direta ou indiretamente, as trajetórias dos sujeitos deste estudo.

Antes de apresentar os sujeitos da pesquisa, irei descrever, ao longo deste tópico, os principais acontecimentos que me permitiram chegar até eles, contemplando as primeiras

⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

imersões no campo, os contatos e as articulações realizadas, a participação em eventos, as visitas institucionais, bem como as dificuldades enfrentadas e as estratégias mobilizadas.

2.2.1 Primeiras incursões no campo

As primeiras ideias para o projeto de Tese começaram a surgir em 2016, como pesquisadora do CCPHA, durante meus percursos nos bairros da periferia de Fortaleza e mediante os primeiros resultados da pesquisa. Junto a isso, alguns elementos se encontravam como pano de fundo das reflexões a posteriori: o Ceará aparecia em terceiro lugar entre os estados do Brasil com o maior número de homicídios na faixa etária de 12 a 18 anos e Fortaleza ocupava o maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), entre as capitais brasileiras (CEARÁ, 2016). O estado cearense também se destacava no cenário nacional como o estado brasileiro que mais violava os direitos humanos de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Esses elementos agregavam mais obstáculos à ressocialização dos jovens egressos do Sistema Socioeducativo e, conseqüentemente, o desafio maior consistia em mapear aqueles que haviam conseguido se distanciar das práticas infracionais e estavam reconstruindo suas trajetórias de vida, proposta que eu vinha fomentando desde então.

O principal desafio metodológico inicial foi, sem dúvida, o mapeamento dos sujeitos da pesquisa, pois não havia no Ceará, e especificamente em Fortaleza, um programa de acompanhamento de egressos do Sistema Socioeducativo. Nesse contexto, em janeiro de 2018 comecei a contatar pessoas em Fortaleza que estudavam e/ou trabalhavam com temáticas relacionadas à violência, juventudes, Sistema Socioeducativo e direitos humanos, com o objetivo de criar uma rede de contatos para o mapeamento dos sujeitos da pesquisa. As pessoas com quem conversei indicaram-me contatar o Grupo de Mães do Socioeducativo, o qual é acompanhado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará). Assim, entrei em contato com uma colega que atuava no CEDECA e também estava realizando pesquisa de doutorado sobre o Sistema Socioeducativo Cearense, e, por meio dela, marcamos uma entrevista com um jovem egresso, que já havia cumprido várias medidas socioeducativas e era filho de uma das mães do referido grupo.

Tendo em vista as conexões existentes entre as temáticas das nossas pesquisas e como estávamos em busca dos nossos interlocutores, decidimos conversar juntas com o jovem, com o objetivo de estabelecer um primeiro contato e, quem sabe, conseguir a indicação de outros possíveis participantes para o estudo.

A entrevista ocorreu, então, no dia 05 de fevereiro de 2018, no próprio CEDECA, com início por volta das 11h30min da manhã. Antes de iniciarmos a entrevista, falamos brevemente dos nossos objetivos de pesquisas. Minha colega falou do seu interesse em compreender as rebeliões vivenciadas nos Centros Socioeducativos de internação e eu de compreender a trajetória de vida de jovens egressos do Sistema Socioeducativo. Busquei exercitar a aplicação da entrevista narrativa, propondo ao jovem uma pergunta aberta mais ampla e deixando claro que ele teria o tempo necessário para responder. Antes que o jovem começasse a falar, pedimos sua permissão para ligar o gravador e ele consentiu. Ainda assim, fiz uso do diário de campo para registrar elementos mais relevantes destacados em sua fala, ou possíveis perguntas para serem feitas em um segundo momento.

Por mais que a entrevista tenha durado uma hora e o jovem tenha falado com desenvoltura, muitas informações mais relacionadas à sua trajetória de vida não foram contempladas ou apareceram pouco aprofundadas. É como se ele estivesse falando de si, mas sem tirar a máscara que encobria sua subjetividade, sem apresentar detalhes, evitando se expor demais por meio de palavras ou emoções. Uma hipótese é que sua história de vida contém feridas ainda não cicatrizadas e ele preferiu não compartilhar, pois o relato envolve memórias, emoções, reflexões que talvez ele não estivesse preparado para revivê-las.

Rosenthal (2017) ressalta que a recordação de vivências depende da sua vinculação, quanto ao significado ou campo temático, às situações do presente. Ao abordar as dificuldades de recordação e, portanto, de relato, a autora destaca três elementos que interferem nesse processo. Um deles é a “vivência caótica”. Quando ela realizou entrevistas com sobreviventes da Primeira Guerra Mundial, observou que, devido à “vivência caótica” experienciada pelos entrevistados, eles apresentaram dificuldade de relatar esses momentos:

Se, por um lado, os veteranos conseguem falar facilmente, e horas a fio, sobre suas vivências na Segunda Guerra Mundial, da qual também participaram como soldados, sua descrição das experiências das trincheiras da Primeira Guerra Mundial, as quais com frequência chegaram a durar meses ou anos, é, na maioria das vezes, apenas breve e cheia de metáforas ou argumentos. A falta de inspiração resulta, entre outros fatores, da dificuldade em colocar em ordem sequencial as lembranças da vivência difusa e caótica do fogo-cruzado ou do cotidiano nas trincheiras (ROSENTHAL, 2017, p. 99).

Explica Rosenthal (2017, p. 99) que essa dificuldade de recordação surge pelo fato de o ambiente vivenciado não mostrar alteração, este constitui o segundo elemento, causando, conseqüentemente, a perda da consciência de tempo: “Lembrar-se facilmente de cursos

temporais de vivências isoladas, não interligadas [...] exige uma referência espacial, uma vez que, na memória, tempo é espacializado”.

Por fim, o terceiro elemento apresentado pela autora que causaria dificuldade no processo de recordação e relato é a vivência de situações similares, pois elas levam a descrições condensadas: “Essa condensação não se deve apenas à dificuldade de distinguir cada uma das situações quando ocorridas repetidas vezes, mas resultam também do fato de que situações singulares nas quais a continuidade de ações acaba sendo interrompida são memorizadas com maior frequência” (ROSENTHAL, 2017, p. 100).

Nesse sentido, ainda que eu tenha destacado meu interesse por toda a sua trajetória de vida, o jovem entrevistado focou sua narrativa no cumprimento das medidas socioeducativas e em críticas ao Sistema Socioeducativo, talvez porque, na condição de jovem egresso, a marca do estigma esteja também em seu imaginário, não pressupondo que outros aspectos da sua vida, não ligados às infrações e às vivências nas medidas socioeducativas, possam ter relevância. Suas críticas com aspecto de cobranças se estenderam ao CEDECA, o que se compreende pela presença da minha colega, que atuava na instituição. Ele iniciou a narrativa apontando o que o havia levado ao envolvimento com práticas infracionais, sem fazer referência à sua infância. Só depois soube que ele havia sido adotado, ainda quando criança, pois a mãe biológica o havia abandonado. Fiquei imaginando o quanto seria difícil compartilhar algo assim, principalmente com alguém com quem ele ainda não tinha proximidade.

Situação semelhante, no que se refere à focalização dos aspectos narrativos trazidos pelos informantes, foi vivenciada por Germano e Serpa (2008) ao entrevistarem jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, como pode ser observado no trecho a seguir:

Os jovens infratores entrevistados, embora não tenham sido solicitados a falar dos delitos que os levaram à justiça (mas a ‘contar sua vida’), modelaram suas histórias focalizando justamente a série de ações que antecederam e sucederam suas práticas delitivas. De certo modo, podemos dizer que, nas circunstâncias das E. N. [entrevistas narrativas] e motivadas por expectativas sobre o que os entrevistadores gostariam de ouvir, suas histórias de vida modelaram-se como histórias de transgressão e de recuperação relativamente bem sucedidas; [...]. Diante de entrevistadores da área de Psicologia, os jovens tenderam a apresentar-se nos moldes de uma ‘justificativa’, de modo a explicar como suas vidas desviaram-se de uma trajetória modelar, socialmente desejada (GERMANO; SERPA, 2008, p. 13).

O jovem entrevistado, portanto, demonstrou dificuldade em contar sua trajetória por meio de um relato aprofundado e na forma de narrativa. Por mais de uma vez ele disse: “mais alguma pergunta?”, “pois é, gente, perguntas?”, requerendo, assim, o modelo mais

comum de entrevista na forma de pergunta-resposta. Diante disso, realizamos algumas perguntas, a partir das colocações já feitas por ele, buscando aprofundá-las. Entretanto, ele continuou sendo sucinto em suas respostas ou desviando o foco da narrativa para assuntos externos, os quais, embora tivessem relação, não contemplavam nosso objetivo central naquele momento.

Percebendo já certo incômodo/impaciência por parte do jovem, e pelo avanço da hora, decidimos encerrar a entrevista. Uma parte de mim se sentia feliz e esperançosa pelo primeiro contato realizado, outra parte, porém, se sentia angustiada e preocupada com a coleta futura dos dados, tendo em vista que o jovem se desviou o tempo todo de falar de si, não deixando que as emoções se materializassem na sua fala, encobrindo seus medos, suas angústias, seus sonhos. Talvez a revolta, em tom de crítica e cobrança ao Sistema Socioeducativo, estendendo-se às demais instituições que trabalham em prol dos direitos de crianças e adolescentes, tenha sido o sentimento mais presente em seu discurso. Será que essa postura e dificuldade em falar de si estaria presente nos outros jovens a serem entrevistados? Que estratégias eu precisaria tomar para dar continuidade ao trabalho? Fiquei me perguntando.

Diógenes (1998), ao entrevistar pela primeira vez uma gangue juvenil em Fortaleza, expõe as dificuldades encontradas por ela e sua estagiária, e as reflexões impulsionadas por essa experiência: “pensei em desistir. Que fazia tentando entrevistar pessoas que mal falavam? Como comunicar-me com eles, se apenas a dimensão da fala se apresentava para mim como possibilitadora do entendimento?” (DIÓGENES, 1998, p. 58). A autora destaca três dificuldades na condução de entrevistas com gangues, uma delas referente à linguagem: “os integrantes das gangues ‘falam’ quase sempre com o corpo, com gestos, adereços, estilos de vestir, tatuagens que expressam modos de ser e pensar” (DIÓGENES, 1998, p. 59).

Após o “fracasso” de uma “entrevista-piloto”, Lyra (2013) adotou como estratégia metodológica a realização de um estudo etnográfico com um grupo de garotos institucionalizados em uma Unidade de cumprimento de medida socioeducativa em regime de semiliberdade, em Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. Sobre essa experiência o autor descreveu: “eu realmente sequer conseguia compreender o que ele falava. Sua dicção era péssima, o tom de voz muito baixo, as respostas monossilábicas” (LYRA, 2013, p. 58).

Após o insucesso dessa experiência, Lyra passa a dar atenção especial à comunicação em seu trabalho, a partir da convivência com os jovens na instituição. À medida que estabeleceu maior proximidade com os garotos, começou a se comunicar com eles nos seus próprios termos: “empregando as expressões que aprendia, além de utilizar alguns palavrões e

até mesmo suprimindo alguns plurais” (LYRA, 2013, p. 61). Com isso, o pesquisador registrou todas as expressões, gírias e verbetes utilizados pelos garotos e as utilizou na elaboração do novo roteiro de entrevistas.

O contato com a obra de Lyra (2013) se deu após a realização da entrevista exploratória e a sua leitura foi como um alento para mim. Identifiquei-me com as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador ao descrever sua primeira entrevista e confirmei a necessidade da aproximação e fortalecimento dos laços entre mim e os interlocutores, antes da realização das entrevistas. Pois meu estudo exigia o acesso a informações íntimas e, muitas vezes, delicadas da vida dos jovens, de modo que coletá-las não seria possível sem que antes eles se sentissem à vontade o suficiente para compartilharem comigo.

Ao finalizar a entrevista com o jovem, o convidamos para nos encontrarmos mais vezes, com a esperança de que aquela conversa significasse um primeiro contato, que pudesse ser aprofundado em outros. Aproveitei para perguntar se ele conhecia outros jovens que também haviam passado pelo Sistema Socioeducativo para indicar ao estudo, entretanto ele me disse: “não. A maioria tá morto”. O Grupo de Mães do Sistema Socioeducativo e o próprio CEDECA também não souberam me repassar outras indicações, pois alguns jovens filhos dessas mães já haviam morrido e outros ainda estavam em cumprimento de medida socioeducativa. Ainda assim, minha colega se comprometeu a verificar melhor as possibilidades e entrar em contato comigo, caso surgisse alguma novidade.

Quase um mês após essa entrevista, no dia 02 de março de 2018, ainda no aeroporto de Fortaleza, ao retornar a Porto Alegre para o início de um novo semestre de aulas, fui surpreendida com uma mensagem da minha colega, informando que o jovem que havíamos entrevistado tivera sido apreendido e, por já ser maior de idade, fora encaminhado para o presídio. No mês anterior a essa apreensão ele havia completado um ano e sete meses em liberdade.

Durante a entrevista o jovem havia destacado as dificuldades, sobretudo financeiras, após a saída do Sistema Socioeducativo, demonstrando estar sem nenhuma perspectiva de vida. Reconheceu que a maior dificuldade ao sair foi não receber nenhum acompanhamento institucional que pudesse direcioná-lo para atividades de profissionalização ou trabalho. Sem dinheiro, destaca ele, não é possível nem mesmo estudar: *“Pra mim fazer um curso, essas coisas, estudar, tem que ter dinheiro, porque o CEJA¹⁰ não é perto da minha casa.*

¹⁰ Centro de Educação de Jovens e Adultos.

Pra mim pagar o ônibus eu vou como? Porque o CEJA não é em qualquer escola de bairro, é pelas regionais¹¹. [...] Por isso eu disse que não é pra todos, a educação” (jovem egresso, 19 anos).

Isso me fez perceber o quanto o campo é dinâmico e exige de nós pesquisadores a descoberta e a construção constante de novos caminhos. Sales (2005, p. 72) expressou o ato de pesquisar como: “é garimpar, criar, experimentar, é descobrir um percurso”. O percurso, portanto, é construído no próprio caminhar, diante da realidade e dos sujeitos que se pretende investigar, visto que “é no encontro com o campo que o pesquisador se depara com as circunstâncias que o objeto de pesquisa lhe apresenta” (JOCA, 2013, p. 48).

Com essa breve incursão no campo já foi possível observar a dificuldade para mapear jovens egressos, sobretudo com o perfil que eu estava buscando, isto é, que estivessem ressignificando as suas trajetórias de vida.

Outro elemento importante, apontado nesse período, foi o avanço e a repercussão de facções criminosas em Fortaleza, as mudanças ocasionadas por ela no cenário da violência na capital cearense, sendo interessante observar os efeitos de tudo isso nos projetos de vida dos jovens egressos do Sistema Socioeducativo, como demonstrou o jovem entrevistado ao falar sobre sua saída de um Centro Socioeducativo: *“A saída ela foi meio assustadora, entende? Porque eu já sabia o que eu ia passar, o que eles iam oferecer, porque a facção chegou agora [...]”* (Jovem egresso, 19 anos).

Foi pensando nas dificuldades enfrentadas por jovens após o cumprimento de medidas socioeducativas que o estado do Rio Grande do Sul criou um programa de acompanhamento voltado para jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/RS), o POD Socioeducativo (Programa de Oportunidades e Direitos do Rio Grande do Sul). Naquele momento, o Programa se mostrou como uma oportunidade promissora para contatar jovens egressos do Sistema Socioeducativo e com eles estabelecer as relações de proximidade e confiança exigidas para o desenvolvimento do trabalho.

No primeiro semestre de 2018, através de uma colega, tomei conhecimento da existência de um programa voltado para egressos do Sistema Socioeducativo no Rio Grande do Sul e, especificamente, em Porto Alegre, cidade que eu estava residindo. Essa informação me

¹¹ Desde 1997 Fortaleza está dividida administrativamente em seis Secretarias Executivas Regionais mais a Regional do Centro (Cercefór), abrigando 119 bairros. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/a-cidade>>. Acesso em: 20 out. 2018.

deixou empolgada desde o primeiro momento, tendo em vista que isso poderia facilitar o acesso e proximidade com os sujeitos da pesquisa.

O Programa, hoje conhecido como POD Socioeducativo (Programa de Oportunidades e Direitos), foi primeiramente denominado “RS Socioeducativo”, quando instituído pela Lei Estadual nº 13.122 em 09 de janeiro de 2009¹². O referido Programa constitui uma iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sendo operacionalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH) que busca, em parceria com Organizações da Sociedade Civil, auxiliar na reinserção social dos jovens egressos de medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade. Com isso, o Programa visa contribuir para a redução da reincidência e prevenção da violência no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de uma proposta de corresponsabilidade que envolva o adolescente, a família e as políticas públicas de atendimento ao adolescente a quem se atribui autoria de ato infracional.

Após inteirar-me com informações gerais sobre o Programa por meio de pesquisas na internet, em maio de 2018 liguei para a SDSTJDH, especificamente para o Departamento de Justiça, com o intuito de saber mais detalhes sobre o POD Socioeducativo. A atendente me orientou a enviar um *e-mail*. Assim o fiz, explicando brevemente minha proposta de pesquisa e questionando o interesse e disponibilidade da instituição em colaborar com o estudo. Deixei claro meu objetivo de realizar uma visita à Secretaria, para conversar diretamente com integrantes do Programa.

Para minha surpresa, recebi resposta imediata, da própria coordenadora do POD Socioeducativo, que se mostrou muito disponível e interessada em colaborar com o estudo. Depois disso, agendamos uma visita minha à Secretaria, realizada no dia 25 de maio de 2018. Nesse dia a Secretaria, em especial o Departamento de Justiça, onde se encontra a equipe do POD Socioeducativo, estava bem calma, com poucas pessoas no setor. Além de ser um dia de paralização nacional por conta da greve dos caminhoneiros, parte dos funcionários estava em um evento sobre Justiça Restaurativa.

Fui recebida gentilmente pela coordenadora do POD Socioeducativo. Falei um pouco da minha proposta de pesquisa e em seguida ela apresentou o POD Socioeducativo desde

¹² Essa Lei foi atualizada pelas Leis nº 14.227 e 14.228, ambas instituídas no dia 15 de abril de 2013, assim como regulamentado pelo Decreto nº 46706 de 23 de outubro de 2009, “oferecendo materialidade ao disposto no art. 94, inc. XVIII do Estatuto da Criança e do Adolescente e também ao disposto no Art. 4º, inc. X da Lei Federal nº 12.594/12 SINASE” (Edital de Chamamento Público nº 001/2017, p. 13).

a sua criação, explicando com detalhes seu funcionamento. Logo depois, chegou ao setor a diretora de Justiça da SDSTJDH. Após sermos apresentadas, ela nos convidou para entrar em sua sala, onde conversamos por alguns minutos sobre meu objeto de estudo. Ela trouxe mais informações sobre o POD Socioeducativo e ratificou o interesse e disponibilidade da equipe em contribuir com o estudo, o que muito me deixou satisfeita.

Após a visita na instituição, foquei na preparação para a qualificação e levei essa proposta de pesquisa para a banca. Entretanto, após a qualificação me distanciei da ideia de trabalhar com os jovens do POD Socioeducativo, pois nesse caso seria necessário, no mínimo, que a pesquisa fosse comparativa, entre Fortaleza e Porto Alegre, e acabou não sendo viável pelas circunstâncias posteriores. Resolvi então buscar uma nova possibilidade, mediante a aproximação com os jovens do Projeto de Extensão Traficando Saberes, uma das sugestões e convite feito durante a qualificação pelo professor Luiz Fábio.

2.2.2 Projeto Traficando Saberes

No final de dezembro de 2018, logo após a qualificação da Tese, retornei para Fortaleza com o objetivo de realizar o trabalho de campo e coletar os dados necessários para a pesquisa. Assim, contatei o professor Luiz Fábio, coordenador do Traficando Saberes, e falei do meu interesse em acompanhar as atividades do Projeto. Ele então ficou de me sinalizar o início dos trabalhos. A proposta de acompanhar o Projeto era na expectativa de identificar jovens no perfil que eu buscava, isto é, que estivessem ressignificando suas trajetórias de vida, e também que o espaço das oficinas possibilitasse o estreitamento dos laços de proximidade e confiança, tão necessários antes da realização das entrevistas com os sujeitos.

O Traficando Saberes¹³ foi fundado em 2015 e consiste em um Projeto de Extensão vinculado ao Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da UFC, tendo como objetivo, em linhas gerais, realizar atividades para a defesa e promoção dos direitos humanos. Tem como público alvo jovens residentes da periferia de Fortaleza, que estão em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA). O Projeto envolve a participação de outros jovens:

¹³ O nome do Projeto foi sugestão de um educador social durante uma oficina de direitos humanos realizada pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV) no Cuca Jangurussu em setembro de 2015, com jovens egressos do Sistema Socioeducativo. Consiste na proposta de ressignificar algo que faz parte da vivência dos jovens da periferia, positivando a experiência mediante a ideia de traficar saberes, conhecimentos, valores, ações políticas etc. Essas informações foram disponibilizadas pelo coordenador do Traficando Saberes ao compartilhar o formulário de cadastro do Projeto como ação de extensão junto a Pró-Reitoria de Extensão da UFC.

estudantes universitários, integrantes de movimentos sociais, membros de organizações governamentais e não-governamentais, militantes políticos e artistas das periferias, entre outros interessados. Representa um espaço coletivo de troca de experiências e conhecimentos que visa proporcionar reflexões e ações sociais de enfrentamento às situações de violação de direitos vivenciadas pelos jovens e outras violências.

Desde a sua fundação, o Projeto conta com a parceria do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) da Prefeitura Municipal de Fortaleza e desde 2017 tem acontecido na unidade do CREAS do Conjunto Ceará. A instituição colabora na mobilização dos jovens que irão participar do Projeto e na disponibilização do espaço físico para a realização das atividades. Outras instituições como o CEDECA Ceará, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e a Visão Mundial têm sido parceiras do Projeto, contribuindo com apoio educacional e material para a realização das oficinas. Nas últimas edições, o Traficando Saberes tem sido desenvolvido em parceria com o Grupo de Pesquisas e intervenções sobre Violência e Produção de Subjetividades (VIESES), um Programa de Extensão do Departamento de Psicologia da UFC, sob a coordenação do professor João Paulo Pereira de Barros. As atividades são construídas e realizadas em conjunto pelos dois grupos.

A primeira reunião de que participei com a equipe do Traficando Saberes e do VIESES ocorreu no dia 15 de março de 2019, no Departamento de Ciências Sociais da UFC e contou com a participação dos dois professores coordenadores e vários bolsistas veteranos e novatos dos respectivos Projetos. Consistiu em uma reunião de planejamento, em que ficou acordado que o 1º semestre de 2019 seria para a organização e planejamento do Projeto, ficando a execução para o 2º semestre. Na ocasião foi realizada uma avaliação do Projeto no ano de 2018, na qual foram identificados os principais problemas ocorridos e a elaboração de estratégias para contorná-los. Os participantes deram também sugestões de atividades a serem realizadas durante o Projeto.

Ao longo de 2019, acompanhei várias atividades do Traficando Saberes, entre reuniões, mesas-redondas¹⁴ e oficinas com os adolescentes. Ao todo ocorreram quatorze

¹⁴ 1ª mesa-redonda: 12/04/2019 – Diários da Patrulha: métodos de pesquisa sobre policiamento, com a professora Susana Durão do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP -SP); 2ª mesa-redonda: 30/04/2019 – “100 dias do governo Camilo Santana e a Segurança Pública”. A mesa foi composta por: Alessandra Félix, participante do Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará e do Coletivo Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional do Ceará; Glaucéria Mota, professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA-UECE); Ricardo Moura, professor da UECE e pesquisador do Laboratório Conflitualidade e Violência (COVIO-UECE); Cláudio Justa, presidente do Conselho Penitenciário do Ceará (COPEN) na época; Beatriz Xavier, presidente do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos do Ceará (CEDDH) na época;

encontros, sendo doze oficinas realizadas semanalmente, às quintas-feiras, com duração de 2h30min cada uma e contemplando temáticas sobre juventudes, direitos humanos, enfrentamento à violência, educação, projetos de vida, atividades culturais, produção audiovisual e grafite, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Descrição das atividades realizadas nas oficinas do Projeto Traficando Saberes

OFICINAS	TEMÁTICAS
Abertura do Projeto no CREAS Conjunto Ceará	
Oficina 1	juventudes e direitos humanos
Oficina 2	juventudes e direitos humanos: Cidade
Oficina 3	enfrentamento à violência
Oficina 4	enfrentamento à violência
Oficina 5	enfrentamento à violência
Oficina 6	visita à exposição NOMES (FPSP/Mães do Curió)
Oficina 7	educação e projetos de vida
Oficina 8	gravação do clipe do Subconsciente em Pauta
Oficina 9	resistências: oficina de vídeo
Oficina 10	resistências: oficina de vídeo
Oficina 11	Grafite
Oficina 12	Grafite
Encerramento do Projeto e entrega de certificados	

Fonte: Elaboração própria com base em relatório do Projeto Traficando Saberes, 2019.

Nota 1: Fórum Popular de Segurança Pública (FPSP).

Nota 2: Mães do Curió¹⁵

Parte das oficinas ocorreu no CREAS Conjunto Ceará, que funciona no Centro Social Urbano (CSU), espaço que agrega outras instituições. É um prédio com estrutura e instalações antigas. Para as oficinas do Projeto utilizamos em alguns dias as salas disponíveis e em outros o auditório. No auditório havia amplo espaço, mas nada além de cadeiras de plástico, algumas já quebradas, e uma mesa de madeira já desgastada. Era um espaço fisicamente nada atrativo, sobretudo para as juventudes.

As várias visitas ao local me fizeram refletir sobre o descaso governamental ali existente, a desmotivação dos adolescentes e jovens por estarem naquele espaço sem cores e belezas, e acerca do esforço dos profissionais, que com escassos recursos realizam verdadeiros

3ª mesa-redonda: Violência Policial e os Desafios para a Democracia, com a participação de: Larissa Paiva, integrante do Coletivo Natora; Rômulo Silva, pesquisador do COVIO e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UECE); Túlio Studart, coronel da Polícia Militar do Ceará e doutorando em Políticas Públicas.

¹⁵ As mães que perderam filhos na Chacina do Curió, formaram em 2016 o Movimento “Mães do Curió” em busca de justiça e amparo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/14/maes-integram-movimento-de-amparo-e-justica-apos-filhos-vitimados-por-acoos-policiais-no-ceara.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

malabarismos na execução diária dos seus trabalhos. Fiquei pensando o quanto um espaço bem equipado, bonito, limpo e organizado pode fazer a diferença na motivação dos profissionais, dos adolescentes e de seus familiares, e interferir significativamente na execução e no cumprimento das medidas socioeducativas, pois estar em locais assim, que ofereçam oportunidades, é acolhedor, prazeroso, além de oferecer maior probabilidade de impacto positivo na vida dos sujeitos.

Em geral, participaram das oficinas poucos adolescentes, o número sempre variava de 5 a 8 em cada encontro. Dentre os participantes havia apenas uma menina. A maioria era de cor negra ou parda e com idade aproximadamente entre 12 e 17 anos. Eles interagiram bem às atividades propostas, mas alguns demonstraram mais timidez e dificuldade de se expressar por meio da fala.

Dois jovens do Grupo Subconsciente em Pauta¹⁶ acompanharam e contribuíram com as oficinas, compartilhando suas experiências de vida e de trabalho com o rap, enquanto jovens moradores e artistas marginais da periferia. Era perceptível o quanto os adolescentes ficavam atentos quando os jovens falavam, com as gírias, os gestos e os versos que sinalizavam suas trajetórias, suas dores e suas semelhanças.

Um dos jovens do Grupo era egresso do Sistema Socioeducativo e em alguns momentos compartilhou com os adolescentes sua vivência nas Unidades de internação, principalmente as dificuldades enfrentadas e a vida após a medida, quando se aproximou da arte e se encontrou. Logo na abertura do Projeto, quando ele se apresentou como egresso, o vi como possível interlocutor da pesquisa. Entretanto, ao invés de falar logo com ele optei por esperar até ganhar mais proximidade e confiança. Quando enfim imaginei ser o momento oportuno e conversei com ele, me disse que não tinha interesse em participar da pesquisa. Havia da sua parte uma postura bastante crítica e descrente com relação à universidade. Na visão dele, nós, pesquisadores, queríamos apenas usufruir das contribuições que sujeitos como ele poderiam oferecer, sem apresentarem, de fato, uma devolutiva. Expliquei a ele que eu realmente não tinha como realizar nenhuma promessa acerca das mudanças e melhorias concretas que a pesquisa poderia proporcionar, mas o estudo visava compreender melhor as trajetórias de jovens egressos, em especial dos que têm conseguido resignificá-las e isso poderia contribuir

¹⁶ O Subconsciente em Pauta (S.E.P. 85) é um grupo de rap cearense que por meio da literatura marginal transformam suas vivências como moradores da periferia em arte. O mais recente álbum “Do dialeto ao dia lento” foi lançado em setembro de 2021 e teve como tutor o rapper KL Jay, membro do grupo Racionais MC’s. Disponível em: <<https://portoiraçemadasartes.org.br/grupo-de-rap-s-e-p-85-apresenta-show-do-dialeto-ao-dia-lento-no-porto-iracema-das-artes/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

na fomentação de políticas públicas para esse público. Falei que ele poderia pensar melhor e, caso mudasse de ideia, era só falar comigo. Infelizmente ele não me procurou, e era preciso respeitar sua decisão, afinal as recusas também fazem parte da pesquisa.

Uma das atividades externas do Projeto foi a visita à Exposição Nomes no Sobrado José Lourenço, no Centro de Fortaleza. A exposição retratou a história e a memória das vítimas da Chacina do Curió¹⁷, ocorrida no dia 11 de novembro de 2015, na Grande Messejana, em Fortaleza. Na ocasião, cada adolescente registrou fotos e filmagens da exposição, que foram compartilhados e editados em um único vídeo, socializado na oficina posterior do Projeto.

Figura 1 – Exposição de fotografias das vítimas da Chacina do Curió



Fonte: Arquivos da autora, 2019.

Outra atividade externa do Traficando Saberes, que tive a oportunidade de acompanhar, foi a oficina de grafite, que ocorreu na UFC, com a pintura de um muro no Centro de Humanidades. Estavam presentes além dos adolescentes, técnicas do CREAS Conjunto Ceará, colaboradores do projeto, o coordenador, as bolsistas dos dois grupos e o grafiteiro

¹⁷ A Chacina do Curió resultou em onze assassinatos em sequência, entre a noite do dia 11 e a madrugada do dia 12 de novembro de 2015, no bairro Curió, na Grande Messejana, em Fortaleza. 34 policiais militares foram acusados pelos crimes. Segundo conclusão da investigação da Delegacia de Assuntos Internos (DAI) da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), policiais militares se reuniram para vingar a morte de um soldado da Polícia Militar, ocorrida na noite do dia 11 de novembro de 2015, no bairro Lagoa Redonda (próximo a Messejana). Ao procurarem os responsáveis pelo crime na região saíram matando vítimas aleatórias. Para mais informações consultar: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/seis-anos-apos-chacina-do-curio-dos-34-pms-acusados-apenas-8-estao-aptos-a-irem-a-julgamento-1.3158095>. Acesso em: 03 fev. 2022.

responsável pela oficina. Consistiu na última oficina realizada e foi possível perceber que os adolescentes se envolveram bastante com a atividade.

Figura 2 – Oficina de grafite com pintura de muro na UFC



Fonte: arquivos da autora, 2019.

No decorrer das oficinas percebi que os adolescentes participantes do Traficando Saberes não correspondiam ao perfil de sujeitos que eu buscava para a pesquisa. Além de ainda estarem cumprindo uma medida socioeducativa, seus comportamentos e discursos demonstravam o quanto ainda estavam integrados ou suscetíveis às dinâmicas infracionais. Nesse período, um dos adolescentes participantes foi apreendido e ficou em internação provisória. Soubemos do fato pelo irmão dele que também participava do Projeto.

Apesar disso, a experiência no Traficando Saberes foi extremamente valiosa enquanto aprendizado humano e como pesquisadora, constituindo um momento importante para interagir com ambientes e sujeitos relacionados à minha temática de estudo, o que suscitou percepções, reflexões, saberes e emoções ao longo do percurso.

2.2.3 A saga continua: as novas estratégias utilizadas na busca pelos sujeitos

Após a reunião de planejamento do Traficando Saberes, em março de 2019, fiquei sabendo da previsão das oficinas apenas para o segundo semestre do referido ano e vi que seria muito arriscado esperar exclusivamente pelos jovens do Projeto, sem, ao menos, ter alguma certeza de que eles poderiam, de fato, ser os sujeitos da pesquisa. Retomei, então, com maior afinco, as articulações em busca de possíveis contatos de jovens egressos.

Seria inviável descrever detalhadamente todos os contatos realizados nesse período, pois foram muitos, e isso poderia deixar a descrição densa e cansativa. Nesse sentido, procurarei

focar nas articulações que repercutiram de alguma forma para que eu chegasse até os sujeitos. O primeiro passo nessa nova etapa foi enviar mensagens pelas redes sociais (*Facebook* ou *WhatsApp*) para pessoas na minha lista de contatos (estudantes, pesquisadores, militantes, articuladores comunitários) que poderiam contribuir nesse processo de identificação dos egressos. Muitas das vezes as pessoas contatadas não souberam informar nenhum nome de egresso, mas me repassaram outros possíveis contatos que poderiam me ajudar, e eu então enviava mensagens para essas pessoas. Somado a esses primeiros contatos, a participação em eventos, juntamente com visita a grupos, projetos e instituições foram importantes aliados nesse processo de articulação, por meio dos quais acessei a grande maioria dos meus interlocutores.

Uma das pessoas contatadas nesse período foi um dos articuladores comunitários do CCPHA, que conheci em 2016, quando trabalhei como pesquisadora na instituição. Em uma manhã de abril de 2019 ele se dispôs a visitar algumas instituições comigo. Passamos pelos CREAS do Conjunto Ceará, Bom Jardim e Canindezinho, e conversamos com as técnicas responsáveis, em que expliquei o meu objetivo de pesquisa e os jovens que eu buscava. Entretanto, embora tenhamos sido bem recebidos em todos os locais, não houve nenhuma indicação de possíveis sujeitos. Segundo as técnicas, para que elas pudessem repassar qualquer informação sobre os adolescentes atendidos seria necessário que eu apresentasse uma autorização da pesquisa.

A primeira tentativa de localização dos sujeitos pela via institucional comprovou o que eu já temia: a burocracia existente. Eu contava com uma carta de apresentação com assinatura da orientadora e do coordenador do Programa de Pós-Graduação do qual eu fazia parte, mas não foi suficiente, a exigência era de uma autorização da pesquisa pela Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) a quem os CREAS estavam subordinados.

Considero a exigência de autorização da pesquisa, em parte, burocrática, porque os jovens que eu buscava não estavam mais diretamente ligados a instituições do Estado ou do município (Centros Socioeducativos ou CREAS), tendo em vista que a minha proposta era pesquisar jovens egressos. Por uma questão ética, eu também não tinha a pretensão de que os profissionais dessas instituições me repassassem dados dos adolescentes sem autorização prévia por parte deles. Quando eu entrava em contato com os profissionais, o objetivo era saber se eles lembravam de jovens que tinham passado pelo cumprimento de medidas socioeducativas e que estivessem conseguindo ressignificar suas trajetórias de vida. Uma vez identificados esses sujeitos, perguntaria se poderiam tentar contatá-los para falar sobre a pesquisa, e só em caso de

consentimento por parte deles, seus contatos me seriam repassados. Assim, optei por continuar as buscas dos sujeitos de modo informal, por receio da demora em aguardar os trâmites institucionais exigidos para a autorização da pesquisa.

Um dos eventos de que participei nesse período foi o I Seminário sobre Letalidade na Adolescência. Ocorrido no dia 10 de abril de 2019 na cidade de Fortaleza, contou com a participação de mais de 150 pessoas, entre estudantes, pesquisadores, militantes, articuladores comunitários, familiares de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ou egressos do Sistema Socioeducativo, representantes de organizações públicas e da sociedade civil e política de Fortaleza e do estado do Ceará. Foi um momento de suma importância para a pesquisa, tanto por conta das discussões quanto das articulações realizadas.

A iniciativa foi pensada como estratégia conjunta para prevenir a violência letal de adolescentes vulneráveis e promover a proteção integral. Isso porque Fortaleza vinha se destacando no *ranking* das capitais brasileiras com maior número de homicídios de adolescentes e jovens, conforme já mencionado. De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS), o estado registrou em 2019 um total de 841 mortes de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, sendo que 266 casos ocorreram em Fortaleza e 86 das vítimas eram do sexo feminino (COSTA *et al*, 2019).

O Seminário contou com atividades durante todo o dia, dividindo-se em mesas-redondas no período da manhã, grupos de trabalho à tarde e plenárias no início da noite. O resultado foi a elaboração de um Plano Municipal de Enfrentamento à Letalidade de Adolescentes para a cidade de Fortaleza¹⁸. O evento foi um rico espaço de troca de saberes em que tive a oportunidade de conhecer e conversar com várias pessoas e apresentar a elas minha proposta de pesquisa.

Tive a oportunidade de ouvir relatos emocionantes e marcantes de alguns familiares de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas ou egressos do Sistema Socioeducativo, entre eles o da jovem Vitória¹⁹, que se apresentou como esposa de um jovem egresso do Sistema Socioeducativo.

No momento final do evento, quando todos os participantes voltaram a se reunir em um auditório para a realização das plenárias e partilha das discussões fomentadas nos grupos

¹⁸ Disponível em: <https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/images/ANEXO_%C3%80_RES.51-2020PLANO_MUNICIPAL_DE_ENFRENTAMENTO_%C3%80_LETALIDADE_NA_ADOLESC%C3%8ANCIA_PARA_A_CIDADE_DE_FORTALEZA.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

¹⁹ Nome fictício.

de trabalho, aproveitei para me aproximar da Vitória e apresentar a ela minha pesquisa. Ela foi super simpática, falou um pouco sobre seu esposo e se comprometeu a falar com ele e me confirmar, caso aceitasse participar do estudo. Desse encontro surgiu meu primeiro interlocutor da pesquisa, o Rian²⁰.

Entre as articulações desse dia, conversei também com uma jornalista do CCPHA, que me disse ter o contato de um jovem poeta marginal, egresso do Sistema Socioeducativo, o qual eu já conhecia de nome. Ela o contactou e poucos dias depois me enviou mensagem dizendo que ele havia aceitado conversar comigo. Conversei com ele pelo *Instagram*, que me confirmou o interesse em participar da pesquisa. Tentei encontrá-lo algumas vezes, mas nos dias marcados ele não compareceu, de modo que a entrevista não veio a se concretizar.

Ainda no dia do seminário, conversei com um jovem ex-integrante e hoje voluntário do Projeto Meninos de Deus. Ao apresentar a ele brevemente a minha pesquisa ele me contou um pouco sobre o Projeto e disse que o seu irmão era egresso do Sistema Socioeducativo. Me repassou seu contato e o do coordenador do grupo e fiquei de entrar em contato para agendar uma visita.

O Projeto Meninos de Deus está situado na comunidade Parque Santa Filomena, no Grande Jangurussu, em Fortaleza. Surgiu em maio de 2006, por iniciativa de Paulo Uchôa, coordenador do grupo, em parceria com a Visão Mundial e o Conselho Nova Vida (CONVIDA), diante do crescente aumento da violência e do número de homicídios na região e com o objetivo de resgatar adolescentes e jovens “envolvidos” na criminalidade e transformar suas vidas por meio do esporte e do Evangelho²¹.

A visita ao Projeto ocorreu no campo de futebol Coritiba, no Parque Santa Filomena, no Jangurussu, no dia 02 de maio de 2019, por volta das 17h. Fui recebida pelo jovem com quem eu havia conversado no dia do evento e apresentada ao Paulo Uchôa, com quem falei sobre a minha pesquisa e perguntei se ele conhecia jovens do grupo com o perfil que eu buscava. Ele então olhou em volta do campo, já preenchido por muitas crianças, adolescentes e jovens dentro e no seu entorno. Em seguida, chamou um jovem que estava próximo a nós, disse a ele que eu estava realizando uma pesquisa e perguntou se ele poderia conversar comigo. Com o

²⁰ O nome dos interlocutores do trabalho e de outras pessoas que possam ter alguma ligação a eles são fictícios para preservar suas identidades. Vale ressaltar que alguns nomes foram sugeridos pelos próprios interlocutores. A continuação dessa história será contada no capítulo 4.

²¹ Mais detalhes sobre o Projeto Meninos de Deus podem ser encontrados no livro: QUEIROZ, Carlos. Meninos de Deus: meninos que reencontraram a vida entre lágrimas e esperança. Fortaleza: Carlinhos Peregrino, 2019. Ou no documentário: Uma história de amor, esperança e fé. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I2MKPX4OGq8&t=256s>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

aceite do jovem, nos dirigimos a uma calçada que ficava em frente ao local. Expliquei brevemente sobre a minha pesquisa, perguntei se ele poderia compartilhar um pouco da sua história de vida e também pedi permissão para gravar a conversa. Entretanto, no decorrer da sua fala percebi que ele não havia passado pelo Sistema Socioeducativo, embora estivesse ressignificando sua vida, pois, segundo ele, foi viciado em drogas e integrante da facção criminosa GDE, mas há 11 meses havia saído da facção e entrado na igreja evangélica: “*Deus me libertou das drogas, da facção, do crime*”, disse ele.

Mesmo sabendo que ele não correspondia ao perfil que eu buscava, não interrompi sua fala, que durou aproximadamente 25 minutos, e agradei pela confiança e disponibilidade. Não era minha intenção realizar entrevistas antes de estabelecer uma maior aproximação com os sujeitos, porém, por outro lado, também não quis perder a oportunidade de conversar com o jovem e estabelecer um primeiro contato que poderia ser aprofundado em momentos posteriores.

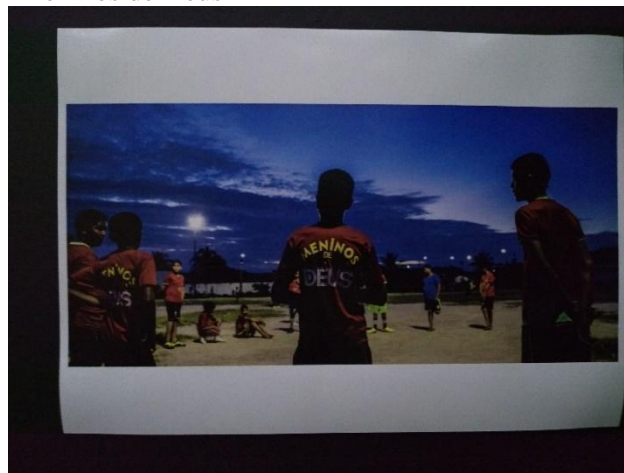
Após a conversa, me aproximei novamente do campo de futebol e assisti ao restante do treino. Contemplei por vários minutos aquela cena de crianças, adolescentes e jovens que se destacavam com seus sorrisos e empolgação, jogando ou assistindo aos colegas jogarem. Era perceptível o clima de leveza, festividade, irmandade e respeito que emanava no grupo. Após o término da atividade, o Paulinho, como era popularmente conhecido o coordenador do grupo, me deu carona até sua residência, de onde solicitei um Uber para casa. No percurso ele me falou um pouco da sua história de vida e a do Projeto. Disse que havia sido jogador de futebol profissional, mas por conta de uma contusão no joelho e duas cirurgias precisou encerrar a carreira ainda muito jovem, aos 23 anos. O Projeto foi uma forma que encontrou de continuar sua paixão pelo esporte e ainda contribuir com a transformação de vida daqueles meninos e meninas. Já se aproximava das 21h quando cheguei em casa e, embora um pouco tensa por conta da viagem sozinha, da distância e, sobretudo, do horário, deu tudo certo. Sentia-me contagiada e inspirada com as boas energias vivenciadas naquele final de dia.

Ainda tive oportunidade de conversar com outro jovem ex-integrante do Projeto Meninos de Deus e acompanhar atividades do grupo nos meses seguintes. Estabeleci o primeiro contato com o segundo jovem do Projeto no dia 09 de maio de 2019, entretanto, só consegui entrevistá-lo no dia 04 de setembro de 2019, na sua residência, no bairro Jangurussu. A entrevista com ele durou aproximadamente 1h30min, mas não cheguei a utilizá-la para a reconstrução de sua trajetória, pois ao longo da conversa percebi que ele só havia cumprido a

medida socioeducativa de internação provisória e de prioridade na reconstrução das trajetórias dos jovens que tinham passado, no mínimo, seis meses em cumprimento de medida.

Ainda em setembro do mesmo ano, acompanhei o lançamento do livro “Meninos de Deus: meninos que reencontraram a vida entre lágrimas e esperança” e da exposição fotográfica sobre o Projeto na Assembleia Legislativa do Ceará.

Figura 3 – Registro da exposição fotográfica Meninos de Deus



Fonte: Arquivos da autora. Fotografia de Leo Silva, 2019.

Também em maio de 2019, uma colega e parceira de pesquisa no CCPHA, com quem eu já vinha compartilhando informações sobre a minha investigação de doutorado, me contatou e disse que tinha a indicação de uma jovem para a minha pesquisa, com quem já havia falado e ela teria aceitado participar. Minha colega me repassou seu contato e foi assim que cheguei à Rosa, minha segunda interlocutora do trabalho. Na época ela participava de um grupo de estudo sobre Sociologia da Violência, em uma Universidade Pública de Fortaleza, e sugeriu de nos encontrarmos após a atividade. Comecei então a participar do grupo por ser uma abordagem do meu interesse e também como estratégia para estreitar os laços de proximidade e confiança com a minha interlocutora.

Outro evento que tive oportunidade de participar e rendeu boas articulações para a pesquisa foi uma Reunião Técnica da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) no dia 14 de outubro de 2019, em Messejana, Fortaleza. Teve início por volta de 9h30min e se estendeu até as 17h. Contou com a participação de muitas pessoas, entre elas representantes dos CREAS e dos Centros Socioeducativos de Fortaleza e de todo o estado. Na ocasião, entre outras atividades, foi apresentado o Plano Estadual Decenal de

Atendimento Socioeducativo do Ceará (2019-2028), instrumento elaborado em 2018 com o objetivo de fortalecer o Sistema Socioeducativo Cearense.

Figura 4 – Apresentação musical na abertura da Reunião Técnica da SEAS



Fonte: Arquivos da autora, 2019.

Ao final da reunião aproveitei para solicitar autorização de realização da pesquisa nos CREAS junto à Célula de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) da Prefeitura Municipal de Fortaleza, pois a instituição funcionava no mesmo prédio em que ocorreu o evento. A decisão de realizar essa solicitação se deu após sugestão de uma assistente social coordenadora dos CREAS de Fortaleza, com quem eu já havia conversado anteriormente e reencontrei na referida reunião. Embora eu tenha conseguido protocolar a solicitação, fui informada de que eu precisaria conseguir uma autorização judicial na 5ª Vara da Infância e da Adolescência para anexar junto ao requerimento. Repassaram-me então um e-mail para o qual eu deveria encaminhar o documento assim que conseguisse.

Foi também durante a Reunião Técnica que tive a oportunidade de conhecer e conversar com o diretor da Semiliberdade Masculina de Fortaleza, o qual me recebeu com simpatia e interesse pela pesquisa. Por meio dele acessei um novo interlocutor da pesquisa, o Eduardo.

Após a Reunião ainda cogitei ampliar a pesquisa para o interior do estado. Em visita a Sobral aproveitei para visitar a Unidade de Semiliberdade da cidade e conversar com o então diretor sobre minha pesquisa. Porém, ele disse que não tinha sugestão de nenhum jovem com o perfil que eu procurava. Também realizei duas visitas à Unidade de Semiliberdade de Iguatu.

Nas ocasiões conversei com a diretora e a assistente social, ambas muito receptivas e dispostas a colaborar com o estudo. Ainda mantive contato com a instituição por alguns meses, pois a assistente social havia se disponibilizado a contatar alguns jovens egressos e me dá um retorno. Todavia, as tentativas não avançaram e não tive como dar continuidade a essa proposta.

No dia 23 de outubro de 2019 tive a oportunidade de conversar com algumas mães do Coletivo de Mães do Sistema Socioeducativo do Ceará, no CEDECA. O encontro se deu após contato com uma das mães do grupo e mãe do primeiro jovem contatado na pesquisa exploratória. Havia lhe enviado mensagem pelo *Facebook* falando sobre minha pesquisa e perguntando se ela conhecia jovens com o perfil que eu buscava. Ela então me passou o contato de outras três mães do grupo. Enviei mensagens para elas pelo *WhatsApp*, mas apenas uma delas, me deu retorno, aceitando conversar comigo. Como ela precisaria ir ao CEDECA para resolver algumas questões, combinamos de nos encontrarmos na instituição.

Durante nossa conversa ela me disse que seu filho tinha saído do Sistema Socioeducativo há pouco mais de um mês e que ele era muito tímido, tinha muita dificuldade de falar. Percebi que seria inviável tê-lo como interlocutor do trabalho, mas aproveitei a oportunidade para perguntar se ela conhecia algum jovem para me indicar. Ela lembrou do filho de outra mãe do grupo, que por coincidência também estava no CEDECA naquele dia e foi chamá-la para conversar comigo.

Essa segunda mãe eu também havia contatado, mas ela não me deu retorno. Quando ela se aproximou de mim, disse: “ah, você foi quem me mandou uma mensagem e eu nem respondi”, disse ela em tom de riso, mas sentindo-se um pouco envergonhada. Cumprimentei-a com um sorriso e disse que ela não se preocupasse com isso, pois não tinha problema. Ela reforçou as desculpas dizendo que havia esquecido de responder.

Expliquei então para aquelas duas mães um pouco sobre a proposta da minha pesquisa e a dificuldade para localizar jovens egressos. A segunda mãe a que me referi nessa descrição me disse que o seu filho estava morando em outro estado. Ao longo da conversa ela foi ficando mais à vontade e compartilhando mais detalhes da trajetória do filho. Disse que ele estava fora do Sistema Socioeducativo há quase dois anos. Ainda não estava trabalhando, mas já tinha planos de abrir um lava jato com um amigo, tendo em vista que era algo que ele já tinha experiência quando morava em Fortaleza. Seu filho passou duas vezes pelo Sistema. Na primeira ficou internado três meses, mas próximo da saída ele fugiu, foi para casa. Enquanto mãe, conta que ficou dividida, no dilema se devia ou não entregar o filho. Não entregou. Ele acabou sendo apreendido novamente e, dessa vez, com porte de arma, e ficou 10 meses

internado. Pelo ato infracional ficaria mais tempo, mas com a insistência dela com o juiz e com o bom comportamento do filho, o juiz concedeu sua liberação com antecedência.

O desejo de garantir a segurança do filho e mantê-lo com vida fez ela superar a saudade e tomar a decisão de mandá-lo para a casa de familiares que residem no Maranhão, entre eles dois filhos (um rapaz e uma moça) mais velhos do primeiro casamento, ambos já formados. Ela frisou que ele aceitou sua decisão sem contestar e até aquele momento não havia manifestado desejo de voltar. Me disse que preparou a mala do filho e a levou consigo no dia da audiência. Ao sair do local ele já embarcou direto para o Maranhão sem passar em casa e, desde então, não havia retornado a Fortaleza, ela é quem costuma viajar para vê-lo.

Durante nossa conversa, essa mãe destacou ainda as constantes mortes de adolescentes no seu bairro em 2017, “em torno de dois a três meninos por dia”, disse ela. No período que seu filho ficou internado no Centro Socioeducativo, cinco amigos próximos dele foram assassinados. Ela disse também que o cumprimento da medida socioeducativa foi um livramento para o filho, pois ele poderia ter morrido como os outros.

Embora tenha saído do CEDECA naquele dia sem nenhuma indicação para a pesquisa, foi muito gratificante conhecer e conversar com aquelas mães, ouvir suas histórias de lutas e resistências. Depois desse dia chegamos a nos reencontrar em outros espaços e eventos.

Tendo em vista que a autorização solicitada na SDHDS só me garantia acesso aos CREAS, decidi, por precaução, realizar a solicitação também à SEAS, responsável pelo acompanhamento das medidas nos Centros Socioeducativos de internação e semiliberdade. A visita à instituição ocorreu no dia 30 de outubro de 2019. Logo na recepção recebi o requerimento, o qual preenchi, anexei junto meus documentos e o projeto de pesquisa e entreguei no setor de Protocolo. Disseram-me que a responsável pela análise das solicitações estava de férias e me passaram o número de telefone que eu deveria ficar ligando para saber informações sobre o andamento do processo. Entretanto, mesmo aguardando vários dias, não obtive retorno e por conta do pouco tempo que me restava para o trabalho de campo, não tive como continuar aguardando.

No dia 31 de outubro de 2019 conversei pessoalmente com o juiz de Direito Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves, da 5ª Vara da Infância e da Adolescência de Fortaleza, e consegui a autorização para ingresso nas Unidades dos CREAS e nos Centros Socioeducativos, com a finalidade de buscar informações junto aos profissionais dessas instituições que pudessem contribuir com o desenvolvimento da pesquisa (ver anexos A e B).

No dia 11 de novembro de 2019, à tarde, recebi ligação da Célula de Gestão da SUAS da SDHDS, informando que a autorização da pesquisa estava pronta. No dia seguinte me deslocuei até o local, assinei todas as cartas de apresentação referentes a cada CREAS, ficando uma cópia comigo e outra na instituição. A etapa seguinte foi contatar por telefone todos os CREAS de Fortaleza para agendar uma data para visita. Nas visitas, costumava conversar com os técnicos do CREAS que se encontravam no local (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos), entregava a carta de apresentação e explicava brevemente minha pesquisa e os jovens que eu buscava contatar para o estudo. Trocava contatos telefônicos com a equipe, que ficava de me dar um retorno. Quando isso não acontecia eu mesma ligava ou enviava mensagem.

Dos contatos realizados nos CREAS, recebi indicação de sujeitos para a pesquisa apenas do CREAS Rodolfo Teófilo. Uma pedagoga da instituição me passou os contatos de quatro jovens. Desses, cheguei a conhecer pessoalmente dois, mas apenas um deles, o Paulo, tornou-se um dos interlocutores da pesquisa. Quanto ao outro jovem, cheguei a realizar uma visita na oficina em que ele trabalha, na Parquelândia, em Fortaleza. Na ocasião expliquei a pesquisa, ele se mostrou interessado em participar e ainda me contou alguns acontecimentos sobre a sua vida. Entretanto, ele estava no horário de trabalho e considerei mais apropriado marcarmos uma nova data para a realização da entrevista. Com isso, mantive contato ainda por algum tempo, fiz algumas tentativas de marcação, mas ele nunca se mostrava disponível, disse que no período da manhã estava na oficina e à noite trabalhava como porteiro, de modo que a entrevista não ocorreu.

Foi também por meio das visitas aos CREAS que uma pedagoga do CREAS do Conjunto Ceará me sugeriu falar com um socioeducador do Centro de Semiliberdade Masculina de Fortaleza. Quando lhe enviei mensagem para explicar sobre a pesquisa e saber se ele conhecia jovens egressos com o perfil que eu buscava, ele se mostrou desde o primeiro momento simpático e disponível, de modo que sua contribuição foi extremamente importante e trouxe um novo ânimo para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que ele me passou o contato de cinco egressos, dos quais quatro tornaram-se meus interlocutores: Alan, Gustavo, Jeferson e Emanuel.

2.2.4 Egressos com trajetórias (im) prováveis: quem são os sujeitos da pesquisa?

Os sujeitos da pesquisa são oito jovens egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará, sendo uma do sexo feminino e sete do sexo masculino, com idades entre 19 e 29 anos, que cumpriram medidas socioeducativas no meio fechado ou no meio aberto, se distanciaram da prática infracional e têm conseguido ressignificar suas trajetórias e projetos de vida.

Foram privilegiados no processo de seleção dos sujeitos, jovens de até 29 anos de idade, do sexo masculino e feminino, egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará, que passaram, no mínimo, seis meses em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado ou aberto, e estavam em liberdade há no mínimo um ano, tendo como pressuposto básico o afastamento com a prática infracional e a perspectiva de ressignificação de seus projetos de vida.

Tabela 2 – Informações gerais dos interlocutores

EGRESSOS	SEXO	IDADE	COR/RAÇA	INSERÇÃO INFRACIONAL	MEDIDAS CUMPRIDAS	TEMPO DE EGRESSO
Rian	M	25	negra	contínua	Provisória; Internação; Semiliberdade.	9 anos
Rosa	F	25	parda	contínua	Provisória; Internação; Semiliberdade LA	9 anos
Eduardo	M	20	parda	contínua	LA Provisória Semiliberdade	2 anos e meio
Alan	M	19	-	pontual	Provisória; Internação; Semiliberdade	2 anos e meio
Gustavo	M	23	-	pontual	Provisória semiliberdade	5 anos
Jeferson	M	22	-	contínua	Internação Semiliberdade LA	3 anos
Emanuel	M	21	parda	contínua	Provisória Semiliberdade	2 anos e meio
Paulo	M	29	negra	contínua	Provisória LA	7 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas narrativas e questionário de atualização de dados.

Nota 1: o item cor/raça foi levantado no questionário de atualização de dados no final da pesquisa, entretanto três interlocutores não responderam, dois deles porque perdi contato.

Nota 2: O uso do termo “inserção infracional” foi baseado na tipologia proposta por Koerich (2018, p. 140): “os jovens com inserção pontual em práticas infracionais caracterizam-se por terem praticado atos infracionais poucas vezes [...]. Já os jovens com inserção contínua em práticas infracionais caracterizam-se como aqueles com múltiplos envolvimento em atos infracionais”. No caso do Alan, estou considerando

pontual porque ele teve uma única apreensão e depois desta não chegou a cometer novas infrações, o que se diferencia dos interlocutores com inserção infracional contínua, porque estes, em sua maioria, tiveram várias passagens pelo Sistema Socioeducativo ou voltaram a cometer atos infracionais após o cumprimento da(s) medida(s) socioeducativa(s). Em relação ao Gustavo, ele destaca ter sido a primeira e única vez que se envolveu com atos infracionais.

Nota 3: Vale destacar que o tempo de egresso deve ser considerado aproximado, pois nem todos os interlocutores lembraram com exatidão a data em que saíram da última medida socioeducativa.

Rian, 25 anos²², morador de um bairro da periferia de Fortaleza. Foi criado pela avó paterna e desde pequeno conviveu com os tios, irmãos de sua mãe, que eram “envolvidos” com a criminalidade. Com eles teve suas primeiras experiências com drogas e armas, ainda criança, aos 9 anos de idade. Com 12 anos começou a roubar e com a mesma idade foi apreendido pela primeira vez e encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), onde ficou por um dia. Logo parou de estudar. Em sua trajetória foram várias as idas e vindas ao Sistema Socioeducativo. Ao todo foram cinco passagens, incluindo Centros de internação e semiliberdade. Na sua quarta passagem cumpriu a medida mais longa, de 1 ano e 7 meses. Em agosto de 2009, conheceu Vitória, hoje sua ex-esposa. Por incentivo dela adquiriu o hábito e gosto pela leitura, começou a frequentar a igreja evangélica e decidiu “aceitar Jesus”. Rian e Vitória tiveram uma filha juntos e foram casados por 12 anos, vindo a separar-se em 2021, durante a pesquisa. Após a separação ele foi morar com a mãe biológica, mas mantém contato frequente e colabora com a criação da filha por quem é apaixonado.

Rosa, 25 anos, oriunda do interior do Ceará. Seus pais separaram-se quando ela tinha apenas oito meses de idade. Foi criada pelo pai e pela avó paterna, a quem chamava de mãe. Parou de estudar no 1º ano do ensino médio. Logo depois, começou a namorar um rapaz “envolvido” no tráfico de drogas, saiu de casa para morar com ele e distanciou-se ainda mais da escola. Nesse período, esteve em conflito com o pai, que não aceitava seu relacionamento e manteve-se distante enquanto durou a relação. Rosa começou a participar ativamente do tráfico de drogas, mas destacou que não gostava de consumir drogas ou bebidas alcoólicas. Ela não soube dizer com precisão quantas vezes passou pelo Sistema Socioeducativo, mas cumpriu medida tanto na semiliberdade, na sua cidade de origem, quanto no Centro de internação feminina Aldaci Barbosa Mota, em Fortaleza. No período em que esteve na Semiliberdade voltou a estudar e veio a conquistar nos anos seguintes a medalha de melhor aluna da turma. Foi no Centro também que se aproximou do Evangelho, passou a ler a Bíblia e a frequentar a igreja evangélica aos finais de semana. Rosa terminou com o namorado, finalizou o

²² Estou considerando aqui a idade dos interlocutores quando realizei a primeira entrevista.

cumprimento das medidas socioeducativas e, após a conclusão do ensino médio, decidiu se mudar para Fortaleza em busca do sonho de entrar na universidade. Na segunda tentativa conseguiu vaga no curso que almejava: Serviço Social em uma Universidade Pública da capital. Após concluir o curso superior foi aprovada no mestrado na área de Ciências Humanas.

Eduardo, 20 anos, mora em um bairro da periferia de Fortaleza, com sua mãe, dois irmãos e um sobrinho. Sua mãe é feirante e ele cresceu alimentando o sonho de concluir os estudos, conseguir um bom emprego e ajudar sua mãe, sua família, oferecendo melhores condições de vida. Entrou na igreja evangélica aos 10 anos de idade a convite de um amigo. De 12 para 13 anos saiu da igreja e, no mesmo período, afastou-se da escola por questão territorial, pois a escola onde estudava estava situada em área de um grupo rival. Experimentou droga aos 13 anos, mas destacou que nunca foi viciado. Perdeu dois irmãos: um de 29 anos por acidente de moto em 2018 e o outro, de 22 anos, por afogamento em 2014. Tinha 14 anos quando começou a traficar drogas e aos poucos ganhou a confiança do “dono do morro”. Em agosto de 2015, foi apreendido em casa pela polícia e levado à DCA. Depois dessa ocasião chegou a ser liberado e começou a trabalhar com um dos irmãos em um mercadinho, como entregador de água, quando foi chamado para comparecer a uma audiência. Foi encaminhado para a internação provisória no Centro Socioeducativo São Francisco, onde ficou por 50 dias e logo depois cumpriu 11 meses e 28 dias de medida socioeducativa de semiliberdade. Na Unidade e por meio dela realizou cursos, estágios, voltou a estudar, concluiu o ensino fundamental e médio pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), e se reaproximou da igreja.

Alan, 19 anos, reside atualmente em uma cidade da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Quando tinha apenas dois anos, seus pais se separaram. Aos 11, começou a usar drogas, tornando-se viciado em cocaína. Aos 15 anos passou também a traficar drogas. Com a mesma idade experimentou pela primeira e última vez a prática do roubo, ação que o levou ao Sistema Socioeducativo. O ato infracional consistiu em um latrocínio, no qual ele participou junto com um amigo, desempenhando a função de motorista. Cumpriu inicialmente uma medida provisória de 45 dias no Centro Socioeducativo Passaré. Quando saiu do Centro começou a reconstruir sua vida, voltou a estudar, conseguiu um trabalho e deixou de usar drogas. Entretanto, quatro meses depois foi chamado para uma nova audiência. Em seguida, foi encaminhado para o Centro Socioeducativo Dom Bosco, onde permaneceu por mais de cinco meses. Tornou-se evangélico e fazia de três a quatro orações no bloco por dia. Assumiu a liderança do dormitório e ganhou a consideração dos outros internos. Finalizou o cumprimento da medida na Semiliberdade. Quando saiu da Unidade, trabalhou por um ano em um órgão do

estado e depois por mais um ano como garçom. Após sair do Sistema Socioeducativo construiu sua casa própria, comprou uma moto, realizou sua festa de casamento e trabalha no seu próprio negócio: uma lanchonete.

Gustavo, 23 anos, reside em uma cidade da RMF. É casado e tem uma filha de seis anos. Estudou até o 8º ano do ensino fundamental. Durante sua trajetória morou por alguns períodos em Manaus com a família. Desde criança desenvolveu o gosto pela informática e sempre foi muito autodidata. Começou a trabalhar ainda adolescente, por volta dos 14 anos, na *LAN House* da família. A relação com o pai sempre foi conflituosa. Aos 15 anos, em um dos desentendimentos, ele decidiu sair de casa para morar com a namorada, hoje esposa. Depois passou a trabalhar com um conhecido na instalação de internet. Embora tenha passado a ganhar consideravelmente melhor que na época da *LAN House*, ainda era insuficiente para o sustento da família, principalmente após o nascimento da filha. A necessidade financeira e a proposta tentadora pelo valor monetário fizeram com que ele aceitasse participar de um trabalho ilícito que o levou ao cumprimento de medidas socioeducativas: ser motorista de caminhão de cargas roubadas. No dia em que foi apreendido, destacou ter apanhado muito dos policiais, a ponto de ficar com o rosto deformado. Passou 45 dias na Internação Provisória e depois seis meses na Semiliberdade. Saiu da Unidade na véspera de completar 19 anos. Para recomeçar a vida, decidiu “tentar a sorte” em Manaus com a esposa e a filha. Mas, depois de dois anos, sentiu-se sobrecarregado do trabalho, e, em fevereiro de 2018, voltaram ao Ceará. Hoje considera-se estabilizado e satisfeito com as suas conquistas. Possui um provedor de internet e trabalha em parceria com um amigo. Além disso, aos finais de semana, trabalha com filmagens de casamentos, tem casa própria, uma moto e comprou um carro com a mãe.

Jeferson, 22 anos, reside em Fortaleza com os três irmãos e a avó materna que os criou. Conhece os pais biológicos, mas convive só com a mãe, pois o pai, segundo ele, passou a maior parte do tempo em presídios. Na infância e na adolescência não obteve bons rendimentos na escola e não demonstrava interesse pelos estudos. Foi apreendido seis vezes, vindo a cumprir medidas de internação (provisória e sentença), semiliberdade e liberdade assistida. A medida mais longa teve duração de 9 meses e 18 dias na internação. Ao sair do Centro decidiu mudar de vida, aos poucos se distanciou dos atos ilícitos, voltou a estudar e começou a buscar um emprego. A convite de um tio fez inúmeras entrevistas para diferentes cargos em uma empresa renomada no segmento turístico, até que conseguiu inserir-se na área de serviços gerais da instituição. Após onze meses foi promovido a auxiliar de bar. No novo trabalho descobriu sua área de interesse e diante dessa nova perspectiva, voltou a estudar,

concluiu o ensino médio, fez vários cursos de qualificação na área de atuação, estagiou em diferentes bares reconhecidos em Fortaleza e foi promovido a *barman*, profissão que atua até o momento. No início de 2022 ele ingressou no ensino superior em uma faculdade privada da capital cearense.

Emanuel, 21 anos, morador de um bairro da periferia de Fortaleza. Quando ele tinha oito anos seus pais se separaram e destaca ter tido uma infância difícil sem o pai por perto. Logo se envolveu nas dinâmicas infracionais no bairro, sobretudo com o tráfico de drogas. Ainda na adolescência decidiu ir armado e sozinho na comunidade rival para revidar uma ameaça sofrida. Foi a primeira vez que usou arma de fogo. Não chegou a matar ninguém, mas baleou e, a partir desse dia, envolveu-se por completo no “mundo do crime”. Passou a ser uma figura conhecida e, de certo modo, marcado pelo grupo rival. Adquiriu os primeiros inimigos que foram crescendo significativamente no decorrer da sua trajetória. Diante disso, passou a andar sempre armado. O passo seguinte foi “batizar-se” em uma facção criminosa, a GDE. Foi apreendido pela polícia enquanto circulava com amigos em um carro roubado. Cumpriu medida socioeducativa de semiliberdade por seis ou oito meses, não lembra ao certo. Na Unidade começou a ler a Bíblia e quando saiu decidiu mudar de vida, entrou na igreja evangélica e pediu desligamento da facção. Confessa que inicialmente foi difícil, principalmente devido a questão financeira, pois não conseguia emprego. A oportunidade surgiu por intermédio de um tio que o convidou para trabalhar com ele. Primeiro participou de um curso de prótese dentária por seis meses e depois continuou trabalhando na área. Destaca que mesmo “envolvido” nunca deixou de estudar e concluiu o ensino médio. Hoje trabalha de forma autônoma prestando serviço para quatro laboratórios de prótese dentária e se diz satisfeito, pois não tem faltado trabalho e consegue ganhar relativamente bem. Mora na mesma comunidade onde cresceu e tem um filho de dois anos, por quem é apaixonado.

Paulo, 29 anos, residente em uma cidade do interior do estado. Perdeu o pai quando tinha apenas oito meses de vida. Depois do ocorrido a mãe desenvolveu problemas psicológicos. Ele e os dois irmãos ficaram aos cuidados da avó paterna e cresceram em meio a muitas dificuldades, sobretudo de subsistência. Começou a usar maconha, aos 14 anos, a convite do primo que já usava. Depois passou a usar também cocaína e crack. Encontrou nas drogas um meio de esquecer as dificuldades que enfrentava. Gostava muito da escola, tinha ótimo rendimento escolar, mas parou os estudos no último ano do ensino fundamental. Aos 16 anos foi apreendido pela primeira vez, ficou 48 dias no Centro Socioeducativo São Francisco. Depois recebeu uma Liberdade Assistida, que cumpriu por seis meses no CREAS do Rodolfo

Teófilo, em Fortaleza. Após realizar um assalto em que recebeu ameaça de morte, mudou-se para uma cidade da RMF, para morar com a irmã, que já residia na cidade. Aos 22 anos foi preso, dessa vez no presídio da cidade. Nesse período, a ex-mulher esperava uma filha dele. A chegada da filha e a experiência no presídio fizeram Paulo refletir acerca dos seus atos e a buscar novas perspectivas. Desde que conseguiu a liberdade, participa da igreja evangélica. Teve várias experiências de trabalho no decorrer de sua trajetória, já tendo exercido funções como empacotador, servente, pedreiro, estocador, entregador, autônomo, técnico de informática e técnico de telecomunicação. No momento está no seu segundo casamento, mora com a esposa e a filha que tiveram juntos, de pouco mais de um ano, trabalha na área de informática e é líder de missões na sua igreja.

2.3 ENTREVISTA NARRATIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

“Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa. [...] Contar histórias é uma habilidade relativamente independente da educação e da competência linguística” (JOVCHELOVITH; BAUER, 2002, p. 91).

O caminho metodológico desta pesquisa foi traçado tendo como base os pressupostos da pesquisa qualitativa, a qual envolve os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, e constitui um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, “um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22), mostrando-se assim a mais apropriada para apreender os objetivos propostos.

A investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e re-adaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação (MINAYO, 2010, p. 195).

Nessa perspectiva, utilizei como técnica privilegiada na coleta dos dados a entrevista narrativa, que tem seu nome proveniente da palavra latina *narrare*, que significa

relatar, contar uma história. Contrapondo-se criticamente ao esquema pergunta-resposta, que define a maioria das situações de entrevistas, a entrevista narrativa se caracteriza por ser não estruturada, de profundidade e de aspectos específicos (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Derivada da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz (GERMANO; SERPA, 2008), a técnica foi introduzida na sociologia por Fritz Schütze na década de 1970 (SANTOS, 2017).

Diferente de uma ‘descrição’ e de uma ‘argumentação’, a ‘narrativa’ é uma forma discursiva capaz de criar uma imagem em movimento da ação apresentada pelos entrevistados, não importa se real ou imaginada. Embora não seja possível recuperar o passado como vivido, o recurso ao tipo discursivo da narrativa é aquele mais adequado para apresentar as vivências e as ações ocorridas no passado. Trata-se de uma distinção indispensável para a sociologia, sobretudo quando o material principal de análise não é outro senão relatos orais sobre experiências biográficas (SANTOS, 2017, p. 11).

Uma vez que eu buscava conhecer as trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa e compreender o que tem possibilitado a resignificação destas, a entrevista narrativa se mostrou a técnica mais apropriada para a coleta dos dados. Isso porque é uma técnica que envolve a articulação do tempo presente, passado e futuro, de modo que “a pessoa pode projetar experiências e ações para o futuro e o passado pode ser resignificado ao se recordarem e se narrarem experiências” (MUYLAERT, 2014, p. 195). Sendo também as narrações “mais propensas a reproduzir estruturas que orientam as ações dos indivíduos” (MUYLAERT, 2014, p. 196).

Ao narrar suas histórias de vida os interlocutores têm a oportunidade de, ao mesmo tempo, refletir sobre elas. É, portanto, um processo que envolve memória, sentimentos, construção dos sujeitos. Quanto ao pesquisador, seu papel não é confirmar a veracidade das informações relatadas, mas apreender como elas são interpretadas pelos informantes (SPINDOLA; SANTOS, 2003).

A reconstrução da perspectiva do indivíduo sobre sua biografia a partir da perspectiva atual, ou seja, do momento em que narra sua história de vida, revela percursos biográficos relacionados não só à trajetória individual, mas ao meio social, cultural e histórico do entrevistado. Nesse sentido, a história de vida, além de apontar modelos de orientação apreendidos pelo/a informante a partir de distintas experiências individuais e coletivas, também aponta transformações na estrutura social de uma forma mais ampla, bem como as consequências dessas mudanças na organização da vida cotidiana (WELLER, 2014, p. 357).

Jovchelovitch e Bauer (2002), propõem quatro fases para a realização da entrevista narrativa, com base na proposta de Schütze: 1) iniciação, 2) narração central, 3) fase de

perguntas e 4) fala conclusiva. Na primeira fase é o momento em que o pesquisador explica aos seus interlocutores os procedimentos de como deve ocorrer a entrevista narrativa e apresenta a pergunta central, ou nas palavras dos autores “o tópico inicial da narração”, que, de modo geral, é solicitar ao entrevistado que conte sua história de vida.

Antes do primeiro contato com os sujeitos, aguardava o consentimento deles previamente às pessoas que os haviam me indicado, confirmando que podiam me repassar seus contatos. Em seguida, enviava mensagem pelo *WhatsApp*, explicando brevemente os objetivos da pesquisa e, após a confirmação de interesse em participar, buscava combinar a data e o local para um encontro. Sempre me coloquei flexível e disponível para encontrá-los onde melhor lhes conviesse. Deixava que me sugerissem um local. Quando não havia uma indicação por parte deles, sugeria algumas possibilidades até chegarmos a uma opção que se mostrasse viável tanto para eles quanto para mim. Por isso, as entrevistas ocorreram em locais variados, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Quantidade, data e local das entrevistas realizadas com os interlocutores

INTERLOCUTORES	ENTREVISTAS REALIZADAS	DATA	LOCAL
Rian	2	05/05/2019 24/09/2021	Na residência do entrevistado Virtual
Rosa	5	17/05/2019 31/05/2019 01/07/2019 19/11/2019 12/02/2020	Na Universidade Na Universidade Na Universidade Na residência da pesquisadora Na residência da pesquisadora
Eduardo	2	07/12/2019 25/09/2021	Na Unidade de Semiliberdade Pelo <i>Google Meet</i> (virtual)
Alan	2	13/12/2019 14/02/2020	Na Unidade de Semiliberdade Na Unidade de Semiliberdade
Gustavo	1	19/12/2019	Na Unidade de Semiliberdade
Jeferson	1	20/02/2020	No shopping
Emanuel	3	19/12/2019 15/02/2020 09/12/2021	Na Universidade Na residência da pesquisadora No shopping
Paulo	2	08/02/2020 02/10/2021	Na residência do entrevistado Pelo <i>Google Meet</i> (virtual)

Fonte: Elaboração própria.

No dia da entrevista voltava a me apresentar, retomava os objetivos do estudo, falava sobre o Termo de Consentimento (ver apêndice A), destacando a garantia de anonimato da pesquisa. Além disso, solicitava autorização para gravar e explicava como a entrevista narrativa deveria transcorrer. Após essas explicações iniciais apresentava a “questão disparadora” (SOUZA, 2019), utilizada para estimular a narrativa central dos entrevistados:

Meu interesse com esta pesquisa é conhecer e compreender como se construíram as trajetórias de vida de jovens que passaram por medidas socioeducativas. Assim, gostaria que você me contasse sua história de vida, todas as lembranças, experiências, espaços e pessoas que foram marcantes em sua vida e que contribuíram para você ser o que é hoje. Tudo o que você puder compartilhar será importante para o estudo. Neste momento não irei fazer nenhuma pergunta, nem te interromper, você pode ficar à vontade e usar o tempo de que precisar.

Na segunda fase recomenda-se que o entrevistador não interrompa, comportando-se com uma “escuta atenta e ativa” (ROSENTHAL, 2017) com apoio não verbal. O pesquisador pode registrar os principais pontos abordados, de preferência na ordem e nos termos apresentados pelo informante, para pedir aprofundamentos na fase seguinte e, antes de voltar a intervir, deve aguardar os sinais de finalização por parte dos interlocutores (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Devido a experiência da entrevista exploratória e de questionamentos quanto ao uso da técnica por parte de membros da banca na qualificação, carregava em mim o receio do entrevistado não conseguir desenvolver uma narrativa aprofundada e também me perguntava se eu conseguiria realizar uma condução adequada da entrevista, já que eu estaria aplicando a técnica pela primeira vez.

Minha sensação inicial de expectativa transformou-se em grande aprendizado ao final da entrevista com Rian, uma vez que consegui manter a escuta atenta e controlada, focando na captação e no registro de aspectos relevantes destacados na narrativa. Ao mesmo tempo, foi uma sensação mista de felicidade e prazer constatar a possibilidade de concretização da entrevista narrativa.

A maioria dos entrevistados se adaptou bem aos procedimentos da entrevista narrativa e conseguiu narrar suas histórias de vida com clareza, naturalidade e aprofundamentos, embora alguns tenham, inicialmente, demonstrado um pouco de receio e insegurança quanto à dificuldade em desenvolver uma narrativa livre, como no caso da Rosa que expressou logo no início de seu relato: *“primeiro eu destaco que eu tenho um pouco de dificuldade quando a conversa é livre, quando não tem um pouquinho de direcionamento. Mas eu penso que o que não fluiu nessa primeira, vai fluindo a partir da segunda entrevista”*.

Foi possível observar que, mesmo expressando dificuldade em atender os requisitos da entrevista narrativa inicialmente, o fato de Rosa ter sido comunicada que a pesquisa previa a realização de várias entrevistas em profundidade a deixou mais à vontade para expor a narrativa à sua maneira, pois sabia que haveria outras oportunidades para aprofundar questões

não abordadas no relato principal. Assim, em outros momentos da entrevista ela destaca que talvez não esteja sendo muito compreensível, nem esteja conseguindo expor os fatos de maneira temporal, mas que ela poderá detalhar melhor nas entrevistas seguintes. Além disso, ao passar por alguns dos episódios mais delicados de sua trajetória ela fez referência, mas não aprofundou, como no caso da vivência na “tranca”, em que ela disse: *“talvez mais na frente eu possa falar da experiência da tranca, que é uma coisa mais tensa pra eu aprofundar agora”*.

Vale também destacar que embora a narrativa de Rosa tenha sido extensa e com detalhes, ao passar do relato de um episódio para outro ela demonstrou, em alguns momentos, indecisão no que abordaria a seguir, com pequenas pausas e comentários do tipo: *“o que mais eu posso lembrar?”*, demonstrando, portanto, ser uma narrativa improvisada, construída no momento da fala, a qual é considerada por Schütze a de maior potencial. Conforme descreve Germano (2009), para Schütze a principal característica da entrevista narrativa consiste na exploração de narrativas ‘improvisadas’, nas quais o interlocutor produz relatos sem preparação e sem interrupções por parte do entrevistador.

Quanto a mim, busquei ficar o mais atenta possível à narrativa dos informantes, mantendo-me em silêncio e me comunicando com eles apenas com o olhar. Ao longo da entrevista registrei em um caderno os apontamentos principais dos entrevistados para aprofundamento na fase seguinte.

Em dois casos, os jovens Gustavo e Paulo, realizaram a narrativa central de modo mais breve, sem muitos detalhamentos. Ainda assim, eles narraram suas trajetórias de vida sem dificuldade, lembrando datas e episódios marcantes e pontuando importantes elementos para o estudo. Então, embora a narrativa não tenha sido extensa em um primeiro momento, isso não inviabilizou, nem os sujeitos como integrantes da pesquisa nem a entrevista narrativa enquanto técnica, pois os jovens realizaram as complementações e aprofundamentos necessários nas etapas seguintes da entrevista.

Já o Jeferson e o Emanuel, demonstraram um pouco mais de dificuldade para desenvolver a narrativa central apenas com a “questão disparadora”, de modo que precisei intervir antes do que seria o momento adequado na entrevista narrativa, trazendo algumas explicações, por exemplo: que poderiam começar a falar pela ordem que quisessem, ou seja, não precisariam se preocupar com uma sequência cronológica dos fatos; que poderiam falar sobre qualquer lembrança marcante. Mesmo assim, Jeferson ainda demonstrou dificuldade em desenvolver sua narrativa e optei por realizar perguntas geradoras mais específicas, como forma

de estimular sua narrativa. A estratégia deu certo e aos poucos eles foram se soltando, relatando suas vivências com mais naturalidade, entusiasmo e detalhamento.

Germano e Bessa (2010) analisam as dificuldades enfrentadas na realização de uma entrevista narrativa com uma jovem egressa de medidas socioeducativas, conduzida por uma aluna de graduação em Psicologia, participante de um projeto de pesquisa coordenado pela primeira autora. A entrevista teve duração de 50 minutos e foi marcada pela dificuldade da jovem em começar a narrar sua história de vida. Como a técnica da entrevista narrativa exige o mínimo de intervenção possível, e a entrevistadora buscou respeitar esse critério, a jovem em vários momentos solicitou perguntas mais específicas e diretivas, mostrando-se incapaz de atender ao pedido da entrevistadora, qual seja, o de realizar uma narração espontânea, conforme pode ser observado: “se você me fizesse umas perguntas eu respondia, mas eu mesmo começar a falar, eu não consigo, não”, “me faça uma pergunta aí, que eu pego o embalo”, “não seria mais fácil que você fizesse umas perguntas que eu respondia?” (GERMANO; BESSA, 2010, p. 1016)”.

Ao analisarem entrevistas narrativas com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, Germano e Serpa (2008) ressaltaram que, embora os entrevistados tenham produzido narrativas curtas e menos detalhadas do que o ideal, isso não se mostrou comprometedor para o desenho da pesquisa proposta.

Após anos de experiência e de experimentos com a entrevista narrativa, ficou claro para mim que todos os temas ou aspectos que nos interessam podem, de modo geral, ser investigados através do procedimento narrativo, na medida em que relacionamos esses elementos [...] a situações práticas nas quais esses assuntos foram articulados ou trabalhados refletidamente. [...] *Os efeitos da comunicação da experiência também não se referem apenas ao conteúdo, mas à fase da vida, à situação de interação concreta e ao modo com que ela foi passada* (ROSENTHAL, 2014, p. 197, *grifos meus*).

Como ressalta a autora, os efeitos da experiência da entrevista envolvem não só o conteúdo narrativo, mas dependerá da fase da vida do entrevistado, do modo como irá transcorrer a interação entre pesquisador e interlocutor, e o contexto em si da entrevista.

Na terceira fase são realizados os questionamentos por parte do entrevistador para agregar maiores detalhes às informações trazidas anteriormente pelo informante. Não se recomenda contrariar o interlocutor, muito menos fazer perguntas do tipo “por quê?”. Importante que as questões sejam feitas utilizando a linguagem do entrevistado (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Nessa fase realizei perguntas mais específicas relacionadas aos espaços de socialização vivenciados pelos jovens, como: família, escola, igreja, trabalho, Centros Socioeducativos, grupos de amigos, e também sobre seus projetos de vida, introduzindo questões ou aprofundando colocações já trazidas pelos informantes. O fato de trabalhar com as trajetórias de vida dos sujeitos e não apenas com uma parte delas me deixou, por vezes, confusa, com dificuldade em delimitar as questões a serem aprofundadas e de “encerrar” as entrevistas, com receio de que eu ainda não tivesse apreendido tudo o que seria necessário.

Entretanto, à medida que fui me envolvendo mais intensamente com os dados coletados percebi a extensa e rica quantidade de material empírico e cheguei à percepção que seria impossível esgotar as informações que cada interlocutor poderia me fornecer sobre suas vidas. Isso porque as trajetórias de vida desses jovens, que compõem a matéria-prima do meu trabalho, não são fixas e imutáveis, elas estão em constante movimento e novos acontecimentos surgem a todo momento. Todavia, a pesquisa precisava ser finalizada e eu já tinha dados suficientes para a realização das análises propostas.

Na quarta e última fase, com o gravador já desligado, perguntas do tipo “por quê?” são permitidas; nesse momento estar acompanhado do diário de campo pode ser importante, uma vez que os entrevistados podem se sentir mais à vontade para compartilhar determinadas informações válidas para registro (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Um dos momentos mais marcantes dessa fase foi com o Emanuel, que após a finalização da primeira entrevista, quando caminhávamos em direção a saída do Campus da Universidade, ele desabafou o quanto ele se sentia mais leve e como tinha sido bom compartilhar comigo acontecimentos sobre sua vida, os quais ele nunca tinha desabafado com ninguém, nem mesmo com as psicólogas do Centro de Semiliberdade, quando cumpriu medida socioeducativa. Pois ele não se sentia inteiramente à vontade, tendo em vista que suas confissões poderiam repercutir na sua sentença e, conseqüentemente, na mudança do tipo de medida e no tempo de duração desta.

Foram realizadas, ao todo, 18 entrevistas em profundidade, cada uma com mais de uma hora de duração. A quantidade de entrevistas realizadas com cada interlocutor variou de acordo com as habilidades narrativas e com os aprofundamentos realizados por cada um nas distintas fases da entrevista narrativa. Quando os entrevistados realizaram a narrativa central mais prolongada, com uma hora ou mais de duração, sugeri dar continuidade em um segundo momento para que não ficasse muito cansativo. Assim, quando ocorria a segunda

entrevista, pedia que explicassem ou aprofundassem questões trazidas na primeira entrevista, e, em seguida, passava para a terceira fase.

O registro dos itinerários da pesquisa, envolvendo descrições dos espaços visitados, dos sujeitos, das dificuldades enfrentadas, das impressões, das emoções e reflexões, foi realizado em diário de campo, que para Brandão (1982) representa folhas de uma fala oculta, em que as descrições expressam maneiras de sentir pessoas, lugares, situações e objetos. Foi imprescindível, por exemplo, para descrever com detalhes o contexto em que as entrevistas ocorreram e o comportamento dos informantes no decorrer delas.

Inicialmente, pretendia realizar uma série de entrevistas em profundidade com todos os sujeitos e, se possível, acompanhá-los em atividades do cotidiano, para além dos momentos das entrevistas, que me possibilitassem conhecê-los melhor e favorecessem nossos laços de proximidade e confiança. Porém, algumas circunstâncias inviabilizaram essa proposta, como a demora na localização dos sujeitos, a aproximação com o prazo final da pesquisa e a pandemia de Covid-19. A Rosa foi a interlocutora com quem consegui estabelecer maior proximidade e com a qual o fortalecimento de um laço de amizade se estendeu para além da dimensão da pesquisa, acredito que pelo fato de ter sido umas das primeiras informantes do estudo e por desenvolvermos algumas atividades em comum, o que possibilitou nos encontrarmos com mais frequência. Assim, além das cinco entrevistas realizadas, ainda tivemos oportunidade de nos reencontrar outras diversas vezes em grupos de estudos, eventos, na sua apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), entre outras.

As entrevistas foram gravadas por meio de um aplicativo de gravador de voz no celular e, em seguida, transcritas de forma integral por mim mesma. Foram muitas horas dedicadas à escuta e transcrição dos áudios. Sem dúvida consistiu em um trabalho extremamente denso e desgastante, entretanto, foi igualmente emocionante e prazeroso. A realização das transcrições me possibilitou uma “impregnação” (MORAES; GALIAZZI, 2007) com os dados da pesquisa, de modo que muitos “achados” interessantes foram previamente identificados e registrados para aprofundamentos posteriores.

Em meio à pandemia do Coronavírus, em um contexto marcado por medos, angústias e incertezas, a realização das transcrições foi uma oportunidade de me reconectar à pesquisa e aos sujeitos. Revivi na memória os momentos em que as entrevistas ocorreram e fui novamente afetada, impactada pelas narrativas ouvidas. Em muitos momentos, enquanto transcrevia fui surpreendida por emoções e reflexões profundas, às vezes senti o coração apertado, as lágrimas descenderem pelo rosto; em outros, expressei sorrisos e até mesmo intensas

gargalhadas. Acredito que tanto para mim, pesquisadora, quanto para os jovens interlocutores, as entrevistas foram momentos carregados de emoções e reflexões. Assim como os sujeitos que narravam suas metamorfoses à medida que estavam em um processo contínuo de reconstrução de suas trajetórias, o percurso da pesquisa me desconstruía para me transformar em um novo ser, uma nova pesquisadora.

2.4 PANDEMIA DE COVID-19 E REARRANJOS METODOLÓGICOS

A pandemia de Covid-19 impactou profundamente o andamento da minha pesquisa, tanto por conta das restrições exigidas de isolamento e distanciamento social, em que precisei suspender por tempo indeterminado a realização das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, quanto em termos de intensificação de questões psicológicas como tensão, preocupação excessiva, angústia e ansiedade.

No início da pandemia de Covid-19 no Brasil, em março de 2020, eu estava fora do país, na Europa, onde realizaria um curso de Língua e Cultura Espanhola na Universidad de La Rioja, na Espanha, por três meses. A situação sanitária se complicou diante do aumento diário do número de infectados e mortos ao redor do mundo e o curso presencial foi cancelado. Com isso, decidi retornar ao Brasil, mas enfrentei uma série de dificuldades até conseguir, pois as fronteiras começaram a ser fechadas, muitos voos foram cancelados e eu ainda fiquei doente durante a viagem.

Conseguí chegar em casa, no Brasil, com segurança, mas toda a situação me abalou fortemente. Após cumprir o período de isolamento em Fortaleza, me desloquei, no início de abril, para o interior do Ceará, onde reside minha família e permaneci no local o restante do ano de 2020. No interior a rotina é totalmente diferente da que tenho em Fortaleza, com muitas demandas de tarefas domésticas e da roça. Nos primeiros meses também não tinha internet em casa, nem um espaço apropriado para estudar. Além disso, precisei dar assistência à minha família quando minha irmã contraiu Covid-19 e meus pais passaram por procedimento cirúrgico. Por essas e outras questões, 2020 foi um ano difícil de lidar. A ansiedade e a preocupação, por um lado por conta da doença, por outro em ver o tempo passar e não conseguir retomar as atividades da Tese, me consumiam e me imobilizavam ao mesmo tempo.

Com o cansaço físico e mental eu não encontrava a concentração, disposição e inspiração exigidos no trabalho acadêmico, sobretudo na escrita da Tese. O retorno se deu de modo lento e difícil, buscando viver um dia de cada vez, olhando com compreensão e gentileza

os processos vividos, minhas limitações e se alegrando com o alcance das pequenas conquistas. Para me fortalecer nesse período busquei também apoio psicológico na terapia.

Como estratégia para enfrentar o bloqueio da escrita e me reencontrar com a pesquisa decidi retomar as leituras sobre a temática e trabalhar na construção do capítulo de contextualização histórica. Vale frisar que durante o período de pandemia mantive contato com certa frequência com os jovens da pesquisa, por meio de mensagens no *WhatsApp* ou acompanhamento das suas publicações nas redes sociais (*WhatsApp* e *Instagram*). Apenas com um dos jovens, o Alan, não foi possível manter esse contato, pois ele deixou de receber minhas mensagens, provavelmente por ter mudado de número de telefone. Em muitos momentos fui surpreendida por eles me enviando mensagens para saber notícias sobre mim ou sobre o andamento da pesquisa.

Com a pandemia ainda em curso e com a aproximação do final do prazo para a defesa da Tese, decidi ver a possibilidade de realizar entrevistas virtuais com alguns sujeitos, com os quais eu gostaria de obter mais informações, necessárias para a reconstrução de suas trajetórias de vida. Os quatro jovens contatados se disponibilizaram facilmente a participarem das entrevistas virtuais, mas, ainda assim, tive um pouco de dificuldade para agendar uma data disponível com dois deles.

Um deles foi o Rian, com quem eu já tinha tido três encontros, porém apenas uma entrevista. Conseguimos realizar a segunda entrevista virtualmente e eu ainda pretendia realizar outra, mas tentei marcar algumas vezes e ele precisou desmarcar de última hora por conta do trabalho. No caso do Emanuel, embora ele tenha se disponibilizado a participar da entrevista virtual, precisei contatá-lo várias vezes solicitando uma possível data, mas ele nunca chegava a confirmar de fato. Por isso, só em dezembro de 2021, ele retomou o assunto das entrevistas, desculpou-se por não ter combinado uma data antes e confessou que tinha dificuldade de se concentrar para uma conversa no formato virtual e, se fosse possível, preferia pessoalmente. Como nesse período já havíamos nos vacinado com as duas doses da vacina contra a Covid-19, considerei já ser um momento seguro para reencontrá-lo e marcamos então a entrevista presencial.

Tabela 4 – Entrevistas realizadas com os interlocutores da pesquisa em 2021

INTERLOCUTORES	DATA	ENTREVISTA	FORMATO
Rian	24/09/2021	2ª	virtual
Eduardo	25/09/2021	2ª	virtual
Paulo	02/10/2021	2ª	virtual
Emanuel	09/12/2021	3ª	presencial

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas virtuais foram realizadas pelo *Google Meet*, por considerar de fácil uso, podendo ser utilizado sem dificuldades por mim e pelos sujeitos. Logo após o aceite dos jovens, eu enviava-lhes o nome do aplicativo com a orientação de que o baixassem no celular, caso ainda não tivessem. O Paulo disse que seu celular não tinha mais espaço suficiente para baixar o aplicativo, mas ele acessou pelo aparelho da irmã, que o emprestou durante a entrevista.

Em geral, as entrevistas transcorreram bem, sem grandes contratemplos. Todavia, houve problemas pontuais na internet, em alguns momentos a conexão parou ou travou e houve perda de trechos de áudios desses episódios, mas nada que comprometesse significativamente a entrevista. Na entrevista com o Eduardo a conexão chegou a cair, mas esperei alguns minutos e logo depois ele conseguiu se reconectar e demos continuidade.

Tendo em vista que já nos conhecíamos pessoalmente e já havíamos estreitado os laços de proximidade e confiança, as entrevistas em formato virtual foram uma alternativa oportuna e satisfatória, a meu ver, para contornar as limitações impostas no período. A conversa fluiu bem com todos os interlocutores, com naturalidade e sem receios na partilha das informações solicitadas. Entretanto, embora eu tenha realizado algumas orientações antes da entrevista, entre elas que eles procurarem ficar em um espaço reservado no momento da entrevista, com os três jovens percebi que isso não tinha sido possível, provavelmente pela ausência desse local com maior privacidade em casa. Com isso, o receio veio da minha parte, ao optar por não realizar algumas perguntas que envolviam o esclarecimento ou aprofundamento de informações acerca de relações com outros membros da família, pois isso poderia gerar algum desconforto no entrevistado.

Também em dezembro de 2021 realizei uma entrevista com o diretor do Centro Socioeducativo de Semiliberdade Masculina de Fortaleza. A ideia dessa entrevista surgiu com os resultados das entrevistas dos egressos, tendo em vista que a maioria havia passado pela Unidade e destacaram de modo positivo em suas narrativas as experiências vivenciadas no local, representando um diferencial que contribuiu consideravelmente nos processos de ressignificação de suas trajetórias.

A entrevista ocorreu especificamente no dia 14 de dezembro de 2021, por volta das 10h30min, na sala da direção. Um socioeducador também permaneceu na sala e acompanhou a entrevista, a convite do diretor. Em alguns momentos ele também se posicionou. A conversa foi muito interessante e agradável, e se estendeu por aproximadamente 1h30min. Depois, o diretor ainda se dispôs a dar uma volta pelo Centro comigo, mostrando-me alguns espaços, como a sala de informática, a sala de aula, a biblioteca, o jardim, a horta e o campo de futebol. Os detalhes dessa entrevista serão abordados no capítulo 5, quando irei discutir o papel dos Centros Socioeducativos, sobretudo da Semiliberdade, na ressignificação das trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa.

No mesmo período, voltei a contatar a SEAS com o objetivo de realizar uma entrevista com o superintendente da instituição, para esclarecer algumas dúvidas e agregar mais informações para o aprofundamento do trabalho, visto que a criação da SEAS e alguns programas em desenvolvimento pela instituição possuem relação com a minha temática de pesquisa.

Por meio de uma ligação telefônica conversei com a assessora do gabinete do superintendente da SEAS. Ao explicar meu interesse ela foi muito simpática e me orientou a lhe enviar um e-mail informando detalhadamente os assuntos que eu pretendia abordar na entrevista. Listei então os seguintes pontos: 1. Criação da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS): mudanças, avanços e desafios na Política de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará; 2. Centros Socioeducativos de Fortaleza: características e especificidades; 3. Programa de Egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará; 4. Programa de Oportunidades e Cidadania (POC).

Três dias após o envio do e-mail, como não recebi retorno, voltei a ligar e a conversar com a assessora. Ela novamente me atendeu com atenção e simpatia, confirmou o recebimento do e-mail e me disse que daria um retorno em breve. No dia seguinte, a responsável pelo setor de Protocolo da SEAS entrou em contato comigo por e-mail, me encaminhando o requerimento necessário para a realização da entrevista, um documento de quatro páginas, o mesmo solicitado para a realização de pesquisas na instituição, o qual eu já havia preenchido anteriormente e não obtive retorno. Além da exigência de preenchimento de uma série de informações, era exigido também anexar uma série de documentos. Mais uma vez a burocracia estatal se fez presente e, infelizmente, eu não tinha mais tempo para aguardar todos os trâmites exigidos no processo, de modo que precisei desistir da realização da entrevista e não pude trazer

informações importantes ao trabalho, sobretudo relacionadas ao andamento do POC, Programa para egressos do Sistema Socioeducativo no estado.

Vale ainda mencionar que em maio de 2022 apliquei virtualmente um questionário de atualização de dados (ver apêndice C) com os entrevistados, para saber, por exemplo, se eles estavam estudando ou trabalhando e o que havia mudado desde nossa última conversa. Três interlocutores não responderam ao questionário, dois deles não consegui mais contato.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS PELAS LENTES DA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA

Como visto anteriormente, as entrevistas narrativas constituíram o principal instrumento metodológico utilizado na coleta dos dados da pesquisa. A análise do “corpus” construído a partir das transcrições das entrevistas foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), uma metodologia de análise de dados de natureza qualitativa proposta por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi, que busca “produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos. Insere-se entre os extremos da análise de conteúdo tradicional e a análise de discurso, representando um movimento interpretativo de caráter hermenêutico” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 7).

A ATD corresponde a um processo cíclico de análise composto por três etapas: a unitarização; a categorização e a captação do novo emergente. Esse processo se desenvolve a partir de dois movimentos que são, ao mesmo tempo, opostos e complementares: “o primeiro de desconstrução, de análise propriamente dita; o segundo reconstrutivo, um movimento de síntese” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 47).

A unitarização é a etapa inicial da ATD, corresponde a um processo de desconstrução do material de análise por meio da fragmentação e desorganização dos textos. Nesse processo, os textos são analisados em seus detalhes e desmontados com base nos fenômenos estudados, recortando-se os trechos que se destacam, enquanto elementos importantes para os objetivos da pesquisa e por meio dos quais surgirão as unidades de análise, também conhecidas como unidades de sentido ou de significado (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Aplicando a ATD à minha pesquisa, nessa primeira etapa da unitarização realizei leituras e releituras das transcrições das entrevistas narrativas e fui recortando os trechos que me chamavam mais atenção e colando em um novo documento referente a cada entrevistado.

Já nesse momento aproveitava para registrar ao lado informações que ajudassem a contextualizar o fragmento recortado e ideias, caso surgissem, para aprofundamento posterior.

Em um segundo momento, busquei identificar durante as leituras, os fragmentos em que os interlocutores faziam referência aos espaços de socialização, aos seus projetos de vida ou novos elementos relacionados aos objetivos da pesquisa e criei pastas e subdivisões para inserir o novo material. Por exemplo, a pasta de espaços de socialização contemplava as subdivisões das pastas de: família, escola, grupo de amigos, Centros Socioeducativos, trabalho, igreja. Com isso eu já realizava o processo de categorização do “corpus” de análise.

As pastas sobre espaços de socialização e projetos de futuro envolviam as categorias “a priori” e a pasta sobre novos elementos, as categorias emergentes. As categorias “a priori” correspondem às teorias e construções que fundamentam o trabalho e que o pesquisador elaborou antes da análise dos dados propriamente dita. Já as categorias emergentes são construções teóricas elaboradas pelo pesquisador a partir do material de análise (MORAES; GALIAZZI, 2007).

A categorização representa a segunda etapa da ATD. Essa fase envolve a construção de relações entre as unidades de base, definidas na etapa da unitarização, buscando agrupá-las em conjuntos de elementos próximos, ou seja, que apresentam componentes semelhantes entre si. Assim, enquanto a primeira etapa pode ser compreendida como o movimento de desorganização e desordem, o segundo seria o movimento para a “produção de uma nova ordem, uma nova compreensão, uma síntese” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 31).

A captação do novo emergente consiste na última etapa da ATD. Constitui na elaboração de metatextos que buscam transmitir e validar por meio de descrições e interpretações as novas compreensões do pesquisador acerca dos fenômenos investigados. Essa etapa envolve “duas faces de um mesmo movimento, o aprender e o comunicar (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 34).

Tendo em vista que a ATD é um “processo de aprendizagem sobre os fenômenos analisados”, isso significa que a clareza sobre os materiais analisados não é evidente logo no início do trabalho, “mas é construída no próprio processo de análise”, ou seja, ela vai se revelando aos poucos, à medida que o pesquisador vai se envolvendo com os dados coletados e se deixa “impregnar” por eles (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 136).

O processo da Análise Textual Discursiva corresponde a um fluxo do pensamento, incerto, inconstante e inseguro. Somente o que já foi concretizado, com muita crítica

e reconstrução, pode propiciar certo sentimento de gratificação e segurança, nunca, entretanto, definitivo e completo (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 168).

Para além do período de análise dos dados, o percurso da pesquisa foi construído em meio a dúvidas, inseguranças, dificuldades, angústias e incertezas. Em alguns momentos me questioneei: estou no rumo certo ou devo seguir por um novo caminho? Como ressaltou Stecanela (2010, p. 38): “o caminho da investigação não se faz sem conflitos, sem dúvidas e sem incertezas, pois as perguntas servem para mobilizar em direção à construção de respostas, sempre parciais e provisórias sobre a realidade que nos é dada a ler”.

Nessa caminhada, estratégias foram mobilizadas para contornar os obstáculos, assim como mudanças de rotas foram necessárias para alcançar os objetivos da pesquisa. Com o tempo de envolvimento no processo de análise e as sucessivas leituras, reflexões, escritas, reescritas e o surgimento das categorias emergentes e as novas compreensões sobre os fenômenos investigados, as angústias e incertezas foram se transformando em confiança e esperança, tornando a atividade mais gratificante e prazerosa.

3 A CULTURA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO VOLTADA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES NO BRASIL: UM PERCURSO HISTÓRICO

A trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa constitui o fio condutor para o desenvolvimento deste trabalho. Os jovens entrevistados, em sua maioria, passaram por Centros Socioeducativos para o cumprimento de medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade. Com isso, cada um dos interlocutores carrega consigo as marcas da vivência da institucionalização em sua memória e, às vezes, também nos seus corpos e nas suas práticas. Essas experiências, embora situadas aqui neste momento, serão apresentadas e discutidas em aprofundamento nos capítulos posteriores.

Assim, proponho realizar uma contextualização da cultura da institucionalização e de como ela se tornou a principal prática utilizada no tratamento de crianças e adolescentes no Brasil, dos tempos do império aos nossos dias. Vale frisar que nessa contextualização irei me deter, sobretudo, na institucionalização voltada às crianças e adolescentes a quem se atribui autoria de atos infracionais e como se deu o tratamento desses sujeitos ao longo do tempo, pois houve um longo processo para a conquista de reconhecimento e de direitos dessa população. Processo esse que buscarei traçar no decorrer deste capítulo, destacando alguns períodos e episódios que são fundamentais para a compreensão do objeto de estudo.

3.1 ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL: APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

A assistência à infância no Brasil, no período colonial, esteve condicionada às determinações de Portugal (RIZZINI; PILOTTI, 2011). Nesse período, as questões relativas à infância permaneceram em caráter de abandono, uma vez que não constituíam interesse para a Coroa Portuguesa, que estava mais empenhada em aumentar seus lucros com a exploração de terras e produtos nacionais, e também com a escravidão (SILVEIRA FALEIROS, 2011).

A legislação voltada à infância durante as primeiras décadas do Brasil império tinha como foco, de modo geral, a preocupação com o recolhimento de crianças órfãs e expostas. A igreja, por meio de medidas de cunho meramente assistenciais, representava a instituição responsável por zelar os expostos mediante subsídios do Estado. Esse trabalho era desenvolvido, sobretudo, nas Casas de Misericórdia, que consagraram a conhecida “Roda dos Expostos” (SOARES, 2003).

A “Roda dos Expostos”, conhecida também como “roda dos enjeitados”, foi implantada, primeiramente, em 1738, no Rio de Janeiro, e era baseada nos modelos europeus (OLIVEIRA, 2007). Consistia em um dispositivo cilíndrico giratório que possibilitava o abandono das crianças sem que os responsáveis fossem identificados. Essa prática tinha por objetivo encobrir a origem das crianças enjeitadas ou expostas e preservar a honra das famílias (RIZZINI; PILOTTI, 2011). “A Roda se constituía em todo um sistema legal e assistencial dos expostos até sua maioridade” (SILVEIRA FALEIROS, 2011, p. 213).

Essas instituições foram abolidas formalmente em 1927 (RIZZINI; PILOTTI, 2011), mas extinguiram-se apenas em 1950 (OLIVEIRA, 2007). Entre os problemas apresentados destacavam-se as péssimas condições de higiene e os altos índices de mortalidade, conforme demonstrado por Silveira Faleiros (2011, p. 215):

Um dos graves problemas das Rodas foi a alta mortalidade dos expostos nelas recolhidos. Estatísticas coletadas por pesquisadores e diários de visitantes revelam números surpreendentes que levam ao questionamento não só da qualidade da assistência nela prestada como do sistema Roda enquanto política de assistência. Ou seja, tratou-se de uma política perversa, no sentido de que seus resultados foram opostos aos objetivos propostos, pois os expostos recolhidos para que não morressem abandonados nas ruas acabavam aí morrendo.

No século XIX, com o avanço da industrialização e o desenvolvimento das cidades, houve um acelerado crescimento populacional. Entretanto, este ocorreu de forma desordenada e desigual, sem a infraestrutura e os serviços necessários para atender o novo contingente. Muitas pessoas não conseguiram encontrar trabalho e espaço digno de moradia, passando a sobreviver nas ruas por meio da mendicância e caridade ou até mesmo meios ilícitos. Também passou a ser frequente a circulação de crianças e adolescentes nas ruas, simplesmente vagando ou na condição de órfãos, abandonados ou “infratores”. Essa nova realidade preocupava as autoridades e a elite intelectual na época, interessados em construir um projeto “civilizador” e de modernização para o Brasil.

Com isso, entre a passagem do século XIX para o XX, o Estado passa a investir na criação de instituições como escolas correcionais, institutos disciplinares, hospícios, asilos para inválidos, prisões, entre outros, assim como em intervenções de higienização do espaço urbano. Nessa perspectiva, para lidar com a efervescência de uma série de questões sociais, a estratégia privilegiada das autoridades da época foi o recolhimento e a institucionalização de todas as pessoas vistas como empecilhos da “ordem” e do “progresso” almejado para o País, entre eles

os mendigos, os vadios, os “menores” (abandonados ou “delinquentes”), os criminosos, os doentes mentais, os bêbados, as prostitutas (ALVAREZ; LOURENÇO; SALLA, 2016).

As crianças abandonadas eram consideradas uma das causas das mazelas sociais do início do século XX. Com a ideia de modernização da sociedade, advinda com a República e a chegada da industrialização, surge também a concepção higienista com o intuito de regenerar e reintegrar essas crianças à sociedade em progresso. Assim, “as instituições policiais, religiosas, médicas e educacionais criam seus próprios mecanismos de higienização social (DA SILVA JÚNIOR, 2018, p. 18).

A utilização de termos como “higienizar” e “sanear” estava relacionada à forte influência que a medicina exercia nesse período, estando presente nos discursos que propagavam a modernização do país. Logo, a “higiene passa a ser condição *‘sine qua non’* de poder, progresso e de civilização” (RIZZINI, 2011, p. 108).

[...] As ideias de nação, patriotismo e a corrida pela industrialização provocam combates a tudo que se alinha com a incivilidade, improdutividade e imoralidade. A noção positivista de ‘ordem’ e ‘progresso’, emblemada na bandeira republicana brasileira, corrobora para a ideia de disciplina, norma e ordem familiar em prol do desenvolvimento do país. A delinquência e a ociosidade são vistas como empecilhos a esse desenvolvimento e, por isso, precisam ser combatidas (DA SILVA JÚNIOR, 2018, p. 16).

Nesse período, a infância passa a adquirir um novo significado e dimensão social, deixando de ocupar posição secundária de interesse e preocupação na família e na igreja para tornar-se uma questão de caráter social e competência também do Estado, vista como um patrimônio valioso da nação. Desse modo, para instalar o novo projeto de país era necessário educar e moralizar a população, a começar pelas crianças, pois “salvar a criança era salvar a nação” (RIZZINI, 2011, p. 27).

Ao se buscar na literatura histórica referências sobre o espaço reservado à criança na sociedade brasileira do século XIX para o XX, percebe-se claramente que ‘a criança’ que mais aparecia era aquela que, aos olhos da elite, carecia da proteção do Estado e precisava ser ‘corrigida’ ou ‘reeducada’. [...] Onde constava algo relativo à infância ou à juventude, lá estava implícita a ideia de periculosidade, carregada da ambiguidade anteriormente assinalada: ou a criança personificava o perigo ou ameaça propriamente ditos (‘viciosa, pervertida, criminosa...’) ou era representada como potencialmente perigosa (‘em perigo de o ser...’) (RIZZINI, 2011, p. 45).

Todavia, é importante ressaltar que não se tratava de um interesse com a infância de modo geral. Eram as crianças pobres, vistas como potencialmente perigosas ou em “perigo

de o ser”, que se tornaram alvo dos interesses do Estado e do seu projeto civilizador. Desse modo, as crianças “nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 13).

Para atingir a reforma almejada entendia-se ser preciso sanear o país, identificando-se na pobreza (no feio, no sujo, no negro, no vício, no crime...) o foco para a ação moralizadora e civilizadora a ser empreendida. Sob o comando da filantropia – expressão do amor à humanidade característica da época – julgou-se estar combatendo os embriões da desordem, através da imposição da assistência aos pobres. [...] O pobre, estigmatizado como promotor da desordem, é, sem resistências, o alvo natural da justiça-assistência. O mesmo destino estaria reservado à criança pobre, transmutada na figura ameaçadora do menor-abandonado, delinquente, ou, por via das dúvidas, sempre em perigo de o ser (RIZZINI, 2011, p. 151).

Assim tem início a história da institucionalização de crianças e adolescentes pobres no Brasil, com reflexos que insistem em permanecer com o tempo e mesmo após todas as mudanças alcançadas no campo dos direitos infantojuvenis, conforme veremos no decorrer deste capítulo e do trabalho como um todo.

3.2 OS PRIMEIROS CÓDIGOS PENAIS DO BRASIL E A IDEIA DO *DISCERNIMENTO*

Antes da promulgação do primeiro Código Penal, estavam em vigor no Brasil as Ordenações Filipinas do reino de Portugal, “cujas medidas punitivas foram abolidas por serem consideradas bárbaras” (RIZZINI, 2011, p. 100). De acordo com a legislação vigente a imputabilidade penal tinha início aos 7 anos de idade, sendo concedido às crianças e adolescentes redução da pena e eximção da pena de morte. Nesse sentido, embora crianças e adolescentes recebessem um atenuante à pena, devido à pouca idade, eram vistos como pequenos adultos, recebendo tratamento pouco diferenciado e sendo severamente punidos (SOARES, 2003).

Nessa época, a infância e a adolescência estavam imbricadas, não havendo uma compreensão de quando começava e terminava cada período, e já por volta dos sete anos de idade eram considerados e tratados como adultos. Isso porque as definições sobre ser criança, adolescente, jovem ou adulto são construções sociais, e as determinações de idade e características para cada fase ocorreram distintamente entre as sociedades no decorrer do

tempo. Logo, “não havia uma legislação específica para aqueles que não fossem adultos” (OLIVEIRA; ALVAREZ, 2014, p. 4).

Em 16 de dezembro de 1830 é promulgado o primeiro Código Penal do Brasil, o Código Criminal Penal do Império. Com o referido Código a imputabilidade penal foi fixada para os 14 anos de idade, sendo que, entre os sete e quatorze anos, as crianças e adolescentes que agissem com *discernimento* poderiam ser consideradas imputáveis e levadas para instituições de correção, permanecendo nestas pelo tempo que o juiz julgasse necessário, desde que não ultrapassasse a idade de dezessete anos (SOARES, 2003, *grifos meus*), conforme pode ser observado abaixo:

Art. 10 Também não se julgarão criminosos:

1º Os menores de quatorze anos.

Art. 13 Se se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes obraram com *discernimento*, deverão ser recolhidos às casas de correção, pelo tempo que ao juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos (BRASIL, 1830, *grifos meus*).

O discernimento é um dispositivo presente no Código Criminal do Império, herança das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas vigentes no Brasil durante o domínio da Corte Portuguesa, e se manteve mesmo após o advento da República, em diferentes períodos históricos, sendo fixadas determinadas faixas etárias para a sua aplicação. Com isso, considerava-se as crianças em “idade da razão”, dotadas de consciência acerca dos delitos cometidos e com capacidade de discernir sobre seus atos, sendo, assim, imputadas a elas as leis aplicáveis de acordo com o delito do qual eram acusadas (ALVAREZ, 1989).

Nesse contexto, sessenta anos depois da promulgação do primeiro Código Penal do Brasil, a instituição de uma nova legislação não apresentou mudanças satisfatórias no tratamento infantojuvenil no País, ao contrário. No Código Penal de 1890, intitulado Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890), houve a redução da idade penal de 14 para 9 anos, desde que o juiz julgasse que a criança havia agido com discernimento. A ideia do discernimento é, assim, usada mais uma vez como critério de julgamento e justificativa para apreensão e recolhimento de crianças e adolescentes em instituições disciplinares.

Art. 30. Os maiores de 9 anos²³ e menores de 14, que tiverem obrado com *discernimento*, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo

²³ Optei por preservar a escrita conforme aparece nos documentos oficiais da época.

tempo que o juiz parecer, contanto que o recolhimento não exceda à idade de 17 anos (BRASIL, 1890, p. 5, *grifos meus*).

O discernimento é, portanto, um conceito chave predominante no Brasil ao longo do século XIX. Embora seu uso tenha sido sistematicamente questionado no meio jurídico, manteve-se na prática por longos anos, vindo a entrar em crise apenas no início do século XX, sobretudo porque, na condição de conceito impreciso e ineficaz, foi responsável por impulsionar as principais críticas dos autores encarregados de pensar uma nova legislação para a infância no Brasil, culminando, assim, na emergência do primeiro Código de Menores (ALVAREZ, 1989).

3.3 O CÓDIGO DE MENORES DE 1927 E A CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA “MENOR”

A emergência do primeiro Código de Menores no Brasil ocorre no início do século XX, quando se identifica a constituição de um movimento em favor da infância abandonada e delinquente, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A construção de um novo discurso, propondo reformas na legislação e nas instituições para a infância e adolescência pobre e abandonada, passa a permear os projetos de lei, os livros e os artigos de jornais da época, sendo difundida por diversos campos e autores, entre eles advogados, juízes, educadores e médicos, que buscavam um “novo tratamento jurídico-institucional para a questão da minoridade” (ALVAREZ, 1989, p. 52).

Essa emergência de uma nova e apropriada legislação de amparo às crianças brasileiras, trazida nos discursos dos diferentes autores supracitados, partia também influenciada pelas mudanças na legislação de proteção a crianças e adolescentes em outros países, em especial nos Estados Unidos e na Europa, e resumia o entrelaçamento entre as noções médicas, morais e jurídicas da época (ALVAREZ, 1989).

No novo mecanismo de institucionalidade para a infância, proposto pelo Código, uma figura se sobressai enquanto agente privilegiado, qual seja, o juiz de menores, um profissional habilitado a desempenhar as seguintes funções: processar, julgar, examinar, vigiar e controlar tudo o que diz respeito e seja necessário para a proteção da vida, da saúde e da moralidade “dos menores”. As crianças e adolescentes que, por decisão do magistrado fossem recolhidos, seriam encaminhados para asilos ou instituições disciplinares (ALVAREZ, 1989).

No Rio de Janeiro, em 1923, se deu a criação do primeiro Juízo de Menores do Brasil (Decreto nº 16.272), inaugurando uma nova fase na assistência à infância do País (IRMA RIZZINI, 2011). Esta se caracterizou por um importante deslocamento na gestão “dos menores”, pois retirou da autoridade policial o arbítrio com o qual vinha tratando a questão, sobretudo com a apreensão “dos menores” e sua manutenção em locais inadequados, e colocou o juiz como figura central do processo. Desse modo, quando apreendidos pela autoridade policial, “os menores” deviam ser encaminhados ao juiz, responsável por decidir seus destinos (ALVAREZ; LOURENÇO; SALLA, 2016).

Para os excluídos da produção e das normas dominantes, considerados suspeitos, perigosos, mantém-se a estratégia de controle da ordem social. Isto se manifesta na prática dos juízes de menores que continuam reclamando por recursos, estabelecimentos e vagas, parecendo ver apenas uma solução para o problema da miséria e da infância abandonada: a internação em instituições, também fortalecida pelas ações privadas e clientelistas (FALEIROS, 2011, p. 60).

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos juízes estava a falta de estabelecimentos para atender a todas as crianças e adolescentes recolhidos, “o que já demonstrava a falência do sistema. Como internar todos os menores enquadrados na elástica categoria de *menores abandonados e delinquentes?*”. Porém, a superlotação das instituições oficiais já era algo visível antes do surgimento dos juízes, ainda que o recolhimento das “crianças de rua” tenha intensificado o problema (IRMA RIZZINI, 2011, p. 253, *grifos da autora*).

Mello Mattos foi o primeiro Juiz de Menores do Brasil, nomeado em 1924 e que esteve à frente das reformulações da legislação menorista no país. Representou o principal responsável pela aprovação do primeiro Código de Menores de 1927, o qual constituiu um novo projeto de institucionalização para a infância e adolescência. Sua atuação em prol da criação de um Código de Menores se deu logo após sua nomeação como Juiz de Menores. Dessa forma, em 1925 ele foi responsável por apresentar ao Senado Federal um projeto “visando medidas legislativas que complementassem a ação do Juízo de Menores. Esse projeto já tinha por objetivo, estabelecer um Código dos Menores, uma ampla legislação para dar conta das várias questões relativas à minoridade” (ALVAREZ, 1989, p. 105).

Em 12 de outubro de 1927, mediante o Decreto nº 17.943-A, foi sancionado o primeiro Código de Menores do Brasil, conhecido por Código de Mello Mattos, o qual consistiu na primeira lei de assistência e proteção às crianças e adolescentes do País (SOARES, 2003).

De acordo com o Código, as crianças e adolescentes menores de quatorze anos passavam a ser eximidas de qualquer processo penal, e as maiores de quatorze e menores de dezoito seriam submetidas a processo especial, conforme pode ser observado abaixo:

Art. 1º. O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.

[...] Cap. VII Dos Menores Delinquentes

Art. 68. O menor de 14 annos, indigitado autor ou cúmplice de facto qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma, a autoridade competente tomará somente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punível e seus agentes, o estado physico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e econômica dos paes ou tutor ou pessoa em cujo guarda viva.

Art. 69. O menor indigitado autor ou cúmplice de facto qualificado crime ou Contravenção, que contar mais de 14 annos e menos de 18, será submetido a processo especial, tomando, ao mesmo tempo, a autoridade competente as precisas informações, a respeito do estado physico, mental e moral dele e da situação social, moral e econômica dos paes, tutor ou pessoa incubida de sua guarda (BRASIL, 1927, p. 01-11).

Com o Código de Menores, o Estado brasileiro passa a definir um novo tipo de institucionalização da infância e da adolescência. A tarefa da assistência, antes a cargo da iniciativa privada, torna-se atributo também do Estado, o qual passa a ser responsável por dirigir e controlar toda a institucionalização do País. O novo modelo institucional caracterizava-se por ser mais amplo e abrangente, voltado a todas as crianças e adolescentes em situação de abandono ou na iminência disso, ou seja, passa a contemplar não mais apenas as crianças enjeitadas ou expostas, mas todas aquelas que ainda não tenham atingido a maioridade e estavam em condição de abandono material ou moral. Além de assistir os desafortunados, o sistema buscava combater a delinquência, vista como fruto do abandono, com o intuito de desenvolver cidadãos saudáveis moral e fisicamente falando. “Uma institucionalização que define o menor tal como o conhecemos ainda nos dias de hoje: aquele que, em decorrência das condições de abandono que o distanciam da educação e do trabalho, é sempre considerado como um delinquente em potencial” (ALVAREZ, 1989, p. 135).

Assim, por meio da assistência pública e do Juízo de Menores, o Estado assume a assistência e proteção às crianças e adolescentes quando, na visão dos juízes, há ausência ou deficiência dos cuidados destes, por parte de suas famílias, para proteger-lhes a vida, a moralidade e a saúde. Encaixavam-se também na clientela de abandono material ou moral os expostos, os abandonados, os vadios, os mendigos e os libertinos, pois, para os operadores da

justiça da época, todos carregavam consigo a possibilidade de envolverem-se em atos de delito, bem como de não se desenvolverem de modo saudável e honesto (ALVAREZ, 1989).

O Código de Menores de 1927 pode ser visto como um marco, pois insere, na esfera do Estado, o funcionamento das instituições no atendimento a crianças e adolescentes no Brasil. Com essa legislação o poder repressivo-reprodutivista, exercido por agentes públicos, passa a ser legitimado e, mesmo com o avanço de novas legislações, os resquícios desse poder ainda permeiam as práticas de oficiais da polícia, de magistrados e de promotores de justiça pelo País (FRANCISCO; LIMA; GROppo, 2020).

O Código de Menores ao tratar sobre o pátrio poder e a remoção da tutela, no artigo 31 do capítulo V, estabelece que:

Art. 31. Nos casos em que a provada negligencia, a incapacidade, o abuso de poder, os maos exemplos, a crueldade, a exploração, a perversidade, ou o crime do pae ou tutor podem comprometer a saúde, segurança ou moralidade do filho ou pupilo, a autoridade competente decretará a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela, como no caso couber (BRASIL, 1927, p. 6).

Como pode ser observado “caso a família se mostrasse incapaz de educar e vigiar seus filhos, poderia ver cassado seu direito à paternidade” (RIZZINI, 2011, p. 89). “A lógica era aparentemente simples: se a família não pode, ou falha no cuidado e proteção ao *menor*, o Estado toma para si esta função” (ARANTES, 2011, p. 195, *grifos da autora*). Ou seja, aos juristas, mediante consentimento das elites políticas da época, estava delegado o poder de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder de uma família sempre que a julgassem inadequada para a criação e educação dos filhos (RIZZINI; PILOTTI, 2011).

Ao final do século XIX, no contexto das sociedades modernas, caracterizadas pelo avanço da urbanização e da industrialização, surge uma dicotomização da infância relacionada à sua condição social. De um lado, identificavam-se as crianças privilegiadas, “os bem nascidos” das classes abastadas, mantidas sob os cuidados da família, para as quais estava destinada a cidadania e podiam viver sua infância. Do outro, encontrava-se o “menor”, referente às crianças filhas da pobreza, consideradas material e moralmente abandonadas e potencialmente perigosas ou “em perigo de o ser”, mantidas sob a tutela vigilante do Estado, para as quais estava destinado todo o aparato jurídico-assistencial na forma de leis, programas assistenciais, medidas filantrópicas e práticas educativas/repressivas que visavam educá-las e corrigi-las, e a quem a cidadania era negada (RIZZINI, 2011).

Em sua dissertação de Mestrado em Sociologia, Alvarez (1989) estudou “as transformações discursivas que tornaram possível a emergência de uma legislação de assistência e proteção aos menores no Brasil”. O autor se propôs a analisar o processo de sujeição do “menor” a partir do Código de Menores do Brasil de 1927, tomando o referido regulamento jurídico como um dos momentos centrais de constituição do “menor” como categoria jurídica e institucional. Segundo ele, “o problema do menor é uma construção histórica e, enquanto tal, não pode ser compreendida fora de seu contexto de emergência, mas, ao mesmo tempo, não é apenas resultado desse contexto, já que possui suas especificidades” (AVAREZ, 1989, p. 14).

“O ‘menor’ no Brasil é uma construção histórica” (BOEIRA, 2014, p. 180). Perceptível desde o início do período republicano e inicialmente utilizado por determinados representantes da sociedade, como os magistrados e os policiais, o termo popularizou-se em diferentes narrativas, ultrapassando, assim, o campo jurídico (BOEIRA, 2018).

O uso do termo se dá a partir do final do século XIX. Trata-se de uma categoria que englobava, predominantemente, indivíduos pertencentes a camadas populares, filhos de trabalhadores de baixa renda das grandes cidades, em que a ausência do Estado no bem-estar social e econômico foi marcante, amplificando o estigma da marginalização. Sua definição, ambígua, poderia indicar o limite de idade – pessoa com idade inferior a dezoito anos – ou se referir à criança ou ao jovem em situação de desamparo ou delinquência (BOEIRA, 2014, p. 180).

O termo “menor” surge, então, como categoria jurídica e socialmente construída para designar a infância pobre, pois “ser menor era carecer de assistência, era sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade”. Com isso, tornou-se tarefa fácil para a elite intelectual justificar seu projeto civilizador para o País a partir do tratamento “moralizador e saneador” da infância pobre (RIZZINI, 2011, p. 134).

Nessa perspectiva, o Código de menores de 1927 consagrou a aliança entre a assistência e a justiça (SOARES, 2003) e representou um novo dispositivo de disciplina e controle contra um segmento específico da população, as crianças pobres em geral (ALVAREZ, 1989), sobretudo daquelas caracterizadas como “infratoras”, pois “uma simples suspeita, uma desconfiança, o biotipo ou a vestimenta de um jovem poderiam dar margem a que este fosse sumariamente apreendido” (RIZZINI, 2011, p. 135). Assim, “o Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista” (FALEIROS, 2011, p. 47).

3.3.1 O Serviço de Assistência a Menores (SAM) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)

Em 5 de novembro de 1941, em pleno governo ditatorial de Getúlio Vargas, foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), órgão integrado ao Ministério da Justiça e articulado ao Juízo de Menores, com o objetivo de prestar assistência aos “desvalidos” e “infratores”. Inicialmente esteve restrito à capital da República, na época a cidade do Rio de Janeiro, e somente em 1944, mediante o Decreto-Lei nº 6.865, de 11 de setembro de 1944, adquire amplitude nacional (IRMA RIZZINI, 2011).

“O novo Serviço herdou o modelo e a estrutura de atendimento do Juízo do Distrito Federal e pouco a alterou nos primeiros anos de sua implantação” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 33). Desse modo, a implantação do SAM não representou “nenhuma novidade no campo das ideias e das práticas” vigentes no atendimento ao público infantojuvenil. A única mudança perceptível foi a separação parcial da execução do atendimento da instância jurídica (IRMA RIZZINI, 2011, p. 264).

Antes disso não havia no país um órgão em nível federal, e de escala nacional, responsável pela assistência à infância. O SAM manteve o modelo de atendimento utilizado desde a década de 1920, em que as crianças e adolescentes eram encaminhadas para instituições oficiais e estabelecimentos conveniados ao governo (RIZZINI; PILOTTI, 2011). Entretanto, com a instituição do SAM “as funções de organizar os serviços de assistência, fazer o estudo e ministrar o tratamento aos “menores”, foram retiradas da alçada dos juízes” (IRMA RIZZINI, 2011, p. 264). Entre as funções do novo serviço destacava-se a de realizar a triagem e internação das crianças e adolescentes encaminhados pelo juízo de menores (IRMA RIZZINI, 2011).

O famigerado SAM surgiu rodeado por todos os princípios considerados os mais modernos na época: voltado para a educação, formação profissional, estudo e classificação do menor, com método de trabalho delineado, a chamada assistência científica. O que ocorreu de fato – abusos contra internos, corrupção, clientelismo – deve ser entendido dentro do contexto político da época (IRMA RIZZINI, 2011, p. 281).

O SAM ficou conhecido popularmente como “escola do crime”, visto como instituição para prisão de “menores” “transviados” em que se “fabricava criminosos” (RIZZINI; RIZZINI, 2004). Essas e outras representações associadas ao órgão passaram a ser frequentes a partir da década de 1950, de modo que este “representava mais uma ameaça à criança pobre do que propriamente proteção” (IRMA RIZZINI, 2011, p. 266).

O SAM [...] era um organismo cheio de vícios. As crianças e adolescentes recolhidos em suas instalações viviam em uma situação de abandono e desprezo. Há relatos de crueldade praticada com os menores que viviam no local. Conta-se, ainda, que alguns deles passavam diversas vezes pelo sistema e que isso fazia com que ganhassem mais ‘experiência’ no mundo do crime (OLIVEIRA, 2007, p. 30).

Além disso, os relatórios de visita à instituição (SAM) apontavam problemas de superlotação, falta de cuidados e de higiene, sendo caracterizado como um sistema desumano, ineficaz e perverso (FALEIROS, 2011).

Diante do fracasso do SAM, este foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), por meio da Lei nº 4.513, de 01 de novembro de 1964 (FALEIROS, 2011). No mês seguinte do referido ano é aprovada a Lei nº 4.514, a qual cria a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), caracterizada por uma gestão vertical e centralizadora. Essa política passa a ser gerida pela FUNABEM em nível nacional e na esfera estadual pelas Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs) (SOARES, 2003).

O novo órgão assume um caráter essencialmente assistencialista (FALEIROS, 2011) e configura-se “como um órgão central, de caráter normativo, cuja incumbência básica era o repasse de recursos” (VOGEL, 2011, p. 297). A função primária da FUNABEM era implantar o “anti-SAM”, com diretrizes que se distanciavam das criticadas pelo SAM. Dessa forma, suas propostas centravam-se na autonomia financeira e administrativa da instituição, rejeitando-se os internatos para crianças e adolescentes pobres que haviam se transformado em “depósitos de menores” (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

As denominadas FEBEMs serviam para acolher tanto crianças quanto adolescentes entregues pelos responsáveis, por não se verem em condições de educá-las, bem como nos casos tipificados como prática de crime ou contravenção penal. Constituíram-se, de modo geral, em grandes depósitos de crianças e de adolescentes. Nos casos de abandono ou entrega por parte dos próprios responsáveis, o Estado, por meio de convênios, encaminhava tais crianças e adolescentes para instituições filantrópicas particulares. Não raro, muitas dessas instituições encontravam-se a centenas de quilômetros do local de origem dessas crianças e desses adolescentes (FRANCISCO; LIMA; GROppo, 2020, p. 3).

Assim como o SAM, a FUNABEM reproduziu um modelo “correcional-repressivo” (ARANTES, 2011) e o então diretor fez uma autocrítica reconhecendo o fracasso da instituição em relatório publicado ao final da gestão (FALEIROS, 2011). Nesse sentido, “o sistema implementado pela Funabem e Febems, considerado modelo, estava calcado numa lógica perversa, punitiva e repressiva” (BOEIRA, 2018, p. 44). “A FUNABEM herdou do SAM

os prédios, equipamentos e, infelizmente, algumas práticas repressivas. No entanto, a lei que a instituía tinha, enfim, uma visão mais humana em relação ao menor” (OLIVEIRA, 2007, p. 31).

3.4 O CÓDIGO DE MENORES DE 1979 E A CONSAGRAÇÃO DA DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR

O novo Código de Menores foi estabelecido pela Lei nº 6.697, em 10 de outubro de 1979, caracterizando-se pela Doutrina da Situação Irregular, em que crianças e adolescentes pobres eram tratadas como “menores” e sem distinção entre aquelas que estavam em situação de abandono e as que haviam cometido alguma infração (SOARES, 2003). “O novo Código de Menores veio a consagrar a noção do ‘menor em situação irregular’, a visão do problema da criança marginalizada como uma ‘patologia social’” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 28).

Nessa perspectiva, a Doutrina da Situação Irregular, embora tenha sido consagrada apenas no Código de Menores de 1979, já vinha sendo aplicada antes de sua publicação. Tinha como base “o trinômio pobreza, desvio e delinquência” e estava associada à pobreza e ao que se considerava suas consequências na vida de crianças e adolescentes, a saber: “a ausência dos cuidados parentais, o abandono material e moral e o envolvimento precoce com a criminalidade”. Por meio da situação irregular o poder judiciário possuía autonomia para destituir o pátrio poder sobre os filhos das camadas populares e de solicitar a internação destes em instituições para esse fim (PAULA, 2015, p. 33).

O Código de Menores de 1979 dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a “menores”:

- I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;
 - II – entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.
- Parágrafo único.* As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação (BRASIL, 1979, p. 01).

Em casos em que se atribuía autoria de infração penal à criança ou adolescente poderia ocorrer uma das situações: quando era menor de 18 anos deveria ser encaminhado de imediato à autoridade judiciária. Quando se tratava de menores de dezoito e maiores de quatorze anos deveria passar por procedimento para apuração da infração, sendo passível de uma das medidas previstas no Código de Menores, de acordo com a decisão do juiz. No que se refere aos menores de quatorze anos, estes não passavam por procedimento para apuração da infração,

mas, por estarem em situação irregular, também estavam sujeitos a aplicação das medidas (SOARES, 2003).

Segundo o Código, era considerado em situação irregular o “menor”:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) Falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) Manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

- a) Encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) Exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - Privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independente de ato judicial (BRASIL, 1979, p. 01-02).

O Código estabelece como medidas aplicáveis ao “menor”, conforme decisão da autoridade judicial, as seguintes:

I - advertência;

II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;

III - colocação em lar substituto;

IV - imposição do regime de liberdade assistida;

V - colocação em casa de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado (BRASIL, 1979, p. 04).

Os únicos direitos concedidos pelo Código de Menores às crianças e adolescentes institucionalizadas eram o direito à visita dos pais ou responsável, embora a autoridade judiciária pudesse suspendê-la sempre que a julgasse prejudicial no cumprimento da medida, e o de assistência religiosa, conforme pode ser observado a seguir:

Art. 118. Em nenhum caso haverá incomunicabilidade de menor, o qual terá sempre direito à visita de seus pais ou responsável e de procurador com poderes especiais, de comum acordo com a direção do estabelecimento onde se encontrar internado, ou devidamente autorizado pela autoridade judiciária.

Parágrafo único. A autoridade judiciária poderá suspender, por tempo determinado, a visita dos pais ou responsável, sempre que a visita venha a prejudicar a aplicação de medida prevista nesta Lei.

Art. 119. O menor em situação irregular terá direito à assistência religiosa (BRASIL, 1979, p. 22).

O Código concedia pleno poder ao juiz, cabendo a ele decidir, entre assistência, proteção e vigilância o que seria melhor para a criança ou o adolescente em situação irregular. Assim, é possível observar que, na prática, a nova legislação reforça uma ação já utilizada pela FUNABEM (FALEIROS, 2011).

O Código de Menores se configurou como uma resposta conservadora, sobretudo ao reiterar a internação como principal estratégia de intervenção (PAULA, 2015). Entretanto, o novo Código mostrou-se avançado em vários aspectos, dentre os quais se destacam: a implantação da advertência verbal como medida aplicável antes de qualquer internação; uma vigilância e assistência mais próxima da comunidade; a inclusão das medidas de liberdade assistida e semiliberdade; e a busca de agilidade processual. Vale destacar ainda que todas essas mudanças foram reproduzidas e aperfeiçoadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que demonstra haver naquela época uma preocupação “com a construção de uma normativa com parâmetros adequados para a proteção de crianças e adolescente” (FRANCISCO; LIMA; GROppo, 2020, p. 08).

3.5 MARCOS DA IMPLANTAÇÃO DA DOCTRINA DE PROTEÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

O dia 05 de outubro de 1985 é lembrado como um dia histórico para os brasileiros. Nesse dia, formou-se em torno do Congresso Nacional uma “Ciranda da Constituinte” com a participação de mais de 20 mil crianças e adolescentes, enquanto no interior do Congresso foi votada a Emenda Criança, a qual deu origem aos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988²⁴. Nossa Carta Magna é, antes de tudo, fruto das pressões sociais e das reivindicações de movimentos sociais que lutavam em defesa dos direitos de crianças e adolescentes e decorre dos marcos internacionais já em curso, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, promulgada em 1989 e aderida no Brasil em 21 de novembro de 1990, mediante o Decreto nº 99.710.

Também chamada de “Constituição Cidadã”, a nova legislação “implica outra relação com o Estado, baseada no direito e na participação, combina a autonomia da criança

²⁴ Disponível em: <<https://crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>>. Acesso em: 03 de jun. 2021.

com a solidariedade social e o dever do Estado em propiciar e defender seus direitos como cidadã” (FALEIROS, 2011, p. 36).

Com a Constituição Federal de 1988 e a promulgação do ECA em 1990, instala-se no Brasil a Doutrina da Proteção Integral, a qual deve ser compreendida como “a identificação, o reconhecimento e asseguração jurídico-legal dos direitos humanos, destinados especificamente às crianças e adolescentes” (RAMIDOFF, 2019, p. 14), ou, com outras palavras, como “a base valorativa que fundamenta os direitos infantojuvenis no plano internacional” (COSTA, 2015, p. 12). Nesse novo cenário, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e em situação peculiar de desenvolvimento, demandando prioridade absoluta, conforme apresentado no Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 128).

Como pode ser observado, o texto constitucional estabelece um conjunto de direitos de caráter universal, definidos como fundamentais, destinados a todas as crianças e adolescentes, “independente de sua situação social, pessoal, ou mesmo de sua conduta” (COSTA, 2015, p. 14). Ao delegar ao Estado, à família e à sociedade a garantia desses direitos fundamenta-se a base da Doutrina da Proteção Integral, ao mesmo tempo em que estabelece uma responsabilidade compartilhada.

Dois anos após a aprovação da Constituinte, em 13 de julho de 1990, por meio da Lei nº 8.069, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um marco na legislação brasileira que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, incorporando, assim, a Doutrina da Proteção Integral, reafirmando o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, seres em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta, conforme pode ser observado na descrição do Artigo 4º a seguir:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 01).

O Estatuto considera criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. O ECA reafirma as garantias de direitos às crianças e adolescentes, como já expressas na Carta Magna, sem discriminação de sexo, idade, cor/raça, etnia, classe social, religião, local de moradia etc. (BRASIL, 1990). Nesse sentido, os adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional são reconhecidos igualmente como sujeitos de direitos:

Cap. II – Dos direitos individuais

Art. 106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

[...] Cap. III – Das garantias processuais

Art. 110. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

Art. 111. São asseguradas aos adolescentes, entre outras, as seguintes garantias:

I – pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;

III - defesa técnica por advogado;

IV - assistência gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;

V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento (BRASIL, 1990, p. 38-39).

Como observado acima, além dos direitos individuais assegurados aos adolescentes que cometeram atos infracionais, o ECA prevê também uma série de mudanças no sistema de justiça juvenil, entre elas: a garantia do devido processo legal; um conjunto de medidas socioeducativas a serem aplicadas de acordo com a gravidade da infração cometida pelo adolescente; a determinação de excepcionalidade e brevidade da medida de internação; “e a garantia dos direitos que não tenham sido restringidos pela medida aplicada” (PAULA, 2015, p. 2). Vale frisar que com a aprovação do Estatuto, a medida de internação deve ser aplicada em último caso, apenas aos adolescentes que cometerem ato infracional com violência ou grave ameaça à pessoa (OLIVEIRA; ALVAREZ, 2014).

A promulgação do ECA resultou do processo de redemocratização do país, vivenciado nos anos 1980, e da mobilização coletiva dos movimentos sociais, desde os anos 1970, em que defendiam “o acesso a direitos como forma de enfrentar a então chamada ‘questão do menor’” (PAULA, 2015, p. 01). Sua aprovação representou uma mudança de paradigma, com profundas modificações nos campos políticos, culturais e jurídicos no que se refere à questão da criança e do adolescente no Brasil. Por meio do Estatuto, a Doutrina da Proteção

Integral foi materializada e regulamentada (SOARES, 2003). Sua aprovação no Congresso Nacional entre os anos 1989 e 1990 pode ser atribuída a quatro elementos-chave, conforme destacado abaixo:

(I) a precariedade socioeconômica de jovens órfãos e abandonados ou em conflito com a lei, submetidos ao suporte do Estado em instituições como as FEBEMs e os Educandários/Orfanatos; (II) o contexto político de construção de um Estado democrático de direito, representado pelo fim do regime militar e civil e pela aprovação da nova Constituição Federal; (III) os esforços empreendidos, sobretudo pela bancada do PMDB na articulação política, com o autor do Projeto, Senador Ronan Tito, e os relatores Senador Francisco Rollemberg e a Deputada Camata, congregando diferentes partidos para a unidade política em torno da aprovação urgente do projeto do ECA; (IV) o ECA manteve os princípios modernos inscritos no Código de Menores, sobretudo no que se refere aos jovens em conflito com a lei, garantindo o estudo psicossocial por equipe especializada para subsidiar o juiz na aplicação de determinada sentença, agilidade na apuração processual, de modo a evitar o sentimento de impunidade do infrator, bem como a possibilidade de aplicação de medidas de responsabilização mais brandas e com maior razoabilidade, por meio das medidas de Liberdade Assistida e de Semiliberdade. Além disso, o ECA acrescenta a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade e prioriza a proteção integral e os direitos fundamentais para a infância e a juventude, preferencialmente na socialização e no desenvolvimento dos jovens no ambiente familiar e comunitário (FRANCISCO; LIMA; GROppo, 2020, p. 14-15).

Podemos dizer que a Constituição Federal de 1988 e o ECA representam instrumentos de ampliação da cidadania, uma vez que crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, isto é, foi garantido a eles, de modo formal e legal, “o direito a ter direitos”. Isso representa uma importante ruptura com a legislação anterior, pois, ao universalizar os direitos de cidadania, todas as crianças e adolescentes nascidos no país passam a ganhar o status de cidadãos perante o Estado, deixando de ser tratados como objetos de tutela estatal (PAULA, 2015).

As novas legislações (Art. 228 da CF/88; Art. 104 ECA/90) estabelecem como penalmente inimputáveis os menores de 18 anos. Isso significa que eles não podem ser criminalmente responsabilizados pelos seus atos (OLIVEIRA, 2014), mas sim, diferentemente responsabilizados. Logo, em caso de prática de atos infracionais por crianças, cabe ao Conselho Tutelar a atribuição legal da aplicação de medidas específicas de proteção. Já quando se tratar de adolescentes a competência é do juiz de Direito, em que ele pode aplicar tanto medidas específicas de proteção, quanto medidas socioeducativas (RAMIDOFF, 2019).

No campo jurídico, o ECA destaca-se pelo surgimento do sistema de responsabilidade penal do adolescente autor de ato infracional (SOARES, 2003). O Estatuto representou “a primeira inovação substancial latino-americana a respeito do modelo tutelar de

1919. Durante mais de setenta anos, desde 1919 a 1990, as ‘reformas’ às leis de menores constituíram apenas variações da mesma melodia” (MÉNDEZ, 2000, p. 2).

O Estatuto se destaca também pela descentralização da política para a infância que passa, a partir de então, a estabelecer uma articulação entre o Estado e a sociedade com a criação dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares, implantados nas esferas estadual e municipal (FALEIROS, 2011). Cada município deverá conter, no mínimo, um Conselho Tutelar composto por cinco membros e escolhidos pela população local para um mandato de quatro anos (BRASIL, 1990).

Mais de um ano após a vigência do Estatuto, em 12 de outubro de 1991, pela Lei nº 8.242, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Entretanto, os conselheiros tomaram posse mais de um ano depois da aprovação da lei, em 16 de dezembro de 1992 (FALEIROS, 2011).

Com isso, “o ECA foi, portanto, concebido como uma política protetiva voltada a todo o desenvolvimento de crianças e de adolescentes no conjunto de suas necessidades humanas, físicas, intelectuais, materiais e psicológicas” (FRANCISCO; LIMA; GROppo, 2020, p. 8), representando uma verdadeira revolução nas áreas jurídica, social e política” (ARANTES, 2011, p. 197). Embora tenha se destacado como uma das legislações infantojuvenis mais avançadas e progressistas do mundo, “há de reconhecer-se que a garantia da proteção integral no Brasil ainda é uma realidade muito distante de um horizonte promissor” (FRANCISCO; LIMA; GROppo, 2020, p. 16).

A cultura da institucionalização de crianças e adolescentes pobres no Brasil passa a tomar novos rumos na década de 1980 (RIZZINI; RIZZINI, 2004), quando o sistema de internato passa a ser amplamente questionado, uma vez que comprometia o desenvolvimento da criança e do adolescente e também por constituir-se uma prática onerosa, ineficaz e injusta, “produzindo o chamado ‘menor institucionalizado’ – jovens estigmatizados, que apresentam grande dificuldade de inserção social após anos de condicionamento à vida social” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 21).

Entretanto, embora os parâmetros normativos do tratamento de crianças e adolescentes, a quem se atribui autoria de ato infracional, tenham sido alterados com a promulgação do ECA, “as características institucionais vinculadas aos jovens internados pouco mudaram de forma imediata” (OLIVEIRA; ALVAREZ, 2014, p. 7). Com isso, mesmo com os avanços e conquistas alcançados no campo dos direitos de crianças e adolescentes, muitos

aspectos observados nos antigos estabelecimentos de internação fazem parte de uma cultura institucional que insistem em permanecer, ainda que muitas vezes, camuflados.

3.6 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO: BASES LEGAIS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

3.6.1 Medidas Socioeducativas: tipos e diferenciações

O ECA, em seu artigo 112, apresenta as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas pela autoridade competente, no caso o juiz responsável, quando verificada a prática de ato infracional. Considera-se ato infracional a conduta compreendida como crime, ou contravenção penal, e refere-se à denominação para os delitos cometidos por crianças e adolescentes, uma vez que estes são considerados seres inimputáveis e em condição peculiar de desenvolvimento. Assim, os adolescentes que praticam ato infracional e são julgados perante a justiça são encaminhados para o cumprimento de medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto, as quais devem ser aplicadas considerando-se a capacidade do adolescente de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração, quais sejam:

- I - Advertência;
- II - Obrigação de reparar o dano;
- III - Prestação de serviços à comunidade;
- IV – Liberdade assistida;
- V – Inserção em regime de semiliberdade;
- VI – Internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990, p. 39).

Das seis medidas socioeducativas propostas pelo ECA, quatro fazem parte do Sistema de Atendimento Socioeducativo: a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), a Liberdade Assistida (LA), a semiliberdade e a internação. Essas medidas demandam maior complexidade para a sua execução, uma vez que possuem mais tempo de duração (PSC: até seis meses; LA: mínima de seis meses; e semiliberdade e internação: até três anos) e envolvem a colaboração de organizações da sociedade civil e entidades públicas. As outras duas medidas, a advertência e a obrigação de reparar o dano, dependem apenas da autoridade judicial para a sua execução, não envolvendo, assim, outras instâncias do poder público. São, portanto, medidas de mais curto prazo e de menor complexidade (PAULA; LIMA, 2008).

A advertência é a mais simples de todas as medidas e consiste em uma admoestação verbal do juiz e posterior assinatura de termo por parte do adolescente. Quanto à obrigação de reparar o dano, esta é aplicável em infrações que resultem em danos patrimoniais, podendo o juiz determinar a restituição da coisa, o ressarcimento do dono ou a compensação do prejuízo à vítima (BRASIL, 1990).

Considerando as medidas que fazem parte do Sistema de Atendimento Socioeducativo, elas se dividem em medidas de meio aberto: PSC e LA; e medidas de meio fechado: semiliberdade e internação. As primeiras são assim chamadas porque possuem menos restrições à liberdade individual e o adolescente permanece em sua residência durante o cumprimento da medida. As segundas são chamadas de medidas de meio fechado, porque envolvem restrições à liberdade individual. No caso da semiliberdade, o adolescente pode sair da instituição de cumprimento da medida para participar de atividades escolares, de trabalho ou outras, desde que com o consentimento da equipe técnica, e retornar para sua residência aos finais de semana. Quanto à internação, o adolescente passa a residir integralmente no estabelecimento de cumprimento da medida (PAULA; LIMA, 2008).

A PSC consiste na realização de serviços comunitários gratuitos junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, por período não excedente a seis meses. Vale ressaltar que as atividades devem ser atribuídas observando-se as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas em uma jornada de trabalho máxima de oito horas semanais, e de forma que não prejudique sua frequência escolar (BRASIL, 1990).

A LA consiste na escolha de um orientador social para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, cabendo a ele as seguintes competências:

- I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
- II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
- III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;
- IV - apresentar relatório do caso (BRASIL, 1990, p. 40).

A referida medida é fixada por um período mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida a qualquer momento (BRASIL, 1990). Durante esse período, a execução da medida envolve além do acompanhamento de um

orientador ou equipe de orientadores, a articulação com outras instituições e programas a fim de garantir a inserção dos adolescentes na rede social de serviços (PAULA; LIMA, 2008).

A semiliberdade pode ser aplicada pelo juiz responsável no início da medida ou como transição para o meio aberto, por um período mínimo de seis meses. No decorrer da medida, o adolescente passa a residir na instituição de cumprimento, durante a semana, e aos finais de semana é liberado para ficar na sua residência de origem, com a família. É obrigatório que o adolescente participe de atividades de escolarização e profissionalização, podendo estas ocorrerem na instituição ou fora dela. Paula e Lima (2008) destacam que a execução dessa medida deve ser realizada em ambiente com instalações físicas adequadas, tanto no que se refere à segurança, quanto à higiene e salubridade; outros aspectos devem ser observados, como o recrutamento, a capacitação e a remuneração dos funcionários responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes e a articulação com outras entidades, de modo que sejam asseguradas aos adolescentes a inserção em programas de educação profissional e outras atividades.

Por fim, a internação, que constitui a medida socioeducativa privativa de liberdade. Conforme determina o Estatuto, sua aplicação está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Assim, só deve ser aplicada em três situações específicas, conforme preconiza o artigo 122:

- I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL, 1990, p. 41).

Durante o período de internação o adolescente permanece na instituição de cumprimento quase que integralmente, podendo realizar atividades externas a critério da equipe técnica do estabelecimento, desde que não haja proibição expressa por parte da autoridade judicial. Assim como na semiliberdade, na internação, para sua execução, é necessário um local com infraestrutura física adequada, capaz de ofertar atividades educacionais, de profissionalização, culturais, esportivas e de lazer, visitas, acesso à assistência religiosa e corpo funcional capacitado para o acompanhamento dos adolescentes (PAULA; LIMA, 2008).

É importante ressaltar que a medida de internação deve ser avaliada no máximo a cada seis meses e o tempo de duração não deve exceder três anos. No caso de atingir esse limite,

o adolescente pode ser encaminhado para o regime de semiliberdade ou LA. A liberação compulsória do adolescente deve ocorrer aos vinte e um anos (BRASIL, 1990).

O adolescente é incluído no Sistema de Atendimento Socioeducativo quando apreendido pela polícia e mediante decisão do Poder Judiciário. Depois do registro da ocorrência policial, ocorre a entrevista informal com o promotor de justiça, o qual questiona o adolescente acerca do ato infracional, usando como referências documentais o boletim de ocorrência, assim como as informações sobre seus antecedentes. Em seguida, o promotor pode conceder remissão ou solicitar o arquivamento dos autos, interrompendo, assim, o processo. Entretanto, este irá continuar desde que seja oferecida à autoridade judicial uma representação, sugerindo a aplicação da medida socioeducativa que considerar adequada. Diante disso, a etapa seguinte são as audiências com o juiz, em que a presença do advogado e dos pais ou responsáveis pelo adolescente é obrigatória. Finalizada essa, o juiz determina qual medida será aplicada (PAULA; LIMA, 2008).

3.6.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE

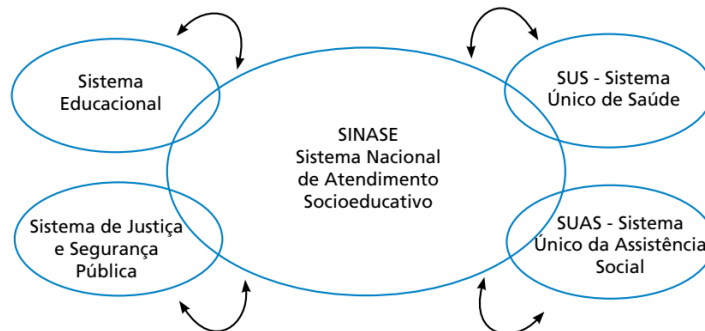
O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) constitui uma política pública desenvolvida mediante um sistema integrado que articula os três níveis de governo e objetiva, de modo primordial, uma prática socioeducativa baseada nos princípios dos direitos humanos, voltada aos adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional. É fruto de uma construção coletiva, que envolveu um processo democrático e estratégico, protagonizado por operadores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), de distintas áreas do governo, bem como por representantes de entidades e especialistas da área (BRASIL, 2006).

Assim, o CONANDA, junto à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) (PAULA; LIMA, 2008), publicou no dia 11 de dezembro de 2006, a Resolução nº 119 que apresenta as diretrizes para o estabelecimento do SINASE.

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público (BRASIL, 2006, p. 22).

O SINASE está inserido no Sistema de Garantia de Direitos e por isso sua atuação possui interfaces com diferentes sistemas e políticas, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Sistema de Garantia de Direitos



Fonte: BRASIL, 2006.

Antes da implementação do SINASE, a gestão do Sistema de Atendimento Socioeducativo era de responsabilidade do Poder Executivo, de modo que as formas de organização e gestão desse Sistema se diferenciavam entre as unidades federativas do País. Nesse sentido, o SINASE foi pensado e proposto com o objetivo de organizar esses diversos modelos administrativos, em torno de sistemas estaduais de atendimento socioeducativo e com a ampliação da participação dos governos municipais e da sociedade civil (PAULA; LIMA, 2008).

O documento define como responsabilidade dos estados o desenvolvimento dos programas de atendimento das medidas em meio fechado, semiliberdade e internação. Já os programas de atendimento das medidas de meio aberto, PSC e LA, ficaram a cargo dos municípios. Estabelece também responsabilidades comuns e específicas às esferas federal, estadual e municipal, estando cada uma, a seu nível, encarregada de elaborar o plano de atendimento socioeducativo (PAULA; LIMA, 2008).

Seis anos depois da publicação da Resolução nº 119, esta transformou-se em Lei Federal (nº 12.594/2012) e instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual regulamenta a execução das medidas socioeducativas a adolescentes que praticam ato infracional. Estas, conforme apresentado no art. 1º, inciso 2º da referida lei, objetivam responsabilizar os adolescentes quanto às consequências lesivas do ato infracional, incentivando sua reparação, bem como visando sua integração social e a garantia de seus direitos individuais e sociais, com vistas a desaprovar a conduta infracional (BRASIL, 2012).

A Lei do SINASE (BRASIL, 2012), ao abordar sobre a avaliação e o acompanhamento do atendimento socioeducativo, estabelece como responsabilidade da União, em articulação com os estados, o Distrito Federal e os municípios, a realização de avaliações periódicas, com intervalos de no máximo três anos, dos Planos de Atendimento Socioeducativo. Essa avaliação deve abranger, ao menos, quatro dimensões, a saber: a gestão; as entidades de atendimento; os programas; e os resultados da execução das medidas socioeducativas, tendo os seguintes objetivos norteadores:

- I - contribuir para a organização da rede de acompanhamento socioeducativo;
- II - assegurar conhecimento rigoroso sobre as ações do atendimento socioeducativo e seus resultados;
- III - promover a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo;
- IV - disponibilizar informações sobre o atendimento socioeducativo (BRASIL, 2012, p. 08).

Os dados apresentados pelo levantamento Anual do SINASE, referentes ao ano de 2017, indicam que havia no Brasil, até 30 de novembro do referido ano, 24.803 adolescentes e jovens em medidas restritivas de liberdade, sendo 71,8% em cumprimento de internação, 8,7% em medida de semiliberdade e 19,5% em internação provisória. O total de atendidos, considerando as outras modalidades (atendimento inicial, internação sanção e medida protetiva), é equivalente a 26.109 adolescentes.

Tabela 5 – Quantidade de adolescentes em cumprimento de medidas em meio fechado no Brasil em novembro de 2017

Tipo de Medida	Número de Adolescentes
Internação	17.811
Semiliberdade	2.160
Internação Provisória	4.832
Atendimento Inicial	937
Internação Sanção	306
Medida Protetiva	63

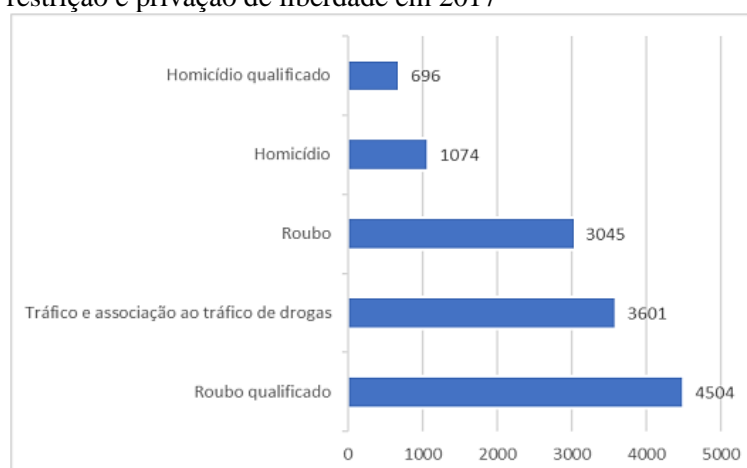
Fonte: Pesquisa Levantamento Anual SINASE, 2019.

Do total de 26.109 adolescentes incluídos no sistema socioeducativo em medidas de restrição e privação de liberdade, 25.063 (96%) são do sexo masculino e 1.046 do sexo feminino. O levantamento trouxe, pela primeira vez, a inclusão do Art. 35, inciso VIII do ECA, acerca da não discriminação de gênero, com dados da categoria de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Transexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais e Simpatizantes (LGBTIs²⁵). Assim, havia em 2017 um total de 21 adolescentes LGBTIs em atendimento no Sistema Socioeducativo brasileiro. Vale ainda destacar que 56% (12.857) dos adolescentes pertencem à faixa etária entre 16 e 17 anos. No que se refere à raça/cor, a maioria dos adolescentes (40%) foi considerada de cor parda/preta. Entretanto, outro dado bastante significativo chama a atenção: 36% dos adolescentes e jovens não tiveram sua cor registrada, de modo que foram classificados na categoria “não especificado”, demonstrando assim, as falhas que permeiam o Sistema (BRASIL, 2019).

Os atos infracionais praticados pelos adolescentes em cumprimento de internação, que estavam inseridos no Sistema Socioeducativo na coleta dos dados, correspondem a um total de 16.433 e os de maior incidência podem ser observados no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Atos infracionais de maior incidência na medida de restrição e privação de liberdade em 2017



Fonte: Pesquisa Levantamento Anual SINASE, 2019.

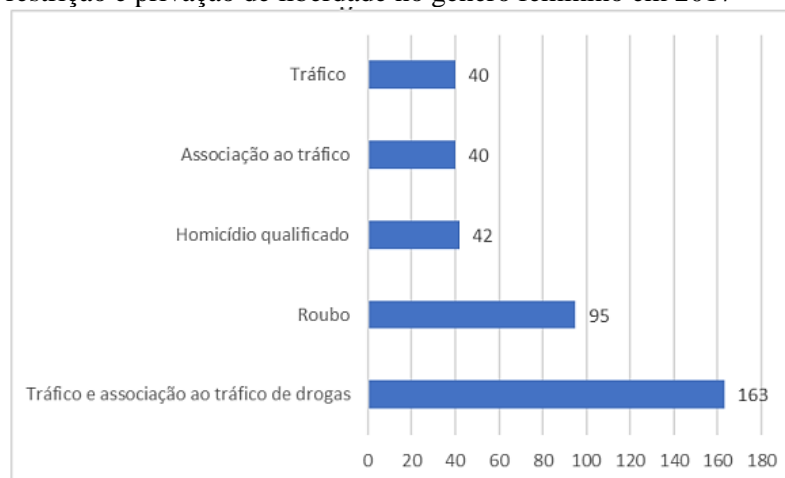
Nota: O roubo refere-se à subtração mediante ameaça ou uso da violência. Já o roubo qualificado consiste na subtração sem ameaça ou uso da violência, mas com rompimento, destruição de obstáculo, abuso da confiança, fraude ou emprego de duas ou mais pessoas²⁶.

Do total de 16.433 atos infracionais, apenas 3,8% (628 atos) foram atribuídos a adolescentes do sexo feminino, estando os atos de maior incidência apresentados no próximo gráfico:

²⁵ Hoje já há uma atualização dessa sigla para LGBTQIAP+: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, queer, intersexual, assexual, pansexual e identidades não binárias.

²⁶ Disponível em: <<https://www.diferenca.com/furto-e-roubo/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Gráfico 3 – Atos infracionais de maior incidência na medida de restrição e privação de liberdade no gênero feminino em 2017



Fonte: Pesquisa Levantamento Anual SINASE, 2019.

Como demonstram os gráficos, a maioria dos atos infracionais praticados por adolescentes e jovens não são contra a vida e grave ameaça à pessoa. No caso do ato infracional relacionado a tráfico de drogas, este tem percentual mais relevante em adolescentes do sexo feminino.

No que se refere às medidas em meio aberto, os dados do Levantamento Anual do SINASE demonstram que em 2017 havia 117.207 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, LA ou PSC. Vale ressaltar que esse valor corresponde ao número de adolescentes e não à soma dos valores equivalentes às medidas de LA e PSC, apresentados abaixo, o qual será um valor distinto e superior, isso porque um adolescente pode cumprir simultaneamente mais de uma medida (BRASIL, 2019).

Tabela 6 - Quantidade de adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto no Brasil em 2017

Tipo de Medida	Número de adolescentes
Liberdade Assistida	84.755
Prestação de Serviços à Comunidade	69.930

Fonte: Pesquisa Levantamento Anual SINASE, 2019²⁷.

Quanto ao gênero, em 2017 o total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC correspondeu a 104.107 adolescentes do sexo masculino e 13.099

²⁷ Com base na Pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) em fevereiro/março de 2018.

do sexo feminino. A relação dos principais atos infracionais cometidos pelos adolescentes em meio aberto no referido ano pode ser observada a seguir:

Tabela 7 – Quantidade de atos infracionais nas medidas socioeducativas em meio aberto em 2017

Ato infracional	TOTAL
Furto	13197
Roubo	19089
Tráfico	24908
Agressão/briga	4896
Homicídio	1009
Tentativa de homicídio	7
	9
	0
Dano ao patrimônio	2182
Crime de trânsito/dirigir sem habilitação	4009
Porte/uso de drogas	7394
Lesão corporal	4248
Outros	14956

Fonte: Elaboração própria com base na Pesquisa Levantamento Anual SINASE, 2019.

Como pode ser observado na tabela acima, os atos infracionais que mais se destacam são tráfico, com um total de 24.908 adolescentes em cumprimento de medida, e roubo, com 19.089 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Assim, os atos infracionais de maior incidência nas medidas de meio aberto são equivalentes aos identificados nas medidas de restrição e privação de liberdade, o que nos faz pensar que o número de adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto poderia ser maior, enquanto o número de adolescentes em medidas com restrição e privação de liberdade poderia ser menor, caso adolescentes com atos infracionais sem grave ameaça à pessoa, como tráfico de drogas e roubo, fossem realocados de uma medida para outra.

Diante disso, percebemos que, mesmo com os avanços na legislação e a garantia de direitos para todas as crianças e adolescentes, entre elas aquelas a quem se atribui a autoria de ato infracional, ainda há uma predominância da institucionalização dessa população por meio da aplicação da medida socioeducativa de restrição de liberdade.

3.7 ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À JUVENTUDE NO CEARÁ

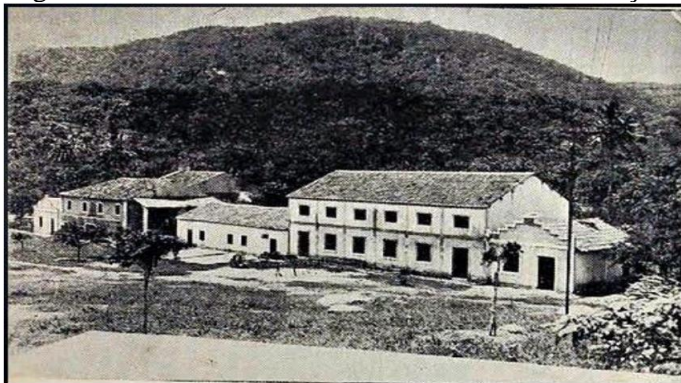
3.7.1 As primeiras práticas assistenciais infantojuvenis no Ceará²⁸

As ideias e práticas de modernização pela busca do progresso espalharam-se pelas regiões do Brasil no início do século XX. Contribuiu com esse processo a atuação dos interventores federais que passaram a substituir os governadores dos estados brasileiros, sob a presidência de Getúlio Vargas. É nesse contexto que o Estado do Ceará, entre os anos de 1931 e 1934, foi governado pelo capitão Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça (DA SILVA JÚNIOR, 2018).

No mesmo período emergem as primeiras escolas correccionais, tanto privadas quanto públicas, voltadas à higienização social e disciplinamento dos corpos de crianças e adolescentes considerados “menores” abandonados, “delinquentes”, “vadios” ou simplesmente “trabalhosos” na família e na sociedade. Entre elas a que mais se destacou no Ceará foi o Instituto Carneiro de Mendonça (ICM), conhecido popularmente como Escola Santo Antônio do Buraco. A construção foi autorizada pela Interventoria Federal, mediante o Decreto nº 1.163, de 11 de dezembro de 1933, e se deu na fazenda Santo Antônio do Pitaguary, no município de Maracanaú (antes distrito de Maranguape), situada na região metropolitana de Fortaleza, Ceará. A inauguração ocorreu no dia 17 de maio de 1936 e contou com a participação e discurso de Adolfo Barbosa Pinheiro, o primeiro diretor da instituição, e de César Fontenele, o juiz de menores da época (DA SILVA JÚNIOR, 2018).

²⁸ Esse tópico foi escrito com base em dois trabalhos que se destacam sobre as temáticas abordadas. O primeiro refere-se à Tese de doutorado de Roberto da Silva Júnior, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Federal do Ceará, em que o autor tem o Instituto Carneiro de Mendonça (ICM) como objeto principal de pesquisa. O segundo diz respeito à Dissertação de mestrado de Luciana Barroso de Oliveira sobre a Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE), defendida em 2007 no mesmo Programa e instituição.

Figura 5 – Fachada do Instituto Carneiro de Mendonça



Fonte: Da Silva Júnior, 2018.

O estabelecimento foi planejado com proposta pedagógica de ensino profissional, ofertando estrutura com áreas de carpintaria, marcenaria, granja, piscicultura, horta, tecelagem, apicultura e agricultura, destinando-se à internação e “regeneração” de crianças, adolescentes e jovens do sexo masculino, de 8 a 18 anos, oriundos de diversas localidades do Ceará e também de outros estados do país, que estavam enquadrados na condição de abandonados ou “menores” do Código de Menores de 1927, visando oferecer-lhes uma profissão e a possibilidade de contribuírem para o desenvolvimento econômico do país (DA SILVA JÚNIOR, 2018).

No imaginário cearense, o Instituto representa para muitas pessoas ainda hoje, sobretudo as mais velhas, o lugar do medo e do sofrimento para onde eram encaminhadas crianças. Essas pessoas lembram do tempo de criança, quando seus pais lhes ameaçavam levar para a escola “Santo Antônio do Buraco”, “onde supostamente existiria um buraco cheio de insetos, cobras e outros animais que comeriam seus corpos por desobediência e indisciplina” (DA SILVA JÚNIOR, 2018, p. 55).

O ICM, no decorrer de sua construção histórica, deixou de representar “apenas uma escola de caráter correccional para se tornar uma escola autossuficiente, sustentável e de tempo integral” (DA SILVA JÚNIOR, 2018, p. 235). O pesquisador Roberto da Silva Júnior estudou o ICM na sua tese de doutorado, em 2018, e demonstrou que a escola seguia os princípios da disciplina, da moral e do trabalho, e trouxe benefícios para seus alunos e a comunidade local, de modo que ela não deve ser rotulada apenas como instituição total de disciplina e símbolo da pedagogia do medo. O autor constatou que as representações sociais da escola, como o local do medo e da tortura, estão relacionadas ao período em que a instituição foi utilizada para a Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE). Isso porque, no período da Ditadura Militar no Brasil, em 1964, o recrudescimento do controle, da vigilância e da repressão

vivenciados no país foram refletidos também na prática institucional da escola, que passou a ser regida pelas diretrizes da PNBEM, a qual entrou em vigor no Ceará em 1968, com a implantação da FEBEMCE.

Nesse contexto, o ICM encerra suas atividades e suas instalações são utilizadas, a partir de então, pela FEBEMCE. O estabelecimento, que antes recebia crianças, adolescentes e jovens abandonados, órfãos e/ou “delinquentes”, alguns dos quais os pais não tinham como cuidar ou não sabiam como lidar, passa a receber outro perfil, os adolescentes, que por decisão do juiz de menores, e sem o devido processo legal, eram encaminhados para a privação de liberdade. Vale ainda frisar que as práticas pedagógicas adotadas pela FEBEMCE não estavam alinhadas às anteriormente utilizadas pelo ICM (DA SILVA JÚNIOR, 2018).

Não encontrei informações referentes ao tempo de uso das instalações do ICM pela FEBEMCE, não sendo possível, portanto, afirmar quando o estabelecimento encerra suas atividades. No trabalho de Roberto da Silva (2018, p. 234) ele destaca o caráter de abandono em que se encontravam as antigas instalações do ICM, na época de realização da sua pesquisa: “com exceção do campo de futebol, que ainda hoje é utilizado pela comunidade e de algumas salas de aulas que são utilizadas nos cursos de formação da Polícia Militar do estado Ceará, nosso estudo constatou um verdadeiro esquecimento do valor social do ICM”.

A Política Socioeducativa do Estado do Ceará conduziu sua trajetória de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional com base na legislação federal (CEARÁ, 2018). Desse modo, por meio da Lei Estadual nº 9.146, de 6 de setembro de 1968, foi criada a Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE), que passou a ser responsável pela assistência às crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 17 anos, que eram órfãos, abandonados em situação de rua ou que a família não tinha condições de criar, e/ou haviam cometido algum ato ilícito. Diante disso, a FEBEMCE atuava sob dois pilares: o preventivo e o terapêutico. O primeiro era voltado ao atendimento das crianças e adolescentes que se encontravam desassistidas ou em situação de abandono; e o segundo era voltado ao atendimento daqueles a quem se atribuía a autoria de ato infracional (OLIVEIRA, 2007).

A FEBEMCE, visando colocar em prática às determinações estabelecidas no ECA para o atendimento de crianças e adolescentes, organizou três programas: o Programa Criança Feliz, o Programa Vivendo e Aprendendo e o Programa de Proteção Especial. Estes realizavam atividades tanto no âmbito institucional, quanto comunitário, conforme as características

específicas de cada público, e contemplando as mais diversas áreas, entre elas educação, saúde, segurança, assistência social, cultura, esporte e lazer (OLIVEIRA, 2007).

Aqui irei destacar o Programa de Proteção Especial, tendo em vista que era voltado ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, carência e autores de ato infracional, em regime de abrigo, semiliberdade e internação. O Programa dividia-se em outros três programas: SOS Criança, Abrigos e Unidades de Medidas Socioeducativas (OLIVEIRA, 2007).

As Unidades de medidas socioeducativas recebiam os adolescentes a quem se atribuía a autoria de ato infracional. A FEBEMCE encarregava-se pelo cumprimento de três das medidas socioeducativas previstas pelo ECA: Liberdade Assistida, semiliberdade e internação (OLIVEIRA, 2007).

Na época, a LA era realizada em parceria com outros órgãos que atuavam em defesa dos direitos dos adolescentes. Consistia no acompanhamento do adolescente em suas atividades diárias e ele permanecia no convívio familiar durante o cumprimento da medida. Já o regime de semiliberdade era ofertado por duas Unidades em Fortaleza: O Centro Educacional Dom Bosco e o Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota. Esta última ofertava também medida de internação para adolescentes do sexo feminino (OLIVEIRA, 2007).

A Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro (URLBM) consistia na porta de entrada para os Centros em que os adolescentes eram recebidos e encaminhados para a Unidade mais adequada. Essa Unidade estava situada no bairro Benfica, em Fortaleza, e foi inaugurada em 1990, mesmo ano de aprovação do ECA, o que já demonstra o objetivo do estado em proporcionar melhorias no atendimento dos adolescentes, que antes eram recepcionados no Centro Educacional São Jerônimo (OLIVEIRA, 2007).

Quando o adolescente chegava à Unidade por prática de ato infracional passava pelo seguinte procedimento:

O serviço social realizava um atendimento ao jovem, estabelecendo contato com seus pais e familiares para que os mesmos pudessem acompanhar todo o procedimento judicial. Esse atendimento social era anexado ao Boletim de Ocorrência feito pela Delegacia da Criança e do Adolescente ou pela PM. Em seguida, a unidade apresentava o adolescente ao representante do Ministério Público, que concedia sua remissão e arquivamento dos autos ou o representava à autoridade judiciária para aplicação da medida sócio-educativa. O adolescente também participava de audiência com o juiz da Infância e da Juventude, quando ficava sabendo da medida sócio-educativa que cumpriria. Com tudo determinado, o adolescente voltava à unidade de recepção que fazia sua condução ao local previsto pelo juiz” (OLIVEIRA, 2007, p. 50).

O Centro Educacional Dom Bosco também foi inaugurado em 1990, mas funcionou inicialmente como abrigo, vindo a transformar-se em Unidade de semiliberdade apenas em 1994. O Centro disponibilizava diversas atividades aos adolescentes, como cursos profissionalizantes, prática de esportes e oficinas de artes. Os adolescentes participavam de outras atividades fora da instituição, como escola, cursos externos e eventos de lazer e culturais (OLIVEIRA, 2007).

O Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM) oferecia no mesmo espaço o regime de semiliberdade e o de internação para adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos. As adolescentes internas tinham acesso à educação escolar e profissional dentro da Unidade, assim como outras atividades culturais. As semi-internas podiam se deslocar para fora da instituição para participar da escola, do trabalho, de cursos e/ou outras atividades de caráter pedagógico (OLIVEIRA, 2007).

O principal problema do CEABM era a convivência entre internas e semi-internas. Embora fosse feito o possível para não haver problemas entre os distintos públicos, as internas acabavam sentindo mais o internamento por ver as colegas semi-internas em convívio com a sociedade. Da mesma forma, as semi-internas viviam em um centro com estrutura de internato, o que era um peso a mais no cumprimento daquela medida sócio-educativa, que deveria ser mais leve (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

O Centro Educacional São Miguel é o mais antigo do Ceará, tendo sido inaugurado em meados dos anos 1980 e consistindo por muitos anos como a única Unidade para o recebimento de adolescentes que cometeram ato infracional. Diante disso, destacou-se pelas superlotações e grandes rebeliões. A Unidade oferecia educação formal para os seus internos e, mediante convênio com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), garantia aos adolescentes cursos de iniciação profissional e computação. Havia ainda oficina de saneantes e vassouraria que supria todas as Unidades da FEBEMCE com material de limpeza (OLIVEIRA, 2007).

Em 1997, com o intuito de diminuir a superlotação do Centro São Miguel, foi inaugurado o Centro Educacional São Francisco. No planejamento inicial a previsão era de que a nova Unidade atendesse adolescentes provisórios, aqueles que permaneciam por 45 dias sob a tutela do Estado aguardando decisão judicial. Porém, diante da superlotação e ocorrência de rebelião, a inauguração foi antecipada, funcionando enquanto suporte. O projeto pedagógico do novo Centro funcionava em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, sendo os cursos ofertados em regime de supletivo e englobando os ensinos fundamental e médio (OLIVEIRA, 2007).

O primeiro problema da FEBEMCE era a abrangência do atendimento. Não era possível uma instituição só, dar conta de tantos públicos diferentes, passando por tantas situações distintas. A criança que precisa de adoção tem necessidades diferentes daquela que necessita apenas de uma atividade extra sala de aula para não ir para rua, e esta, por sua vez, não precisa da mesma atenção que um adolescente que furtou um mercadinho ou apontou uma faca ao transeunte. Cada caso, de cada criança, de cada adolescente está permeado de particularidades únicas. Cada pequeno indivíduo atendido pela Fundação, trazia em si um mundo de informações e de experiências que precisavam ser decifradas pelos psicólogos, pedagogos, professores, orientadores, assistentes sociais, que acompanhavam o quadro de funcionários da FEBEMCE (OLIVEIRA, 2007, p. 77).

A FEBEMCE foi extinta em 29 de novembro de 1999, pelo Decreto nº 26.697, e representou por muitos anos a principal instituição social responsável pelas crianças e adolescentes carentes do Estado do Ceará (OLIVEIRA, 2007). Entretanto, mesmo após a extinção, suas instituições e práticas continuaram presentes. Apenas a partir de 2002 essas instituições apresentaram alguns avanços, mediante a elaboração e implementação da “Proposta de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei” e com a aprovação das “Diretrizes Gerais para o Atendimento Socioeducativo dos Adolescentes Autores de Ato Infracional”, conforme a Resolução nº 41 – CEDCA, de 20 de novembro de 2002.

3.7.2 Panorama da Política de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará

Com a extinção da FEBEMCE em 1999, os serviços por ela executados foram atribuídos à Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS), a qual passou a coordenar a Política do Trabalho e Assistência Social no Estado (CEARÁ, 2018).

Em 2010, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) tornou-se o órgão responsável pela execução da Política de Atendimento Socioeducativo no Estado do Ceará. Foi um período de novos avanços, entretanto, e sobretudo, de muitos desafios, os quais foram sem precedentes e deram origem aos contextos de crises frequentes no Sistema Socioeducativo do estado (CEARÁ, 2016).

Diante do caos enfrentado no Sistema Socioeducativo do Ceará, principalmente entre os anos de 2015 e 2016, em que ocorreram uma série de rebeliões, fugas e motins nos Centros Socioeducativos, veio a necessidade de reestruturação e reordenação do Sistema como um dos programas do Pacto por um Ceará Pacífico, contando com a parceria e apoio de órgãos dos poderes de diferentes esferas, organizações nacionais e internacionais, entre elas o Fundo

das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Terre Des Hommes, uma organização sem fins lucrativos (CEARÁ, 2016).

Nesse contexto, no dia 28 de junho de 2016 foi criada a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará (SEAS), por meio da Lei Estadual nº 16.040, “como órgão administrativo, orçamentário e autônomo, vinculado à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)” (CEARÁ, 2018, p. 29), constituindo uma nova perspectiva de gestão que buscava driblar o momento crítico vivenciado (FRANCO; FREITAS; CARVALHO, 2019).

Entre as competências do novo órgão, ele passa a ser responsável por coordenar a gestão e a execução da política de atendimento socioeducativo no estado do Ceará, conforme os preceitos do SINASE, e pela execução dos programas socioeducativos de semiliberdade e internação (CEARÁ, 2016).

Por meio da Resolução nº 379, de 21 de novembro de 2018, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA-CE), foi aprovado o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará 2019-2028, sendo a SEAS responsável pela articulação, a coordenação e a avaliação das ações previstas no referido Plano (CEARÁ, 2018).

O Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará trata-se de um documento norteador da política de atendimento socioeducativo na esfera estadual, elaborada em conformidade com o ECA, o SINASE, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Ele é fruto de uma construção coletiva do Governo Estadual com os municípios cearenses, os órgãos do sistema de justiça e da segurança pública, o Poder Legislativo, os conselhos de políticas setoriais e temáticas, sobretudo o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), assim como representantes de entidades profissionais, de socioeducadores, de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, seus familiares e a sociedade civil como um todo, com o objetivo de garantir “melhores condições de acolhimento e tratamento institucional aos adolescentes” (CEARÁ, 2018, p. 14).

Tabela 8 – Eixos contemplados no Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará (2019-2028)

Eixo I	Governança do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
Eixo II	Qualificação do Atendimento Socioeducativo
Eixo III	Protagonismo e Autonomia dos(as) adolescentes em Medidas Socioeducativas
Eixo IV	Fortalecimento das ações intersetoriais intergovernamentais e interinstitucionais

Fonte: Elaboração própria com base em CEARÁ, 2018.

Um dos projetos previstos no Plano é a implementação de um programa de acompanhamento ao adolescente e jovem egresso do Sistema Socioeducativo do meio aberto e do meio fechado, estando sob a responsabilidade da SEAS e da STDS, em parceria com as prefeituras municipais (CEARÁ, 2018).

No Ceará, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, semiliberdade ou internação são acompanhados pela SEAS, responsável pela gestão dos Centros Socioeducativos. O estado possui um total de 19 Centros, distribuídos entre a capital e o interior. Considerando apenas Fortaleza, são 11 Unidades. Destas, a Unidade de recepção Luís Barros Montenegro atende a ambos os sexos; das demais, apenas a Unidade Aldaci Barbosa Mota atende ao público feminino e comporta no mesmo espaço todas as medidas privativas de liberdade (internação provisória, internação, internação sanção e semiliberdade). As nove unidades masculinas dividem-se em: uma de semiliberdade, quatro de internação provisória e quatro de internação, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 9 – Relação dos Centros Socioeducativos de Fortaleza-CE

Centros Socioeducativos	Modalidade de atendimento	Sexo
Centro de Semiliberdade Mártir Francisca	semiliberdade	masculino
Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota	internação provisória/ internação/ semiliberdade/ internação sanção	feminino
Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider	internação	masculino
Centro Socioeducativo Dom Bosco	internação	masculino
Centro Socioeducativo Patativa do Assaré	internação	masculino
Centro Socioeducativo Canindezinho	internação	masculino
Centro Socioeducativo São Francisco	internação provisória	masculino
Centro Socioeducativo São Miguel	internação provisória	masculino
Centro Socioeducativo Passaré	internação provisória	masculino
Centro Socioeducativo Antônio Bezerra	internação provisória	masculino
Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro	recepção	masculino/ feminino

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponíveis no site da SEAS e no Relatório de Gestão da SEAS 2016-2022.

No interior do Ceará, existem ao todo oito Centros Socioeducativos, distribuídos nas regiões do Sertão de Crateús, o Sertão de Sobral, o Sertão do Cariri e o Centro Sul, sendo quatro Unidades de semiliberdade, duas de internação e duas de internação provisória. No que se refere às Unidades de internação, estas são apenas para adolescentes do sexo masculino. As adolescentes que precisam ficar em regime de privação de liberdade são todas transferidas para a capital, pois é a única Unidade de internação feminina no estado.

Tabela 10 – Relação dos Centros Socioeducativos do Interior do Ceará

Centros Socioeducativos Interior	Cidade	Modalidade de atendimento	Sexo
Centro de Semiliberdade de Crateús	Crateús	semiliberdade	feminino e masculino
Centro de Semiliberdade de Sobral	Sobral	semiliberdade	masculino
Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente	Sobral	internação provisória	masculino
Centro Socioeducativo de Sobral	Sobral	internação	masculino
Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes	Juazeiro do Norte	internação provisória	masculino
Centro Socioeducativo Padre Cícero	Juazeiro do Norte	internação	masculino
Centro de Semiliberdade de Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte	semiliberdade	feminino e masculino
Centro de Semiliberdade de Iguatu	Iguatu	semiliberdade	feminino e masculino

Fonte: Elaboração própria com base em informações disponíveis no site da SEAS e no Relatório de Gestão da SEAS 2016-2022.

Em levantamento realizado em abril de 2018 nos Centros Socioeducativos geridos pela SEAS, havia 890 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado (internação provisória, internação sanção, internação ou semiliberdade). Desse total, 95,61% eram do sexo masculino e apenas 4,38% do sexo feminino. A faixa etária de 16 a 20 anos foi a predominante nos adolescentes em cumprimento de medida, o que corresponde a 80,44% dos casos. Nesse período, a medida socioeducativa em meio fechado mais aplicada foi a internação definitiva, em 90,91% dos adolescentes. Já a medida de semiliberdade foi aplicada apenas em 6,52% dos casos.

Quanto aos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, o roubo se apresenta como a infração mais cometida, com 55,95% do total, seguida por homicídio (14,38%) e tráfico de drogas (10,44%), como pode ser verificado a seguir:

Tabela 11 - Percentual por tipo de infrações cometidas pelos adolescentes em meio fechado

Ato infracional	Número	%
Furto	7	0,78
Roubo	498	55,95
Tráfico	93	10,44
Porte de arma	66	7,41
Lesão	4	0,44
Homicídio	127	14,38
Tentativa de homicídio	16	1,79
Latrocínio	16	1,79
Sequestro	3	0,33
Receptação	42	4,71
Ameaça	3	0,33
Associação criminosa	4	0,44
Estupro	3	0,33
Tentativa de roubo	8	0,88
TOTAL	890	100

Fonte: Elaboração própria com base em CEARÁ, 2018.

No mesmo período foi realizado levantamento das medidas socioeducativas de meio aberto em 30 municípios do Ceará e foram obtidos os seguintes dados quanto ao perfil dos adolescentes: 973 adolescentes cumpriam medida socioeducativa em meio aberto no período; destes, 529 (54,37%) adolescentes cumpriam LA e 444 (45,63%) adolescentes cumpriam PSC; 88,65% eram do sexo masculino e 11,35% do sexo feminino. A faixa etária com maior número de adolescentes em cumprimento de medida era de 16 a 18 anos, com 733 adolescentes, o que corresponde a 75,33% do total. No que se refere aos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, aparece com maior percentual o tráfico de drogas, com 24,92%, seguido de “outros” (não especificado), com 24,82%, e roubo com 23,4%, conforme pode ser observado a seguir:

Tabela 12 – Percentual por tipo de infrações cometidas pelos adolescentes em meio aberto

Ato infracional	Quant. Absoluta	%
Furto	56	5,7
Roubo	230	23,4
Tráfico de drogas	245	24,92
Porte de drogas	52	5,29
Agressão	14	1,42
Homicídio	7	0,71
Tentativa de homicídio	9	0,92
Latrocínio	3	0,31
Lesão corporal	22	2,24
Dano ao patrimônio	2	0,2
Crime de trânsito/dirigir sem habilitação	37	3,76
Outros	244	24,82
Não informado	62	6,31
TOTAL	983	100

Fonte: Elaboração própria com base em CEARÁ, 2018.

Nota: “O item ‘outros’ diz respeito a infrações não representadas nas especificações das tipificações constantes na lista enviada aos municípios para resposta” (CEARÁ, 2018, p. 42).

Os adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto, PSC e LA, são acompanhados pelo Serviço de Proteção Social oferecido pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Considerando a cidade de Fortaleza, esta possui seis CREAS em funcionamento, nomeados de acordo com o bairro ao qual fazem parte, são eles: CREAS Alvorada, CREAS Conjunto Ceará, CREAS Luciano Cavalcante, CREAS Monte Castelo, CREAS Mucuripe e CREAS Rodolfo Teófilo. Vale ressaltar que essa quantidade de CREAS é insuficiente para atender às demandas da população, pois, considerando o último Censo do IBGE de 2010²⁹, o número de habitantes de Fortaleza era equivalente a 2.452.185 habitantes, com uma população estimada de 2.686.612 de habitantes em 2020. De acordo com a Resolução nº 18/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os municípios com mais de 200 mil habitantes devem implantar um CREAS para cada conjunto de 200 mil habitantes. Logo, Fortaleza deveria possuir 13 unidades do CREAS e não apenas as seis que estão em funcionamento.

²⁹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

Os dados aqui apresentados, correspondentes ao perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, tanto no âmbito nacional quanto estadual, buscam apenas exemplificar quem são esses adolescentes que normalmente chegam ao Sistema Socioeducativo, tendo em vista que essas informações mudam constantemente e não há um sistema integrado para o registro, acompanhamento e atualização. Assim, os dados apresentados foram os mais atualizados encontrados no período da escrita deste trabalho.

4 DE “INFRATORES” A “CIDADÃOS”: AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS PESQUISADOS

“Há um tempo em que é preciso
abandonar as roupas usadas
que já tem a forma do nosso corpo
e esquecer os nossos caminhos que
nos levam sempre aos mesmos lugares
É o tempo da travessia
E se não ousarmos fazê-la
teremos ficado para sempre
à margem de nós mesmos”³⁰.

Enquanto escrevo estas linhas para contar a trajetória dos participantes da pesquisa, eles estão, cada um, trilhando caminhos para compor mais um capítulo de suas histórias. Eles precisaram abandonar as roupas antigas que já não lhes serviam mais. Nessa travessia, a caminhada nem sempre foi fácil, mostrando-se, às vezes, tortuosa e cheia de obstáculos. As experiências vivenciadas por eles nesse processo, bem como as estratégias utilizadas e os elementos definidores da construção de uma nova rota serão aqui apresentados. Entretanto, vale lembrar: a história não acaba aqui, é só o começo...

A palavra trajetória nos remete à ideia de trajeto, caminho, percurso... Nesse sentido, é importante esclarecer que quando me refiro à trajetória de vida como categoria teórica, não estou visualizando a vida dos sujeitos pesquisados como um trajeto ordenado e uniforme, como se fosse percorrido em linha reta, com começo, meio e fim pré-determinados. Pierre Bourdieu em seu breve e clássico texto “Ilusão Biográfica” traça uma das principais críticas à tradição literária que trata os relatos biográficos ou autobiográficos como se fossem um percurso linear, orientado e unidirecional: “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica” (BOURDIEU, 2011, p. 76).

A trajetória de vida é compreendida neste trabalho como um *processo em construção*. Processo este amplo, complexo, plural, dinâmico e não-linear dos percursos

³⁰ Poema Tempo de Travessia, de Fernando Pessoa. Disponível em: <https://medium.com/@travessiaspsi/tempo-de-travessia-fernando-pessoa-bc47c2252761>. Acesso em: 12 fev. 2022.

biográficos, que se desenvolve interrelacionado com os contextos sociais, mediante os diversos espaços de socialização vivenciados pelo indivíduo, e que está sujeito à ocorrência de imprevistos e contradições. Me apoio em Bourdieu (2011, *grifos meus*) para entender a trajetória de vida dos sujeitos pesquisados de forma *descontínua* e em constante *devir*. Esse último no sentido tanto de *movimento* como de *transformação*. Para o autor a noção de trajetória configura-se:

como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. [...] Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. [...] não podemos compreender uma trajetória [...] a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis (BOURDIEU, 2011, p. 81-82).

Para a reconstrução das trajetórias de vida dos interlocutores me inspirei também na teoria de Bernard Lahire, a qual se insere no campo de uma sociologia à escala individual, que significa estudar o mundo social por meio do indivíduo, do “social individualizado”, “a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada” (LAHIRE, 2005, p. 14).

Vale ressaltar que, apesar de Lahire fazer uma sociologia microssociológica, ele não abandona a visão macrossociológica. Desse modo, o autor acredita que não há uma oposição, mas que é possível compreender melhor certos fenômenos macrossociológicos observando de perto o comportamento de indivíduos. Conforme destaca Nogueira (2013, p. 05), o que Lahire procura demonstrar é que “não se pode reduzir as realidades individuais a simples manifestações de regras gerais, típicas ou probabilísticas, estabelecidas numa escala coletiva de análise”.

À luz das considerações supracitadas, neste capítulo objetivo traçar a trajetória de vida dos oito interlocutores do trabalho, egressos do Sistema Socioeducativo do Ceará. Em cada subtópico busco abordar como se deu o contato com os sujeitos; em qual contexto ocorreram os encontros e as entrevistas; e a síntese da trajetória de vida dos entrevistados, reconstruída a partir de suas narrativas, fruto de entrevistas em profundidade, destacando as experiências vivenciadas ao longo de seus percursos biográficos. Vale ainda mencionar que as frases utilizadas nos subtópicos do capítulo se referem a trechos narrados pelos próprios interlocutores e foram escolhidos por sintetizarem de forma representativa suas trajetórias de vida.

4.1 RIAN: “EU NÃO VIREI UM CIDADÃO ASSIM DA NOITE PRO DIA”

“Todos os dias quando acordo
não tenho mais o tempo que passou
mas tenho muito tempo
temos todo tempo do mundo”³¹.

Algo marcante na narrativa de Rian foi sobre o “tempo perdido”, quando ele destaca ter passado a maior parte da sua adolescência dentro do Sistema Socioeducativo. Quando ele se dá conta disso e consegue se distanciar das dinâmicas infracionais, passa a experienciar vivências extremamente prazerosas, as quais lhe fazem reviver positivamente a fase “perdida”.

O contato com Rian se deu por meio da sua ex-esposa, Vitória, que teve a oportunidade de conhecer durante um evento, o I Seminário Municipal sobre Letalidade na Adolescência, ocorrido em Fortaleza, em abril de 2019. Na ocasião, Vitória compartilhou um pouco da história de vida do esposo e aproveitei, em momento oportuno, para me apresentar, falando brevemente sobre a minha pesquisa e do interesse em entrevistar seu esposo. De imediato ela foi muito simpática, gostou da proposta do estudo e se comprometeu a falar com o seu companheiro. Registrei seus contatos (telefone e *e-mail*) e disse que voltaria a contatá-la. Permanecemos próximas e conversando até o final do evento. Falei mais sobre a minha pesquisa e ela compartilhou mais detalhes sobre sua trajetória de vida e a do marido. Voltamos para casa juntas, pois descobrimos que morávamos em bairros na mesma direção e próximos, inclusive. Ao chegarmos ao meu endereço a convidei para subir até o apartamento onde moro, ela tomou água e aguardou alguns minutos até a chegada do novo Uber.

Sem que nada fosse programado, tivemos a oportunidade de nos conhecer e conviver um pouco. Sinto que essa proximidade prévia foi fundamental para lhe passar mais confiança sobre mim e a pesquisa, mesmo ela demonstrando simpatia e interesse desde o primeiro momento. Registrei seu número telefônico e enviei solicitação de amizade nas redes sociais *Facebook* e *Whatsapp*, de modo que mantivemos contato. Considerei importante aguardar alguns dias até sondar acerca do interesse do marido em participar da pesquisa, mas procurei me manter próxima mesmo virtualmente. Dias depois ela me escreveu informando que eu poderia ir à sua residência, quando quisesse, para a realização da entrevista, pois seu

³¹ Trecho da música Tempo perdido, de Legião Urbana. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/22489/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

companheiro havia aceitado participar. A única exigência foi que a entrevista ocorresse em um final de semana. Marcamos, então, para o domingo seguinte, dia 05 de maio, a partir das 16h.

Como dito, todo o contato realizado previamente foi com a ex-esposa de Rian. No dia marcado para a entrevista enviei mensagem à Vitória pela manhã para confirmar a possibilidade de realização. Quando cheguei ao endereço, ela já me aguardava na rua e acenou para mim, assim que saí do carro. Fui recebida com um abraço, um sorriso e o convite para subir. Eles moravam, à época, no segundo andar de um pequeno prédio. Eu me sentia feliz pela expectativa de realização da primeira entrevista, embora um pouco ansiosa ao imaginar como iria transcorrer. Qual será a reação do jovem ao ser convidado para falar sobre sua história de vida, com uma técnica de entrevista que não apresenta um direcionamento por meio de perguntas? Como ele irá estruturar sua narrativa? Ele conseguirá compartilhar momentos íntimos e delicados de sua trajetória? À medida que subia a escadaria do pequeno prédio até o apartamento do casal estas questões borbulhavam em meu pensamento.

Ao chegar ao apartamento, Vitória entrou primeiro e fiquei um pouco atrás. Avistei uma rede armada, atravessada quase ao meio da pequena sala, e seu esposo deitado, assistindo a um jogo de futebol na televisão. Percebi que ele estava bem à vontade, apenas de short e, propositalmente, atrasei os passos de entrada, sendo tempo suficiente para que sua esposa entrasse, pegasse uma camiseta e o desse para vestir. Quando me aproximei, ele se levantou da rede e nos cumprimentamos com um aperto de mão. Ele agiu muito naturalmente e de modo bastante descontraído, desde o primeiro momento, assim como Vitória, fazendo com que eu me sentisse em um ambiente familiar. Não havia mais pessoas na residência além do casal. Na sala não havia janela e por mais que os raios de sol ainda adentrassem, devido a orientação oeste da residência, a lâmpada já estava acesa e o ventilador ligado. No momento da entrevista Rian permaneceu sentado na rede. Eu me sentei em uma cadeira de ferro de frente a ele, a pouco mais de um metro de distância. Entre nós ficou um carrinho de bebê usado como suporte para o gravador, e ao meu lado, em uma poltrona, ficou a Vitória, sua esposa, que acompanhou a maior parte da entrevista, mas em silêncio, sem fazer interrupções.

Acomodados nos nossos respectivos lugares, a televisão foi desligada e comecei a falar brevemente o objetivo da pesquisa, da dinâmica da entrevista, a garantia de sigilo, o termo de consentimento e o pedido para gravar. Após essas explicações ele falou por uma hora sem interrupções. Eu me mantive ouvindo-o atentamente e fazendo alguns registros no diário de campo.

Rian tinha 25 anos na primeira entrevista, estava casado e com uma filha de quase dois anos. Começou sua narrativa pela infância e a descreveu “*como de uma criança normal*”. Foi criado pela avó paterna, a qual, segundo ele, sempre deu todo o apoio afetivo e material de que ele precisava. Entretanto, ainda criança passou a conviver com pessoas do bairro “envolvidas” com a criminalidade, sobretudo seus tios, irmãos da sua mãe, os quais aprendeu a admirar por vê-los sempre com dinheiro e armas, e com quem teve suas primeiras experiências com drogas:

[...] Só que no decorrer, assim, que eu fui crescendo, fui conhecendo umas pessoas... fui conhecendo pessoas que já não via pelo lado de trabalhar e sim já puxava assim pelo lado, assim, da criminalidade. Também eu andava sempre com meus tios e os meus tios sempre foi dessa vida. Então, eu já tinha em mim uma admiração por eles, entendeu? Naquele tempo... de poder, vendo eles, assim, com dinheiro e com arma, entendeu? Muita das vezes eles botavam eu pra levar as arma deles e ali eu se sentia, tipo assim, o cara do momento quando eu tava com aquelas armas. E isso eu pequeno. Eu com 9 anos. E eles cortava, assim, maconha na minha frente e tal. Então foi com 9 anos que eu comecei a usar maconha. Minha primeira experiência com maconha foi aos 9 anos. E fiquei fumando, começando com 9 ano, fumava uma vez na semana e chegava em casa lombrado, cabeça baixa. E eu fui começando a crescer e eu comecei a me envolver com uns cara lá dentro da favela mesmo.

Com 12 anos começou a roubar e com a mesma idade foi apreendido pela primeira vez e encaminhado à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), onde ficou por um dia e uma noite antes de ser liberado. Lembra que ficou impactado ao ouvir as conversas dos outros adolescentes:

Foi então quando comecei a decidir roubar, né, naquele tempo, e, tipo, pra mim era uma coisa assim muito massa, aquela adrenalina lá em cima e isso eu era só um pré-adolescente, na verdade, não era nem um adolescente ainda. Quando eu comecei a roubar eu tinha uns 12 anos. Aí nos meus 12 anos, quando cheguei perto dos 13 eu fui a primeira vez preso, aos quase 13 anos de idade. E quando eu cheguei ali, eu me lembro como se fosse hoje, eu lá dentro da DCA, eu nunca tinha visto umas conversa como as daqueles cara, os cara só falava em matar e usar muita droga. E eu era praticamente uma criança, praticamente um inocente no meio daqueles caras ali.

Ele saiu da DCA com o pensamento de quem não gostaria de repetir aquela vivência. Todavia, era apenas o início de uma longa trajetória infracional. Com a adrenalina correndo em suas veias sempre que realizava um roubo, a prática se tornou quase uma necessidade biológica para ele. Além disso, vislumbrava alcançar o lugar já conquistado pelos

seus amigos de infância, com acesso a dinheiro, “fama” e “poder”, por isso decidiu abandonar os estudos, ainda na 7ª série, para se dedicar exclusivamente ao “mundo do crime”³².

[...] então eu comecei a ficar roubando mesmo, parei de estudar logo, pra praticamente me dedicar assim ao crime, viver daquilo. Então quando eu ia fazendo essas coisas, fazendo todo dia, já se tornou um vício pra mim, eu era praticamente viciado em roubar. Se eu passasse três dias sem roubar é como se tivesse passado três dias sem comer.

Em sua trajetória, foram várias as idas e vindas ao Sistema Socioeducativo, incluindo Centros de internação e semiliberdade. Em 2007, aos 13 anos, foi pela primeira vez para um Centro Socioeducativo, onde ficou por 50 dias na internação provisória do Centro Socioeducativo São Francisco, que para ele foi um período de aprendizagem, visto que passou a conviver com adolescentes mais velhos e mais experientes no “mundo do crime”:

Eu passei 50 dias lá e foi tipo assim uma experiência, não é que eu gostei, mas tipo, eu me adaptei a viver o que eu tava passando e no tempo, foi em 2007 quando eu fui a primeira vez preso, no começo de 2007. Eu ao chegar lá me deparei com vários menores que já tinham feito coisas piores que eu, né, então é como se eu tivesse aprendido com eles lá, tipo assim, a ser mais maldoso. Tipo, eu tava já passando de uma criança não tão inocente, mas que não tinha muita experiência no crime pra conviver com pessoas ali que tinham mais experiência no crime do que eu, que já tinham feito coisas piores do que eu.

A passagem pelo Centro lhe proporcionou um certo *status*, uma vez que passou a ser reconhecido na comunidade: *“quando eu saí, eu tipo, quando eu saí todo mundo: “vixe, o menino aí saiu hoje”. Então eu ficava com aquilo na cabeça, vixe, macho, tô sendo o cara, o cara do momento”*. Ficou apenas dois meses em liberdade e foi apreendido novamente, dessa vez foi para o Centro Socioeducativo Dom Bosco, onde ficou por três meses: *“foi mais uma experiência tanto de vida como de aprendizado no crime”*. Novamente ficou por pouco tempo em liberdade, quando foi apreendido roubando, e pela terceira vez voltou para a internação, dessa vez para o Centro Socioeducativo São Miguel. A avó, a quem ele chamava de mãe, contratou um advogado e ele foi liberado após 45 dias. Chegou a prometer à sua avó-mãe que se comportaria a partir de então: *“eu peguei e disse pra mãe, eu chamava minha vó de mãe, eu disse: mãe, dessa vez eu vou me aquietar”*.

³² É a expressão mais difundida, tanto na linguagem social, quanto no campo científico, “para nomear o espaço de relações e de sociabilidades em que a atuação do tráfico de drogas se encontra com a ‘violência urbana’ (BARROS, 2020, p. 24). Para uma maior compreensão sobre essa noção, a saber, o “mundo do crime”, consultar a dissertação de Barros (2020), em que a autora traz um apanhado das produções no campo da sociologia da violência que se dedicaram à compreensão do fenômeno.

Porém, ele havia saído em uma segunda-feira e na sexta-feira da mesma semana foi apreendido com porte ilegal de armas. Na sua quarta passagem cumpriu a medida de internação mais longa, de 1 ano e 7 meses no Centro Socioeducativo Dom Bosco. Durante o tempo que ficou internado nos Centros vivenciou rebeliões, fuga e a “tranca”.

Ao sair do Dom Bosco, Rian foi encaminhado para o Centro Socioeducativo de Semiliberdade, porém não cumpriu a medida completa, pois fugiu da Unidade. Nesse período, agosto de 2009, ele conheceu a Vitória: *“quando eu fugi eu conheci ela. Aí eu disse: dessa vez eu vou me aquietar. Só que não foi bem assim, voltei a roubar de novo e andar armado. Foi quando mais uma vez eu fui preso. Isso foi pela 5ª vez no Centro Educacional”*. Rian e Vitória começaram a namorar pouco mais de um mês depois que se conheceram e no mês seguinte ele foi apreendido e teve sua 5ª passagem pelo Centro Socioeducativo.

Na sua última passagem pelo Sistema Socioeducativo, Rian permaneceu por nove meses no Patativa do Assaré e considera ter sido nesse período que mais alimentou o desejo de mudança, após refletir sobre suas vivências, o quanto havia perdido da sua adolescência e ao se sentir saturado psicologicamente da internação. Alguns acontecimentos vivenciados no Centro o marcaram mais profundamente, entre eles a violência sofrida e praticada por socioeducadores, as rebeliões e a morte de um adolescente por outros internos. A referida morte se tratava de um adolescente acusado de estupro e ocorreu durante uma rebelião promovida para libertarem Rian da “tranca”. Na narrativa abaixo Rian relata a violência psicológica e as ameaças que sofreu de “boas-vindas” dos socioeducadores quando chegou ao Centro Socioeducativo Patativa do Assaré para cumprir a internação e também as agressões e os espancamentos sofridos posteriormente:

Então, assim que eu cheguei lá eu recebi logo uma pressão psicológica da parte dos orientador, né. Eles me mostraram um cabo de enxada e disseram assim pra mim: “tá vendo isso aqui? As pessoas quando entra aqui, é... é que nem um gatinho, igual tu, assim. Chega aqui igual um gatinho, mas quando chega lá dentro vira um leão. E sabe o que tem pro leão? Esse cabo de enxada”. E eu fiquei, apanhar disso aí deve ser cruel, né, eu pensei. Só que quando eu cheguei lá, era uma coisa assim totalmente bagunçada mesmo, que, tipo, quem mandava na casa num era nem o diretor nem os educador não. Quem mandava na casa era os próprio menor lá. Tipo, os menor era que fazia e acontecia lá dentro. Então quando eu cheguei tava tudo calmo, né, e eu ficava pensando comigo mesmo: aqui é o Patativa mesmo que esse pessoal fala? É tão calmo! Tipo assim, depois de dias que eu tava com esse pensamento foi que eu comecei a ver as coisas, né, os cara já tinha droga lá dentro, então ficava todo mundo ripinado. Foi a primeira vez que eu vi um educador apanhando numa FEBEM mesmo. Que os cara pegaram o orientador e meteram a peia nele mesmo, ao ponto dele tentar se levantar, os cara derrubava ele de chute na cabeça e nesse dia... hoje em dia eu vejo, apesar deles serem, tipo assim, metido como os quexudo, naquele tempo ele era só um pai de família que tava ali pra servir a gente. Tipo, levar nosso almoço, levar nossa água. Só

que os menores eles não têm esse pensamento, então eles pegaram esse orientador e bateram muito nele mesmo e sem pena nenhuma e quase deformaram a cara dele de tanto espancar. E eu comecei a ver o que era realmente o que a gente chamava de FEBEM né, que era o Centro Educacional. Então lá, a pessoa sempre quer manter uma certa fama, né, aí eu também comecei a me envolver com as coisas de lá. Eu já agredi orientador, também já fui muito agredido lá, ao ponto de pensar assim: ei mah, eu nunca apanhei nem da polícia como eu apanhei hoje. Apanhei desse cabo de enxada, que no começo me apresentaram. Eu soube o que era apanhar de cabo de enxada. De mangueira ressecada. Então eu apanhei muito. E todo praticamente quebrado, me botaram na tranca lá, foi quando os menores lá fizeram uma rebelião e a qual me tiraram da tranca, né.

Conforme destaca Goffman (2015, p. 27), “os processos de admissão e os ‘testes de obediência’ podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada ‘as boas-vindas’ – onde a equipe dirigente ou os internados, ou os dois grupos, procuram dar ao novato uma noção clara de sua situação”.

Tabela 13 – Síntese das passagens de Rian pelo Sistema Socioeducativo

Apreensão	Centros Socioeducativos	Medida Socioeducativa	Tempo de cumprimento da medida
1 ^a	São Francisco	Internação provisória	50 dias
2 ^a	Dom Bosco	Internação	3 meses
3 ^a	São Miguel	Internação provisória	45 dias
4 ^a	Dom Bosco Mártir Francisca	Internação Semiliberdade	1 ano e 7 meses Poucos dias
5 ^a	Patativa do Assaré	Internação	9 meses

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas narrativas.

Somado aos acontecimentos supracitados, também em 2010, Rian perdeu sua avó-mãe enquanto cumpria medida socioeducativa e não o liberaram para acompanhar o velório. Destaca ter sido o momento mais difícil de sua vida: “*eu perdi a pessoa mais importante da minha vida, aquela pessoa que me dava todo apoio, todo amor, todo carinho*”. Ele relata esse momento com algumas pausas entre as frases, pigarreando e com a voz um pouco embargada, sendo perceptível o quanto falar sobre o assunto ainda o deixa profundamente sensibilizado. Entre suas reflexões, pensava: “*minha mãe ia me visitar uma vez no mês, ou então de 15 em 15 dias e eu já não tinha todo aquele amparo. Foi quando eu pensei: agora ou eu me ajito ou então eu morro logo no crime*”.

Muito interessante que quando conheci a Vitória e trocamos as primeiras palavras ela já fez referência à avó de Rian, o quanto ela o amava, que sempre o havia apoiado, não deixando que se referissem a ele como vagabundo e o quanto ela acreditava nele e na sua mudança. Na ocasião ela destacou que a mudança de Rian havia sido como uma profecia da

avó em sua vida. No dia da entrevista essas informações foram trazidas na narrativa de Rian, de forma confirmativa e emocionada. A figura da avó, a quem ele chamava e considerava mãe, foi marcante em todas as vezes que tivemos oportunidade de nos ver e conversar. O que transparece é que se Rian escolheu sair do “mundo do crime” e buscar novos projetos de vida, isso tem muito da presença de sua avó-mãe, que sempre acreditou e sonhou com sua mudança, como pode ser observado em seu relato a seguir:

Ela [a avó-mãe] não deixava ninguém me chamar de vagabundo. Ela não deixava ninguém me chamar de ladrão e ela sempre dizia uma coisa que hoje se cumpriu, só que ela não viu daquilo que se cumpriu, que ela falava assim: “Ei, Rian, um dia eu vou te ver assim na igreja”... ela sempre dizia: um dia eu vou te ver na igreja e tal. E hoje acontece aquilo que ela sempre sonhou, o que ela sempre sonhou tá acontecendo assim pra ela, que é eu ressocializado, que eu na igreja. E o que eu sinto mais falta é dela, daquele tempo é ela. Porque eu queria que ela visse o que eu sou hoje, o que ela falava, entendeu? Do que ela profetizava assim na minha vida. Dela dizendo assim: “tu vai ser um cidadão”.

Após nove meses de internação no Patativa do Assaré, e depois de várias tentativas de fuga, combinou com outro adolescente de fugirem juntos no primeiro dia de treinamento para atuarem na Fábrica do Centro, quando se deslocaram para Eusébio, na RMF. Conseguiram efetuar a fuga e as horas seguintes permaneceram escondidos em um matagal, conforme pode ser visualizado no seu depoimento:

No começo da fábrica era preciso alguns menores ir lá em Eusébio na fábrica de lá, fábrica grande mesmo, na empresa mesmo pra ter o treinamento e poder começar dentro do Centro. E uns dias antes eu tinha combinado com um menino, o menino tinha me chamado: “ei, mah, bora fugir e tal”. Macho, eu tô querendo. A gente combinou, né, assim que chegar lá que tirar as algemas a gente sair correndo por dentro da fábrica, pular o muro e pegar a BR. Beleza. E tipo, quando a gente chegou não deu pra gente correr porque a gente tava muito cercado, não deram espaço pra gente correr, então eu passei a manhã trabalhando lá, triste, com o pensamento lá na liberdade. Pensando: a liberdade tá bem aí, tal. Só com esses pensamentos. Quando a gente já tava indo já pra voltar pro Centro, né, pra botar as algemas, o menino passa por mim e diz: “é agora, vamos?!” Aí eu corri, consegui pular o muro. Ele também. A gente correu no meio da BR e fomos pra dentro dos matos. Lá a gente ficou por muito tempo preso. Por muito tempo e eles não conseguiram achar a gente... Aí eu pensei: ei, macho, eu vou ficar um bom tempo em liberdade. Eu dizendo pra ele: vou passar um bom tempo na liberdade. Aí ele: “é, eu também”. E quando eu consegui, né, consegui chegar em casa, meu pensamento já era totalmente diferente das outras vezes.

Após a fuga do Centro, Rian enfrentou uma série de dificuldades. Primeiro veio a preocupação acerca de onde iria morar, já que não tinha mais sua avó-mãe que o criou. Por mais que ele conhecesse seus pais biológicos, eles nunca foram pessoas presentes, com quem ele

pudesse contar. A convite da avó materna foi morar com ela em um bairro da periferia de Fortaleza, onde vive até hoje. Porém ele relembra que foi um período bastante difícil, em que passaram muita necessidade, até mesmo de subsistência, com dificuldades para obter as refeições básicas. Nessa época chegou a procurar os pais biológicos e perguntar se poderia morar com eles, mas o pai não aceitou. Diante das dificuldades viu no tráfico de drogas uma opção de ganhar dinheiro e prover seu sustento. Para iniciar o novo negócio contou com a ajuda de conhecidos que lhe emprestaram a droga. Lembra que a situação melhorou com a venda das drogas e chegou a comprar uma bicicleta, algumas peças de roupas e até cordões.

[...] quando eu cheguei aqui eu não tinha apoio nem da minha mãe, que era minha mãe biológica, porque eu fui criado pela minha avó né, e eu não tinha nenhum apoio, nem do meu pai. [...] E quando eu cheguei eu não tinha apoio de ninguém. Primeira pergunta era: aonde eu ia morar? [...] minha avó por parte de mãe me disse assim: “não, Rian, pode morar lá em casa” [...]. E eu fiquei morando com ela. Foi tipo assim muito ruim mesmo, acho que uma das fases mais difíceis da minha vida, além daquelas de eu ter perdido a pessoa que me dava mais apoio, que era a minha avó, a qual eu chamava de mãe e ninguém... tipo, eu me soltei e não tinha ninguém pra me dar sequer um par de chinela, nem mesmo um barbeador. [...]. E eu fiquei pensando: macho, eu não quero mais roubar. Roubar não dá dinheiro. Então, eu vou começar a traficar. Foi o tempo que eu comecei a vender droga, porque tava muito difícil mesmo, a vó não tinha muito dinheiro e nós vivia, assim, numa situação muito difícil mesmo em relação à comida, almoçar, jantar. Então eu tinha que fazer alguma coisa, porque minha vó tinha quase 60 anos. Eu tinha que fazer alguma coisa, então comecei a traficar, a vender droga. Falei com uns conhecidos meus, emprestaram droga pra eu vender, pra pagar a eles depois e eu comecei a vender droga, vender pó, maconha... e eu já tava começando realmente a entrar por esse lado, que não mais do roubo, mas sim de vender droga, na parte assim de traficar.

Entretanto, permaneceu por pouco tempo, pois tomou a decisão de “aceitar Jesus”. Isso se deu por estímulo da namorada, que já frequentava a igreja e um dia o convidou para ir com ela. Após a morte da avó-mãe, a namorada passou a ser seu maior porto seguro: “*era a única pessoa que tava ali do meu lado*”.

Foi quando eu conheci assim a parte da igreja, porque antes eu não sabia o que era negócio de igreja, então eu não tinha nenhuma visão, assim, da parte religiosa. Minha religião era o crime e minha vida era o crime, então praticamente eu vivia pro crime, só sabia cometer crime e eu comecei a ver os jovens da igreja.

Quando começou a frequentar a igreja, ele passou a ter contato com outros jovens participantes dos cultos, com os quais vivenciou novas experiências. Isso fez com que ele decidisse entrar inteiramente na igreja e abandonar o tráfico, pois queria conhecer o Jesus que pregam no Evangelho e experimentar a felicidade que observou naqueles jovens. Rian ainda

lembra o dia da semana que tomou a decisão de buscar uma mudança em sua vida, era uma quarta-feira do ano de 2011. Nesse dia, primeiro contatou um amigo e lhe ofereceu as drogas que tinha em casa. À noite, depois de fumar seu último cigarro de maconha, saiu “chapado” para a igreja certo de sua decisão. Sem esperar o apelo, como feito de costume nos cultos evangélicos, aproximou-se do pregador da noite e anunciou seu desejo de “aceitar Jesus”.

[...] aí eu disse assim pra Vitória: é... ei, quer saber, eu vou entregar, vou é pra igreja. Essas drogas aqui eu vou é entregar tudim. Liguei pro cara que me fornecia e eu disse assim: ei, macho, eu tenho umas drogas aqui, quer? Uns cem gramas de maconha e tem esse pó aqui, pode ficar pra tu, eu não quero mais não. Eu acho que eu vou aceitar Jesus e vou sair dessa vida. Eu mesmo eu tive aquela consciência, entendeu? Aí, tipo, ele ficou tipo assim: “é mesmo, mah?” Como se não tivesse acreditando. Aí eu: é, mah. Eu não tô mais nem aí pra vida véa não, mó paia. Comecei a falar mal do crime, né (risos). Tipo, ei, mah, essa vida a gente só consegue é muita cadeia, inimigo e morte. [...] Aí eu peguei e numa quarta-feira, ainda me lembro, quando saí de casa decidido a mudar realmente de vida. Conhecer, tipo assim, um Jesus, ao qual os Evangelhos pregam e tal. [...] eu cheguei, ouvi lá a pregação e... ah, antes eu tinha fumado uma, né, na verdade eu tinha ido até lombrado pra igreja. Morto de lombrado lá, aí eu: é hoje! Essa vai ser minha última vez que eu vou fumar um baguê aqui. Cheguei, ouvi a pregação, aí eu pensei duas vezes: é isso mesmo que eu quero? Aí eu: É! Então eu vou lá. Quem tava pregando no momento não fez nenhum apelo, né, como se chama. Eu mesmo que fui lá: ei, mah, eu quero aceitar Jesus. Aí o rapaz olhou assim pra mim: “quer mesmo?” Porque eu fui assim tão natural. Aí eu: quero. Aí oraram por mim e tal.

Ao retornar para casa, o que mais preocupava Rian, depois da decisão, era o que faria a partir de então para manter sua sobrevivência, tendo em vista que até mesmo a escola ele tinha abandonado: *“Como é que eu vou viver agora? Eu não tinha estudo [...]. Eu acho que eu ia fazer 18 anos. Como é que eu vou conseguir viver? Porque meu pensamento já era esse, como é que eu vou comprar minhas coisas, como é que eu vou ter dinheiro pra sair com a minha namorada, e tal”*.

Entretanto, uma oportunidade de trabalho logo apareceu por intermédio de sua avó que falou com um amigo, dono de uma estamperia. Aproximadamente três meses depois de empregado ele convidou a namorada para morarem junto, embora ainda não tivessem nada de mobília. Na época ele ganhava R\$150,00 por quinzena. Conseguiu comprar uma geladeira usada e ganharam uma televisão. Com poucos móveis, todos já velhos, entraram na nova morada: *“e ali eu tava vivendo realmente pra trabalho, pra minha esposa e pra igreja”*. Assim, a família, aqui representada pela esposa e as avós, e a igreja são figuras de destaque para o Rian, por meio das quais ele começou a traçar novas perspectivas para a sua vida:

Eu agradeço, assim, muito a Vitória, que é minha esposa, né. Agradeço muito ao trabalho da igreja, que foi através desse trabalho que muitos criticam que eu consegui

realmente abrir meus olhos pra aquilo que é bom e aquilo que é ruim realmente. E hoje em dia eu tenho o prazer de viver, viver as coisas simples da vida, que é ir ao museu, que era uma coisa que tinha dentro de mim que eu não sabia antes que eu gosto, assim, muito de museu, de coisas... da vida, tipo, assim, teatro. Hoje eu tô vivendo uma coisa que lá na minha adolescência, na minha pré adolescência eu não sabia o que era viver. Eu não sabia o que era sentar na calçada com os amigos e conversar conversas sem ser sobre o crime, eu não sabia o que era um cinema, isso na minha adolescência. Eu não sabia o que era sair com os amigos só realmente pra comer uma pizza. Porque as minhas saídas naquele tempo ou era pra fazer coisa errada ou era pra usar droga.

Rian deixa explícito que sempre foi uma característica sua a persistência e a busca pela sua independência, pelos seus objetivos: *“E sempre eu tive isso em mente: rapaz, eu preciso conquistar o que é meu, preciso correr atrás do que é meu”*. Por incentivo da esposa apegou-se à leitura. Habitou-se a ler a Bíblia todos os dias: *“toda vida de manhazinha eu gostava de ler, tipo assim, 10 capítulo da Bíblia. Li a Bíblia praticamente toda. Só leitura, leitura, leitura. E isso foi que abriu mais minha mente”*.

Hoje eu sou feliz realmente. Porque hoje eu tenho a minha vida. Hoje eu posso ir pra qualquer lugar, naquele tempo eu não podia. Hoje quem olha pra mim me vê como um cidadão. A própria sociedade, entendeu? Um rapaz trabalhador, e tal. E eu falo essas coisas não pra ficar, tipo assim, me gloriando, mas sim pelo exemplo de vida. Um cara, um adolescente o qual a sociedade não me dava nem até os 18 anos, dizia que eu ia morrer antes dos 18, hoje em dia eu já estou com 26, com minha família, com a minha filha, com o meu trabalho, com a minha vida, entendeu?

Quando passou a frequentar a igreja e se interessou pela leitura decidiu retomar os estudos aos 23 anos. *“Meu interesse era zero em estudo”*, declara ele, e ficou dos 14 aos 23 sem estudar. Por meio do Programa Projovem Urbano³³, que concedia uma bolsa de R\$100,00 por mês, ele frequentou a escola por um ano e seis meses e concluiu o ensino fundamental. Ainda se matriculou no ensino médio, começou a frequentar as aulas, mas acabou desistindo.

Confessa que mesmo depois de começar a frequentar a igreja ainda continuou por um tempo convivendo com alguns amigos ainda *“envolvidos”*³⁴ com a criminalidade. Buscou

³³ Programa Nacional de Inclusão de Jovem (Projovem Urbano) é um programa educacional com duração de 18 meses destinado a jovens de 18 a 29 anos, residentes em áreas urbanas, que foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los à escola, elevar a escolarização, promover a formação cidadã e a qualificação profissional. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/ps-educacao-jovens-e-adultos/ps-projovem-urbano>>. Acesso em: 24 mar. 2022.

³⁴ Refere-se àqueles indivíduos que atuam ou atuaram nas dinâmicas infracionais ou criminais. A compreensão do termo *envolvido* coaduna com a abordagem apresentada por Barros (2020, p. 20). Segundo a autora “o termo designa tanto alguém *envolvido com* algo – com os grupos do tráfico, com a violência extrema, com o ‘mundo do crime’ -, como *por* algo – pela sua condição de vulnerabilidade, pela atuação estatal, pela lógica do sistema capitalista patriarcal. A designação de um ‘processo de *envolvimento*’, portanto, permite enfatizar tanto a noção do agente, como a influência daquilo que lhe é externo”. No trabalho trago os termos *envolvido (s)* ou *envolvimento*

aconselhá-los a também saírem daquela vida, pois acreditava que, assim como ele tinha mudado de vida, eles também seriam capazes de conseguir. Foram muitas as tentativas sem sucesso. Viu muitos dos seus amigos morrerem. A tristeza lhe consome quando vê um adolescente ou jovem almejando entrar no crime: *“porque tipo assim, ele não sabe o caminho que ele vai seguir. Ai eu vejo os jovens querendo entrar pro crime, aí eu fico pensando: eles não sabem o que eles vão passar, não sabem qual é a história que eles vão escrever”*.

Rian desenvolveu sua narrativa central com desenvoltura, de modo compreensível, simpático e até mesmo descontraído em alguns momentos, demonstrando estar muito à vontade e satisfeito por compartilhar sua história de vida. O relato teve duração de uma hora, seguiu em fluxo contínuo, sem interrupções, constrangimentos ou pausas.

Encontrei Rian pessoalmente em outros dois momentos: nos dias 27 de junho de 2019 e no dia 06 de março de 2020, mas tivemos apenas conversas informais e não fiz uso do gravador. Todos os encontros foram realizados na sua residência, em Fortaleza. Desde o início da pesquisa minha prioridade foi fortalecer os laços de proximidade e confiança com os interlocutores, pois compreendia que a construção desse vínculo entre nós seria decisiva para o desenvolvimento do trabalho, e esse objetivo foi alcançado em ambas as ocasiões, além de proporcionarem o acesso a informações valiosas ao estudo.

A segunda entrevista ocorreu no dia 24 de setembro de 2021, por meio da plataforma do *Google Meet*, devido a pandemia de Covid-19. Logo quando iniciamos a conversa Rian compartilhou que ele e Vitória haviam se separado e já estavam há cerca de dois meses morando em residências distintas, embora ainda no mesmo bairro e relativamente próximos um do outro.

Rian e Vitória foram casados por vários anos e construíram uma relação sólida, de modo que mesmo após a separação prevaleceu entre eles o carinho, o respeito e a amizade. Rian fez questão de destacar sua admiração pela ex-esposa, o quanto a considera uma pessoa incrível e todo o apoio que recebeu dela no seu processo de reconstrução de vida. Segundo ele, a relação entre os dois se desgastou por conta da rotina. Ele demandava mais atenção em um momento que a esposa não podia lhe oferecer, então vieram as discussões que se tornaram frequentes e desencadearam na traição por parte dele.

sempre entre aspas, com exceção dos momentos em que esses termos aparecem nas narrativas dos próprios entrevistados.

Eu traí ela quando a gente tava brigando muito, muito, muito. Aí veio outra e tava oferecendo aquilo que ela não tava, que era mais atenção, sabe?... essas coisas, aí eu acabei traindo. Eu falo, falo com... como é que eu posso dizer? ... com a grandeza de um homem não, sabe? Depois me arrependi e tal. Me arrependi bastante. No começo foi bem difícil, assim nos primeiros dias foi bem difícil, tal, mas só que a gente tudo vai se adaptando e se acostumando na vida. Aí hoje prevalece a amizade mesmo.

Ao compartilhar o ocorrido confessa arrependimento e ressalta a mudança radical que passou sua vida após a separação. Quando se viu fora do antigo lar e distante das pessoas queridas com quem dividia seus dias, sentiu o quão difícil era a nova realidade. A mudança trazia consigo o novo e ele precisou se adaptar, a começar pela convivência com a mãe biológica com quem ele passou a morar pela primeira vez. A filha ficou morando com a mãe, mas ele a leva todos os dias à escola e nos dias que está de folga do trabalho leva a filha para ficar com ele.

Eu tive uma mudança e precisei me adaptar, né, tipo, questão... eu passei muito tempo junto, né? então, tipo, a Vitória era praticamente um apoio pra mim [...] e qualquer casal pode se separar e a gente acabou se separando. E eu tive que me adaptar viver só, só entre aspas, né? sem mais aquela pessoa que era ali comigo todos os dias e tipo, eu tinha duas alternativa: procurar ser melhor mais ainda ou virar minha cabeça como muitos fazem, né? Então decidi procurar ser melhor do que virar a cabeça. Entendeu? Então tipo, passei por uma adaptação radical, sendo que a gente morava numa casa, tinha todo aquele costume e de uma hora pra outra eu já não tinha mais ela nem minha filha ali todos os dias comigo. Então foi uma mudança, como chama, radical pra mim.

Segundo Rian, as vivências experimentadas ao longo de sua trajetória lhe proporcionaram maturidade para conseguir lidar com equilíbrio diante de situações difíceis como a vivenciada com a separação e ele faz uma análise interessante desse momento, conforme demonstrada a seguir:

Mas tô bem, graças a Deus, tô bem. E procurar cada dia melhorar, essa é a meta. Eu tava até conversando com uma pessoa e eu tava dizendo pra ela que eu já passei por muita coisa na vida e tipo, essas coisas que eu já passei na vida que me deu uma certa maturidade, entendeu? De como se comportar em alguns momentos. E eu acho que... eu tenho muitos defeitos, claro, muito defeito mesmo. Como ser humano, preciso melhorar como pessoa, mas, o que eu já passei me torna, assim, uma pessoa bem melhor. O que eu já passei foi mesmo só de aprendizagem, pra mim aprender e se fortalecer em alguns momentos, sabe? Hoje eu entendo porque rola muito feminicídio também, com a separação. Porque a pessoa, não importa a idade, ela precisa ter uma maturidade pra isso. Porque é bem difícil, viu, você lidar, você controlar, você ver a pessoa que você ama com outra pessoa, tal, entendeu? seguindo a vida dela. Você tem que ter bastante maturidade pra entender que a vida dela é a vida dela e a sua vida é a sua vida. Entendeu?

Na época da primeira entrevista Rian estava trabalhando como motoboy. Depois decidiu comprar os equipamentos e montar uma estamperia. Convidou três amigos para trabalhar com ele. Em funcionamento há cerca de um ano o negócio vinha alcançando produção rentável e conquistando novos clientes, mas diante da pandemia de Covid-19 eles precisaram parar os trabalhos e ele não teve condições de manter a empresa por muito tempo. Aguardou duas semanas e na terceira dispensou os empregados. Após quatro meses com a estamperia parada decidiu vender todos os equipamentos e materiais e investir na compra de uma moto para trabalhar como entregador.

No referido trabalho ele prestava serviço para uma empresa e ele mesmo fazia seus horários. Ganhava por produção e, embora o salário variasse conforme o número de entregas mensais que ele fizesse, conseguia ganhar ao menos dois salários mínimos mensais. Durante a pandemia trabalhou um período também como motorista de aplicativo no Uber, mas foi por pouco tempo, uns dois ou três meses, pois como precisava pagar o aluguel do carro o rendimento era muito baixo.

No início da pandemia Rian e Vitória mudaram de endereço, e residiram por alguns meses em outro bairro, onde residem alguns parentes, entre eles a mãe da Vitória, mas não conseguiram se adaptar no novo ambiente: *“a gente foi pra lá mas não ficamos muito tempo não, porque lá era muito perigoso mesmo”*.

Na primeira entrevista se destacou muito na narrativa de Rian o papel da igreja no seu processo de mudança de vida. Entre 2011 e 2016 ele frequentou a instituição intensamente. Depois diminuiu a frequência, mas continuou participando semanalmente. Já na segunda entrevista disse não estar mais frequentando a igreja devido à politicagem que passou a predominar no ambiente: *“eu tinha saído, mas todos os domingos eu tava frequentando, assim, até o momento que começou a entrar a politicagem, eu parei de ir por conta disso, algumas coisas que eu deixei de concordar, né? Pra mim não oferecia mais muita coisa não”*.

Rian confessou que embora tenha se arrependido de muita coisa que viveu, não sente vergonha de falar sobre seu passado. Frisou que gostaria de ter estudado mais, ter feito cursos de qualificação profissional, pois isso lhe daria mais oportunidades no mercado de trabalho.

No último contato que tivemos, em maio de 2022, Rian me disse que estava morando sozinho e trabalhando há três meses de carteira assinada como operador de tratamento em um órgão estadual, com carga horária semanal de 44 horas e ganhando de um a dois salários mínimos. Além disso, disse estar gostando do novo trabalho.

4.2 ROSA: “TENHA FÉ, PORQUE ATÉ NO LIXÃO NASCE FLOR”

“Fé em Deus que ele é justo!
 Ei, irmão, nunca se esqueça
 na guarda, guerreiro, levanta a cabeça, truta
 onde estiver, seja lá como for
 tenha fé, porque até no lixão nasce flor”³⁵.

A resiliência da flor que nasceu em um lixão, expressa no trecho da canção “Vida loka” dos Racionais, é muito simbólica para compreender a trajetória de Rosa. O nome fictício foi escolhido pela própria interlocutora. Tendo crescido em uma rua com muitos bares e prostituição, ela desenvolveu, ainda criança, uma forte aversão pelo local e por tudo que a fizesse recordá-lo, sendo perceptível o quanto esse sentimento interferiu na sua construção de gostos, hábitos, escolhas e comportamentos ao longo do seu percurso biográfico. No trecho musical acima também se destaca fortemente a fé e a amizade, dois elementos que se cruzam na vida de Rosa, lhe ajudam a florescer e mudam seu trajeto.

Rosa foi indicada a mim por uma colega, que ao tomar conhecimento da minha proposta de pesquisa se dispôs a contatá-la. Ela aceitou com satisfação o convite para participar do trabalho. Quando lhe enviei mensagem via *Whatsapp*, me respondeu de imediato com bastante receptividade e simpatia. Nos encontramos pela primeira vez em uma sexta-feira à tarde, por volta das 14h, em um grupo de estudos, realizado no âmbito de uma universidade pública de Fortaleza, o qual ela já vinha participando há alguns anos. Depois do grupo procuramos um local mais reservado para conversar. Nesse momento ainda não sabia se as entrevistas seriam iniciadas ou não naquele dia. Decidi aguardar a sugestão dela. Sentadas, ao ar livre, em um dos bancos dispostos externamente na universidade, continuamos a conversa que já havíamos iniciado desde a saída da sala de aula. Ela me questionou o porquê de ter ido fazer doutorado em Porto Alegre e aproveitei para comentar sucintamente um pouco da minha trajetória acadêmica e o que havia motivado minha decisão. A conversa transcorria de modo amigável. Dei continuidade explicando brevemente a técnica da entrevista narrativa, o interesse em conhecer sua história de vida, acompanhar sua trajetória e de realizar várias entrevistas em

³⁵ Trecho da música “Vida loka” (Parte I), dos Racionais Mc’s. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/64916/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

profundidade. Ela confirmou seu interesse em participar da pesquisa e demonstrou empolgação com a proposta do trabalho.

Rosa sugeriu darmos início às entrevistas apenas na sexta-feira seguinte, após o grupo de estudo. Nos despedimos com um abraço e agradei seu interesse. Na sexta-feira seguinte ela veio ao grupo, mas comunicou que precisaria comparecer à reunião de outro grupo que ela participava na universidade. A entrevista com Rosa ocorreu, então, no nosso terceiro encontro, no dia 17 de maio de 2019. Nesse dia, após a saída do grupo de estudo, lanchamos no pátio da universidade e depois seguimos à procura de uma sala onde pudéssemos ficar em silêncio e à vontade para a realização da entrevista.

Após alguns minutos de busca, encontramos uma sala de aula disponível. Era pequena e sem janelas. Havia um ar condicionado, uma mesa e várias cadeiras. Após nos acomodarmos, sentadas próximas e de frente uma para a outra, recapitulei as orientações para o desenvolvimento da entrevista, destacando que gostaria que ela me contasse sua história de vida, que eu não iria interromper e ela poderia usar o tempo necessário, assim como parar quando desejasse. Liguei o gravador, ela deu início à narrativa e falou por mais de uma hora sem interrupções.

Rosa mora em Fortaleza, mas é oriunda de uma cidade do interior do Ceará, estava casada e tinha 26 anos quando nos conhecemos. Ela estruturou sua narrativa a partir do “campo temático” (ROSENTHAL, 2017) separação dos pais, que se deu quando ela tinha apenas três meses de vida. Foi criada pelo pai e pela avó paterna, a quem chamava de mãe.

Então era sempre uma coisa muito ao contrário: todo mundo falava que pai abandonava e as pessoas eram criadas mais por mães. Na minha escola eu também tinha esse contato mais de amigas e de amigos que eram criados só por mãe e eu sempre falava: não, no meu caso foi meu pai que não me abandonou, né? Então, sempre que alguém falava muito do pai que abandona, eu era aquela pessoa que defendia e dizia: não, não é sempre o pai que abandona, porque meu pai não me abandonou, quem me abandonou foi minha mãe.

Quando Rosa tinha apenas dez meses de vida sua mãe biológica se mudou para outro estado, de modo que ela cresceu com a ausência materna e com o sentimento de abandono. Após a separação, seus pais não voltaram a conviver, ou sequer a se falar. Relatou que, quando criança, sempre desejou muito conhecer a mãe e buscava formas de contatá-la com familiares, mas o pai não queria essa aproximação e sempre dificultava. Por vezes, as poucas conversas que teve com a mãe por telefone, quando criança, foi sob às vistas do pai, de modo que ela não tinha liberdade para ligar para a mãe quando desejasse ou privacidade para conversar a sós com

ela. Seu pai impedia, inclusive, que ela chamasse sua mãe biológica de mãe, assim ela cresceu se referindo a ela como “mãe dela”, como pode ser observado no relato abaixo:

Tanto é que o meu pai não queria que eu falasse que ela [sua mãe] era minha mãe quando eu era criança, né, era pra chamar sempre pelo nome, quando eu fosse perguntar por ela ou dizer alguma coisa. Então, de tanto eu ouvir as pessoas falarem a mãe dela eu chamava ela de “mãe dela”. Minha vó dizia que eu perguntava: cadê a mãe dela? Porque eu quando criança associei esse nome a ela [sua mãe] porque eu não podia dizer que era minha mãe.

Em um período em que as conversas telefônicas com sua mãe biológica haviam sido suspensas pelo pai, ela pegou sua bicicleta, se abasteceu com alguns alimentos amarrados na garupa e decidiu se deslocar, sozinha e sem que ninguém soubesse, até a casa da avó materna, que ficava em uma comunidade rural nas proximidades da cidade, para saber notícias da mãe biológica. A viagem foi longa e cansativa para uma menina da sua idade, mas relembra que depois desse episódio seu pai buscou proporcionar mais encontros entre ela e sua avó materna, embora esta fosse proibida, inclusive, de mencionar o nome da sua mãe.

Seus pais demoraram entrar em um consenso até mesmo para realizar o registro de Rosa no cartório, pois por um lado o pai não queria que ela tivesse o sobrenome da mãe, e por outro, sua mãe não queria que ela tivesse o sobrenome do pai. O registro só ocorreu após a pressão da escola onde Rosa estudava, pois, caso o registro não fosse feito, ela não teria sua matrícula renovada. Mas ela lembra que passou muito tempo escrevendo seu nome completo com o uso dos quatro sobrenomes referentes à soma dos sobrenomes do pai e da mãe. Seu pai chegou, inclusive, a entrar na justiça, solicitando o registro do nome apenas com o sobrenome dele, mas o pedido foi negado, conforme pode ser observado no relato a seguir:

Então, é... o meu pai nunca quis que eu tivesse contato com ela [sua mãe] e nem soubesse quem ela [sua mãe] era, né. Então, ele também não queria que eu tivesse o nome dela [sua mãe] nos meus documentos, então ele entrou na justiça pra que eu tivesse só o nome dele, só o sobrenome dele. E acabou que na justiça ele não ganhou isso e eu tive que ter o sobrenome dos dois. É... então assim, eu trago essa questão da mãe porque foi algo marcante pra mim vivenciar esse período sem a figura materna. Ah, eu tinha muita vontade de conhecê-la, eu tentava de algumas formas, com alguns familiares, ter contato com ela, mas meu pai sempre cortava, nunca deixava. É... e eu não entendia exatamente porque, né, só era algo que ele evitava tanto falar como aprofundar.

O tão sonhado encontro entre mãe e filha só ocorreu quando Rosa tinha aproximadamente 18 anos de idade, já estava casada e o pai não tinha mais tanto poder sobre ela, sobretudo para continuar decidindo se ela deveria ou não conhecer sua mãe. O encontro

ocorreu por intermédio da avó materna, mas, naquele momento, conhecer sua mãe já não era mais algo tão importante para ela: *“conhecer ela não era algo que me abalava, até porque eu acho que tudo que eu tinha pra sofrer na ausência dela eu já tinha sofrido. Então não era mais uma necessidade conhecer ela. Conhecendo ou não pra mim tanto fazia. Mas como ela quis eu decidi conhecê-la”*.

Após conhecer pessoalmente sua mãe biológica, Rosa continua mantendo contato e confessa que construiu com ela uma relação de amizade. Com a aproximação percebeu o quanto são parecidas, embora nunca tenham convivido uma com a outra. Ainda assim, considera sua mãe biológica hoje como uma amiga.

Então eu entendo ela [sua mãe], só que, tipo, eu tenho ela como uma amiga, mãe ela nunca vai ser, porque minha mãe [avó paterna] morreu. Minha mãe mesmo, assim, que era minha vó, morreu. Mas, ela [sua mãe] fez falta, hoje ela tá presente, mas ela não é minha mãe mesmo, ela é minha amiga. Ela é uma amiga um pouco diferente, mas não é minha mãe, tipo. É muito estranho ter ela como mãe. Quando eu vou visitar ela, a gente sai pra tomar um vinho juntas, a gente sai pra fazer compras, a gente sai pra churrascaria juntas. É como eu saio com uma amiga minha. Então eu considero ela minha amiga. Mas eu acho a gente muito parecida. Muito parecida mesmo. Eu não sei como. Todo mundo fala, da família, como que a gente mesmo tendo morado, assim, longe uma da outra, ser tão parecida com ela, meu jeito. Minha vó sempre fala: isso que tu faz tua mãe fazia. Até a parte preferida de um frango ela dizia: a da tua mãe também era essa. Então, tipo, e quando eu conheci ela eu percebi que realmente a gente é muito parecida. Até a forma dela organizar o quarto dela é parecida como eu organizo o meu, assim, de separar por cores, de ser muita chata assim com as coisas. Então, não sei, mas por mais que a gente seja parecida eu considero que a gente é amiga.

Depois da separação, seus pais tiveram outros relacionamentos e filhos. Rosa é, portanto, a primeira e única filha do primeiro casamento deles. Seu pai teve mais dois casamentos e outros três filhos. Sua mãe passou por outros dois relacionamentos e teve mais dois filhos.

Relembra que na adolescência, com a chegada dos irmãos por parte de pai, sentia-se um pouco injustiçada, pelo fato de os irmãos terem a oportunidade de crescer convivendo com o pai e a mãe, algo que ela tanto desejou e nunca pôde experimentar. Entretanto, com o decorrer do tempo passou a sentir orgulho e a ficar feliz por eles: *“eu pensava: poxa, se eu não tive, que bom que meus irmãos têm né, que bom que eles têm esse contato com os dois, talvez eles não vão, não sei, pensar coisas que um dia eu pensei”*. Sempre manteve boa convivência tanto com as madrastas, quanto com os irmãos.

Seu pai é comerciante. Sua mãe biológica trabalha no próprio salão de beleza que construiu em casa e também como cuidadora de idosos. Quando criança Rosa se dividia entre

a casa do pai e de sua avó-mãe que ficavam na mesma rua. Na sua infância gostava de jogar bila, pular corda, brincar de esconde-esconde e jogar videogame na *LAN House*.

Rosa cresceu em uma rua com muitos bares e prostituição, caracterizando-se como um ambiente de intensos barulhos, movimentações, brigas frequentes e a presença de bêbados e de prostitutas. Esse lugar interferiu significativamente na construção de gostos, hábitos, escolhas e comportamentos ao longo da sua trajetória, desde o modo de se vestir às amizades construídas. Sua repulsa a fez utilizar estratégias de desvio e distanciamento às coisas e pessoas que lhe remetessem àquela rua.

Reconheço que eu tinha um preconceito com a prostituição, hoje não mais, compreendo isso de outras formas. Por quê? Porque na rua onde eu cresci, é uma rua, da minha família, né, uma rua onde tem muitos bares, né, então, tipo, muitos bares que também tem prostituição, então eu sempre via as meninas lá na frente dos bares e via os homens chegando e a forma como se relacionavam. E eu via, às vezes, uma mulher chegando, assim, pra brigar com seu marido, pra fazer aquele escândalo. Então, tipo, eu fui gerando uma aversão muito grande pela prostituição. Tipo, eu não falava com as meninas. Às vezes via elas no comércio, mas não falava. Dava bom dia, eu não dava. Fui sempre me distanciando, porque eu tinha... eu não me sentia bem tá no meio de tudo aquilo ali e eu acho que isso foi que me fez... eu morar naquela rua... eu acho não, hoje eu tenho essa certeza, por morar naquela rua foi que eu nunca gostei de usar saia, de usar short ou de usar blusa decotada, porque às vezes eu achava que eu ia ficar, tipo, mais parecida com aquelas meninas e talvez... eu não sei... algum homem chegasse pra falar comigo achando alguma coisa, ou então, algum... não sei, eu não queria parecer com elas [...]. E isso sempre me causou muita aversão. Eu sentia muito nojo quando via os homens bêbados... não sei... aquele clima... eu sempre pensei: eu quero sair daqui, né, eu quero sair desse lugar. [...].

Na adolescência Rosa se dividia entre a escola, a banda de rock e o grupo de capoeira. Ela e seus amigos que gostavam de rock costumavam se reunir para conversar na praça da cidade e em um desses encontros surgiu a ideia de montar uma banda de rock. Alguns amigos já tocavam algum instrumento na época, então decidiram começar os ensaios e logo o projeto se tornou realidade. O grupo era composto de sete adolescentes, apenas ela de mulher, eles se tornaram muito amigos e estavam sempre juntos. Os ensaios ocorriam na casa de um dos amigos e a mãe dele era como se fosse a empresária da banda, pois além de apoiá-los no projeto, disponibilizava a residência para os ensaios e ainda preparava o lanche. Rosa era a cantora da banda, chegou a compor duas músicas e começou a aprender a tocar violão nesse período. O grupo costumava se apresentar na praça da cidade, na escola, em aniversários e recebiam um valor monetário pelas apresentações que era empregado no conserto e manutenção dos instrumentos musicais, e também ajudava a pagar a energia da casa do amigo onde ensaiavam. Do grupo original apenas um amigo permanece na banda que atua ainda hoje.

Depois veio a capoeira que se tornou uma grande paixão. Fazia parte de um grupo de capoeira muito conhecido no país, que tinha sua sede em Teresina, Piauí. Participou como voluntária de um projeto que consistia em ministrar aulas de capoeira uma vez na semana para crianças residentes em uma comunidade periférica e bastante vulnerável da sua cidade. Ela praticou capoeira por mais de três anos. Gostava tanto que durante o 1º ano do ensino médio decidiu sair da escola para dedicar-se inteiramente ao esporte, embora gostasse muito de estudar também. Os treinos ocorriam à noite, na praça, mas, como ela queria participar dos campeonatos, começou a treinar também à tarde, no horário das aulas. Seu pai nunca apoiou o esporte, chegou, inclusive, a proibi-la de frequentar os treinos, porém ela não se intimidou e continuou praticando.

A capoeira, eu sempre tive vontade de fazer. Me chamava a atenção e eu ouvia o barulho perto da praça do centro onde tinha capoeira e pedi pra fazer a inscrição. E eu sempre me dediquei muito à capoeira, tanto é que no primeiro ano do ensino médio eu desisti. Um dos motivos de eu ter deixado de estudar também foi a capoeira, porque eu queria treinar o tempo todo e eu não gostava de ir pra escola, então eu ficava só treinando, treinando. Tipo, a capoeira era à noite, mas à escola era à tarde. E às vezes ao invés de ir pra escola eu ficava a tarde inteira treinando capoeira na praça sozinha. E eu gostei muito da capoeira. A capoeira foi uma das coisas que eu me entreguei bastante, assim, nesse período. E todo mundo me conhecia, assim, no meio do... quando eu comecei a me envolver com as coisas, tal, todo mundo falava: “ah, a capoeirista, tal”. Todo mundo sabia quem era.

Amante da leitura desde criança, sempre preferiu os livros às bonecas. Ela cresceu, porém, jamais perdeu o encanto pelos livros. Entre suas lembranças marcantes da infância estão os momentos na companhia do pai lendo e contando histórias. Sempre gostou da escola e de estudar. Tirava boas notas, era dedicada, tinha bom relacionamento com os professores e os colegas e não teve reprovações. Ainda assim, parou de frequentar a escola na metade do 1º ano do ensino médio e ficou afastada da sala de aula por aproximadamente um ano. Entre os motivos estava seu interesse pela capoeira, seu relacionamento com um rapaz “envolvido” no tráfico de drogas e as repercussões que se deram a partir de então com a sua inserção nas dinâmicas infracionais, elementos que a levaram a se distanciar ainda mais da escola.

Rosa e Luan se conheceram durante as festividades de carnaval na cidade. Ela nunca o tinha visto antes, mas ele já a conhecia como capoeirista. Ela lembra que, até aquele momento, não tinha se interessado em “ficar” com ninguém, todas as suas amigas já estavam namorando nesse período, mas sua rotina e dedicação se resumia à escola, à banda e à capoeira.

Após ficarem na última noite de carnaval, mantiveram contato. Na cidade, Luan era conhecido como o cara “perigoso” da favela. A família de Rosa e seus amigos começaram a

questionar e a desaprovar sua aproximação com ele, mas ela se recusou a ouvi-los, afinal não parecia se tratar da mesma pessoa, já que ela não conseguia enxergar nele as características que falavam. Com mais tempo de convivência, passou a conhecê-lo melhor, porém a comprovação do seu “envolvimento” não foi suficiente para fazê-la se afastar, pois ela identificava nele qualidades admiráveis que iam além dos seus atos ilícitos:

Aí depois a gente foi se aproximando muito, eu e ele. Eu conheci a família dele. Quando eu conheci a família dele, foi que eu soube, que a família dele tinha muitas pessoas envolvidas, inclusive tinha uma irmã que já tinha matado o companheiro porque o companheiro tinha traído ela. Só que, tipo, ao mesmo tempo, o que as pessoas ficavam falando dele pra mim era como se não fosse a pessoa que tava comigo, entendeu? A pessoa que tava comigo não era aquela pessoa que vinham falar pra mim. Porque, tipo, ele sempre foi uma pessoa muito boa pra mim. Tipo, ele nunca foi grosso comigo, ele nunca foi mal educado comigo, tipo, ele nunca me desrespeitou. É, tipo, a família dele por mais que fosse totalmente diferente da minha, em algumas coisas, talvez no jeito de ser, eu sempre gostei muito da família dele. É tanto que uma das irmãs dele eu sou amiga dela até hoje. Então, tipo, não sei, aquilo que... que tipo, eu ficava... caramba! Eu nunca tive ninguém, aí quando eu arrumo uma pessoa começa esse inferno. Aí tipo, todo mundo falando coisa dele pra mim que não era o que eu via. Sabe? Tipo, depois de um tempo eu soube das coisas que ele fazia, de várias outras coisas.

Cerca de três meses depois que se conheceram, Rosa e Luan decidiram morar juntos, ambos ainda adolescentes. O pai desaprovava seu relacionamento e ela ficou em uma dualidade, entre os conflitos do pai e do namorado que queriam matar um ao outro. Ela se distanciou do pai, ficaram por um tempo sem se falar e ele entrou em estado de depressão nesse período.

Esse meu relacionamento, desse período, ele tinha muito conflito com meu pai. Meu pai dizendo que ia matar ele de um lado, ele dizendo que ia matar meu pai de outro. Meu pai dizia assim: “eu não vou subir pra matar ele lá onde ele mora porque se eu for ele que vai me matar porque lá tem muita gente por ele”. E ele dizia: “eu não vou descer pra matar teu pai porque teu pai tá dentro de casa e se eu matar ele dentro de casa, quem tá errado sou eu”. E eu vivia no meio desse conflito, né.

Quando passou a morar com o companheiro começou a participar ativamente do tráfico de drogas. Ele a ensinou a atirar com arma de fogo e cada um ficava com uma arma à disposição. Destacou que não gostava de consumir drogas ou bebidas alcoólicas, mas fumou cigarro por um período, na adolescência. No negócio do tráfico, ela ficava responsável pela parte contábil, de organização do dinheiro. A nova convivência mudou completamente sua rotina. Na verdade, ela destaca que não tinha mais rotina e, conseqüentemente, ressalta que tem

muita dificuldade para lembrar a sequência em que os acontecimentos ocorreram no período que ela ficou “envolvida”.

Entre os atos infracionais incluídos na sua primeira apreensão estava tráfico de drogas e de armas, formação de quadrilha e porte de arma, mas depois foram incluídos outros atos no processo. Ela não lembra ao certo, mas acha que tinha nessa época entre 13 e 14 anos de idade. Ela também não soube dizer com precisão quantas vezes passou pelo Sistema Socioeducativo, mas cumpriu medida tanto na Delegacia de Polícia Civil da sua cidade de origem, quanto no Centro de Semiliberdade do interior e no Centro de internação Aldaci Barbosa Mota, em Fortaleza.

Como ela morava em uma cidade do interior, na época, quando um adolescente era apreendido era levado à Delegacia de Polícia Civil para aguardar a transferência para Fortaleza, pois não havia internação, apenas Unidade de Semiliberdade. Os adolescentes quando apreendidos ficavam em uma cela separada, já as adolescentes, como eram em menor quantidade, costumavam ficar na mesma cela das mulheres adultas. Rosa não lembra quantas vezes nem quantos dias passou na Delegacia, mas foi uma experiência marcante e de muitos aprendizados para ela.

Então a minha primeira experiência de cumprir algo não foi no Centro, foi dentro da Delegacia Civil e não com adolescentes, com mulheres já maiores, senhoras, outras mulheres, com mulheres grávidas. Então, na maior parte do tempo a única adolescente que estava com todas elas era eu e, tipo, acabava que eu sempre gostava muito de todo mundo. Tipo, era muito diferente de um Centro, porque, tipo, na Delegacia Civil lá era um cômodo só para 15, 12, às vezes até mais mulheres, quando era fim de semana que tinha alguma coisa assim, entendeu? Então, tipo, chegar ao Centro depois da delegacia foi algo super tranquilo porque a Delegacia era mais tenso. Eu falo assim não de relações, eu falo do ambiente, entendeu? Porque, tipo, na Delegacia era um cômodo e um banheiro pra... a média do que sempre tinha era umas 14 ou era 13 mulheres, que estavam cumprindo mesmo, que não eram temporárias, né?! Então, tipo, dessas mulheres, no meio delas eu era a única adolescente.

Na Delegacia Rosa chegou a dividir a mesma cela com até 17 mulheres, sendo que apenas ela era adolescente. A instituição não ofertava a alimentação, esta deveria ser levada pela família das detentas diariamente e era uma regra interna que as refeições entregues deveriam ser divididas igualmente entre todas. O momento das refeições é uma das cenas afetivas do local que Rosa guarda com muito carinho. Naquele espaço apertado, sem conforto e sem privacidade, ela se sentiu acolhida e aprendeu lições de vida, como solidariedade, partilha, respeito, empatia, amizade e amor, que carrega consigo até hoje.

A convivência e as relações de amizade construídas com as mulheres mais velhas na Delegacia, sobretudo com uma delas que tinha mais de cinquenta anos e com quem Rosa desenvolveu mais proximidade e apego, pode ser interpretado como a representação simbólica da construção de um sentimento maternal, como se aquelas mulheres, que tinham idade para serem sua mãe, assumissem a personificação materna da atenção, do carinho e do cuidado, sempre tão desejado por Rosa na sua infância.

Quanto à sua vivência no Centro de internação Aldaci Barbosa Mota em Fortaleza, ela teve duas passagens pela instituição, sendo que na primeira vez ficou por três meses. Na Unidade havia uma divisão interna em que as adolescentes eram distribuídas em alas distintas conforme a percepção da equipe no que se refere à orientação sexual das internas. Ou seja, as adolescentes que apresentavam aos olhos da equipe um comportamento “mais masculino” eram denominadas “cabrões” e ficavam em dormitórios diferentes daquelas com comportamento “mais feminino,” chamadas de “florzinhas” e, posteriormente, de “cocotas”. Ela relembra que por conta do seu modo de se vestir a equipe insinuou que ela gostava de meninas e queria colocá-la no bloco das “cabrões”, conforme pode ser observado em seu relato abaixo:

[...] o tipo cabrão são meninas que fisicamente também tem um porte mais masculino, cabelo, roupa, a gíria de falar. E as meninas que são florzinha, elas são meninas mais assim... só que tanto cabrão como florzinha fica com outras meninas, só que as cabrão assumem isso, né. Quando eu entrei, como eu sempre tive um jeito muito fechado, naquela época eu não gostava muito de tá falando e tal, e eu nunca gostei, nessa época, de saia, shortinho curto. Eu sempre usava mais calça, blusa *baby look*, mas não porque eu gostava de menina, eu nunca gostei de menina [...]. Mas pelo jeito que eu cheguei vestida, eu cheguei, lembro como hoje, cheguei com uma camiseta preta e um... aquele shortinho no meio da perna, camuflado, do Exército. E aí a equipe viu que eu não me comunicava tanto e eles queriam me mandar pro bloco lá das cabrão. Aí eu falei: nam, num sou cabrão não, num gosto de menina. Aí elas: “não, mas a gente tá vendo”. Tipo, pela roupa. Aí eu: não, mas eu quero ficar com as florzinhas. Que elas que me explicaram. A equipe me explicou o que era cabrão e florzinha. E eles tavam maldando que eu gostava de menina só pela forma que eu tava vestida. Eu falei: não, eu não gosto de menina. Eu quero ficar com as florzinhas.

Essa divisão institucional demonstra a reprodução no interior da Unidade de preconceitos, estigmas e estereótipos sobre as mulheres na sociedade e também o desconhecimento dos gestores sobre as questões que envolvem gênero e sexualidade. Essa política de separação adotada pela Unidade feminina de Fortaleza até recentemente foi constatada com preocupação pela equipe de Missão no Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), publicado em março de 2019. O documento reconheceu essa prática institucional como incomum em outros estados do país e a configurou

como discriminatória, além de chamar a atenção para o modo pejorativo como as adolescentes eram denominadas (“cabrões” e “cocotas”)³⁶. Vale destacar que no Relatório de Inspeção realizado pelo CEDECA, em parceria com outras instituições em 2021, as adolescentes entrevistadas não mencionaram a utilização desses termos pejorativos na Unidade por parte dos funcionários, o que foi considerado um avanço no que se refere às questões de gênero e sexualidade das adolescentes³⁷.

Viver a infância e a adolescência sem a figura materna foi algo marcante para Rosa, trazendo repercussões no decorrer de sua trajetória, por exemplo quando ela cumpriu medida socioeducativa no Centro de internação. Ela retrata essa conexão ainda no início da sua narrativa, após abordar a questão da separação dos pais: *“uma coisa que eu lembro também em relação à minha mãe é sobre o Centro, né. Na primeira vez que eu fui pra Unidade, essa questão da mãe me abalou muito”*. Uma das socioeducadoras lhe atribuiu a tarefa de varrer e passar o pano em um determinado espaço do Centro. Porém, Rosa destaca que não sabia fazer a maioria das tarefas domésticas, pois em casa, quando criança e na adolescência, nunca foi ensinada. Seu pai fazia questão que ela não realizasse nenhum serviço doméstico e se dedicasse inteiramente aos estudos, como pode ser visualizado no trecho a seguir:

Eu nunca, nunca soube fazer essas coisas de limpeza, assim, essas questões domésticas, de limpar, de lavar, de cozinhar. Eu nunca soube. Porque o meu pai, ele sempre falou que eu não deveria... que eu não deveria fazer isso, que eu deveria estudar, porque se eu não estudasse eu não ia conseguir nada. Eu deveria estudar, ter um marido e um emprego. Ele nunca falou estudar pra coisas maiores, mas ter um marido e ter um emprego. Então meu pai, ele nunca quis que eu fizesse coisas da casa, ao contrário, ele mesmo fazia e dizia que eu não me ocupasse com isso.

³⁶“Triangulando as informações, constata-se haver discriminação devido à orientação sexual, apontando: restrições de acesso a atividades, punição por demonstração de afeto e ameaças. Citaram que houve ocasiões em que as adolescentes LGBT foram proibidas de ir à oficina de artesanato porque o professor não gostava ‘desse tipo de menina’. Além disso, houve relatos de que solicitações de atendimento feitas por essas não têm sido atendidas por determinados agentes socioeducativos. Afirmaram ainda que quando são pegas trocando afetos, abraços, demonstrações de carinho ou mesmo olhares entre elas são ameaçadas de irem para tranca ou de serem proibidas de participar de algumas atividades. Estas sanções disciplinares seriam particularmente mais aplicadas a população LGBT, inclusive e com o uso de isolamento, denominado internamente de ‘tranca’” (OLIVEIRA; SOUZA; FLORES, 2019, p. 49). Mais informações estão disponíveis em: <<https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2020/03/relatc393rio-adolescentes-privadas-de-liberdade.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

No Relatório de Inspeção ao Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota, publicado em setembro de 2020, em cinco dos grupos focais realizados as adolescentes quando questionadas se já haviam sofrido alguma discriminação por serem mulher ou por sua orientação sexual afirmaram que sim. “Segundo os relatos, essa violência de gênero se expressava na organização geográfica da Unidade, na medida em que existiam alguns alojamentos destinados às adolescentes LGBT, também denominadas pelos profissionais da instituição de maneira estigmatizante como ‘cabrões’ (2020, p. 11). Disponível em: <<https://cedecaceara.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio-Aldaci-com-Capa-Final.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

³⁷ Para mais informações consultar: <<https://cedecaceara.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Relatorio-Aldaci-Final.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Quando a socioeducadora constatou que Rosa não sabia realizar a tarefa, lhe fez a seguinte pergunta: “você nunca teve mãe, não, pra lhe ensinar?”. Essa questão deixou Rosa completamente abalada: *“quando ela me perguntou isso, eu me senti nervosa de uma forma que eu nunca tinha me sentido na minha vida, né, tipo, eu fiquei gelada, eu fiquei trêmula”*. Mesmo diante do nervosismo inicial, ela buscou manter a calma e concluir a atividade sem demonstrar maior alteração naquele momento. Todavia, planejou revidar e, à noite do mesmo dia, após sair do refeitório, ao cruzar com a socioeducadora, atingiu o nariz dela com um copo. O nariz da socioeducadora foi quebrado e Rosa foi encaminhada para a “tranca”. Os detalhes desse episódio estão descritos abaixo:

[...] Isso com a socioeducadora aconteceu à tarde. Aí eu troquei meu pijama, merendei. Quando eu troquei meu pijama e merendei, eu ia saindo do refeitório, eu já tava com o plano de quebrar o copo de plástico no rosto dela. Aí foi quando aconteceu isso e eu olhei, olhei e não vi ninguém, aí taquei o copo no rosto dela, mas o copo não quebrou, mas quebrou o nariz dela. [...]. Aí foi quando, quando eu fui levada pra tranca, né, por três socioeducadores homens, né. [...]. É, depois disso, assim, ninguém acreditava que tinha sido eu, né, porque, desde que eu entrei, meu comportamento era muito bom, tratava as pessoas muito bem, na sala de aula eu sempre auxiliava as meninas, entendeu? E a diretora nesse período [...] ela tava de férias, só que era férias de quinze dias. Ela tinha saído um dia antes de quando aconteceu isso. E eu só podia sair da tranca e qualquer outra coisa com determinação da [diretora]. E também pela gravidade do que aconteceu eu não podia passar poucos dias na tranca. Então eu acho que eu passei 19 dias lá na tranca.

A referência da socioeducadora à mãe de Rosa repercutiu nela como um gatilho, fazendo-a reviver a sensação de tristeza e de abandono da infância e também despertando-lhe sensações desconhecidas que a levaram a agir de forma inesperada por todos, ainda que previamente planejada por ela.

Eu considero que isso foi um baque, assim, pra mim. Tanto pra mim quanto pra quem tava perto de mim, porque considerava que eu não era capaz de fazer aquilo. Foi isso que mexeu comigo. Se não fosse isso eu teria entrado e saído tranquila, porque nunca tive nada em relação ao meu comportamento lá dentro.

Após explicar à diretora o porquê da sua reação, ela conversou com a socioeducadora que aceitou não acrescentar o ocorrido em seu processo, mas incluir ações disciplinares do próprio Centro. Assim, após o período na tranca, ela ainda ficou por quatro meses sem direito ao lazer depois das 18h, tendo que permanecer sozinha no dormitório como forma disciplinar.

O maior tempo de cumprimento da medida Rosa passou no Centro de Semiliberdade da sua cidade de origem, onde permaneceu por mais de um ano. Na referida Unidade ela passou a maior do período sozinha na ala feminina e costumava receber muita atenção da equipe técnica. Quando chegou outra adolescente e precisou dividir o único quarto, começaram os conflitos. Além de ciúme, Rosa teve um sentimento de rejeição e revolta pela companheira de dormitório, quando descobriu seu ato infracional, que consistiu na participação em um caso de estupro, resultando, assim, em uma agressão por parte dela.

No Semiaberto eu passei [...] um ano e um pouquinho. Que no Semiaberto já era totalmente diferente, porque é diferente do lado feminino e do lado masculino. E do lado masculino tinha seis, sete, oito meninos, depois chegaram mais. E do lado feminino, das meninas, só tinha eu. Então, tipo, eu recebia muita atenção, do lado das meninas era só eu, tipo, sempre era atendida por psicóloga, assistente social, pedagoga, muita gente, e tal. E quando chegou uma outra menina, eu fiquei com muito ciúme, né, eu queria que fosse só eu e tal. E até mais porque essa outra menina, o ato dela era estupro. Ela tinha levado uma amiga pra ser estuprada por outras pessoas, porque ela descobriu algo que essa amiga fez e não gostou. Então, tipo, eu nunca me dei bem com essa menina. Quando eu descobri o ato dela, eu dei uma surra nela lá dentro da Unidade porque, tipo, era uma mulher que concordou com o estupro de outra mulher. Não sei, abalava muito e eu ia ter que ficar no mesmo quarto que ela e eu não ia aceitar. E aí foi quando eu dei um soco nela, aí quebrou o nariz dela também.

A diretora ainda sugeriu adaptarem a biblioteca da Unidade para que Rosa ficasse dormindo lá, mas esta não aceitou, pois, segundo ela, se alguém teria que sair do quarto, esse alguém seria a outra menina, tanto por ter chegado depois, quanto pelo ato infracional dela. Isso a levou a agredir novamente a adolescente, de modo que, após uma audiência, foi transferida para a internação em Fortaleza.

Então, eu não aceitei, eu não aceitei, e aí eu tive outra discussão, eu e ela. Ela, não sei o que foi que eu fiz, não sei se eu danifiquei todas as coisas dela pra ela sair [...]. Aí eu falei: vamo, se é de ficar aqui eu prefiro ir pra Fortaleza do que ficar aqui com uma menina dessa que levou a amiga dela pra ser estuprada. Aí foi quando eu agredi ela de novo e fui pra uma audiência já sabendo que eu ia voltar, né, e voltei pra Fortaleza.

Na primeira vez que estive no Centro de internação, Rosa assumiu uma postura mais reservada, menos comunicativa e mais observadora e obediente, tendo em vista se tratar de um ambiente desconhecido que ela queria entender antes a dinâmica local e as relações de poder. Na segunda passagem pela Unidade ela se mostrou segura e confiante de si, impondo respeito e medo na interação com as outras internas. Nas regras de convivência e de sobrevivência, aprendeu que “*ou você fala alto ou obedece quem fala alto*”, então decidiu que seria a pessoa que *fala alto* e assim ganhou a consideração das demais adolescentes.

Eu já tinha aprendido o jogo de como é que era lá [Centro de internação]. Se uma pessoa chegasse pra tu e dissesse: me dá essa blusa aí, porque é uniforme, mas as cores são diferentes, aí se tu é novata e a pessoa gostou da tua cor, ela vai te ameaçar pra tu dar a cor a ela. Entendeu? Que ela gostou da tua cor. Aí, tipo, na minha primeira queda, que eu passei só três meses, uma menina [...] ela chegou e disse: “me dá essa blusa aí que tu tá agora”. Aí você fica com medo, você não sabe como é as relações, quem é quem, num sei o quê. Aí eu tirei e dei pra ela. Aí quando foi na minha segunda queda eu cheguei e ela tava com um short jeans, eu disse: me dá esse short jeans que tu tá e o restante que tá no teu armário agora. Aí já foi ela que me deu as coisas tudim e eu cumpri todim ela pagando pra mim. Ou seja, o que eu mandasse ela fazer ela fazia. Mas eu não era esse tipo de pessoa, é porque ela foi comigo então com ela eu sempre fiz questão de ser, depois que eu aprendi como é que eram as coisas, entendeu? Eu nunca fui assim com nenhuma menina no Centro. Nunca. Entendeu?

Durante sua estadia no Centro de internação, começou a ler a Bíblia que era o único livro aceito dentro do dormitório nessa época. Na Unidade de Semiliberdade se aproximou ainda mais do Evangelho e começou a frequentar a igreja evangélica aos finais de semana.

Quando eu entrei na igreja eu estava na Semi. Vieram as pessoas da igreja, que iam me visitar, né, então eu me apaixonei muito pela forma como falavam, pela dedicação que eu recebia pela igreja [...] eu comecei a ler a Bíblia na Unidade, aqui em Fortaleza. Porque não podia entrar... eu sempre gostei muito de ler [...]. E eu sentia muita falta de ler quando eu tava na Unidade e o único livro que podia entrar no dormitório era a Bíblia. Não podia entrar com outros livros da biblioteca no dormitório, então eu li a Bíblia toda, a pequenininha do novo testamento. E quando eu saí pra Semi eu continuava lendo a Bíblia. Só que não era pra alguém ver que eu tava lendo a Bíblia ou porque tinha muito esse respeito da religião, né? não era, era porque realmente eu tava... era o que tinha pra ler, podia ler lá dentro e eu tava lendo e tava gostando muito. As meninas dormiam depois do almoço e eu ficava lendo [...]. Aí eu entro pelo respeito que eu tenho pelo Evangelho, muito grande, né. Com o cuidado de não tornar as coisas religiosidade, mas com a capacidade de compreender que, ao meu ver, o Evangelho não é religião, né. Ah, esse discurso de falar, que todo religioso diz que sua religião não é religião. Mas, ao meu ver, o Evangelho não é religião, né. Ele vai bem além disso.

No período que Rosa cumpriu medida na Semiliberdade, costumava receber a visita de integrantes da igreja evangélica, os quais lhe apresentaram o Evangelho e com uma dessas pessoas desenvolveu uma forte relação de amizade, tornando-se uma referência em sua vida:

No período que eu tava na Semi, eu pude sentir, a partir de pessoas que me visitavam, da igreja que eu fiz parte, que elas tinham por mim um amor que eu não conseguia entender, né. [...] E essa pessoa que sempre me visitou até hoje, é minha amiga também, a Elisa, é uma grande referência na minha vida. A Elisa, ela levava a Bíblia, ela me convidava pra ir à casa dela, a Elisa foi uma pessoa que eu pensei: não, só pode ser Deus mesmo, porque como é que uma pessoa que eu nunca vi na minha vida, que não sabe nem quem eu sou, o que eu fiz e tal, me dá tanta atenção, tanto carinho, tanto afeto, né? Então foi nesse período que eu tava na Semi que a Elisa passou a me mostrar o Evangelho, né. Então, tipo, a minha felicidade dentro da Semi era quando a Elisa chegava. Eu passava o tempo todo esperando o dia da semana que ela ia e o fim de semana que eu ia à igreja.

A comemoração do aniversário de 16 anos, organizado por Elisa, quando ela cumpria medida na Semiliberdade, é um dos momentos marcantes de sua vida e lembrados por ela durante seu relato. Ter uma festinha de aniversário era um sonho antigo de criança, mas seu pai nunca atendeu seu pedido.

O primeiro aniversário que eu tive na minha vida eu tinha 16 anos, e eu tava ... e foi na igreja, né, então, foi a primeira vez que eu vi todas as pessoas da minha família juntas, não era muita gente, mas a Elisa organizou um aniversário surpresa pra mim, na igreja e foi minha avó, que tinha mais de 80 anos, foi meu pai, minha madrasta, meu irmão, minha irmã, que era pequenininha na época, e todos os meninos da Semi também foram. Eles saíram num carro escondidos de mim, foram algumas pessoas de lá. Então, tipo, eu considero que aquele momento talvez tenha sido um momento de cura interna em relação aos afetos, entendeu? Porque foi muito lindo ter meu aniversário de 16 anos na igreja e com as pessoas que eu sempre quis juntar e nunca consegui.

No período que cumpriu medida na Semiliberdade, também realizou vários cursos por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entre eles Gestão Empresarial e Formação de Custos. Se identificou muito com uma professora e sempre que terminava um curso buscava se inscrever em outro que ela fosse ministrar. Um dos dias marcantes dessa época foi quando a professora passou uma atividade de raciocínio lógico, o teste de *Einstein*, e da turma apenas ela conseguiu resolver em tempo hábil. Ela relembra que a turma era composta, em sua maioria, por homens mais velhos, empresários, que costumavam usar uma linguagem diferente da dela e, por isso, nas aulas sempre costumava ficar mais recuada, não interagia muito e tinha vergonha de participar. A professora pediu que ela fosse na frente da sala e explicasse a todos como havia conseguido resolver.

E eu percebi que depois que eu fui lá na frente e expliquei como eu resolvi o teste, nos dias seguintes todo mundo da sala passou a falar mais comigo, entendeu? mesmo sabendo que eu era da Semi. Então, tipo, donos das lojas grandes começaram a falar comigo e tal, tipo, pessoas que nunca nem olhavam pra mim. E passaram a perguntar se eu queria sentar perto e tal. E eu comecei a me sentir mais à vontade pra me colocar às vezes na aula. Porque tinha coisa que eu queria me colocar, mas eu ficava calada achando que eles sempre sabiam mais do que eu. Então eu comecei a me sentir mais à vontade pra me colocar, acho que até demais, tinha aula que eu falava um monte de coisa. É, e foi quando, um desses empresários, que era dono de uma loja que eu não me lembro mais qual, ele me perguntou assim: “você já estagiou em algum lugar?”. Aí eu falei: não. Aí ele perguntou se eu queria ser estagiária, tipo como Primeiro Passo, na loja dele, né. Aí foi que eu falei a verdade: não, não dá certo, porque eu cumprio medida e eu não vou ter disponibilidade pra isso, tal. Só que eu tinha, só que eu fiquei meio assim, sabe, cumprir, trabalhar, eu não queria.

A professora do curso se tornou uma grande amiga e uma importante referência na sua vida, com a qual mantem contato até hoje. Ainda enquanto cumpria medida na Semiliberdade frequentou sua casa nos finais de semana e conseguiu, inclusive, permissão da diretora para passar três dias na casa dos pais da amiga, no interior do Ceará.

Foi também durante a medida socioeducativa de semiliberdade que voltou a estudar. Concluiu o 1º ano em seis meses e ainda ganhou a medalha de melhor aluna da turma. No ano seguinte também ficou com o primeiro lugar na turma e no terceiro ano não houve competição, mas ela estava entre as melhores da sala. Também foi durante o período de cumprimento das medidas que descobriu a profissão que queria seguir, a partir do contato com as profissionais do Centro. Envolvida com esse novo sonho de cursar o ensino superior, Rosa terminou com o namorado, finalizou o cumprimento das medidas socioeducativas pelos atos infracionais que cometeu e, após a conclusão do ensino médio, decidiu se mudar para Fortaleza em busca do sonho de entrar na universidade.

Aí, nessa época da Semi, foi que me instruíram muito a estudar e tal. A minha medalha do 1º ano ficou na Semi, eu quis deixar lá. É, deixa eu me lembrar, foi quando eu comecei a me interessar em estudar alguma coisa, e as duas profissões que eu via mais próximas de mim, assim, era a pedagogia e a assistente social. Psicóloga tinha, mas nem sempre eu tinha contato com ela como tinha com a pedagoga e a assistente social. E como o psicólogo não fala tanto, mais ouve, eu não gostava muito de conversar com ela, né, preferia a assistente social e a pedagoga que eram mais comunicativas. Aí eu comecei a pensar: caramba, acho que eu posso fazer uma faculdade. Mas assim, eu estou te resumindo coisas que foram um processo. Mas, aí eu fiquei em dúvida em escolher Pedagogia e Serviço Social. Só que eu pensei: não, é Serviço Social mesmo que eu quero.

Quando começou a participar da igreja e percebeu que ela e seu namorado tinham projetos de vida diferentes, ela precisou terminar o namoro e se distanciar. Pelo seu relato é perceptível que eles construíram um forte vínculo de afeto e respeito que não se perdeu com o tempo e com a distância, entretanto, enquanto ela conseguiu vislumbrar novos horizontes e decidiu mudar de rota com o objetivo de alcançá-los, ele continuou seguindo o caminho que já vinha traçando.

Eu terminei com ele depois que eu vi que eu queria outra coisa, entendeu? Depois que eu percebi e eu quis entrar na igreja, porque não foi porque eu fui, foi algo natural, foi algo que me deu vontade, de ter outra perspectiva. Entendeu? [...]. Eu que falei pra ele: eu vou entrar na igreja, se você for comigo, beleza, se você não for comigo você vai ficar só, né. E ele decidiu não sair do que ele vivenciava. E eu que me distanciei dele. [...]. Só que ele é uma pessoa assim que eu tenho respeito, mas quero distância, entendeu? Porque da mesma forma que eu escolhi viver com ele também escolheu. Não escolheu, mas escolheu permanecer, né. Então eu não tenho nenhum contato com ele, não falo com ele há anos. Falo com a irmã dele só, com ele nunca fiz questão de manter contato, não.

Ainda durante o ensino médio, quando já havia concluído o cumprimento das medidas socioeducativas, iniciou um estágio no Primeiro Passo em um órgão estadual, onde ficou por pouco mais de um ano. A empresa lhe ofereceu a renovação do contrato, mas ela não aceitou, pois conciliou com o período que ela se mudou para Fortaleza. Quando concluiu o ensino médio, Rosa já pretendia se mudar para a capital com o objetivo de ingressar no ensino superior. Entretanto, ela não veio de imediato, decidiu ficar por um tempo cuidando de sua avó-mãe que estava muito debilitada. Quando esta veio a falecer, ela então se mudou para Fortaleza.

Quando chegou na capital, primeiro começou a trabalhar em um escritório de contabilidade, e lembra que os cursos que fez no SEBRAE lhe ajudaram muito. Depois passou a trabalhar em uma empresa de Telemarketing, onde atuou por alguns anos. Nela passou por dois processos seletivos internos, chegando a ganhar mais de dois mil reais de salário, na época. Por outro lado, o trabalho era muito cansativo e estressante. Trabalhava seis horas por dia, de segunda a sábado. Nesse período fazia um cursinho preparatório para ingressar no ensino superior de uma universidade pública e na segunda tentativa foi aprovada no curso almejado, Serviço Social. No segundo semestre do curso começou a entender melhor o universo acadêmico e todas as oportunidades que ele poderia lhe oferecer.

Então decidiu tentar uma bolsa e nesse processo recebeu a colaboração de uma professora que se tornou, depois, sua orientadora do TCC. No começo, confessa que foi difícil se adaptar com a mudança financeira, pois passou a ganhar R\$450,00 com a bolsa. Entretanto, por mais que a questão financeira tenha sido algo que impactou um pouco no início, à medida que ela vivenciava a universidade, aquilo lhe realizava. Rosa viveu a universidade intensamente. Na verdade, ao conhecê-la foi possível perceber o quanto ela é uma pessoa intensa nas suas relações e em tudo que se propõe a fazer. Como alguém que quer recuperar o “tempo perdido” ela demonstra sede de viver, determinação em lutar pelos seus objetivos e busca aproveitar ao máximo as oportunidades.

Após concluir a graduação em Serviço Social ela ingressou no mestrado na área de Ciências Humanas. Quando a conheci, e durante as três primeiras entrevistas, ela estava casada há aproximadamente sete anos, mas se separou durante a pesquisa. Está em fase de conclusão do mestrado e trabalhando na sua área de formação.

Ela expôs sua narrativa principal de modo detalhado, mas escolheu episódios que, para ela, foram marcantes em sua trajetória, como a separação dos pais, situações de conflito vivenciadas no âmbito dos Centros Socioeducativos de internação e semiliberdade, sua inserção na igreja e a aproximação com o Evangelho, o gosto pela leitura, seu aniversário surpresa de 16

anos, a participação no curso de Gestão Empresarial (resolução do Teste de *Einstein*), as conquistas de medalhas de melhor aluna no ensino médio, a escolha do curso superior, entre outros.

Realizei com a Rosa cinco entrevistas, todas no ano de 2019. A primeira ocorreu no dia 17 de maio e a segunda no dia 31 do mesmo mês. A terceira no dia 1º de julho, a quarta no dia 19 de novembro e a quinta no dia 02 de dezembro. As três primeiras aconteceram em uma universidade pública de Fortaleza e as duas últimas no apartamento onde moro, na capital. Ao longo da pesquisa, mantivemos contato pelas redes sociais e nos encontramos pessoalmente em diversas oportunidades, como destacado no capítulo metodológico, de modo que, as informações sobre sua trajetória foram atualizadas nesse período por meio das nossas conversas informais ou, no caso de alguma informação mais específica, foram questionadas por mim por meio de mensagens pelo *WhatsApp* e respondidas por ela mediante mensagens de texto ou de voz.

4.3 EDUARDO: “DESDE QUANDO EU ERA PEQUENO QUE EU TINHA ESSE OBJETIVO DE TERMINAR OS ESTUDOS, AJUDAR A ELA, MINHA MÃE”

“Quem costuma vir de onde eu sou
às vezes não tem motivos pra seguir!
Então levanta e anda, vai, levanta e anda
vai, levanta e anda
mas eu sei que vai, que o sonho te traz
coisas que te faz prosseguir!
Vai, levanta e anda, vai, levanta e anda
vai, levanta e anda, vai, levanta e anda
somos maior, nos basta só sonhar, seguir”³⁸.

Eduardo cresceu alimentando o sonho de concluir os estudos, conseguir um bom emprego e ajudar sua mãe, sua família, oferecendo-lhes melhores condições de vida. Com esse sonho, que é seu combustível, ele *levanta e anda*, segue tentando, ainda que em meio às muitas dificuldades, falta de oportunidades e adversidades presentes em seu caminho.

³⁸ Trecho da música *Levanta e anda*, de Emicida. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/emicida/levanta-e-anda/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

O contato com Eduardo se deu pela indicação e intermédio do diretor da Unidade de Semiliberdade Masculina de Fortaleza, que tive a oportunidade de conhecer durante uma Reunião Técnica da SEAS, no dia 14 de outubro de 2019, em Fortaleza. Fui apresentada a ele pela antiga diretora da Unidade, que também participava do evento, e a qual havia conhecido em 2016, quando atuei como pesquisadora voluntária do Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará e tive a oportunidade de conhecer o Centro de Semiliberdade Mártir Francisca. Estávamos no intervalo do almoço quando fomos apresentados. Expliquei-lhe um pouco sobre a minha pesquisa e perguntei se ele conhecia algum jovem egresso da Unidade com o perfil que eu buscava. Ele, desde o primeiro momento, recebeu-me com um largo sorriso e muita simpatia, disponibilizando-se a colaborar com a pesquisa. Destacou que conhecia alguns jovens e falaria com eles e, caso consentissem, me repassaria o contato. Foi enfático em dizer que faria o que estivesse ao seu alcance para colaborar com a pesquisa, pois a temática também era do seu interesse. E assim ele me disponibilizou seu número telefônico e mantivemos contato desde então.

Dias após esse encontro, o diretor me passou o contato de Eduardo, após já tê-lo contatado e enfatizou ser um “*jovem maravilhoso*”, “*um ótimo menino*”. Entrei em contato com o Eduardo no dia 13 de novembro de 2019, por mensagem de texto pelo *WhatsApp*, em que me identifiquei e falei brevemente da pesquisa, assim como questionei seu interesse e disponibilidade em participar do estudo. Ele me respondeu dizendo que estava no trabalho, mas iria ver um dia disponível para a realização da entrevista e me avisaria. Mas antes de sugerir uma data para o encontro ele disse que eu poderia explicar pelo *WhatsApp* mesmo. Então marcamos um horário à noite desse mesmo dia, às 20h30min. Comecei explicando por mensagem, mas percebi que ele ainda tinha dúvidas e perguntei se eu poderia ligar. Fiz então uma chamada de áudio e conversamos por cerca de trinta minutos. Durante a conversa telefônica, ele já fez algumas revelações sobre sua trajetória, as quais anotei no diário de campo, ao final da conversa. Ele foi simpático e bastante comunicativo durante toda a conversa e também fez alguns questionamentos, me levando a explicar com mais detalhes de informações o objetivo da pesquisa, sua importância, os procedimentos de realização das entrevistas etc.

Ele disse que costumava frequentar a Semiliberdade, mesmo após sua saída, então sugeri de nos encontrarmos na Unidade, caso o diretor consentisse, pois considerava que no local teríamos mais segurança e estrutura para a realização da entrevista. Eduardo se disponibilizou a conversar com o diretor, com o qual mantinha contato, e após o seu

consentimento nos encontramos para a primeira entrevista no dia 07 de dezembro de 2019, no Centro Socioeducativo de Semiliberdade Mártir Francisca, no bairro Sapiranga, em Fortaleza.

No dia da entrevista Eduardo me enviou mensagem de bom dia às 7h para informar que sairia de casa às 7h15min. Quando cheguei à Semiliberdade, ele já me aguardava sentado na recepção, na companhia de um funcionário. Na portaria, ao me identificar, me deixaram entrar sem dificuldade, pois um dos socioeducadores já havia informado sobre a nossa ida. Foi fácil identificar Eduardo porque ele me aguardava logo na entrada e se assemelhava com a foto de perfil, disponível no *WhatsApp*.

Como dito, já conhecia a Semiliberdade e, portanto, não tive surpresa ao chegar no local. Parecia-me que, estruturalmente, tudo estava conforme havia conhecido há três anos. O funcionário nos levou até a sala de informática, local que já estava reservado a nós. Por ser um sábado, o silêncio predominava no ambiente e a movimentação era mínima, com a presença de poucos funcionários. Se havia jovens nesse dia, não chegamos a vê-los. O funcionário abriu a porta, ligou o ar condicionado e saiu. O ambiente era limpo e organizado, com os móveis e equipamentos com aparência de novos. Havia uma série de mesas, cadeiras e computadores dispostos contornando toda a sala. Mais próximo à porta de entrada, havia uma mesa de escritório disponível. Nos acomodamos nas proximidades dessa mesa e sentamos um em frente ao outro.

Comecei recapitulando todas as informações que já havia dito ao Eduardo por mensagem ou ligação, destacando o objetivo da pesquisa, sua importância e o funcionamento da entrevista. Falei também do termo de consentimento e do sigilo da pesquisa. Ele demonstrava um pouco de insegurança por onde começar a falar. Eu o tranquilizei dizendo que falasse sobre sua história de vida, todas as lembranças de experiências, lugares e pessoas que haviam sido marcantes para ele ser o que é hoje, que ele não se preocupasse como e por onde começaria a falar e que poderia usar o tempo que fosse necessário.

Eduardo tinha 20 anos no dia da primeira entrevista. Destacou, no início de sua narrativa, que desde criança morava no mesmo bairro, na Praia do Futuro, em Fortaleza, e que reside atualmente com a mãe, dois irmãos (uma irmã e um irmão) e um sobrinho. Sua mãe já trabalhou como pipoqueira na Beira Mar, porém há muitos anos, desde quando Eduardo nasceu, que ela trabalha como feirante com a venda de roupas usadas e, desde pequeno, quando a acompanhava na feira, percebia que a renda adquirida era muito pouca. Desde então ele sonha em proporcionar melhor qualidade de vida à família, sobretudo à mãe, conforme pode ser observado em seu relato:

Comecei os estudos, fui estudando e fui criando os projetos desde de quando era pequeno. Projeto, assim pra ajudar dentro de casa, pra ajudar minha família, minha mãe. Ela é feirante, ela vende roupa usada na feira e praticamente sempre foi ela que batalhou, lutou, assim, pra sustentar a família toda. [...] Aí, assim, eu comecei a estudar, comecei a ficar olhando a situação dentro de casa, meus planos era terminar os estudos, ajudar a ela, minha mãe, né, ter condição de dá algo melhor, né. Tipo, tirar ela das vendas. Meu sonho sempre foi eu conseguir um emprego e tirar ela da venda. Isso é uma coisa que eu botei na minha cabeça desde pequeno pra tirar, porque eu ia deixar ela na feira, né, quando eu era pequenininho, eu e minhas duas irmã, que são praticamente da minha idade, sou o mais novo. Aí ia nós três. Só pra ajudar ela levar as roupas, nós ficava com ela lá até o horário dela voltar pra casa. Então eu ia vendo todo aquele processo que ela tinha ali na feira, é... sol, pegando sol, aí ter que vender as roupa, dá um preço, o pessoal não querer dá o preço. Então, tinha três dias na semana que ela ia pra feira, mas muitas vezes o preço que ela dava nas roupas o pessoal não pagava, por conta de ser feirante, né, de ser roupas usadas, né, as pessoas queriam dá muito pouco. Então, cresci vendo que ela arrecadava muito pouco. Vivia de feira e era a única maneira que ela tinha de trabalho. Sempre foi essa. Já faz muito tempo que ela trabalha com venda de roupa, acho que mais de 20 ano, por aí.

Quando Eduardo nasceu, os irmãos, um com 11 anos, o outro com 9, começaram a trabalhar como flanelinhas para ajudar na compra de leite, roupas e outras necessidades dentro de casa. Os irmãos trabalhavam em um estacionamento e quando ele cresceu, começou a acompanhá-los para ajudar. Ele costumava ir para a escola na parte da manhã e na volta ficava no estacionamento ajudando os irmãos.

Entrou na igreja evangélica aos 10 anos de idade. Foi à instituição a convite de um amigo e o pastor perguntou se ele queria “aceitar Jesus”. Ele aceitou, mas confessa que não sabia o que aquilo significava. Chegou em casa e compartilhou a novidade com a família: *“me lembro que eu cheguei em casa, tava todo mundo dentro de casa, eu disse que tinha aceitado Jesus, que era crente e eu fiquei feliz com aquilo ali. Mesmo sem entender, eu me lembro que eu fiquei feliz”*. Passou então a frequentar assiduamente a igreja, indo para os cultos e participando, primeiramente, do grupo de crianças e depois do grupo de jovens. Mas dos 12 para os 13 anos afastou-se da igreja, assim como esse seu amigo que lhe havia convidado, dois anos mais velho que ele e com quem sempre costumava estar junto. Logo depois, aos 13 anos, afastou-se também da escola, por questão territorial, pois a escola onde ele estudava ficava na área de um grupo rival.

[...] a pessoa quando se envolve, ela não tem mais a liberdade que tinha quando você tinha a liberdade de uma vida que você não era envolvido com nada. Por causa dessas coisas de bairro que existia na época. Aí eu me lembro que com uns 13 anos eu parei de ir nos estudo porque o colégio era em outro bairro e esse outro bairro as pessoas do meu bairro não andavam no deles, nem eles no nosso.

Logo no início da entrevista, ressaltou seu gosto pela leitura: “*sempre gostei de ler*”, especialmente livros evangélicos. Destaca que aos 10 anos começou a ler a Bíblia e hoje a leitura é um dos seus principais *hobbies*, investindo parte de sua renda na compra de livros.

Experimentou droga, a maconha, aos 13 anos, quando um amigo de infância, que já consumia, lhe ofereceu. Nesse período todos os adolescentes com quem convivia tinham entre 13 e 14 anos e “*já eram envolvidos e tinham passagem na DCA*”. Mesmo experimentando a droga e usando de vez em quando, ele destacou que nunca foi dependente, que usava e passava dias “*limpo*”, tinha controle sobre a droga e parava quando queria.

Aí me lembro que comecei a usar droga, me ofereceram, o menino que cresceu comigo desde criança e já era envolvido, já tinha dado várias passagens na DCA. Ele me ofereceu, né. Me ofereceu cigarro. Aí eu me lembro que eu fumei, mas nunca... só fumei aquela vez o cigarro. Aí me lembro que todos os adolescentes que eu comecei a andar, todos eram envolvidos, menos eu e esse que tinha acabado de sair da igreja. Mas todos os nossos, o pessoal que a gente andava era envolvido na criminalidade. Tudim novo, 14 anos, 13, mas tudim já era envolvido. Todos já tinham passagem na DCA. Tudim já tinha. Aí me lembro que certa vez eles me ofereceram. Ofeceram a maconha. Aí eu fumei uma vez e continuei. Dos 13 anos de idade, continuei nessa vida, fui fumando, mas nunca me envolvi em nenhum outro tipo de droga, somente esse, né. Até mesmo que o pessoal do bairro, esses que eram envolvidos, diziam pra mim que, se eles fosse eu, eles não usavam nada porque eu era o tipo de pessoa que eu usava maconha, mas quando eu dizia: a partir de hoje eu não fumo, eu parava. Era como se ela não me dominasse.

Eduardo perdeu dois irmãos. Um de 29 anos, por acidente de moto em 2018, e o outro, de 22 anos, morreu afogado em 2014. Esse último caso ocorreu durante uma partida de futebol, quando, para buscar a bola, seu irmão entrou em uma lagoa próxima ao local onde jogava com os amigos, no bairro Jereissati, em Fortaleza. Esse irmão já tinha “envolvimento” com a criminalidade, usava drogas, mas seu passatempo favorito era jogar futebol, tinha o sonho de ser jogador profissional. Eduardo narrou com profundidade o dia em que o irmão morreu e as circunstâncias em que a morte aconteceu. Ele não demonstrou emoção que comprometesse a narrativa, mas confesso que senti uma forte angústia e tristeza ao ouvi-lo narrar a história, descrita com detalhes a seguir:

Aí eu me lembro, foi um dia de domingo. Minha mãe tava saindo pra feira e ele nunca ia pra parada de ônibus sem minha mãe levar ele. Por conta dele ser envolvido, né, na criminalidade. Então ele nunca foi pra parada de ônibus só, sempre minha mãe tinha que levar ele. Até mesmo por questão de medo, passar carro, alguma pessoa envolvida que tinha inimizade com ele. No caso como já aconteceu, ele foi uma vez pra parada se encontrou com dois inimigos dele, voltou. Então ele não ia mais sozinho. Aí me lembro que nessa vez, por incrível que pareça, sempre nós via ele quando ele ia pra casa da minha tia, que era no Tasso Jereissati. [...]. Aí nesse dia eu lembro que escutei ele falando pra minha mãe que tava saindo pra jogar um jogo apostado lá no Tasso.

Mas só que eu não vi ele porque eu tava deitado e continuei deitado. [...] nesse dia ele não esperou minha mãe e minha mãe estranhou. Ela saiu rápido do banheiro, perguntou por ele: “Eduardo, cadê o Levi?”. Aí eu: num sei. Acho que ele já foi. Vi que ela vestiu a roupa bem rápido e foi pra parada de ônibus. Quando nós chega na parada de ônibus ele não tava, já tinha pegado um ônibus. Aí ela estranhou, né, porque ele nunca tinha feito isso. Aí ela foi pra feira dela. Ela chegou era umas 9h. Ela chegou na feira, minha tia ligou pra ela avisando que ele tinha chegado, porque como ele era envolvido sempre foi assim, tudo era comunicado. Se ele saísse de casa pra chegar na minha tia, minha tia ligava informando pra não ficar ninguém preocupado. Da mesma forma quando ele vinha da minha tia lá pra minha casa, tinha que ligar pra minha tia pra avisar pra ela. Aí deu 9h ela ligou pra minha mãe avisando que ele tinha chegado lá e pra ninguém ficar preocupado com ele. Aí quando deu mais ou menos 10h, 10h30min, ela retornou de novo, ligou de novo pra minha mãe [...]. Aí ele jogou a bola dentro do rio, né, aí reclamaram que a bola tinha caído dentro da lagoa. Sendo que o campo é todo fechado, só que tem uma portazinha que é pros pescadores entrarem pra água, a bola foi exatamente por esse caminho, aí caiu lá dentro da água. Aí por ele já ter passado a noite já usando droga, tá estressado, corpo quente, aí ele preferiu ele mesmo ir buscar a bola. Aí ele foi buscar a bola, mas quando ele chegou perto dessa bola, o pessoal que tava lá contaram pra nós que ele ficou chamando, pedindo ajuda, só que eles pensavam que era brincadeira dele. Aí no final das contas um falou que não era brincadeira porque ele nunca tirou nenhum tipo de brincadeira, nenhum diálogo, ele nunca brincou com essas coisas de afogamento. Aí um percebeu: “Ei, o Levi num tá brincando não que ele nunca tirou brincadeira”. Aí foi dois buscar ele. Mas esses dois quando chegaram perto dele ele ainda não tinha afundado pra baixo, ficaram com medo, né, de segurar a mão dele e afundar também, algo desse tipo. Aí voltaram. Aí ele afundou, onde ele caiu ele ficou.

Eduardo era mais próximo ao irmão que faleceu afogado: *“a gente conversava, saía. No caso nós saía pros canto pra jogar bola, pra praia. Então sempre onde um tava o outro tava. E também no diálogo a gente dialogava coisas que ficava entre nós dois”*. Com a morte do irmão, adentrou no “mundo do crime” com mais intensidade, inserindo-se, pouco tempo depois, no tráfico de drogas e alcançando posição de reconhecimento na comunidade. No mesmo dia da morte do irmão, lembra que um vizinho foi à sua casa oferecer drogas para vender. Ele recusou, chegando a ficar indignado pela falta de consciência do indivíduo em realizar o convite no mesmo dia que o irmão havia falecido.

Entretanto, ele não resistiu por muitos dias e logo, aos 14 anos, começou também a traficar drogas. Ressaltou que o braço direito do maior traficante do bairro na época era seu cunhado. Começou a vender drogas para ambos e outros traficantes de dentro e de fora do bairro. Aos poucos ganhou a confiança do “dono do morro”, o “patrão”, pois embora usasse maconha às vezes, não se considerava viciado. Por isso, era o único escolhido para andar armado e proteger os outros adolescentes da localidade em determinadas ocasiões, como na virada de ano ou quando precisava lidar com os conflitos do próprio bairro, conforme demonstrado em seu relato:

O homem que mandava no morro ligava pra mim e me dizia: “Eduardo, é... num deixa arma na mão de nenhum não. Você que não usa nada, você que tem que ficar com a arma na mão. Fica protegendo os outros”. Aí eu me lembro que ficava os jovem tudo armado, tudo drogado, uns se estranhando com os outros e eu que não usava nada, só usava maconha, como eu falei, eu parava na hora que eu queria. Então eu sempre usava, mas parava. Passava um bom tempo sem usar nada. [...]. Tipo, o patrão do morro liga e diz que eu tenho que ficar tipo escoltando. Ele disse: “tu escolta, que é o único que não usa nada”.

Confessou que nunca tirou a vida de ninguém, mas houve algumas tentativas. Em uma dessas ocasiões apontou a arma para a vítima e chegou a apertar para atirar, mas as balas não saíram. Encarregado de expulsar um jovem do bairro, saiu com o cunhado, por volta de meio-dia de um sábado, e se dirigiram armados até o endereço do referido jovem. O cunhado foi o primeiro a acertar um tiro, mas o jovem consegue entrar em casa e se refugiar embaixo da cama. Então é a vez de Eduardo, que se dirige até o local, levanta o colchão e tenta realizar os disparos, mas as balas não saem, como pode ser observado no seu relato:

Aí me lembro que expulsei um jovem também do bairro. O bairro mesmo nosso. Foi mandado expulsar ele. Aí ninguém tinha, na época, ninguém tava com coragem, porque esse jovem era de menor, porém, era jovem muito ousado nessa vida, né, errada também, tinha coragem, tal, andava só... ele era tipo como um dos... dos de menor, um dos mais ruins do bairro. [...]. Aí ninguém ia. Aí eu me lembro que foi botado pra mim pra expulsar ele. Eu lembro que eu vinha da praia. Não fui expulsar, aliás, fui tentar tirar a vida dele com meu cunhado. No caso faleceu, né, meu cunhado. Aí eu e ele, junto, fumo lá de manhã, aliás, depois que chegemo da praia, lembro que era meio-dia, dia de sábado. Chegamo lá e atiramos, aliás, ele atirou, meu cunhado deu um tiro que pegou primeiro. Ele correu pra dentro da casa e eu corri sozinho pra dentro da casa. Mas ele se esconde debaixo da cama. Lembro que eu levanto o colchão da cama e fico disparando, porém não sai nenhum... não sai nenhuma bala. E depois que não saiu nenhuma bala e as polícia chega, os policial tudo atrás de mim, que já sabiam que tinha sido eu, me lembro que a arma entrego pra outro jovem guardar, aí esse jovem pega as bala tudim que não saiu na minha mão e atira tudim pra cima e tudim sai.

O ocorrido deixou Eduardo ainda mais pensativo, sobretudo porque embora as balas não tenham saído quando ele tentou os disparos, logo depois, quando outro jovem testou a arma apontando para o alto, todas as balas saíram.

Aí naquele dia, eu já era pensativo nessa vida, já sabendo o que tava fazendo errado e por conta de já ter sido da igreja eu sempre fui pensativo nisso. Aí eu comecei a refletir: na minha mão, pra tirar a vida dele num saiu nenhuma e dificilmente uma... quem usa arma sabe, dificilmente uma bala batida ela num sai mais. Não é de sair, dificilmente. Aí depois eu fiquei pensando: como é que não sai na minha mão pra tirar a vida dele e saiu pra cima?”. Aí comecei a refletir.

Relatou também com detalhes um assalto de que participou aos 15 anos com outro adolescente da sua idade. Chegaram a ser apreendidos pela polícia e levados à DCA. Depois participaram de uma audiência e ele recebeu uma medida de liberdade assistida, que cumpriu por seis meses. Sobre a medida disse que teve seus pontos positivos e negativos e relatou a experiência da seguinte forma:

Ela foi boa e não foi. Eu digo que foi boa e não foi, por quê? Porque ela dá várias oportunidades. Mas ao ponto de dizer que não foi boa foi porque, no caso, eu não quis nenhuma, entendeu? Sempre eles indicavam cursos pra pessoa fazer e no caso eu nunca quis nenhum. Então ela foi boa por dar as oportunidades. Mas não foi por eu não ter aceitado. Entendeu?

Ele recordou perfeitamente a data e o momento em que foi apreendido em sua casa, pois já vinha sendo procurado pela polícia. O fato ocorreu no dia 15 de agosto de 2015, por volta do meio-dia. A mãe havia saído para a feira. Uma das irmãs tinha ido visitar o marido no presídio. A outra irmã estava no quarto com os dois filhos. Ele estava na sala, balançando o sobrinho na rede para dormir, quando entraram os policiais. Ele disse que nunca trazia drogas ou armas para a casa da mãe, mas nesse dia estava com um pouco de maconha nos bolsos e tinha deixado dois pequenos pacotes em cima da geladeira, conforme pode ser observado em seu relato:

Me lembro que eu nunca guardei nada na casa da minha mãe. Aí parece uma coisa, nesse dia eu fui pegar... Um usuário [...] pedindo a droga, fui pegar dentro dessa casa que eu escondia as drogas. Fui pegar e trouxe, tanto droga no meu bolso, como... lembro que eu trouxe duas trouxinhas, se não me engano, e botei em cima da geladeira por descuido. Botei lá em cima. Aí pronto, eu entro e deito na rede com meu sobrinho, pra colocar meu sobrinho pra dormir. Tinha um ano. E a minha irmã, que tem dois filhos gêmeos, tava também em casa nesse dia. Tava cuidando dos filhos dela. Botando os filhos dela pra dormir e eu botando o outro pra dormir, que a mãe dele tava no presídio visitando o esposo dela. Aí eu lembro que chega um cara também, que já era envolvido, lá em casa, pedindo a moto. Aliás, pedindo pra mim levar ele até o posto de gasolina com ele, pra botar gasolina na moto dele. Aí eu me lembro que eu saio e... aliás, não era pra botar gasolina não, ele queria a moto que eu tava, que era do meu irmão, emprestada, pra sair. Aí eu me lembro que eu saio até o portão pra dar a chave da moto a ele, pra ele ir, né, onde ele queria ir. Aí ele entra na minha casa e o portão fica aberto. Ele deixa o portão aberto. Aí quando ele vai saindo, ele já era bastante conhecido da polícia, de maior e foragido, a polícia vinha bem na hora... aí ele voltou pra dentro da minha casa, os policial entraram, pegaram eu deitado com meu sobrinho.

Após a apreensão, passagem pela DCA e audiência, foi encaminhado para a internação provisória no Centro Socioeducativo São Francisco, onde ficou por 50 dias. Sobre a experiência na internação, disse que, embora tenha sido algo novo, ele já tinha conhecimento

das regras de convivência, além de ter dividido o dormitório com um vizinho, então isso facilitou sua estadia:

Antes de ir eu nunca tinha ido, mas só que eu já era informado sobre tudo que podia e que não podia ser feito, entendeu? E também quando eu fui pra lá não foi tão ruim, entre aspas, pra mim, porque tinha também um vizinho meu lá. E exatamente na mesma cela. Então, não passou a ser tão ruim por conta disso.

Depois foi liberado e retornou para casa. Lembra que na época estava com dívida no tráfico de drogas, mas logo consegue quitar e deixa de vender drogas. Começou então a trabalhar com o irmão em um mercadinho como entregador de água. Esse irmão já o havia convidado outras vezes para trabalhar com ele, mas Eduardo simplesmente o ignorava.

Esse meu irmão que faleceu agora, ano passado [2018], que faleceu de acidente de moto. Ele sempre foi trabalhador, que era o que eu trabalhava com ele de flanelinha e ele sempre tentou me tirar daquela vida, né, sempre me aconselhava trabalho, sempre me indicava trabalhos e eu nunca fui. Sempre ele dizia: “Eduardo, tem um trabalho ali, tu quer?” Aí eu: não, quero não. Ficava com raiva. Passava uns dias sem falar. Ele sempre falava comigo, a raiva dele era só de ver que eu não queria mudança naquele momento. Aí ele falava: “Eduardo, tu vai continuar mesmo nessa vida?” Eu ficava na minha, calado. Nessas partes eu nunca debatia, ficava na minha.

Contudo, poucos dias depois da inserção no novo trabalho, e aproximadamente uns sete meses após o cumprimento da medida de internação provisória, chega uma intimação em sua casa para ele comparecer a uma nova audiência. Ele não queria ir, mas mudou de ideia após a insistência da mãe e do irmão. Na audiência o juiz considerou o fato de ele estar trabalhando e aplicou uma medida de semiliberdade.

Chegou na Unidade no período de colônia de férias, de modo que demorou um tempo para as atividades começarem a funcionar normalmente. Seu cunhado também passou pelo Centro e saiu um dia antes da sua chegada.

Eduardo não gostava de frequentar a escola, na maior parte das vezes, gazeava aula para ficar na praia, tendo sido reprovado no 5º ano por nota. Destacou que seu interesse e rendimento escolar só melhoraram após a entrada na Semiliberdade, quando retomou os estudos pelo CEJA. Com o auxílio de funcionários da instituição concluiu o ensino fundamental e o ensino médio. No dia da primeira entrevista estava empolgado se preparando para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Na Semiliberdade realizou cursos de qualificação profissional e teve suas primeiras experiências de trabalho como estagiário. Fez cursos de jardinagem, mecânica e de assistente

administrativo, sendo que o primeiro ele começou, mas não chegou a concluir, e o último ele já havia saído da Unidade, todavia foi convidado a participar, pois mantinha contato com a equipe e demonstrava interesse. Em relação às experiências de trabalho, atuou como auxiliar de mecânico para duas empresas: a São Benedito, por três meses, e a Cequip, por 5 meses. No segundo dia de trabalho na última empresa, em meados de 2017, ele foi chamado para uma audiência e conseguiu a liberdade após 11 meses e 23 dias na Semiliberdade em cumprimento de medida socioeducativa por tráfico de drogas e participação em homicídio. Ele estava com 18 anos na época.

Foi durante sua permanência na Semiliberdade que se reaproximou da igreja, tanto por conta da amizade com um novo adolescente que chegou no Centro e começou a realizar pregações no local, quanto por conta do hábito de leitura que adquiriu na Unidade, por incentivo e empréstimo de livros por parte dos socioeducadores.

Dentro desse período, quando eu tava com três meses lá dentro, três meses e três dias, 09/10/2016, chegou um jovem lá [...]. Aí ele já era da Igreja. [...] Ele foi pra lá e dentro de lá ele começou a pregar, tanto pra mim como pra outros jovens. Então a partir daquele momento eu deixei... e do nada, assim, eu comecei a andar com ele, mesmo sem eu me reconciliar, entendeu? Fiz intimidade com ele e ficava andando só eu e ele lá dentro, que era o Ivan. Tanto é que até hoje eu tenho amizade com ele. [...] Tipo, aí eu me interessei por conta dele, ainda tando lá na Semi. [...] Então eu me reconciliei lá dentro. Eu voltei pra igreja ainda tando lá, entendeu? na Mártir Francisca. Aí o hábito da leitura, até te falei que eu tenho o hábito de ler, né? Compro muitos livros, conheço alguns autores, eu criei lá dentro através do [socioeducador], que ele era o coordenador de disciplina na época.

Ele destacou que mesmo no período que esteve “envolvido” nas dinâmicas infracionais e afastado da igreja ainda assim costumava visitar as igrejas com esse amigo. Segundo ele, já havia o desejo de mudar de vida e visualizava na igreja um caminho, por isso queria voltar, mas não o fez antes por vergonha e falta de coragem, conforme demonstra em seu relato:

Aí nós sempre fumo de tá visitando as igreja. Por conta de nós ser afastado, nós era direto visitando as igreja, evangelizando direto também. Nós era conhecido por conta de já ter sido da igreja. Aí os irmãos sempre evangelizavam dentro do bairro e pregavam pra nós direto. Aí eu ia pras igrejas, eles iam fazer os apelos, sempre faziam os apelos: “o Eduardo, que é afastado, quer voltar?” Aí eu: não, quero não. Ou então dizia: deixa pra próxima. Porque era assim, eu esperava por ele e ele esperava por mim. Porque tipo assim, a vergonha tomava conta do momento ali, eu via muitos crentes do bairro, tinha vergonha de ir lá na frente de novo, mas vontade eu tinha de voltar. Isso naquele tempo eu já tinha vontade de voltar novamente. Aí num voltei não, nessa época. Mas às vezes eles falavam: “cuidado que esse dia pode ser a sua última oportunidade”. Sempre falam isso porque na verdade... eles falavam isso e eu sabendo que alguns até dizem: ah... porque a vida é assim, você tá vivo aqui, hoje pode não tá, amanhã pode não tá, o amanhã pertence a Deus, Ele que sabe de tudo.

Eles falavam: “oh, cuidado pro amanhã não chegar. Não conte com o dia de amanhã, que o amanhã não lhe pertence”. Sabia que ele tava certo, ficava pensando aquilo ali. Pior que ele tá certo. Continuar nessa vida, morrer numa vida dessa... ficava pensando. Pensava em mudar, mas num tinha coragem de mudar não. A vergonha sempre dominou e eu nunca fui.

Após a saída da Semiliberdade continuou frequentando a igreja evangélica. Atualmente assume a função de líder de missões e tem uma participação assídua: “*de domingo a sexta tem atividade e todas essas atividades eu estou presente*”, diz ele.

Eduardo não se referiu ao pai na primeira entrevista, quando narrou sua história de vida. Na segunda entrevista busquei saber informações sobre seu pai, entretanto ele se deteve a responder de modo pontual meus questionamentos. Como percebi que não houve uma abertura por parte do entrevistado, mas ao contrário, um certo incômodo, decidi não insistir no aprofundamento do assunto. O registro desse nosso pequeno diálogo está descrito abaixo:

P: E teu pai, tu chegou a conhecer, ele chegou a morar com vocês em algum momento?

E: Eu conheci. Aliás, a última vez que eu vi eu ainda era criança, entendeu? Porque ele bebia, aí por conta da bebida ele passou um período de tempo cadeirante. Aí depois de cadeirante ele foi se recuperar, ele tava num lugar internado. Aí lá se recuperando ele foi ficar na moleta, usando moleta e depois quando nós fomos lá visitar ele já não se encontrava mais presente. Entendeu? Tinha sido transferido. E a partir desse momento nós perdemos o contato.

P: Então tu não sabe onde ele tá hoje?

E: Não. Eu era novo, acho que eu tinha 7 ou 8 anos.

P: Ele não chegou a morar com vocês, é isso?

E: Chegou não.

Eduardo narrou sua história de vida por uma 1h15min ininterruptos. Falou com desenvoltura, demonstrou facilidade no desenvolvimento da narrativa, mesmo tendo mostrado certo receio inicial. Ao final da entrevista comentou: “*o problema não é falar, é por onde começar*”. Ele falou sem dificuldade mesmo nos momentos mais delicados de sua trajetória, e manteve a cabeça erguida com o olhar fixo dirigido a mim enquanto falava.

Na época da primeira entrevista Eduardo estava como aprendiz de auxiliar de produção na área de *design* gráfico. O trabalho foi também uma oportunidade alcançada com a colaboração da equipe da Unidade. Após a finalização do contrato de onze meses atuou em um PET House por dois meses.

A segunda entrevista com Eduardo foi realizada no dia 25 de setembro de 2021, de modo virtual, pelo *Google Meet*. Na ocasião realizei perguntas para aprofundar elementos

trazidos na sua narrativa da primeira entrevista e em um segundo momento questionei mais especificamente acerca dos espaços de socialização vivenciados no decorrer de sua trajetória.

Nesse período ele estava trabalhando na área de construção civil, como ajudante de pedreiro, pois na pandemia ficou desempregado e, em contato com um amigo pedreiro que buscava um ajudante, surgiu a ideia de trabalharem em parceria. Até então a área da construção civil era algo totalmente novo para ele. Começou a colocar o novo projeto em prática na própria casa da família, realizando o reboco das paredes: “*eu dei início aqui na minha casa, né. O início que eu tive para trabalhar na construção foi aqui na minha casa mesmo, tinha que rebocar as parede que não era. Era só a parede crua mesmo*”. Demonstrou estar gostando da profissão e com interesse de aprender o ofício de pedreiro para futuramente construir sua própria casa.

Entretanto, em janeiro de 2022, Eduardo saiu do emprego na área de construção civil devido um problema de saúde nos olhos. Por precisar usar lentes de contato, não poderia ter contato com poeira, já que isso pode causar irritação nos olhos ou até mesmo problemas mais graves. No período em que esteve desempregado, Eduardo entregou vários currículos e fez alguns “bicos” que apareceram. Sua mãe continua vendendo roupas usadas na feira nos dias de sábado e recebe o Auxílio Brasil do governo, o qual divide com uma das irmãs de Eduardo que tem quatro filhos e mora em outro bairro. No último contato que tivemos, em setembro de 2022, ele estava trabalhando como auxiliar de eletricista há dois meses, ganhando um salário mínimo, com carteira assinada e demonstrou estar gostando do novo trabalho.

4.4 ALAN: “EU CONQUISTEI TUDO QUE EU SEMPRE QUIS”

“Que o caminho da cura pode ser a doença
que o caminho do perdão às vezes é a
sentença”³⁹.

Alan foi o quarto jovem que encontrei pessoalmente para a realização das entrevistas e consistiu em um dos contatos repassados pelo socioeducador do Centro de Semiliberdade Masculina de Fortaleza. Com ele realizei o primeiro contato por mensagem pelo *WhatsApp* dia 08 de dezembro de 2019, em que me identifiquei e falei brevemente sobre o

³⁹ Trecho da música “A vida é desafio”, dos Racionais Mc’s. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/66802/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

objetivo da pesquisa. Ele prontamente me respondeu, confirmando seu interesse em participar do estudo e mostrando-se disponível para a realização das entrevistas.

Após confirmar a disponibilidade da Unidade para nos receber, agendamos a entrevista para o final daquela mesma semana. Assim, a primeira entrevista ocorreu no dia 13 de dezembro de 2019, na Semiliberdade Mártir Francisca, por volta das 9h.

Quando cheguei ao Centro, encontrei Alan já na sala da direção, conversando com o diretor e o referido socioeducador, em clima de alegria e descontração. Alan é um jovem alto, alegre e com facilidade de comunicação, pelo que pude perceber logo de início. Estava bem vestido e chamava atenção pela sua estatura e simpatia. Cumprimentei-os e em seguida o diretor e o socioeducador se retiraram da sala para nos deixar à vontade. Sentados em volta de uma mesa redonda, de frente um para o outro, expliquei como a entrevista deveria transcorrer e demais informes necessários, como o pedido para gravar, o sigilo da pesquisa e o termo de consentimento.

No dia da entrevista Alan estava com 19 anos, casado e com a esposa grávida do primeiro filho do casal. Estava morando com a esposa em um município da RMF, distante 24 quilômetros da capital. Durante a infância e a adolescência, Alan morou em um bairro da periferia da grande Messejana, em Fortaleza. Segundo ele, havia um grande índice de criminalidade na região e cresceu em meio à movimentação do tráfico de drogas, vendo muitas crianças e adolescentes atuando como “aviõezinhos⁴⁰”, cena que ele observava com o desejo de um dia participar.

Meu bairro era na periferia, que a gente sempre chama, né? Mas assim, o índice de criminalidade era muito grande, principalmente, assim, de jovens entrando no mundo do crime pra ser aviõezinho, certo? E assim, eu, é... jovem, muito jovem, 14, 15 anos de idade e sempre via e tinha vontade. Sempre tive vontade de ir. De fumar maconha, de vender drogas, certo? [...] E assim, o nosso bairro lá, onde eu morava, hoje não moro mais, porque é dentro da grande Messejana. Messejana ali é muito grande, muito intenso pra criminalidade, certo? Qualquer coisinha o jovem tentar entrar ele já tá dentro. Porque a gente entrava como aviõezinho, né? vender pros outros.

Na época, eram frequentes as brigas de gangues entre os bairros e onde ele morava era sempre alvejado pelo bairro próximo e rival.

Assim, era muito perigoso, certo? Nesse tempo não tinha facção, era só brigas entre gangues no bairro. E era dois bairros, onde eu morava e o bairro de cima, que era mais em cima. O bairro de cima sempre foi perigoso, sempre foi o mais forte. E o de baixo,

⁴⁰ Aqueles que fazem a ponte entre o traficante e o consumidor de drogas.

ele tentava disputar, mas nunca conseguia. Então sempre o bairro lá de cima, ele descia pra matar alguém. E assim foi mais um livramento que Deus me deu, que nunca ninguém me deu um atentado, graças a Deus. Deus me tirou a tempo. É isso, mais ou menos, a vida no meu bairro.

Quando Alan tinha apenas dois anos de idade seus pais se separaram. Após a separação, o pai mudou-se de bairro e começou um novo relacionamento. Ele, a mãe e os dois irmãos (um irmão e uma irmã)⁴¹ mudaram-se para a casa da avó materna, no mesmo bairro. A nova morada passou a ser em uma casa grande agregando várias pessoas: a avó, o avô, duas tias, duas primas, ele, a mãe e os irmãos. No início, tinha uma boa relação com todos, mas confessa que, quando passou a se envolver com atos ilícitos, assumiu uma postura rebelde, tratando as pessoas com ignorância e grosseria. Esses desentendimentos o levaram a se distanciar e perder a confiança da família.

Assim, depois que eu comecei a me envolver no crime eu comecei a ficar muito rebelde. Então eu não escutava ninguém, certo?... mas assim, a minha convivência antes de entrar no crime era bem legal com a minha família. Depois que eu entrei, eu fiquei muito rebelde, aí ficou totalmente diferente porque ninguém confiava em mim, certo? E falavam as coisas comigo e eu não queria escutar. Então assim, eu era muito grosseiro também, muito ignorante.

O pai até visitava ele e os irmãos após a separação, mas isso não ocorria com frequência, pelo menos não com a frequência que Alan desejava. Assim, ele relata ter crescido sentindo muito a ausência do pai, sobretudo no dia dos pais na escola, quando todos os pais dos seus colegas visitavam a instituição, menos o dele. Sentia também muita falta da mãe, pois, embora morassem juntos, a mãe trabalhava intensamente como promotora de vendas, saindo cedo de casa e retornando apenas tarde da noite, de modo que passavam raros momentos na companhia um do outro. Por isso, a mais marcante e feliz lembrança da infância era dos dias de domingo em que a mãe estava de folga e iam juntos à praia: *“aí, quando ela acordava a gente de manhã cedo e: “hoje vamos pra praia”. Rapaz, era uma alegria muito grande”*.

O meu pai, eu amo o meu pai, mas ele não foi tão presente como eu queria. Mas eu não culpo ele. Eu amo ele. Minha mãe, ela sempre saía de casa 6 da manhã e voltava 12 da noite pra dar tudo do bom e do melhor pra gente. [...]. Eu me lembro... eu não culpo o meu pai por isso... eu até cheguei pra ele e disse que eu achava muito ruim quando eu ia pra escola e no dia dos pais, os pais dos meus colegas tudo tinha um pai e meu pai não era tão presente. Hoje meu pai é presente.

⁴¹ Alan tem mais dois irmãos por parte de pai, fruto de um relacionamento anterior ao que teve com sua mãe. Ele chegou a conhecê-los, mas teve pouquíssimo contato.

Alan não gostava de estudar. Frequentava pouco a instituição e mais por obrigação que por interesse. Não gostava de fazer tarefas e dificilmente as fazia, porém gostava das apresentações de seminários, conforme pode ser observado no seu relato:

Rapaz, eu tinha muita atitude. Assim, eu não gostava de fazer tarefa, não gostava de estudar. Eu gostava muito de apresentar as coisas, trabalho. Muitas das vezes eu cheguei, por exemplo, o professor chamava, vamo fazer uma equipe de trabalho. Eu chegava na equipe: oh, vocês fazem o trabalho que eu apresento. Ninguém precisa apresentar, quem apresenta sou eu. Aí eu sempre fui assim, né. Atitude, oh, vou fazer isso. Sempre deu certo. Eu era muito danado dentro da escola. Nunca fui expulso não, mas minha mãe ia muito que a diretora chamava ela.

As brigas com os colegas e desentendimentos com os professores eram corriqueiros e sua mãe era chamada à escola constantemente por conta da sua indisciplina. Não chegou a ser expulso nenhuma vez, mas passou por algumas reprovações. Na 6ª série foi reprovado duas ou três vezes, não lembra ao certo.

Atraído, talvez, pela curiosidade, própria da idade, quem sabe também pelo desejo de pertencimento, de se integrar a um grupo de pares, Alan experimentou drogas pela primeira vez ainda criança, aos 11 anos de idade. Começou com a maconha e depois veio a cocaína. No início contentou-se apenas em usar, fazia isso escondido da família, quando saía de casa ou ia para as festas. Com o passar do tempo, o uso tornou-se mais frequente e intenso, de modo que passou a se ver em um ciclo vicioso, dependendo diariamente do consumo das substâncias.

Comecei a usar [droga] eu tinha 11 anos de idade. Maconha. Eu com o mesmo 11 anos de idade eu cheirei pó também. Fiquei muito doido. De 11, 12, 13, 14, até 14 anos, eu fazia só usar. Saía pras festas... 11 e 12 eu ficava só ali. Fumava maconha, pronto, escondido da minha mãe. E 12, 13 quando eu começava a sair escondido eu comecei a conhecer coisas novas, né, fumar todo dia, cheirar mais pó. Ali ficou um ciclo vicioso que eu tinha que usar. [...]. Então, assim, 2014, eu com 14 anos, foi o ano, assim, da minha revelação. Me revelei ao mundo. Me revelei ao crime. No 15 ano botei em prática. Aí com 15 anos eu... acho que, se não me engano, foi do meio do ano pro final do ano, que eu comecei a vender droga mesmo.

Aos 15 anos entra para o tráfico de drogas e passa a compor o grupo dos “aviõezinhos” da comunidade. O dinheiro arrecadado nas vendas era aplicado na compra de drogas para consumo: *“tudo que a gente vendia a gente não tinha lucro, a gente usava tudo. Nosso lucro era usado. A gente passava de madrugada, de manhã, de tarde, tudo usando droga. Vendendo, usando droga, e a gente pensava que a gente era o bam bam bam”*.

Nesse período, perde completamente o interesse pelos estudos e deixa de frequentar a escola quando cursava a 8ª série, vindo a repetir o ano posteriormente. Também aos 15 anos

experimentou a prática do roubo, ação que o levou ao Sistema Socioeducativo. O ato infracional consistiu em um latrocínio, no qual ele participou junto com um amigo, desempenhando a função de motorista:

[...] teve um certo dia na minha vida, a primeira vez... a primeira e a última fui roubar. Fui roubar eu e outro cara e eu era o piloto. Que no ditado que a gente chama eu era o que dava a fuga, certo? E acabou que quando a gente foi roubar teve o ato infracional do latrocínio. Teve o latrocínio, que é roubo seguido de morte. E ali eu me desesperei. Nunca tinha feito, nunca tinha visto aquilo que eu vi.

Na segunda entrevista, quando perguntei se Alan gostaria de descrever um pouco mais como ocorreu o ato infracional, ele acrescentou poucos detalhes, pois disse não gostar de falar sobre o ocorrido:

Eu tinha acabado de usar droga. Eu não gosto muito de falar disso. Mas assim, vou falar só um pouco, por alto, assim. Eu tinha acabado de usar droga, certo? Nunca tinha roubado na minha vida. Nunca roubei, esse foi o primeiro e o último, certo? E o cara me chamou, eu muito doido, mas tava em consciência do que eu tava fazendo. É isso. Eu num gosto muito de...

Após a ocorrência do ato infracional, sentiu-se perdido, passou cerca de uma semana precisando consumir maconha ou remédios para conseguir se alimentar e dormir. Alan não conseguiu compartilhar o ocorrido com a família. Foi aí que um amigo próximo, que estava de férias, o convidou para passar alguns dias em uma praia em Aquiraz, município da RMF. A esse amigo confessou o delito. Poucos dias depois a polícia o procurou em sua casa e deixou uma intimação solicitando seu comparecimento à delegacia. Nessa data ele já havia comunicado o ocorrido à família. Sua mãe quando soube ficou muito abalada, chorou bastante, emagreceu com o passar dos dias e passou cerca de um ano em depressão. Ao ficar sabendo da intimação retornou para casa e compareceu à delegacia. Em seguida foi encaminhado à DCA, onde precisou ir outra vez antes da audiência na 5ª Vara da Criança e do Adolescente. Todo esse processo demorou quase dois meses até receber uma medida de internação provisória de 45 dias que passou no Centro Socioeducativo Passaré.

Os dias que sucederam o ato infracional foram vividos sob uma mistura de sentimentos embaralhados e confusos que abalaram seu psicológico, entre eles angústia, medo e muitas incertezas, em que ele chegou inclusive a cogitar suicídio. E agora, o que seria da sua vida? Ele seria internado em um Centro Socioeducativo? Como sua família iria reagir? Ele

continuará no “mundo do crime”? Foram muitas as questões que lhe inquietaram naquele momento:

No começo assim, antes dos 45 dias, eu ainda tava meio balançado, eu tava saindo do crime, tava saindo do vício, tava tentando me controlar. [...] Eu tava dormindo por meio de remédio, eu não comia direito, era muita informação. Era aqui: droga, o ato, família, venda, vício, preso. Tudo isso passava pela mente de um ser humano. Se você não tiver força, você não consegue. Porque tinha tempo, tinha hora que era tanta coisa na minha mente que dava vontade de se matar. Porque era muita coisa pra uma pessoa só. Eu, um menino ainda, ia fazer 16 anos de idade, com 15 anos, com tudo isso. Hoje eu fico imaginando como eu aguentei. Porque era muita coisa, muita informação.

Quando chegou à DCA para ser encaminhado ao Centro Socioeducativo Passaré, conta que já se sentia bem melhor, com os pensamentos mais organizados, com o apoio da família e da fé. Chegou triste porque perderia sua liberdade e ficaria longe da família, entretanto, manteve o pensamento firme e confiante de que aquela experiência contribuiria para mudar positivamente sua vida. Ele descreveu a chegada ao Centro da seguinte forma:

Ali foi a era da minha mudança [...]. Quando o socioeducador trancou aquela grade para mim tudo tinha se acabado. Eu tava perdendo a minha liberdade. Eu tava longe da minha mãe, tava longe da minha família, tava longe daquilo que eu gostava, certo? Deus me ajudou a dar a volta por cima. Quando eu entrei ali, eu pensei: não, eu não vou baixar a cabeça, eu vou levantar porque vou sair daqui uma nova pessoa.

A referência a Deus e as demonstrações de fé aparecem logo no início de sua narrativa e é algo constante em todo o seu relato. Nessas passagens, ele expressa alguns diálogos e destaca as palavras que teriam sido usadas pelo próprio Deus para aconselhá-lo. Na adolescência, ele havia participado da igreja evangélica por cerca de um ano, porém, quando se “envolveu” mais intensamente nas atividades do “mundo do crime”, saiu, retornando quando entrou no Sistema Socioeducativo.

Também ganha destaque em seu relato, o apoio recebido dos pais e de toda a família. Os pais, embora separados e sem se falar há anos, conseguiram se reaproximar para lhe oferecer amor e apoio nesse difícil momento de sua trajetória: *“minha mãe sempre me dando apoio, meu pai sempre me dando apoio, minha família sempre me dando. Mesmo meu pai e minha mãe separados, mas foi aquele ponto ali que eles chegaram junto comigo e... pra mim não voltar pro mesmo mundo e me dar o amor”*.

Durante o mês e meio que permaneceu internado no Centro Socioeducativo Passaré, vivenciou experiências intensas que deixaram marcas em sua trajetória, como as rebeliões, os

quatro dias que ficou sem tomar banho, a greve de fome e as mais de cinco horas que permaneceu de joelho durante uma rebelião. Ao final do cumprimento da medida, Alan foi comunicado que seria liberado: *“a minha primeira alegria foi em saber que eu ia embora”*. A carta de liberação chegou às 8h da manhã, em um sábado. Ansioso pela partida, ele já estava acordado nesse dia desde as 5h da manhã. Os pais foram buscá-lo no Centro e a família o recebeu em casa com um almoço de celebração, pelo seu retorno.

Quando saiu do Centro começou a reconstruir sua vida, voltou a estudar, a trabalhar e deixou de usar drogas. Porém, quatro meses depois foi chamado para uma nova audiência:

Eu saí, né, minha família fez um almoço e ali eu comecei a reconstruir minha vida. Eu tinha voltado a estudar, já tava trabalhando, eu não usava mais droga e passou um mês, dois meses, três meses, quatro meses eu trabalhando, trabalhando, me esforçando e aparece uma audiência pra mim.

Ciente da gravidade do ato infracional cometido, Alan já esperava que não iria cumprir apenas a provisória. Então, quando recebeu a sentença de seis meses a três anos, mostrou-se confiante, pois já estava reconstruindo sua vida, e consolou a família. Entretanto, ficou aborrecido porque a decisão judicial veio só depois de alguns meses, quando ele já estava iniciando um processo de ressignificação da sua trajetória. Interessante que, ao contar sua história de vida, Alan reflete sobre o ocorrido e demonstra compreender que precisava passar por tudo o que passou para tornar-se quem é hoje: *“eu fiquei bastante chateado, eu sei que eu tinha cometido um ato infracional, mas eu já tinha mudado de vida. Mas, é... no começo você fica assim, mas depois você sabe o projeto que... o projeto que Deus faz na nossa vida que eu tinha que passar pra mim tornar o que eu sou hoje”*.

Ele lembra que, no Centro Socioeducativo Passaré, um colega de dormitório o orientou com conselhos que seriam úteis para a sobrevivência no encarceramento. Esses ensinamentos foram especialmente importantes quando ele retornou ao Sistema Socioeducativo para cumprir a internação no Centro Dom Bosco, onde permaneceu por pouco mais de cinco meses. Nesse retorno, aproximadamente quatro meses após sair da provisória, Alan alimentava novas perspectivas de vida e já não se reconhecia no Alan de meses atrás:

No Dom Bosco, ali, eu fui muito triste, mas tava de cabeça erguida, por eu saber que já tava voltando, mas tava voltando uma outra pessoa. Eu não era o Alan de 6, 8 meses atrás. Eu era outro Alan. O Alan que... é... dava orgulho pra mãe, né, dava orgulho à família. Alan que é outra pessoa, renovado, e eu entrei ali de cabeça erguida, entrei no dormitório e fiquei.

Com dois meses da sua chegada, começou a se destacar no Centro. Primeiro, pelas orações que fazia no bloco, entre três a quatro, diariamente, sendo visto pelos outros internos, pode-se dizer, como a figura de um pastor, e, portanto, digna de respeito. Segundo, porque buscou, desde o início, assumir uma postura contida e educada, que cumprimentava e respeitava a todos, não se envolvia em brigas e, nos momentos de conflito, buscava sempre apaziguar a situação.

Desse modo, conseguiu o respeito e a confiança da equipe gestora do Centro e tinha liberdade para circular dentro da instituição. Assumiu a liderança do dormitório e ganhou a “consideração” dos outros internos.

Após cinco meses de cumprimento de medida socioeducativa em regime de internação sentença, ele conseguiu transferência para a Semiliberdade. O relato sobre esse dia foi realizado com detalhes e com um notável brilho no olhar, como se revivesse parte da emoção sentida na época:

[...] Eu deitei no chão, comecei a chorar. Todo mundo gostava de mim lá, chegou me abraçando, chorando também, via ali o... é... eu não sei como explicar, até hoje eu não sei como explicar. Me lembro que isso... que era uma... deixa eu ver, foi esse horário. Era esse horário mesmo, de 9 pra 10 horas [...]. E meu Deus, ali foi o ponto mais feliz da minha vida. Foi ali o... o ponto aqui onde eu cheguei... e... acabou. Todo esse sofrimento acabou. Toda essa angústia acabou. [...] Os pranto de choro, de alegria. A minha cara era alegria. Todo mundo me abraçando.

Lembra que chegou na Semiliberdade à noite e um pouco assustado. Na nova morada começou a demonstrar a mesma postura de educação e respeito que teve no Dom Bosco e obteve rapidamente o apoio da diretora e dos socioeducadores, assim como o respeito dos outros adolescentes.

E ali foi a construção da minha vitória. Da Semiliberdade Mártir Francisca foi onde eu comecei a construir o que eu sou hoje: Alan responsável, um pai, que vai ser um pai de família, um bom marido, uma pessoa que tenta fazer tudo para dar certo. E eu vim pra cá [Semiliberdade]. Aqui eu fui... é... eu fui acolhido. Aqui eu fui acolhido. [...] Aqui eu fui acolhido de braços abertos. Aqui começou a minha construção de vida. [...] E eu tava muito assustado porque eu vinha de seis meses, tudo fechado e vim pra uma coisa aberta, um paraíso. Porque a Semiliberdade, diferente do Centro, o Centro ali é um inferno, principalmente hoje, aqui é um paraíso. E eu cheguei aqui, eu fui bem acolhido e eu comecei a construir o que eu construí lá no Dom Bosco. Comecei a trabalhar tudo direitinho. Conquistar: por favor, com licença, boa tarde, obrigado. E os orientadores, a diretora, me deram sempre o apoio. E eu era o primeiro menino da Casa onde os meninos também tinham consideração por mim, aonde, é... chegava visita importante eu que tinha que representar a Casa.

No período de cumprimento da medida na Semiliberdade participou de um evento no CUCA⁴² Mondubim, em que recitou um poema inspirado na sua história de vida. Ao terminar, foi aplaudido de pé pelos ouvintes. Aquela cena lhe encheu de alegria e ficou gravada na sua memória: *“quando eu fui aplaudido veio na minha mente: eu sou outra pessoa. Nunca pensei onde eu ia chegar. E Deus vinha tocando meu coração e dizendo: “isso é pouco pra você. Isso é pouco. Tem mais”*. Após a apresentação, um advogado presente no evento chegou até ele e disse: *“Alan, me procure. Quando você acabar seus estudos me procure. [...] Eu vou lhe dar todo o apoio pra você se formar em Direito”*.

A diretora da Unidade à época liberava Alan alguns dias da semana para ele trabalhar em um depósito de água, localizado próximo à sua casa. A passagem diária de ida e volta custava R\$30,00, valor que era custeado pela instituição. Sua rotina por três dias da semana era sair da Semiliberdade às 5h da manhã para trabalhar e retornar à noite, às 20h. Nos outros dois dias, permanecia na Unidade para frequentar a escola, que retornou por meio da EJA, após sair da internação, assim como participar de cursos e demais atividades.

Tabela 14 – Síntese das medidas socioeducativas cumpridas por Alan

Tipo de medida	Centro Socioeducativo	Duração
Provisória	Passaré	45 dias
Internação	Dom Bosco	5 meses e alguns dias
Semiliberdade	Mártir Francisca	7 meses

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas narrativas.

Enquanto ainda estava na Semiliberdade ganhou um curso de dicção e oratória no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) ofertado pela SEAS, mas quando veio cursar já estava em liberdade. Quando saiu da Unidade, com idade entre 16 e 17 anos, trabalhou em uma instituição do Estado por um ano e depois pediu demissão. Em seguida, começou a trabalhar como garçom, função que exerceu também por um ano. As experiências e conquistas vivenciadas nesse período podem ser observadas no relato a seguir:

E nesse um ano que eu passei trabalhando, eu comecei a construir... eu comprei minha moto, meu transporte, eu construí a minha casa. Eu já tava casado, eu tinha me casado, uma festa linda. Outra coisa assim que eu nunca pensei que eu fosse fazer, gastar uns 10 mil reais no meu casamento. Muito lindo. E ali eu já não me via mais o Alan que cumpriu uma medida socioeducativa. Não via mais isso. E contava muito meu testemunho na igreja, nos Centros.

⁴² Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte. A Rede CUCA consiste em um conjunto de complexos culturais localizados em Fortaleza. Atualmente há cinco equipamentos na cidade, localizados nos seguintes bairros: Mondubim, Jangurussu, Barra do Ceará, José Walter e Pici.

No momento da entrevista Alan disse estar trabalhando no seu próprio negócio, uma lanchonete. Quanto aos estudos, ele parou no 2º ano do ensino médio, mas disse ter planos de retomar para concluir o ensino básico.

Ao refletir sobre suas vivências, expressou orgulho pela pessoa que se tornou e por todas as conquistas que alcançou: *“eu conquistei tudo que eu sempre quis. E no patamar que eu tô hoje, Deus ainda me mostra que eu vou ter mais”*. Destacou o quanto sente-se feliz por ter conquistado o orgulho e a confiança da sua família novamente: *“uma das coisas mais importantes que eu sempre quis na minha vida foi conquistar novamente, é... como é que eu posso dizer?... o orgulho da minha família, que eu tinha perdido. A confiança que eu tinha perdido. E hoje eu conquistei”*.

Alan relatou sua história de vida em aproximadamente 50 minutos. Ele estruturou sua narrativa contemplando o passado, o presente e o futuro. Primeiramente falou do seu local de moradia na infância e adolescência e a relação do ambiente com o tráfico de drogas, destacando como essa proximidade despertou seu interesse pelo uso de drogas e depois de participação no tráfico e outros atos ilícitos, como a participação no ato infracional de latrocínio que o levou ao Sistema Socioeducativo. Sua fala sobre esse período foi breve, de modo que o foco da narrativa esteve em apresentar todas as etapas que envolveram desde a ocorrência do ato infracional até sua saída do Sistema Socioeducativo.

Depois relatou um pouco sobre sua vida após o cumprimento das medidas socioeducativas, suas experiências de trabalho, a mudança de vida, as conquistas alcançadas e, por fim, os sonhos que deseja realizar. O relato ocorreu de modo tranquilo e sem interrupções. Ele demonstrou habilidade de comunicação, falou de forma clara e compreensível, fazendo uso de uma linguagem mais formal que informal.

A segunda entrevista com Alan ocorreu no dia 14 de fevereiro de 2020 e foi realizada também na Semiliberdade. Nesse dia comecei fazendo perguntas com o objetivo de compreender melhor sua história de vida a partir do relato da primeira entrevista. Em seguida, fiz mais algumas perguntas para aprofundar características dos espaços de socialização vivenciados por ele e que surgiram em sua narrativa.

4.5 GUSTAVO: “EU NUNCA PRECISEI FAZER O QUE EU FIZ”

“É preciso mudar o sistema policial
 porque eles estão matando a pau
 gente inocente
 em vez de proteger a população
 vivem agredindo algum cidadão
 sem nenhuma razão
 agressão/repressão
 agressão/repressão
 É preciso mudar o sistema policial
 porque já estamos cansados de agressão”⁴³.

Gustavo foi meu quinto interlocutor. Foi indicado para a participação na pesquisa pelo socioeducador da Semiliberdade Masculina de Fortaleza e tinha 23 anos quando o conheci. Mora com a esposa e a filha em um conjunto habitacional na RMF, distante 25 quilômetros da capital. Nos encontramos duas vezes. A primeira vez no dia 16 de dezembro de 2019, no Shopping Parangaba, em Fortaleza, por volta das 18h, quando conversamos informalmente por aproximadamente uma hora e não fiz uso do gravador. E a segunda vez, no dia 19 de dezembro de 2019, no Centro Socioeducativo de Semiliberdade Mártir Francisca, quando realizei a entrevista. Nesse dia nos disponibilizaram uma das salas utilizadas para os atendimentos individuais dos adolescentes na Unidade. Consiste em uma sala pequena, com ar condicionado, uma mesa de escritório e duas cadeiras, em que pudemos ficar à vontade para a realização da entrevista.

Gustavo nasceu em Maracanaú, município da RMF, distante 24 quilômetros da capital. Pouco depois do seu nascimento a família se deslocou para o interior, onde passou a morar no município de Mulungu, situado no Maciço de Baturité, a 120 quilômetros de Fortaleza. Após um tempo, a família mudou-se para a Pajuçara, distrito de Maracanaú, e depois para Maracanãzinho, localizado também na mesma cidade. As lembranças de Gustavo dessa época se reportam a esse último endereço e foi por ele que iniciou sua narrativa, destacando o estilo nômade da família: “*a gente sempre foi de tá se mudando, indo e voltando*”.

⁴³ Trecho da música “Agressão/repressão”, de Ratos do Porão. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/ratos-de-porao/84864/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Durante sua trajetória morou por alguns períodos em Manaus, estado do Amazonas, com a família. Na primeira ida, ele tinha em torno de 7 anos de idade. Os pais trabalhavam na área de serviços gerais de uma igreja evangélica. Na época ele estudava pela manhã e à tarde ficava com os pais no local. Após dois anos, retornaram ao Ceará. Ficaram, inicialmente, na Pajuçara, por um mês, e em seguida se mudaram para Maracanãzinho, onde moraram por, aproximadamente, um ano.

Depois disso, viajaram novamente a Manaus, quando Gustavo tinha aproximadamente 10 anos, e permaneceram na cidade por uns quatro anos. Os pais voltaram a trabalhar na mesma igreja, mas além dos trabalhos na área de limpeza, seu pai trabalhava também no setor de filmagens no horário livre e ele, quando não estava na escola, frequentava o espaço com o pai e também uma *LAN House* perto da igreja e logo aprendeu a fazer alguns trabalhos, passando a ajudar nas filmagens e edições de vídeo da igreja. Nesse período, nasceu o irmão.

Aí esse tempo que a gente ficou em Manaus, como eu já era um adolescente, eu vivia muito lá na área de filmagem. Lá tinha um setor só de filmagens. E eu passava praticamente o dia lá dentro. Era uma sala com ar-condicionado, aí tinha lá o pessoal filmando, passava os programas, aí, isso... fui me aproximando do pessoal que trabalhava nessa área, né. Aí, antes da gente vim de lá, eu já tava filmando culto da igreja, fazia alguma edição, que era o programa que ia passar na TV e tudo.

Sua rotina se dividia entre a escola, a *LAN House* e o espaço da igreja onde os pais trabalhavam. Desde criança desenvolveu o gosto por informática e sempre foi muito autodidata. Nesse período, participou de uma seleção na escola que estudava e foi contemplado com uma bolsa integral para realizar um curso de informática. Ingressou no curso, mas não concluiu porque mudaram novamente para o Ceará. Embora tenha crescido na companhia dos pais evangélicos e frequentando a igreja, confessa que nunca gostou e só ia mesmo por obrigação.

Eu ficava muito na *LAN House*. Às vezes eu não ia pra aula, ia pra *LAN House*. Ou então saía da aula e ia pra *LAN House* e depois que ia pra igreja. Aí eu sempre gostei. Eu sempre fui autodidata com esse negócio de informática. Eu ia sem saber nada, ficava olhando o pessoal mexendo, aí conseguia um dinheiro e ia e ficava lá.

Quando retornam ao Ceará passam a residir novamente na Pajuçara. Seu pai, com o dinheiro que recebeu dos trabalhos em Manaus, instala uma *LAN House* na parte de frente da casa e Gustavo fica como responsável nos horários em que não está na escola. Com acesso a

computadores e internet, pode dar continuidade aos aprendizados na área. Nessa época ele tinha aproximadamente 13 anos.

Segundo Gustavo, a relação com o pai sempre foi conflituosa. Discutiam com frequência, chegando a brigar fisicamente. Com isso, em um desses desentendimentos, quando Gustavo tinha 15 anos, decidiu sair de casa, tendo em vista a relação já desgastada. Na época ele tinha uma namorada, hoje sua esposa, e conta que necessitava de mais dinheiro para sair com ela, mas o pai lhe dava um valor que ele considerava muito pouco. Assim, saiu da casa dos pais e foi morar com a namorada e a futura cunhada na Pajuçara.

[...] eu nunca me dei tão bem com o meu pai naquela época, a gente sempre discutia e batia boca e tudo, ia pra briga mesmo física. É... já tava bem desgastado nosso relacionamento. Aí foi quando eu comecei a namorar, eu precisava de mais dinheiro pra sair e tudo e ele me dava um valor que eu achava pouco pro que a gente apurava, entendeu? Era como se fosse só uma mesadinha. Eu era criança, ele não queria me dar mais, aí a gente brigou de vez e eu saí de lá. Foi na época que... era isso, eu tinha 15 anos, foi na época que eu fui... eu já tava namorando com a minha esposa e ela já morava sozinha, morava com a irmã dela, no caso. Aí eu resolvi, rapaz... aí eu falei que ia sair de casa. Aí eu saí de casa, fui morar com ela.

Mesmo fora da casa dos pais ainda permaneceu trabalhando na *LAN House* por seis meses, mas veio a se desentender novamente com o pai e deixou o trabalho de vez. Fora de casa e enfrentando as dificuldades impostas pela “vida adulta” antecipada, Gustavo precisou se virar em busca de trabalho para se manter na nova realidade. Procurou então um conhecido que trabalhava com internet e conseguiu um emprego em parceria com ele, na parte de instalação de internet. Embora tenha começado a ganhar consideravelmente melhor, cerca de quatro vezes mais que o valor recebido do pai, ainda era insuficiente para o sustento da nova família, pois haviam se mudado para outra residência, passando a morar só ele e a namorada, e ela estava desempregada na época, de modo que ele precisava custear todas as despesas. Além disso, a namorada engravidou nesse período e eles decidiram casar pouco tempo depois.

Com o nascimento da filha e a esposa ainda em recuperação do parto, a renda oriunda apenas do trabalho de Gustavo não estava sendo suficiente. As contas de casa passaram a se acumular e ele se viu preocupado precisando de mais dinheiro. Foi então que, sem pensar muito e sem comunicar nada à esposa, aceitou o convite de um colega para participar de um trabalho ilícito que consistia em ser motorista de caminhão de cargas roubadas.

[...] Aí quando ela [a filha] nasceu eu precisava de mais dinheiro, no caso, pra poder manter. Ela [esposa] tava de resguardo, a gente tinha muita conta e tudo, foi quando apareceu a oportunidade de ganhar mais dinheiro, mas de forma ilícita, né. Um rapaz

perguntou se eu queria fazer e tal. No caso era só pra dirigir um caminhão, levar de um canto pro outro. Como eu era de menor ainda pra eles era melhor porque se desse qualquer problema eu que assumia, né? Aí assim se fez.

O novo trabalho trouxe um alívio ilusório e passageiro para Gustavo. Lembra que foi a época que ganhou mais dinheiro na vida, pois o valor adquirido em um dia de trabalho era equivalente ao seu ganho mensal. A alta quantia em dinheiro e a possibilidade de conquistá-la de um modo relativamente “fácil” mexeu com Gustavo, mas ele destacou que nunca havia se envolvido com atos ilícitos antes e foi algo pontual que não voltou a acontecer: *“eu sei que eu sempre fui centrado. Esse me balançou pelo valor em si, porque a quantia era bastante alta e eu não tinha que fazer nada de tão perigoso, era só dirigir um caminhão. Só entrava no caminhão pra dirigir e levar”*.

Gustavo aprendeu a dirigir ainda adolescente, por volta dos 15 anos, quando seu pai comprou uma motocicleta e depois um carro. O próprio pai o ensinou a dirigir e lhe dava permissão para andar sozinho, embora o filho fosse ainda menor de idade e, conseqüentemente, não tivesse habilitação: *“primeiramente ele [pai] teve uma motinha, aí ele me ensinou a pilotar moto. Aí depois ele comprou um carro, ensinou a pilotar, dirigir o carro. Eu dirigia o carro pra todo canto, praticamente. Ele nunca foi de botar regras, esse tipo de coisa não”*. Além disso, quando começou a trabalhar com a instalação de internet dirigia com frequência e passou a dirigir caminhão também:

Eu sempre fui bom de dirigir. Eu dirigia muito porque no meu trabalho com a internet, na época que eu trabalhava com a internet, era dirigindo 24 horas. Era pra cima e pra baixo levando escada, essas coisas. Tinha um caminhão, às vezes, que era o caminhão que eu levava os postes e tudo.

O serviço, entretanto, durou apenas quatro meses, pois logo foi apreendido pela polícia. Nessa época ele tinha 18 anos. As informações sobre o dia e a ocorrência do ato infracional foram relatadas por ele com detalhes, conforme pode ser observado abaixo:

[...] no dia do ocorrido foi pela manhã, a gente foi pela antiga loja da Rabelo, no anel viário, tinha uma distribuidora da Rabelo. Esperamos o caminhão sair até chegar num local que desse pra ficar separado, que era depois do José Walter [bairro]. Aí pegaram, botaram o caminhão pro lado, aí lá na José Walter eu peguei o caminhão, só fiz o retorno lá embaixo e voltei pela José Walter mesmo. Aí fomos pela CEASA [Centros de Abastecimento do Ceará] tudinho, aí pra deixar lá na Pacatuba, eu acho. Não lembro bem, mas acho que era Pacatuba. Aí foi tranquilo até ali. Aí quando chegou, geralmente é num local fechado, mas lá não, era na beira da estrada, na beira de uma avenida principal. Aí os cara tava discutindo lá, se tinha que ser um local fechado e tudo, aí o cara: “não, tem que ser aqui”. Aí eu fui, botei o caminhão de ré e começamos

a tirar as coisas. Eu e o outro cara. Aí tinha um da moto que ficava fazendo a ronda. Aí como era duas pessoas demorou, tipo, uma hora, uma hora e meia, o pessoal tudo olhando aquilo, tirando um bocado de coisa, acho que chamaram a polícia. Aí foi o tempo que a gente foi descarregando, aí eu acho que chamaram a polícia. A polícia chegou, achou estranho duas pessoas descarregando um caminhão. Eu vesti a bata de motorista e tava de calça e tudo. E o rapaz não, tava de camiseta, chinelo. Aí assim abordaram já desconfiados, aí na hora que entraram dentro do carro lá viu que tinha um aparelho do tamanho disso aqui que desliga o sinal de GPS [Sistema de Posicionamento Global]. Aí foi quando eles já trancaram o portão, mandaram todo mundo sair e perguntaram o que que a gente tava fazendo e tudo. Aí eu falei: mandaram eu dirigir esse caminhão, eu trouxe pra cá e tudo. Aí eles acharam que o cara era de menor, aí começaram a fazer o interrogatório dele lá. Eu não queria falar nada porque ia comprometer pro meu lado. Aí eu falei: não, é só eu e tudo. Aí foi quando começou. Aí eles começaram a bater, dar choque, aqueles sacos...

O que chama bastante atenção são as formas extremamente violentas utilizadas no tratamento com os adolescentes, como espancamentos, choques elétricos e tentativas de asfixia, que nos remetem a verdadeiras práticas de tortura, como pode ser visualizado na narrativa a seguir:

Aí começaram. Aí eles levaram pra dentro da casa eu e o outro rapaz. O outro rapaz não sabia de nada mesmo, aí ele apanhou mais porque ele não sabia de nada. [...] Digamos que eu assumi a bronca no caso, né. Aí foi quando eles começaram a bater. Levaram pra dentro da casa. [...] começaram a jogar água, botaram num saco, deram choque, aí teve um que... o meu rosto ficou deformado porque o cara ficou chutando, aí teve esse lado aqui [mostrando o lado do rosto] que ficou o número da bota dele. Número e tudo. Aí foi assim até a reportagem chegar. A gente passou acho que uma hora, uma hora e meia apanhando. Foi quando chegou a reportagem aí eles pararam, né. Aí eu peguei, cobri o rosto e tudo. Aí eles mandando eu mostrar o rosto, mandaram eu dizer que caí, mas eu falei: olha, eu sou de menor. Aí foi quando eles tiraram o documento do meu bolso, eu tava com a identidade, aí mandaram eu cobrir a cara porque eu era de menor. O outro também era de menor. Foi o que veio junto de mim. Aí depois disso, veio a reportagem e tal, fizeram a reportagem deles lá e primeiramente eu fui pra delegacia, depois de lá eu fui transferido pra de menor.

No dia em que foi apreendido Gustavo destacou ter apanhado muito dos policiais, a ponto de ficar com o rosto deformado. Os pais e a esposa ficaram desesperados quando souberam do ocorrido e tiveram dificuldade de reconhecê-lo quando o encontraram na delegacia. Na época, o pai estava passando por problemas devido o consumo de drogas, mas lembra que ainda assim foi vê-lo.

E assim, quando ocorreu minha família ficou... porque ninguém sabia, né? Era só eu mesmo que sabia do que aconteceu. E eles me viram, eu apanhei muito, muito, muito mesmo, fiquei deformado. Aí eles nem me reconheceram no primeiro momento. Demorou um tempo até o rapaz falar que era eu. Só reconheceram por causa da roupa, no caso. Na época meu pai tava passando por problemas com drogas e tudo e mesmo assim ele foi. E todo mundo ficou em desespero.

Depois de passar pela Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro, Gustavo foi encaminhado para o cumprimento de medida provisória por 45 dias. Durante a estadia se dividiu em dois Centros de internação provisória situados um ao lado do outro, primeiramente no São Francisco e depois foi transferido para o São Miguel. A chegada ao local foi sentida com estranhamento:

É estranho, você entra num lugar onde tá todo mundo enjaulado. É um negócio fedorento, sujo. Aí tu vai pegar um colchão vei todo sujo também. Aí quando chega lá tá todo mundo te olhando, pergunta o que tu fez, de onde tu veio. Naquela época não tinha facção, ainda bem. Porque agora acho que tá dividido de acordo com esse negócio de facção. Aí lá eu fiquei onde chama primeira queda, que é quem é pego a primeira vez. Aí entrei, perguntaram o que tinha acontecido, todo mundo perguntava o que era aquilo na minha cara, tinha o número 42 bem grandão. Era na testa e na bochecha. Conforme aí você vai se acostumando, né, com a rotina. Acorda de manhã cedo, merenda, aí você almoça. Aí lá tinha um negócio de lazer assim, né, quando você ia pro pátio, tinha pintura, essas coisas.

Depois da audiência foi encaminhado para o Centro Mártir Francisca, onde cumpriu mais seis meses de medida socioeducativa de semiliberdade. Chegou à Unidade na época do Natal. Não pode sair na data, mas recebeu a família para a comemoração da festividade no Centro. Na Unidade tinha uma rotina com várias atividades e, aos finais de semana, quando era liberado, costumava ir para o interior, na casa da sogra, onde a esposa estava desde que ele começou a cumprir medida.

Na Unidade passou a cursar a EJA, pois nessa época ele já estava afastado da escola por falta de interesse. Tendo cursado até o 8º ano do ensino fundamental, frisou que sempre teve facilidade em assimilar os conteúdos: *“a questão de estudar eu sempre fui muito bom em pegar a matéria. Se eu pegasse um livro e lesse lá eu conseguia. E a aula pra mim sempre foi uma coisa chata. Eu gostava de ir pelas amizades que eu tinha, recreio”*. Mas não gostava de assistir as aulas e gazeava com frequência, todavia, ainda assim, tinha um bom rendimento na escola: *“eu sempre fui bom na escola, né, modéstia parte, mas eu não frequentava muito. Quando a gente veio pra cá [Ceará] quase que eu reprovei por falta, porque eu gazeava muita aula, mas de nota sempre foi boa”*.

Saiu do Centro na véspera de completar 19 anos. Ainda sem perspectivas e sem querer retornar para onde morava por conta do ocorrido, que ainda era relativamente recente, ficou morando por um período no interior com a esposa na casa da sogra. Depois, um tio dele veio de Manaus e o convidou para voltar com ele. Decidiu então “tentar a sorte” em Manaus.

Primeiro ele foi na frente e depois de um mês, quando arrecadou o dinheiro das passagens, a esposa foi com a filha.

Ao chegar à cidade moraram inicialmente no mesmo bairro do tio, que ficava afastado do centro da cidade. De início ficou fazendo “bicos⁴⁴” para se manterem, mas não foi suficiente para atender suas expectativas, “*não chegou a dar o dinheiro que eu esperava*”. Depois disso, fez contato com um conhecido da época que trabalhava na igreja, o qual tinha uma produtora de vídeo, e começou a trabalhar para ele como editor de vídeo. Nesse período não trabalhava com filmagem, mas percebeu que era um ramo promissor e se interessou em aprender. Em seguida, passou a trabalhar também com filmagens para complementar a renda. No início só ele trabalhava e a companheira ficava em casa com a filha. Depois a esposa também conseguiu um trabalho como empregada doméstica e a filha passou a ficar o dia na creche. Entretanto, perdia muitas horas diariamente com a locomoção, cerca de três horas no percurso de ida e de volta até o emprego, precisando assim sair muito cedo de casa pela manhã e retornando apenas já tarde da noite.

Aí foi uma época boa, a gente ganhava bem, vivia bem, nunca chegou a faltar nada, graças a Deus. A gente passou um aperto ou outro, mas nunca chegou a: vixe, não tem o que comer hoje. Sempre deu um jeito. Aí nessa peleja aí eu acho que a gente passou uns dois anos ou foi três anos em Manaus.

Com a melhora da renda decidiram se mudar para o centro da cidade e sua esposa saiu do trabalho, pois ficava muito distante do novo endereço e avaliaram que o ganho não compensava todas as dificuldades com o deslocamento.

A estabilidade alcançada, todavia, não estava compensando a rotina desgastante: “*aí eu trabalhava muito, mas em compensação não vivia bem. Ganhava dinheiro, mas era praticamente pra pagar conta e raramente a gente saía. Saía mais final de semana, no domingo, pro shopping, alguma coisa assim*”. Ou seja, estava sentindo-se sobrecarregado do trabalho e percebeu que, embora estivesse ganhando bem, o dinheiro só era o suficiente para pagar as contas e, devido a rotina do trabalho, dificilmente conseguiam sair para uma atividade de lazer.

Durante a estadia de aproximadamente dois anos em Manaus, costumavam passar as férias de final de ano no Ceará. Na segunda viagem a filha, já maior, gostou muito e ao retornar a Manaus ficou insistindo com os pais para voltar. Coincidiu de um amigo convidá-lo

⁴⁴ Fazer bico é uma expressão usada para se referir a um trabalho extra que as pessoas buscam para aumentar a renda.

para começarem um negócio de provedor de internet juntos. Assim, em fevereiro de 2018, dois meses depois de voltarem de férias para Manaus, retornaram ao Ceará, dessa vez com objetivo de permanecer.

No começo confessa que foi difícil, pois o ganho era pouco e eles precisaram se reestruturar do zero na nova morada. Primeiro residiram de aluguel na casa de uma tia de Gustavo:

Aí chegamos aqui [Ceará], estamos aqui até hoje. Foi complicado porque eu não queria ficar na casa dos meus pais nem da minha sogra. E a gente foi morar na casa de uma tia minha, de aluguel. Na verdade, eu fiquei na casa da minha vó, acho que um mês ainda. Mas não dava certo, minha mãe morava em cima, meu pai ainda tava com problemas com drogas. Aí eu não queria tá perto, minha filha vendo aquilo e sempre tinha discussões deles, lá em cima. Aí resolvemos mudar pra casa de uma tia minha. Como sendo tia, ela fez um preço melhor da casa alugada e às vezes a gente chegou a atrasar alguns meses e ela compreendeu.

Conforme supracitado, a relação de Gustavo com o pai era conflituosa, sendo frequentes os desentendimentos que desencadeavam em violência física por parte do genitor. Embora ele não tenha explorado muito, durante a entrevista é possível perceber o quanto essa questão, somada a outros elementos da convivência familiar, como a falta de diálogo, amor, compreensão e apoio, influenciou na sua trajetória de vida e na sua proximidade com a família de origem, pois para ele: *“família é a minha... no caso eu, minha esposa e minha filha”*. Os trechos abaixo exemplificam bem essa situação:

Meu pai, ele sempre foi muito bruto e eu também não sou fácil de lidar, entendeu? Sempre tinha uma resposta na ponta da língua. E ele sempre ia na parte da agressão e isso foi gerando um sentimento ruim, entendeu?

Minha mãe sempre... nunca tive de discutir ou alguma coisa assim não, mas eu nunca fui tão chegado a ela. Eu nunca fui muito chegado aos dois porque, assim, meu pai era de um jeito e minha mãe, ela, tipo, era conivente com o que ele fazia, entendeu? Às vezes eu apanhava de ficar sentado no chão sem conseguir levantar e ela não falava nada. Aí eu sempre fiquei meio receoso, assim. A gente nunca foi de conversar abertamente sobre nada, sobre sentimentos, sobre namorada, sobre amigo, nada. Cada um era no seu canto. Até hoje é assim. A gente conversa só o básico mesmo.

Gustavo não soube dizer ao certo quando seu pai começou a usar drogas, tampouco se seu comportamento violento era um efeito das substâncias, pois só soube do problema do pai quando saiu de casa:

Eu fiquei sabendo depois. Pelo que eu fiquei sabendo em Manaus, ele tava... mas não foi nem minha mãe que falou não, porque ela nunca chegou pra falar, ela nunca teve

a coragem de falar isso pra mim, sempre fiquei sabendo por outras pessoas. Eu só fiquei sabendo depois que eu saí da *LAN House*. Naquela época eu achava que tinha alguma coisa estranha, mas não sabia, entendeu? Aí depois que eu saí que vieram me falar, aí eu vi que ele foi se degradando mais e mais.

Gustavo acredita que, após sua saída de casa, o pai se entregou ainda mais às drogas: “quando eu saí de lá que foi tipo um pontapé pra ele se afundar ainda mais”. Os dois passaram um tempo sem se falar mas confessa que o desejo em ver o pai recuperado foi um dos motivos que o fez voltar ao Ceará. Com sua chegada, o pai, por iniciativa própria, procurou uma clínica de reabilitação. Após a segunda tentativa, voltou transformado e os dois se reaproximaram, de forma que, no momento, estão conseguindo manter uma relação saudável e de respeito. O pai está trabalhando como vigia na mesma escola que a filha estuda e a mãe é vendedora em uma loja.

E assim, eu vim também justamente pela situação que meu pai tava. Antes da gente ir [para Manaus] ele falou comigo, chorou, a gente se abraçou e tudo, aí eu queria que ele mudasse, aí a gente veio pra cá justamente porque eu acho que ele tava mais preocupado com a questão que eu tava lá. Tanto é que depois que eu cheguei aqui, assim que eu cheguei, tipo, no mesmo mês que eu cheguei, ele foi se internar numa clínica. Aí depois ele voltou dessa clínica, teve uma recaída e pediu pra voltar de novo pra clínica. Aí depois que ele voltou, já voltou mudado, outra pessoa. Tanto é que hoje a gente... a gente não se falava, passou um bom tempo sem se falar, hoje em dia a gente se fala. Num é... como eu te falei, minha relação nunca foi tão apegada, mas a gente se dá bem, se abraça. Ontem mesmo eu vi ele, eu fui lá na loja que a minha mãe tem, ela trabalha numa loja, ele tá bem.

Seu sócio, que é no momento a pessoa mais próxima do círculo de amizade de Gustavo, lhe emprestou uma casa para morarem sem precisar pagar o aluguel. A partir de então, as coisas começaram a melhorar. Logo depois, sua esposa foi beneficiada com uma casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida. No dia da entrevista ele se considerava estabilizado:

Graças a Deus estamos estabilizados. Consegui comprar um carro com a minha mãe. Eu tenho uma moto minha. A gente mora no que é nosso, tamo pagando, mas é nosso. É... conseguimos comprar a casa quase toda. Recentemente a gente comprou a geladeira, que era o que faltava. Minha filha estuda próximo de casa, tem amigos, brinca todo dia. É... nunca chegou a faltar nada. Graças a Deus vamos dizer que eu tô estabilizado, né? Apesar de tudo, estamos bem.

Durante o seu relato fez a seguinte reflexão sobre o porquê de ter cometido o ato infracional e o que essa experiência impactou na sua vida:

Na verdade eu nunca precisei fazer o que eu fiz, né. Eu fiz porque, enfim, a pessoa quando é criança, adolescente, tem a cabeça cheia de titica. Pensa em ganhar dinheiro,

ficar rico, mas a forma ilícita nunca é a melhor forma. Você pode ganhar aqui, mas, tipo, o que eu ganhei no tempo que eu trabalhei que eu fiz isso [ato infracional] não compensou todo o gasto que eu tive depois, de reconstruir a vida do zero duas vezes praticamente.

Gustavo começou sua narrativa pelas primeiras lembranças que tinha da sua infância morando em Maracanãzinho. Descreveu as cidades onde morou com a família, as várias idas e vindas, e os principais acontecimentos que marcaram sua trajetória. Seu relato, embora exposto de forma breve e sem muito aprofundamento na sua narrativa central, foi apresentado de forma clara e seguiu uma sequência lógica, destacando as vivências do seu passado, bem como sua vida no momento da entrevista.

4.6 JEFERSON: “*QUER SABER DE UMA COISA, VOU VIRAR É CIDADÃO*”

[...] Centro Socioeducativo? Não é brincadeira. Puxei Patativa, Dom Bosco e CECAL. Só digo uma coisa: radical [...]. Já sabes porquê, eu não nasci assim. A vivência me tornou essa criança sem infância. A vida me fez homem, eu sendo apenas uma criança. Nessas horas eu pergunto: cadê o Criança Esperança? Pois esse não me alcançou (AFRICANO, 2020, p. 27) ⁴⁵.

Eduardo Africano, autor do poema descrito acima, construiu seu personagem inspirado nas histórias reais de adolescentes que conheceu em seu trabalho no Sistema Socioeducativo do Ceará. Jeferson traz em sua trajetória elementos em comum com a história de vida do “menor infrator”, retratada pelo poeta, entre eles a “infância roubada” e as várias passagens pelo Sistema Socioeducativo.

Conheci Jeferson por intermédio de um socioeducador da Semiliberdade Masculina de Fortaleza. Encontrei-o pela primeira vez no dia 17 de dezembro de 2019, por volta das 10h30min, no Shopping Messejana, em Fortaleza. Ele tinha 22 anos na época. Sentamos para conversar na praça de alimentação do estabelecimento. Tinha pouca movimentação no local, nesse horário, mas ainda assim havia um pouco de ruído no ar. Expliquei os objetivos da pesquisa e demais informações pertinentes. Por ser o primeiro encontro e pelo receio de não ser o local mais apropriado para a realização da entrevista, por conta da movimentação de outras pessoas próximas a nós e também pelo ruído, decidi não ligar o gravador nem fazer registros enquanto conversávamos. Talvez não tenha sido a decisão mais acertada, pensei depois, tendo em vista que a conversa estendeu-se por mais de uma hora e Jeferson compartilhou muitas

⁴⁵ Trechos do poema intitulado “Depoimento de um menor infrator”, de Eduardo Africano, que é Bboy, poeta, artista, escritor, empreendedor, palestrante e arte-educador de Fortaleza, Ceará.

informações importantes para a pesquisa, que tentei lembrar e anotar no diário de campo quando cheguei em casa. Por outro lado, percebi que o fato de eu não estar realizando nenhum registro pode ter favorecido seu relato, deixando-o mais à vontade, pois, quando o encontrei para a entrevista, três dias após o primeiro encontro e lhe pedi para relatar sua história de vida, ele teve dificuldades de narrar sua trajetória, de modo que precisei assumir uma postura mais interativa, inicialmente, para estimular sua fala, como no encontro anterior.

Das lembranças que tem da infância, recorda que morava no bairro João XXIII, em Fortaleza, com a mãe, a avó materna e os quatro irmãos (dois irmãos e duas irmãs). Quanto ao pai, ele e os irmãos apenas conheceram, mas nunca chegaram a conviver: *“é porque ele é vagabundo também, vive preso, aí num tem nem como ter contato”*, disse Jeferson.

Quando Jeferson tinha entre 9 e 10 anos, a mãe, que é costureira, decidiu alugar uma casa para morar e colocar as máquinas de costura usadas em seu trabalho. Ela, entretanto, mudou-se sozinha, pois todos os filhos preferiram ficar morando com a avó: *“minha mãe punia mais que a minha vó. Até por isso também que nós preferimos ficar com nossa vó. Nossa mãe era bem linha dura. Tinha que andar na linha. E a nossa vó não, ela passava a mão na nossa cabeça e tal, coisa de vó, né?”*.

A mãe continuou morando no mesmo bairro e os visitava diariamente, assim como ajudava nas despesas. A avó, quando Jeferson tinha entre 5 e 6 anos, trabalhava como empregada doméstica, depois aposentou-se e hoje vive como pensionista. No que se refere às condições da família na época, Jeferson destacou: *“no começo, na nossa infância, assim, nós tinha um pouco de dificuldade. Mas depois as coisas foram melhorando. Fome, assim, nunca passamos não”*.

Considera que viveu sua infância apenas até os dez anos de idade. Nesse período passava a maior parte do tempo na rua, soltando raia, jogando bila, mas sua brincadeira favorita mesmo era jogar futebol. Ressalta ter sido um ótimo jogador, atuando inclusive no time profissional de crianças do Fortaleza Esporte Clube. Lembra que colegas dessa época hoje são jogadores profissionais, um deles atua no Grêmio e faz parte da seleção brasileira. Mesmo gostando muito do esporte, quando passou a conviver mais com a “galera da quebrada”, abandonou os treinos e desistiu do sonho de infância de ser jogador de futebol.

Começou a fazer pichações aos 7 anos de idade e a usar drogas aos 11, na própria escola onde estudava. Nesse período era torcedor fanático do Fortaleza *“tinha minha gangue certa”* e sempre nos intervalos, juntava-se aos colegas, também torcedores do Fortaleza, e brigava com os torcedores do Ceará. Isso ele ainda muito novo, nos primeiros anos do ensino

fundamental. Como ele se reconhecia como aquele que mais sabia brigar, sempre assumia a liderança do grupo: *“em todas as escolas eu mandava. [...] era o mais quebrador”*.

Destaca que na infância e adolescência nunca foi bom aluno, suas notas eram péssimas e ele precisava fazer várias recuperações para conseguir passar de ano. Como se envolvia muito em brigas com os colegas, sua mãe era convocada constantemente ao colégio. Embora não tivesse interesse pelas aulas, tampouco um bom rendimento escolar, nunca chegou a ser reprovado.

Logo deu início também à prática de assaltos, de modo que aos 12 anos foi apreendido pela primeira vez, mas chegou apenas a apresentar-se à DCA e em seguida foi liberado. Em 2012, quando ele tinha 14 anos, foi novamente apreendido por envolvimento em assalto e formação de quadrilha e dessa vez foi encaminhado para o Centro Socioeducativo Passaré, onde ficou 45 dias. Lembra que o Centro havia sido inaugurado no ano anterior e ainda estava novo e organizado. Quando saiu do Centro e voltou para casa não quis mais retornar à escola, estava no 1º ano do ensino médio. Mesmo assim, lembra que a cada início de ano letivo, sua mãe lhe matriculava, ele frequentava os primeiros dias de aula e depois desistia.

Nessa época, o irmão mais velho de Jeferson já praticava atos ilícitos há alguns anos. Passava a maior parte do dia na rua, usando drogas, roubando e até mesmo cometendo atos infracionais mais graves como a prática de homicídios. Com apenas 13 anos já era o mais temido e respeitado do bairro. Segundo ele, o irmão passou cerca de 12 vezes pelo Sistema Socioeducativo, mas sempre costumava cumprir a medida provisória, ou seja, entrava, passava 45 dias e saía. Passava pouco tempo em liberdade e voltava a ser apreendido: *“meu irmão mais velho, ele já tinha se envolvido muito antes, né? Ele já era assaltante desde quando nasceu. Ele já nasceu roubando”*. Ainda assim, ressaltou que a relação entre eles era tranquila, pelo menos em casa, pois *“ele fazia as coisa dele, mas era lá no meio da rua”*. Por outro lado, mesmo “envolvido” o irmão, na maioria das vezes, não permitia que Jeferson participasse com ele e sua turma dos assaltos ou homicídios que cometiam: *“não, meu chapa, sai fora”*. *Era bem duro, né: “não, você num vai não”. Fique aí”*.

Ele sempre foi mais da rua do que eu. Eu fui depois. Ele começou a fumar bem antes, começou a fumar, começou a cheirar bem antes de mim. A roubar, bem antes. Aí ele já era o temido, né, do bairro, bem novim. Todo mundo tinha medo dele. Bem novim, 13 anos, todo mundo já tinha medo dele. Aí eu, por ser irmão, né, como eu comecei a me envolver, fui no mesmo caminho. Só que ele nunca deixou eu me misturar, né, ele nunca deixou não. Sempre que a galera saía pra matar os outro, num carro, ele nunca deixava eu ir não. Se ele tivesse eu num ia não. Se a galera sáísse pra roubar de carro, se ele tivesse ele num deixava nem eu entrar dentro do carro.

Quando perguntei se ele tinha alguma lembrança marcante vivenciada com o irmão, relata com detalhes as cenas de um assalto realizado com um colega, quando ele tinha por volta de 15 anos. Na ocasião foi atingido por uma bala pelo próprio irmão, vindo a sofrer uma hemorragia que o deixou entre a vida e a morte, conforme pode ser observado em seu relato:

Teve uma vez, nós tava na Osório, curtindo. É uma avenida ali perto da Parangaba, que antigamente lá tinha a Leblon, uma casa de show, que rolava o show lá dentro e a galera ficava lá fora. Botava os paredões de som e tal, e ficava a brincadeira lá fora. Aí nós ia pra lá pra roubar as motos. Aí um certo dia, nós lá, era uma sexta-feira, foi antes do Natal, uma semana antes do Natal. Não, o Natal era na terça e isso aconteceu na sexta. Todo mundo drogado, muito doido, “vamo roubar hoje”. Bora! Aí tinha um colega nosso que tinha muita arma, né. Já morreu, já. Mataram, né. “Ei, mah, tá aqui, pra vocês pegarem uma moto lá”. Aí deu um 38 pra nós. Eu e o finado. É finado já. Aí nós era pivete, eu com 15, 14, 13 ano. Aí beleza, “oh, mah, pegar uma moto lá na Osório”. Beleza. Aí meu irmão tava com outra arma. Meu irmão tava lá dentro do bar, só olhando, observando. Aí todo mundo louco, né, tinha tomado lá uns comprimido, né. Os comprimido deixava você fora de si. Você ficava muito valente e não olhava pros lados, queria saber só da frente aqui. Aí tinha um cara dançando em cima de uma CB 300 [moto]. Ei, é aquela ali mesmo, oh, mah. Aí ele: “bora”. Aí ele tava com a arma, né. Eu já cheguei logo puxando o cara aqui da moto, e o cara: “sou policial, sou policial”. Vamo, meu chapa. Aí ele desligou a moto aqui, aí eu: atira, atira nesse bicho, mah. E ele na frente da moto com a arma apontada pro cara e nada de atirar. [...]. Aí o cara foi e puxou a arma, com que o cara puxou a arma aqui, meu irmão tava no bar ali na frente atirou de lá mesmo, aí foi mesmo no meu peito. Aí o cara pulou da moto e foi pra debaixo da mesa. Aí com que o cara foi pra debaixo da mesa, a arma dele caiu e o meu irmão foi lá e bum-bum-bum. Aí deu uns cinco tiros nele. O primeiro foi em mim e ficou cinco. Aí deu cinco nele. Aí pegaram a arma dele lá e fugiram. Aí o [amigo dele] subiu na moto, ligou a moto aqui, nada de conseguir ligar a moto, todo mundo nervoso. E, macho... tá baleado, tá baleado. Nada de ligar a moto [...]. Aí consegui ligar a moto e lá vai nós. Nessa Osório de Paiva, do Leblon, direto, assim, tem o Frotinha da Parangaba [hospital]. Aí ele: “ei, mah, vou te deixar no Frotinha e de lá eu vou fugir”. Beleza. Antes de chegar no Frotinha, tem o Banco do Brasil. Pronto, ali mesmo eu caí. Sem força. Perdi muito sangue. Caí ali mesmo da moto. Aí ele ainda parou: “bora, mah”. Só que minha visão já tava toda embaçada, aí eu: macho, [...] vou ficar por aqui mesmo, num consigo me levantar não, sem força. Num tinha força, não conseguia nem falar direito. Aí ele foge. Aí a polícia encosta logo, assim que ele sai. Aí já me pega ali, me bota dentro da viatura e leva pro Frotinha. Aí já cheguei lá no Frotinha quase sem vida. Cheguei lá me lembro só daquelas sirenes: Uuuuuuu! Botaram eu na maca lá e correndo aqui e eu: meu Deus, o que tá acontecendo? Aí pronto, apaguei.

Além das lembranças desse dia, Jeferson carrega em seu corpo a marca da bala. Dias depois quando saiu do hospital pensava em se vingar, pois não sabia que tinha sido atingido pelo próprio irmão. Ele seria levado diretamente para um Centro Socioeducativo, mas devido seu estado de saúde ainda muito debilitado, foi liberado para se recuperar em casa.

Com 15 anos foi apreendido novamente, por ato infracional de roubo, e cumpriu, primeiramente, medida provisória de 45 dias no Centro Socioeducativo Passaré. Depois foi encaminhado para o Centro de Semiliberdade, onde deveria cumprir medida por seis meses,

mas permaneceu só um terço do tempo, pois em um dos finais de semana em que foi para casa decidiu não voltar. Ao comparar a Semiliberdade com as Unidades de internação disse: “*a Semi é outro mundo*”, expressando que o local era melhor em todos os aspectos, desde a alimentação até o atendimento por parte dos socioeducadores, direção e demais funcionários, sendo, em sua visão, o único Centro capaz de ressignificar a trajetória infracional dos adolescentes e jovens. Nesse período, sua família se muda para o Aracapé, próximo à Pajuçara.

A terceira apreensão ocorreu em sua própria residência, dois dias após ele e o irmão roubarem uma moto. Os policiais apareceram e o levaram junto com a moto e uma arma que encontraram na casa. Isso ocorreu após o Natal e ele disse ter passado o *Réveillon* na “tranca” do Centro Socioeducativo São Miguel. Depois foi encaminhado para finalizar a medida provisória no Centro Socioeducativo São Francisco.

Na quarta apreensão, também por roubo de moto, cumpriu medida de internação provisória no Centro Socioeducativo São Miguel por 45 dias, onde o irmão já estava cumprindo medida. Na quinta passagem foi apreendido dirigindo uma moto roubada. Foi encaminhado, primeiramente, para o Centro Socioeducativo São Francisco, onde ficou por 45 dias. Nesse período identificaram sua fuga da Semiliberdade e ele recebeu a sentença para cumprir mais seis meses na Semiliberdade, porém permaneceu só um mês, fugindo novamente e no dia que completou 17 anos.

No final de 2014, ele e a família mudam de endereço novamente, dessa vez para um bairro onde já morava um tio de Jeferson, irmão de sua mãe. A decisão de mudar de endereço em tão pouco tempo e para um bairro mais afastado ocorreu após a invasão da polícia na residência da família em 2014. Nessa época Jeferson já se considerava “bandido profissional” e tanto ele como o irmão mais velho mantinham armas de fogo em casa. Porém, certo dia o irmão decide publicar no *Facebook* uma foto fazendo pose com uma das armas. No dia seguinte a polícia chegou bem cedo e o encontrou em casa, com o irmão mais velho e uma irmã. Na ocasião, os policiais destruíram muitos móveis e eletrodomésticos em busca das armas. Seu irmão, como já era maior de idade, foi levado para o presídio, onde veio a ser assassinado anos depois, em 2018. Sua avó, a quem ele chamava de mãe, não estava em casa, mas chega pouco tempo depois e fica desesperada quando vê a situação.

Derrubaram logo ele [o irmão] da rede, quebraram tudo dentro de casa atrás dessas armas. Tudo. Quando minha mãe chegou lá, olhou aqui tudo quebrado. Tudo, tudo, tudo. Televisão. Tudo. Quebraram tudo atrás dessas armas. Aí não acharam né. Aí gritaram foi muito com a minha mãe, minha vó, né, que ela compactuava, e tal. [...]. Ela [a mãe-avó] chegou ficou desesperada, tudo quebrado dentro de casa. Guarda-

roupa, televisão, geladeira, micro-ondas. Aí foi a gota d'água: “vou embora daqui, vou embora daqui”.

No mesmo ano de 2014, e no novo bairro, Jeferson voltou a estudar, mas ficou apenas dois dias na escola, pois, já no primeiro dia, roubou um celular que um aluno de outro turno havia esquecido na carteira, e, no segundo dia, roubou uma bicicleta que avistou no muro, quando saía para casa, ao final da aula. Com isso foi expulso e não voltou mais à escola naquele ano.

Três meses após o cumprimento da última medida socioeducativa, no dia 05 de janeiro de 2015, Jeferson foi apreendido novamente após uma tentativa de assalto, quando estava com um amigo que havia conhecido no Centro. Permaneceu no Centro Socioeducativo São Francisco por pouco mais de nove meses: *“pronto, aí daí foi quando começou o inferno”*. A vivência mais longa na medida foi também a mais difícil. *“Era porrada direto”*, segundo ele, tanto pelos socioeducadores, quanto pelos policiais que entravam no Centro para realizar as vistorias ou em dias de rebelião: *“os policiais entravam lá pra meter a chibata”*. Como ele já havia passado muitas vezes pelo Sistema e tinha uma tatuagem de palhaço⁴⁶, já era conhecido pelos policiais, sendo o primeiro atingido nas abordagens.

Além disso, a Unidade estava superlotada, com dormitórios que deveriam receber quatro adolescentes e tinham entre quinze e vinte. Ademais, os adolescentes ficavam no mesmo dormitório, independente do ato infracional cometido. Relata que na hora de dormir, como os colchões e o espaço não era suficiente para comportar todos, eles colocavam todos os colchões no chão e deitavam todos juntos, amontoados. Mesmo assim, alguns adolescentes às vezes chegavam a dormir diretamente no chão.

Ah, lá era porrada direto, se se danasse. Quarto pra quatro pessoa tinha 20, 30, o que desse, né? Pra dormir fazia o quê? Colocava os colchão, não tinha muito colchão, não tinha colchão pra todo mundo e também não tinha espaço, né? O máximo de colchão que tivesse nós colocava no chão e dormia todo mundo. Umas pessoa dormia na br, é o que a gente chama, umas pedra, na divisa, né, pra outra pedra, tem um corredozim aí nós chamava ali de br. Aí uns dormia ali na br, outros dormia perto do vaso, onde dava, quando não dormia no chão mesmo. Aqueles colchão só esponja. Sofrido mesmo. A polícia entrava lá pra meter a chibata. Não tinha como o cara ficar quieto, né? Um dormitório pra 4 pessoas, a pessoa fica agoniada, né? Aí o pessoal se danava, né, chutava a grade lá. Não tinha lazer. Cortava lazer por besteira. Lazer? Num era nem lazer, você passava 20 minutos lá na quadra e ia pro dormitório. Tinha vez que por castigo eles não ligavam o banho. Só de mau.

⁴⁶ A tatuagem de palhaço é normalmente associada a roubo, formação de quadrilha ou morte de policiais.

Nesse período, o Centro também não contava com nenhuma atividade de escolarização, de cultura ou de lazer. Saíam apenas para a quadra para pegar sol por 20 minutos. Às vezes, o banho era cancelado como forma de castigo. No restante do dia permaneciam nos dormitórios, sem fazer nenhuma atividade. Assim, as conversas costumavam ser um o único entretenimento, cada um contava suas experiências no “mundo do crime”. Relata que alguns adolescentes internados já haviam cometido muitos homicídios, isso porque *“nós que era pivete, quanto mais homicídio você tinha, mais considerado você era”*. Desse modo, quando o adolescente saía do Centro tinha com ele o objetivo de cometer mais homicídios e outros atos infracionais, pois ao retornarem isso seria visto pelos demais internos como *status*, colocando-o em situação de liderança diante do grupo.

Tabela 15 – Síntese das passagens de Jeferson pelo Sistema Socioeducativo

Apreensões	Centros Socioeducativos	Tempo de cumprimento da medida
1 ^a	Passaré	45 dias
2 ^a	Passaré	45 dias
	Semiliberdade	2 meses
3 ^a	São Miguel	“tranca”
	São Francisco	45 dias
4 ^a	São Miguel	45 dias
5 ^a	São Francisco	45 dias
	Semiliberdade	1 mês
6 ^a	São Francisco	9 meses e 18 dias

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas narrativas.

Quando saiu do Centro decidiu que não iria mais roubar, apenas traficar. Nessa época já havia se mudado com a família para outro bairro, então isso já o ajudou a se distanciar de algumas das antigas práticas infracionais. Ainda assim, continuou por um tempo mantendo contato com alguns amigos do antigo bairro onde morava e com quem mantinha as negociações do tráfico de drogas. Logo depois, em 2016, em um de seus momentos de reflexão pensou: *“mah, quer saber de uma coisa, vou virar é cidadão, oh, mah”*.

Com isso, decidiu abandonar os roubos e a venda de drogas, começou a procurar um emprego e voltou a estudar. Com a colaboração do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), onde cumpria a medida de LA, matriculou-se em uma escola e conseguiu a vaga de um estágio no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), recebendo R\$400,00 por mês, onde ficou por dois meses. A partir de então iniciou a saga em busca de um emprego. Além do estágio começou a entregar currículo em muitas empresas, participou de

inúmeras seleções, muitas foram as tentativas, poucas as oportunidades no início. Mas Jeferson sempre foi muito persistente e estava decidido a não voltar para a criminalidade.

O estágio era à tarde e ele se matriculou na escola no período noturno. Com novas perspectivas e mais focado nos estudos, passou a atingir um ótimo rendimento, com nota máxima em todas as disciplinas.

Com muita insistência conseguiu a primeira oportunidade de trabalho em uma pastelaria do bairro. Trabalhava aos finais de semana recebendo R\$45,00 por noite. No mesmo período vinha realizando entrevistas em uma empresa de destaque no ramo turístico. O tio já trabalhava na empresa e o incentivou a buscar uma vaga. Lembra que participou de sete seleções, entre elas para vagas de instrutor de piscina, auxiliar de garçom, auxiliar de fotografia, almoxarifado, salva-vidas e serviços gerais. A oportunidade surgiu por acaso quando, ao se inscrever para a vaga de salva-vidas, desistiu no meio do processo ao perceber que os concorrentes eram todos mais qualificados que ele. No mesmo dia estava ocorrendo seleção para serviços gerais. Ao desistir da vaga de salva-vidas e saber que não havia nenhum candidato inscrito para a vaga de serviços gerais não pensou duas vezes, procurou os Recursos Humanos da empresa e demonstrou seu interesse pela vaga.

Ao ser chamado para a entrevista foi sincero com o empregador, compartilhou sua história de vida, *“disse que não tinha experiência, que era da quebrada”*, relatou suas passagens pelo Sistema Socioeducativo e o seu desejo de mudar de vida: *“não queria mais vida errada, queria ajudar minha mãe [avó]. Não queria mais vê ela passando pelo que ela passou”*. O empregador, atual chefe, sentiu-se tocado com a sua história e lhe deu a oportunidade. O novo emprego, entretanto, conciliava com o horário das aulas e ele precisou solicitar o desligamento da escola e interromper os estudos novamente.

Jeferson trabalhou por 11 meses na área de serviços gerais da empresa. Durante esse período seu chefe sempre lhe interrogava se havia voltado a estudar e quando ocorria treinamentos na empresa para os garçons e *barmen* o deixava participar como ouvinte. Com quase um ano no emprego ele foi promovido a auxiliar de bar. Lembra que chorou quando recebeu a notícia de tão emocionado que ficou. Na nova função se identificou com o trabalho e decidiu voltar a estudar e se especializar na área. No emprego sempre contou com o apoio e incentivo do chefe, tanto para progredir na empresa como para voltar a estudar.

Realizou vários cursos na área do trabalho e começou a atuar como *freelancer* aos finais de semana nos mais diferentes e renomados bares da capital, com o objetivo de adquirir experiência. Relembra que começou ganhando em torno de R\$40,00 por noite, trabalhando das

18h às 2h da madrugada. Mas, à medida que uniu qualificação e experiência, seu rendimento foi aumentando significativamente, chegando a ganhar R\$250,00 por quatro horas de trabalho. Recorda que foi a época que ganhou mais dinheiro, atingindo uma renda mensal de três a quatro mil reais.

Com isso, ele passou a se destacar no seu cargo de auxiliar de bar, chamando atenção do chefe, colegas de trabalho e clientes. Embora trabalhasse só como auxiliar de bar, ele já entendia muito sobre o assunto de drinks e coquetéis. Ele conseguia explicar os diferentes tipos de bebidas e ainda fazer indicações aos clientes, deixando todos impressionados. No início de 2019, estabeleceu três metas para o ano: concluir os estudos, comprar uma moto e ser promovido. Então, realizou sua matrícula na EJA e em junho do mesmo ano já havia concluído os três anos do ensino médio. Jeferson conseguiu também comprar sua moto e após dois anos de trabalho no bar foi promovido a *barman*⁴⁷.

No momento da entrevista ele estava no cargo há seis meses e há poucos dias havia realizado um treinamento de *barman* na empresa: “*arrebentei lá. Todo mundo me dando os parabéns*”. No novo cargo ele trabalha das 15h às 23h e folga um dia na semana, mas o horário de trabalho pode variar dependendo do período. Tem carteira assinada e ganha mais de dois salários mínimos.

Ao longo da conversa Jeferson demonstrou estar feliz e realizado pela sua trajetória e conquistas, que, segundo ele, foi fruto da sua persistência e força de vontade. Carrega consigo muitos sonhos e acredita ser capaz de concretizá-los: “*querer é poder*”. Sonha alcançar o mais alto cargo no setor que trabalha, para isso precisa atingir duas promoções, primeiro como chefe de bar e depois como gerente de desenvolvimento.

Jeferson disse ainda que era visto como um líder para as crianças da sua antiga comunidade, como referência que se espelhavam para ser quando crescessem. Por conta disso, frisou que visita sempre o local e procura mostrar a essas crianças que o caminho o qual ele trilhava não é uma boa opção, pois hoje ele vê novas possibilidades e está trilhando um novo percurso.

⁴⁷ O termo em inglês significa “homem do bar”. Também conhecido como bartender, se refere ao profissional responsável por elaborar drinks e coquetéis.

4.7 EMANUEL: “PARECE ATÉ BRINCADEIRA, MAS O QUE ME AJUDOU MESMO FOI A BÍBLIA”

“Eu não estou interessado em nenhuma teoria nem nessas coisas do oriente, romances astrais a minha alucinação é suportar o dia a dia e meu delírio é a experiência com coisas reais”⁴⁸.

A expressão de sorriso fácil e os risos entoados durante as entrevistas, demonstrando leveza até mesmo nos momentos delicados da narrativa, são, talvez, a máscara que Emanuel aprendeu a usar para lidar com as alucinações constantes que ainda atravessam sua vida. Os delírios lhe acometem de forma inesperada, seja em casa ou no trabalho, na hora do banho ou de dormir. Nesses momentos, ele se vê dominado por pensamentos, imagens do passado surgem em forma de flechas em sua mente como um presságio que busca castigar o seu futuro. Futuro este que ele vem tentando escrever a partir da ressignificação da sua trajetória.

O contato de Emanuel também me foi repassado pelo socioeducador da Semiliberdade. Ele tinha 21 anos quando nos encontramos para a primeira entrevista, realizada no dia 19 de dezembro de 2019, em uma Universidade Pública de Fortaleza. O encontro ocorreu no início da noite, por volta das 18h. Quando Emanuel desceu do Uber, eu já o aguardava na pracinha situada na entrada do Campus. Ainda um pouco de longe avistei aquele rapaz, com “cara de menino”, alto e franzino, se aproximando. Sua expressão e postura joviais destoavam, aos meus olhos, das suas vestes que passavam uma imagem mais séria e adulta. Nos cumprimentamos e fomos à procura de um local mais reservado, onde pudéssemos conversar com privacidade, sem sermos interrompidos. Nos acomodamos nos bancos de concreto, dispostos na área externa do bloco mais próximo à entrada do Campus.

Emanuel começou sua narrativa destacando a Bíblia como o elemento que mais contribuiu para a sua mudança de vida, pois nos momentos mais difíceis enfrentados, em que se sentiu sozinho e desamparado, foi a leitura da palavra de Deus que lhe trouxe conforto e esperança, conforme aponta em seu relato:

⁴⁸ Trecho da música “Alucinação”, de Belchior. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/belchior/153384/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

O que me ajudou a mudar mesmo, né, mudar assim de vida, parece até brincadeira, mas o que me ajudou mesmo foi a Bíblia. O que me ajudou a sair dessa vida foi a Bíblia. Porque eu tava na pior. Tava na pior mesmo. Todas as pessoas que eu confiava, meus amigos... a gente não tem amigos, né, mas tinha os mais chegados, e quando eu precisei não tava ali, sumiram tudim.

Até os oito anos de idade Emanuel viveu com os pais e as três irmãs em um bairro situado na periferia de Fortaleza. Na infância passava muito tempo do dia na rua e costumava assistir à movimentação do tráfico de drogas em sua comunidade, o que fez com que, cedo e aos poucos, começasse a prestar serviços ilícitos, como guardar armas e drogas em sua residência para os colegas e conhecidos do bairro, ainda sem uma vinculação mais direta.

Tipo assim, uma pessoa chegava pra mim e dizia: “ei, Emanuel, guarda isso aqui pra mim na tua casa”. Aí eu pegava e guardava. Entendeu? Coisas que não era pra eu tá fazendo. Eu tava colocando em risco a vida da minha família, né, a minha vida e a vida da minha família. Que às vezes era quilo de maconha, às vezes era arma, às vezes era bala, às vezes era droga toda cortada, entendeu? E eu guardava. Aí eu fui começando desse jeito, porque como as pessoas sabiam que eu não era envolvido, né, não tinha problema se deixar lá. Aí às vezes eu guardava. Aí foi tudo começando assim, de pouquim. Aí quando dá fé eu tava guardando um quilo de maconha. Aí tudo bem, né, ninguém desconfiou de nada. Aí quando era depois: “ei, Emanuel, guarda esse negócio aqui pra mim, depois eu pego”. Uma pistola, eu guardava. Aí foi começando, foi começando, aí quando dá fé começou a dizer: “ei, Emanuel, vai deixar isso aqui pra mim bem ali que eu te dou tanto”. Entendeu?

Para Emanuel isso já foi um reflexo do novo rumo que tomou sua vida após a separação dos seus pais, quando ele tinha oito anos. Além de ter ficado chateado com a separação, o que é compreensível para uma criança da sua idade, sentiu o impacto da ausência do pai em casa, tanto em termos afetivos quanto financeiros. A situação também lhe causava revolta ao observar o orgulho de sua mãe que, mesmo precisando de ajuda para as despesas da casa, não aceitava as ofertas do seu pai.

Eu queria ter as coisas, mas minha mãe não tinha condições de dar pra mim e minhas irmãs [...]. Aí meu pai chegava lá dizendo que queria ajudar, mas minha mãe sempre tinha o coração muito, muito duro [risos]. Não queria ajuda do meu pai. Não queria. Aí eu ficava vendo aquilo e me dava tipo uma raiva no meu coração. Dava uma raiva. Aí eu comecei a me misturar. Comecei a vender droga, comecei a fazer tudo que não presta. Mas eu nunca gostava de roubar não. O meu negócio era só tráfico. Só que uma coisa leva a outra. Eu comecei com tráfico, vendendo uma rocha, comecei vendendo balinha de branco, aí quando dá fé eu tava vendendo quilo, tava passando muito alto, já tava pegando dinheiro muito alto. E aquele negócio de dinheiro... eu tava precisando do dinheiro naquele momento, né, eu já tava, assim, com uns 14 anos, já tava ganhando muito dinheiro pra minha idade.

Já convivendo com adolescentes e jovens “envolvidos” e encontrando-se vulnerável diante da separação dos pais, ele foi aos poucos adentrando mais intensamente na dinâmica infracional do bairro. Destaca que não usava drogas nem costumava roubar, dedicando-se, na maioria das vezes, ao tráfico de drogas. O ganho de dinheiro “fácil”, oportunizado pelo tráfico de drogas e quando ele era ainda um adolescente, o deixou inebriado, embora ele tenha descoberto depois que tudo não passava de uma ilusão: *“eu tava achando que tava rico (risos). Tava achando que eu tava poderoso. Só que eu não tava. Ali era só ilusão”*.

Após a separação, o pai saiu de casa e foi morar em outro bairro. Mas, pouco tempo depois se reconciliaram e sua mãe se deslocou com ele e suas irmãs para morarem com seu pai. Emanuel não lembra ao certo quanto tempo ficaram no novo endereço, acredita que aproximadamente um ano. Depois disso os pais voltaram a se separar e ele com a mãe e as irmãs voltaram para o antigo endereço. Nesse período que se deslocaram para residir com o pai, recorda que ficou sem frequentar a escola e acabou atrasando, em um ano, os estudos.

Alguns anos após a separação definitiva, seus pais entraram em novos relacionamentos. Seu pai casou novamente e teve mais dois filhos (uma menina e um menino). Antes seu pai trabalhava como corretor de imóveis e após a separação mudou de endereço várias vezes. Hoje mora no interior do Ceará com a nova família e trabalha com a agricultura e criação de animais. Sua mãe também casou novamente. Emanuel lembra que no começo não gostava do padrasto, principalmente por ele ser “envolvido” na criminalidade e usar drogas, pois isso o deixava revoltado pelo fato de sua mãe ter se separado do seu pai para ficar com ele. Mas, com o tempo, apegou-se ao padrasto, costumavam passar a noite jogando vídeo game e recebia muitos conselhos dele.

Minha mãe era junta com um cara e eu gostava muito dele. Era tipo um amigo muito próximo. Era como a pessoa dizer, padrasto. Mas eu considera ele um amigo. Porque o que eu queria era uma parceria homem dentro de casa, entendeu? E aquele cara ele era muito legal comigo, né? Ele muitas das vezes chegava e me dava conselho.

Um episódio ocorrido na sua infância o marcou profundamente e contribuiu para a sua inserção na trajetória infracional, pois na época ele era ainda uma criança de cerca de 10 anos e não se considerava “envolvido”. Certo dia, quando foi buscar a mãe, que na época trabalhava em uma lanchonete, Emanuel passou em frente à comunidade de grupo rival e alguns garotos o derrubaram e o levaram para dentro do bairro. Chegando no local, algumas pessoas que conheciam seu pai o reconheceram e a mulher, chefe do bairro, ordenou que o soltassem.

Ele voltou para casa correndo e com muito medo. Não quis revelar o ocorrido para a mãe, quando esta questionou seu comportamento. Os garotos que o abordaram, sobretudo o líder do grupo, ficaram ameaçando-o pelas redes sociais, na época, o *Orkut*. Com isso, ele passou a nutrir em si muita raiva e medo de morrer, assumindo um comportamento nervoso e assustado, com receio de que o grupo o abordasse novamente ou a sua família, de modo inesperado. Diante disso, decidiu compartilhar o ocorrido com um colega do bairro e este lhe emprestou uma arma de fogo.

Depois que me derrubaram eu fui pra casa correndo, né, com medo, eu não consegui dormir nesse dia. Eu não consegui dormir. Cheguei em casa todo me tremendo, com medo (risos). Eu fiquei em casa com medo, me tremendo. Criança. Aí a minha mãe perguntou o que tinha acontecido, quando ela chegou. Aí eu peguei e disse: Não, foi nada. Não falei. Não falei. Falei com uma pessoa, né, só que foi depois. Aí o que foi que aconteceu? Essa pessoa... (risos) essa pessoa não teve a noção do que ela fez, né. Mas o que foi que ela fez? Ela deu uma arma pra mim. Entendeu? A minha reação foi depois. Por quê? Porque ficaram me ameaçando mesmo assim.

Com a arma em mãos, não pensou duas vezes e se dirigiu à comunidade rival sozinho para revidar as ameaças sofridas. Foi a primeira vez que usou arma de fogo. Não chegou a matar ninguém, mas deixou a vítima baleada e, a partir desse dia, envolveu-se por completo no “mundo do crime”. Passou a ser uma figura conhecida e, de certo modo, marcada pelo grupo rival. Adquiriu os primeiros inimigos que foram crescendo significativamente no decorrer da sua trajetória e por conta disso passou a andar sempre armado.

Antes, porém, precisou realizar um assalto para restituir as balas que tinha gastado da arma do amigo. Na ocasião assaltou uma bomboniere e utilizou a própria arma do amigo que estava sem bala. Confessou ter se arrependido da ação, entretanto, depois de devolver a arma, decidiu comprar uma para si e acabou participando de um novo assalto, dessa vez com outra pessoa, conforme relata no trecho a seguir:

E: Eu cheguei naquelas coisa que vende bombom, bomboniere, né? Que vende tudo pra uma bodega, tipo um depósito, né? Aí cheguei, anunciei o assalto, aí o cara pensava que era brincadeira (risos). Aí ele continuou lá, fazendo as coisa dele, não acreditou. Aí eu peguei e falei de novo, aí ele percebeu que era de verdade. Aí ficou mais nervoso, levantou as mão, aí eu peguei tudo, né. Só que depois disso eu me arrependi, sabe? Eu me arrependi. Nesse dia eu me arrependi.

P: E tu foi com a arma nesse dia?

E: Fui com a arma dele [amigo]. Sem bala (risos). Depois eu me arrependi. Me arrependi. Na mesma hora. Quando eu cheguei em casa eu me arrependi. Num valeu a pena não. Aí eu levei, comprei as bala daquele cara, aí sobrou um dinheiro pra mim. Aí o que foi que eu fiz? Ah, vou comprar uma pra mim, vou fazer outro assalto. Aí, depois que eu comprar, num faço mais assalto não, eu pensei. Eu pensando, né? Aí eu peguei, dessa vez que eu fui fazer esse assalto foi com outra pessoa, né? E eu peguei

e fui fazer. Esse segundo assalto foi um carro, eu acho. Foi um carro que a gente tomemos. Aí ele pegou e vendeu esse carro. O cara que tava mais eu vendeu e me deu a minha parte. Aí com a minha parte e o dinheiro que eu tinha, juntei e comprei. Comprei uma arma. Aí pronto, não vou mais roubar. Fiquei com ela, todo tempo.

Ele soube depois que a vítima do primeiro atentado, o mesmo que vinha liderando as ameaças contra ele, se recuperou dos ferimentos, mas foi assassinado posteriormente por outra pessoa. Confessa que ficou feliz quando soube da notícia, pois isso sinalizava uma trégua nos conflitos e a sensação da vida voltando à sua normalidade. Todavia, logo ele percebeu que essa percepção não passava de uma utopia, pois, uma vez inserido no “mundo do crime”, *“você vai, mas não sabe se volta”*. Nesse sentido, as pessoas que haviam visto Emanuel, no dia do atentado, sabiam quem ele era e continuaram lhe ameaçando. Assim, ele voltou à comunidade rival e dessa vez chegou a cometer um homicídio, o qual justificou como “legítima defesa”, uma vez que, ou ele matava ou corria o risco de ser morto. Diante do medo e da incerteza que vinha lhe consumindo e tirando sua concentração, sobretudo dos estudos, tomou a iniciativa da ação fatal, porém sem refletir que, ao invés de acabar seus inimigos, ele estava intensificando a multiplicação desse exército, como pode ser observado no seu relato:

Só que quando o cara morreu, eles continuaram. Pegaram, ficaram falando comigo, dizendo que eu ia morrer e tal. Aí eu fiquei com mais medo, porque eu pensava que tinha acabado. Depois que ele morreu eu fiquei feliz. Porque eu pensava que tinha acabado, né? E eu ia ficar tranquilo na minha vida. Mas não, as pessoas começaram a me ameaçar e foi aumentando as ameaça, aumentando. Aí eu peguei e: não, num vou morrer não. E nesse tempo eu estudava, fazia curso. Eu tenho curso de informática, tenho curso de empreendedorismo, tenho curso de segurança de apartamento. Eu tenho um bocado de curso, porque eu gostava de estudar. Eu gosto de estudar. Mas eu não parei de estudar. Mas isso aí tava me tirando. Tipo, assim, o foco, eu não conseguia me concentrar, eu ia pro colégio com medo. Eu tinha medo de tá no colégio e alguém entrar e me matar na sala. Eu ficava com medo. Até pra escola eu cheguei a ir armado. Num sei se eu falei. Eu ia armado pro colégio. E foi uma época muito difícil, por isso que eu cheguei a matar, porque eu queria fazer uma coisa que eu não tinha nada a ver, mas eu tinha que fazer porque se não eu ia morrer. Mas não foi uma vontade minha. Não, vou matar porque eu tenho um coração ruim, tem que morrer mesmo. Não, foi não. Foi tipo assim, foi uma legítima defesa. Entendeu?

A aproximação com o padrasto o levou a descobrir seu “envolvimento” em um trabalho ilícito. Emanuel aprendeu o referido trabalho e logo passou também a exercê-lo e foi através dele que recebeu o convite para fazer parte da facção criminosa GDE. Os detalhes do referido trabalho e de como adentrou à facção estão descritos abaixo:

Meu padrasto era um pouquim doido (risos). E ele tinha um envolvimento, não em facção, mas vamo lá, ele não tem culpa por eu ter me envolvido. Não tem culpa. Vou deixar bem certo que ele não tem culpa de nada que eu me envolvi, essas coisas não.

Mas ele tinha umas coisa errada. Por exemplo, ele ficava mandando mensagem pra um monte de número. Isso se chama Telemar, que acontece dentro dos presídio. E ele trabalhava com isso. Entendeu? Ele ficava só em casa. E eu ficava pensando: como que ele tem dinheiro se ele fica só em casa? (risos). Aí eu fiquei pensando, depois fiquei olhando aí eu percebi. Até que depois eu comecei também. Apreendi. Fiquei fazendo também. Era um celular... só dá pra fazer com poucos celulares. [...]. E dava pra mandar 100 mensagem por minuto. Aí como é que funcionava? Num tem os botão? Por isso que só dava pra ser com eles, porque tinha as opções, entendeu? Aí tinha o botão, no botão você tinha que apertar o asterisco e ir só diminuindo os número. [...]. Aí toda vez que eu botava um número enviava 100 mensagem, pra cem pessoa diferente. Entendeu? E essas mensagem, oh, era tipo essas mensagem que manda da Oi: “Oi, você ganhou...”; “Oi, você concorreu...”. Né? Pronto, essas mensagem aí. E muita das vezes a gente derrubava, né, pessoas que tinha condição. A pessoa pegava e ficava bem interessada, a conversa bonita, né, da mensagem. Aí retornava, às vezes, a pessoa mesmo retornava. Aí quando retornava a gente pegava e falava. Porque quando a gente tava com o celular fazia só assim, oh: “central de atendimento...”. Aí falava da operadora, né? Aí quando percebia... vamo dizer... a vítima, né, tava prestando atenção na conversa, a gente fazia o quê? A gente segurava aqui, oh, pra mandar a conferência pra outra pessoa dentro da cadeia. Que lá... por isso que eu conheci o meu padrinho, porque umas das vezes ele que atendia lá. Quando ele atendia eu ficava aqui escutando a conversa, às vezes, mas aí quem falava era ele. Porque eu não sou muito de falar assim bem direitinho não. Parecia um doutor (risos). Eles falavam bem direitinho que era tão bonita a conversa (risos) que tinha vez que derrubava R\$10.000,00. Macho, e eu não sei como esses pessoal caía.

[...] Aí com isso conheci meu padrinho. Através disso. Desse negócio de Telemar. Ele começou a ligar pra mim e tal. Nós viramo amigo. Amigo assim, né, conhecido e começou a ligar e falava comigo. Aí começou a dizer: “ei, mah, vamo fazer parte de um negócio?” O quê? Fui me interessando, ele foi falando. Aí fui percebendo. Como eu tinha inimigo, na hora eu pensei assim: é, vai ser legal, porque caso aconteça alguma coisa comigo eles vão cobrar. Aí eu fiquei pensando nisso, né? Aí peguei e caí nisso. Caí nessa lábia (risos)... Aí eu peguei e caí. Fui e se batizei.

Como na época já tinha muitos inimigos, imaginou que se integrar a uma facção criminosa poderia ser interessante, pois caso algo acontecesse com ele o grupo poderia cobrar. Assim, aceitou o convite e se “batizou” na GDE: *“a pessoa que me apadrinhou disse assim: ‘olha, nós vamo tá contigo quando tu precisar’ e tal. Aí a conversa foi tão bonita. Foi tão legal [risos] que me levou a ir me batizar em facção. Só que eu não sabia que tava era crescendo mais meus inimigos. Não tava diminuindo”*. Quando se deu conta disso, veio o arrependimento, mas já era tarde demais: *“eu parei pra pensar: ‘meu Deus, fui acabar foi com tudo, não era pra eu ter feito isso não. Só que não tinha mais volta”*. Isso porque, no estatuto da facção não havia opção para a desistência, esta só poderia ocorrer por três razões aceitáveis: por morte, por mudança de facção ou pela entrada na igreja evangélica. Naquele momento Emanuel não via possibilidade, pois não pretendia ir para uma facção rival e não se sentia preparado para se tornar cristão.

Emanuel teve participação em vários atos ilícitos no decorrer de sua trajetória infracional, como tráfico de drogas, tentativas e práticas de homicídios. Entretanto, foi

apreendido enquanto circulava com amigos em um carro roubado. Na ocasião, houve tentativa de fuga e ele portava uma arma de fogo. Mesmo andando sempre armado, ele ressalta ter sido a primeira e única vez em que foi abordado pela polícia, pois: *“andava bem direitinho, arrumado”*. Depois da apreensão, ele foi levado à DCA e depois liberado. Um ano depois, quando ele cursava o final do 3º ano do ensino médio, e havia completado 18 anos há pouco tempo, foi chamado para uma audiência: *“na hora foi um desespero. Porque uma coisa é você ir preso na hora que você fez o ato, outra coisa é depois de passar um ano”*.

Foi então para a audiência e do local mesmo encaminhado para o Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider, que é um Centro de internação. Entretanto, só houve tempo de ele entrar e conhecer o local, pois logo em seguida vieram buscá-lo e o levaram para o Centro de Semiliberdade, onde cumpriu medida socioeducativa: *“uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida foi eu ter ido pra Semi. Se eu não tivesse ido pra lá eu acho que eu não teria mudado. Recebi muitos conselhos dos socioeducadores e da diretora [...]. Foi bom eu ter ficado ali. Foi bom. Foi muito legal”*. O porquê da mudança repentina de Centro ele não soube explicar.

Lembra que, na época que cumpria medida na Semiliberdade, um de seus cunhados, o qual considerava como um irmão, foi assassinado e isso o deixou profundamente abalado e desestabilizado emocionalmente. O ocorrido se deu em um sábado, quando Emanuel encontrava-se em casa para passar o final de semana. No dia seguinte os amigos o chamaram para vingar a morte. Sua reação inicial foi de recusar o convite, mas, mesmo indeciso, acabou participando e depois de vingarem a morte do ex-cunhado ele seguiu para a Unidade.

Ao chegar na Semiliberdade, chorou muito e refletiu sobre o que vinha acontecendo em sua vida: *“eu chorava. Chorava muito pra mim sair dessa vida. Só que não tinha ajuda. Eu não tinha ajuda de ninguém, assim. As pessoas que chegavam pra me dar conselhos chegavam pra me criticar e diziam assim: ‘olha, tu não vai chegar até os 18 anos’”*.

Mesmo “envolvido” com atos infracionais, Emanuel nunca desistiu da escola e de acreditar que a conclusão dos estudos era algo importante para a construção do seu futuro: *“traficava no colégio. Ia armado pro colégio [risos]. Mas nunca parei de estudar porque eu sabia que no futuro eu ia precisar dos estudos para ser alguém”*. Essa sua percepção sobre a escola era um reflexo dos conselhos e incentivos de sua mãe: *“olha, a única coisa que eu tenho pra te dar é os estudos. Estuda. Estuda. Estuda porque no teu futuro tu vai ser alguém”*. Ele gostava de tudo na escola, nunca reprovou, tinha bom rendimento escolar e boa relação com os

colegas e professores. Sua única dificuldade era com Língua Portuguesa, matéria em que costumava ficar de recuperação.

Quando criança frequentava a igreja com seus pais que eram evangélicos, mas sua maior aproximação se deu na época em que cumpriu medida na Semiliberdade, quando sua mãe, em uma de suas visitas à instituição, levou a Bíblia que o havia presenteado, anos atrás. Nesse período, começou a ler a Palavra divina também impulsionado pelos momentos de espiritualidade, proporcionados pelos socioeducadores nas dinâmicas matinais e pela igreja evangélica que realizava encontros semanais na Unidade.

Quando saiu da Semiliberdade decidiu mudar de vida, mas como integrante de uma facção a única saída aceitável e viável para ele era entrar na igreja. Foi o que ele fez. Entrou na igreja evangélica e pediu desligamento da facção. Queria estudar e trabalhar, não queria mais a vida que vinha levando. Confessa que inicialmente foi difícil. Sentiu medo. Embora estivesse decidido a mudar e já frequentando a igreja, lembra que no começo ainda ia para o culto com uma pistola na cintura e quando voltava para casa ia vender droga.

Em 2018, quando já caminhava na sua reconstrução de vida, Emanuel sofreu um atentado em frente ao trabalho. Um homem se aproximou por trás dele e fez vários disparos com uma arma de fogo, porém nenhuma bala saiu no momento. Quando ocorreu ele apenas sentiu a movimentação próxima e desconfiou, mas não se virou para olhar. Quando entrou na empresa pode confirmar pelos colegas e pelas câmeras de segurança. Interpretou a situação como livramento divino e a partir desse dia passou a confiar mais em Deus.

E eu já levei atentado, agora, nesses tempos. Agora esse ano não, mas ano passado levei um atentado de frente onde eu trabalho. Um cara me seguiu. As câmeras lá do meu trabalho tava olhando. Se não fosse filmado eu não ia acreditar. O cara parou o carro, botou a pistola pra fora... Senhor, eu não vou olhar pra trás, eu não vou correr, eu confio em Ti. Foi uma coisa louca. Uma coisa muito louca. Aí o que foi que eu fiz? Deixei ir. Aí quando eu entrei, a gente aperta um botão e a porta abre, né? Quando eu cheguei lá dentro todo mundo tava assustado porque todo mundo tava vendo pela câmera. Aí todo mundo tava assustado aí perguntou, né, o que tinha acontecido. Aí eu: macho, eu não sei não o que aconteceu. Eu não olhei pra trás, mas escutei. Só que eu sabia o que tinha acontecido, mas eu não olhei. Pois olhe aqui, Emanuel. Aí eu olhei na câmera. Quando eu olhei, o cara botou a pistola pra fora e apertou um monte de vez. Apertou um monte de vez. Apertou um monte de vez. E na hora eu comecei a chorar (risos). Eu comecei a chorar na hora. Não sei, foi Deus ali. Aí tem gente que diz assim: “ah, eu não acredito em Deus não”. Mas eu acredito. Porque tu é doido, se não fosse Ele, eu não tava aqui não. Não tava. E me mostraram a filmagem, o cara atirando e não saiu nenhuma bala.

Porém, nesse período, um acontecimento deixou Emanuel muito triste e abalado, quase o desestabilizando por completo no processo de mudança que buscava em sua vida. Era

um final de semana e Emanuel se encontrava em um retiro espiritual quando recebeu a notícia que seu padrasto havia sido assassinado:

Naquela hora ali, tipo assim, destruí dentro de mim. Eu não queria mais ir pra igreja. Não queria. Eu queria sair dali e ir fazer besteira [...]. Ir atrás de cobrar. E foi muito difícil pra mim porque esse cara era amigo meu, era, tipo assim, um irmão [...]. Eu me senti muito abalado por causa disso.

Emanuel havia convivido com o padrasto por cerca de dez anos e durante esse tempo desenvolveram uma relação intensa. A figura do padrasto era a representação de todas as figuras masculinas, antes ausentes ou pouco presentes, em sua trajetória: a de pai, a de irmão e a de amigos.

Depois do ocorrido começou a perceber que “os parceiros” do bairro passaram a olhar para ele de modo diferente e começou a estranhar o novo comportamento. Desconfiado, ficou em alerta e passou a andar armado até mesmo para a igreja. A preocupação e o medo persistiram e ele decidiu viajar e ficar um período no interior do Ceará, onde seu pai estava residindo na época. Seria melhor para “acalmar a mente”, pensou ele. No interior começou a ler a Bíblia mais intensamente e a acreditar mais em Deus.

Ele se adaptou bem à vida pacata do interior. Na época o pai trabalhava viajando muito e para não ficar sozinho pediu para morar com uma senhora da comunidade com quem fez amizade e passou a chamar de vó. Residiu por cerca de um ano no local e pretendia ficar morando de vez, mas quando retornou a Fortaleza com a intenção de pegar umas coisas suas, reviveu as lembranças, sentiu saudades e desistiu de retornar. Antes de voltar para o seu antigo endereço ainda ficou dois meses na casa da avó paterna, na RMF.

Só que eu tinha vindo pra Fortaleza pra pegar só umas coisa pra voltar pra lá [interior], não ia mais voltar pra cá, porque eu gostei demais do interior. [...] Num tem nem comparação. É muito bom. Oh, eu todo dia tomava banho de lagoa, saía pra caçar (risos). Era muito legal. E tinha serra. Era muito bom. Aí eu gostei muito. Fiquei totalmente afastado de todo tipo de pessoa, lá não tinha muito acesso à internet, entendeu? Então eu fiquei desligado do mundo. Foi um período que mudou a minha vida totalmente. Totalmente. Eu tava precisando daquilo. Foi... vai mudando por etapas, né, a sua vida e uma das coisa que mudou mesmo assim foi eu ter ido prali, porque foi muito bom. Tem comparação não. Foi, tipo assim, um paraíso (risos).

Embora apoiado na fé e com as perspectivas de reconstruir sua trajetória, Emanuel não tem conseguido se livrar totalmente das sombras do seu passado e carrega consigo muitos medos, sobretudo do exército de inimigos que acredita ter construído. Com parte dos seus

pensamentos caminhando na direção contrária do seu corpo, o relato de Emanuel demonstrou um forte adoecimento mental e sua luta diária para manter seu equilíbrio emocional.

Eu tinha medo. Tinha muito inimigo. Ficava na calçada com medo. Eu andava armado pra tudo que é canto. Eu ia dormir botava a pistola na minha mão e ficava olhando pra porta. Isso não é vida não. Eu ia tomar banho colocava a pistola na tampa da privada e ficava olhando pra porta. Isso não é vida [...]. É um terror. É um filme de terror que a pessoa passa. Mas é como a palavra de Deus fala: ‘tudo que você planta, você colhe’. Só que quando tamo com Deus a gente colhe diferente. Ele vai te livrar. E eu acreditei. Acreditei e acredito.

Ele ainda vive atormentado com seus pensamentos. Destacou que havia gostado de conversar comigo, que aquilo tinha sido como uma terapia, pois ele nunca havia desabafado com outras pessoas algumas informações sobre seu passado: “às vezes a gente precisa esvaziar o que passou, né? Esvaziar o que já sentiu, o que tá sentindo. Porque é pesado, é cansativo, a mente trabalha todo o tempo”. Na Semiliberdade, mesmo sentindo-se acolhido por todos os funcionários e conversando com as psicólogas e a diretora, não se sentia confortável para falar determinadas coisas, tendo em vista que isso poderia prejudicar seu processo. Então, sempre precisou enfrentar sozinho os pensamentos que retomam constantemente para assombrá-lo.

O meu pensamento, às vezes, eu tô trabalhando, aí quando dá fé aparece, é... parece que eu tô vendo, né, eu matando pessoas ou então morrendo. Só desse jeito, meus pensamentos. Às vezes eu vejo minha mãe morrendo. Às vezes eu vejo minhas irmãs. Aí eu fico naquele negócio. Começo a chorar no trabalho. Eu tô trabalhando aqui, aí quando dá fé, só nos meus pensamentos, aí quando dá fé a lágrima desse. [...] Maltrata todo dia. Maltrata os pensamentos.

A questão financeira foi outra grande dificuldade quando decidiu sair do “mundo do crime”, pois não tinha mais acesso ao dinheiro “fácil”, antes adquirido com a venda das drogas. Relata que seus estudos não foram suficientes para eliminar o medo e a desconfiança que as pessoas tinham dele, por conta da sua trajetória infracional.

A oportunidade surgiu por intermédio de um tio, que o levou para trabalhar com ele na elaboração de prótese dentária, inicialmente como aprendiz por cerca de seis meses. Depois disso, continuou trabalhando com seu tio por igual período. Em seguida seu tio o indicou para um laboratório na mesma área no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza. Todavia, lembra que no começo, embora seu chefe lhe tenha dado um voto de confiança contratando-o, também agia com discriminação, deixando espalhados dinheiro e objetos de valor, propositalmente, como forma de testar sua honestidade.

Após encarar o chefe de frente, observou uma mudança de comportamento por parte dele, que o convidou para realizar trabalho extra na empresa aos finais de semana. Entretanto, após essas e outras experiências negativas, como a demora para receber o salário, com aproximadamente um ano no local ele decidiu buscar outras oportunidades. Saiu do emprego e, após dois meses desempregado, conseguiu um novo trabalho em uma cidade situada na RMF, também com o auxílio e indicação do tio. No novo laboratório, local que está até o momento, logo fez amizade com o proprietário, que é também professor universitário. À medida que ganhou mais experiência, passou a atuar de forma autônoma em outros locais, pois percebeu que assim conseguia elevar sua renda. Desse modo, está trabalhando no momento em quatro laboratórios. Embora não tenha carteira assinada, frisou que a produção é alta e consegue ganhar relativamente bem, em média R\$800,00 por semana.

Vale destacar também que ele tem frequentado a igreja evangélica desde sua saída da Semiliberdade, assim como tem o hábito de ler a Bíblia diariamente. Durante as entrevistas citou trechos bíblicos em vários momentos e se subsidiou deles para traçar argumentos e reflexões sobre sua trajetória. Teve um período que esteve imensamente integrado nas atividades da igreja, participando quase diariamente dos cultos. Ele sabe tocar três instrumentos: violão, bateria e contrabaixo. Fazia parte do grupo de música da igreja e tocava em todos os cultos, inclusive, foi líder do ministério de louvor por um tempo. Ultimamente, confessa que tem estado mais afastado da igreja, embora continue frequentando semanalmente. Segundo relata, tinha um vínculo muito próximo com o pastor da sua igreja, mas passou a desaprovar alguns comportamentos dele e, após chamar sua atenção, percebeu que ele se afastou. Desse modo, tem buscado frequentar outras igrejas na comunidade e só toca nos cultos quando é convidado.

Pouco tempo depois da sua saída da Semiliberdade, terminou um namoro de cerca de cinco anos, iniciado ainda na adolescência com uma menina que estudava com ele. Logo depois, entrou em um novo relacionamento. Após alguns meses ela engravidou e decidiram morar juntos. O filho estava com pouco mais de dois anos na última entrevista e, embora não tenha sido uma gravidez planejada, confessa ser apaixonado pela criança e que tem gostado da experiência da paternidade, a qual lhe trouxe mais amadurecimento.

A segunda entrevista ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2020, na minha residência em Fortaleza. Na ocasião, recapitulei a primeira entrevista mediante questões para melhor compreensão e aprofundamento. A terceira entrevista ocorreu no dia 09 de dezembro de 2021

em um Shopping de Fortaleza, na qual questionei acerca dos espaços de socialização vivenciados pelo interlocutor, os quais ainda não haviam sido abordados em sua narrativa.

4.8 PAULO: “A PALAVRA DE DEUS ME DEU UMA NOVA VIDA, UMA NOVA HISTÓRIA”

“Pra aqueles que querem fugir da realidade
 cuidado com aquilo que te faz voar
 mas depois tira o seu céu
 e o que sobra? É só o inferno [...]”
 A necessidade fez o menor se envolver
 com 13 começou a usar, com 15 a vender
 não tem nada a perder, então, vai parar pra quê?
 Dezoito ano, 157, preso sem viver [...]”⁴⁹.

A indicação de Paulo para participação na pesquisa foi feita por uma pedagoga do CREAS Rodolfo Teófilo. O primeiro contato que estabeleci com ele se deu pelo *WhatsApp* no dia 09 de dezembro de 2019, em que ele aceitou participar da pesquisa e disse sentir-se honrado com o convite. O conheci pessoalmente para a realização da primeira entrevista no dia 08 de fevereiro, às 14h30min em sua residência, em uma cidade da RMF. A demora para encontrá-lo pessoalmente ocorreu devido à dificuldade de encontrar um horário disponível, tendo em vista que ele trabalhava durante a semana e só tinha disponibilidade à noite, o que dificultava meu deslocamento. Além disso, embora próxima de Fortaleza, eu só conhecia a cidade de passagem.

Marcamos, então, nosso encontro para o final de semana, em um sábado à tarde. Decidi, por questão de segurança, ir de Uber. O inusitado é que, quando solicitei a viagem pelo aplicativo, o motorista me enviou mensagem perguntando sobre a viagem, questionando se o local era tranquilo, com a abreviação de risos (rs) ao final da pergunta. Confirmei o destino, mas disse que não conhecia o endereço. Porém, pela localização apresentada no mapa, demonstrava ser relativamente tranquilo, uma vez que o local ficava situado nas proximidades da rodovia de acesso à cidade.

⁴⁹ Trechos da música “Ilusão” (Cracolândia), composição de Alok, Mc Hariel, Mc Davi, Mc Ryan SP, Salvador da Rima e Djay W. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mc-davi/a-cracolandia-part-mc-hariel-mc-ryan-sp-salvador-e-alok/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Logo quando nos aproximamos do endereço, avistei uma jovem mulher na porta de entrada como se já aguardasse minha chegada. Ela demonstrava, no olhar, um jeito muito tímido e calmo de ser. Em seguida, surge atrás dela, supostamente seu esposo e o rapaz a quem eu iria entrevistar. Cumprimentei ambos e Paulo me convidou para entrar e sentar. A sala era um cômodo pequeno com poucos móveis, apenas um sofá, algumas cadeiras e um rack, em cima do qual encontrava-se uma TV, um ventilador e algumas Bíblias. A porta de entrada permaneceu aberta durante toda a nossa conversa, mantendo certa conexão com a movimentação que se passava na rua. Paulo ligou o ventilador, baixou o volume da TV, que estava ligada, e sentou-se no sofá. Eu sentei em uma cadeira de frente a ele e de lado para a rua. A sala tinha também uma janela voltada para a rua, de modo que o cômodo, embora pequeno, apresentava tanto iluminação quanto ventilação natural. Já acomodados, retomei as explicações dadas a ele por mensagem sobre a pesquisa e seu objetivo, envolvendo o procedimento da entrevista, o anonimato e assinatura do termo de consentimento.

Paulo tinha 29 anos no dia da primeira entrevista. Estava no seu segundo casamento, a cerimônia havia ocorrido recentemente, há pouco mais de um ano, e a esposa esperava uma filha do casal, prevista para nascer em breve. Ambos já tinham filhos de relacionamentos anteriores, entretanto não moravam com eles. A filha de Paulo residia com a mãe e a filha de sua esposa era criada pela mãe dela. Assim, ele morava apenas com a esposa.

Logo no início de sua narrativa, Paulo destacou ter nascido em uma família humilde. Perdeu o pai quando tinha apenas oito meses de vida e cresceu sem saber o significado de ter um pai e uma mãe, pois, depois da morte do seu genitor, sua mãe desenvolveu problemas psicológicos, de modo que ele e os irmãos (um irmão e uma irmã⁵⁰) ficaram aos cuidados da avó paterna e cresceram em meio a muitas dificuldades, sobretudo de subsistência.

Eu nasci numa família humilde, né. Quando eu nasci, poucos meses de vida, né, meu pai morreu. Já morreu nessa vida. Mataram ele. Já a minha mãe, quando meu pai morreu, ela ficou com problema psicológico, né, ficou louca. E ali, bem dizer, eu só tinha minha vó, né, que hoje eu não tenho mais, e eu fui criado, bem dizer solto no meio do mundo, né, sem pai, sem mãe.

⁵⁰ Paulo disse ter mais um irmão e uma irmã por parte de mãe, que foram fruto de duas gravidezes da mãe no período que ela estava doente. Como a própria mãe não teria condições de criar, nem a avó, as duas crianças foram doadas. O irmão foi adotado por um pastor que mora na rua onde a família de Paulo residia em Fortaleza e recentemente souberam da localização dele por conta de um primo que está morando também no bairro e comunicou. Ele e a família marcaram um encontro em uma churrasceria e reencontraram o irmão. Já a irmã, não conseguiram reencontrar até o momento, a notícia que se tem é que ela foi adotada por uma família que mora fora do Brasil.

No relato de Paulo, foi possível enxergar o retrato da fome que marcou sua infância e adolescência, bem como de sua família. Fiquei sensibilizada ao ouvi-lo, lembrei dos diários de Carolina Maria de Jesus⁵¹ e de como a fome volta a assolar os brasileiros mais pobres⁵². Quantas crianças e adolescentes estão vivenciando realidades semelhantes à de Paulo? Quais são as suas estratégias de sobrevivência? O que isso pode interferir nas suas trajetórias?

“A fome também é professora”, já dizia Carolina Maria de Jesus (2014), e essa alfabetização Paulo recebeu cedo, antes mesmo de frequentar a escola. Quando criança, recorda que ele e os irmãos juntavam-se para andar pelas ruas em busca de ajuda para saciar a fome, e sua avó costumava pedir esmolas aos vizinhos para garantir a sobrevivência da família, pois faltava-lhes condições para a realização das refeições básicas, diariamente.

Nossa vida nós tudo pequenininho assim era... bem dizer, assim, quando nós se juntava, nós ia pedir ajuda nas casas [...]. Nós num tinha pai, num tinha mãe pra dá alimentação. Foi difícil. Foi por isso que, não é desculpa, né, mas foi por isso, né, que a gente entrou nessa vida da criminalidade. Não tinha oportunidade de nada. Aí foi mais difícil.

A ausência de alimentos e de uma alimentação digna foi suprida, em parte, com a inserção de Paulo e dos irmãos na creche e, posteriormente, na escola:

E eu, assim, quando estudava, né, por eu... eu era muito interessado quando eu era criança, aí a diretora me ajudava. As pessoas que faziam a merenda, né, que sabiam que a gente tinha dificuldade em casa, sempre elas davam um pouco a mais a gente. Muitas vezes a gente não tinha o que merendar, merendava no colégio. Aí quando estudava à tarde, bem dizer, saía sem o almoço. Almoçava bem dizer lá, né. Aí elas sempre... como elas sabiam, elas pegavam e davam ali uma merenda a mais a gente, aí a gente comia. A gente comia bem era no colégio. Eu fiquei muito amigo das diretora, das professora, elas sempre me ajudavam, me deram uma força, assim, uma atenção melhor, né.

As lembranças da época de escola são um alento quando Paulo pensa no passado e na difícil realidade vivenciada na infância e adolescência. A instituição escolar lhe reporta uma

⁵¹ Mulher, negra, favelada e escritora brasileira. Nasceu em Minas Gerais em 1914, mas mudou-se para São Paulo onde passou a viver na favela do Canindé, na zona norte da cidade. Para sustentar ela e os três filhos trabalhava como catadora de recicláveis. Em seu primeiro livro, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, publicado em 1960, retrata em forma de diário as dificuldades e superações da vida na favela, sobretudo para lidar com a fome. Carolina Maria de Jesus faleceu no dia 13 de fevereiro de 1977, em São Paulo, aos 62 anos de idade.

⁵² Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, divulgado pela VIGISAN em 2021: “eram 10,3 milhões de pessoas em IA [Insegurança Alimentar] grave em 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020. Portanto, neste período, foram cerca de nove milhões de brasileiros (as) a mais que passaram a ter, no seu cotidiano, a experiência da fome” (p. 53), demonstrando, assim, o aumento da fome no Brasil. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

memória afetiva guardada com muito carinho e gratidão, de um espaço em que ele se sentia vivo e feliz, pois tinha acesso à alimentação de qualidade, amigos, brincadeiras, estudo, assim como era acolhido com atenção e respeito pela direção, professores e colegas.

No colégio eu gostava de tudo, né. Gostava do recreio que jogava bola, né. E da alimentação também, né, porque eu tinha uma alimentação boa no colégio. Gostava assim, quando tinha uma matéria nova. Eu era muito brincalhão. Sempre fui esse menino brincalhão no colégio, espontâneo, né, que conversava, mas quando tinha uma matéria nova, eu não queria conversa com ninguém, eu aprendia mesmo. As professoras tudo... elas sempre via que eu... elas sempre me davam uma atenção maior, assim. Elas sempre me davam um crédito ali. Que eu tirava as dúvidas, né, tudo que tinha no colégio, ali, quando tinha uma matéria nova eu tirava as dúvidas e aprendia mesmo. Depois ia lá na lousa e respondia os problemas. Eu sempre... graças a Deus eu... Toda vida, em negócio de colégio, ficava as meninas, assim, tudim do lado queria fazer grupo comigo, pra ganhar as respostas das coisas, que eu só ganhava nota boa. E eu tenho vontade de voltar a estudar. Eu tenho uma facilidade muito grande de aprender as coisas. Tipo, se eu trabalhar com qualquer pessoa em uma profissão eu tenho essa facilidade de aprender as coisas.

A instituição escolar, mesmo desempenhando bem-estar e encantamento a Paulo, não foi capaz, sozinha, de prevenir seu envolvimento em atos ilícitos. Ele estava envolto em uma realidade complexa, fragilizada e vulnerável, escassa de condições mínimas de sobrevivência, oportunidades e políticas públicas. Vista do âmbito familiar, sua entrada no “mundo do crime” repetia os passos daqueles que vieram antes dele, sendo relatada por Paulo como algo já esperado, diante do histórico de criminalidade na família, já tendo perdido o pai, um irmão, tios e primos para o crime:

[...] Família todinha já tinha um histórico de vida assim, né, de cair na criminalidade. Já tinha perdido tios pra criminalidade, meu irmão. [...]. Perdi primos também na criminalidade. E comigo não foi diferente, né. Já vinha de uma família que já tinha envolvimento nisso, que muitos já tinha ido preso, alguns já tinham morrido na criminalidade. E não foi diferente eu também.

Por incentivo de um primo, usuário de drogas, experimentou cigarro de maconha pela primeira vez aos 14 anos de idade. Ficou viciado na droga, mas depois de um tempo já não se sentia saciado, passou então a consumir crack e também cocaína. Encontrou nas drogas um meio de esquecer, pelo menos por instantes, as dificuldades que enfrentava: *“era uma coisa que me fazia esquecer da dificuldade que eu tinha, né. Passava necessidade muitas vezes no alimentar, né, em casa faltava comida. Já passei muita fome, né, na infância”*. Entretanto, quando começou a consumir crack viu a necessidade de roubar para comprar a droga:

Aí quando você passa a usar o crack, aí é aonde você vai passar a roubar, porque como chama a pessoa, a lombra, né, da maconha ela é mais grande o tempo, mas quando você entra no crack, ele, se eu não me engano, o efeito é uns 25 a 30 segundos só. E você fica naquela alucinação, aquela coisa por 30 segundos e você não quer mais deixar de sentir aquilo. Você já na hora que usa, você faz qualquer coisa pra usar outra. E aquilo ali você usa, usa, usa, usa e é uma atrás da outra e quando você não tem dinheiro você vai atrás de roubar, né, faz qualquer coisa pra conseguir.

Com isso, ao participar de um assalto com um amigo, aos 16 anos foi apreendido pela primeira vez. Ficou 48 dias no Centro Socioeducativo São Francisco. Ao sair do cumprimento da provisória, destaca que tentou mudar de vida, mas não conseguiu, pois faltava-lhe a estrutura e o apoio familiar e logo voltou a consumir drogas, vindo a conhecer também a cocaína, que na época era mais cara, porém tinha efeito semelhante.

Depois, recebeu uma medida de LA, que cumpriu por seis meses no CREAS Rodolfo Teófilo, em Fortaleza. Durante esse período começou dois cursos, um de Culinária e outro de Informática, mas não chegou a concluir nenhum dos dois.

Quando voltou para a sua comunidade, passou a ser ameaçado de morte pela família da vítima do assalto que havia praticado e que o levou ao Sistema Socioeducativo. Isso fez Paulo sair de Fortaleza para morar com a irmã, em uma cidade da RMF, onde ela já residia. Na época ele tinha 19 anos e não demorou para se envolver nas dinâmicas locais do crime.

Por volta dos 16 anos deixou de frequentar a escola, quando estava na 8ª série. Depois retornou pela EJA, mas, ao mudar de cidade, acabou abandonando os estudos novamente. Desde então pensa em voltar a estudar, quer se qualificar para buscar melhor inserção no mercado de trabalho e conseguir oferecer melhores condições de vida à família.

Após a participação em outro assalto, dessa vez já como maior de idade, aos 22 anos, foi apreendido e encaminhado para o presídio da cidade. Nesse período, sua ex-esposa esperava uma filha dele. A chegada da filha e a experiência no encarceramento fizeram Paulo questionar seus atos e buscar novas perspectivas. Passou a se questionar que exemplo daria para a filha se continuasse naquela vida. Em um momento de reflexão, ainda preso, fez uma promessa a Deus, que se conseguisse sair logo daquele lugar e ter uma nova oportunidade, passaria o resto de sua vida a serviço Dele.

A irmã contratou um advogado e ele conseguiu a liberdade um dia após a promessa. No dia da entrevista, quase sete anos depois do ocorrido, ele ainda estava em regime condicional, sendo necessário apresentar-se ao Fórum, periodicamente, para assinar ou comunicar sempre que mudava de endereço. Segundo ele, já estava nessa condicional há uns dois anos e deveria ficar ainda por igual período.

Ao sair da prisão, impulsionado pelo desejo de mudança, Paulo se distancia das drogas, do “mundo do crime”, e se aproxima da igreja evangélica. O encontro com a palavra de Deus traz um novo sentido à sua vida e passa a guiar sua trajetória, a partir de então: “*a palavra de Deus me deu uma nova vida, uma nova história*”.

Poucos dias depois de conquistar a liberdade, conseguiu um trabalho como empacotador em uma padaria, permanecendo no local por um ano e dois meses. Logo após, ficou cerca de três anos desempregado. Nesse período residiu em uma igreja evangélica com os pastores e missionários, e além de obter maior formação religiosa aprendeu a trabalhar como pedreiro, pois ajudou na construção de duas igrejas. Participou de um curso de Capelania e como capelão tem permissão para adentrar hospitais e presídios para pregar a palavra de Deus. Na igreja atua como líder de missões, buscando resgatar outros jovens que passaram por experiências de vida semelhantes à dele.

Aí eu passei três anos sem conseguir emprego, depois dessa padaria. E nesses três anos eu me dediquei só a resgatar pessoas, assim, da onde Deus tinha me resgatado. Fazer obra social, né. E foi lá onde eu, construindo a igreja, eu aprendi a trabalhar de pedreiro. Eu construí duas igrejas. Aí aprendi a trabalhar de pedreiro, construí duas igrejas lá onde eu morava. Aí passei esses anos, resgatei muitas almas... tem até gente desse tempo que eu ganhei pra Jesus que hoje é pastor. Já tem igreja também. São obreiros também. Graças a Deus eu vejo os frutos que Deus fez, né?

Com essa experiência ele conseguiu trabalho em uma empresa de construção civil da prefeitura, mas ficou por apenas três meses porque, segundo ele, atrasavam muito o salário. Depois disso, trabalhou como técnico de informática por mais de dois anos. Nesse período conheceu a esposa atual. Logo depois, passou a trabalhar em uma empresa de telecomunicações, onde atuou por nove meses como técnico de telecomunicação.

Depois de um tempo a irmã decidiu se mudar para o interior do Ceará e levou a mãe consigo. Na nova cidade ela é proprietária de um prostíbulo junto com uma amiga. Ao revelar o trabalho da irmã Paulo desabafou: “*eu oro muito por ela, pra Deus libertar ela*”. Embora discorde do trabalho da irmã, fica perceptível que ele não interfere diretamente na sua decisão, apenas roga por ela em suas orações. A irmã é mais velha que Paulo e com os problemas de saúde da mãe, ela assumiu parte do papel materno na sua criação, junto com a avó. Além disso, na juventude, entre os 19 a 25 anos, morou novamente com a irmã. Então, há um forte laço de cumplicidade, carinho e respeito entre eles.

O irmão mais velho de Paulo, segundo ele, passou a maior parte de sua vida encarcerado, primeiro na antiga FEBEM e, depois, na prisão. Em 2017, aos 30 anos, faleceu

dentro do presídio. Pouco tempo antes de morrer, havia começado a se relacionar com uma mulher que lhe visitava na cadeia. Ela tinha o Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV e ele o contraiu. Depois ficou doente de tuberculose e faleceu no próprio presídio. A mulher com quem ele se relacionava engravidou e a irmã de Paulo assumiu a criação do filho dele. É um menino e estava com cerca de três anos na data da primeira entrevista.

Ele era o mais velho e já bem novinho começou nessa vida de criminalidade. Acho que ele começou com uns 12 anos. Começou também aí foi preso em FEBEM. A vida dele depois dos 14 anos foi só de FEBEM. Ele só saía, quando ele saía passava menos de um mês fora e voltava de novo. Aí ficou de maior aí ficou no presídio. Aí a vida desse meu irmão... ele morreu com 30 ano, foi só de presídio, de FEBEM, da FEBEM foi pro presídio. E a última vez, que ele morreu lá dentro com uma doença, ele tava com 5 anos e 8 meses. Aí ele já tinha puxado 4 anos, 3 anos. Aí tinha puxado 3 anos na FEBEM, quando era de menor... eu sei que a vida desse meu irmão foi só da FEBEM, da FEBEM pro presídio e do presídio bem dizer morreu lá dentro, né, porque ficou doente, foi pro hospital, do hospital morreu.

Em 2017, aproximadamente, Paulo chegou a ser preso novamente por ter esquecido de atualizar seu endereço. Na época ele ficou 13 dias no presídio e aproveitou o momento para evangelizar: *“passei treze dias pregando a Palavra lá dentro. Os culto lá dentro. Onde eu fui preso não tavam pregando a Palavra de Deus lá... eu peguei passei 13 dias lá, ganhei umas pessoas pra Jesus lá e quando eu saí as pessoas continuaram fazendo culto lá. Entendeu?”*.

No dia da primeira entrevista Paulo estava trabalhando como estocador de um almoxarifado em uma oficina de peças de carro e morava de aluguel com a esposa. Destacou, com orgulho e felicidade, suas conquistas: de estar afastado das drogas e do crime, de participar da igreja, de estar casado e esperando mais uma filha. Ressaltou que se arrepende dos caminhos trilhados na adolescência, mas reconhece que serviram como experiência e aprendizado, favorecendo seu crescimento e amadurecimento como ser humano.

A mãe, há sete anos encontrou um tratamento adequado e vive com a filha, desde então, no interior do Ceará. A mãe, com a irmã e o sobrinho, às vezes o visita na capital e ele também as visita no interior.

Na segunda entrevista, realizada dia 02 de outubro de 2021, via *Google Meet*, Paulo estava a passeio na casa da irmã, com a esposa e a filha de nove meses. Sabendo pela irmã que a mãe estava um pouco adoentada e com a pressão alta, ficou com receio do estado de saúde da mãe piorar e decidiu ir passar uns dias com elas no interior. Demonstrou estar feliz na companhia da família e cogitou a possibilidade de se mudar também para o interior para ficar mais perto delas.

[...] a minha irmã disse que a minha mãe tava sofrendo uns negócios de pressão alta e tudo, meio enferma, né, assim, aí eu peguei, bateu aquela coisa assim, minha mãe mora tão longe, se Deus me livre acontecesse alguma coisa eu nem ia ver minha mãe. E Deus me livre perder minha mãe. Entendeu? Fiquei com medo, assim. Até tô pensando, orando a Deus, né, pedindo confirmação, pensando em um dia vir pra perto da minha mãe, da minha irmã. Porque na [cidade na RMF] não tem mais familiar lá. Na [cidade na RMF] é mais a obra que eu faço nas igrejas lá, mas família mesmo, assim... Porque a Bíblia diz que família é todos aqueles que faz a vontade do pai, mas a minha família mesmo é aqui [interior].

Interessante observar essa mudança de desejo por parte de Paulo, pois na primeira entrevista ele comentou que a irmã já o havia convidado para morar no interior, mas ele disse que estava acostumado com a cidade grande e que a vida interiorana era muito parada, sem muitas opções de trabalho e lazer. Acredito que o tempo de convivência em família, todos juntos na mesma casa, tenha aflorado em Paulo desejos antigos reprimidos, da vivência em família que ele não pôde desfrutar na infância e adolescência, sobretudo da companhia e dos cuidados da mãe, que na época estava doente.

Durante a pandemia Paulo ficou desempregado, e com o nascimento da filha passou por dificuldades financeiras. Para ajudar nas despesas, sua irmã decidiu comprar uma casa para ele nas proximidades de onde ele já morava, livrando-o do aluguel. Depois ele foi convidado por um conhecido, para o qual já havia trabalhado como técnico de informática, para trabalhar como entregador em seu novo empreendimento: um depósito de construção. Entretanto, os rendimentos do novo negócio não renderam o esperado e o empregador precisou demitir parte dos empregados, entre eles Paulo. Assim, foi uma experiência breve, de apenas 45 dias.

Como estratégia para lidar com a crise, ele e a esposa decidiram abrir um churrasquinho em casa para vender espetinho e baião de dois, três dias na semana. Para ajudar a complementar a renda, voltou a fazer “bico” na construção civil como pedreiro e servente, atividades que ele sempre retoma nos períodos em que fica desempregado: “*sempre trabalhei em construção. Dos períodos que eu não tava trabalhando de carteira assinada eu sempre trabalhei nessa área de construção. Fazendo bico, né, construindo. Trabalhei de servente também*”.

A narrativa central de Paulo, apresentada na primeira entrevista, foi breve, em torno de 15 minutos, entretanto, muito impactante pelos elementos abordados. Compreendi que ele havia, de certo modo, se baseado no seu testemunho de vida, já compartilhado tantas vezes na igreja e em outras instituições, como hospitais e presídios, como forma de dar o exemplo na busca de resgatar vidas, principalmente daquelas que estejam ou tenham passado pelo “mundo do crime” como ele. Após sua narrativa principal aprofundei alguns pontos do seu relato e, em

seguida, passei a questioná-lo sobre outros aspectos dos espaços de socialização, com o intuito de aprofundar elementos ainda não abordados.

Sua esposa permaneceu em casa apenas na minha chegada. Depois retirou-se para um compromisso e quando saí ela ainda não havia retornado. Porém, no decorrer da entrevista fomos interpelados algumas vezes. Primeiro, com a visita de um pastor e outro homem que o acompanhava, trajados formalmente, que se dirigiam para algum evento da igreja e passaram para saber se Paulo os acompanharia. Eles chegaram a entrar até a sala, Paulo se levantou para cumprimentá-los e me apresentou a eles, explicando em seguida que não iria por estar cansado, pois havia chegado há pouco do trabalho, e também porque já havia marcado de conversar comigo.

Em outro momento fomos interrompidos por um som alto que ecoava na rua, junto com moradores e integrantes da igreja, anunciando uma campanha solidária de arrecadação de alimentos para distribuição aos mais carentes do bairro. Quando Paulo avistou as pessoas, deu sinal com um aceno de mão e foi na cozinha pegar um quilo de arroz para doar. Além disso, havia um barulho constante em uma oficina próxima à residência e por vários outros momentos, moradores do bairro passaram em frente à casa de Paulo e o cumprimentaram: “boa tarde, irmão”. Mesmo com essas intercorrências, a entrevista ocorreu de modo tranquilo e nossa conversa se estendeu por pouco mais de duas horas.

Em março de 2022, Paulo entrou em contato comigo para informar que havia se mudado com a esposa e a filha para o interior do Ceará, onde a mãe e a irmã já residiam. Também me solicitou ajuda para elaborar seu Currículo Vitae, pois pretendia distribuir em alguns locais na nova cidade. No último contato que tivemos, em setembro de 2022, Paulo estava trabalhando como técnico de instalação de Redes, na área de telecomunicações, há cerca de três meses e com carteira assinada. Demonstrou estar bem e bastante satisfeito com o novo trabalho.

5 TRAJETÓRIAS METAMORFOSEADAS: A CONSTRUÇÃO DO (IM)PROVÁVEL

Neste capítulo me proponho, primeiramente, a apresentar os espaços de socialização vivenciados pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias, e privilegiados neste estudo, quais sejam, a família, a escola, o grupo de amigos, os Centros Socioeducativos, o trabalho e a igreja, e como cada um corroborou para a ressignificação das suas trajetórias de vida. Por isso, algumas narrativas já expostas no capítulo anterior serão retomadas para análise e aprofundamento. Embora essas temáticas tenham sido pré-definidas, elas só foram aprofundadas quando apareceram na narrativa central dos entrevistados como relevantes para a ressignificação das suas trajetórias. Na segunda parte do capítulo, apresento os projetos de vida dos interlocutores e busco analisar como eles se modificaram no decorrer de suas trajetórias e na relação com seus campos de possibilidades.

A opção em trabalhar com a categoria “projetos de vida” ao invés de “projetos de futuro” se baseia na ideia defendida por autores como Alves (2013), de que, primeiro, se trata da busca em apreender a narrativa biográfica que envolve passado, presente e futuro, e não apenas o futuro; segundo, o uso de projeto já pressupõe uma visão de futuro e, nesse caso, “projetos de futuro” apareceria como uma expressão redundante. Entretanto, as duas formas aparecem no trabalho, uma vez que são utilizadas por muitos autores como sinônimas.

A categoria projetos de vida é mobilizada neste estudo tendo como um dos principais suportes teóricos Gilberto Velho, que a define a partir de Alfred Schutz como “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (VELHO, 2003, p. 40). Oliveira (2015) destaca que para uma ação humana ser considerada projeto ela necessita ser consciente e deve contar com estratégias para a realização de objetivos. Nesse sentido, Velho (2003) ressalta que as trajetórias dos indivíduos alcançam consistência à medida que os projetos de vida são elaborados com objetivos específicos. Sendo que “a viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (VELHO, 2003, p. 47).

Entende-se que os projetos de vida baseiam-se na biografia, na história de vida dos sujeitos, embora não se queira com isso tomá-los como um círculo vicioso ao qual os sujeitos estariam condicionados por suas biografias. Trata-se de uma dinâmica que está intimamente ligada à construção de identidades (ALVES; DAYRELL, 2015, p. 378).

Assim, os projetos de vida não resultam de planejamentos lineares nem estrategicamente elaborados. Eles constituem o resultado de escolhas conscientes mediadas pelas circunstâncias e pelo campo de possibilidades no qual o sujeito está inserido (VELHO, 2003). Diferente de outros projetos, como os arquitetônicos, políticos, educativos, os projetos de vida não são escritos formalmente com elementos estruturais como objetivos, metodologia e cronograma. Além disso, estão mais relacionados a “um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em algum momento futuro [...] e ganham consistência em relação às situações presentes, mas implicando de alguma forma uma relação com o passado e o futuro” (DAYRELL, 2013, p. 66-67).

“A matéria prima dos projetos é cultural e situa-se no campo de possibilidades dos indivíduos” (OLIVEIRA, 2015, p. 23). Ele está relacionado às “condições estruturais e conjunturais, balizadas pelos limites de ordem social, histórica, econômica, cultural, territorial e pessoal aos quais os projetos estão sujeitos” (ALVES, 2013, p. 159).

O campo de possibilidades compreende as alternativas possíveis de serem sonhadas e desejadas, individual ou coletivamente, no contexto sociocultural no qual os sujeitos estão inseridos. Assim, o campo de possibilidades delimita ou potencializa um projeto de futuro, pois diz respeito às possibilidades reais que os jovens têm para construir seus projetos (CORREA; ALVES; MAIA, 2014, p. 20-21).

Falar em projeto de vida nos leva a situar-se em uma dimensão do tempo que envolve memória e projeção de futuro. Para Melucci (2004) recordar e projetar-se para o futuro são duas ações inevitáveis para os seres humanos, pois, segundo ele, é impossível imaginar uma vida humana vivível sem memória e sem projeto.

A discussão sobre projetos de vida ganha relevância na área de estudos sobre a juventude porque é um momento crucial para sua elaboração. O projeto “pode até ser abandonado, esquecido ou mesmo substituído ao longo da vida, mas é inerente ao humano” (ALVES, 2013, p. 29). É o período em que os jovens se sentem mais pressionados a tomar decisões, seja por eles mesmos, pela família, pela escola ou pelos amigos. Dessa forma, “o que ser no futuro é uma questão que, a partir de um determinado momento, para uns mais cedo, para uns mais tarde, passa a compor o universo de preocupação desses jovens” (ALVES, 2013, p. 146).

Todavia, a discussão dos projetos de vida é por vezes negligenciada por instâncias voltadas às juventudes, tornando-se, muitas vezes, uma experiência de construção solitária para os jovens. Às vezes a ideia de trabalhar a elaboração dos projetos de vida até aparece como

proposta nessas instituições, como nos Centros Socioeducativos, mas não costumam se efetivar na prática. Isso se torna preocupante, pois uma particularidade de muitos jovens é, por conseguinte, a de viver um tempo de instabilidades e incertezas. Diante da dificuldade de traçarem um projeto de vida, muitos jovens transitam por “trajetórias ioiô”, lançando mão das múltiplas possibilidades que o presente pode oferecer (PAIS, 2005).

Se a incerteza quanto ao futuro tem se mostrado uma característica entre as juventudes, quando se trata dos jovens a quem se atribui a autoria de ato infracional, os estudos já realizados com esse público têm demonstrado que há uma dificuldade ainda maior para estes elaborarem perspectivas futuras, tendo em vista que a própria garantia da vida para além dos 18 anos já constitui um grande desafio: “para muitos adolescentes e jovens, principalmente do sexo masculino e vivendo em contextos de grande exposição à violência, a própria perspectiva de chegar à idade adulta encontra-se ameaçada” (PIMENTA, 2014, p. 722).

“Se a morte é anunciada, o que fazer da vida ‘que resta’? Aproveitar!” (KOERICH, 2018, p. 136). Foi esse o imperativo que se destacou na fala dos jovens pesquisados pela autora, que estavam em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto em um município da região metropolitana de Porto Alegre. Koerich (2018) observou que os jovens pesquisados se caracterizavam pela vivência do presente de forma intensa, de modo que suas trajetórias estavam focadas no imediatismo e na descrença quanto ao futuro. Ela define esse fenômeno de “presentificação”, tendo em vista a centralidade ocupada pelo presente enquanto satisfação imediata na vida dos jovens e, por outro lado, a pouca relevância que ocupam o passado e o futuro, o primeiro enquanto memória social e o segundo enquanto projeções e expectativas.

Vicentin (2005) faz referência a duas frases pronunciadas pelos adolescentes autores de ato infracional que lhe marcaram e que evidenciam a construção de uma vida hiper-realista pelos sujeitos. Uma delas foi presenciada enquanto a autora era funcionária da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor - FEBEM (1985-1987): “não nasci para semente”. A outra versão ela ouviu durante a realização de sua pesquisa de doutorado (1999-2000): “amo a vida e a morte me namora”. A autora destaca a paradoxal combinação entre vida e morte, utopia e limite, projeto e finitude, expressa nos trechos apresentados.

Vale ainda destacar que os projetos individuais sempre estabelecem interação com outros dentro de um campo de possibilidades e da mesma forma que este, os projetos de vida também não podem ser pensados como lineares, pois eles são complexos e dinâmicos como os próprios indivíduos, os quais podem apresentar projetos diversos, distintos e até contraditórios no decorrer de suas trajetórias (VELHO, 2003). “Os projetos são dinâmicos e, de certa forma,

zigzagueantes. Podem mudar de acordo com as circunstâncias, com os valores vigentes em determinados momentos da vida, com as interações sociais, com os contextos e até com os suportes com quais contam” (ALVES, 2013, p. 195-196).

Essa compressão dos projetos dialoga diretamente com as *disposições*, caracterizadas por Lahire (2004a, p. 325) como “múltiplas, heterogêneas, de naturezas diversas e provêm frequentemente de aspectos ou de momentos muito diferentes da socialização”. Nesse sentido, os diversos processos de socialização vivenciados pelo indivíduo ao longo de sua trajetória contribuem para a formação do seu patrimônio de disposições, sendo que a maior interferência de determinado contexto no processo de aquisição das disposições vai sofrer variação de acordo com o grau de precocidade, regularidade e intensidade.

As disposições constituem inclinações, tendências, hábitos, capacidades, competências (VANDENBERGHE, 2017) que se apresentam internamente nos indivíduos e podem ser ativadas, desativadas ou reativadas a partir dos diversos e distintos contextos sociais em que o indivíduo perpassa, tornando-se observáveis na prática “a partir da identificação de traços recorrentes no comportamento dos indivíduos. Empiricamente, só existem ações, nunca disposições” (NOGUEIRA, 2013, p. 23). Pois,

[...] uma disposição é uma realidade reconstruída que, como tal, nunca é observada diretamente. Portanto, falar de disposição pressupõe a realização de um trabalho interpretativo para dar conta de comportamentos, práticas, opiniões etc. Trata-se de fazer aparecer o ou os princípios que geraram a aparente diversidade das práticas (LAHIRE, 2004a, p. 27).

As disposições são expressas pela ação, consciente ou não dos indivíduos, por exemplo, pelo modo de pensar, de sentir, de julgar, de gostar, de crer, de agir etc., como demonstra Lahire (2002, p. 69):

A ação (a prática, o comportamento...) é sempre o ponto de encontro das experiências passadas individuais que foram incorporadas sob forma de esquemas de ação (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de avaliação, de apreciação etc.), de hábitos, de maneiras (de ver, de sentir, de dizer e de fazer) e de uma situação social presente. Diante de cada situação ‘nova’ que se apresenta a ele, o ator agirá ‘mobilizando’ (sem necessária consciência dessa mobilização) esquemas incorporados chamados pela situação.

Lahire (2005) ressalta ainda que as disposições se diferenciam entre si de acordo com o grau de fixação e de força. Desse modo, o autor classifica as disposições em fortes e fracas, destacando que sua força e sua fraqueza dependem, em parte, da frequência e da

atualização. Assim, para que uma disposição seja incorporada (ativada ou reativada) pelo indivíduo ela precisa encontrar condições favoráveis em seu contexto atual de ação.

A teoria sociológica de Lahire privilegia a singularidade do indivíduo compreendendo este como produto complexo de múltiplos processos de socialização e como portador de uma pluralidade de disposições: “o singular é necessariamente plural” (LAHIRE, 2005, p. 25). Para a construção da sua teoria, Lahire tem como principal referência de análise os estudos de Pierre Bourdieu, também sociólogo francês. O conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu e criticado por Lahire, pode ser visualizado como o fio condutor que liga esses dois autores e que se constitui como essencial para a compreensão das disposições.

Em linhas gerais, Bourdieu (2013, p. 87) define *habitus* como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis”. Para ele a incorporação de disposições estaria diretamente relacionada às condições de classe do sujeito, tendo estas, portanto, um caráter mais homogêneo, tendo em vista que a escala de análise é coletiva, no caso, a classe social na qual o sujeito está inserido, em que as disposições são mais regulares e frequentes.

Lahire critica a teoria do *habitus* argumentando que:

Esse tipo de definição convém melhor para sociedades bastante homogêneas, demograficamente frágeis, com extensão geográfica relativamente pequena, que oferecem esquemas socializantes bastante estáveis e coerentes para seus membros. Nas sociedades em que as crianças conhecem muito cedo uma diversidade de contextos socializantes [...] os patrimônios individuais de disposições raramente são coerentes e homogêneos (LAHIRE, 2004b, p. 318).

Lahire critica Bourdieu argumentando que, embora este tenha teorizado a noção de *habitus*, o fez sem trabalhar a sua produção, ou seja, sem a constituição de disposições constitutivas do *habitus* (LAHIRE, 2004b). Enquanto Bourdieu propõe um *sistema de disposições*, Lahire sugere o uso de *patrimônio de disposições*. Além disso, Lahire observa que as disposições nem sempre são duráveis e transponíveis, podendo ainda ser plurais e, às vezes, contraditórias. Lahire, diferentemente de Bourdieu, observou a sociedade por uma lente distinta de percepção, pela escala individual. Isso possibilitou captar elementos diferenciais, por contemplar as singularidades e complexidades do indivíduo e do mundo social: “a mudança na escala de observação permite esboçar uma outra imagem do mundo social [...] que não negligencia as singularidades individuais e evita a caricatura cultural dos grupos sociais” (LAHIRE, 2005, p. 29).

Outra contribuição de Lahire se refere à relativização do peso dos capitais (econômicos, sociais e culturais) para a constituição das disposições, sinalizando para a possibilidade de haver disposições centrais para a subjetividade do indivíduo que não necessariamente estão ligadas à posição social que os indivíduos ocupam no espaço social (COUTINHO, 2016). Com isso, o autor busca chamar a atenção para o fato de que, embora as condições de classe e a tendência da trajetória sejam elementos que interfiram na constituição do patrimônio de disposições de cada indivíduo, não é possível afirmar que constituem os únicos, nem tampouco que sejam os mais importantes.

À luz dos aportes teóricos e das discussões apresentadas, busco, em cada tópico apresentado a seguir, relacionar a ressignificação das trajetórias de vida dos jovens egressos com os conceitos de campo de possibilidades e projetos de vida de Gilberto Velho, me apoiando também na teoria sociológica de Bernard Lahire para analisar os dados coletados.

5.1 OS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO VIVENCIADOS PELOS EGRESSOS NO DECORRER DE SUAS TRAJETÓRIAS

5.1.1 Família

A família é o espaço de “socialização primária” vivenciado pelo indivíduo na infância, por meio do qual ele se torna membro da sociedade. Por conta disso, a família é também o espaço de socialização mais importante e marcante na vida do sujeito, tendo em vista que os aprendizados desse período irão repercutir no seu desenvolvimento futuro, servindo como base na estrutura da socialização secundária (BERGER; LUCKMANN, 2014).

Na socialização primária não há problema de identificação. Não há escolha dos outros significativos. A sociedade apresenta ao candidato à socialização um conjunto antecipadamente definido de outros significativos, que ele tem de aceitar como tais sem possibilidade de optar por outro arranjo. [...] embora a criança não seja simplesmente passiva no processo de sua socialização, são os adultos que estabelecem as regras do jogo. [...]. A criança não interioriza o mundo dos outros que são significativos para ele como sendo um dos mundos possíveis. Interioriza-se como sendo o mundo, o único existente e concebível, o mundo *tout court*. É por esta razão que o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrenchado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 174).

Embora a pesquisa não tenha tido o objetivo de explorar os motivos que favoreceram o ingresso dos interlocutores no “mundo do crime” e suas trajetórias infracionais,

esses elementos apareceram nas narrativas e nos ajudam a entender as complexidades que caracterizam os contextos familiares e os percursos biográficos de cada um. Diante disso, alguns elementos se destacam, entre eles: a vivência em ambientes com grande exposição à violência; condições de vida precárias, renda familiar insuficiente, pouco ou nenhum acesso a bens de consumo, cultura e lazer, acesso escasso a equipamentos públicos básicos, socialização com parentes e amigos já “envolvidos”; o uso precoce de drogas; fácil acesso a armas de fogo ainda na infância; a ausência materna ou paterna na infância e adolescência; vínculos afetivos frágeis e falta de apoio. Esses elementos já foram abordados nas trajetórias de cada um dos interlocutores no capítulo anterior, de modo que aqui irei retomar apenas alguns deles que possibilitam compreender as tessituras imbricadas nos contextos familiares dos entrevistados.

Muitos dos sujeitos foram socializados no convívio com familiares já “envolvidos” no “mundo do crime”, destacando-se pais, padrasto, irmãos mais velhos, tios e primos:

Esse meu irmão que morreu, né, que esse meu irmão viveu a vida todinha só preso, começou na FEBEM, esse meu irmão. Começou na FEBEM, quando ele era da minha idade também, assim... ele fez até essa medida também, mas só que depois ele ficou de maior (Paulo).

E eu com o exemplo dos meus tios, né. Meus tios hoje em dia, até falo pra um, eu digo: ei, macho, como é que tu me deu um exemplo daquele? Que ele me influenciava muito em relação a andar armado, ele botava um revólver pra eu segurar, eu era criança então a polícia não ia parar. Então eu andava aí praticamente todos os dias armado. Isso quando eu criança. Então já fui crescendo já com essa falsa ilusão de que andar armado era bom, era massa, que os pessoal ficava com medo e foi justamente por causa disso que eu passei por tudo que eu passei (Rian).

Então eu me lembro que meu irmão que faleceu em 2014, ele era envolvido. Ele já era envolvido. Faleceu afogado (Eduardo).

[...] ele [pai] passou mais tempo foi preso. Aí nem ligo não (Jeferson).

Ele [irmão] sempre foi mais da rua do que eu. Eu fui depois. Ele começou a fumar bem antes, começou a fumar, começou a cheirar bem antes de mim. A roubar, bem antes. Aí ele já era o temido, né, do bairro, bem novim. Todo mundo tinha medo dele. Bem novim, 13 anos, todo mundo já tinha medo dele. Aí eu por ser irmão, né, como eu comecei a me envolver, fui no mesmo caminho (Jeferson).

Dentre os casos acima, podemos destacar o de Rian. A sua socialização, ainda na infância, junto aos tios que faziam uso de armas de fogo e drogas, o levou desde cedo a uma aproximação com esse universo. Os tios, que eram admirados e tidos como exemplos, o deixavam andar com as armas e até mesmo o convocavam para se deslocar com elas, uma vez que sendo criança ele passaria despercebido pela polícia, por exemplo. Aos nove anos de idade ele experimentou droga na presença e consentimento dos tios. Retomando as considerações de

Berger e Luckmann (2014) é na socialização primária, no seio da família, que o indivíduo constrói a sua concepção de mundo, a partir do que ele interioriza do mundo dos outros ao seu redor, e esse se torna o único mundo possível para ele.

[...] a socialização primária implica mais do que o aprendizado puramente cognoscitivo. Ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção. [...] A criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interioridade só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus. Por meio desta identificação com os outros significativos a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível. Em outras palavras, a personalidade é uma entidade reflexa, que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo, que se torna o que é pela ação dos outros para ele significativos (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 170-171).

Dessa forma, mediante a socialização vivenciada por Rian, sua convivência com os tios o fez interiorizar seus modos de vida e práticas como sendo o mundo real e único possível, pois “desde que a criança não tem escolha ao selecionar seus outros significativos, identifica-se automaticamente com eles. Pela mesma razão a interiorização da particular realidade deles é quase inevitável” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 174). O mesmo se aplica para os demais interlocutores que também vivenciaram socializações semelhantes em seus contextos familiares.

Se para Rian os tios representaram uma referência negativa, para Alan, Gustavo, Emanuel e Jeferson eles constituíram importantes suportes, tanto durante o cumprimento da medida, como também e, principalmente, nas suas trajetórias pós-medida, que foram fundamentais no processo de ampliação dos seus campos de possibilidades.

Além da socialização com parentes “envolvidos”, se destaca nos relatos a perda de familiares que se constituíram momentos desestabilizantes em suas trajetórias. Como apontado pelo Eduardo a seguir, segundo o qual seu “envolvimento” se intensificou após a morte do irmão, com quem era mais apegado. Em relação ao Emanuel, ele ressalta seu sofrimento ao receber a notícia da morte do padrasto, enquanto vivenciava um retiro espiritual. Nessa época ele cumpria medida de semiliberdade, participava da igreja e nutria expectativas de mudar de vida, mas quase desistiu de prosseguir com esse objetivo por conta do ocorrido. No caso do Rian, ele perdeu sua avó-mãe, que era a pessoa mais importante da sua vida, enquanto cumpria medida de internação, e atribuiu a uma intervenção divina o fato desse episódio não o ter feito desistir de cumprir a “profecia” da avó, que acreditava na sua mudança.

Aí depois que ele [irmão] faleceu, morreu afogado, eu lembro que foi depois daí que eu me envolvi. Eu só era, eu só usava maconha, juntamente até com ele mesmo ou com os outros. Já tinha assaltado. Meu irmão também já tinha assaltado. Ele era ex-presidiário. Eu me lembro que eu aceitei droga pra vender de outros traficantes, aí fui vendendo drogas. Pra o traficante que era comandante do bairro. Pra o braço direito dele que era meu cunhado, que é pai do meu sobrinho. Que todos tem ele, nessa vida errada, um dos mais perigoso, que é o meu ex-cunhado. Então eu comecei a vender droga pra eles dois e pra outros dois também que são do bairro e pra outros traficantes também que não era no bairro, do bairro de onde eu moro (Eduardo).

E no final do ano passado aconteceu uma coisa com ele [padrasto], mataram ele. Aí eu fiquei muito triste, muito abalado, eu quis deixar tudo pra voar as banda mesmo, num tava mais nem aí. Porque ele tava comigo lá em casa há uns 10 anos, eu acho. Tipo assim, ele me viu crescer, né. E eu considerava ele demais. [...] E, naquela hora ali, tipo assim, destruiu. Eu não queria mais ir pra igreja. Não queria. Eu só queria sair dali e fazer besteira (Emanuel).

[...] minha avó era a pessoa mais importante pra mim. Quando minha mãe foi dar a notícia que minha avó morreu eu acho que, eu não acho, eu tenho certeza, foi Deus que não me deixou virar totalmente a cabeça. É, pensar alguma forma de eu não endoidar lá dentro (Rian).

Dos oito interlocutores, sete vivenciaram a ausência materna ou paterna na infância e adolescência por motivo de morte, abandono ou separação dos pais: Paulo perdeu o pai com oito meses de vida e por conta do ocorrido a mãe ficou com problemas psicológicos, vindo a ser criado pela avó paterna; Jeferson não chegou a conviver com o pai, por um período viveu com a mãe e a avó materna e depois ele e os quatro irmãos passaram a morar apenas com a avó; Eduardo disse ter conhecido o pai, mas não conviveu com ele, foi criado apenas pela mãe; Rian foi criado pela avó paterna e cresceu sem o apoio dos pais biológicos. Após sair do Sistema Socioeducativo pela última vez, procurou o pai e pediu para morar com ele, mas este o rejeitou, passando então a morar com a avó materna; Rosa só conheceu sua mãe biológica aos 18 anos de idade, pois seus pais se separaram quando ela tinha três meses. Foi então criada pelo pai e a avó paterna; Alan cresceu com os pais apenas até os dois anos, depois disso eles se separaram e ele com a mãe e os dois irmãos foram morar com outros integrantes da família, incluindo avós, tias e primas; no caso do Emanuel, seus pais se separaram quando ele tinha oito anos. Abaixo o relato de Rosa exemplifica essa questão:

É... quando eu nasci e tava com aproximadamente três meses, né, minha mãe teve uma separação de meu pai e eu fui criada durante toda a minha vida pelo meu pai, né, então essa referência da mãe eu não tive durante meu processo de infância, adolescência, eu não tive. Eu vim conhecer minha mãe aos meus 18 anos. [...] então assim, eu trago essa questão da mãe porque foi algo marcante pra mim vivenciar esse período sem a figura materna (Rosa).

Os dados corroboram com o estudo realizado por Evangelista (2008), em que 69,57% dos egressos eram filhos de pais separados. O abandono familiar por parte do pai, da mãe ou de ambos também é marcante nas experiências dos jovens pesquisados por Almeida (2017). Segundo a autora isso “pode abrir uma lacuna no processo de socialização primária que perdura como marca nos processos de construção identitárias na vivência da condição juvenil” (ALMEIDA, 2017, p. 62).

Os sujeitos que vivenciaram a separação dos pais ainda na infância e adolescência destacaram o quanto isso foi marcante em suas vidas nesse período, gerando repercussões ao longo de suas trajetórias. Crescer sem a figura materna ou paterna por perto alimentou nos sujeitos, entre outros sentimentos, os de rejeição, abandono, raiva e revolta, além da falta de atenção, apoio, cuidado e afeto. No caso da Rosa, ela ressalta que a ausência materna impactou em outros momentos de sua trajetória, como no seu comportamento quando ela entrou no Centro Socioeducativo de Internação e o fato de crescer sem perspectivas de casar. Alan destaca que o pai não foi uma pessoa presente na sua infância e adolescência, e a convivência com a mãe também era pouca por conta da sua extensa jornada de trabalho.

É, e essa questão da minha mãe também fez uma diferença grande em outros momentos da minha vida, por exemplo, eu jamais pensava em casar. Eu pensava: poxa, como é que duas pessoas um dia se casam, todo mundo me falava que meu pai e minha mãe se gostavam muito, então, eles eram assim, um era louco pelo outro, então eu ficava: como é que duas pessoas ficavam assim e de repente hoje aconteceu isso? Então eu não quero casar, eu ficava muito nisso. Mas, é... uma coisa que eu lembro também em relação a minha mãe é sobre o Centro, né. Na primeira vez que eu fui pra Unidade essa questão da mãe me abalou muito (Rosa).

A separação dos meus pais eu era muito novo, eu tinha dois anos de idade. E assim, sempre fiquei mal, porque assim, eu nunca... sempre tive isso na minha mente, certo? Eu amo meu pai, hoje a gente se dá muito bem, mas assim, eu sempre tive na minha mente que toda festa dos pais na escola meu pai nunca tava. Eu deixava de ir porque os pais de todos os alunos ia, todos os meus colegas ia, somente não o meu, só não meu pai. Isso pesava muito, certo? Naquele tempo meu pai não dava apoio. Só minha mãe. Minha mãe saía 6h de casa e voltava 12h da noite pra sustentar eu e mais meus dois irmãos. Minha irmã e meu irmão (Alan).

Não poderíamos afirmar que a separação dos pais por si só constituiu um fator de risco para o envolvimento dos interlocutores com práticas delitivas, uma vez que os pais poderiam se separar e continuar mantendo os cuidados e suprindo as necessidades dos filhos. Entretanto, é possível observar que algumas questões são anteriores à separação, como por exemplo, as dificuldades financeiras das famílias dos entrevistados, a exposição a contextos de violência, a carência afetiva e a falta de disposições para o cuidado. Como seres em

desenvolvimento, as crianças necessitam de uma série de cuidados e de atenção constante. Desse modo, a falta de cuidado na infância foi salientada por Rolim (2016) como um dos principais fatores de risco na família para o desenvolvimento de condutas delitivas futuras.

Somado a isso, a separação implicou em novas configurações familiares, de modo que alguns interlocutores passaram a morar com avós, tias/os, primas/os na mesma casa, como foi o caso do Alan. Embora nessas famílias extensas haja várias pessoas que podem oferecer a atenção e o cuidado na criação, vale frisar que essas redes muitas vezes já se encontram fragilizadas material e emocionalmente, de forma que ao mesmo tempo que todos participam desse cuidado ele não fica delegado exclusivamente a ninguém, e também pode haver conflitos na convivência, sobretudo na aplicação de normas e regras de comportamento, o que pode gerar dificuldades nos modelos de referências.

Gustavo foi o único que cresceu com ambos os pais biológicos, mas destacou não ter tido uma boa convivência com eles, uma vez que a relação com seu pai foi conflituosa desde a infância, com brigas frequentes, chegando, inclusive, a sofrer agressões físicas dele. Sua mãe, por outro lado, era conivente com as ações do marido, mantendo-se em silêncio e sem confrontá-lo, o que nos impulsiona a pensar que ela também, possivelmente, sofria violência doméstica, embora Gustavo não tenha confirmado essa informação.

Assim, Gustavo cresceu em um ambiente familiar não saudável, caracterizado por episódios de violência e pela fragilidade dos vínculos afetivos com os pais e o irmão, sem demonstrações de amor, cuidado e diálogo. Isso explica sua saída de casa ainda na adolescência, aos 15 anos, e o fato de considerar como família apenas a que construiu no novo núcleo familiar com a esposa e a filha, e não a família de origem. Embora atualmente ele tenha uma boa convivência com os pais e o irmão, destaca que nunca houve muita proximidade e afeto.

Diante das ausências materna e paterna, as narrativas evidenciam a importância das avós para Rian, Jeferson, Paulo e Rosa, uma vez que estas desempenharam o papel de mães e principais cuidadoras. As avós foram referências de amor, cuidado, proteção, apoio, respeito, assim como grandes incentivadoras no processo de ressignificação das trajetórias dos interlocutores, pois nutriam o sonho da mudança dos netos e acreditavam que era possível. As narrativas do Rian sobre a avó, a quem ele se referiu como a pessoa mais importante da sua vida, foram repletas de emoção, saudade e gratidão. Jeferson relatou que na infância ele e os irmãos moravam com a mãe e a avó materna e que, depois de eles já grandes, sua mãe, que é costureira, decidiu alugar uma casa para colocar o negócio dela na própria residência. Entretanto, nem ele nem os irmãos quiseram se mudar com ela, todos decidiram ficar morando

com a avó. Para Paulo, sua avó paterna desempenhou para ele e seus irmãos tanto o papel de mãe quanto de pai, após a morte do seu pai e dos problemas de saúde da sua mãe. Rosa destaca que a avó paterna foi a única pessoa da família que sempre esteve ao seu lado lhe apoiando e acreditando na sua mudança. O apego à avó, a quem Rosa chamava de mãe, e a necessidade de cuidar dela, que estava doente, lhe fizeram adiar a mudança para Fortaleza após a conclusão do ensino médio, conforme ela relata a seguir:

Minha avó já tava idosa, debilitada, assim, da idade mesmo, né, porque ela sempre foi uma mulher muito forte, até porque ela sempre foi do campo, agricultora. Ela só ficou debilitada com a idade por questão normal do corpo, mas mesmo mais velha ela sempre foi muito forte. E como minha avó tava muito debilitada, o pai falou: “não, pode ir, eu cuido [...]”. Só que meu pai tem um jeito mais rígido, mais assim, e esse “cuido” talvez fosse pagar uma pessoa pra cuidar e eu sabia que não ia ser a mesma atenção, a mesma paciência. E aí eu preferi esperar um tempo, de ficar com ela, pra depois que ela falecesse que eu viesse pra cá [Fortaleza] estudar. Aí ele falou: “ah, tu vai ficar atrasando tua vida, já atrasou tanto na época dessas coisas, num sei o que”. Porque na época que eu passei por alguns processos meu pai teve depressão, né, emagreceu muito e tal. Mas enfim, aí eu: não, eu não vou atrasar minha vida. Eu tô cuidando de quem cuidou de mim também junto com o senhor (Rosa).

Por outro lado, a criação das avós foi pontuada como diferenciada da criação que se espera que os pais tenham. No caso da primeira, segundo Rian, havia menos autoridade e mais permissividade:

Eu fui criado com minha vó. Criação de vó não é realmente uma criação de pai e de mãe. Não tem aquela autoridade que o pai tem de falar: olha, não é assim, tal. Não tem aquela autoridade também de mãe. O papel da vó era tipo assim só ajudar. Só que eu fui criado com a minha vó, tipo assim, eu podia fazer tudo que eu queria. Então é uma coisa meio complicada, entendeu? (Rian).

As narrativas sinalizam também o papel das companheiras, que ofereceram presença, apoio, confiança, assim como se constituíram como exemplos positivos, uma vez que não estavam inseridas nas práticas infracionais, além de acreditarem em suas mudanças e terem sido grandes incentivadoras em seus processos de ressignificação:

Não tinha ninguém pra me dar nenhum apoio. Só tava ali do meu lado mesmo era só, só minha esposa, hoje em dia ela é minha esposa, que era minha namorada no tempo, a Vitória (Rian).

Que a minha mulher não tem igual pra mim. Nunca tinha vivido negócio de visita no Centro socioeducativo e ela chegou um dia pra me visitar. Nunca teve vergonha pelo que eu passei. Ela nunca teve esse negócio: “tu num tem vergonha do Alan por ele ter sido preso?” Não, nunca teve isso. Sempre teve aquele amor por mim. Hoje tá

esperando uma coisa boa, que é o meu filho. E hoje tudo o que eu planejo ela tá ali comigo, a minha família (Alan).

Entre os egressos pesquisados por Brusius (2021), 72% dos jovens destacaram a importância das companheiras ou companheiros para as suas vidas. Padovani (2017) e Souza (2013) também destacaram a importância das companheiras para o distanciamento das práticas infracionais.

Outro elemento muito marcante nos relatos dos entrevistados foi a vivência da paternidade e como essa experiência foi transformadora em suas vidas, representando o principal incentivo para mudarem de vida e se manterem distantes dos atos delitivos. Para Alan, a paternidade trouxe o desejo de oferecer o que ele mesmo não tinha tido na infância, como a educação, o afeto e a presença do pai. Já para Paulo, a chegada da filha o fez refletir sobre suas escolhas de vida e a necessidade de ser exemplo para ela. Para Emanuel a paternidade corroborou na mudança de seu comportamento e na aquisição de novos valores como amadurecimento, responsabilidade financeira, mais seriedade e planejamento:

P: Como tá sendo a experiência de ser pai?

E: Ah, tá sendo legal.

P: Tu se imaginava pai?

E: Não (risos).

P: O que tem mudado com a paternidade?

E: Acho que eu amadureci, sabe? Eu amadureci mais, porque antes eu levava tudo na brincadeira, hoje eu ainda sou bem gaiato, sorrio bastante, mas antigamente eu levava tudo na brincadeira, não tinha esse negócio, não tinha preocupação com nada, o dinheiro que eu ganhava era pra gastar. Hoje em dia o que eu ganho é pra gente crescer e comprar as coisas pro [filho] e pra nós. E aí mudou. Mudou tudo, né?! Não mudou pouca coisa, mudou tudo. Tudo mesmo. Tudo (Emanuel).

Eu acho que o que me ajudou bastante mesmo, assim, pra mim não voltar pro mundo errado é o meu filho. Eu acho que ele ajudou bastante. Sem ter nenhum entendimento, entendeu? Eu olho pra ele assim aí eu fico pensando. Às vezes eu tô já na beiradinha pra mim poder fazer alguma coisa, só que não traficar, esse tipo de coisa não, tipo, fazer alguma coisa que não tá referente à Palavra. Aí quando eu olho pra ele, assim, dá uma freada. Entendeu? Ele me ajudou bastante (Emanuel).

Em sua dissertação de mestrado, Barros (2020) observou nos entrevistados que vivenciavam a paternidade, uma ressignificação dos seus projetos de masculinidade e dos seus projetos de vida, que passaram de “envolvido” para “sereno, trabalhador, pai de família”. Esse novo projeto de vida dos sujeitos implicou na mudança de pensamento e no amadurecimento, em que se destacam os filhos e a projeção para eles de uma trajetória de vida diferente da que vivenciaram, de modo que “o filho acaba simbolizando uma projeção melhor de si próprio,

como se tratasse de um novo projeto de vida para o pai, com potencial de ser melhor do que o anterior” (BARROS, 2020, p. 199).

Para Alan, o apoio familiar foi muito significativo no seu processo de mudança, isso porque seus pais estavam separados há anos e se reaproximaram para lhe oferecerem todo o amor e apoio durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação, como ele demonstra nos trechos a seguir:

Assim, eu se não tivesse minha família hoje, aliás, se não tivesse Deus, depois minha família, porque foi ela que me deu todo o apoio. Todo mundo da minha família me deu o maior apoio. Principalmente depois que eu saí que todo mundo fez uma vaquinha, juntou um dinheirinho pra eu botar o próprio negócio pra mim. Ali foi o ponto que eu percebi que eu tinha família mesmo. Porque é muito ruim, você uma mãe, um pai, um familiar, sabendo que seu filho, seu neto, seu irmão, está lá preso. Já passei até o ano novo lá. E a minha família não fez nada em consideração a mim. Não fez nenhum festejo, nada. E todo mundo mandava carta pra mim, dizia que tava comigo. Tinha muito amigo também irmãozão, que chegava pra mim e dizia que tava me apoiando. Então assim, minha família foi muito boa pra mim. Até hoje eu agradeço (Alan).

Então assim, quando aconteceu aquilo [ato infracional], quando eu vi eles [os pais] junto de novo me dando apoio, que eu não tinha, ali foi quando eu vi que pra mim nada ainda não tinha acabado. Tava recomeçando. O recomeço, entendeu? Quando eu vi. Porque eles não se falavam. Meu pai e minha mãe não se falavam. E quando eles começaram a se falar pra tentar me tirar, ali eu fiquei mais alegre. Não que eu queria ver eles de volta. Não. Eu agora tinha um pai e uma mãe (Alan).

No relato de Alan é possível perceber a mudança do papel dos pais antes e após a ocorrência do ato infracional, enfatizando a presença que eles passaram a ser em sua vida “*eu agora tinha um pai e uma mãe*” e junto a isso o amor, o cuidado, a preocupação e o apoio que eles passaram a ter com ele. Para além dos pais, Alan destaca o apoio recebido dos outros membros da família, que lhe enviaram cartas quando esteve internado no Centro e ao sair da internação contribuíram financeiramente para que ele pudesse abrir seu próprio negócio. No caso de Paulo, ele destaca o apoio e o cuidado da irmã, que assume um verdadeiro papel materno na sua criação: “*minha irmã sempre foi a pessoa que cuidou de mim, né, sempre que eu preciso ela estende a mão. Se a gente fica longe fica difícil, entendeu?*”.

No trabalho de Souza (2013) um dos seus interlocutores também relatou a mudança de atitude do pai, que embora já fosse presente, passou a oferecer mais apoio, sem qualquer tipo de discriminação, o que desencadeou na construção de um novo vínculo entre pai e filho.

Padovani (2017) destaca que o apoio familiar, mediante a presença afetiva, preocupação constante e apoio na elaboração dos novos projetos de vida, se apresenta como

importante recurso no processo de desligamento dos sujeitos com as práticas infracionais, o que corrobora com as conclusões de Brusius (2021, p. 153):

O acompanhamento familiar do processo de mudança no jovem proporciona segurança, confiança, empatia e desenvolvimento de novas habilidades, tal como a de pensar em outro projeto para suas ações, na medida que compreende que os planos são sempre construídos na relação com os outros.

No estudo de Brusius (2021) a família aparece como a maior referência de apoio para os jovens em seus processos de mudança, ainda que as fragilidades nas famílias dos entrevistados tenham sido recorrentes. Assim, “a família constitui-se, portanto, como rede de apoio e fator protetivo importante para que os egressos não se envolvam com a violência” (BRUSIUS, 2021, p. 198).

Essa importância da família também foi identificada em outros trabalhos (EVANGELISTA, 2008; MARINHO, 2013; ALMEIDA, 2017; ANDRADE; BARROS, 2018; CUNHA, 2022). Para os egressos entrevistados por Evangelista (2008), a família apareceu como o recurso mais importante para proporcionar melhores condições de vida na sociedade, sobretudo como suporte de apoio e segurança. No caso de Marinho (2013), a família foi a maior referência de suporte recebida pelos egressos após a liberação da medida socioeducativa. Já Andrade e Barros (2018) apontaram a importância da família para os jovens egressos, tanto durante o cumprimento da medida como no retorno ao convívio social, desempenhando um papel significativo para a concretização dos seus planos após a internação.

Os dados evidenciam que alguns entrevistados vivenciaram a infância e adolescência em contextos extremamente precarizados, tanto social quanto familiar, com ausência ou insuficiência de recursos, muitas vezes para suprir a própria subsistência, como no caso do Paulo, que relata ter passado fome na infância e que ele e a família precisaram pedir esmolas para sobreviver.

Assim, se por um lado houve por parte da família abandono, ausências, negligências, violências, carências materiais e afetivas, por outro, em especial no momento de mudança desses sujeitos, a família aparece como grande incentivadora, se destacando o papel desempenhado pelas avós, o incentivo das companheiras e a vivência da paternidade. Sendo perceptível que o ambiente familiar atuou tanto na redução, como na ampliação do campo de possibilidades dos interlocutores. No caso dessa última, desempenhando importante papel no processo de ressignificação das trajetórias de vida dos sujeitos.

5.1.2 Escola

Depois da família, a escola é uma instituição social comum a todo indivíduo. Aqui considero a escola como instituição base, na qual todos os sujeitos da minha pesquisa passaram, embora alguns sequer tenham concluído a educação básica. Porém, estou utilizando a escola como categoria abrangente, contemplando todas as experiências de escolarização vivenciadas pelos interlocutores, seja a educação básica, ensino profissionalizante, ensino superior ou pós-graduação.

A educação vigente em determinada sociedade e considerada em determinado momento de sua evolução é um conjunto de práticas, maneiras de agir e costumes que constituem fatos perfeitamente definidos e tão reais quanto os outros fatos sociais. Estas práticas não são, como se acreditou durante muito tempo, combinações mais ou menos arbitrárias e artificiais cuja existência decorre apenas da temperamental influência de desejos geralmente fortuitos. Elas são, ao contrário, verdadeiras instituições sociais (DURKHEIM, 2014, p. 78).

A educação pública, gratuita e de qualidade é um direito de todos e dever do Estado, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/Lei n. 8.069/1990). Para além da sua função educacional, a escola desempenha papel significativo nos processos de desenvolvimento e de socialização de crianças, adolescentes e jovens, representando um importante espaço para a construção de suas identidades e projetos de vida, sobretudo por constituir, conforme destacou Oliveira (2012), um espaço fundamental para a elaboração de uma identidade agregadora de várias dimensões, entre elas, políticas, afetivas, físico-intelectuais ou econômicas, pois “a escola é muito mais que apenas um espaço de socialização e de divulgação de saberes; ela é, antes de tudo, um espaço de reconstrução do ser social” (Oliveira, 2012, p. 97). Essa compreensão da escola converge com o demonstrado por Abrantes (2003, p. 93):

Inscrita nas engrenagens da modernidade, a escola está cada vez mais presente nos quotidianos juvenis. Todavia, os jovens não vão simplesmente à escola: apropriam-se dela, atribuem-lhe sentidos e são transformados por ela. Se parte deles sente o processo de escolaridade como uma imposição, uma violência, a que se resiste ou que se abandona, para outros esse espaço é um suporte fundamental na construção do percurso de vida e do projeto identitário. Em qualquer dos casos, a escola constitui hoje uma das instituições fundamentais em torno das quais os jovens estruturam as suas práticas e discursos, os seus trajectos e projectos, as suas identidades e culturas.

Apesar disso, a educação ainda não se efetiva concretamente para todos os indivíduos. E quando se trata de democratizar o acesso e a permanência escolar de jovens a

quem se atribui a autoria de atos infracionais, essa dificuldade é ainda mais aparente, seja pela insuficiência do número de vagas nas escolas, seja pelas questões referentes à faccionalização dos territórios, ou até mesmo quando a instituição não se mostra atrativa aos sujeitos, se distanciando dos seus reais interesses. Considerando que a maioria dos egressos, após o cumprimento da medida socioeducativa de internação, retorna para os seus locais de origem, é possível inferir que essas problemáticas permanecem, aliadas, muitas vezes, às dificuldades financeiras de custear o próprio deslocamento até a instituição, como destacado pelo jovem na entrevista exploratória desta pesquisa: *“pra mim fazer um curso, essas coisas, estudar, tem que ter dinheiro, porque o CEJA não é perto da minha casa.*

Nesse sentido, um fato comum a todos os sujeitos da pesquisa foi o afastamento da escola por algum momento de suas trajetórias, sobretudo no período de maior “envolvimento”. No caso do Emanuel, ele perdeu um ano letivo por conta da mudança de endereço, em que residiu por alguns meses com a mãe e as irmãs no município onde o pai estava morando após a separação. Em relação à Rosa, ela atribui como principal motivo do abandono escolar seu interesse pela capoeira e de se dedicar mais ao esporte para participar de campeonatos, embora esse afastamento tenha conciliado com o período em que iniciou o namoro e o “envolvimento” com as práticas infracionais. As narrativas a seguir exemplificam esse período de ruptura dos sujeitos com o ambiente escolar:

Eu não tinha estudo, parei na 6ª série. [...] Eu parei de estudar acho que com 14 anos. Devido as coisas que aconteceram lá, tive que ir pro Centro, né, de ressocialização. Mas eu concluí o fundamental. E fiquei pra concluir o médio e até hoje (Rian).

Parei [de estudar] porque eu quis mesmo (Gustavo).

Eu tava com 14, 15 ano já, tava com saco cheio de colégio. Tava roubando já. Nam, negócio de estudar, mah (Jeferson).

Faltou eu concluir a 9ª série (Paulo).

Já para o Eduardo, seu afastamento escolar se diferencia dos demais jovens, por ter sido resultante de conflitos territoriais, na época decorrentes das gangues que precederam as facções criminosas, e que impunham limitações tais quais as impostas nos dias atuais por esses últimos coletivos.

Os processos de territorialização marcados por situações de violência são realidades que perpassam as relações sociais em praticamente todos os bairros da periferia de Fortaleza. Transitar no interior do próprio bairro é um problema social que afeta a vida de jovens pobres no seu cotidiano (BARROS *et al*, 2018, p. 121).

Importante destacar que a educação constitui um fator protetivo da vida de crianças e adolescentes. Os resultados de uma pesquisa realizada pelo CCPHA em 2016 demonstraram o abandono escolar como um elemento que aumenta a vulnerabilidade dos adolescentes ao homicídio. Das sete cidades pesquisadas, seis apresentaram índice de abandono escolar acima de 60%, uma delas foi Fortaleza, em que 73% dos adolescentes vitimados já estavam afastados da escola há, pelo menos, seis meses (CEARÁ, 2016). Os resultados da pesquisa do CCPHA corroboram com Cerqueira *et al* (2016, p. 13), em que os autores afirmam que “para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos na escola, há uma diminuição de 2% na taxa de homicídios”. Os autores destacam ainda que a probabilidade de um jovem negro e com baixa escolaridade, considerando o máximo de sete anos de estudo, sofrer homicídio, é maior que de um jovem não negro e com oito anos ou mais de estudo (CERQUEIRA; COELHO, 2015).

Nesse sentido, Brusius (2021, p. 176) enfatiza o papel da educação como fator protetivo para o não envolvimento de adolescentes com a violência, pois “não se trata de um simples alcance de metas e de obtenção de diploma, mas de um percurso com o qual o jovem estabelece relações que contribuam para o surgimento de novas formas de interação social”, atribuindo, assim, um novo sentido para os saberes escolares.

Conforme observado, as experiências escolares dos egressos foram marcadas, dentre outros elementos, pelo abandono escolar, o desinteresse, a defasagem idade-série, conflitos entre colegas, reprovações e conflitos territoriais. Porém, não só disso. Embora todos os sujeitos tenham experimentado um ou mais desses elementos no decorrer de suas trajetórias escolares, outras vivências se fizeram presentes, como o gosto e interesse pelos estudos, o apego à escola, a construção de vínculos afetivos com os educadores e o espaço escolar, e a ressignificação do sentido da escola e da educação.

Desse modo, a escola foi também narrada com memórias afetivas positivas, tendo suprido, inclusive, a carência alimentar, como no caso do Paulo e seus irmãos. Tanto para ele, como para Rosa, a escola foi referenciada como um ambiente de aprendizagem que eles gostavam de frequentar e, principalmente, de construção de laços, se destacando as amizades, bem como o apego e admiração pelos professores e diretores. Assim, a escola desempenhou para eles o papel de uma segunda família, onde se sentiam bem, acolhidos, eram respeitados e recebiam apoio e afeto. É possível perceber pelos relatos a seguir que essa construção de vínculos afetivos vai além dos saberes conteudistas e dos muros escolares:

Eu amo também a minha escola, a escola que eu estudei, [...]. Tipo, eu considero que [...] é uma família, assim, pela forma de organização da direção (Rosa).

Num tinha nada que eu não gostasse não [na escola]. Eu gostava de tudo. Eu gostava muito do meu fichário de estudar porque cada matéria tinha uma cor, minhas canetinhas. Então, eu amava usar meu fichário pra estudar. Eu gostava muito também das viagens que tinha na escola, às vezes. E de tá com a Rita. Porque toda aula a gente ficava juntas. A gente era muito amiga. Ainda é (Rosa).

Ah, o tempo de escola foi a única época boa da minha vida, foi o tempo de escola, né. De estudo, de amizade verdadeira, de brincar, de jogar bola. Minha fase boa foi enquanto eu estudava. Enquanto eu tava no colégio, foi bom demais. Eu gostava de fazer prova, do recreio, de jogar bola no recreio, tinha o negócio da primeira namorada do colégio. Foi bom. Enquanto eu estudava foi bom (Paulo).

Emanuel também demonstrou forte apego à escola e a importância dela em sua trajetória. Mesmo depois de se “envolver” não parou de estudar, chegando inclusive a frequentar a escola armado. Em seu percurso escolar ele contou muito com o incentivo da mãe e alimentou desde cedo as expectativas de construir seu futuro por meio dos estudos.

Foi importante [a escola]. Porque se eu não tivesse estudado ia ser bem mais difícil pra mim hoje, sabia? Porque tá aí, eu quero fazer a faculdade. Se eu não tivesse estudado teria que fazer tudo lá do começo, teria que estudar tudo de novo, só pra mim se profissionalizar. Aí eu vejo como uma importância pra mim. Muita coisa hoje a gente só é se tiver os estudos. Tem que ter os estudos. Hoje a gente só é alguma coisa se tiver estudo, trabalhar (Emanuel).

Nesse sentido, Rosa, enquanto estudante de pós-graduação, reflete sobre como ela vê o significado da escola na sua vida e estabelece uma comparação entre a instituição que cursou o ensino médio e a universidade, no que se refere à construção de afetos nos dois ambientes:

A escola, até o término do ensino fundamental pra mim teve o significado de estudar, né. [...] Agora no ensino médio a escola não tinha só o papel de estudar pra mim, porque eu me apeguei aos professores, à direção, né. Tipo, [...] é uma escola que eu não gostava só de tá lá estudando, né, tipo, eu gostava dos professores, da forma de ensinar dos professores. Eu sempre achei a escola muito unida, os professores muito unidos. Que tipo, eu não via isso nas outras escolas que eu estudei. A direção também. [...] Porque todos os professores são amigos, têm boas relações, a diretora também. Então eu gostava de ir ver os professores também, não só da aula, né. [...] Eu gostava das pessoas mesmo e não só de estudar, entendeu? Eu acho que eu estudava pra mim, mas também pra mostrar pra aquele professor que ele tava ensinando bem, né. Eu gostava de todo mundo. E das coisas, que às vezes a escola abria final de semana pra ter gincana, brincadeiras, brincar de xadrez, dominó. Quando abria final de semana também era ótimo (Rosa).

Eu acho que a academia é muito mais diferente. Assim, você não tem como construir afeto de relações como na escola. Você tem, mas não é um afeto tão cotidiano, porque na academia é cada um no seu espaço, cada um no seu grupo, cada um na sua

produção, cada um ali na sua linha de pesquisa, cada um fazendo suas pesquisas. Então eu acho que na academia você constrói os afetos, mas de uma forma um pouco mais resumida ou talvez mais singular e menos mesmo. [...] eu acho a academia mais isolada nessa questão de afetos (Rosa).

No seu relato, Rosa reforça a importância das relações de sociabilidade e os afetos construídos no âmbito da escola, assim como os momentos e atividades de lazer ofertados aos finais de semana. É perceptível o quanto os professores contribuíram na aquisição de disposições positivas em relação à escola e ao saber, constituindo papéis de referência na sua trajetória, nos quais ela se espelhava e buscava retribuir sendo uma aluna exemplar: *“eu acho que eu estudava pra mim, mas também pra mostrar pra aquele professor que ele tava ensinando bem, né”*.

Como enfatizou Padovani (2017, p. 235): “a escola tem, em seu bojo, a responsabilidade não apenas de escolarização, mas, de formação humana, promovendo, sobretudo, interações positivas na vida dos sujeitos”. Isso coaduna com o observado por Souza (2019, p. 235) em seus entrevistados, quando a autora expõe que:

A importância e o significado da educação na vida das/os jovens ultrapassa uma relação instrumental com o saber e com a escolarização, trata-se também de uma relação permeada por afetos, por relações e experiências que marcam e transformam de forma significativa a vida dos sujeitos.

De igual modo, Brusius (2021) verificou que para os egressos pesquisados a educação se constitui como fator protetivo e não apenas como requisito para a obtenção de um diploma, uma vez que os processos educacionais envolvem o vínculo estabelecido com as pessoas e a possibilidade de que através da aprendizagem os seus projetos de vida sejam ressignificados.

As Unidades de Semiliberdade frequentadas pelos interlocutores, tanto a masculina em Fortaleza, quanto a Unidade mista em que Rosa cumpriu medida no interior, desempenharam um papel importante no processo de ressocialização dos sujeitos, promovendo, por exemplo, a escolarização destes, conforme destacado nos relatos abaixo:

Quando eu tava na Semi, eu parei de estudar durante um período, não lembro mais qual foi, mas na Semi foi que a equipe reviu essa questão da documentação pra eu voltar a estudar. Eu tinha parado no 1º ano do ensino médio. E aí quando eu tava na Semi eu voltei a estudar. Eu fiz o 1º ano em seis meses porque aí foi recorrido à CREDE (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação) porque eu tinha de ir fazer as provas [...] e mesmo fazendo o primeiro ano em seis meses eu ganhei

medalha de melhor aluna da turma. No segundo ano eu também ganhei medalha de melhor aluna da turma e no terceiro ano foi uma longa história (Rosa).

Parei. Antes deu ir pro Centro eu tava estudando. Quando eu fui eu parei. Aqui na Semi eu voltei. Depois que eu saí da provisória voltei a estudar. Aí fui pra sentença, passei 5 meses na sentença. Aí depois quando eu vim pra cá [Semiliberdade] aí que eu voltei a estudar... (Alan).

Só passava nos empurrão (risos). As minhas notas só melhorou depois que eu fui pra Unidade, entendeu? Depois que eu comecei a trabalhar e estudar na Semi. Lá minhas notas era boa porque tinha o professor pra ensinar, entendeu? Lá na Mártir Francisca. Tirava 8, 9, 10. Matemática, Química e Física, em todas elas eu tirei 9 e 10 nas matérias (Eduardo).

Em 2013 foi publicada a Nota Técnica nº 38 que estabelece orientações às Secretarias Estaduais de Educação para a implementação do SINASE, destacando a educação como oferta obrigatória aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas pelos sistemas de ensino, em qualquer fase do período letivo, devendo ser contempladas as diversas faixas etárias e níveis de instrução. A Resolução nº 3 de 2016 complementou esse marco normativo e definiu as diretrizes nacionais para o atendimento escolar aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, salientando em seu artigo 7º a garantia da matrícula para esses sujeitos enquanto direito fundamental, público e subjetivo, o qual deve ser assegurado sem qualquer burocracia, preconceito ou discriminação.

Nessa perspectiva, além de ser um direito, o acesso de jovens em cumprimento de medida socioeducativa à escola é também uma obrigação garantida legalmente. Entretanto, embora existam normativas que garantam a inserção destes em qualquer período do ano letivo, isso nem sempre se efetiva na prática, pois as escolas costumam apresentar resistência para realizar a matrícula fora do início do ano, sendo esta muitas vezes negada ou, quando aceita, realizada na EJA, mesmo que a faixa etária não esteja adequada, conforme pode ser observado no relato de Rosa:

Eu só lembro o período que era pra eu voltar a estudar, que quando eu tava na Semi era um mês de junho ou julho, aí a [...] diretora teve muita dificuldade de que a escola aceitasse, né. Aí ela foi na CREDE. CREDE 13. Aí a CREDE liberou, só que depois de muito tempo ela teimando pra conseguir escola. O meu 1º ano eu fiz em seis meses. Mas eu fiz muita prova, muita prova... mas ela teve muita dificuldade de encontrar uma escola que aceitasse, mas conseguiu. Não era nem vaga, era que aceitasse eu estudar no meio do ano. Aí foi que eu fiz muitas provas e deu certo. Porque queriam que eu fosse pra educação especial e a [diretora] disse que eu não ia, porque eu não tinha idade, né, que a minha idade tava normal. Porque assim, eu atrasei um ano, mas eu tinha um ano adiantado. Aí ela ficou procurando escola. Ficou como se eu tivesse estudado o ano todo, só que eu fiz as provas do primeiro semestre tudim (Rosa).

Segundo Zanella (2010, p. 17), “os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, seja em privação, restrição e/ou meio aberto encontram a cada dia mais dificuldades para a inserção e permanência na comunidade escolar”. De modo que o desligamento desses jovens com o ambiente escolar se efetiva, na maioria das vezes, antes da conclusão do ensino fundamental, e suas trajetórias escolares são marcadas por uma série de problemas, dos quais se destacam: o abandono, a evasão escolar, a indisciplina, as dificuldades de aprendizagem, e o desinteresse.

Conforme destacado por Andrade e Barros (2018, p. 47): “é na escola que muitos jovens considerados infratores vivenciam a segregação pela primeira vez. Entre repetências e evasões, os alunos começam a desenvolver desgosto pela escola e seus processos educativos”. Para Sanches e Martins (2015, p. 165), “além de todas as problemáticas que permeiam a escola pública, o adolescente em medida socioeducativa enfrenta o preconceito, resultando muitas vezes no abandono escolar, na distorção de idade-série e no não aproveitamento escolar”.

Não obstante os percursos escolares dos sujeitos serem marcados por rupturas motivadas pelo envolvimento com os atos infracionais, dois casos de escolarização mais prolongada podem ser observados entre os jovens da pesquisa, o que poderíamos considerar como casos de “sucesso escolar improvável” (LAHIRE, 1997).

A trajetória escolar de Jeferson é bastante representativa quanto à perspectiva do “sucesso escolar improvável”, uma vez que está envolta de inúmeras rupturas, desinteresse e conflitos durante a infância e adolescência, vindo a ser ressignificada na juventude quando os estudos e a escolarização adquirem um novo sentido para ele. Na busca de caracterizar como se deu essa mudança retomo a seguir alguns episódios do seu percurso escolar, apresentados na sua trajetória no capítulo anterior.

Na infância e início da adolescência de Jeferson, a escola se constituía mais como espaço para a prática de atos delitivos como pichações, uso de drogas, práticas de furtos e roubos, agressões físicas contra os colegas, do que pelo interesse de estudar, conforme detalha em sua narrativa:

J: Pichar eu comecei com 7 anos, assim que eu entrei na escola no 1º ano. Já aprendi a pichar logo, primeira coisa (risos). Colégio público, né, toda a galera da comunidade, da quebrada, galera mais pra frente.

P: Sempre estudou em escola pública?

J: Foi. [...]

P: Chegou de algum professor convocar tua mãe pra alguma reunião?

J: Quase todo dia.

P: E quais eram os motivos?

J: Brigas. Ah, antes deu me envolver eu era muito fanático por negócio de time, torcida, né. Aí eu era Fortaleza. Aí quando era intervalo eu juntava os pivete do Fortaleza e metia a chibata nos do Ceará. Todo intervalo. Tinha o pátio, né, bem grande. [...]. Eu juntava a galera, já tinha minha gangue já, certa. Aí já tinha a outra gangue do Ceará. Sempre que batia o intervalo já saía todo mundo pro pátio. [...].

J: [...] 1º ano, né, pá, parei, né, 2012. 2013 minha mãe me matriculou de novo. Aí eu não quis estudar. Aí aconteceu as coisas em 2013 e tal, aí em 2013 ainda nós se mudemo pro Aracapé. Aí em 2014 mãe já me matriculou de novo. Nós morava no João XXIII. Aí 2013, assim no final, assim, nós fomos pro Aracapé, né? [...]. Aí minha mãe me matriculou lá de novo. Aí parece que as coisas me procurava. Porque eu não era honesto, né. Aí no primeiro dia de aula, presta atenção, oh. No primeiro dia de aula, eu sempre estudava de tarde, eu sento na cadeira, na cadeira tinha um celular, do aluno que tinha esquecido de de manhã. Aí o celular começa a tocar, né. Aí eu pego o celular aqui, sendo que o meu tava na mesa, né. Eu pego o celular aqui, olho aqui, desligo o celular. E a menina que tava do lado: “ei, esse celular aí num é teu não”. Como é que tu sabe que não é meu? “Porque o teu tá?”. Num posso ter dois não? “Professora, esse celular aqui tava na cadeira, tava embaixo da mesa, é de alguém de de manhã”. Aí a professora pegou o celular da minha mão. Só que eu peguei o celular da mão dela. Como é, esse celular aqui é meu. Aí no outro dia apareceu o dono.

P: E tu tinha ficado com o celular?

J: Fiquei. “Cadê o celular?” Num tem celular mais não. Aí já pegaram marcação em mim no primeiro dia de aula, né. Aí no segundo dia de aula eu fui o último a sair, aí tinha uma bicicleta lá do lado do portão. Bonitona a bicicleta, não tinha ninguém, rapaz, vou embora nessa aqui mesmo. Sol quente, vou a pé não. Aí subi na bicicleta e fui embora. Só que tinha câmara, né. Aí no outro dia já mandaram minha mãe ir lá pegar minhas coisas (risos).

P: Então foi pouco tempo aí?!

J: Dois dias de aula. Aí num estudei mais não. Em 2014. Aí em 2015 foi quando eu puxei a sentença, né, fui preso dia 05 de janeiro e saí dia 23 de outubro (Jeferson).

Como detalhou Jeferson, a sua vida escolar foi permeada de episódios que contrastavam com as ações esperadas para o ambiente escolar.

Toda tarde, assim que começava a aula, uma hora da tarde, a galera ia lá pra trás. Atrás da quadra tinha um terreno, do colégio mesmo, tinha as mangueiras, umas mangueiras bem grandes, que eles abandonavam as cadeiras quebradas lá. Aí o que foi que a galera fez? Botou as cadeiras e fez a rodinha lá atrás das mangueiras. E quem vinha de lá não via, né, porque como a mangueira era muito larga, não dava pra ver a rodinha lá atrás. A galera só ficava lá, aí ficava as meninas, todo mundo gazeando aula lá, fumando maconha, todo mundo descolado, né. Aí, mermão, conheci a galera (Jeferson).

Ainda que suas ações se distanciassem dos valores e comportamentos aceitos socialmente, a escola se mostrou para ele como um espaço de construção de sociabilidades, seja com a formação da sua gangue, ainda nos primeiros anos do ensino fundamental, seja com as vivências experimentadas com o uso de drogas com os outros estudantes, já na adolescência. É possível observar também uma ressignificação dos espaços físicos da escola que, no primeiro exemplo, o horário do recreio e o pátio da escola se transformam no local de confronto entre torcedores do Fortaleza e do Ceará; no segundo exemplo, o espaço arborizado atrás da quadra

se torna o ponto de encontro dos adolescentes para o uso de drogas ilícitas. Isso coaduna com o que afirma Dayrell (2007, p. 1112), que “os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados”. Desse modo, para o autor:

O cotidiano escolar torna-se um espaço complexo de interações, com demarcação de identidades e estilos, visíveis na formação dos mais diferentes grupos, que nem sempre coincidem com aqueles que os jovens formam fora dela. A escola aparece como um espaço aberto a uma vida não-escolar, numa comunidade juvenil de reconhecimento interpessoal. É em torno dessa sociabilidade que muitas vezes a escola e seu espaço físico são apropriados pelos jovens alunos e reelaborados, ganhando novos sentidos. Os grupos se constituem como um espaço de trocas subjetivas, mas também palco de competições e conflitos, muitas vezes resvalando para situações de violência no cotidiano escolar. As relações entre eles ganham mais relevância do que as regras escolares, constituindo-se em uma referência determinante na construção de cada um como aluno, tanto para adesão quanto para a negação desse estatuto. No caso dos jovens pobres, a sociabilidade ganha uma maior dimensão, à medida que a ausência de equipamentos públicos e de lazer nos bairros desloca para a escola muitas das expectativas de produção de relações entre os pares (DAYRELL, 2007, p. 1120).

A escola não está à parte do território, sendo assim os sujeitos ao adentrarem o espaço escolar carregam consigo um conjunto de experiências aprendidas e compartilhadas em outros espaços de socialização, como na família, no grupo de amigos e na rua, as quais irão interferir nas suas relações escolares (DAYRELL, 2009). Entretanto, os sujeitos vivenciam uma tensão entre o que ele é e o que a escola espera que ele seja enquanto aluno, constituindo assim um processo complexo que envolve fatores externos e internos à comunidade escolar (DAYRELL, 2007).

A escola, de modo geral, constitui um importante espaço de aprendizagem e socialização e pode contribuir para vislumbrar novos horizontes que corroborem para a ampliação do campo de possibilidades e da elaboração de novos projetos de vida. Da mesma forma, ela pode ser capaz de oferecer uma socialização pautada na educação, no respeito, na construção das identidades e no exercício da cidadania, assim como valores para o desenvolvimento das ações humanas.

Além das práticas delitivas executadas por Jeferson dentro da escola que o levaram a ser expulso algumas vezes, precisando se matricular em uma nova escola, ele destaca que não gostava de estudar e não tirava boas notas. Porém, mesmo com essas pausas e interrupções e o pouco interesse demonstrado no aprendizado, ele nunca reprovou de ano e conseguiu chegar ao primeiro ano do ensino médio. Quando ocorreu a sua primeira apreensão, na qual cumpriu 45 dias na medida provisória, ele decidiu não retornar para a escola.

Depois dessa primeira medida ele retornou várias vezes para o Sistema Socioeducativo, período no qual ele também não teve avanço escolar. Entretanto, após sua última passagem pela medida de internação ele foi sentenciado com uma LA e com o auxílio do CREAS foi matriculado novamente na escola e retomou os estudos. Esse retorno se constituiu em uma mudança de estatuto, em que ele passa de “vagabundo” para “nerd”, dando um novo significado para a sua trajetória escolar, que coincidiu com o momento em que ele começava a traçar um novo projeto para sua vida:

[...] Não, aí eu saí da sentença de LA, pra eu ficar assinando lá no CRAS, no CREAS. Depois que eu saí. Depois da sentença. Aí fiquei assinando, aí me matriculei no colégio [...] (Jeferson).

É, que eu tinha parado no primeiro, né? Aí continuei. Aí estudei lá, até que eu ia bem, como eu tinha parado de roubar, tinha me aquietado, eu tava focando muito nos estudos, né. Eu sempre fumava meu baseadinho, né, tinha parado de cheirar, tinha parado de usar as drogas mais pesadas. Fiquei só na maconhinha, no baseado mesmo. Aí eu estudava muito, lia muito, era 10 em todas as matérias. Todas as matérias eu tirava um 10. Era o primeiro, sentava na primeira cadeira aqui da sala. Era o nerd da sala. Eu o vagabundo, né? (risos) (Jeferson).

Embora essa nova experiência escolar tenha sido proveitosa do ponto de vista do seu rendimento escolar, ele permaneceu por poucos meses, pois conseguiu uma vaga de trabalho em que o horário coincidia com as aulas e optou por cursar a Educação de Jovens de Adultos (EJA). Interessante pontuar que essa última experiência escolar se diferenciou de todas as outras vivenciadas ao longo da sua trajetória, nas quais ele era reconhecido como um aluno “problemático” e com um histórico de expulsões e agora a escola se mostrou resistente em conceder sua transferência para a EJA por reconhecê-lo como ótimo aluno e o mais inteligente da turma:

J: Aí consegui entrar [na empresa], né, aí pedi o desligamento de lá [da escola]. Aí pedi pra sair do colégio, aí eles não deixaram. Num deixaram nem a pau eu sair do colégio, porque era 10, todas as matérias eu tirava 10. Primeiro ano. Tirava 10 em todas as matérias. Aí: “não, você num pode sair não, você é o mais inteligente”. Não, eu tenho que sair porque eu vou começar a trabalhar. “Nós muda seu horário”. [...]

J: Ia começar a trabalhar e ia ser de manhã, só que eu ia tirar a folga do cara da noite. Nesse negócio de tirar folga do cara da noite eu ia ter que faltar aula, né? Ia ter os dias que o cara ia compensar, né, folga, eu ia ter que trabalhar três dias de noite, ia faltar três dias de aula. Aí num ia ser legal, né. Aí eu pedi pra sair de lá pra ir pro EJA, mas num deixaram não. Aí eu fiquei insistindo, todo dia eu ia lá: não, gente, não dá.

P: Aí o que resolveram?

J: Aí, oh: “não queríamos dar sua transferência, mas como você tá insistindo vamos dar sua transferência, desejamos uma boa sorte pra você, você é um ótimo aluno, muito inteligente”.

Embora tenha se matriculado na EJA, ele desistiu de frequentar e o seu retorno escolar se deu após alguns anos pelo incentivo do seu chefe e pela vontade de ser promovido no emprego:

Aí fui pro EJA, me matriculei no EJA mesmo e num fui não. Aí nesse ano num quis saber de EJA não. Aí foi pro outro ano, 2017, né. Eu já empregado em serviços gerais, né. Meu irmão, eu vou estudar pra eu ser promovido. Aí meu chefe sempre perguntava: “e aí, já voltou a estudar?” Meu chefe sabia do meu passado, eu contei tudo pra ele, né, num deixei nada escondido não. Aí ele sempre me dava muita força. Me dava força mesmo. “Ei, já voltou a estudar? Ei, já voltou a estudar? E aí, tá estudando? Como é que tá na escola? E aí, como é que tá indo? E tal, como é que tá em casa? Como é que tá no bairro?” E tal... Sempre me perguntava, né. Só que eu começava a ir depois parava. Não tinha aquela força de vontade. [...] Aí eu botei uma meta, oh: esse ano eu vou comprar uma moto, vou ser promovido. Não, primeiro: terminar os estudos, comprar uma moto e ser promovido. [...]. Todo dia eu ia pro colégio e todo dia eu fazia uma prova. Fiz uma rematrícula, né, no EJA, aí todo dia ia fazer uma prova: pá, pá, pá, pá... todo dia era uma. Todo dia. Pra terminar logo. [...]. Aí eu botei pra mim terminar os estudos até agosto. Só que como eu fui bem avançado eu terminei em junho (Jeferson).

Aqui novamente observamos o empenho de Jeferson em torno da escolarização. No seu retorno para a EJA no qual ele concluiu o ensino médio, mais uma vez ele se destaca pelo rendimento escolar positivo em contraposição ao seu histórico durante o início de sua trajetória escolar.

A busca por uma ascensão no trabalho, aliada ao incentivo constante do chefe, proporcionou uma nova relação com a educação e a escola. No trabalho, ele iniciou na área de serviços gerais e depois passou para o cargo de auxiliar de bar, com perspectiva de continuar progredindo. Se antes ele não conseguia se identificar com a escola por ela não contribuir para os seus projetos de vida, nessa nova fase da sua vida, ele percebeu que assumir o cargo que almejava, *barman*, exigia maior escolarização e qualificação profissional. Nesse contexto, ele retornou à escola, concluiu o ensino médio e fez vários cursos e estágios na área pretendida, de modo que a educação ganhou um novo sentido para o seu projeto de vida. No início de 2022 Jeferson adentrou o ensino superior e está cursando Administração em uma faculdade privada de Fortaleza, dando mais um passo na construção do seu “sucesso escolar improvável”.

Essa ressignificação do espaço escolar também foi observada por Padovani (2017) em um dos seus interlocutores. A autora ressalta que inicialmente a escola era associada ao desinteresse e ao abandono e, posteriormente, passa a se constituir como um local de mudança, em que novas habilidades e perspectivas foram construídas, impulsionando o adolescente na busca por novas oportunidades de inserção educacional e social.

Outra trajetória escolar que se destaca quanto ao “sucesso escolar improvável” é a de Rosa. Diferente de Jeferson, ela teve uma trajetória escolar mais linear, sempre gostou de estudar e tirava boas notas, embora ela também tenha se afastado da escola por um período. Na infância contava com o apoio do pai, que tinha o hábito de leitura.

O pai de Rosa sempre gostou de poesia e História e cotidianamente contava histórias para a filha. Além do hábito de leitura, ele escrevia muito bem e gostava de assistir programas jornalísticos com o objetivo de aprender a se expressar melhor e aumentar seu vocabulário. Assim, embora não tivesse uma escolarização prolongada ele repassou conhecimentos para Rosa em diferentes áreas como: Literatura, História, Português e Matemática.

Aí meu pai parou no ensino fundamental, depois fez um pouquinho do médio. Mas, é.. eu não sei como é, que etapa da vida foi que ele leu tanto, mas tudo que é de literatura, se você chegar no meu pai e disser: me conte a história de Vinícius de Moraes, ele conta. Me conte a história de Machado de Assis, ele lhe conta todinha. Entendeu? Me conte a história de José de Alencar, ele conta todinha. Tipo, ele sabe a história, ele sabe... se você disser: me diga a poesia tal... [...] meu pai sempre gostou muito de poesia e de História. Ele sabe muito, tipo, muita coisa, assim, que eu sei de história eu aprendi ele me contando. [...] Meu pai conta a história todinha e tipo, meu pai ele não tem, ele é do interior, mas ele não comete um erro na fala. Você fala com meu pai, assim, você fica, essa pessoa não tem só o ensino fundamental. Mas ele tem. É porque o meu pai ele fala muito bem. Ele fala muito bem, ele escreve muito bem, a letra dele é muito bonita e eu sempre fiquei assim.... (Rosa).

O pai de Rosa, além de contribuir com a sua aquisição de disposições relativas ao saber escolar, possibilitando, por exemplo, seu acesso a livros e materiais escolares, ele ofereceu a ela as condições para que se dedicasse aos estudos, não lhe delegando nenhuma tarefa doméstica, uma vez que seu maior interesse consistia na dedicação dela aos estudos.

Nos relatos de Rosa fica evidente a memória afetiva que guarda desses momentos de socialização com o pai, expressos, por exemplo, na gramática que ela tem até hoje e não aceitou que fosse repassada aos irmãos, como era pretendido pelo pai. Tal prática coaduna com o demonstrado por Lahire (1997, p. 20), de que “o texto escrito, o livro, para a criança, faz parte dos instrumentos, das ferramentas cotidianas através das quais recebe o afeto de seus pais. Isso significa que, para ela, afeto e livros não são duas coisas separadas, mas que estão bem associadas”.

Ele dizia assim: minha filha, procura aí a poesia tal, lê. Porque esse livro, essa gramática antiga, eu acho que o pai tem ela toda decorada na cabeça, porque ele diz assim: abre aí na página tal, poesia tal. Agora abre na página tal, poesia tal. Agora

você vai aprender a dividir as sílabas. Português ele sempre me ensinou fora da escola a partir dessa gramática que ele tinha, né. Porque a gramática tem umas partes que explica, aí tem o exercício no final. Aí no fim tem as respostas. Menino, ele nunca deixava eu ver as respostas no fim, era muito difícil. Aí eu fazia e depois ele corrigia. Dividir as sílabas, separar o que é predicado, o que é sujeito, essas coisas, ele sempre me ensinou. Eu fazia e ele corrigia. E ele era muito ciumento com essa gramática. E ele falava que essa gramática era pra passar depois pro meu irmão e depois pro outro irmão, né. Só que eu quebrei, eu tomei pra mim, porque eu me apeguei muito a ela e eu que respondo tudo. Eu tenho ela comigo. Não deixei, assim, continuar. Eu peguei, mas... ele fazia isso. Tipo, me ensinou as horas também. Tipo, num relógio analógico. Porque eu só tinha relógio digital e ele: não, você vai aprender. E eu: pai, isso é muito difícil e tal. E ele tinha toda a paciência de me ensinar as horas no relógio. Ah, me ensinava a calcular. Ele tem um negócio de calcular na mente, às vezes, pra não anotar, como é comerciante, ele: “oh, você vai calculando na mente assim...” Calcular na mente, que é pra entender as coisas do comércio. Enfim, ele sempre me ensinou muita coisa (Rosa).

As lembranças dos momentos de leitura e de aprendizado com o pai são marcantes para Rosa e remetem a experiências positivas, de aquisição de saberes variados e de afetos. Essas ações do cotidiano, aparentemente simples e despreziosas, realizadas de forma consciente ou inconscientemente, como ensinar a fazer contas de cabeça, instruir como interpretar as horas em um relógio, explicar as lições de gramática, dispor de tempo para a leitura e contação de histórias demonstram o apoio e o incentivo do seu pai e foram significativas para a aquisição de disposições relacionadas ao gosto de Rosa pelos livros, pela leitura e pelo aprendizado escolar, contribuindo satisfatoriamente para a sua trajetória de escolarização prolongada.

Ainda que as narrativas sinalizem para um maior capital cultural⁵³ da família de Rosa em comparação aos demais egressos, esse elemento, embora favoreça o acesso e permanência escolar, não é suficiente para agregar às crianças disposições voltadas ao saber escolar, tampouco para explicar casos de “sucesso escolar” entre elas. Pois, conforme destaca Lahire (1997, p. 104) é necessário que haja “disponibilidade de transmitir à criança certas disposições culturais ou acompanhá-la na construção dessas disposições”, ou seja, a transmissão do capital cultural familiar requer a existência de condições objetivas para a sua transmissão. No caso de Rosa, seu pai não só contava com um capital cultural favorável, como dispunha de tempo e interesse para acompanhar a filha na realização de tarefas e ensinar saberes

⁵³ Para Bourdieu (2007, p. 74) “o capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que são, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais”.

variados, bem como para realizar leituras e contação de histórias, oferecendo apoio e incentivo constante ao seu aprendizado e escolarização.

As pessoas que têm as disposições culturais suscetíveis de ajudar a criança, mais amplamente, de socializá-la num sentido harmonioso do ponto de vista escolar nem sempre têm tempo e oportunidade de produzir efeitos de socialização. Nem sempre conseguem construir os dispositivos familiares que possibilitariam ‘transmitir’ alguns de seus conhecimentos ou algumas de suas disposições escolarmente rentáveis, de maneira regular, contínua e sistemática. É por essa razão que, com capital cultural equivalente, dois contextos familiares podem produzir situações escolares muito diferentes [...] (LAHIRE, 1997, p. 338).

Não obstante as disposições educacionais e culturais a que Rosa teve acesso na infância e o incentivo familiar à sua escolarização que se diferenciaram dos demais sujeitos da pesquisa, por exemplo, ainda assim outros elementos de sua vida como o casamento precoce e a inserção nas práticas delitivas, conduziam Rosa para um provável insucesso escolar. O casamento infantil ou precoce é a união formal ou informal de pessoas menores de dezoito anos de idade e uma de suas consequências mais diretas é o abandono escolar, sobretudo entre as meninas, devido as responsabilidades decorrentes dessa união como o trabalho doméstico, o ciclo de dominação e as desigualdades de gênero⁵⁴.

Assim, o casamento precoce aliado à sua inserção nas práticas infracionais, poderiam tê-la afastado permanentemente do universo escolar. Entretanto, no período de cumprimento da medida de semiliberdade e com a ajuda da equipe da Unidade, ela retomou seus estudos com êxito mediante a educação regular, alcançando destaque entre as melhores alunas da turma, nos três anos do ensino médio. Além disso, ainda na Semiliberdade ela realizou inúmeros cursos de qualificação profissional viabilizados pela instituição e, inspirada nas profissionais desta, ela se sentiu motivada a cursar o ensino superior em Serviço Social, área de atuação de uma das funcionárias que lhe prestava atendimento.

A partir dessas novas perspectivas adquiridas, parte delas decorrentes das suas vivências no Centro Socioeducativo de Semiliberdade, Rosa começa a construir um novo projeto de vida, dando continuidade ao seu “sucesso escolar improvável” com a sua vinda para a capital do estado e sua inserção no ensino superior. Hoje ela faz parte do ainda seleto grupo de estudantes vindos de origem popular e principalmente do Sistema Socioeducativo que

⁵⁴ Pesquisa “Tirando o véu - estudo sobre casamento infantil no Brasil”. Disponível em: <<https://plan.org.br/noticias/tirando-o-veu-estudo-sobre-casamento-infantil-no-brasil-2/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

adentrou a Pós-Graduação, estando cursando o Mestrado em uma universidade pública e com um percurso escolar brilhante.

Ainda que nem todos os interlocutores da pesquisa tenham traçado percursos de “sucesso escolar”, ainda assim é possível inferir que estes possuem uma escolarização mais prolongada do que o esperado para esse público, que geralmente não conclui nem mesmo o ensino fundamental, conforme supracitado por Zanella (2010). Como demonstrado na tabela a seguir, dos oito interlocutores, seis ultrapassaram essa estatística provável, e destes dois possuem ensino médio completo, um está cursando o ensino superior e uma a Pós-Graduação.

Tabela 16 - Escolarização dos egressos pesquisados

EGRESSOS	ESCOLARIZAÇÃO
Rian	Ensino fundamental completo
Rosa	Pós-graduação incompleta
Eduardo	Ensino médio completo
Alan	Ensino médio incompleto
Gustavo	Ensino fundamental incompleto
Jeferson	Ensino superior incompleto
Emanuel	Ensino médio completo
Paulo	Ensino fundamental incompleto

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das entrevistas narrativas.

Interessante observar que dos oitos jovens da pesquisa, a única do sexo feminino foi também a que logrou maior escolarização, corroborando assim com as pesquisas que apontam serem as mulheres mais escolarizadas em relação aos homens⁵⁵.

Embora nem todos tenham alcançado o “sucesso escolar”, a escola é reconhecida pelos egressos como importante instituição para a ressignificação das suas trajetórias de vida. Nessa perspectiva, é também evidente a valorização da educação pelos sujeitos e o reconhecimento do seu papel para a ascensão social. Mesmo os que não estavam estudando no período em que as entrevistas foram realizadas, ressaltaram o desejo de retornar à escola e concluir os estudos. O anseio de cursar o ensino superior também foi marcante, aparecendo nas perspectivas futuras do Emanuel, do Alan, do Paulo e do Gustavo, embora, para alguns, esse projeto não encontre sentido e condições objetivas de concretização no presente:

[...] Mas assim, eu até tava conversando com a minha mulher que em abril eu vou dá continuidade pra mim acabar o 2º ano, terminar os estudos. 2015 eu parei de estudar. Entrei no crime (Alan).

⁵⁵Maiores informações disponíveis em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/mulheres-aumentam-escolaridade-em-relacao-aos-homens-mostra-pesquisa/>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Eu tenho vontade de voltar a estudar porque, assim, pra mim qualificar mais na minha área de trabalho, né. Como eu tenho um curso técnico, curso não, como eu já trabalhei de técnico, na área de técnico, eu sei a prática, mas não tenho nenhum curso de informática. Eu penso em fazer curso, até voltar a estudar, até cursar uma faculdade de Rede, alguma coisa, né. Porque, eu posso até ter a prática ali, saber exercer a minha profissão, mas como eu não tenho estudo, sempre aparece uma pessoa que tem estudo aí passa na minha frente, né, ali, por eu não ter a qualificação naquela área. Aí já ganha um salário melhor, e eu fico mais ali, né, naquela área ali estacionado. E eu penso em estudar, pra mim poder... fazer um curso na área, que eu gosto de trabalhar, pra mim poder crescer profissionalmente, né, dá uma vida melhor pra minha família. Entendeu? Eu penso em voltar a estudar (Paulo).

Assim, é contundente afirmar que para os egressos que conseguiram trajetórias escolares mais prolongadas, a escola e a educação fizeram parte dos seus campos de possibilidades e dos seus projetos de vida. E mesmo aqueles que não avançaram na escolarização, ainda assim reconhecem positivamente o papel da escola na ampliação dos seus campos de possibilidades, mantendo-a em seus projetos de vida.

5.1.3 Grupo de Amigos

A sociabilidade é uma dimensão que assume centralidade na condição juvenil, especialmente nos espaços informais de diversão e lazer, mas também em ambientes institucionais como a escola e o trabalho (DAYRELL, 2007). Quando isso ocorre, instituições tradicionais como a família e a escola perdem em parte seu poder de influência para os grupos de amigos por conta dos vazios de sociabilidade deixados por estas instituições (PAIS, 2003). Conforme enfatiza Dayrell “a turma de amigos é uma referência na trajetória da juventude: é com quem fazem os programas, ‘trocam ideias’, buscam formas de se afirmar diante do mundo adulto, criando um ‘eu’ e um ‘nós’ distintivos”. Ainda segundo o mesmo autor, “a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade” (DAYRELL, 2007, p. 1111).

A influência dos amigos já “envolvidos” foi significativa no processo de inserção na dinâmica infracional do Rian, Jeferson, Eduardo e Emanuel.

Eram tudo envolvido na bandidagem. Eu ficava no meio da rua aí peguei essas amizade que não foi muito legal pra mim. Não foi muito legal. Que me levaram a ir pra caminhos, né, caminhos que eu fui pra me afundar mesmo. Tinha pessoas que chegava: “Emanuel, se afasta dessas amizade, porque essas amizade não é pra tu”. Aí mesmo assim eu tava ali, né, querendo manter essas amizade e acabei que... se

afundando. Se afundando assim, né, até um ponto que eu consegui sair, né? Desse mar de lama, né? (Emanuel).

eu ia crescendo já vendo outras coisa, né, e eu vendo os meus amigos que tavam crescendo ali junto comigo já começando a ganhar dinheiro, então eu também queria aquilo, não porque eu precisava pegar o que era dos outros, mas sim por questão de fama, de poder, entre aspas, né (Rian).

Como observado na narrativa do Rian, ele passou a admirar os amigos pela “fama” e “poder” que demonstravam ter, de modo que ele logo quis imitá-los em suas práticas delituosas, tanto pela identificação, quanto pela necessidade de se afirmar diante dos pares e conquistar o reconhecimento deles, pois, como ressaltou Pais (1993, p. 94), os amigos “constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros”. Resultado semelhante foi observado na pesquisa de Marinho (2013, p. 128), na qual “o envolvimento dos jovens no universo infracional se dava, em grande parte, a partir do convívio com pares também envolvidos”. Nesse sentido, para Almeida (2017, p. 53) “os grupos de amigos se configuram como uma referência para os jovens, nos quais buscam formas de se afirmarem diante do mundo adulto”.

Da mesma forma que as amizades foram apontadas como estimuladoras das práticas infracionais, o distanciamento do ambiente e dos amigos “envolvidos”, quando decidiram mudar de vida, foi apontado como necessário por Rian, Alan, Jeferson, Emanuel, Gustavo e Rosa:

E quando eu entrei pra igreja eu virei, claro, os conhecidos naquele tempo começaram a se afastar de mim. Ia me chamar pra roubar e eu: não, mah, agora eu tô na igreja. Então eles se saíam né: “ah, mah, agora o cara é da igreja, tal, o cara saiu dessa vida. Graças a Deus, irmão”. Com deboche, né. Aí eu: não, beleza (Rian).

Eu quis sair dali [Messejana] pra mim não conviver mais com aquilo. Quis ir pra um outro bairro pra ficar bem melhor, mais tranquilo, do jeito que eu tô hoje (Alan).

E como eu quis mudar de vida eu tive que isolar eles, né. Por que se não ia ser o que? Nós ia sair pros rolês, as ideias deles não ia ser o que eu queria pra mim, né. Ia falar de que? De roubo... era coisa que eu não queria, né. Aí eu isolei, né, todo mundo. Foi quando eu saí do Aracapé e vim pra [outro bairro]. Totalmente distante um do outro. Pra mim começar uma vida nova, amizade nova. Minha mudança só foi de mim mesmo (Jeferson).

Fiz bastante amigos. Eu não tenho mais aquela rotina, porque se eu mantesse aquela rotina eu não ia me afastar do que era errado. Tipo, eu saí da Semi, se eu continuasse andando com as pessoas que rouba, trafica, que mata, que isso e aquilo, eu ia sair? Não ia. Porque é a influência, entendeu? Tipo, agora que eu tô trabalhando com um doutor, o meu pensamento é fazer uma faculdade, entendeu? Meu pensamento é crescer (Emanuel).

Após esse momento cheguei a morar no interior um tempo ainda, não recordo quanto tempo foi. Mas lá é muito complicado pra você ganhar dinheiro de qualquer tipo de forma. [...] Aí meu tio que mora em Manaus veio passar uma temporada aqui e me chamou pra ir morar lá, né. Aí eu fui, não tinha muita perspectiva aqui, eu não queria voltar pra onde eu morava, [...], onde ocorreu tudo. Ainda tava tudo tão recente, né, não queria aparecer por lá. E a gente foi pra Manaus [...] (Gustavo).

Além do distanciamento dos amigos, por uma escolha consciente para o afastamento dos exemplos e práticas delitivas, os jovens também relataram que alguns desses afastamentos ocorreram por muitos desses amigos da infância e adolescência estarem mortos ou presos:

Meus amigos tudo morreram, né. Os que não morreram estão presos (Jeferson).

Eu sou uma pessoa que estou contando essa história, mas muitos amigos meus, muitos, muitos, muitos, que cresceram junto comigo, hoje tão mortos. Hoje tem uns que ainda estão presos e tem muitos que perderam a sua vida, né (Paulo).

E hoje quando eu vejo muitos [amigos] já morreram, muitos mesmo. Já perdi assim amigos de verdade que apesar de tá na igreja eu ainda conversava muito com eles, dava conselho e tal. Amigos que eram mais chegados que irmãos. Perdi (Rian).

A mesma situação foi observada no trabalho de Marinho (2013). Quando seus interlocutores foram questionados sobre a convivência com um grupo de amigos, sobretudo aqueles conhecidos no período da internação, estes ressaltaram um destino negativo: “muitos foram considerados mortos ou presos, ainda, evidenciou-se a percepção de que a maioria não conseguiu mudar de vida” (MARINHO, 2013, p. 128).

Mas se muitos amigos corroboraram para a aquisição de referências negativas voltadas para a criminalidade, alguns jovens destacaram a presença de novos amigos como redes de apoio e figuras de referência importantes no processo de reconstrução de suas trajetórias por oferecerem amor, apoio, exemplo, inspiração, confiança e acreditarem que a mudança era possível. Como ressalta Lahire (2004, p. 41) “a captação das modificações dos vínculos de amizade (perda de um amigo, novas amizades) é uma boa forma de estudar a transformação-reorganização do patrimônio individual de disposições incorporadas”.

Eu tenho dois amigos que são irmãozão pra mim. Dois cara que eles são muito especial e que mesmo preso... eles não são nada da minha família e mesmo preso eles me deram todo o apoio. Por isso que hoje eu considero eles como irmão, irmão do peito mesmo. Acho que foi esses dois. A gente saía muito pras festas. Assim, eles não gostavam de droga. Não se identificava com droga, era só bebida. E assim, a gente começou a ter amizade. Nós três era como irmão. Amizade de mais de 7 anos (Alan).

Eles [amigos] me apoiaram muito. Só deles escreverem carta pra mim lá dentro. Eles querem me visitar. Eles irem na casa da minha mãe saber como é que tava a situação. Isso foi muito marcante na minha vida. Até hoje a gente se encontra. Isso foi bem marcante (Alan).

Ah, eles [os amigos] representam muita coisa, irmandade, amor. ... Representa muito (Alan).

No caso de Gustavo, foi o seu sócio na empresa de provedor de *internet* que se tornou sua principal referência de amigo e constituiu um importante suporte quando ele voltou de Manaus para residir novamente em Fortaleza:

Aí meu sócio me emprestou... eu falei pra ele que não tinha condição de tá pagando aluguel, aí ele me emprestou uma casa: “tu mora lá até tu receber a tua”. Eu ganhei uma casa do governo também, né, Minha Casa Minha Vida, minha esposa ganhou. Aí ele: “tu fica aí até tua casa sair. Quando sair tu entrega a casa, paga só água, luz”. Aí eu: beleza. Aí foi quando deu uma aliviada, que o do aluguel, que era R\$300,00 já deu pra comprar comida. E a partir daí foi só crescendo, graças a Deus (Gustavo).

Em relação à Rosa, comparando com os demais interlocutores, ela é a que teve sua socialização na infância e na adolescência mais marcada pela participação em distintos grupos e espaços: na escola, nos cursos, no grupo de capoeira, na banda de rock, na igreja e na Unidade Socioeducativa. Muitas das amizades construídas nesses contextos estão presentes em sua vida ainda hoje, se constituindo na construção de laços de amizades intensos e duradouros, que representaram importantes suportes de apoio, afeto, amor e de referência para o processo de ressignificação da sua trajetória.

Porque a Elisa é uma grande amiga minha, então tudo que ela falava eu derretia, assim, porque tipo, era uma pessoa que ela não tinha nenhum motivo, a não ser realmente o Espírito Santo, porque no Evangelho a gente fala que o Espírito Santo conduz as ações boas, entendeu? Aquilo que induz você a cuidar do outro. Então acho que não tinha nenhum motivo pessoal pra ela querer cuidar de mim. Tipo, eu era uma pessoa que tava na Semi. Eu era uma pessoa que ela nunca soube que existia, entendeu? Eu era uma pessoa que não devia nada a ela, do mesmo jeito também não podia oferecer nada a ela, entendeu? E ela se tornou minha melhor amiga, né? E tipo, mesmo ela trabalhando 8h por dia, três dias na semana ela tava lá comigo pra evangelizar, minha primeira Bíblia foi ela que me deu. Entendeu? Fim de semana eu ia pra casa dela (Rosa).

Num sei, a gente virou amiga mesmo, a gente viajava juntas. Num sei, talvez uma amizade que eu não tinha, entendeu? E foi a Elisa, então, tipo, muita, muita, muita coisa que ela fez por mim que não são coisas que requerem muitas condições, mas requerem mais a questão do afeto. Entendeu? Que ela sempre teve do meu lado. Então, num sei, a Elisa é uma pessoa que assim, tudo que eu puder fazer por ela. Tipo, se eu tiver aqui e a Elisa tiver lá em São Paulo e disser: Rosa, a Elisa tá passando mal, precisando de você. Eu vou. Não importa. Eu vendo o que for, mas eu vou. Entendeu?

Porque eu não tinha o que oferecer a ela e ela cuidou muito de mim num período muito difícil (Rosa).

Essa ampla e diversa socialização vivenciada por Rosa contribuiu para a aquisição de disposições relacionadas ao cuidado, à empatia e ao amor que foram fundamentais para que ela conseguisse ultrapassar o período mais difícil de sua trajetória e corroboraram para a construção do seu capital social.

Nessa perspectiva, como podemos observar, as amizades e os grupos de amigos foram marcantes nos percursos biográficos dos sujeitos da pesquisa, seja positiva ou negativamente. Uma vez que muitos amigos foram incentivadores para a inserção nas práticas delitivas, estes apontaram o afastamento como necessário à elaboração de um novo projeto de vida longe dos atos infracionais. Já a construção de novas amizades fora desse meio e as demonstrações de afeto, apoio e amor recebidos foram apontados como incentivo, exemplo e suporte no processo de ressignificação de suas trajetórias de vida.

5.1.4 Centros Socioeducativos

[...] Fora atirado dentro da cafua. Era um pequeno quarto, por baixo da escada, onde não se podia estar em pé, porque não havia altura, nem tampouco estar deitado ao cumprido, porque não havia comprimento. Ou ficava sentado, ou deitado com as pernas voltadas para o corpo numa posição mais que incômoda. Assim mesmo Pedro Bala se deitou. Seu corpo dava uma volta e seu primeiro pensamento era que a cafua só servia para o homem-cobra que vira, certa vez, no circo. Era totalmente cerrado o quarto, a escuridão era completa. O ar entrava pelas frestas finas e raras dos degraus da escada. Pedro Bala, deitado como estava, não podia fazer o menor movimento. Por todos os lados as paredes o impediam. Seus membros doíam, ele tinha uma vontade doida de esticar as pernas. Seu rosto estava cheio de equimoses das pancadas da polícia, e desta vez Dora não estava ali para trazer um pano frio e cuidar do seu rosto ferido. [...] Ratos correm na cafua. [...] Assim na escuridão ele [Pedro Bala] o vê cheio de sofrimento, cheio de dor. Uma raiva surda, impotente, cresce dentro dele. [...] Grita, xinga nomes. Ninguém o atende, ninguém o vê, ninguém o ouve. Assim deve ser o inferno. Pirulito tem razão de ter medo do inferno. É por demais terrível. Sofrer sede e escuridão. [...] Na véspera o surraram na polícia. Suas costas estão negras, seu peito ferido, o rosto inchado. Por isso o diretor disse que ele tinha cara de criminoso. Não tem, não. Ele quer é liberdade. Um dia um velho lhe disse que não se mudava o destino de ninguém. João de Adão disse que se mudava, sim, ele acreditava em João de Adão. Seu pai morrera para mudar o destino dos doqueiros. Quando ele sair, irá ser doqueiro também, lutar pela liberdade, pelo sol, por água e de comer para todos. [...] Pedro Bala senta-se para pensar. Que horas serão, que dia será? Ali é sempre noite, nunca brilha a luz do sol (AMADO, 2009, p. 197-201)⁵⁶.

⁵⁶O trecho destacado se passa quando Pedro Bala, chefe dos Capitães da Areia, é apreendido por policiais, depois espancado e levado para o reformatório, onde fica enclausurado em uma cafua. Situando a obra com o contexto atual, o reformatório seria um Centro Socioeducativo de privação de liberdade para autores de ato infracional e a cafua seria a “tranca”, também conhecida como área disciplinar.

Capitães da Areia foi publicado pela primeira vez em 1937. Já se passaram mais de oitenta anos e as temáticas e problemáticas sociais abordadas na obra continuam atuais. As crianças abandonadas do trapiche que cometiam delitos para sobreviver são “os menores” da Doutrina de Situação Irregular que, mesmo substituída pela Doutrina de Proteção Integral, deixou seus resquícios espalhados pelo país, sobretudo nas instituições de atendimento a crianças e adolescentes pobres. Estes, que nem eram considerados sujeitos, tinham seus direitos negados e violados e, quando detidos em reformatórios ou FEBEMs, sofriam uma série de violências físicas e psicológicas. Nas narrativas dos egressos sobre suas vivências nos Centros de privação de liberdade, é possível perceber as semelhanças com as descritas pelo protagonista do romance, quando este foi levado ao reformatório e ficou trancado em uma cafua.

Neste tópico busco apresentar as diferenças que caracterizam os Centros de internação e de semiliberdade pelos quais passaram os interlocutores do estudo. Para a discussão dos achados da pesquisa, utilizo como principal referência teórica Erving Goffman (2015), especificamente sua obra *Manicômios, prisões e conventos*, e os conceitos de “instituições totais”, processos de “mortificação do eu” e “reorganização do eu”⁵⁷.

Todos os participantes da pesquisa passaram por Centros Socioeducativos de internação (provisória ou definitiva/sentença) ou semiliberdade. Com exceção do Emanuel, que cumpriu apenas medida de semiliberdade, todos passaram por Centros de internação, seja de medida provisória ou definitiva. Destes, o Paulo foi o único que não passou por Centro de semiliberdade, apenas de medida provisória. Já o Gustavo e o Eduardo passaram por Centro de internação provisória e de semiliberdade. E os demais, o Rian, a Rosa, o Alan e o Jeferson, passaram tanto por Centros de internação provisória, quanto de internação definitiva e de semiliberdade.

5.1.4.1 Centros de internação: quando o Estado é violador de direitos

Os Centros Socioeducativos de internação voltados para adolescentes e jovens de até 21 anos de idade possuem um regime de funcionamento que muito se assemelha ao sistema prisional para adultos, desde a arquitetura do espaço à dinâmica institucional, em que tem

⁵⁷ A ideia de trabalhar com Goffman e seus conceitos, sobretudo o de “instituições totais”, surgiu com a análise das narrativas, ao observar as semelhanças entre as vivências retratadas pelos entrevistados com os apontamentos discutidos pelo autor. Mais interessante foi perceber o quanto a obra se mostra atual para apresentar a trajetória institucional dos sujeitos nos Centros Socioeducativos, ainda que se trate de contextos e épocas muito distintas.

predominado, na maioria das vezes, o caráter sancionatório, quando deveria ser, sobretudo, pedagógico. Nesse sentido, os Centros Socioeducativos de internação vivenciados pelos egressos se enquadram no que Goffman (2015) definiu como *instituições totais*⁵⁸:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 2015, p. 17-18).

Uma das características das *instituições totais* são os processos de *mortificação do eu*. Vários dos exemplos apresentados por Goffman (2015) podem ser percebidos nos Centros Socioeducativos de internação e foram destacados pelos entrevistados em suas narrativas. Em resumo, são processos que visam a desumanização do sujeito mediante a perda de suas identidades.

Embora os egressos pesquisados tenham passado pelos Centros Socioeducativos em períodos distintos, estes vivenciaram experiências semelhantes em vários aspectos no que se refere ao funcionamento das Unidades. Isso porque todos cumpriram medidas antes da implantação da SEAS, que ocorreu em 2016, ou logo após sua implantação, não tendo sido observadas mudanças substanciais no Sistema Socioeducativo Cearense antes desse período.

Ao se inserirem em um Centro Socioeducativo de internação os adolescentes e jovens ficam em restrição de liberdade. Seu isolamento do mundo externo constitui para Goffman (2015) o primeiro elemento de mutilação do eu. Isso porque os internos passam por uma grande ruptura dos seus papéis sociais que, dependendo das condições e do tempo dessas vivências, podem gerar “consequências simbólicas incompatíveis com sua concepção do eu”, como também ocasionar efeitos irreversíveis em suas vidas, como o “tempo perdido”. Destaca o autor: “nas instituições totais esses territórios do eu são violados; a fronteira que o indivíduo

⁵⁸ Estou usando esse conceito por ele se enquadrar bem às vivências relatadas pelos interlocutores, mas chamo a atenção para o fato de que mudanças ocorreram no Sistema Socioeducativo Cearense depois desse período, de modo que não caberia reproduzi-lo sem a devida contextualização.

estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas” (GOFFMAN, 2015, p. 31).

O isolamento com o meio externo e a conseqüente perda da liberdade dos internos constitui não só a principal característica de uma *instituição total*, mas também representa um dos elementos mais marcantes para os sujeitos que passaram por esses espaços. Nesse contexto, se destacam nas narrativas dos egressos as sensações de “tempo parado”, bem como de “tempo perdido”, uma vez que para muitos o cumprimento da medida se restringia a ficarem encarcerados em seus dormitórios sem nada para fazer, devido à ausência ou insuficiência de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer nos Centros de internação. Quando as saídas ocorriam, se resumiam, na maioria das vezes, a poucos minutos de banho de sol ou jogo de futebol na quadra.

No dia a dia a gente vai aprendendo muita coisa lá [Centro de internação] dentro. A hora passa muito devagar. Então assim, cada coisa que acontece na sua vida te leva a pensar. Você vai ver coisas feias lá dentro. Você vai ver rebelião, vistoria, menino indo embora pra casa. Isso dói muito. Mas assim, cada dia é uma experiência que você vive na medida. Eu vejo dessa forma, né? Você se acorda e saber que você tá preso ali é triste. À medida que o dia vai passando você não tem aquela sua liberdade, não tem um telefonema, muito ruim (Alan).

Num tinha era nada [nos Centros de internação]. Não funcionava era nada. Era só dentro do dormitório. Num saía não (Jeferson).

A pior coisa que tem é você perder a sua liberdade. É ruim demais. Você viver, assim, sem poder sair, ficar em casa trancado. A pior coisa que tem é perder a sua liberdade. Logo eu que gosto de andar. E custa muito o dia, bem lento (Paulo).

Porque quando a gente tá preso a gente passa a nossa vida praticamente, a maioria do tempo, trancado. Então você tem que ter paciência de esperar o momento certo pra você ter um banho de sol, pra você jogar uma bola. Não adiantava a pessoa ficar endoidando lá dentro. Que era tipo assim, era um espaço... com 13 adolescentes dentro. É desse jeito lá... só que tinha 13 adolescentes, 10, então você e 10 tudo lá trancado. Eu lembro que nós tinha uma hora, não, 40 minutos pra jogar bola, correr um pouquinho, o resto do tempo era só trancado. Então não é uma ressocialização de adolescentes (Rian).

O ambiente de privação de liberdade expõe os internos a uma série de situações degradantes. Desde a chegada, os sujeitos passam por processos que visam a descaracterização de suas identidades, como a entrega de documentos e outros bens, que ficam sob os cuidados da equipe institucional e a substituição destes por bens padronizados como uniforme, *kit* com produtos de higiene, lençol, toalha etc.

Somam-se a isso a perda da individualidade e da privacidade, a estadia em ambientes muitas vezes sujos, insalubres e com a presença de roedores, e a superlotação dos

dormitórios, sobretudo no período de crise do Sistema Socioeducativo do Ceará, em que não havia colchão para todos os internos, sendo necessário a divisão deste com os colegas de confinamento ou a dormida diretamente no chão.

Tipo assim, lá [Centro de internação provisória] onde eu cheguei era nove dormitório. E cada lugar desse era pra ficar nove pessoas, mas ficava 15, 20 (Paulo).

Eu sei que era muita gente. Devia ter uns oito ou dez. Pra dormir era todo mundo no chão, botava os colchões e ficava só o espaço pra você andar pro banheiro. Banheiro não, o local lá que você tinha pra urinar e fazer as necessidades (Gustavo).

Teve um dia que apareceu foi um rato dentro do dormitório da gente. O rato saiu de dentro do bojo. O rato saiu, a gente tentando matar o rato não conseguiu. Então assim, higiene lá [nos Centros de internação], num sei agora, mas no meu tempo era zero (Alan).

Ainda mais degradante era o local em que os internos faziam suas necessidades fisiológicas. Este não podia nem mesmo ser chamado de banheiro, como destacado por Gustavo, pois não garantia a estrutura, o isolamento e a privacidade necessários. Além de não haver porta, o espaço era separado do dormitório apenas com meias-paredes, de modo que o interno que tomava banho ou fazia suas necessidades era facilmente observado pelos colegas de confinamento ou alguém da instituição que aparecesse. Normalmente não havia vasos sanitários com descarga, apenas um buraco no chão que ficava sempre aberto acumulando sujeiras, odores e a proliferação de insetos e roedores, sobretudo ratos. Nem é necessário dizer que não havia a disponibilização de papel higiênico nem pia para a lavagem das mãos. Produtos de higiene pessoal como sabonete, creme dental e shampoo precisavam ser diariamente solicitados aos socioeducadores, assim como a liberação da água no chuveiro, que tinha um tempo determinado para ficar disponível.

Assim, a inserção nos Centros de internação implicou nos sujeitos a perda da individualidade, da autonomia, do poder de decisão e da liberdade de ação até mesmo para a realização de atividades simples e rotineiras como beber água, lavar as mãos, tomar banho, usar o “banheiro”, pois demandavam ser previamente solicitadas e autorizadas pelos socioeducadores, que, às vezes, optavam por demorar nos atendimentos ou até mesmo negligenciar. Essas situações, como destaca Goffman (2015), colocam o indivíduo em posição de submissão perante a equipe dirigente, passando suas ações a sofrerem interferências desta:

[...] uma das formas mais eficientes para perturbar a ‘economia’ de ação de uma pessoa é a obrigação de pedir permissão ou instrumentos para atividades secundárias que a pessoa pode executar sozinha no mundo externo [...]. Essa obrigação não apenas

coloca o indivíduo no papel submisso, [...], mas também permite que suas ações sofram interferências da equipe diretora. Em vez de ser atendido imediata e automaticamente, o internado pode sofrer caçoadas, receber uma negativa, ser longamente interrogado, ser ignorado [...] ou até mesmo esquecido (GOFFMAN, 2015, p. 44).

Faz parte também das características de uma *instituição total* a vigilância e obediência constante do grupo de internos por parte da equipe institucional. Ao saírem dos dormitórios para a realização de atividades na área externa, os internos devem manter postura de submissão e obediência, com a cabeça baixa, em silêncio e com os braços cruzados para trás. Qualquer movimento ou comportamento que não corresponda ao esperado pode ser visto como indisciplina e acarretar sanções, como destacado por Rosa: *“às vezes você não quer comer porque você não tá bem, não tá conseguindo comer, mas acham que você não tá comendo porque é rebeldia e nem sempre é”*.

A inserção em um Centro Socioeducativo foi sentida com estranheza por Gustavo que teve uma trajetória infracional pontual. Sem os atributos da grande maioria do grupo ele se sentiu como um “estrangeiro”:

O que passava na cabeça era: que merda eu vim fazer aqui? (risos). O pessoal perguntava o que eu tava fazendo lá porque eu não tenho as gírias deles, eu não sabia nada de gíria. A forma que eles falam é diferente da forma que você é acostumado a falar. Aí perguntavam o que que eu tinha feito, entendeu? Era um mundo totalmente novo pra mim. Tipo eu, vamo dizer, tipo eu, assim, né, entre aspas, só tinha outro rapaz lá que ele era rico e também nunca tinha acontecido isso com ele. O resto era tudo que já era envolvido, no caso, né (Gustavo).

Já outros egressos, mesmo entrando pela primeira vez, contavam com informações sobre como era o espaço e as regras de convivência por conhecer parentes ou vizinhos que haviam passado por Centros Socioeducativos. O Rian se apropriou dessas informações quando passou pela DCA e conviveu com outros adolescentes mais experientes e com mais passagens que ele; no caso do Eduardo, além de ele já contar com essas informações, encontrou um conhecido do bairro no Centro, com quem dividiu o dormitório. Em relação ao Alan, logo após sua chegada, um interno veterano lhe repassou o “proceder” do Centro e da medida socioeducativa:

Aí fui preso de novo, 13 anos, e desci a primeira vez pro Centro Educacional São Francisco. E na DCA mesmo eu tinha feito amizade com um cara que era da Ala Palmeira, que ele até morreu também. Já morreu. Mas esse rapaz foi me orientando desde o primeiro dia que eu entrei até o último dia, entendeu? pra mim ficar esperto.

Foi me dizendo todas as regras. E isso de certa forma facilitou mais a minha vida. Nesse ponto de não chegar e ficar vacilando (Rian).

Eu me lembro que eu conheci um cara no Passaré [Centro Socioeducativo] que ele que me orientou, chegou pra mim e disse: Alan... ele era muito perigoso, esse menino, mas sempre me considerou e hoje se ele me ver ele me respeita. Ele chegou pra mim: “Oh, tu não pode deixar a depressão te levar, tu tem que levar ela na palma da tua mão. Aqui é coisa pra doido. Eu sei que você não quer isso pra sua vida”. Aí ele começou a me ensinar qual era o proceder da Casa, que a gente chama de proceder e o dia a dia da medida socioeducativa (Alan).

O encarceramento prolongado e os processos de “mortificação do eu” podem ocasionar ou intensificar problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, podendo, inclusive, levar o indivíduo a provocar tentativas de suicídio ou a própria concretização deste. O adoecimento mental apareceu como um elemento marcante nas narrativas dos sujeitos e “esquecer a vida lá fora” foi apontado como estratégia de “sobrevivência” para manter a sanidade.

Então esquecer o lado de fora já era uma forma de impedir de você entrar numa depressão. Porque tinha muitos adolescentes que chegavam lá e ficavam pensando, todos eles entravam em depressão. Então pra nós não entrar, nós esquecia de tudo aqui fora, amizades, familiares. [...] Então no caso eu não ficava pensando em nada, entendeu? (Eduardo).

Se você não tivesse o psicológico bem forte realmente você ficava doido. Tinha menino lá de ficar doido mesmo. Doido mesmo, sabe? É... ficava doido, doido, doido, de precisar de psicólogo porque não tinha, assim, uma mente muito forte, sabe? Ali a pessoa ficava doido mesmo a ponto dos outros meninos lá não conhecer, entendeu? (Rian).

[...] Que, tipo, o tempo não passa [na tranca]. O tempo não passa de jeito nenhum. Você não sabe que hora é, você não sabe o que é pra fazer, você não sabe onde você tá, só resta você ficar inventando alguma coisa na sua mente, contando. Não tem como pintar, não tem como desenhar, não tem nada. Você fica doido. Assim, se você não tiver uma mente, assim, você fica doido, porque você perde a noção de tudo, entendeu? Você perde a noção de tudo (Rosa).

Marinho (2013) também evidenciou os danos psicológicos do encarceramento para os jovens, sobretudo quando associados a uma estrutura física deficiente e precária. Em seu estudo, foram recorrentes relatos de tentativas de suicídio, pensamentos negativos, sentimentos de raiva, rancor e maldade, assim como estresse.

Outro elemento de *mortificação do eu* apresentado por Goffman (2015, p. 29) se refere à “perda de um sentido de segurança pessoal”. Associando com o contexto da presente pesquisa e dos sujeitos entrevistados essa insegurança pode ser provocada, por exemplo, por um lado, pela convivência com outros internos desconhecidos, mais velhos e experientes na dinâmica infracional e pertencentes a territórios rivais, que seria o que Goffman chamou de

“exposição contaminadora”; por outro lado, pela violência física ou psicológica sofrida por agentes estatais como socioeducadores e policiais, gerando nos internos uma sensação constante de insegurança que pode ocasionar, por exemplo, problemas de saúde mental ou situações ainda mais graves como homicídios ou tentativas de homicídios dentro dos Centros Socioeducativos:

A primeira vez acho que eu tinha de 12 pra 13 anos. O artigo 157. Roubando, eu e mais dois com faca. Só que a primeira vez quando eu cheguei lá eu fiquei espantado, porque os meninos lá tudo maior, já tinha várias passagens e as conversas deles naquele tempo era bem pesada. Bem pesada pro que eu tava acostumado. Era de fazer atrocidade mesmo. Isso já naquele tempo, né? Em 2006 (Rian).

Porque você no quarto aqui com a galera cheia de homicídio, sequestrador, matador, o pessoal de interior aí, os matador de interior. O assunto é um só, né, fazer maldade quando sair. Num tem outro assunto. Se você for falar em virar cidadão lá dentro, a galera lhe zoa até você sair (Jeferson).

A violência estatal provocada por policiais e socioeducadores foi outro elemento que se destacou significativamente nos relatos dos entrevistados. Os interlocutores da pesquisa sofreram diferentes formas de violência no decorrer de suas trajetórias: psicológica, física, tortura, negligência, que ocorreram, para alguns, desde antes da entrada no Sistema Socioeducativo, mediante as abordagens policiais.

Nos relatos dos interlocutores é nítida a disseminação da violência policial no cotidiano das Unidades Socioeducativas de internação em Fortaleza, onde se percebe uma reprodução das práticas de *sujeição criminal* (MISSE, 2010), que é o fato de incriminar alguém pelo que ele é, ou seja, com base, sobretudo, na sua classe social, sua cor, seu estilo de vida, e não pelo que ele fez, por exemplo, ter tido um comportamento violento contra alguém ou cometido um ato ilícito. Está voltado a um determinado segmento social, que é majoritariamente pobre, não-branco e de áreas periféricas. Esses sujeitos estão constantemente sob suspeitas, pois são previamente classificados como “potencialmente perigosos”, “bandidos”, “malandros”, “infratores”, “marginais”, “violentos”, são reconhecidamente dotados de “mau-caráter” e considerados “irrecuperáveis”. Há, portanto, uma criminalização antecipada que independe do comportamento do sujeito.

[...] a sujeição criminal é um processo de criminalização de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que ‘carrega’ o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável (MISSE, 2010, p. 21).

As narrativas dos entrevistados evidenciam ainda que os casos de violência contra os adolescentes ocorriam não de forma pontual, mas como parte integrante da rotina institucional das Unidades. Isso corrobora com os dados apresentados pelo Relatório do 4º Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará, realizado em 2016, no qual em todos os grupos focais realizados pela equipe com adolescentes nos Centros da capital cearense, foram relatados casos de violência por parte da polícia militar, especialmente quando da sua entrada para a realização de vistoria ou para conter episódios de fugas e rebeliões. Esse cenário se tornou mais frequente e crescente no período mais caótico do Sistema Socioeducativo Cearense, que ocorreu entre 2015 e 2016, diante das graves violações aos direitos humanos dos adolescentes (FÓRUM DCA, 2017).

Os egressos relataram com detalhes suas experiências de violências vivenciadas ou observadas nas Unidades de internação, como demonstrado a seguir:

[...] Aí foi quando começou a entrar polícia lá, pra quebrar a galera sem a galera nada a ver. Porque nós não tinha culpa, né, da Casa tá lotada. Sem rebelião eles entravam lá. Quando eles cortavam a comida lá todo mundo ficava doido, né, nós chutava logo as grade. Aí começava a chutar as grade. Aí a polícia entrava. Aí ia todo mundo lá pra quadra, nu, apanhar. [...] Aí era toda semana porrada (Jeferson).

Teve um dia que o COTAM [Comando Tático Motorizado] entrou na Casa [Centro Socioeducativo] que ali foi um ponto também... hoje o segundo ponto que me machucou muito. Tava tendo uma vistoria de rotina, que todo mês tinha uma vistoria de rotina. É... a gente tava sem roupa, no chão, né, e os meninos começaram a gritar lá e o COTAM ele veio com spray de pimenta. Um spray de pimenta muito forte e jogou em cima da gente. Meu corpo ardia todo. Parecia que meu corpo tava sendo, é... tava cheio de fogo. Passou o dia ali. Ali foi pela manhã, tinha sido pela manhã e o dia todim meu corpo ardendo porque era muito forte, né (Alan).

[...] Desumano que eu digo assim, um exemplo, acontecia uma vistoria, você nunca sabia quando ia acontecer uma vistoria. Era de surpresa. Poderia ser de manhã, tarde ou noite. E todo esse período de vistoria as pessoas, os menores, né, aliás, né, eles apanhavam, entendeu? Então era algo de surpresa, poderia acontecer a qualquer momento. Eu lembro, a maioria dos educadores entrava com cacete, aí batia. Pegava muito? Pegava. Chegou jovem lá sangrar, ter a cabeça cortada, a boca sangrando. Na hora que eles batiam eles não queriam nem saber onde que ia pegar, eles queriam saber se tavam batendo nas pessoas. Cabia aos menores se defenderem, entendeu? (Eduardo).

No que se refere à violência praticada por socioeducadores dentro das Unidades de internação, os dados do Monitoramento do Sistema Socioeducativo Cearense também demonstram um contexto de violência institucional. Em 79% dos grupos focais realizados com os adolescentes eles afirmaram a ocorrência de violência física e verbal pelos socioeducadores (FÓRUM DCA, 2017).

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta em seu artigo 5º, de modo explícito, a garantia da dignidade e integridade física às crianças e adolescentes: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p. 02). Nesse sentido, as violências praticadas por policiais e socioeducadores consistiu em um dos vários direitos violados pelo Estado aos interlocutores quando cumpriram medidas socioeducativas, sobretudo nas Unidades de internação em Fortaleza e, conseqüentemente, foi algo que interferiu sobremaneira no processo de socioeducação destes.

O mais chocante é saber que esses episódios de violência não eram nem mesmo registrados no exame de corpo de delito realizado no Instituto Médico Legal (IML), ainda que os adolescentes estivessem visivelmente machucados. Estes já eram previamente orientados e ameaçados pelos policiais a negar qualquer tipo de violência sofrida, conforme demonstrado pelos interlocutores. Assim, o exame tratava-se apenas de um procedimento formal, como pode ser observado no relato abaixo:

E quando a gente tá no IML eles fazem uma pressão psicológica na gente pra gente dizer que não apanhou. Se a gente disser que apanhou quando a gente sai de lá apanha de novo. Todos os jovem que vai preso passa por lá, pelo IML, para fazer o corpo de delito, ver se foi espancado, alguma coisa. O médico, mesmo que ele veja algum hematoma ele ignora, ele só pergunta: “você apanhou?” Ele sabe que o caba vai dizer que não apanhou, né. “Apanhou não, né?”. Aí ele bota lá que você não apanhou (Paulo).

Além do contexto de violência vivenciado pelos adolescentes no interior das Unidades de internação em Fortaleza, os relatórios de monitoramento realizados pelo Fórum DCA (2008, 2011, 2014, 2017) destacaram a problemática da superlotação nas Unidades como uma questão recorrente, assim como a ausência ou irregularidade de atividades de escolarização, de profissionalização, de cultura, de esporte e de lazer que deveriam ser prioritários para a promoção da socioeducação, de modo que os adolescentes ficavam em seus dormitórios por tempo quase integral (FÓRUM DCA, 2017).

Com a promulgação do ECA, surge a demanda por ações socioeducativas de cunho pedagógico e não mais repressivo no tratamento dos adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional. Entretanto, isso gera um paradoxo na condução da medida de internação por parte dos socioeducadores, os quais se veem na exigência de controlar/punir os adolescentes ao mesmo tempo que educar/recuperar, em especial no contexto de precariedades do Sistema

Socioeducativo e das políticas públicas a ele relacionadas que se agravam nos períodos de superlotações das Unidades de internação e nos episódios conflituos, como fugas e rebeliões. Na dificuldade de aliar essas duas demandas, os socioeducadores, em sua maioria, tendem “a priorizar práticas de segurança, disciplina e vigilância, minimizando a função socioeducativa”. Nesse sentido, o agente socioeducativo “é convocado a mostrar-se corajoso, destemido, ‘macho’, ou seja, um sujeito ‘viril’ que não hesitaria em lançar mão da força física” (VINUTO; ABREO; GONÇALVES, 2017, p. 60).

As medidas socioeducativas possuem o objetivo de responsabilizar o adolescente autor de ato infracional, entretanto seus aspectos sancionatórios não devem prevalecer sobre a ação socioeducativa, conforme destaca o SINASE:

As medidas socioeducativas possuem em sua concepção básica uma natureza sancionatória, vez que responsabilizam judicialmente os adolescentes, estabelecendo restrições legais e, sobretudo, uma natureza sócio-pedagógica, haja vista que sua execução está condicionada à garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações educativas que visem à formação da cidadania. Dessa forma, a sua operacionalização inscreve-se na perspectiva ético-pedagógica (BRASIL, 2006, p. 47).

As violências praticadas, tanto por socioeducadores quanto por policiais no interior das Unidades Socioeducativas refletem culturas institucionais extremamente rígidas, disciplinares e repressoras. Além disso, é preciso considerar também as complexidades que envolvem o exercício profissional, a sobrecarga e a precariedade das condições de trabalho, que refletem na desmotivação, no estresse, no medo, na ansiedade, no cansaço físico, no adoecimento mental e repercutem na atuação desses profissionais com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (VINUTO; ABREO; GONÇALVES, 2017).

Vale destacar que a “perda de um sentido de segurança pessoal” também pode ser ocasionada pelo convívio no mesmo Centro Socioeducativo de adolescentes pertencentes a territórios faccionados rivais. Na época em que a maioria dos egressos cumpriu medida socioeducativa ainda não havia a presença das facções dentro dos Centros, apenas o Emanuel ressaltou a insegurança que sentia durante o cumprimento da medida de semiliberdade, pois a Unidade estava situada em um território de facção rival ao seu⁵⁹. O surgimento e avanço das “facções criminosas” no Ceará e, especificamente em Fortaleza, não tardaram a repercutir no interior dos Centros Socioeducativos e nas dinâmicas destas instituições. Ainda que cada Centro tenha suas particularidades de funcionamento, não há mais como negar no contexto atual os

⁵⁹ Essa discussão será aprofundada no tópico a seguir, que abordará sobre o Centro de Semiliberdade.

efeitos e interferências das facções nesses espaços, tendo em vista a faccionalização dos bairros de Fortaleza, que torna os internos implicados nesse processo independente de se dizerem “batizados” ou não a determinada facção.

Os processos de “mortificação do eu” conforme exemplificados, como a perda da liberdade, da identidade, da privacidade, da autonomia, a vivência em condições insatisfatórias de higiene e salubridade, a obrigação à obediência, a vigilância constante, a vulnerabilidade a diversos tipos de violências, caracterizam a dinâmica institucional dos Centros Socioeducativos de privação de liberdade vivenciados pelos egressos pesquisados. Ao mesmo tempo que estes processos se desenvolvem, um conjunto de elementos definidos por Goffman (2015) como sistema de privilégios, são apresentados pela equipe institucional e garantem aos internos, em grande parte, o que o autor denominou de processos de “reorganização do eu”.

O sistema de privilégios é constituído por um pequeno número de componentes, os quais são selecionados com certo objetivo racional por parte da equipe institucional e claramente apresentados aos internos. A característica principal é o alcance da cooperação daqueles que muitas vezes não teriam razão para colaborar (GOFFMAN, 2015).

Os três elementos que compõem o sistema de privilégios serão apresentados a seguir, buscando exemplificar as relações percebidas entre os apontamentos teóricos de Goffman (2015) com as percepções empíricas obtidas das narrativas dos entrevistados.

O primeiro elemento consiste em apresentar “as regras da casa”, que se baseia em “um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que expõe as principais exigências quanto à conduta do internado. Tais regras especificam a austera rotina diária do internado” (GOFFMAN, 2015, p. 50).

É válido frisar que as regras no ambiente de privação de liberdade são construídas e estabelecidas tanto por parte da equipe diretora do Centro Socioeducativo, quanto pelos internos. Cada instituição possui seu Regimento Interno que deve seguir os preceitos do ECA e do SINASE para a sua elaboração. Por outro lado, os internos possuem suas próprias regras, que são repassadas dos veteranos aos novatos e o conhecimento destas, conforme demonstrado a seguir e em relatos anteriores neste mesmo tópico, ultrapassavam os muros institucionais. Dependendo do comportamento dos internos diante das regras estabelecidas, estes podem receber “privilégios” ou “castigos”, tanto por parte da equipe institucional, quanto dos outros colegas de confinamento:

E tinha regras, que era desde a DCA, que é tipo, não podia pisar o colchão, não podia xingar o nome da mãe, aí as coisas que os caras iam me orientar... que nós era, naquele tempo chamava de FEBEM né, só que é Centro Educacional. Aí os cara disse: “Oh, cara, não pode pisar no colchão, não pode chamar nome com a mãe, não pode cuspir no dormitório” e eu me sentia assim, tipo... e eu pensava assim: lá deve ser um canto cruel. Os cara: “lá é onde o filho chora e a mãe não vê”. Eles sempre tinham esse ditado (Rian).

Teve o caso de uma menina que entrou no Centro. [...] que ela era usuária de crack, né, foi pega na rua, roubo, alguma coisa assim, simples. [...] Ela tava grávida de aproximadamente três ou quatro meses. Só que ela era muito grosseira. Tipo, tanto com as outras adolescentes, como com os profissionais, tipo, com os funcionários da cozinha, com todo mundo. E lá tem regras, por mais que não sejam regras escritas, tem regras entre si. E aí essa menina, ela já vinha, desde que ela chegou ela tinha esse comportamento, tipo, não tinha ninguém que ela respeitasse, nem mesmo a própria diretora. E aí isso irritava muito todas as outras meninas, e as meninas se juntaram dizendo que iam pegar ela e dá uma surra grande no pátio [...]. Ela foi espancada, perdeu o bebê, foi pro hospital. Mas assim, talvez naquela época eu tivesse o pensamento de que ela mereceria, né, tipo, porque se uma adolescente desrespeitasse outras, aquilo era resolvido entre elas, mas desrespeitar a equipe, diretor, professor, cozinha, aí era uma coisa que unia todo mundo contra aquela pessoa, né, porque querendo ou não tinha regras (Rosa).

Mas eu acho que essas regras mais internas é tipo assim, se você não sabe se colocar, pra se posicionar, você sempre vai fazer as coisas pra alguém. Entendeu? Ou você vai obedecer a alguém, ou alguém vai ficar fazendo hora com a sua cara (Rosa).

Mas era isso, as regras depende muito de cada local, tipo, na Aldaci [Centro Socioeducativo Feminino] era cada uma com suas coisas, querer mandar nos outros, tal, mas já na Civil [Delegacia] não, a regra era todo mundo dividir com todo mundo. Não importa se aquela ali num tá falando com ninguém, num importa o que ela fez, mas pelo menos comer ela vai. Era tipo assim, entendeu? (Rosa).

O segundo elemento seria a oferta de um “pequeno número de prêmios ou privilégios claramente definidos, obtidos em troca de obediência, em ação e espírito, à equipe dirigente” (GOFFMAN, 2015, p. 50). Cada Centro Socioeducativo possui um sistema de progressão interna, no qual, dependendo do tempo e do comportamento dos internos eles vão avançando ou regredindo dentro desse sistema. O avanço significa, por exemplo, a estadia em blocos com “privilégios”, como maior oferta de atividades de profissionalização, cultura e lazer.

No que se refere aos privilégios concedidos pela instituição, o caso do Alan é bem ilustrativo. Em seu relato ele demonstra o “acordo” feito entre ele e a diretora da época do Centro Socioeducativo Dom Bosco. Por já ter ganhado a confiança e a consideração da equipe gestora da Unidade e dos outros internos, Alan foi convidado a liderar um grupo de adolescentes para capinar o Centro em detrimento do seu direito à liberdade de circular fora do dormitório:

A diretora ela era muito gente boa. Teve um dia que ela chegou até a mim e disse: “Alan, eu confio em você. Eu sei que você quer é passar o dia todim solto, pois escolha uma equipe pra você capinar”. Aí ela me deu duas enxada, duas foice, dois facão e

dois piscador. Isso nunca tinha acontecido. Nunca. E tinha que tá um orientador do lado. E eu disse: Oh, eu aceito, mas só aceito se não tiver nenhum orientador. “Não, por quê? Mas não pode”. Você confia em mim? “Não, confio. Pois o orientador vai ficar longe”. Beleza. Eu escolhi a minha equipe, certo? Cheguei pros cara e disse: olha, tá acontecendo isso e isso, é meu nome que tá lá, então a gente vai capinar, vai passar sexta e sábado fora, solto, pra gente capinar e preciso só que vocês confiem em mim e não façam nada de errado. Passamos sexta, sábado e domingo capinando. Não aconteceu nada. Foi uma história, assim, lá dentro do Dom Bosco. Nunca tinha acontecido de botar com foice, os orientador botar os menino com foice e com facão. Nunca tinha acontecido isso. Se tivesse acontecido isso era uma rebelião na certa. Tinha morte, E eu segurei os meninos (Alan).

Por fim, o terceiro elemento, que são os castigos, aplicados como consequências diante da desobediência às regras (GOFFMAN, 2015). Os castigos são muitas vezes revertidos em práticas de violência e violação de direitos por parte da equipe institucional, sendo, de modo geral, “mais severos do que qualquer coisa já encontrada pelo internado em sua vida fora da instituição” (p. 51). Nos relatos a seguir podem ser observados alguns exemplos de castigos, como o corte da água para banho; internos sendo levados para fora do dormitório para se submeterem a situações de espancamentos, humilhações e negligências; a vivência prolongada na “tranca”, que era um ambiente isolado e degradante:

[...] Tinha vez que por castigo eles [os socioeducadores] não ligavam o banho. Só de mau. Aí o que que nós fazia? Nós tomava banho de manhã, nós enchia as garrafas, já deixava uma garrafa lá pra cada um, aí quando voltava tomava banho. Ah não ser quando eles entravam lá e pegavam as garrafas pra ninguém tomar banho. Era bem difícil não tomar banho. E lá era quente, né? Abafado (Jeferson).

Eles [socioeducadores] não falavam com ninguém não. No primeiro não ocorreu de eu ver alguém apanhando, de eu apanhar, mas no segundo teve uma noite lá que o pessoal da minha cela tava fazendo muito barulho, entendeu? Aí teve um socioeducador que viu quem tava e chamou lá pra fora, aí começaram a bater neles. Aí levaram pra onde tomam banho, aí passaram a noite lá sem roupa, aí ficavam molhando, mas passaram a noite lá. Eu não fui no meio porque eu ficava lá no canto sentado lá, lá no final mesmo, ficava quieto. Aí eles apanharam, molharam, aí depois... aí só voltaram de manhã, né, quando a gente levantou pra merendar eles voltaram, trocaram de roupa e foram merendar. Mas também só foi isso que eu vi. Mas eles sempre falam que o pessoal bate (Gustavo).

Foram os piores dias, assim. Porque, tipo assim, não tem colchão. Eles deixam o colchão 10h da noite e tiram, eu acho, que é 5 e pouco, 6h, né. E aí, tipo, eu não tinha relógio pra saber, eu acho que era 10h porque 10h desligava as luzes de tudo, então eu tinha por isso, né. Mas tipo, e às vezes você não consegue dormir de noite, consegue dormir é de dia, e aí a pedra lá é muito gelada, porque é uma pedra e o colchão em cima, né. E também tinha barata, rato e eu não tinha nada, um chinelo, um papel, nada pra me defender, entendeu? Porque a chinela não entra. Não entra chinela, não entra sutiã. [...] eu trocava o dia pela noite, porque à noite eu ficava assim, totalmente escuro, não tem luz, né? Então eu ficava assim, com medo de vim algum bicho. Então eu não dormia. Eu tava ali com o olho aberto no escuro. [...] De dia eu não conseguia dormir porque chegava um lanche, aí chegava o almoço, aí você fica, né? A hora que você consegue dormir a pedra tá gelada e todo mundo chamando o tempo todo. E tipo, eu também não conseguia fazer as necessidades, porque, tipo, é aquelas pedras de

chão, só um negócio igual do interior, bem antigo, só um quadrado ali. Então, tipo, nos primeiros 5, 6 dias eu não conseguia nada, porque eu tinha nojo. Tanto que eu acho que eu fiquei com aquele negócio que chama, prisão é? eu não conseguia fazer nada, porque eu tinha nojo. [...] Aí quando eu saía pra tomar banho é que uma vez, bem rápido, e peguei corri e fui usar o banheiro mesmo, porque aquele lá eu nunca conseguia usar, né. Pra fazer xixi eu até conseguia, eu ficava em pé, mas pra outra coisa eu não conseguia. Aí... e também você fica, assim, muito angustiado, não tem nada pra fazer, não pode levar nada pra ler, tudo é muito nojento. Assim, tipo, num precisa tá sujo, mas é só uma pedra assim, um negócio, você já fica... aí eu não conseguia fazer nada. Aí foi quando, eles levam comida, tipo, eles levam a merenda da manhã, aí leva a outra comida, aí leva o almoço. Aí eu não tava conseguindo comer, não é por tá sem fome, é porque eu tava assim muito triste, abalada. Tipo, chegava a comida ali, que quando eu tava no dormitório comia bem direitinho, mas eu comia ali só duas colheres, tal, não conseguia comer. Aí eles entendiam que eu não tava comendo porque, tipo, eu era ruim, tava indisciplinada, queria ficar teimando, tipo: ah, eu também num vou comer não. Mas não era. Eu sempre falava: eu não tô comendo, não é porque eu tô querendo teimar com vocês não, é porque eu não tô sentindo fome. “Mas por que tu não tá sentindo fome? Tu tá comendo o que aí dentro?” Não, eu não tô sentindo fome. É porque eu não tô sentindo fome. Mas tipo, eles falavam: “se você não comer nós vamos botar no relatório que você não tá querendo comer pra implicar, num sei o que”. E eu: não é, porque eu não tô conseguindo e tal. Então, tipo, eu acho muito ruim o ambiente. Então quando eu ia tomar banho eu tentava demorar, assim, pelo menos um minuto a mais, que pra mim já fazia diferença, né, tá lá fora. E também, eu fiquei muito tempo, eu não lembro, mas foi mais de 10 dias [na “tranca”] (Rosa).

Os processos de “mortificação do eu” e o sistema de privilégios fazem parte das condições que os internos precisam se adaptar nos ambientes de privação de liberdade. Nesse processo, os sujeitos desenvolvem suas próprias táticas e utilizam diferentes estratégias de adaptação ao longo da internação para lidar com a tensão entre o mundo externo e o mundo institucional (GOFFMAN, 2015).

A primeira delas é o “afastamento da situação”, em que o interno passa a evitar a participação em atividades de interação. “Nas instituições totais, geralmente há necessidade de esforço persistente e consciente para não enfrentar problemas. A fim de evitar possíveis incidentes, o internado pode renunciar a certos níveis de sociabilidade com seus companheiros” (GOFFMAN, 2015, p. 45). Isso foi justamente o que ocorreu com a Rosa, que tendo consciência do seu temperamento, “para evitar confusão” com as colegas de confinamento, ela preferiu se abster das práticas esportivas após o jantar. Como Rosa se negou a participar da atividade, esse comportamento foi interpretado pela equipe institucional como rebeldia e ela teve que ficar sozinha no quarto como forma de sanção disciplinar, sem direito a outras atividades. Percebendo que sua recusa a participar da atividade esportiva estava atrelada à aplicação dessa sanção disciplinar, e vendo o momento como uma oportunidade de ficar sozinha e desfrutar de um pouco de privacidade, algo raro em uma instituição como aquela, Rosa passou a replicar essa estratégia enquanto durou sua medida, como pode ser observado em seu relato:

Então, eu gostava muito da Unidade, só que às vezes tinham coisas que não eram compreendidas, por exemplo, é... eu sempre era muito calada, mas qualquer coisa que me irritasse eu não ia deixar passar. Então, tipo, pra evitar confusão, como eu percebi que depois do jantar à noite tinha esporte, aí você escolhia se ia jogar bola e depois o vôlei, mas era tudo esporte assim de correr, de bater uma na outra. E eu percebia que as meninas, às vezes, quando batiam uma na outra, a outra levava no estresse: “Ah, bateu em mim por quê?” Às vezes era só do jogo. E como eu era muito estressada, eu não ia bater boca, se acontecesse algo assim eu já ia... eu nunca ia pro esporte e a equipe técnica interpretava que eu não ia por rebeldia: Ah, num vou não, tô sendo ruim. Só que eu não ia porque se alguém batesse em mim eu não ia ter paciência de bater boca. Só que eu nunca disse pra equipe técnica que era isso, eu deixava eles acharem que era porque eu tava querendo ser ruim e não ia, preferia ir pro quarto. Porque era assim: se você se negasse a participar você ficava tipo de disciplinar, depois do jantar você tinha que ficar no quarto. Só que a disciplinar pra mim nunca foi uma disciplinar porque na verdade eu gostava de ficar só. As meninas conversavam muito, faziam muita zuada e era o único momento que eu ficava só, quando tava todo mundo no esporte. Entendeu? E eu acabava que gostava. Eu falava: essa disciplinar de vocês vai até o fim porque eu não tô achando nada disciplinar, eu tô gostando de tá só, porque como é todo mundo junto não tem um momento que você esteja só. Entendeu? Você tomava banho tudo junto, você come tudo junto, dorme tudo junto, acorda tudo junto, então a disciplinar era meu momento de tá só. Tanto é que toda coisa que eu fazia que não gostavam eu mesma dizia: me bota na disciplinar, quando a disciplinar acabava. Então, tipo, eu gostava (Rosa).

A segunda estratégia de adaptação é a “tática de intransigência”, que ocorre quando o interno decide intencionalmente desafiar a instituição, negando-se a colaborar com a equipe dirigente (GOFFMAN, 2015). Essa tática também foi muito utilizada pelos interlocutores, que para manifestarem suas insatisfações com o funcionamento do Centro Socioeducativo, ou com o tratamento da equipe institucional, ou ainda para exigirem a garantia dos seus direitos, realizaram, por exemplo, greves de fome e rebeliões, como demonstrado nos relatos abaixo:

Passei também três dias que a gente fez uma greve de fome. Aí eu apoiei porque a comida tava vindo ruim. A gente fez uma greve de fome de três dias. Eles fazia comida, descia e voltava. E depois de três dias eles deram uma melhoria básica (Alan).

Nós se rebeliamo lá [No Centro Socioeducativo Dom Bosco] por conta de alguns orientador tá batendo muito na gente, naquele tempo, né? Os orientador botava pra tranca na base de muita peia, aí os meninos lá se revoltaram e fizeram um tumulto. E outra que foi no Patativa. Não, eu participei de três rebelião já. Uma no Dom Bosco, uma na Semiliberdade, por conta de briga mesmo e uma lá no Patativa, que eu participei de duas rebeliões no Patativa. Que foi por conta também de orientador. Nesse tempo eles tavam pelando muito, batendo nos menor lá com cabo de enxada, sabe? Com mangueira ressecada. Aí os menor se revoltaram. E eu participei de outra que os meninos conseguiram entrar na ala onde estavam os “duzentos”, né, que era acusado de estupro lá e conseguiram pegar um e mataram lá (Rian).

A terceira estratégia de adaptação é denominada por Goffman (2015, p. 60) de “colonização”. Esta ocorre quando o interno se contenta com o pouco do mundo externo que é ofertado pela instituição e passa a construir “uma existência estável, relativamente satisfatória”

de modo que ele passa a demonstrar adaptação, costume com o ambiente, a ponto de se sentir em casa, como ressaltou o Rian:

E teve uma vez que eu... uma época, assim, da minha vida que eu me acostumei bastante a viver lá [no Centro Socioeducativo de internação] mesmo, entendeu? De tá lá dentro. E eu passei tanto tempo que às vezes eu me sentia até em casa. Até cair na real fui passando por muita coisa (Rian).

A quarta estratégia de adaptação consiste na “conversão” e se dá quando o interno demonstra se adequar às exigências da instituição, respeitando suas normas e estando sempre à disposição desta. Assume, portanto, uma “tática mais disciplinada, moralista e monocromática” (GOFFMAN, 2015, p. 61). Essa tática de adaptação por meio da conversão é perceptível no Alan, que desde à sua chegada ao Centro de internação assumiu uma postura que prezava pela “boa educação” e pelo bom comportamento, e logo ganhou a confiança e respeito da equipe institucional, a ponto de conquistar determinados privilégios, como exemplificado anteriormente e no relato a seguir:

Passou um dia, passou dois dia, passou um mês, passou dois meses, eu comecei conquistar o Centro. Direção, socioeducador. A minha mãe, assim, que me... chegava pra mim e falava, não tava nem preso ainda, ela: “meu filho, o que você faz na sua vida você sempre diga ‘por favor’, ‘obrigado’. ‘Por favor’, ‘obrigado’. Mostre a sua educação”. Eu sempre tive isso na minha mente, né. E eu comecei a conquistar diretor, socioeducador através disso, pela minha educação, por eu não dá trabalho e eu fiquei com a moral e a liberdade dentro do Centro. Eu saía na hora que eu queria, é... eu entrava na hora que eu queria. Por quê? Porque eu tava outra pessoa. Então eu conquistei eles pra eles me dar tudo que eu quis. Tinha o que eu queria (Alan).

Alan ganhou a consideração tanto da equipe institucional, diretora, socioeducadores e demais funcionários do Centro, quanto dos outros internos, sendo respeitado e ouvido pelos colegas dentro e fora do dormitório, com direito ao poder de decisão, por exemplo, quanto a aderir ou não a uma rebelião:

[...] o COTAM entrou no bloco e eu acho que eu já tava com tanta confiança com os orientadores, com a diretora, que o bloco todim tinha tocado fogo nos colchão e só meu dormitório que não tocou, porque eu sempre chegava nos meninos e falava: “cara, num vamo fazer isso não, porque isso aqui é errado, nós vamos ficar prejudicado; porque nós vamos ficar sem colchão”. E só o meu bloco que não fazia isso. Só o meu dormitório que não jogava água, mijo, comida, porque eu chegava nos cara e: macho, num vamo fazer isso não (Alan).

A consideração do grupo também poderia ser alcançada pelo tipo de ato infracional e pelo número de passagens pelo Sistema Socioeducativo, pois isso poderia lhe conferir certo *status* perante os outros internos:

[...] E foi quando eu passei 1 ano e 7 meses. Por um lado, eu achava massa porque tava lá num momento de fama, onde todo mundo tinha praticamente medo de mim e todo mundo me respeitava, entre outras, né, por eu ser daquele jeito, né (Rian).

Naquela época, como é que posso te dizer, quem era mais respeitado nas unidades era quem cumpria por tráfico, entendeu? Tráfico e homicídio. Naquela época se você chegasse, sei lá, por tráfico ou homicídio você já ia fazer amizade com as pessoas. [...] Então naquela época você era muito respeitado pelo ato (Rosa).

Então quando a pessoa entrava por tráfico era mais bem visto, assim, e o jeito também da pessoa se comunicar, né? Então, tipo, talvez isso, eu não brincava tanto num era nem por não querer brincar, era porque todo tempo você não sabia quem era ninguém, né. Mas assim, pelo jeito como eu falava, as meninas falavam que o jeito como eu falava dava medo, dizia que num instante eu ia pegar as regras porque eu falava de um jeito que botava medo. Mas não era. Talvez era porque eu não gostava de falar muito, de brincar, entendeu? (Rosa).

Foi possível observar que todos os interlocutores que passaram por Centros de privação de liberdade utilizaram estratégias de adaptação durante o período de cumprimento de medidas socioeducativas e no caso dos que conseguiram conquistar a consideração da equipe institucional ou do grupo de internos/as, ou de ambos, esse foi um elemento importante para a construção de uma vivência socioeducativa menos conflitiva e mais proveitosa, tanto quanto para o processo de “reorganização do eu”.

Evangelista (2008) aponta em seu trabalho alguns problemas ainda persistentes nas Unidades Socioeducativas de Internação, entre eles: violência institucional, gestores despreparados, profissionais desestimulados, inadequação das bases físicas, insuficiência de investimentos de apoio às atividades técnicas, excesso de adolescentes confinados e insuficiência de recursos orçamentários.

Entre os principais motivos observados por Marinho (2013) que dificultaram a ressocialização dos sujeitos, destacam-se: pouca participação dos adolescentes nas atividades desenvolvidas na instituição, a falta de estrutura, a superlotação, o enclausuramento da instituição, a discriminação no interior da Unidade e a falta de oportunidades.

Padovani (2017, p. 243) observou que a privação de liberdade não se mostrou um recurso possível para romper a trajetória infracional dos sujeitos, mas, ao contrário, contribuiu na maioria dos casos para reforçar “as transições não-normativas vividas pelos adolescentes e

jovens em direção à exclusão e à marginalização, de modo a mantê-los no “círculo tortuoso” do envolvimento infracional”.

[...] a precariedade e o caos que rege, de forma generalizada no Brasil, as unidades de aplicação das medidas socioeducativas e, em particular, as de privação de liberdade, nos leva à conclusão de que as razões desta condição não são encontradas na ineficiência do Estado ou no direcionamento equivocado de suas ações, mas revelam um ordenamento de intenções subjacentes, pautadas pela prática de um Estado excludente e seletivo (PAIVA; OLIVEIRA; COLAÇO, 2019, p. 183).

A medida socioeducativa deve responsabilizar os adolescentes e jovens que infracionaram, possibilitando-os repensarem suas práticas delitivas com oportunidades efetivas de desenvolvimento e de reconstrução dos seus projetos de vida. Entretanto, as narrativas dos egressos pesquisados apontam para o distanciamento desse objetivo, sobretudo nas Unidades Socioeducativas masculinas de Fortaleza. O Centro Socioeducativo de internação feminino da capital cearense parece se diferenciar de forma positiva dos Centros de internação masculinos. Rosa, inclusive, expressou que “*gostava muito da Unidade*”, embora tenha vivenciado experiências traumáticas como o período que passou na “*tranca*”.

Conforme observado, mesmo com algumas diferenças, as Unidades Socioeducativas de Internação masculinas e femininas de Fortaleza ainda carregam em sua estrutura e nas suas práticas institucionais muitos aspectos da antiga Doutrina da Situação Irregular, prevalecendo o caráter punitivo e deixando às margens, ou apenas no nome, a perspectiva socioeducativa com caráter pedagógico e protetivo. Percebemos, portanto, que a socioeducação garantida constitucionalmente e por meio das diretrizes e parâmetros legais do Sistema Socioeducativo ainda permanece muito distante da sua efetividade nos Centros Socioeducativos de internação Cearense.

Assim, os egressos dessa pesquisa não referenciaram os Centros Socioeducativos de internação como suportes importantes nos processos de ressignificação das suas trajetórias e projetos de vida. E se houve alguma contribuição, essa se deu pelo caráter punitivo, precário e de privação da liberdade destas instituições, que a partir das experiências negativas vivenciadas, os interlocutores demonstraram não querer retornar para esses espaços, distanciando-se das práticas infracionais.

5.1.4.2 A Semiliberdade e sua proposta pedagógica diferenciada: quando o Estado é protetivo

Tendo em vista que a maioria dos sujeitos passou pela Unidade de Semiliberdade Masculina de Fortaleza e destacou a atuação positiva desta em seus processos de ressignificação de vida, apresento, com base em uma entrevista realizada com o diretor do Centro, uma breve síntese da história da instituição⁶⁰. A trajetória profissional do diretor da Semiliberdade Mártir Francisca no Sistema Socioeducativo é muito ilustrativa para compreender o histórico da própria instituição de Semiliberdade Masculina de Fortaleza e sua pedagogia diferenciada de socioeducação, por isso alguns trechos da entrevista serão utilizados para fomentar a discussão deste tópico junto com as narrativas dos entrevistados.

Com formação acadêmica em Gestão de Marketing, o atual diretor da Semiliberdade Masculina de Fortaleza entrou no Sistema Socioeducativo em 2005 sem perspectivas de permanecer por muito tempo. Porém, logo de início foi surpreendido pela proposta pedagógica da instituição, de diálogo com os adolescentes, e se apaixonou pelo trabalho, o qual considera uma missão. Começou atuando como socioeducador, em seguida passou a ser coordenador de plantão, depois coordenador de disciplina⁶¹ e desde 2018 é diretor da instituição. Já são mais de 16 anos atuando na Unidade de Semiliberdade.

Eu nasci no socioeducativo na Semiliberdade, passei muito tempo, muitos anos realmente me dedicando a esse trabalho porque sempre gostei do que eu fiz, sempre eu tive como realmente uma missão. Eu nunca tive só o emprego pelo emprego. Não vou dizer: ah, eu trabalharia, trabalho porque é a missão e não pelo financeiro. Não. O financeiro também contava. Eu precisava trabalhar sim, preciso trabalhar, mas sempre foi prazeroso. Porque eu sempre gostei desse trabalho com o ser humano mesmo, principalmente esses que realmente precisam de apoio e de ajuda. E é um desafio, todo dia é um desafio. Todo dia a gente tem que, como diz o ditado, derrubar um gigante.

A Unidade de Semiliberdade funcionava, inicialmente, junto ao Centro de internação Dom Bosco. Depois foi desvinculado para um prédio alugado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) na Avenida Washington Soares. Em seguida, em 2008, a Unidade foi transferida para o espaço de uma antiga escola pastoral, já desativada há

⁶⁰ Vale ressaltar que essa entrevista com o diretor da Semiliberdade não estava prevista inicialmente, a decisão em realizá-la se deu após as entrevistas com os interlocutores, com o objetivo de entender as especificidades que a instituição apresentava e até que ponto ela havia contribuído para a ressignificação das trajetórias dos sujeitos.

⁶¹ Cargo hoje conhecido como coordenador de segurança.

alguns anos, no bairro Bela Vista. A transferência da Unidade para esse último endereço foi destacada pelo diretor como muito difícil, diante da não aceitação da comunidade:

Quando a comunidade ficou sabendo que iria funcionar ali, naquele bairro, uma Unidade pra adolescentes menores infratores isso repercutiu muito porque eles não aceitavam. As casas em volta subiram os muros, botaram cerca elétrica, porque tiveram muito medo, né, do que poderia acontecer. Quando a gente chegou fez... primeiro teve a mudança de mobília da Casa, por último foram os adolescentes. Os adolescentes chegaram num ônibus da STDS, na época. E a gente trabalhava, nessa época, com um número muito grande, era em torno de 40, 50 adolescentes, nessa época, adolescentes e jovens. E aí quando a gente chegou foi um baque, assim, pros meninos, pra gente. Porque a gente chegou num ônibus, era já finalzinho de tarde e na frente tinha uma pequena praça e tava a comunidade toda lá com cartaz, com faixa, né, chamaram reportagem, porque eles não aceitavam, porque eles não queriam, porque isso trazia um risco pra comunidade, pro bairro. Então foi muito difícil, a gente descendo daquele ônibus, mandando os meninos entrarem na Unidade e a comunidade lá com reportagem toda, né, manifestando a não aceitação (Diretor Semiliberdade Masculina).

Aos poucos a comunidade foi questionando o que era a Semiliberdade e buscando entender como se dava seu funcionamento. Em 2010, ano de Copa do Mundo, os adolescentes internos participaram de uma competição promovida pela TV Verdes Mares que premiaria a rua mais enfeitada. Nessa época, as pessoas que moravam no entorno do Centro se mobilizaram para ajudar os adolescentes com os enfeites da rua e também levando água e lanche para eles. Esse envolvimento estreitou os laços de proximidade e confiança entre a comunidade e os internos.

Além da não aceitação inicial por parte da comunidade, outro elemento desafiador foi a precária estrutura do espaço, pois se tratava de um prédio antigo que precisou ser adaptado: “É a estrutura em si era muito ruim. A estrutura era muito antiga, muita coisa que precisou ser reformado, banheiro era precário. Foi muito difícil ali, porque não tinha estrutura nenhuma, física. Nenhuma. Foi muito ruim”, disse o diretor.

Aproximadamente cinco anos depois, em 2013, a atual Unidade de Semiliberdade no bairro Sapiranga, em Fortaleza, foi inaugurada e ocorreu a transferência da equipe e dos adolescentes para o local, dessa vez um prédio novo, construído conforme o padrão SINASE: “Prédio muito bom, a estrutura física ajudou muito também. Essa paisagem de calmaria, de jardim, isso traz uma tranquilidade também, ajuda. Isso foi muito bacana”, enfatiza o diretor.

E aí a gente entrou nesse prédio novo, na época, a gente pegou aqui também, não que a comunidade se manifestasse pra nossa chegada, mas a comunidade em si já tava num conflito interno de disputa por territórios e disputas mesmo aí de crimes, que era morte aqui direto, era morte na esquina, ali na frente, era atrás. Então assim, a gente

chegou já com essa tensão do bairro. Nós chegamos com medo, foi diferente da Bela Vista, eles tavam com medo, aqui nós chegamos com medo. Os funcionários todos muito assustados, porque a gente viu muita coisa que não tinha visto ainda, era... pessoas passavam aqui de moto armadas na frente da Unidade. Então foi bem difícil esse período que nós viemos pra cá. Em relação à estrutura física foi, assim, um sonho, né, do que a gente sonhava pra uma Semiliberdade.

A Unidade de Semiliberdade é a única ofertada nessa modalidade para o sexo masculino, em Fortaleza. Como já mencionado, possui uma estrutura que está em conformidade ao preconizado pelo SINASE. Suas instalações contam com sala de informática, sala de pintura, sala de aula/biblioteca, auditório, sala de jogos, ambulatório, jardim, campo de futebol, horta, as quatro casas em que os adolescentes estão distribuídos, entre outros espaços. Todos os ambientes, além de bem estruturados, estavam limpos e organizados durante as visitas que realizei. A instituição conta também com uma área do jardim que torna o ambiente muito bonito e agradável.

Figura 6: Fachada do Centro de Semiliberdade Mártir Francisca



Fonte: G1 Ceará/Reprodução Facebook/E-Jovem Ceará.

Se, por um lado, a equipe se sentia realizando um sonho, pela oportunidade de trabalhar em uma Semiliberdade com o conforto, a beleza e a estrutura física idealizada, por outro, a sensação era de completa insegurança, devido às tensões que ocorriam no bairro pelas disputas de territórios que se intensificavam e pelo equipamento estar situado em uma área mais isolada da cidade. A insegurança foi e continua sendo o principal obstáculo enfrentado pela equipe para a realização dos trabalhos na Unidade.

Então a gente tinha conforto físico, mas a gente tinha essa insegurança do bairro. Que aqui eu acho que o maior problema da Semiliberdade ainda é, até hoje, essa sensação

de insegurança, porque era uma comunidade muito difícil. E esse equipamento ser muito distante de muita coisa e ainda traz essa sensação de insegurança.

Essa sensação de insegurança na Unidade também foi sentida e destacada por Emanuel, uma vez que seu bairro era dominado pela GDE, facção rival à que controla o território em que a Semiliberdade estava inserida, o Comando Vermelho (CV). Em seu relato ele demonstra que vivia atormentado pelo medo e reforça a dificuldade para o cumprimento da medida, tanto em permanecer na Unidade, quanto em se deslocar entre um bairro e outro semanalmente:

Tinha facções rivais lá. Até o bairro lá na Sapiranga era um bairro rival do meu, ficava muito difícil de ir pra lá. Como é que eu ia pro bairro rival? (risos).

P: Isso toda semana, né?

E: Toda semana. E ficar lá ainda, sem segurança. Aí eu fiquei naquele negócio. E eu ficava preocupado. Todo dia de noite eu ficava olhando assim pras paredes. Aí antes de acontecer a chacina. Porque aconteceu uma chacina lá.

P: Qual foi o período que tu ficou lá?

E: Foi antes da chacina. Foi uns 4 meses antes que eu saí de lá. As pessoas que morreram eu conhecia. As 4 pessoas. Assim que eu recebi a liberdade eles tinham acabado de chegar. Conhecia assim, só... bem rápido que eu conheci, foi só uns dois dias que eu passei com eles. Foi difícil pra mim ir e voltar (Emanuel).

[...] Antes de acontecer a chacina. Conte pra ele [colega interno]: ei, mah, isso aqui é muito perigoso, não tem segurança de nada. Tu é doido, os cara foge, se os cara foge eles podem voltar. E os cara que tá aqui - eu falei pra ele - oh, os cara que tá aqui, né, tão conhecendo a gente pra quando eles fugir dizer lá fora. Eu falei desse jeito, mas era na minha mente, porque eu ficava todo naquele negócio direto, tipo um medo. [...] Sei que eu falei pra alguém de lá [Semiliberdade], isso aqui não tem segurança, os policial que tinha lá num servia de nada. Era tipo assim, os policial tava lá só pra fazer a revista da gente, quando a gente entrasse e saísse. Porque eu vou dizer uma coisa aqui, se quisesse matar alguém ali, invadia, tomava até as armas dos policiais (risos). Porque só ficava três policiais lá. Três policial. Ficava tudo no mesmo canto. A diretora, ela tá certa, né, de não deixar policial junto com a gente, porque às vezes eles são muito gaiatos, eles fica, é... dando corda pro menor fazer besteira pra depois botar a culpa no menor (Emanuel).

A chacina citada por Emanuel ocorreu na madrugada de uma segunda-feira, no dia 13 de novembro de 2017, quando um grupo de criminosos, entre 10 e 15 homens armados, invadiu a Unidade de Semiliberdade e retirou seis jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Quatro deles foram executados com tiros na cabeça em uma rua próxima ao Centro. Após o ocorrido a instituição foi fechada por alguns meses e os jovens foram liberados para casa⁶². O Centro considerado modelo no Ceará foi também o que registrou o caso mais

⁶² Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/11/jovens-de-centro-de-semiliberdade-sao-executados-em-fortaleza.html>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

grave e sem precedentes no Sistema Socioeducativo de Fortaleza, destacou o juiz da 5ª Vara Manoel Clístenes, em reportagem ao G1 Ceará⁶³.

Esse episódio ocorrido no Centro Socioeducativo de Semiliberdade demonstra a dinâmica de atuação das facções criminosas, que se diferencia das gangues e quadrilhas, conforme retratado por Paiva (2019, p. 181):

Enquanto as gangues e quadrilhas de traficantes se moviam em territórios estáticos, e enquanto cada grupo dominava seu pedaço, matando sem mexer no pedaço do outro, as facções invadem, matam, ocupam e expulsam moradores de suas casas. Os líderes de gangues e os traficantes locais sempre tiveram um peso dentro da comunidade, mas sua capacidade de agência era limitada, e as negociações com eles eram consideradas como algo ‘tranquilo’. Em muitas comunidades, prevaleciam apenas os acordos tácitos de não delação dos esquemas ilegais. Desde as facções, esse equilíbrio foi quebrado, e os moradores relatam que as pessoas que fazem o crime querem ‘botar moral’ e determinar o que pode e não pode ser feito na comunidade.

Nesse sentido, a faccionalização dos territórios de Fortaleza tem sido a principal dificuldade na aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade. Segundo o diretor, muitos adolescentes que recebem a sentença de semiliberdade e pertencem a bairros de facções rivais ao da Unidade deixam de cumprir a medida por receio e insegurança deles e de seus familiares. A situação vem sendo discutida no âmbito da SEAS, do judiciário, da promotoria e da defensoria pública cearense, mas até o momento nada concreto foi proposto para contornar esse entrave, que está inserido em uma dinâmica mais ampla e complexa em todo o estado, sendo perceptível essa dificuldade também no cumprimento das medidas de internação e de meio aberto.

Eu sempre digo que as nossas ameaças, elas são externas, né, por conta de estar localizada num bairro muito difícil de inserir os meninos nessa comunidade, porque os equipamentos que são oferecidos aqui, o único que a gente ainda consegue ter esse suporte é no posto de saúde. Fora isso, as escolas a gente tem essa dificuldade. E o que mais nos ameaça, vamos dizer assim, e a dificuldade de executar o trabalho é o problema de grupos criminosos, que é a história das facções, né, que são... os meninos ainda têm muitos que recebem a medida de semiliberdade e não chegam a se apresentar aqui porque pertence a um outro bairro, que é diferente desse bairro e não se sentem seguros e as famílias não trazem esses meninos. Eles são sentenciados com a Semi, mas eles não chegam a se apresentar. Então essa execução da medida e a gente também, dos que chegam a vim, a gente também não consegue levá-los pra qualquer equipamento externo por conta dos territórios. Então isso é hoje a maior dificuldade que a gente tem. E isso é uma discussão que tá aí atualmente acontecendo entre judiciário, defensoria pública, promotoria, Estado, está acontecendo essa discussão de saber o que pode ser feito (Diretor da Semiliberdade masculina).

⁶³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/grupo-invade-centro-socioeducativo-retira-internos-e-mata-4-adolescentes-em-fortaleza.ghtml>>. Acesso em: 18 ago. 2022.

Nós temos que oferecer essa escolarização fora, mas também tem a situação territorial, porque assim, nós temos uma escola bem aqui de ensino médio, mas aí tem que ver se o menino pode estudar na escola tal, por conta da história dos territórios. Nós temos o equipamento do CUCA, porque nós estamos com parceria com a Rede CUCA e lá nós temos cursos profissionalizantes, nós temos esporte, lazer, é um mundo. Mas infelizmente os meninos não podem ir até os CUCAs porque são localizados em bairros que eles não podem ir. Só tem um CUCA aqui em Fortaleza que eles se sentem seguros pra participar, que é no Jangurussu (Diretor da Semiliberdade masculina).

Ainda que os adolescentes driblem o medo e a insegurança e se apresentem para o cumprimento da medida, o acesso aos equipamentos e serviços públicos da cidade fica comprometido. Como ressaltado pelo diretor, o único equipamento público que os adolescentes em semiliberdade conseguem frequentar sem receio é o Posto de Saúde, já escolas do bairro Sapiranga e espaços de cultura e lazer pela cidade, como os CUCAs se tornam inviáveis. Isso interfere significativamente na socioeducação dos adolescentes, pois a maioria das atividades da medida é ofertada de modo externo, sobretudo por visar favorecer a integração dos socioeducandos com a comunidade.

Diante disso, uma alternativa vista pelo diretor para lidar com essa problemática seria a criação de mais Unidades de Semiliberdade em Fortaleza, de modo que os adolescentes possam ser atendidos conforme as divisões de territórios que já vêm sendo aplicadas nos atendimentos de outros equipamentos públicos das áreas da saúde, da educação e da assistência social na cidade.

Eu acho que poderia ter mais Semiliberdades. Eu acho que pra uma capital, né, do nosso porte, eu acho que uma única Semiliberdade eu acho pouco. Poderia haver mais Semiliberdades. Porque hoje as escolas, infelizmente, funcionam por território, os CRAS [Centro de Referência da Assistência Social], os CREAS funcionam por território, os postos de saúde, enfim, então por que não ter mais Semiliberdades pra poder, né, contemplar todos os adolescentes que recebem a medida de semiliberdade, independente do bairro que more? (Diretor da Semiliberdade Masculina).

Também é válido o questionamento: se a Semiliberdade é a modalidade de medida socioeducativa modelo e que tem gerado mais resultados satisfatórios para o Sistema Socioeducativo do Ceará, como se explica a existência de apenas uma Unidade masculina na capital diante de oito Centros de internação masculina, incluindo provisória e sentença? Por outro lado; importante considerar o alto custo necessário para equipar uma Unidade de Semiliberdade no padrão SINASE tanto em termos de estrutura e materiais, quanto de recursos humanos, não sendo viável para um número reduzido de adolescentes. Por isso, cabe considerar

que essa questão perpassa também o campo judiciário, responsável pela aplicação das medidas socioeducativas.

A proposta pedagógica da Semiliberdade, embora tenha despertado a curiosidade e fascínio do diretor desde a sua inserção na Unidade, segundo ele, era algo bonito no papel, mas que não se concretizava no cotidiano da instituição. Os resultados positivos visualizados no contexto atual são fruto de um processo de construção de mudança da cultura interna que já dura mais de dez anos:

Então levou muito tempo pra se mudar essa cultura da Semiliberdade, mudar essa cultura do pastorador, do observador, né, do ter que segurar. Era uma época que se o adolescente fosse descumprir a medida a gente tinha que segurar, não podia deixar ele descumprir, tinha que pegar no braço e tudo, manter... segurar pela força. E eu sempre fui contra isso, acho que... acho não, tenho certeza que se você puder e pedir através da orientação, da conversa, né, do diálogo e tentar mostrar que isso não vai ser legal pra ele, que isso vai só prejudicar cada vez mais, eu acho que funciona mais do que a força pela força. Porque a força ela nunca funcionou e nunca deu certo. E hoje a gente ver o resultado do que se foi, né, do que foi iniciado há mais de 10 anos. Hoje, os adolescentes que cumprem a semiliberdade, realmente eles ficam porque eles acreditam na equipe, sabe que a equipe está disposta a trabalhar junto com eles, a fazer junto, realmente acreditar que é capaz, a mudança. Então foi, assim, foi difícil, mas hoje é gratificante (Diretor da Semiliberdade Masculina).

Ao chegarem na Unidade, os adolescentes passam por um protocolo de chegada/recebimento, que envolve passar por toda a equipe técnica para a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) e, por último, na sala dos coordenadores de segurança, em que a dinâmica e as regras da instituição são explicadas. Nesse momento é apresentado o Manual do Socioeducando, documento que foi construído de modo coletivo pelos primeiros internos da Unidade juntamente com a equipe de profissionais durante as assembleias. Por meio de perguntas e respostas o Manual aborda informações importantes para a compreensão da medida socioeducativa e da dinâmica institucional, a saber, o que é a medida de semiliberdade e como se dará seu cumprimento na Unidade; explicação da proposta pedagógica adotada pela instituição; os direitos e os deveres dos adolescentes; a rotina com todos os horários definidos; os tipos de infrações (leve, média e grave) e as sanções previstas em suas ocorrências; um termo de comprometimento e depoimentos de egressos do Centro. Mais detalhes sobre o momento de recepção dos novos internos podem ser observados no trecho a seguir:

[...] sempre que a gente recebe um adolescente ele passa pelo atendimento técnico todo, tem o protocolo de chegada, de recebimento e aí sempre a gente diz assim: praticamente o último atendimento que ele tem de chegada desse protocolo é aqui, que a gente atende aqui na sala com coordenadores de segurança, onde a gente passa

toda a dinâmica da Casa e as regras. E aí a gente explica porque que existe as regras e de que forma elas foram criadas. [...] Por que essas regras e de que forma elas foram criadas? Elas foram criadas pra ter uma boa organização da Unidade através de horários, do que pode, do que não pode. E sempre a gente passa pra eles na chegada, é: olha, você vai ter um tempo pra entender, mas a gente precisa adiantar o que é regra, porque existe isso, porque que tem hora pra acordar, qual o horário, qual o horário do café da manhã; a limpeza das Casas, aqui são quatro Casas, né. Atualmente a gente só usa duas por conta do número de adolescentes. E aí foi construído junto com eles de que forma seria essa limpeza da Casa e qual o horário; a limpeza da Casa a gente estabelece que será pela manhã. Vocês estão de acordo? Achar que funciona dessa maneira? Funciona. Por quê? Porque é o local que vocês convivem, é o local onde vocês estão morando nesse momento. Então a gente garante um ambiente com salubridade, a gente garante os atendimentos básicos: a cama, o colchão, o ventilador, o lençol, a toalha e tal. A gente garante esse direito e vocês têm o dever de mantê-lo, de cuidar. De cuidar da higienização do seu dormitório, de ao entrar no banheiro e tomar o banho, puxar a água do banheiro com o rodo pro próximo que vai vim. Porque você pega o banheiro seco, pega o banheiro limpo, você tem o dever de deixar ele da mesma forma que você pegou pro seu colega próximo que vai vim pra utilizar. Então assim, pra boa convivência e pra organização da Casa foram criadas todas essas regras. [...] Sempre a gente coloca e eu coloco muito isso em assembleia, um exemplo, que todas as regras daqui elas são um treinamento pra ser utilizado lá fora. Por que que você tem que se servir na hora que você chegou... você chega, ah, cheguei agora vou passar na frente dos outros e me sirvo. Não existe isso porque em lugar nenhum você vai fazer isso. Se você for pra uma farmácia, pra um supermercado, pra um banco, pra um posto de saúde, você vai ser atendido por ordem de chegada. Então, é colocado essas regras, é treinado aqui e você utiliza lá fora. Então isso foi construído em conjunto (Diretor da Semiliberdade masculina).

Diante disso, interessante observar que a construção das regras na Unidade é coletiva. À medida que novos adolescentes chegam, as regras são apresentadas e discutidas em conjunto, de forma que haja acordo entre a instituição e os adolescentes. No relato do diretor é possível perceber o cuidado e preocupação em fazer o adolescente entender cada regra e a necessidade da sua aplicação para a organização e o bom funcionamento da instituição e para o seu próprio desenvolvimento, tendo em vista que essas práticas se converterão em aprendizados que irão reverberar em suas vidas futuras fora da Unidade.

A apresentação das regras da instituição, como demonstrado no relato do diretor, é feita com uma abordagem focada nos direitos e deveres dos adolescentes. Essa primeira experiência, por si só, já sinaliza sua importância no processo da socioeducação, uma vez que muitos adolescentes chegam na Unidade sem ainda se reconhecerem cidadãos dignos de direitos. É para muitos, portanto, o primeiro passo para o conhecimento e exercício de sua cidadania.

Vale frisar a importância da rotina para o desenvolvimento de hábitos de disciplina e responsabilidade, pois muitos adolescentes que chegam ao Centro não tiveram esses valores aprendidos em casa. Muitos desses jovens podem não estar familiarizados com a noção de seguir regras de convivência, tampouco com a responsabilização em caso do não cumprimento

delas. Então para muitos foi uma experiência nova que repercutiu positivamente na organização de suas vidas fora da Unidade, quando passaram a sentir falta da rotina praticada na Semiliberdade e também começaram a dividir as tarefas domésticas em casa, como pode ser observado nos relatos:

Aí minha rotina tava mudando por causa dos finais de semana, porque como lá na Casa [Semiliberdade] eu dormia umas 10h. Dormia 10h lá, dormia cedo. Aí quando eu tava em casa já comecei a dormir 10h. Quando a gente acordava lá [Semiliberdade] era 10 pra seis. 10 pra seis todo dia nós acordava. Aí tinha que fazer as coisas, limpava lá o dormitório que a gente dormia. É... aí ia merendar. Fazia as coisas assim, ajudava a limpar o pátio, cuidar das plantas, aguar, a gente varria isso aqui, tal. Aí aquilo ali tava me mudando. Era tipo uma terapia (Emanuel).

A gente sempre tinha a mente ocupada pra não fazer nenhuma besteira [na Semiliberdade] (Emanuel).

Tu coloca tuas ideias no lugar aqui [Semiliberdade], entendeu? Tu aprende a ter uma rotina, tu aprende que existe como mudar após acontecer o que aconteceu, entendeu? (Gustavo).

O acompanhamento dos adolescentes se caracteriza por ser humanizado, pautado no respeito, no diálogo, na orientação, na confiança, na construção de vínculos. Assim, a confiança é construída e conquistada de modo recíproco. A equipe acredita na capacidade de mudança dos adolescentes e estes aprendem que é possível mudar por meio da confiança na disposição e interesse da equipe em trabalhar junto com eles nesse processo.

Figura 7 – Descrição da rotina na Unidade de Semiliberdade Mártir Francisca

Rotina Saudável e Sem Conflitos	
Horário	Atividade
06:00hs	Despertar / Arrumação de cama
06:00hs às 06:30hs	Atividade física opcional / Banho
06:30hs às 07:00hs	Manutenção ambiente externo (Jardins e hortas)
07:00hs às 07:20hs	Café da manhã
07:20hs às 07:40hs	Limpeza das casas (Dormitórios, banheiros, salas, áreas, refeitório)
07:45hs às 08:00hs	Momento de espiritualidade
08:00hs às 09:00hs	Atividades sociopedagógicas (Saída p/ escola, CEJA; oficinas; reforço escolar)
09:00hs às 09:30hs	Intervalo / Lanche
09:30hs às 10:45hs	Continuação atividades sociopedagógicas
10:45hs às 11:20hs	Banho
11:20hs às 12:30hs	Agradecimento e almoço para socioeducandos e socioeducadores
11:20hs às 13:40hs	Repouso nas casas / Sala de jogos
13:40hs às 14:00hs	Início das atividades sociopedagógicas
14:00hs às 15:00hs	Atividades sociopedagógicas
15:00hs às 15:20hs	Intervalo / Lanche da tarde
15:20hs às 16:45hs	Retorno das atividades sociopedagógicas
16:45hs às 18:00hs	Banho, sala de jogos
18:00hs às 18:30hs	Jantar
18:30hs às 19:15hs	Sala de jogos e TV nas casas
19:15hs às 21:00hs	Tempo livre (futebol no campo; sala de jogos; som ambiente)
21:00hs	Ceia
22:30hs	Recolhimento aos dormitórios

Fonte: Arquivo da autora a partir de material disponibilizado pela instituição.

Segundo o diretor, as conversas informais realizadas pelos socioeducadores e o próprio diretor com os adolescentes costumam mostrar resultados mais satisfatórios do que os atendimentos técnicos. Isso porque nestes últimos os adolescentes costumam dizer o que se espera deles, aquilo que sabem que não poderá comprometer sua sentença. Já nas conversas informais, sobretudo quando já se estabeleceu uma relação de proximidade e confiança, os adolescentes ficam à vontade para desabafar e compartilhar informações mais íntimas e delicadas:

A gente dá suporte nessas áreas, nós não temos a formação pra isso. Mas a gente tem a experiência, o conhecimento, a vivência e que ajuda muito. Não vou me colocar no lugar de uma psicóloga, não, de jeito nenhum, cada um nas suas funções, mas a gente dá esse suporte. É problema familiar? Você tem confiança de colocar aqui? Fale qual é o problema. Como nós poderemos lhe ajudar? E aí vai fluindo e a gente vê muitas vezes, Ana Paula. Muitas vezes surte mais efeito do que só o atendimento técnico (Diretor da Semiliberdade Masculina).

No dia da entrevista com o diretor, a instituição contava com 58 funcionários, sendo 25 admitidos por processo seletivo da SEAS, 28 terceirizados pela ONG (Organização Não Governamental) Liga Esportiva, quatro servidores e um orientador de célula. A Unidade tem capacidade para 40 adolescentes. No dia da entrevista com o diretor (14/12/2021) havia apenas 12 e todos estavam inseridos em cursos profissionalizantes. Havia 19 socioeducadores, dois coordenadores de segurança, uma pedagoga, uma psicóloga, uma assistente social e uma enfermeira. No caso da equipe técnica, segundo o diretor, esta deveria ser pelo menos o dobro da quantidade atual.

As atividades dos adolescentes são distribuídas diariamente de acordo com o que a instituição chama de contrafluxo ou contraturno, quer dizer, os adolescentes que estudam pela manhã fazem os cursos à tarde e os que estudam à tarde fazem as atividades de profissionalização pela manhã, que pode ser dentro ou fora da instituição.

[...] A gente, no atendimento aos adolescentes, a gente tá 100% de garantia de direitos, no que diz respeito aos eixos de escolarização, de profissionalização, de esporte, cultura. Isso é muito bacana. E muitos pensam assim: “ah, mas vocês têm doze adolescentes”. Mas no momento, se a gente tivesse vinte, tivesse trinta, estaria sendo garantido pra todos. E isso que é mais bacana (Diretor da Semiliberdade Masculina).

A grande maioria das atividades de escolarização, profissionalização, arte, cultura e lazer são ofertadas em equipamentos externos. Apenas duas oficinas estavam ocorrendo no momento da entrevista, uma de artes plásticas (pintura e textura) e outra de informática. Há também um professor de Educação Física que acompanha as atividades desportivas e de lazer na Unidade e todas as sextas-feiras pela manhã tem atividade de formação humana com convidados externos.

Segundo o diretor, as duas oficinas ofertadas na Unidade têm sido garantidas com muita dificuldade, pois a proposta da medida de semiliberdade é que as atividades ocorram todas em meio externo. Ele argumenta que essas atividades na instituição são fundamentais, uma vez que são utilizadas para inserir o adolescente nas suas primeiras semanas na instituição, quando ele ainda não tem condições de ser encaminhado para a escola ou cursos profissionalizantes porque ainda serão avaliadas suas demandas sendo, às vezes, necessário contatar a família para trazer documentos ou providenciar daqueles que não os possuem, o que demanda certo tempo. Além disso, esse período de tempo no interior da Unidade é importante para o adolescente entender o funcionamento da instituição, se aproximar e construir vínculos com a equipe e os outros adolescentes.

[...] Então, falta essa compreensão. Aí a gente sempre diz: Por que que não pode? Ah, por conta da lei não pode ter oficina aqui. Aí a gente segura essas duas com muita dificuldade. E a gente sempre argumenta que o adolescente quando chega ele precisa conhecer a equipe, se entrosar com essa equipe, porque isso é novo pra eles, eles não sabem ainda o propósito pedagógico da Casa. Então ele precisa de um tempo, pelo menos uma semana, pra ele realmente se entrosar com a equipe, perceber esse trabalho e despertar o interesse e a compreensão. Então eu não posso pegar um menino que tá vindo, seja da comunidade, da rua, da provisória e chegou aqui, amanhã ele já ser inserido na escola. Porque às vezes não tem identidade, muitas vezes não tem nem certidão de nascimento, não tem um CPF. E tudo que a gente for fazer, engajar ele fora ele precisa de uma documentação. Então isso requer um tempo, da família poder trazer daqueles que têm. Daqueles que não têm, a assistente social poder providenciar. Então, até lá esse menino vai ter que tá aqui fazendo alguma coisa. Diferente da internação que ele fica dentro de um dormitório trancado [...]. Aqui não. Por isso que a gente precisa dessas oficinas aqui. Enquanto você organiza a parte aqui de documentação, de vaga, porque nem sempre quando a gente chega tem a vaga e aí requer um tempo e esse tempo eles não podem tá aqui sem fazer nada porque ele vai ficar ocioso e ele vai achar que isso daqui é chato, que isso aqui não é interessante pra ele. E aí ele vê que os outros que estão já tão fazendo... toda hora a gente tá trabalhando alguma coisa com eles. Processo de adaptação, de conhecimento, de organização, por isso que a gente precisa. A gente tem que preparar o adolescente, porque lá fora ele não tava fazendo curso, ele não sabe como é o comportamento (Diretor da Semiliberdade Masculina).

Para a oferta de qualificação profissional são realizadas parcerias com várias instituições, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Bombeiros, Instituto de Educação Portal (IEP) e A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico (FUNCAP). Tanto os cursos ofertados quanto as instituições parceiras variam bastante. Os adolescentes são alocados nos cursos conforme o surgimento de vagas e adequação ao perfil exigido. Um dos desafios é a exigência de maior escolarização para alguns cursos, sendo que muitos adolescentes possuem uma escolarização menos prolongada e não conseguem acessar.

Em 2020 a SEAS implantou um plano de trabalho, a saber, a governança participativa, que como o próprio nome já diz, consiste em fomentar uma gestão com a participação de todos, contando com representantes da equipe de funcionários da instituição, dos adolescentes e de suas famílias nas assembleias destinadas a este fim. São realizadas também reuniões setoriais com os coordenadores, com os setores de logística e com os socioeducadores. Essas reuniões já são estabelecidas em calendário anual. Ficaram suspensas no período da pandemia e estavam retomando com a volta do trabalho presencial.

A assistência religiosa externa vinha sendo ofertada antes da pandemia por três instituições religiosas (católica e evangélica) no período noturno, das 19h às 21h. Na data da entrevista essas instituições ainda não haviam retomado os trabalhos na Unidade. Conforme observado na descrição da rotina da semiliberdade, diariamente, pela manhã, no início das

atividades, o socioeducador realiza um momento de espiritualidade com os adolescentes, que foi lembrado pelo Emanuel como algo marcante e significativo da sua vivência naquele espaço:

Ah, e também o que me ajudava na Casa, na Semi, era o momento de oração. Vinha os irmãos, que ia lá, era dia de quinta-feira à noite, umas 7h, começava a oração, lá onde tem, onde fica o data show, tipo um auditoriozinho. Tem a cantina, aí quase de frente, assim. Pronto, lá tinha os irmãos que vinham toda quinta-feira e tinha outros irmãos que vinham terça, tudo à noite. E quando era de manhã, não sei se você conhece, o [socioeducador], ele era educador de lá também. Ele saiu já, não sei se ele voltou, mas [ele] era uma pessoa muito... é... que ajudava muito os menor também. Ele, na área espiritual, ele chegava e pregava, orava com a gente todo dia antes de começar as atividades. A gente ia todo mundo pro auditório, aí todo mundo segurava as mãos e ia fazer uma oração (Emanuel).

No período da pandemia a Unidade ficou fechada entre março e outubro de 2020 e entre março e setembro de 2021. Durante o fechamento os adolescentes foram encaminhados para seus domicílios e os funcionários foram distribuídos nos outros Centros Socioeducativos de Fortaleza.

O contato com a família dos adolescentes normalmente ocorre nas sextas-feiras quando os familiares vão buscar o adolescente para passar o final de semana em casa. Antes da pandemia acontecia o Projeto Abraço em Família, que ocorria na última sexta-feira de cada mês. O Centro também costuma realizar confraternizações, como a natalina, em que as famílias são convidadas.

Os adolescentes mantêm contato com a equipe da Unidade após o desligamento. O vínculo estabelecido ultrapassa os muros institucionais e o tempo de cumprimento da medida. Essa construção de vínculos se dá com base no diálogo, na confiança, no apoio, na esperança da mudança. Para isso a equipe demonstra também sensibilidade, empatia, práticas de humanização e garantia de direitos aos adolescentes.

A gente sabe que muitos vão ficar pelo meio do caminho, mas sempre que a gente fala pra eles em assembleia, sempre tá trabalhando no confiar, no acreditar, no criar laços mesmo, vínculos, porque eu não acredito que exista uma socioeducação sem a construção de vínculos (Diretor da Semiliberdade Masculina).

A gente tem certeza que a gente não vai conseguir atingir todos, mas aquela pequena parcela ela conforta, é o faz a gente continuar trabalhando (Socioeducador da Semiliberdade Masculina).

A socioeducação ela precisa ter um pouco mais de humanização, acho que humanidade, sabe? Que é o que a gente prega muito aqui, a gente não vê o adolescente pelo que fez, né. A gente tá aqui pra tentar ajudar a ele melhorar a vida dele futura. Então ele procurar os propósitos dele, a construção do PIA é saber realmente o que ele quer. Vamos ajudar... Como a gente fala aqui, a gente não costuma passar a mão

[...] não sei se você percebeu, a gente almoça junto com eles, é sentado na mesa com eles, é conversando com eles. E a gente faz aquela construção de vínculos muito rica com os adolescentes (Socioeducador da Semiliberdade Masculina).

Na Semiliberdade, o Emanuel teve a oportunidade de reviver sua infância por meio dos momentos descontraídos com os outros internos, conversando, contando piadas, brincando, se divertindo, construindo relações de amizade saudáveis:

Tem uma pracinha, tem um banco assim, oh, pronto, de noite a gente ficava um bocadinho sentado ali, oh. A gente ficava um monte sentado ali, contando história, contando piada, às vezes a gente ia pra sala de jogos ficava brincando. A gente tava era tendo infância de novo. É... e aquilo ali foi bom pra mim. Foi bom porque eu não tava me sentindo preso [na Semiliberdade] (Emanuel).

E eu num sabia nem o que era Semi e fui. Cheguei lá e achei legal. Foi bem legal. Foi um período muito legal pra mim naquele tempo ali. Foi bom. Até hoje eu digo que ali foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Foi eu ter ido pra Semi. Foi. Porque era conselho, né, ajuda, e também eu tava me sentindo, tipo assim, tava me sentindo uma infância de novo. Entendeu? Como se tivesse tendo uma infância de novo. Porque lá a gente tirava brincadeira, eu e os jovens tudim que tava lá. Tirava brincadeira e ficava, tem tipo uma pracinha, né? pronto, a gente ficava tudo sentado ali, contando história, que eu tava me sentindo como se eu tivesse na infância de novo. Entendeu? Como se eu tivesse uns 8 anos de novo. E foi legal. E aquilo ali foi mudando minha vida aos poucos (Emanuel).

Diferente dos Centros de internação, na Semiliberdade os egressos não ficavam encarcerados nos dormitórios nem se sentiram presos, tinham liberdade para ir e vir dentro da Unidade e de falar com qualquer pessoa da equipe, inclusive o diretor, sempre que desejassem:

Tipo assim, na Mártir Francisca você era solto. Como nós vimos lá era uma casa, né, não era dormitório e lá todo mundo tinha contato com os socioeducadores. Já no São Francisco [Centro de internação] não. Nem contato a gente tinha, só via eles no horário de visitas, que era eles que vinha chamar. E nós também só via eles na hora de pedir água pra beber. Porque eles ficavam longe, distante. Tinha um que dificilmente ele ficava andando, entendeu? Pra lá e pra cá, mais era pra observar como é que tava as celas (Eduardo).

E aqui, só o fato de você ir em casa e voltar por dois dias já era show de bola. Sem falar que você pode andar pra qualquer canto. Lá não, lá [Centro de internação] você ficava trancado (Alan).

Assim, lá na Semi é um lugar muito legal. Parece uma piada (risos) que eu tô falando. Como é que um canto que vai te deixar preso é legal? Só que lá eu num me sentia preso não. Não me sentia preso. A equipe que saiu com a gente, que tava vivendo bem, aquela equipe aí ficava todo dia conversando (Emanuel).

A diferença ela é total. Total em todos os ângulos. Porque no São Francisco [Centro de internação] você tava trancado, é limitado, você não saía, o lazer era somente aqueles. E na Mártir Francisca não. Na Mártir Francisca você não tava trancado, você

tinha várias atividades e também na época que eu cheguei era momento de colônia de férias. Que é um mês todo de férias. Que a gente viajava pro Pia Marta. Viajava, saía pra fora (Eduardo).

A postura dos socioeducadores nos dois espaços também é muito distinta. Na internação, os socioeducadores pouco interagiam com os adolescentes, o contato, quando havia, se restringia à vigilância ou à prestação de algum atendimento, não havendo diálogo, tampouco existia construção de vínculos. Já na Semiliberdade, os socioeducadores tratavam os adolescentes com respeito, conversavam, orientavam, passavam confiança, acreditavam na mudança deles, davam conselhos, e isso foi algo marcantes para muitos, como pode ser observado em seus relatos:

[...] Porque os instrutores da Semi eles querem a mudança de você. Os do fechado não, eles querem que você fique quieto. Você tá fazendo zuada ali ele chega e mete a chibata em você pra você ficar quieto. Não tem orientação de: oh, cara, busque fazer isso quando você sair. Num tem nem perigo de ter esse assunto. O assunto lá é porrada, grito, ignorância. Você pede água é uma hora pra vim uma garrafa d'água (Jeferson).

Pois é, até os educador, o [socioeducador] [...] ele chegava e dizia: “Olha, se você quiser ir simhora pode ir” (risos). Ele mesmo falava. [...]. Só que aquilo ali, tipo assim, ele tava mostrando a confiança, entendeu? Ele tava dizendo: “oh, nós não tamos te segurando, tu fica aqui [Semiliberdade] se quiser, mas nós não tamo te segurando, nós tamo tentando te ajudar”. Esses era os pensamentos que ele queria que a gente pensasse, né? Só que tinha muito menor que era muito encrenqueiro, sabe? (Emanuel).

Assim, oh, a passagem que eu passei na Semi, tem uma significativa muito forte na minha mudança, porque lá os orientadores me orientavam muito. Apesar deu ter fugido de lá e continuado fazendo coisa errada. Só que as palavras que eles me direcionava, [...] a diretora, a psicóloga, os instrutores, todo mundo aí, tudo ficou guardado. Tudo. Todos os conselhos que eles davam e tal. Eu me lembro até uma vez que eu tava limpando a Semi, porque toda de manhã fazia uma limpeza lá, cada um tem suas atividades. Aí eu tava limpando as coisa lá, dando o gás assim, eu disse assim pro instrutor lá: ei, mah, assim dá pra eu ser serviços gerais, mah. Ele: “macho, dá, mas num pense em serviços gerais não, pense em coisa melhor, uma coisa melhor, que dá certo também”. Aí eu: massa. Até quando eu fui fazer minha entrevista, que eu me inscrevi pra serviços gerais, né, aí eu me lembrei tudo desse tempo da Semi e tal. Eu dava o gás na Semi, limpava tudo lá, por que eu num vou limpar eu recebendo? Aí muita coisa assim foi boa. Essas experiências ruins que eu tive por um lado foi bom pra mim, né, de não querer voltar mais (Jeferson).

Quando perguntei ao Eduardo se a experiência na internação havia sido marcante, ele me disse: “*Não. Eu digo que não, porque lá eu não tirei nenhum proveito, entendeu?*”. Outros egressos demonstraram a descrença na ressocialização por meio da medida de internação:

[...] E hoje eu vejo que o Centro Educacional ele não é um Centro de reabilitação, mas sim uma fábrica de criar criminosos mais maldosos, entendeu? (Rian).

Porque é aquela história do sistema carcerário, pode ser de maior ou menor, não tem uma ressocialização, eles só querem jogar a pessoa lá e é uma fábrica de fazer doido. Por isso que diz que quando sai tu sai, sai mais ruim. Porque realmente eles só joga, não tem aquela “há, vamos ressocializar”, botar curso, sabe? (Rian).

É tipo assim, tem gente que pensa que o sistema muda alguma pessoa, mas num muda não, viu, deixa a pessoal mais revoltada. A pessoa sai mais revoltada... só quem quer mesmo mudar, ver que é ruim e não quer mais (Paulo).

Ainda que a Semiliberdade apresente aspectos de uma instituição total (GOFFMAN, 2015) e disciplinar (FOUCAULT, 2014), sua proposta pedagógica baseada no acolhimento, no respeito, no diálogo, na confiança e na construção de vínculos etc., oportunizou aos egressos, durante o cumprimento da medida socioeducativa, um ambiente favorável e positivo para a construção de suas identidades e a vivência de sua cidadania, elementos que contribuíram para a “reorganização do eu” e a ressignificação de suas trajetórias e projetos de vida.

Tive a oportunidade de conhecer a Semiliberdade em 2016, durante o 4º Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará, em que participei como pesquisadora voluntária e durante esta pesquisa, quando passei na instituição, algumas vezes, para a realização de entrevistas com os interlocutores e a direção. Em todos os momentos fui muito bem recebida por toda a equipe, uma sensação de verdadeiro acolhimento. Os relatos positivos dos sujeitos em relação à Unidade e minhas experiências enquanto visitante me fazem perceber que, se a Semiliberdade tem se destacado como modelo entre os Centros Socioeducativos Cearenses, isso é reflexo de uma série de fatores que envolve uma boa estrutura, uma proposta pedagógica voltada aos princípios da socioeducação e uma equipe de funcionários comprometidos e em sintonia com essa proposta.

5.1.5 Trabalho

Dos sujeitos da pesquisa, apenas o Gustavo relatou experiência de trabalho remunerado antes do cumprimento das medidas, tendo trabalhado na *LAN House* da família por volta dos catorze anos. O Jeferson afirmou ter tido sua primeira experiência de trabalho dentro dos Centros Socioeducativos, quando realizava atividades de limpeza em troca de refeições. No caso de Alan, a primeira experiência de trabalho se deu durante o cumprimento da medida de semiliberdade, em que ele contou com a ajuda da instituição, que custeava o valor das passagens

para o deslocamento até sua casa, e da família que se reuniu e montou um depósito de venda de garrações de água para ele:

Nesse tempo eu tinha um depósito de água perto da minha casa e a [diretora] me liberava todo dia pra mim ir pra casa. Me dava a minha passagem. Eu não tinha condições de pagar a passagem. Como eu morava, como eu moro no Eusébio, era, tipo, assim, eu pagava R\$15,00 de ida e de volta. 15 e 15 era R\$30,00, não tinha como. E ela dava minha passagem. Eu saía daqui 5 horas da manhã, chegava lá na minha casa, no meu ponto 7h30min, que era do lado da minha casa, e chegava aqui oito da noite. Então eu chegava aqui morto de cansado. E eu tinha que ficar no mínimo dois dias na semana pra mim participar das aulas (Alan).

Cabe ressaltar que as práticas de trabalho relatadas aqui são aquelas reconhecidas e valorizadas socialmente. Mas antes disso, todos os interlocutores ocuparam postos de trabalho ilícito que, por algum momento, resultaram em fonte de renda para o acesso a bens de consumo ou até mesmo para a subsistência. Assim, com exceção do Gustavo, todos foram “envolvidos” com o tráfico de drogas. Entretanto, Gustavo também teve uma experiência de trabalho ilegal quando, com a chegada da filha e a necessidade de recursos financeiros para suprir as necessidades da família, ele atuou como motorista no transporte de cargas roubadas para ter uma renda extra.

Após o cumprimento das medidas socioeducativas os interlocutores tiveram diferentes e variadas experiências de trabalho, as quais neste estudo não darei conta de abordar. Ainda assim, enfocarei nos elementos que mais se destacaram em seus percursos. Todavia, irei me deter, em especial, na análise da trajetória laboral de dois egressos, Emanuel e Jeferson, em que o trabalho apareceu de modo mais expressivo para a ressignificação dos seus projetos de vida.

Emanuel, assim como outros interlocutores da pesquisa, pontuou as dificuldades enfrentadas para conseguir trabalho após o cumprimento da medida socioeducativa. Ainda que ele tivesse concluído a educação básica e realizado cursos de qualificação profissional, destaca que esses elementos não contribuíram para que encontrasse oportunidade, visto que “todo mundo tinha medo” dele. Fica evidente que sua trajetória infracional e sua passagem pelo Sistema Socioeducativo interferiram negativamente na sua inserção laboral:

Aí tava mais difícil pra mim porque quando eu saí da criminalidade, tive... como eu posso?... uma dificuldade muito grande, financeira, porque eu não tava mais ganhando dinheiro fácil. Eu tava ganhando dinheiro muito difícil. Eu passei um ano sem ganhar nem dez reais no bolso. Sem botar. E foi muito difícil pra mim. Pra mim sair dessa vida, porque também foi difícil a área financeira, não arranjava trabalho em nenhum canto. Não arranjava trabalho em nenhum canto. Eu tinha meus estudos tudim. Só que

eu não arranjava mais trabalho porque todo mundo tinha medo. Tinha medo do que eu era. Mas eu não era nenhum monstro. Não sou nenhum monstro. Sou uma pessoa normal. Foi muito difícil (Emanuel).

Nesse processo de busca de inserção profissional, Emanuel contou com a ajuda de um tio, que o convidou para trabalhar com ele, em seu laboratório de prótese dentária. Durante sete meses ele se dedicou a aprender uma profissão. Nesse período ele recebeu um valor simbólico do tio, visto que estava em fase de aprendizado. Após a conclusão dessa etapa, o tio ainda o ajudou a se inserir nos laboratórios que tinha contato:

Até que meu tio chegou lá em casa e disse: “Emanuel, vou te levar pra trabalhar comigo, só que tu vai passar um tempo aprendendo, aí depois, quando eu ver como tu vai tá desenvolvendo, eu vou começar a te pagar”. Aí eu: tá certo, bora. Aí fui. Passei, é... seis meses, não, sete meses eu acho fazendo um curso de prótese. Até que o cara lá, o dono do laboratório gostou, gostou do que eu tava fazendo, né, aí disse: olha, eu quero que você venha trabalhar com a gente. Aí eu fiquei muito alegre, né. Pois tá certo, eu venho. E começou a botar peça pra mim, a botar confiança em mim, né (Emanuel).

Quando, enfim, a primeira oportunidade laboral surgiu para Emanuel, esta foi marcada pelo preconceito, o estigma e a desconfiança do chefe, conforme ele relata abaixo:

No começo ele [chefe] tipo me discriminava, eu via no olhar. Ele me discriminava. Mas eu sabia que aquilo ali era só pra me deixar desanimado, né. É... eu chegava, aí tem as câmeras, né, aí ele botava as coisas assim só pra me testar. Botava o bolo de dinheiro na mesa, botava celular, botava um bocado de coisa assim. Aí eu: macho, eu não sou ladrão não. Eu cheguei pra ele uma vez e disse: olha, eu não sou ladrão, mah, pode confiar. Pode deixar a porta aberta, pode deixar de todo jeito aí, quando você voltar vai tá tudo do mesmo jeito. Pode botar a câmera, pode tirar a câmera, pode deixar de todo jeito, pode tirar uma foto do jeito que tá as coisas e volte que vai tá do mesmo jeito. Eu não sou ladrão. Falei desse jeito. Aí o cara gostou da minha atitude (Emanuel).

Como destacou Marinho (2013, p. 122), “a procura de emprego e oportunidades é marcada pela insegurança e pelas consequências esperadas da rotulação”. Dos egressos entrevistados por Evangelista (2008, p. 204), 91,30% estavam desempregados e ao serem questionados sobre o seu futuro apontaram o trabalho ou emprego como essenciais para o resgate da sua dignidade. Entretanto, o autor concluiu que “são mínimas as chances de esses jovens se tornarem sujeitos no exercício de sua cidadania, numa sociedade que lhes nega, obstinadamente, acesso aos seus direitos básicos”.

Brusius (2021) verificou em seu estudo que as relações de trabalho constituem fatores protetivos para o distanciamento dos jovens com a violência, pois, além das dimensões

material e econômica, a inserção laboral tem a possibilidade de promover também a dimensão afetiva, quando consegue ampliar a rede de sociabilidade do jovem. Isso corrobora com os dados obtidos na presente pesquisa, quando se observa, por exemplo, a trajetória de trabalho do Emanuel, quando ele destaca o vínculo com o chefe atual, a quem ele considera um amigo e uma importante referência nas suas perspectivas futuras:

Hoje a questão do meu trabalho me ajudou bastante, sabe? Porque como eu tô perto de doutor agora todo tempo, aí o meu regime, né, a minha doutrina tá mudando, entendeu? Não é mais daquele jeito de antes, todo tempo falando as gíria... Muda... Muda, porque é outra rotina, né? E aí eu acho que tem me ajudado bastante tá perto de pessoas que pensa alto, entendeu? Tem pensamento grande. E eu acho que é bom pra mim. É bom não, é ótimo pra mim (Emanuel).

Além dos laços afetivos, a convivência no ambiente de trabalho proporcionou a Emanuel a ampliação do seu campo de possibilidades, interferindo, inclusive, em suas características pessoais, como o modo de falar. Mas, principalmente, abriu os seus horizontes profissionais por ele estar convivendo com pessoas que “tem pensamento grande”, o que serve de estímulo para a sua própria ascensão social e profissional.

Oh, esse cara da Caucaia [chefe], por mês ele tira 14, 15 mil só lá dentro do laboratório, mas ele dá aula na faculdade. Entendeu? Ele ainda ganha o salário da faculdade porque ele é professor. Aí ele ganha bem. Ele começou a conversar comigo: “Emanuel, investe nisso aí”. De vez em quando eu tô lá no laboratório, quando não tem nada pra fazer, ele me deu um livro, um livro que ele dá aula: “Emanuel, se não tiver nada pra fazer pega aí, fica estudando”. Aí às vezes eu pego, se sento, vejo o nome dos dentes, o nome das coisas, entender tudo, pra que que serve (Emanuel).

Embora tenha recebido proposta para assinar a carteira de trabalho, Emanuel decidiu continuar atuando como autônomo e tem preferido ganhar por produção. No dia da segunda entrevista ele disse estar trabalhando em quatro laboratórios diferentes, sendo três em Fortaleza e um em uma cidade da RMF.

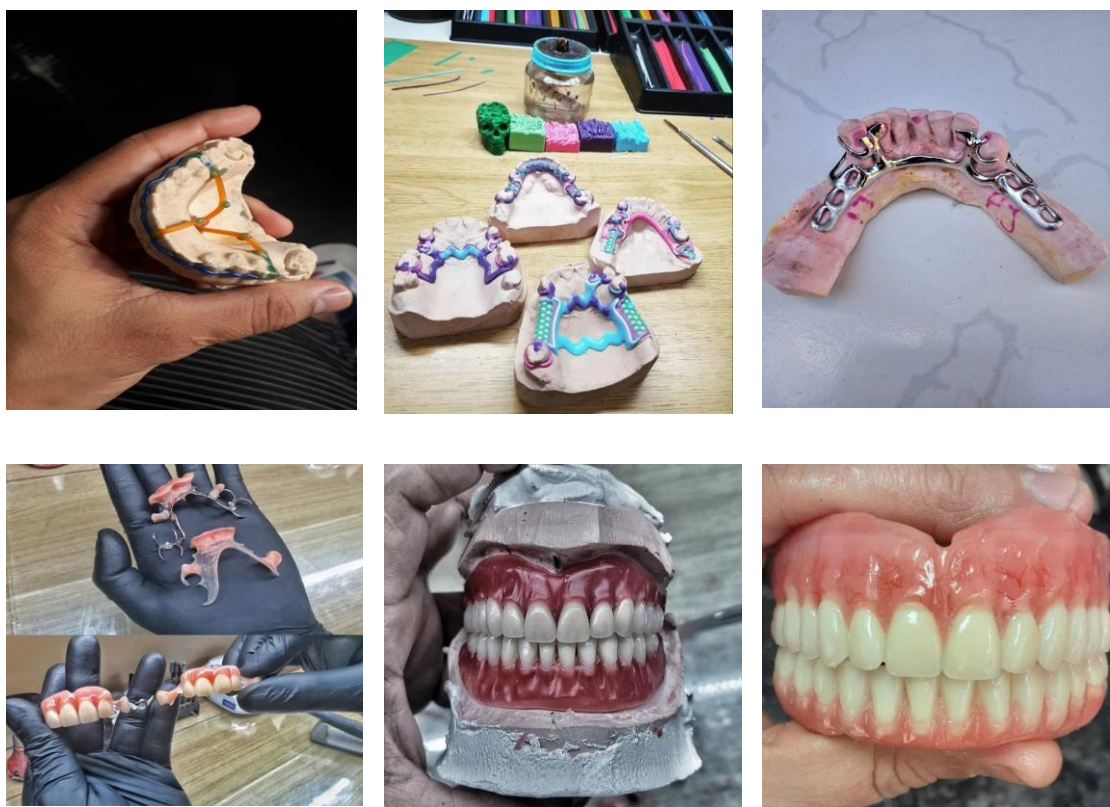
[...] Recebo por produção. Só que a produção não é baixa. É muito alta. Não é um trabalho que eu vou passar um mês e vou ganhar R\$600,00. Não. Não é. Vou receber mais que um salário.

Eu não tô mais ficando num lugar fixo. Porque eu percebi que essa profissão a gente não pode ficar num lugar fixo. Se eu ficar num lugar fixo é dor de cabeça. Tipo, eu tô num canto fixo, eu já testei já, por isso tô falando isso aqui. Tentei passar, assim, dois meses num canto só aí a pessoa pegava e dizia assim: “Emanuel, tal dia te pago, aí não pagava, entendeu?” Agora não, se eu for pra um canto eu ganho o dinheiro no dia, no mesmo dia eu ganho. Se eu fizer no outro dia eu ganho de novo. Não fica

acumulando com eles. Porque se acumular eu percebi que eles engana. Não sei porquê (Emanuel).

Nessa perspectiva, podemos perceber como o trabalho foi transformador na vida do Emanuel. Não obstante os desafios que ele enfrentou devido ao seu passado infracional, a sua disposição para o trabalho, aliadas ao suporte recebido pelo seu tio e sua capacidade de agência, possibilitaram uma trajetória laboral que pode ser considerada exitosa. Assim, uma vez que não conseguia se inserir no mercado de trabalho formal, ele aproveitou a oportunidade oferecida pelo tio, mais pela possibilidade de aprendizado do que pelo ganho financeiro, aprendeu uma profissão, se identificou com ela, buscou se aprimorar e se mantém no ramo até o momento, com atuação há quatro anos. Inclusive, ele sonha em cursar o ensino superior na área de odontologia. A seguir, algumas fotografias da sua atuação profissional:

Figura 8 - Processos de produção de uma prótese dentária



Fonte: Cortesia do entrevistado.

Assim como Emanuel, a trajetória de Jeferson também denota o árduo percurso que ele precisou enfrentar para construir a sua vida pelo trabalho e fora das práticas infracionais.

Começou assim, 2016, né, eu tinha acabado de sair da FEBEM, já tava morando aqui, saí em outubro, fiquei de maior em novembro, dia 07. Tirei meus documentos, né, pra trabalhar. Só que eu ainda tinha pegado as drogas e botado a galera pra vender, né. Aí em dezembro meu tio conseguiu uma entrevista pra mim de auxiliar de fotografia, a primeira. Auxiliar de fotografia. Aí fiz a entrevista lá, como eu falava muito na gíria, né, não passei. Beleza (Jeferson).

Logo em sua primeira entrevista, Jeferson percebe que características pessoais como trejeitos e modo de falar, que podem remeter ao mundo infracional, dificultam o acesso ao trabalho, pois divergem das regras e comportamentos esperados para esse ambiente. Tais práticas delimitam quem pode ou não ter direito ao trabalho.

[...] Aí passou o ano. Em janeiro meu tio conseguiu outra [entrevista]. Não, em janeiro eu fui tirar minha reservista, né, que eu sabia que ia precisar. Só que como eu tirei atrasada, era pra tirar antes de ficar de maior, tirei depois que eu fiquei de maior, eu só fui receber no meio do ano, né. Aí em janeiro eu fiz outra entrevista, pra instrutor de piscina. A segunda. Aí não passei. Beleza. Aí me chamaram a terceira vez, pra comin, que é auxiliar de garçom, né. Pra comin. Aí também não passei. Eu saindo aqui do RH aí meu tio me liga: “ei, Jeferson, vai ter uma aqui do almoxarifado. Pro almoxarifado, volta aí, volta aí, só tem tu”. Beleza. Só que esse almoxarifado era um nome que eu nunca tinha ouvido falar. Meu tio falou o nome, mas eu esqueci, né (risos). Quando eu cheguei lá pra entrevista, que eu entrei na sala, o gestor tava lá, na mesa: “boa tarde!” Eu: boa tarde, eu me chamo Jeferson. “Entrevista pra que, Jeferson?”. Eu acho que é salva vida (risos). “Não, tem alguma coisa errada aí, não tem nada pra salva vida aqui não”. Aí foi falar com a moça do RH, né (risos). “Não, Jeferson, é almoxarifado essa”. Aí eu: Ah, eu tinha esquecido o nome. Aí ele: “e você sabe o que é que um almoxarifado faz?”. Sei não, mas o que botar pra mim fazer eu faço. Aprendo. Aí já foi com um assunto que ele já veio falar comigo era que não ia me contratar, né (Jeferson).

Aí beleza. Aí já foi a 4ª. Aí eu: égua, macho, nunca dá certo. Aí me chamaram pra 5ª, comin. De novo comin. Aí tinha eu e outra pessoa na sala, né. Oh, vocês fazem a redação, pa-pa-pá, depois eu venho aqui pegar a redação. Beleza. [...] me aceitou, o chefe. Aí na hora de entregar os documentos eu não tinha a reservista. Aí não, não dá. Fui lá no Paulo Sarasate [Ginásio], que é onde fica acho que o general, o capitão, que é o cara que tem moral, né. Fui lá ver se ele conseguia adiantar minha reservista pra eu começar a trabalhar, contei minha história pra ele, que tava doido pra trabalhar, sair da vagabundagem. [...] Aí ele fez uma declaração, eu levei pra lá só que não aceitaram. Aí beleza (Jeferson).

Conforme discorrido por Jeferson, vários eram os impedimentos que dificultavam a sua inserção laboral, inclusive o fato de ele não ter os documentos necessários para a contratação. E mesmo ele se mostrando disposto a enfrentar os desafios como, por exemplo, quando ele tenta adiantar o processo de sua carteira reservista, recorrendo a autoridade máxima da instituição e conseguindo uma declaração, a burocracia se mostra intransigente, comprometendo a inserção dele no mundo do trabalho formal. Desse modo, sem ter como

resolver o problema, ele precisa recorrer a um estágio e ao trabalho informal enquanto espera o prazo para receber o documento:

Aí foi quando eu comecei a estudar e fazer o estágio lá do Detran. Aí fiz estágio lá, no meio do ano recebi a reservista e tava fazendo os *Freelancer* ali no pastel, né, todo sábado e domingo. Aí eu recebi a reservista e no outro dia meu tio já conseguiu a entrevista pra comin. Aí lá vai eu no meio do [Hotel]. Tava eu e outro cara, era como eu tava dizendo, né. A 5ª [entrevista] tinha sido pra comin, eu tinha passado, só que eu não tinha a reservista, não fiquei. A 6ª foi pra comin de novo. Eu e outro cara na entrevista. Eu não passei, quem passou foi o cara. Aí eu pirei, que o cara fez a redação em cima da minha, o cara passou e eu não passei (Jeferson).

Mediante os desafios que Jeferson enfrentou no processo de busca por um emprego, ele se mostrou resiliente e decidido a não voltar mais para as práticas infracionais.

Aí no outro dia já me ligaram de novo: “ei, Jeferson, vai ter uma entrevista aqui de salva vidas e tal, e tal, se você puder vim”. Então beleza. Eu já tinha dito pro meu tio: eu não vou não, oh, mah. Nunca passo, macho. Num vou mais não. Aí ele:” não, mah, vá, se não você vai queimar meu nome”. Beleza, eu vou, mas eu sei que eu não vou passar. [...] Aí nisso era só chamando: “alguém pra entrevista de serviços gerais? alguém pra entrevista de serviços gerais?” E ninguém, oh. Ninguém. Meu irmão, como eu tenho experiência de lavar a FEBEM eu vou fazer é essa, que essa eu vou me dar bem. O que importa é entrar. Depois que eu tiver lá dentro (Jeferson).

Depois de tantas tentativas que não davam em nada, Jeferson vê em uma vaga de serviços gerais a oportunidade de que precisava.

Aí eu: ei, Amanda, que é a moça do RH, tem como eu fazer essa de serviços gerais? Ela: “mas por quê?” Ah, aquela lá eu num vou passar não. Eu sei que eu não vou passar. “Não, mas tente”. Eu vou tentar pra que se eu sei que eu não vou passar? Eu sei que eu não vou passar, você mesmo sabe. “Mas você sabe quanto é que ganha, o horário?” O horário que for, o tanto que me pagar eu quero. Eu quero é trabalhar. Aí ela: “tá bom, vou falar aqui com o gestor, já a gente te chama”. Aí ele me chamou, né. Que foi esse meu atual chefe. Aí conversou comigo e tal. Eu disse que não tinha experiência, que era da quebrada. Tinha experiência com a FEBEM, né, contei pra ele, tava procurando mudar de vida, só que tava difícil, né, só que eu ia continuar insistindo. Não queria mais vida errada, queria ajudar minha mãe, não queria mais que ela passasse pelo que ela passou. Até que ele: “pá, é esse”. Só tinha eu, né (risos), não tinha concorrência. Aí passei. Aí pedi desligamento lá do estágio e tal, pronto. Aí comecei lá [no emprego] de serviços gerais (Jeferson).

É importante notar que Jeferson não esconde a sua história de vida no momento das entrevistas, inclusive ele a destaca como forma de encontrar apoio e empatia do empregador, ressaltando o seu anseio pela mudança de vida por meio do trabalho. O seu esforço deu frutos, ele consegue uma vaga de serviços gerais, mas percebe que tem possibilidade de galgar outras oportunidades dentro da empresa se demonstrar qualificação, esforço e interesse:

[...] 11 meses. Aí fui promovido pra auxiliar de bar. Aí dois anos de auxiliar de bar fui promovido pra *barman*. Eu fiquei como auxiliar lá, mas o que, via os cara fazendo as caipirinhas, os coquetel... eu admirava o trabalho da galera lá na piscina. O que eu queria era comin, auxiliar de garçom. Que meu chefe pediu pra eu treinar, carregar bandeja, ver como a galera monta a mesa. Ele já tava investindo em mim porque ele viu o meu interesse, né. Aí ele já ensinava botar a mesa, né, do restaurante. Garfo, faca, tal, jogo americano, bonitinho. O jeito de servir. O lado certo. O lado certo de tirar. Como servir um vinho. Todo o ritual, né, apresentar o rótulo, tal, tirar a rolha, dar pro cliente cheirar. Aí sempre que tinha os treinamentos lá pros garçons, pros comins, pros *barmen* o chefe me colocava, só pra eu ficar como ouvinte, pra mim ter uma base, ter noção de como funciona as coisas (Jeferson).

Vale destacar que, se antes Jeferson queria uma oportunidade para entrar na empresa, não importava em qual área, com o tempo ele percebeu que era possível conciliar o trabalho com uma profissão na qual ele se identificasse e tivesse a oportunidade de fazer o que gostava:

[...] auxiliar de *barman* foi dois anos. Aí no meu primeiro ano, aí eu: macho, eu não quero ser auxiliar de garçom não, oh, a minha área é o bar. Minha área é o bar. Já me identifiquei com o bar, tô fazendo o que eu gosto, meu lugar é lá. Comecei a me qualificar, fazer cursos na área de bar. Aí comecei a fazer os *Freelancer* (Jeferson).

Assim, o passo seguinte foi buscar qualificação e ele se mostra protagonista nesse processo, uma vez que ele busca, tanto qualificação profissional, por meio da realização de cursos e formações na área de bar, como experiências de trabalho fora do seu emprego fixo, em bares renomados da capital cearense.

Eu chegava lá falava com os *bartend* né, que é o chefe de bar: cara, eu tô começando na área agora, tenho muita vontade de conhecer mais, como a casa aqui é bem avançada na coquetelaria, e na mixologia, se eu puder trabalhar aqui uma noite, como auxiliar, o que o senhor me der tá bom, de dinheiro, porque o que eu quero é só a experiência mesmo. Aí se o senhor quiser me chamar mais vezes, se gostar, eu tô à disposição. Eu trabalho pela manhã, à noite eu tô livre. Aí o cara: “massa” (Jeferson).

Me ofereci só por conhecimento mesmo. Quando eu começava já me chamava pro outro final de semana, porque eu era sangue no olho pra trabalho. A minha experiência foi na FEBEM, né. A minha experiência de trabalho. Lavava o refeitório pra ganhar um prato de comida. Lavar uma ala, um bloco. Aí eu já vi que eu tinha sangue, eu tinha gás, né. Aí botei o gás todo no trabalho. Todo final de semana tinha canto pra eu trabalhar. Foi o tempo que eu ganhei mais dinheiro. Tinha mês que eu tirava R\$3.000,00, R\$4.000,00. Tinha evento que eles me chamavam pra fazer, 4h de evento, R\$250,00. Aí daí meu chefe ficou vendo lá, eu sempre postava, né. E meu chefe sempre me acompanhava. “Rapaz, esse Jeferson tá se aprofundando mesmo viu” (Jeferson).

Outra característica destacada por Jeferson é a sua disposição para o trabalho, ou como ele mesmo ressalta que “era sangue no olho pra trabalho”, capacidade esta que ele

descobriu quando estava no Centro de Internação e se disponibilizou para executar a limpeza do ambiente em troca de alimentação. Desse modo, ele trabalhava durante o dia no seu emprego inicial, e nas noites dos finais de semana ele realizava os serviços de *freelancer*, inicialmente por experiência, mas logo ele passa a ser reconhecido e remunerado conforme sua atuação.

Aí quando foi ver eu já tava fazendo evento de 4h ganhando R\$250,00. Não tava mais nem precisando passar a noite toda acordado. Meu irmão, a coisa aqui é boa, eu vou ser *barman* mesmo. Tô gostando da profissão, já me encontrei, é isso que eu quero. Aí terminei os estudos no ano passado, já visando uma promoção, aí graças a Deus deu certo (Jeferson).

Foi também por meio da busca por uma promoção no trabalho que Jeferson se sentiu motivado a retomar sua escolarização e concluir o ensino médio. Desse modo, ele se inseriu na EJA e conseguiu em tempo recorde concluir essa etapa ainda pendente em sua vida. O seu esforço foi recompensado com o cargo que ele tanto almejou e se esforçou para conquistar:

Agora eu sou *barman* mesmo oficial. Fui promovido em setembro [de 2019]. Aí setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, seis meses. Aí segunda-feira eu dei um treinamento de *barman* lá [na empresa]. Ora, arrebentei lá. Todos os chefes lá. [...] Todos os chefes lá e os *barmen* lá, e uns monitor. Dei o treinamento lá pra galera, menino, todo mundo me dando os parabéns lá. Pelo que eu entrei, pelo que eu cheguei hoje, né, e vou continuar subindo, né, se Deus quiser, num vou parar não. A humildade sempre, né, nunca esquecer de onde eu saí e assim vai indo (Jeferson).

Tendo em vista a trajetória de Jeferson, podemos observar uma série de dificuldades encontradas em seu percurso biográfico, mas também uma verdadeira agência do sujeito em enfrentar as situações e conseguir perpassar os desafios. Além disso, é possível destacar a sua descoberta, tanto em sua disposição pessoal para o trabalho, como também de que a experiência laboral pode significar algo para além de uma fonte de renda. Quando ele inicia seu processo de busca por uma oportunidade de emprego, ele não tem nenhuma profissão específica em mente, além da vontade de se inserir no mercado de trabalho. No entanto, uma vez que ele está inserido na empresa ele começa a perceber outras possibilidades e direciona o seu foco para uma escolha consciente que se relaciona, tanto com o rendimento financeiro, como com a sua identificação com a área.

Importante ressaltar ainda o papel do trabalho na vida de Jeferson para a construção de novos valores e aprendizados como a honestidade, a responsabilidade, a empatia e o amadurecimento:

Aí uma coisa assim que o trabalho me proporcionou a responsabilidade, uma visão mais madura das coisa, olhar assim pro próximo. Tudo foi o trabalho que me proporcionou. A honestidade. Antes eu não era honesto. Hoje eu sou. Eu me considero uma pessoa honesta. Graças ao Trabalho, às experiências que eu troco com os clientes. Porque lá nós trabalha de frente pro cliente, né, aí nós compartilha muita experiência, troca muita ideia. Vários empresários grande aí, galera de fora, dono de empresa, no sul, no Rio, em São Paulo. Aí tudo foi o trabalho que me proporcionou, né. Essa cabeça que eu tenho hoje, se não fosse. Meu chefe também me ajudou bastante (Jeferson).

Buscando abordar agora questões mais gerais sobre os entrevistados, vale destacar as dificuldades de trabalho que se intensificaram, sobretudo, no contexto da pandemia da Covid-19 e atingiram três dos interlocutores, o Rian, o Paulo e o Eduardo. Estes passaram parte desse período desempregados e precisaram atuar em “bicos” para alcançar alguma renda. Abaixo, segue o relato do Rian, que precisou se desfazer do seu empreendimento, uma estamperia, e investiu na compra de uma moto, passando a trabalhar como entregador:

Comprei a estamperia toda, equipei. Na verdade eu juntei um dinheiro, né... comprei a estamperia, mesa, tinta, comprei tudo e fui equipando ela, né. Comprei prensa, comprei as máquina que precisava. E trabalhava comigo eu e mais três. Mais três meninos. E tava indo bem. Tava... todo dia tinha produção, eu sempre conseguia trazer mais cliente, né. Só que qualquer coisinha você tem que ter um capital muito grande e no *lockdown* que parou tudo, fechou tudo, aí eu segurei ainda por duas semanas, na terceira eu disse pros meninos que não dava mais certo, que eu ia parar, que o negócio era difícil e tal. Aí eu passei quatro meses com a estamperia parada... foi quando eu decidi vender a estamperia e comprar uma moto, tirar uma mota pra ir trabalhar de entrega porque se não... (Rian).

Ainda que Paulo tenha ficado desempregado durante o contexto pandêmico, em sua narrativa ele destacou com orgulho sua trajetória profissional, a qual considera bem sucedida, tendo em vista suas várias experiências com o trabalho formal, sobretudo por ele reconhecer que o passado infracional ou criminal de alguém pode ser definitivo para a inserção profissional, como pode ser observado em suas narrativas:

Hoje eu tenho várias profissões, né, hoje eu tenho uma profissão de pedreiro, já trabalhei de carteira assinada; já trabalhei de técnico de informática, de internet, instalador de internet (Paulo).

Eu acho legal porque tipo assim, um rapaz que nem eu que vim assim do mundo errado e consegui, assim, o tanto de assinatura de carteira que eu consegui. Eu conheço muitas pessoas que sai do mundo e nunca consegue, por causa do seu passado, né... aí é uma coisa que eu agradeço a Deus, porque tive várias oportunidades de trabalho de carteira assinada e sempre Deus abre portas, né, pra mim... (Paulo).

Sua colocação sinaliza a discriminação e o preconceito sofrido pelos egressos, tanto do Sistema Socioeducativo quanto prisional, e sua dificuldade de inclusão social e laboral. Uma vez que o trabalho e a renda são essenciais para a subsistência e para vislumbrar novas perspectivas de vida, não é possível, portanto, pensar uma ressocialização efetiva sem que a inserção social esteja conectada também a uma inserção no mercado de trabalho, pois, além do trabalho constituir um importante fator de proteção, “trata-se de uma forma de garantir o sustento, trazendo a possibilidade de crescimento associada a novos projetos e à satisfação pessoal. Assim, o trabalho redimensiona e ressignifica simbolicamente o lugar ocupado pelo jovem no espaço público” (BRUSIUS, 2021, p. 198).

Nessa perspectiva, os interlocutores da pesquisa, embora enfrentando dificuldades em alguns momentos, têm conseguido acessar o mercado de trabalho e garantir a subsistência de si e, na maioria das vezes, também de suas famílias com maior ou menor êxito. Abaixo apresento tabela com a descrição das ocupações e dos vínculos empregatícios dos sujeitos pesquisados:

Tabela 17 - Ocupação dos egressos pesquisados

EGRESSOS	OCUPAÇÃO	VÍNCULO EMPREGATÍCIO
Rian	Operador de tratamento	Com carteira assinada (contrato temporário)
Rosa	Assistente Social	Sem carteira assinada
Eduardo	Auxiliar de eletricista	Com carteira assinada
Alan	Autônomo no próprio negócio	Sem carteira assinada
Gustavo	Autônomo no próprio negócio em parceria com um amigo	Sem carteira assinada
Jeferson	<i>Barman</i>	Com carteira assinada
Emanuel	Técnico em Prótese Dentária	Sem carteira assinada
Paulo	Técnico de Instalação de Redes	Com carteira assinada

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas narrativas, questionário e conversas informais com os pesquisados.

Os dados apresentados são referentes às últimas atualizações feitas a mim pelos egressos. Com exceção do Alan e do Gustavo, com os quais perdi contato, sobre os demais é possível inferir que, até o término da escrita desta Tese, todos estavam inseridos no mercado de trabalho, seja formal ou informal, e destes, quatro estavam com carteira de trabalho assinada.

Vale ainda ressaltar que, no caso do Emanuel, o vínculo de trabalho informal foi opcional e, em relação à Rosa, embora sem carteira assinada, sua atuação profissional também pode ser considerada exitosa, tendo em vista ela conseguir conciliar dois empregos e uma renda mensal entre dois e três salários mínimos.

Diante do supracitado, fica evidente o quanto o trabalho e as experiências vivenciadas nos ambientes laborais podem favorecer a ampliação do campo de possibilidades dos sujeitos, proporcionando a aquisição de disposições valorizadas tanto no âmbito social quanto profissional e que contribuem no processo de ressignificação das suas trajetórias e projetos de vida.

5.1.6 Igreja

Outro importante espaço de socialização apontado pelos jovens no processo de ressignificação das suas trajetórias foi a igreja, especificamente a evangélica. Desse modo, para seis dos jovens entrevistados, Rian, Rosa, Alan, Paulo, Eduardo e Emanuel, a igreja exerceu um papel de destaque na reestruturação de suas vidas, mesmo que de forma particular para cada um. Além da igreja, enquanto instituição, estes destacaram também o Evangelho, sobretudo mediante a leitura da Bíblia e o fortalecimento da fé como elementos importantes em seus processos de mudanças.

[...] então eu não tenho nenhuma possibilidade de avaliar essa mudança na minha vida sem a interferência do Evangelho, sem a interferência das pessoas que eu considero enviadas por Deus (Rosa).

E o que me levou a sair dessa vida total foi a Bíblia, como eu tava dizendo, né, porque eu comecei a ler e teve umas partes, assim, e aquilo tocou meu coração. Tocou, assim, aí eu: isso é verdade. Toda vida que eu lia é como se eu tivesse vivendo aquilo. Como se eu tivesse vendo aquilo acontecendo (Emanuel).

E graças a Deus vai fazer 7 anos que eu tô limpo, que eu nunca mais usei drogas. Hoje faço parte de uma igreja, né, que é a Igreja Assembleia de Deus [...]. Já participei de outras e graças a Deus hoje eu posso dizer que hoje eu sou liberto, hoje eu tenho uma família, hoje eu casei, né, tenho minha esposa, tenho meu trabalho, tenho a minha vida que Deus me proporcionou (Paulo).

Para Emanuel, Jeferson e Gustavo, a relação com a igreja começou logo na infância, quando frequentavam os cultos na companhia dos pais ou dos avós. Porém, nem sempre essa frequência era por interesse próprio, como no caso do Gustavo, que afirmou ir à igreja nessa época apenas por obrigação. Já o Eduardo, afirmou ter “aceitado Jesus” aos dez anos, quando

começou a frequentar a igreja na companhia do amigo de infância, permanecendo até aos doze ou treze anos quando começou a se inserir nas práticas infracionais.

Rosa se aproximou do Evangelho durante o cumprimento da medida socioeducativa, quando começou a ler a Bíblia na internação, tendo em vista que ela gostava muito de ler e era o único livro aceito no dormitório. Na Semiliberdade começou a frequentar a igreja aos finais de semana e passou a receber visitas de pessoas da igreja, que visitavam os Centros fazendo pregações. Uma destas se tornou grande referência em sua vida. Mesmo depois de sua saída da instituição, ela afirma ter continuado lendo o livro sagrado:

A leitura da Bíblia surge como fator importante não apenas para Rosa, mas também para Rian, Emanuel, Alan, Paulo e Eduardo. Abaixo, Emanuel relata como se identificou com a Bíblia e como ela impulsionou sua mudança:

Tu sabe que a área religiosa ajuda bastante a pessoa que tá no mundão errado, né? Porque você começa a... não todos, mas aquele que medita na Bíblia, que todo dia tem a rotina de ler e aprender ela vai ver que é uma coisa real. Entendeu? É algo real. Um negócio sério mesmo, entendeu? E a partir do momento que eu vi que aquilo ali era real, que realmente existe mesmo aí eu: não, tenho que mudar isso aqui, meu jeito tá errado. E aí comecei a mudar (Emanuel).

Comecei a ler na Semi. [...] A minha Bíblia a minha mãe me deu em 2012, só que eu nunca tinha abrido ela. Sei que ela ficou lá guardada. Aí quando eu tava na Semi ela pegou e levou. Aí quando era à noite eu pegava e abria. Ainda passou alguns tempos parada lá na Semi, só que depois eu peguei um caderninho, o lápis, que não tinha caneta... não podia ter nem lápis, entendeu? [...] Às vezes eu pegava um lápis só pra eu ficar anotando alguma coisa (Emanuel).

Aí comecei a ler a Bíblia total mesmo, assim, pegar uma história e ler a história todinha, depois passar pra outra. E o que me ajudou mesmo, como eu tava falando no começo, o que me ajudou a sair dessa vida foi a Bíblia... porque eu não tenho palavras pra falar. É a palavra de Deus mesmo. É tipo Ele falando contigo. Porque toda vez que... eu ficava pensando as coisas na minha cabeça aí ia ler a Bíblia, as coisas que eu tava pensando vinha a resposta. Aí eu: mermão, tá falando a minha vida. Aí eu comecei a acreditar mais. Passei a acreditar mais. É uma coisa muito real. Eu acredito que Deus criou o mundo, o céu e a terra, criou o homem, acredito totalmente. Acredito que Ele livrará o homem de todos os males, eu acredito, porque cada livramento que eu já passei, eu não tenho nenhuma marca de bala, não tenho nenhuma marca de facada. Nenhuma marca, nenhuma cicatriz, não tenho. E tanto livramento que eu já tive. Cara, é pra eu acreditar em Deus e nunca mais parar de acreditar em Deus, porque foi Ele que me salvou. Ele que me tirou dessa vida. Ele que me tirou da lama. Quando não tinha ninguém Ele chegou lá: “olha, filho, vem aqui, vem cá, se levanta, deixa eu te ajudar”. Me limpou, né, sarou todas as minhas mágoas, pensamentos, porque a Bíblia diz que quando você aceita Jesus tudo que era velho morreu e eis que uma nova criatura vai surgir. Tudo que era velho vai ser apagado, lançado no mar do esquecimento e aquelas palavras da Bíblia me renovava, me dava mais confiança. Eu dizia assim: não, eu acredito em Deus. Eu acredito em Deus. Ele vai me livrar. Ele me tirou daquela Semi no dia da minha sentença, eu acredito que Ele me livrou no atentado em frente ao meu trabalho. Cara, eu acredito, porque tanto livramento. Ele me livrou dentro de um carro que foi peneirado total e eu não levei nenhum tiro. Foi tipo assim, não tem como parar de acreditar em Deus (Emanuel).

Para Rian, a igreja ou a religião não fez parte de sua realidade nem antes nem durante o cumprimento das medidas. Foi somente depois de todas as suas vivências no Sistema Socioeducativo e de refletir sobre tudo o que vinha acontecendo em sua vida, que ele conheceu a igreja, a partir do convite de sua esposa na época. Assim, ele começou a frequentar o templo, decidiu “aceitar Jesus” e se desfazer das drogas que tinha em casa. Viu nos jovens da igreja bons exemplos e encontrou outras formas de socialização:

Tipo, eu já tava começando a ver um exemplo bom, de como aquele jovem era feliz e tal, sem ter precisado usar droga, sem precisar ir pras festas que só tinha coisas que a sociedade reprova né. Aí eu comecei a ver lá e tal, ir pra igreja, gostei do dia, quando foi uns dias se passando uns jovens se aproximaram de mim lá na igreja, começaram a me convidar pras coisas da igreja, que era a célula, e eu, tava com muita droga lá em casa, muita droga mesmo, aí eu disse assim pra Vitória: É, ei, quer saber, eu vou entregar, vou é pra igreja. [...] Eu acho que eu vou aceitar Jesus e vou sair dessa vida. Eu mesmo eu tive aquela consciência, entendeu? (Rian).

O que é perceptível na fala de Rian é que a igreja surge no momento em que ele enfrenta dificuldades para reconstruir sua vida de forma honesta, fora das práticas delitivas, pois não tem suporte suficiente de familiares (a não ser da esposa), amigos ou instituições. Essas ausências foram, portanto, um incentivo para a sua inserção na igreja e a sua experiência nesse ambiente traz para ele as referências para uma vida diferente da que ele tinha vivenciado até então e que ele começa a vislumbrar.

As novas referências trazem também outras perspectivas sobre questões como felicidade, diversão e bem-estar. A ida a festas ou o consumo de drogas como prática para sentir-se bem ou feliz passa a ser substituído por outras disposições, sobretudo relacionadas ao convívio social com o grupo de jovens da igreja. Uma vez suscitadas essas novas disposições, ele atribui a si mesmo uma outra consciência com relação a venda de drogas e conseqüentemente a decisão de uma mudança de vida na qual os atos ilícitos não seriam mais o foco.

Para Paulo, o momento de retomada à igreja se dá aos 22 anos quando ele está no presídio, uma vez que tinha sido apreendido novamente, já maior de idade. A chegada da filha e a vivência no cárcere lhe fizeram refletir sobre a vida e ele decidiu fazer votos com Deus para que ele tivesse uma nova oportunidade de fazer diferente e dar bom exemplo para a filha.

Eu acho que eu já tava com uns 22 anos, eu fui preso de novo, e já agora foi no presídio [...]. E ali eu tinha a minha ex-mulher, ela tava esperando um filho meu, uma filha e eu fui e falei com Deus, se Ele me desse mais uma oportunidade de sair dali, dessa vida, eu ia abraçar com unhas e dentes, né, ia dar o meu melhor pra eu conseguir, pra

eu ver minha filha crescer, para mim poder dar um exemplo a ela, porque o que mais me fez eu... e me faz e me fez ficar firme é porque eu pensei quando a minha filha crescesse, se ela tivesse fazendo a mesma coisa que eu fazia, eu ficava imaginando, né, que eu dizia: menina, para com isso, e ela dizia: “pai, o senhor também num faz?”. Qual é o exemplo que eu ia ter, né, de vida, para passar pros meus filhos? Aí foi aonde eu criei força, pedi força a Deus e lá dentro mesmo eu fiz um voto com Deus, que se Ele me tirasse de lá o resto da minha vida eu ia servir a Ele. E para a honra e glória do Senhor eu se soltei desde esse dia que eu falei com Deus. No outro dia eu me soltei (Paulo).

Eu escutei a voz de Deus dentro do meu coração, entendeu? Falando assim: “se tu fizer um voto comigo eu te tiro daí”. Eu escutei a voz de Deus. Deus, se tu me tirar daqui vou te servir o resto da minha vida. Aí ele pegou, no outro dia eu saí. Aí eu vi que era Deus mesmo, né, falando comigo. Aí desde então, graças a Deus eu comecei... tenho se esforçado todo dia, né, pra fazer (Paulo).

Assim como Paulo, Emanuel também relata ter feito um voto com Deus, no caso dele, quando cumpria medida de semiliberdade:

Aí eu fiz um voto com Deus, quando eu tava com quatro meses lá [Semiliberdade]. Eu falei: senhor, se tu me tirar daqui antes da minha sentença, eu tenho certeza, senhor, eu faço de tudo pra mim nunca mais fazer nada de errado (Emanuel).

Nessas falas vemos um exemplo da associação entre a vontade de sair do sistema e a fé em Deus como forma de alcançar esse objetivo. Para ambos, a mudança das suas vidas e o abandono das práticas infracionais foi a condição imposta por eles para que, por intermédio de Deus, conquistassem a liberdade novamente.

Eduardo, quando questionado sobre como ele via o papel da igreja na mudança em sua vida afirma que:

Ela é radical. Eu posso dizer assim como se fosse uma transformação radical, entendeu? A forma de vida que eu vivia pra forma de vida que eu vivo agora. Um exemplo: antigamente o meu ponto de vista era um, até porque a minha forma de viver era outra diferente dessa de agora. Entendeu? Então a minha forma de pensar e a minha linha de raciocínio ela é completamente diferenciada, ou seja, se antigamente eu caminhava disposto a praticar o mal, hoje já não. Hoje como eu falei, como eu sou responsável pela missão da igreja, hoje o meu estilo de vida é o que? É ajudar a outros. Entendeu? É fazer aquilo... como eu falei que a Mártir Francisca ela é um ambiente de pessoas que depositam a confiança, que acreditam na mudança dos adolescentes. Então meu ponto de vista é olhar pra uma pessoa, seja ela o que for, mas hoje pra qualquer pessoa que eu olhar eu vou ver que aquela pessoa também tem a possibilidade de mudar, assim ela queira (Eduardo).

Não a igreja em si, mas um exemplo, como eu falei, o meu hábito de leitura, então do jeito que eu leio o livro, eu leio muito a Bíblia. Entendeu? Então a Bíblia toda vida que eu vou lendo ela vai me confrontando a ter um estilo de vida diferenciado. Então eu vou no culto, escuto uma pregação, uma pessoa pregando, alguém explicando a Bíblia e a explicação que aquela pessoa tá pregando ela vai gerar em mim uma transformação, assim eu deixe. Porque também não significa que eu vá ter uma vida

transformada. Entendeu? Porque depende muito de nós. Você se permitir... as pessoas se questionam sobre a Bíblia. Ah, a Bíblia foi escrita por homens. Verdade, mas pra ela ser escrita por homens e ter chegado até lá tem toda uma história por trás disso, né? Tá entendendo? (Eduardo).

Conforme demonstrado nas falas acima, para Eduardo o papel transformador que a Bíblia efetuou em sua vida foi o de promover as reflexões necessárias para que ele repensasse o seu estilo de vida. É como se cada pregação realizada na igreja o levasse a refletir sobre os seus hábitos condizerem ou não com o que está escrito na Bíblia e com os seus antigos hábitos de quando estava inserido nas práticas infracionais. Como expressado por Eduardo, a leitura se tornou um hábito importante de sua vida, fonte de prazer e aprendizado. Com isso, investe frequentemente na compra de livros, sobretudo evangélicos, que reforçam seu conhecimento sobre a Bíblia e reverberam em seu novo estilo de vida.

Figura 9 - Parte da coleção de livros evangélicos do Eduardo



Fonte: Cortesia do entrevistado.

Entretanto, Eduardo destaca o seu papel pessoal na decisão de colocar em prática, ou não, a transformação demandada pela Bíblia e pelas pregações, uma vez que, para ele, apenas ouvir ou ler a Palavra divina não é suficiente, caso ele não esteja disposto a se permitir ter uma vida transformada. Também ressalta a importância de ser responsável pela missão da igreja como prática para o fortalecimento do seu novo estilo de vida, a partir da necessidade requerida por esta função que exige: fazer o bem, ajudar e acreditar nas pessoas. Tais habilidades, inclusive, culminam com aquelas estimuladas e aprendidas no Centro Socioeducativo Mártir Francisca, enquanto esteve cumprindo medida de semiliberdade.

Assumir uma função de liderança na igreja também foi algo apontado pelos jovens egressos como importante na busca por um novo caminho em suas vidas. É o caso de Paulo e

Eduardo, que se tornaram líderes de missões e participam ativamente da igreja até hoje. Ambos tiveram a igreja como principal instância socializadora em seus processos de ressignificação.

Eu tento ajudar outras pessoas, né, pra sair de onde eu saí e graças a Deus eu tenho feito esse trabalho e tenho resgatado vários jovens, graças o meu testemunho de vida, né. Muitos jovens, muitos, muitos, muitos jovens eu tenho ganhado pra Jesus e muitos jovens, assim como eu, tá saindo da criminalidade com esse trabalho que eu faço ali, um trabalho de evangelismo, um trabalho que muitas vezes eu, na minha igreja eu sou líder de missões e a minha missão é essa: resgatar pessoas e tirar pessoas da onde eu saí (Paulo).

Eu sou o responsável pelas missões. Culto de Missões, né. Era eu e outra pessoa, só que a outra saiu de congregação, mudou de bairro, aí eu fiquei responsável pela Missão e tem uma segunda pessoa também. Aí no caso essas atividades, tem os dias que é de culto, que é o primeiro domingo do mês, aonde nós trabalha o quilo de alimento, que é pra poder doar pra pessoas, sendo ela cristã ou não, que tá passando por necessidade, entendeu? Tanto o alimento como também a oferta que é tirada nesse culto de missão ele é doado. Às vezes a pessoa que ganha a cesta, ela ganha o valor que foi arrecadado nesse culto. Ou então se a gente ver que duas pessoas tá passando necessidade, a gente tenta fazer que a cesta dê pras duas, aí dependendo da necessidade, a que tiver a necessidade maior ela vai receber a cesta e o dinheiro. Entendeu? (Eduardo).

Para Paulo, além da transformação da sua vida pessoal, a inserção na igreja também possibilitou a ele contribuir para a transformação da vida de outras pessoas, sobretudo jovens e até os seus amigos que também passaram por experiências semelhantes as que ele passou. E essa atuação, além de satisfação pessoal, traz o reconhecimento da sua comunidade como um exemplo positivo de demonstração de mudança. Antes era evitado, hoje convidado a entrar nas casas.

Tenho aqui minha casa, tenho meu trabalho, tenho hoje um nome, né, conhecido na igreja, como missionário, vou fazer essa missão de resgatar outros jovens. Hoje eu passo no meio da rua e pessoas me vê como um exemplo, como um exemplo de vida. Até mães, né, que quando eu chegava na casa de amigos, trancava a porta pra mim, hoje me convida para mim ir na casa deles para chamar os seus filhos para a igreja. E muitos amigos meu também hoje eu resgatei em nome de Deus, né, pra igreja. E hoje eu conheço muitos jovens que passou o que eu passei e hoje também estão regenerados, estão limpo, né, e isso só quem pode fazer por nós é Deus, é Jesus, né, nos dar força pra seguir em frente (Paulo).

Paulo, em seu relato comovente, ressalta o poder de resgate proporcionado pela adesão à igreja e o apego a Cristo, uma vez que ele afirma que nunca havia conseguido sozinho deixar a vida infracional e do crime, assim como o uso de drogas. Na igreja ele encontra todo o amor e motivação que precisava para preencher o vazio que consumia sua vida:

Eu tentei e nunca consegui sozinho. Foi quando eu me peguei a Cristo. Eu disse: senhor, me ajuda porque eu não consigo só. Eu tive uma força maior que é Deus e junto com a igreja, né, que a igreja significa o cristianismo, significa Cristo, né, fazer o que Cristo fez. Amar ao próximo como a si mesmo e a Deus sobre todas as coisas. E foi onde eu encontrei o que faltava dentro de mim. Eu era um jovem muito vazio. Que minha mãe ficou louca quando eu era criança. Mataram meu pai. Eu era um jovem muito vazio. Não tinha o amor e esse amor eu encontrei na igreja. Eu encontrei em Jesus, né, esse amor que eu não tive. Eu encontrei o amor em Jesus quando eu descobri que teve uma pessoa que entregou a vida dele por mim, né, que foi Jesus Cristo, que morreu na cruz. E ali eu vi que tem uma pessoa que ama a gente de verdade. Mesmo que todos te abandonem, sempre ele vai tá do teu lado. Ainda que teu pai e tua mãe te abandone Deus não te abandonará. E foi quando eu preenchi o que tinha de vazio dentro de mim. Porque as pessoas que procuram a droga, a curtição é porque elas têm um vazio dentro de si que elas tentam preencher. Droga, prostituição, tudo de errado. O vazio só quem pode preencher é Deus, é Jesus. E foi na igreja que eu encontrei tudo isso. Tudo aquilo que faltava dentro de mim eu encontrei dentro da igreja. Encontrei dentro da Bíblia. Graças a Deus a força que eu precisava e a motivação hoje eu aprendi através da igreja, através de Jesus e através da sua palavra. Hoje eu tenho a motivação que eu preciso (Paulo).

Para Emanuel, mesmo tendo ingressado na igreja, deixar as antigas práticas, sobretudo o tráfico de drogas, não foi fácil. Ele queria sair, mas por outro lado sentia medo, desconfiança, insegurança e via a necessidade de andar armado, o que o fez ter várias recaídas:

Aí ia pra igreja. Com a pistola na cintura (risos). Aí ia pra igreja e se reconciliava. Quando eu saía de lá aí eu ia pra rua vender droga. Aí eu começava a chorar de noite, que eu tava fazendo aquilo. Meu Deus, eu quero sair dessa, quero sair dessa. Aí eu ia pra igreja de novo. Me reconciliava de novo. Quando saía ia vender droga de novo. E foi uma caminhada muito difícil. Não foi fácil. Não foi fácil sair dessa vida. Não foi. Até hoje é difícil pra mim porque às vezes eu tô trabalhando aqui, boto o fone de ouvido fico escutando louvor, aí quando dou fé, aparece umas coisas na minha cabeça. Tipo, sei lá, né legal não. É... uns pensamentos muito ruins. E eu fico naquele negócio, não quero pensar nisso, não quero pensar nisso, meu Deus me ajuda. Me ajuda a não pensar nisso. Eu quero sair dessa (Emanuel).

A religião evangélica também aparece como importante meio de obter privilégio e consideração no Centro de internação, para o Alan, e como meio “legítimo” de sair da “facção criminosa”, para o Emanuel, como pode ser observado em seus relatos:

[...] E nunca tinha acontecido isso. Não, eu passei cinco meses e tantos dias. Nunca ninguém que cometeu um latrocínio e sai com cinco meses. Nunca na história. Mas, tudo isso foi por causa do meu comportamento, principalmente. Pela fé que eu tinha. Pelo apego que eu tinha com Deus. E a fé. Eu tinha... usava muito... eu era muito forte, nesse ponto, de chegar aqui e saber que eu consigo, pois Deus está comigo. Saber que todos os meus pontos que eu vivi ali dentro Deus estava comigo (Alan).

Ganhei minha liberdade. Saí totalmente. Fui pra casa. Aí fui pra igreja, aceitei Jesus. Quando eu aceitei Jesus eu cheguei pro meu padrinho e falei assim: olha, eu vou entregar minha camisa [da facção] porque eu tô indo pra igreja e vou estudar e vou trabalhar. Não quero mais essa vida. Falei assim. Na hora eu senti um pouco de medo,

sabe, de falar isso, só que depois eu deixei rolar. Que que vai acontecer? É deixar rolar. Aí ele falou: “Tá certo. Mas num saia mais não da presença de Deus, porque se você sair quem vai lhe matar sou eu”. Aí eu disse: Não, se eu sair quem vai me matar sou eu. Aí eu brinquei com ele, né. Hoje ele num fala mais comigo não, graças a Deus. É... fui pra igreja (Emanuel).

Nessa perspectiva, Paiva e Freitas (2015) abordam o papel desempenhado pela igreja na mudança do *status quo* de um ex-infrator em uma comunidade periférica de Fortaleza. Os autores relatam o caso de um homem de 68 anos, casado, pai de três filhos e comerciante, que revelou ter assassinado uma pessoa e por conta do crime permaneceu preso por 10 anos. Depois de enfrentar resistência, medo e desconfiança por parte dos moradores, o homem, quando entrevistado, expressou que é reconhecido como uma pessoa de bem pela comunidade. Para ele, esse reconhecimento foi fruto da sua inserção em uma igreja evangélica. Para os autores, as igrejas possuem um poder muito significativo tanto em proporcionar conversão às pessoas, como também na garantia de uma mudança efetiva no *status* social destas. Conforme destacam:

Nenhuma instituição consagrada pelo Estado democrático de direito brasileiro tem poder semelhante. [...] Cumprir a pena na cadeia e sair ‘recuperado’ não é suficiente para que a imagem de um bandido mude na comunidade onde vive. Egressos do sistema prisional, em geral, são bandidos, conforme observamos nas falas analisadas. Nos bairros pesquisados, a única possibilidade de um bandido se tornar cidadão é por meio da sua conversão, sobretudo, em uma igreja evangélica cuja dinâmica do rito de passagem institucional envolve ‘aceitar Jesus na sua vida’ (PAIVA; FREITAS, 2015, p. 124).

Assim, conforme supracitado, a igreja aparece como importante instituição para a ressignificação das trajetórias de vida dos entrevistados, tendo sido relevante tanto do ponto de vista do suporte espiritual, quanto do afetivo. Foi perceptível para vários sujeitos que a igreja alargou seus campos de possibilidades, uma vez que ampliou seus círculos sociais, promovendo sociabilidades distintas daquelas vivenciadas em suas antigas práticas infracionais, que contribuíram para a aquisição de novos interesses, hábitos, disposições e perspectivas. Além disso, é muito marcante nos relatos o quanto a leitura da Bíblia foi transformadora na vida dos egressos como um instrumento para repensarem suas práticas e promover mudança. Por meio da leitura bíblica eles se reconheceram novas pessoas, mediante o perdão de Deus, e adquiriram um novo *status* social que lhes conferiu um novo espaço na sociedade.

5.2 OS PROJETOS DE VIDA DOS EGRESSOS E SUAS MODIFICAÇÕES A PARTIR DOS CAMPOS DE POSSIBILIDADES

J: O que o Lázaro sentado no centro dessa roda diria para o Lázaro que foi jovem?

L: Rapaz, eu vou dizer uma coisa bem lúdica, mas eu diria: sonhe! Parece uma coisa simples, mas não é. Eu, durante muito tempo da minha vida, eu não sabia que eu podia sonhar. Eu não sabia que tinha uma perspectiva pra além da ilha. Eu não sabia que... eu comecei a fazer teatro, eu nunca tinha visto uma peça de teatro, Edu. Eu comecei a fazer aquilo, eu pisei no palco a primeira vez e eu senti aquilo uma coisa tão poderosa e eu queria tanto aquilo, mas não sabia como seguir. Eu não tinha essa referência. Eu não sabia que eu podia ter objetivos. E eu falo isso com pesar, porque eu sei que ainda hoje vários jovens não se sabem possíveis. Não sabem que podem sonhar, que podem ter uma perspectiva pra além daquilo que eles vivenciam dentro da sua casa ou do seu bairro. E aí a gente vai perdendo a nossa juventude pra... várias coisas que não são lugares para a juventude estar presente. Eu fui esse jovem. Então o estímulo ao sonho e agora, talvez, o estímulo à utopia [...] é a meta, né. É isso⁶⁴.

O relato de Lázaro Ramos, embora se refira a uma trajetória individual, retrata uma estrutura social que atinge milhares de jovens no Brasil. Assim como ele, muitos outros jovens vivem sem saber que podem sonhar⁶⁵ e, conseqüentemente, sem conseguir construir um projeto de vida. Negados da sua condição de cidadãos, esses sujeitos enfrentam uma série de vulnerabilidades e negações de direitos ao longo de seus percursos biográficos. Além disso, vivem, muitas vezes, em contextos precarizados, violentos, racistas, em que o campo de possibilidades se encontra extremamente reduzido. Essa realidade atinge, sobretudo, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas.

E não por acaso é também esse público que se destaca nos percentuais de encarceramento, tanto no Sistema Prisional quanto no Sistema Socioeducativo, conforme apontado por Borges (2019, p. 19-21):

64% da população prisional é negra [...]. Em outras palavras, dois em cada três presos no Brasil são negros. Se cruzarmos o dado geracional, essa distorção é ainda maior: 55% da população prisional é composta por jovens [...]. Entre as mulheres encarceradas, 50% têm entre 18 e 29 anos e 67% são negras, ou seja, duas em cada três mulheres são negras. Há, portanto, um alarmante dado que aponta para a juventude negra como foco de ação genocida do Estado brasileiro. Os dados de jovens mulheres sob medidas socioeducativas também vêm crescendo. A estrutura das casas segue a lógica prisional, a maioria das internas tem 15 e 17 anos, sendo 68% negras.

⁶⁴ Lázaro Ramos em entrevista ao Programa Roda Viva, no dia 11/04/2022. Lázaro Ramos é ator, diretor, dublador e escritor de literatura infantil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oca5C6bwXOY>>. Acesso em: 13 abr. 2022

⁶⁵ Importante explicar que não me proponho a abordar os sonhos enquanto categoria teórica, mas sim como uma provocação para fomentar a discussão sobre os projetos de vida.

Esse cenário evidencia a seletividade do Sistema de Justiça Criminal e Juvenil no Brasil. No caso do Sistema Socioeducativo observamos que ele “não é universal, ele atinge segmentos particulares da população juvenil considerada problemática ou indesejável” (MALVASI, 2012, p. 163).

[...] evidenciamos que os sujeitos que cumprem medida socioeducativa não se distribuem entre diferentes grupos socioeconômicos e étnicos. Eles compartilham determinadas características que os colocam em uma posição de desigualdade em relação a outros grupos, sendo que as marcas de classe, gênero, raça, nível educacional e geração sustentam essa desigualdade. Esses adolescentes são qualificados e hierarquizados, em termos de valorização da vida numa condição não humana (PAIVA; OLIVEIRA; COLAÇO, 2019, p. 182).

Retomando a trajetória de Lázaro, ele teve o seu campo de possibilidades ampliado quando descobriu o teatro. Por meio dessa arte cênica ele encontrou suas potencialidades e construiu seu projeto de vida. No caso dos sujeitos desta pesquisa, a inserção em determinados espaços de socialização, associada ao suporte oferecido por pessoas de referência, como familiares, amigos e chefes, assim como a agência individual de cada um, proporcionaram o alargamento dos seus campos de possibilidades, conforme demonstrado ao longo deste capítulo e, em parte, recapitulado neste tópico, em que buscarei analisar como os projetos de vida dos interlocutores foram se modificando no decorrer de suas trajetórias e a partir dos seus campos de possibilidades.

Pais (2003), ao analisar as trajetórias e projetos de jovens, identificou duas principais e diferentes orientações axiológicas, que, segundo ele, correspondem a “tipos ideais” no sentido weberiano. Na primeira, os jovens se destacam por privilegiarem estratégias de mobilidade social orientadas para o futuro, com foco nessa dimensão temporal. Na segunda, os jovens se caracterizam por reivindicarem um futuro instantâneo, focado no tempo presente e no desfrute do cotidiano.

Essa análise descrita por Pais (2003) nos ajuda a entender a presença ou não de projetos de vida, ou ainda a distinção destes projetos, considerando diferentes momentos das trajetórias dos jovens egressos pesquisados, principalmente quando comparamos o período de vivência de práticas delitivas com o desligamento infracional e a ampliação do campo de possibilidades dos sujeitos.

As diferentes orientações axiológicas partilhadas pelos jovens (nos modos como investem no futuro ou no tempo presente) aparecem condicionadas pelas suas trajetórias biográficas, entendendo esta expressão como uma sucessão de sequências

biográficas articuladas, sendo cada sequência definida por um conjunto de relações sociais e de identidades referidas a um dado contexto social: a família, a escola, os grupos de amigos, a comunidade de origem. Estes contextos são, pois, unidades de socialização, de cultura, de regras – zonas de relevância, campos semânticos, espaços semióticos, sistemas de referência que mediatizam as rotinas quotidianas (PAIS, 2003, p. 235).

Nessa perspectiva, foi possível observar que o período de “envolvimento” dos sujeitos com atos infracionais se assemelha à caracterização definida por Pais (2003) na segunda orientação axiológica, quando o tempo é compreendido de modo mais fechado e cíclico, como “tempo de repetição, de ritualidades ligadas fundamentalmente à conviviabilidade ou às rotinas diárias” (p. 233). O relato de Rosa é muito ilustrativo nesse sentido, pois, uma vez imersa na nova realidade, ela expressa a dificuldade de apreender o tempo, de ter uma organização, um planejamento, uma perspectiva de futuro, conforme demonstrado abaixo:

Porque quem é envolvido assim com alguma coisa a vida é muito desorganizada. Não tem horário, não tem, tipo, um planejamento tão fechado, sabe? Tipo, dinheiro também não é uma coisa por mês, é toda hora, um dia é mais, um dia é menos. Você acaba que não tem muita noção do tempo. [...] Quem vende droga dorme de dia, não é de noite. Porque de noite a porta é toda hora, entendeu? Então toda hora vem gente bater na sua porta. Não espere gente na sua porta 7, 8, 9 horas da manhã que é muito difícil. Mas tipo, você não vai dormir de 11 horas da noite até 5h da manhã. Você não vai dormir. Você vai dormir de dia, de noite você vai ter que tá acordado. Então a rotina era muito assim, difícil de contar tempo, sabe? (Rosa).

Eu fiquei sem rotina, né. Porque eu tinha a rotina da escola. A capoeira tomava todos os meus espaços vazios, porque eu gostava muito da capoeira, da banda, entendeu? E foi estranho. Foi muito estranho ver a mudança de lugares. [...] Não existe rotina. Toda hora é uma coisa diferente. Não tem rotina. Por isso que, às vezes, as pessoas envolvidas, que eu falo que até são usuárias, não tem muita perspectiva, não tem muito plano, porque elas não têm rotina, elas só vivem, entendeu? Quem vai ter rotina, quem vai ser mais organizado já é quando a pessoa tá chegando mais, já tem mais dinheiro pra se organizar e pra isso ela precisa ter muita sabedoria (Rosa).

No período em que Rosa esteve “envolvida” com o tráfico de drogas, sua vida era focada no tempo presente, ela simplesmente vivia um dia de cada vez, sem perspectivas ou projetos de vida, pois naquele momento seu campo de possibilidades estava restrito, não havia condições objetivas para a vivência de novos e distintos horizontes. Embora ela diga que não tinha rotina, havia ações que eram executadas cotidianamente, em determinado horário, nesse caso se destaca o turno da noite destinado à venda das drogas e o turno do dia para o descanso. Essas tarefas estavam condicionadas pelas limitações e pelos imprevistos que a nova dinâmica de vida apresentava, que a impediam de ter uma rotina social como antes, quando frequentava

diferentes ambientes e atividades. Assim, as pessoas “envolvidas” “talvez por não terem muito o que esperar do futuro - ou pura e simplesmente porque não estão para se preocupar com o futuro -, interessam-se mais pelo presente: têm um trajecto sem projecto ou sem grandes projectos” (PAIS, 2003, p. 233-234). É possível dizer, ainda, que as pessoas “envolvidas”, quando conseguem traçar projetos de vida, estes estão mais direcionados à continuidade ou agravamento na trajetória infracional, principalmente com o objetivo de se qualificar nas práticas delitivas para ganhar o *status* e consideração dos seus pares. Há um vislumbre da aquisição da “fama” e “poder” que essas ações podem proporcionar. Nesse exemplo se destacam os planos de Jeferson para quando saísse da internação: “*eu só pensava em fazer maldade quando saísse. Marcava os orientadores: meu irmão, vou pegar tudim*”.

Já no processo de desligamento infracional, os sujeitos apresentam características similares ao definido por Pais (2003) na primeira orientação axiológica, quando os jovens “ao pensarem no futuro, conseguem arquitectar um projecto de trajecto” (p. 233), de modo que a vivência do tempo presente passa a levar em consideração o que se almeja conquistar no tempo futuro.

Todavia, vale frisar que o desligamento infracional e a mudança de vida dos interlocutores se deram em um processo que ocorreu de modo singular, em distintos momentos das trajetórias dos sujeitos e com a contribuição de contextos e figuras de referência distintos, que atuaram de modo interdependente.

Ainda assim, é possível elencar algumas similitudes entre os processos de ressignificação das trajetórias dos sujeitos. Uma delas é a prática da reflexividade, presente na maioria dos interlocutores. Em seus relatos, alguns jovens ressaltaram lidar com os pensamentos e as reflexões acerca do desejo de mudar de vida que os acompanharam, às vezes, desde as primeiras vivências infracionais, como foi o caso do Eduardo:

[...] Só que era eu fazendo o que tava sendo mandado e pensando. Porque acredito que a maioria dos que são envolvidos eles pensa. Às vezes não sai dessa vida por imaginar que não tenha saída ou de não encontrar apoio, não encontrar força. Porque na maioria das vezes você quer sair mas só vem palavra negativa, as pessoa não dão uma palavra de autoajuda (sic), só bota pra baixo, diz que não vai conseguir. Então, a maioria deles têm na cabeça que entrou, pronto, não sai mais. A maioria deles hoje em dia se você... então prefere tá nessa vida porque nessa vida na mente deles eles tão se defendendo do povo ruim. Que é o que eu imaginava também. Mas nesse dia eu comecei a pensar, né, com eles e comecei a pensar. Andando com vários jovens, só eu com arma, se aparecesse outros que era contra? O que que eu ia fazer sozinho? Com um bocado de jovem ali tudo drogado... Aí naquele dia eu pensando comigo mesmo: Se aparecer alguém aqui eu não vou poder fazer nada. Nem eles, tudo drogado... Então depois dali continuei no mesmo erro, mas fiquei pensando. [...] eu sempre era pensando. Sempre

eu tinha na minha mente que aquilo que eu tava fazendo, a forma como eu tava caminhando era um caminho errado, era as escolhas errada que fazia (Eduardo).

Durante toda a narrativa de Eduardo é possível perceber que sua trajetória esteve sempre permeada de momentos reflexivos. Quando passou a se envolver com práticas ilícitas, essas reflexões tornaram-se mais presentes, tinha consciência que estava trilhando um caminho tortuoso. Por isso, ele desejava sair, mudar de vida, desfrutar novamente da sua liberdade, embora soubesse que abandonar a dinâmica infracional à qual estava envolvido demandava muito mais que desejo. A mudança só começou a se estruturar a partir da vivência na Semiliberdade, onde, com o apoio da equipe, voltou a estudar, fez cursos e estágios. Foi também na Unidade que se reaproximou da igreja, a partir da convivência com outro interno convertido. Após a saída da instituição se manteve frequentando a igreja evangélica e continua assiduamente até o momento como líder de missões. A igreja, assim como a Semiliberdade, ampliaram seu campo de possibilidades e lhe oportunizaram traçar novos horizontes para a sua vida.

Para outros interlocutores, a reflexividade e mudança de pensamentos começam a se fazer presentes a partir do momento da apreensão, como ocorreu para o Rian, o Emanuel, o Alan e o Gustavo. A seguir os relatos do Rian e do Emanuel exemplificam esse contexto:

Eu passei um dia e uma noite lá [DCA] e eu pensei: eu acho que eu não vou mais me envolver (Rian).

Eu saí da triagem eu tava estudando, eu num tinha parado de estudar não. Aí eu tava estudando quando chegou... acho que passou um ano, depois que eu saí da triagem. Passou um ano depois aí chegou uma audiência pra mim. Aí eu fiquei pensando: meu Deus, o que é isso? E eu já tava mudando de vida. Tava mudando assim, né, forma de falar, não tinha me saído totalmente das amizade, num tinha saído não. Mas na minha cabeça, nos meus pensamento, já tava mudando. Entendeu? A vontade já tava vindo. Os pensamento de temor, de medo, já tava vindo de novo. Aí eu: não, rapaz, vou sair disso. E eu tava com esse pensamento (Emanuel).

O Rian, durante o cumprimento das medidas socioeducativas, pensou várias vezes em abandonar a dinâmica infracional, mas não conseguiu. Uma rebelião no Centro Socioeducativo em que cumpria internação, que resultou na morte de um interno, foi muito impactante e o deixou mais reflexivo, com desejo de sair do Sistema e não retornar. Quando fugiu da Semiliberdade e chegou em casa, destaca que seus pensamentos já eram diferentes das outras experiências na liberdade, pós-desligamento institucional, pois desta vez ele queria mudar de vida, curtir sua liberdade e sentia pulsar forte a vontade de viver e recuperar o “tempo

perdido” da sua adolescência. Por meio do apoio da sua esposa na época e, posteriormente, da igreja, que começou a frequentar por incentivo dela, passou a ver e conviver com jovens da igreja, exemplos positivos naquele período da sua vida. Nessa nova fase, decidiu se distanciar das práticas infracionais e das antigas amizades, começou a ler a Bíblia e outros livros e a experimentar atividades simples e prazerosas, até então não vivenciadas por ele, como: frequentar museus, teatros, cinemas, sentar-se na calçada com os amigos para conversar ou sair para comer. É perceptível, portanto, o papel da família e da igreja na ampliação do seu campo de possibilidades. Ele sonha em investir no futuro da filha, concluir os estudos, fazer cursos, se qualificar mais e reconstruir sua família. Essa mudança, como ele mesmo destaca, não foi algo fácil, tampouco se concretizou rapidamente. Constituiu um processo e envolveu o esforço e exemplo de pessoas que acreditaram nele:

A sociedade fala: não muda porque não quer. Mas também não é assim, é tudo uma questão de apoio que a pessoa vai ter e tal, construir exemplos. E até a pessoa cair em si é muito complicado. Porque tipo assim eu não virei um cidadão assim da noite pro dia, foi toda uma questão de..., de..., de trabalho, esforço [...] por parte daqueles que me davam exemplo. [...] Então a sociedade ela critica e tal, ela gosta muito do ódio, só que não é fácil a pessoa sair do crime assim num estralar de dedos (faz o gesto). Sempre vai ter que ter trabalho, sempre vai ter que ter um processo muito demorado, até a pessoa realmente abrir os olhos: vixe, mah, o que eu tô fazendo aqui realmente é errado. Então não é uma coisa assim tão simples. [...] E é só realmente com muito trabalho, com muito esforço, que a pessoa consegue e a pessoa querer muito (Rian).

Rossetti-Ferreira (2003) enfatiza que:

Para o rompimento e modificação de uma trajetória de permanência no crime, novas redes de condições concretas e relacionamentos, e consequentemente de significações, precisam ser estruturadas, configurando novos sentidos, lugares e posições a serem assumidos pelas e atribuídos às pessoas, inserindo-as numa nova cultura, disponibilizando encontros com novos parceiros de interação, condições, situações e vozes (2003, p. 10).

Emanuel disse que seus pensamentos começaram a mudar quando foi chamado para a primeira audiência judicial. Vieram pensamentos de temor, de medo e junto com eles a vontade de mudar, mas naquele momento eram ainda só pensamentos, na prática sua rotina continuava a mesma. Na Semiliberdade viveu experiências que lhe marcaram positivamente e quando saiu, quis mudar de vida, sair do “mundo do crime”, mas essa mudança, assim como para Rian, se deu aos poucos, foi um processo, com avanços e retrocessos, medos, alucinações e fé. Decidiu então “rasgar a camisa” da facção e entrar na igreja evangélica. No início frequentava a instituição armado. Passou um período no interior, onde morava o pai. Sofreu

atentado, enfrentou dificuldades para conseguir um emprego quando saiu da Semiliberdade. Com a ajuda de um tio, começou a trabalhar com prótese dentária e se identificou com a área. A convivência com o atual chefe, que também é professor universitário, lhe estimulou e agora ele tem planos de cursar o ensino superior. Pretende no futuro ter seu próprio laboratório. Sonha em ter sua casa própria, seu transporte e comprar um terreno no interior. Essa síntese da trajetória de Emanuel demonstra o quanto a Semiliberdade, a igreja e o trabalho contribuíram para ampliar seu campo de possibilidades e ressignificar seus projetos de vida.

Para Alan, a participação no ato infracional que o levou para o Sistema Socioeducativo foi bastante impactante. Logo depois do ocorrido ele ficou pensativo. Quando saiu da medida provisória voltou a estudar, entrou na igreja, parou de usar drogas. Assim, quando se inseriu na Unidade de Internação já carregava consigo o desejo de mudar, como ele mesmo destacou, foi a era da sua mudança. Embora tenha comparado os Centros de internação a infernos, ganhou a consideração da equipe e dos adolescentes com seu “bom comportamento” e as pregações que fazia nos blocos várias vezes por dia. Em seu processo de mudança ressalta ter encontrado forças na fé e na família que lhe deu todo o apoio.

Mas assim, quando eu saí eu já tava cheio de oportunidades. Do Passaré [Centro de Provisória]. Voltar a estudar. Minha mãe e minha família juntaram dinheiro e compraram um monte de garrafão meu, pra mim. Pra mim vender. Aí eu comecei a trabalhar. E foi muito triste pra mim, assim, porque eu tava... minha vida tinha mudado. Fui deixar aquilo que eu tinha conquistado porque eu sabia que eu tinha que ir. Segunda vez que eu fui pra audiência no Fórum grande. Eu cheguei lá fui só assinar... vou passar dois anos preso, eu pensava assim. Pra mim vai acabar tudo. Mas eu não esqueci a promessa que eu tinha feito. Eu não esqueci o que era a vontade de Deus na minha vida. E fui, com garra e dente, tudo. Força de vontade. Cheguei (Alan).

[...] porque quando eu tava lá dentro [Centro de internação] eu pensava tudo novo, eu pensei em tudo novo: eu pensei em me casar, pensei em construir a minha casa, pensei em comprar a minha moto, o meu carro, pensei em voltar a trabalhar, estudar. Isso eu pensei (Alan).

Desse modo, Alan saiu das medidas com os planos de conseguir um emprego, voltar a estudar e mostrar à sociedade sua mudança, pois agora seguia “*uma vida de cidadão*”:

Eu pensei muita coisa. Primeiramente, quando pensei em sair, eu... vou arrumar um emprego. Na minha mente. Tenho que arrumar um emprego. Vou voltar a estudar. E tenho que mostrar à sociedade que eu mudei. Não importa quanto tempo eu vou passar aqui dentro. Isso não importa mais pra mim. O que vai importar agora é o que eu vou fazer quando eu sair aqui de dentro. Se eu vou seguir no crime ou se eu vou seguir uma vida de cidadão. Como eu segui a vida de cidadão isso condiz que eu tinha que então... eu tinha que fazer diferente. No começo eu tinha que pisar em ovos pra não quebrar. Depois quando eu vi que tava muito seguro é que as coisas foram melhorar. Porque assim, antes quando eu saí eu tinha muito medo, de ser parado pela polícia, de

voltar. Tinha muito medo. Mesmo meu caso tendo tido uma extinção. Eu tinha muito medo. É isso (Alan).

Interessante observar que o projeto individual de Alan, de mudar de vida, se tornou também um projeto familiar, coletivo. O apoio da família, nuclear e extensa, foi primordial em seu processo de ressignificação. Como ressalta Velho (2003, p. 46):

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhadas por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Sua pertinência e relevância serão definidos contextualmente.

Para Gustavo o ato infracional foi pontual, visto como uma oportunidade de adquirir recursos para contornar a crise financeira enfrentada com a chegada da filha. Ele contou com o apoio da família, sobretudo da esposa, que não o abandonou quando soube do ocorrido. A importância da família também aparece na vivência da paternidade, pois com a chegada da filha ele passou a pensar nela em primeiro lugar e não se imagina fazendo algo que o leve para distante dela. O fato de ele gostar da área de informática e ser muito autodidata também favoreceu sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo assim para ampliar seu campo de possibilidades e ressignificar seus projetos de vida, pois hoje ele sonha em expandir a empresa de provedor de internet, que tem com um amigo, e cursar Ciências da Computação.

Para Paulo e Rosa essa reflexividade, associada ao desejo de mudança de vida, começa a se manifestar durante o cumprimento da medida socioeducativa. No caso de Paulo, ele ressalta:

Tentei mudar desde esse tempo [cumprimento da LA], porque eu sempre eu fui um jovem, assim, que eu queria. Sempre tentei, né, viver uma vida bem, mas como eu não tinha uma estrutura familiar, eu não conseguia. Eu sempre tentei, aí lutei, lutei, lutei, mas não tinha o apoio familiar, não tinha um pai, não tinha uma mãe, não tinha uma pessoa que me desse uma ajuda e ali eu fui e caí novamente nas droga, comecei a usar e conheci também o pó, que também já é mais caro e o efeito também é do mesmo jeito (Paulo).

Embora reconheça os pontos positivos do cumprimento das medidas socioeducativas, estas não foram capazes de oferecer a Paulo o suporte necessário para possibilitar o alargamento do seu campo de possibilidades e de reconstrução do seu projeto de vida. Ele reconhece que entrou no “mundo do crime” por falta de oportunidades. A vivência no presídio e a chegada da primeira filha foram a motivação da sua mudança, aliada à sua

conversão à religião evangélica. Ao sair da prisão adentrou a igreja e mudou seu estilo de vida, tornando-se missionário, tarefa que exerce até hoje. Assim, a família e a igreja foram os principais suportes encontrados por Paulo no processo de ressignificação da sua trajetória.

Para Rosa, a vivência na Semiliberdade ampliou seu campo de possibilidades. Na instituição ela passou a ler a Bíblia com frequência, recebia visitas de pessoas da igreja com quem desenvolveu fortes laços de amizade e se tornaram importantes suportes e grandes referências positivas em sua vida. Ela também começou a frequentar o templo aos finais de semana, ao mesmo tempo que se distanciou das pessoas “envolvidas”. Foi também nesse período que ela voltou a estudar, fez cursos de qualificação profissional, se inspirou nas profissionais do Centro e decidiu ingressar no ensino superior.

Já para Jeferson, suas perspectivas de mudar de vida, sair do “mundo do crime” e se “tornar cidadão” só começam a fazer parte dos seus projetos de vida após o cumprimento da última medida socioeducativa de internação.

Aí quando eu saí [do Centro de internação], em outubro, aí eu: não, não vou mais roubar, vou só vender droga. Aí como eu era o bichão, né, lá do bairro que eu morava [...] eu e o meu irmão, comecei a mandar droga pro pessoal vender lá. Mandando e recebendo dinheiro em casa. Aí tirei meus documentos, né, que eu não tinha. Aí saí, vendi as coisas, tirei os documentos e tal, aí no outro ano, no ano seguinte, em 2017, eu: não. 2017? 2016. Meu irmão, quer saber de uma coisa, vou virar é cidadão! Num vou mais vender isso aqui não. Esses cara me dando prejuízo aí. Num vai dá certo mais não. Aí foi quando eu deixei, né, de vender, de roubar. Comecei a ir atrás de emprego (Jeferson).

No caso de Jeferson foi o trabalho que ofereceu o primeiro e mais importante suporte para a ressignificação da sua trajetória e dos seus projetos de vida ao ampliar seu campo de possibilidades. Nesse processo contou com o apoio de um tio, que o ajudou a conseguir um emprego na empresa em que trabalha atualmente, e com o estímulo do chefe, sobretudo para retornar à escola.

Todavia, muitos jovens concluem o cumprimento da(s) medida(s) socioeducativa(s) sem perspectivas e sem nenhum apoio ou acompanhamento institucional que possam orientá-los na construção dos seus projetos de vida, como ocorreu com os interlocutores desta pesquisa. Diante disso, muitos egressos, por não encontrarem oportunidades, apoio, exemplos positivos como referências, enfrentaram uma série de dificuldades e obstáculos para conseguirem colocar seus pensamentos de mudança em prática:

O cara sai pensando em mudar. Aí fui pra socialização, pra liberdade assistida, aí tentei vários cursos lá, passei seis meses ainda. O cara pensa, né. Mas quando você tá na liberdade, assim solto, é diferente, né (Paulo).

Tipo, assim, quando você tá ali, né, você reflete muito. Pensa em mudar, pensa em sair, né. Aí você faz aquela medida ali. Só que depois daquela medida ali acaba sua mente fica vazia, né, enquanto você tá ali ocupando a mente, passa o dia no curso e tal, mas depois que acabou fica a mente vazia. Comecei a fazer uns cursos, mas não terminei (Paulo).

Quando a gente tava aqui [Semiliberdade] é uma coisa, quando você sai é totalmente diferente. Aqui você tem quem te dê comida, tu tem onde tomar banho, tu tem onde comer. Todo dia tu sabe que tu não vai morrer de fome. Quando tu sair daqui tu não sabe. Só é tu. Principalmente eu que nunca gostei de pedir nada a ninguém, nem que seja da família. Se bem que minha família, do jeito que eles são eles me ajudaram bastante, tanto minha sogra como meu sogro, quanto minha mãe, quanto meu pai. Teve um tio meu que me ajudou bastante. Mas eu nunca gostei de tá pedindo favor, nem dever favor a ninguém. Então quando tu sai daqui: “o que eu vou fazer da minha vida agora?”. Foi o período que eu fui [para o interior], depois pra Manaus. Deu, mas era muito trabalho e aí eu voltei pra cá de novo. Minha esposa não queria que eu voltasse justamente por aqui, querendo ou não, é a cidade mais perigosa do Brasil. Aqui eu conheço muita gente que até hoje ainda é envolvida. A gente conversa e tudo, mas hoje eu tenho a cabeça totalmente diferente do que tinha alguns anos atrás (Gustavo).

Aí quando eu cheguei eu disse: pai, eu posso morar aqui com vocês? Porque lá na vó o negócio lá é difícil. Aí ele disse assim pra mim: Rian, não leve à mal não, mas eu não quero tu morando comigo não, pode ficar lá por onde tu tá mesmo. Aí foi que eu disse assim pra ele: o mundo dá voltas, um dia o senhor pode precisar de mim (Rian).

Em seu relato Paulo destaca que saiu da medida provisória com o pensamento de mudar e que o cumprimento da LA também o fez refletir muito, entretanto, depois de findadas as medidas, ele se viu com a mente ociosa e completamente desamparado, voltando a reincidir logo depois.

Para os egressos que voltam para seus contextos de origem, muitos precisam lidar com uma série de limitações, vulnerabilidades e violações que dificultam sua reinserção social: “então é complicado, tem adolescente que precisa daquela coisa, assim, imediata e infelizmente, às vezes, acontece de a gente perder o adolescente por conta disso, porque os caras precisam viver. Eles precisam de dinheiro e lá fora ninguém ajuda eles”, enfatizou o diretor da Semiliberdade Masculina de Fortaleza.

Ao caminhar em direção ao futuro, estes indivíduos se deparam com pontos de bifurcação repletos de inúmeras restrições que se lhes são impostas e que diminuem suas possibilidades de escolhas. Se estes sujeitos continuam vivendo em uma sociedade que reafirma, a todo o momento, que eles não têm direitos ou que não têm capacidade de mudar sua trajetória, possivelmente esta trajetória se manterá circular, apresentando-se como um “círculo tortuoso” (PADOVANI, 2017, p. 242).

Enquanto seres sociais estamos em constante interação com pessoas e espaços. Nesse processo, ao mesmo tempo que temos o poder de transformar a sociedade, somos também por ela transformados na partilha de valores, comportamentos, hábitos, interesses etc. Desse modo, o indivíduo se constrói na relação com os variados e diferentes contextos sociais, logo, “estudar o social individualizado, ou seja, o social refractado num corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campo de forças e de lutas ou cenas diferentes, é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada” (LAHIRE, 2005, p. 14). O que corrobora com Pimenta (2007, p. 119), quando a autora afirma que “as ações humanas são socialmente situadas e, por essa razão, não podem ser entendidas fora dos seus contextos de socialização, tampouco das interações sociais dentro das quais elas se desenvolvem” (PIMENTA, 2007, p. 119).

Assim, tanto na construção das trajetórias biográficas quanto na ressignificação destas e dos projetos de vida dos egressos:

Observa-se o papel do indivíduo e o papel da sociedade nessa construção. Trata-se, pois, de uma construção que se dá entre o “eu” e o “outro”, entre o indivíduo e a sociedade, e essa construção não se limita apenas às condições objetivas de vida, mas caracteriza-se na dialética, pois é através da reflexão crítica de suas vivências que os indivíduos vêem possibilidade/impossibilidades de superação de uma determinada realidade no futuro (MARCELINO; CATÃO; LIMA, 2009, p. 553).

Na tabela a seguir são apresentadas, de modo sintético, as instâncias socializadoras que mais contribuíram no processo de ressignificação das trajetórias e dos projetos de vida dos egressos:

Tabela 18 – Instâncias socializadoras que mais se destacaram na ressignificação das trajetórias dos egressos

INTERLOCUTORES	INSTÂNCIAS SOCIALIZADORAS
Rian	família; igreja
Rosa	igreja; grupo de amigos; Centro Socioeducativo; escola
Eduardo	Centro Socioeducativo; igreja
Alan	igreja; família; Centro Socioeducativo
Gustavo	família; trabalho
Jeferson	família; trabalho; escola
Emanuel	Centro Socioeducativo; igreja; trabalho; família
Paulo	família; igreja

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa de campo.

Conforme pode ser visualizado nos relatos apresentados, os interlocutores, ainda que inseridos nas dinâmicas infracionais, são dotados de capacidade reflexiva e crítica sobre a

realidade em que vivem, assim como alimentam a perspectiva de transformarem o rumo dos seus percursos biográficos, de saírem da “vida errada”, por terem a percepção de estarem trilhando um caminho tortuoso. Porém, *querer nem sempre é poder*, contradizendo um dos sujeitos da pesquisa, uma vez que há uma grande distância entre a capacidade reflexiva e a possibilidade de colocar o pensamento em prática, tendo em vista que para a concretização deste último deve ser levado em consideração, por exemplo, as especificidades das histórias de vida de cada um, suas disposições, seus campos de possibilidades. Dos interlocutores, apenas o Alan retrata ter seguido firme seu plano de reconstruir a vida após o cumprimento da medida provisória, conseguindo colocá-lo em prática ainda durante o cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

A ampliação do campo de possibilidades dos interlocutores não se deu necessariamente pela inserção em novos espaços de socialização, isso porque algumas instâncias, como a família, a escola, o grupo de amigos e até mesmo a igreja, para alguns, já faziam ou tinham feito parte de suas vivências. O que ocorreu, na maioria dos casos, foi a experimentação de vivências diferenciadas e positivas nesses contextos, em momentos da trajetória dos sujeitos que eles foram capazes de atribuir um novo sentido para esses espaços, ou melhor, estes passaram a fazer sentido para os seus projetos de vida.

O projeto possui uma dinâmica própria, transformando-se na medida do amadurecimento dos próprios jovens e/ou mudanças no seu campo de possibilidades. Eles nascem e ganham consistência em relação às situações presentes, mas implicando, de alguma forma, uma relação com o passado e o futuro. Nesta formulação, falar em projeto é referir-se a uma determinada relação com o tempo, em especial o futuro, e especificamente às formas como a juventude lida com esta dimensão da realidade (LEÃO, DAYRELL, REIS, 2011, p. 1072).

Uma experiência muito elucidativa foi a do Jeferson com o ambiente escolar, uma vez que as suas vivências na escola durante a infância e a adolescência foram permeadas de conflitos e desinteresse, mas a partir do momento que ele viu nos estudos e na educação formal um instrumento para se qualificar e crescer na sua área profissional, a instituição escolar ganhou uma identificação com o seu novo projeto de vida e nesse momento ela foi capaz de ampliar seu campo de possibilidades. A análise da trajetória de Jeferson nos permite observar tanto a mudança de seus projetos, como a transformação da sua vida a partir destes, o que corrobora com Gilberto Velho (2003, p. 48) quando ele diz que: “os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente”.

Considerando agência a “capacidade individual de tomar iniciativas” (PIMENTA, 2007, p. 443), é possível inferir que a agência esteve presente nos sujeitos, em alguns de forma mais significativa, em outros menos, e teve o seu papel de contribuição no processo de reconstrução das trajetórias e projetos de vida dos egressos. Isso fica muito evidente, por exemplo na trajetória de Jeferson, sobretudo quando ele decide abandonar a trajetória infracional e assume uma postura proativa nesse processo:

Eu botei na minha cabeça: pro crime eu não volto mais não. Pronto, persisti. Antes das entrevistas [na empresa em que trabalha] eu já fazia entrevistas em outros canto e insistia direto e nunca dava certo. A do pastel foi uma persistência minha ali que deu certo. Cheguei lá, foi um dia que eu tirei pra entregar currículo. Cheguei lá: opa, bom dia, vocês estão pegando currículo? Aí o cara: não, a equipe aqui já tá formada. Não, mas eu vou deixar o meu aqui, caso precise pra fazer alguma coisa, eu tô à disposição. Beleza, deixe aí. Aí passou uma semana num me chamou não, aí passou uma semana eu fui lá. E aí, seu João, tudo bem? O senhor num vai precisar de ninguém não, esse final de semana? Não, vou não, já tá completo. Tá certo, beleza. Na outra semana fui lá de novo. E aí, seu João, não vai precisar de ninguém não esse final de semana? Como é que tá o movimento aí, tá bom, tá ruim? Não, tá mais ou menos, qualquer coisa eu te chamo. Beleza. Aí num me chamou não. Aí na outra semana eu fui lá. E aí, seu João, num vai precisar não, esse final de semana? Tudo que o senhor botar pra eu fazer aí eu faço. Aí ele: cara, faz assim, vem sábado e domingo, pra tu aprender a fazer uns pastel, umas coisas aqui na cozinha. Eu vou te pagar R\$90,00. R\$45,00, dois dias. Na hora. Pronto, oh, minha persistência. Deu certo (Jeferson).

Importante salientar que, quando Jeferson atribui a sua mudança de vida à sua força de vontade e persistência, ele assume um discurso meritocrático, passando a ideia de que ele conseguiu porque se esforçou, se dedicou, *persistiu*. Mas quantos jovens como ele tentaram e tentam diariamente e não conseguem? Ainda que seja reconhecível sua capacidade de agência, é preciso considerar e enfatizar que sua mudança contou também com oportunidades e apoio ofertados por figuras de referência, como o dono da pastelaria, seu tio e, posteriormente, seu chefe. Ou seja, sem as oportunidades que surgiram em seu caminho, aliadas às figuras de referência que desempenharam importante papel de suporte e incentivo, a *persistência* de Jeferson por si só não seria suficiente para proporcionar sua mudança, o que vale para os demais sujeitos investigados.

Alguns jovens relataram terem se arrependido das suas vivências passadas, mas reconhecem que foram importantes e até mesmo necessárias para lhes proporcionarem experiência, amadurecimento e responsabilidade, assim como mais valorização de si, da família e da liberdade:

E hoje em dia eu me arrependo de tudo que eu passei, de tudo que eu fiz, né, de errado, mas graças a Deus com tudo isso eu criei experiência, criei amadurecimento, hoje eu tenho um testemunho de vida que eu tenho dedicado a minha vida, né, para resgatar também pessoas que viveram o que eu vivi, passou o que passei (Paulo).

Rapaz, a gente aprende muito, principalmente a valorizar sua liberdade. Certo? Segundo, a pessoa valorizar sua família. E terceiro, você tem que valorizar você mesmo, porque você só vale o que você tem. Quando você tá lá você não tem nada, então você só tem a ajuda da sua família. Então assim, você tem que valorizar você, você tem que valorizar sua família, você tem que se dedicar muito pra sair lá de dentro... (Alan).

Hoje, assim, o que eu vejo é o que eu não via antes. Entendeu? Que é responsabilidade. Com tudo. Responsabilidade de todas as formas. Responsabilidade nos suprimentos dentro de uma casa. Que no caso hoje eu trabalho e ajudo em casa, entendeu? Hoje eu compreendo a responsabilidade que meus irmãos compreendiam na época que eu era criança, na época da minha adolescência. Também, né, já vivo uma vida diferenciada da vida que eu vivo hoje. Na época eu não ligava tanto, entendeu. Ficava tudo por conta dos meus irmãos mais velhos. Mas hoje essa responsabilidade ela já ficou muito assim também na minha pessoa, entendeu? Os meus irmãos eles ajudam também, só que no caso eu sou o que tô trabalhando no momento, aí é mais, entendeu? A responsabilidade é maior. Então o que a gente aprende com o tempo é tanto a responsabilidade como os valores da família, né, que a família tem (Eduardo).

Eu tava até conversando com uma pessoa e eu tava dizendo pra ela que eu já passei por muita coisa na vida e tipo, essas coisas que eu já passei na vida que me deu uma certa maturidade, entendeu? De como se comportar em alguns momentos. E eu acho que... eu tenho muitos defeitos, claro, muito defeito mesmo. Como ser humano, preciso melhorar como pessoa, mas, o que eu já passei me torna, assim, uma pessoa bem melhor. O que eu já passei foi mesmo só de aprendizagem, pra mim aprender e se fortalecer em alguns momentos, sabe? (Rian).

Ao analisar as trajetórias dos sujeitos a partir dos seus processos de ruptura das práticas delitivas e tendo como suporte o conceito de projetos de Gilberto Velho, é possível inferir que seus percursos passaram a se caracterizar pela construção de projetos com foco no tempo futuro. Os jovens mudaram e junto com eles mudaram também seus projetos de vida. Para alguns, esses projetos se apresentam bem definidos quanto aos objetivos almejados e as metas traçadas para alcançá-los. Aqui destaco a trajetória da Rosa e do Jeferson. Para a primeira, a partir do momento que ela decidiu cursar Serviço Social começou a pesquisar sobre o assunto, planejou se mudar para Fortaleza, pois pretendia fazer o curso gratuito e presencialmente e, após se inserir na universidade, traçou planos para uma trajetória escolar de sucesso, com participações múltiplas em bolsas de ensino, pesquisa, extensão, eventos dentro e fora da academia, estágios, entre outros, que continuam reverberando em seus projetos atuais, uma vez que ela almeja, entre outros projetos, concluir o mestrado, cursar o doutorado e atuar como professora em uma Universidade Pública Federal. A partir do momento que Rosa decidiu mudar a rota do seu caminho, suas escolhas têm sido previamente pensadas e planejadas com objetivos

específicos pautados na construção do seu novo projeto de vida. Para o segundo, seu projeto de mudança de vida tem sido marcado pela elaboração de metas, as quais, conforme ele demonstrou durante a entrevista, têm sido planejadas para realização anual:

[...] Aí eu: meu irmão, esse ano (2019) eu vou botar meta, oh, eu vi uns vídeos ali motivacional e é bom o cara botar meta e chegar no final do ano o cara ver se bateu. Aí botei minhas metas do ano. Era só três meta. Três meta. Como tinham roubado uma moto minha no ano anterior, que eu tinha comprado com muito suor e passei o ano todinho pagando sem usar. Aí eu botei uma meta, oh: esse ano eu vou comprar uma moto, vou ser promovido. Não, primeiro: terminar os estudos, comprar uma moto e ser promovido (Jeferson).

O estabelecimento de metas por parte de Jeferson evidencia claramente que ele possui uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas” e que isso faz toda a diferença, pois como conquistar algo desconhecido? Assim, pensar sobre o futuro, o que se deseja e como alcançar é algo primordial no processo de ressignificação de uma trajetória de vida, convergindo com Brusius (2021, p. 66) que defende que:

Para a realização de um determinado projeto também está em jogo o conhecimento prévio que se tem sobre ele, para que ele possa ser imaginado e concebido, inicialmente, através do planejamento subjetivo. Sendo assim, não existe a possibilidade de um jovem projetar algo que ele desconhece, que não faça parte de sua realidade de vida. O projeto está relacionado ao conhecimento prévio que se tem sobre determinada realidade, sendo esta ligada às condutas e às ações do projeto (BRUSIUS, 2021, p. 66).

Ainda que uma percepção clara sobre o que se deseja, assim como o planejamento e estabelecimento de objetivos e metas sejam importantes elementos e devam constituir o primeiro passo no processo de construção de projetos de vida, eles por si só não são suficientes, uma vez que “a viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais e coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (VELHO, 2003, p. 47).

Também aparece de modo evidente nos planos de Eduardo um planejamento organizado para alcançar seus objetivos. Tendo em vista que ele sonha formar uma família, primeiro pretende construir uma casa. No dia da segunda entrevista ele estava trabalhando como aprendiz de pedreiro e já sonhava de ele mesmo construir a própria residência:

Porque sempre eu penso uma coisa, porque tem gente que pensa em construir uma família, mas não se estrutura pra isso. Então eu não vejo que você deve construir uma

família sem ter aonde colocar. Entendeu? Então meu primeiro plano tenho que me estruturar para que eu possa dar um futuro a alguém. Então esses são meus objetivos.

A tabela a seguir demonstra uma síntese dos projetos de vida apresentados pelos egressos:

Tabela 19 - Projetos de vida traçados pelos egressos

EGRESSOS	PROJETOS DE VIDA
Rian	<p>“Procurar investir mesmo... investir, né? Não é um dinheiro gasto investir. Investir assim no futuro dela [filha], porque ela é a pessoa mais importante da minha vida”;</p> <p>“Eu tô pensando em terminar meus estudos. Tô pensando em me qualificar mais, fazer um curso de computador, suporte de pc”.</p>
Rosa	<p>“De modo profissional, eu quero concluir o mestrado, desejo cursar o doutorado. Quero cursar uma segunda graduação em Direito. Almejo ser aprovada em um concurso público e ser professora da Universidade Pública ou na área sociojurídica. De modo pessoal, quero viver sempre proporcionando o bem e ajudando os (as) que estiverem ao meu redor, aprendendo continuamente com a vida a ser sempre uma pessoa melhor a cada dia, quero alimentar cotidianamente os sentimentos bons e me distanciar dos ruins. Penso que não devemos gerar dívidas de coisas ruins na vida, pois elas sempre retornam”.</p>
Eduardo	<p>“Meu sonho sempre foi eu conseguir um emprego e tirar ela [a mãe] da venda. Isso é uma coisa que eu botei na minha cabeça desde pequeno”;</p> <p>“[...] Então meus planos é ter minha casa própria”.</p>
Alan	<p>“Hoje eu tenho um sonho, que eu não sei em quanto tempo eu vou realizar, mas sei que eu vou fazer. Meu sonho é mim tornar um advogado. Fazer advocacia e me tornar um defensor público”;</p> <p>“Futuramente penso em comprar uma [casa], uma maior”.</p>
Gustavo	<p>“Eu pretendo comprar outra casa. [...] Comprar um outro carro e expandir a empresa. E viajar. Eu quero viajar”;</p> <p>“Eu penso um dia fazer Ciência da Computação, uma faculdade. Eu digo no futuro porque aí, eu creio que próximo ano a gente consiga colocar uma pessoa pra me ajudar, entendeu? Porque no momento é eu e meu sócio. Mas meu sócio é mais ocupado que eu. Então é eu. Aí eu quero próximo ano colocar uma pessoa pra ajudar a gente”;</p> <p>“Eu pretendo um dia chegar a ter um patamar de poder ter alguém que trabalha comigo e eu só administrando, entendeu? Sempre estar trabalhando, mas sempre mais na parte administrativa. Ter alguém pra me ajudar a gerenciar. Porque querendo ou não o que eu faço hoje demanda muito tempo, muita dor de cabeça”.</p>
Jeferson	<p>“Eu botei uma meta pra esse ano. A meta desse ano, eu botei só uma meta mesmo, terminar o ano falando inglês. Pronto. Porque para o próximo ano eu quero o quê? Eu quero ir me embora. Europa. Quero ir pra Europa. Lá é onde eu vou começar a ganhar dinheiro mesmo. Ganhar dinheiro. Aí meus planos é esse: ir me embora, dá uma vida melhor pra minha família e ter uma vida, não uma vida de luxo, né, mas uma vida confortável, onde no futuro... eu só quero trabalhar assim até 40 anos. Eu não quero depender de aposentadoria, disso aquilo outro. Com 40 anos eu quero ter minha empresa. Que o que eu quero? Eu quero botar o meu bar, né. Um bar bem top, com gastronomia assim bem elevada, uma coisa bem bacana. Aí eu quero me qualificar, né, pra no futuro num tá negócio de esperando aposentadoria pra ganhar dinheiro depois de velho. Ter meu negócio, né, ter minhas empresas, minhas contas em banco, e continuar estudando pra no futuro descansar...”.</p>

CONTINUAÇÃO Tabela 19 - Projetos de vida traçados pelos egressos

EGRESSOS	PROJETOS DE VIDA
Emanuel	<p>“Eu sonho conquistar uma casa, meu transporte”.</p> <p>“Eu penso em fazer a faculdade, né, penso em colocar pra mim um laboratório. Porque, tipo assim, eu já passei bem pouco tempo, porque essa área é pouco tempo, mas eu já sei fazer ela toda, porque quando eu entro numa coisa eu me dedico naquilo pra mim aprender mesmo. E eu já sei fazer tudo, da moldagem da boca da pessoa até a peça todinha completa. Eu quero fazer a faculdade só pra mim se profissionalizar, ter toda aquela técnica e também ter o certificado, porque é, assim, um moral pra nós. Porque assim, você ter um certificado você vai chegar numa clínica você vai ser visualizado diferente de uma pessoa que não tem estudo. Tá entendendo?”.</p>
Paulo	<p>“Eu quero conquistar, né, uma vida estruturada. Eu penso em dar pros meus filhos o que eu nunca tive. Eu tava até pensando hoje mesmo que eu já tô com 31 ano, já tô bem dizer envelhecendo e tenho pouco tempo de trabalho e eu queria nesse pouco tempo que tiver de trabalho uma luz de eu botar um negócio, de arrumar uma empresa boa e nesse tempo, né, estruturar a minha vida, pra mim na velhice ter uma vida sossegada. Ter uma vida mais estruturada pra eu dá a meus filhos, meus netos, uma vida melhor, né. Uma vida com educação, com uma boa alimentação, com uma boa educação, né, saúde e tudo, né. E eu creio que a pessoa quando ela se torna pai tudo que ela faz ela pensa é nos seus filhos. Que foi uma motivação pra eu sair foi ser exemplo pros meus filhos. Eu quero mudar de vida porque eu quero ser um bom exemplo pros meus filhos... o que eu mais quero é dar um futuro melhor pros meus filhos. Creio que Deus ou vai abrir uma porta ou me dar sabedoria de abrir um negócio e viver bem, né. Viver bem, poder ajudar meu próximo. Porque tá nas mãos de Deus, né”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nos projetos de vida dos egressos as instâncias socializadoras família, escola e trabalho se destacam, junto à dimensão pessoal. Nos projetos familiares ganham relevância os desejos de construir uma família, de ajudar a família de origem, de proporcionar um futuro melhor e diferente para os filhos; nos projetos educacionais é central o objetivo de alcançar uma escolarização e qualificação mais elevada, com a realização de cursos de graduação, pós-graduação ou profissionalizantes; nos projetos profissionais se destaca o interesse de se inserir satisfatoriamente no mercado de trabalho e em suas respectivas áreas de atuação, sobretudo abrindo o próprio negócio; na dimensão pessoal aparecem tanto desejos de ordem objetiva e material, quanto subjetiva, como ter a casa própria, realizar viagens nacionais e internacionais, aprender inglês, ser uma pessoa melhor e ajudar o próximo.

Embora para alguns sujeitos algumas dessas perspectivas assumam mais uma condição de sonhos que de projetos, tendo em vista o caráter mais abstrato e utópico que apresentam, em que não se observam condições objetivas de concretização no campo de possibilidades em que estão inseridos, ainda assim devem ser reconhecidas e valorizadas, pois,

como discutido no início deste tópico, sonhar não é uma condição dada a priori. Sendo assim, para os sujeitos desta pesquisa o fato de se reconhecerem como seres capazes de sonhar, por si só, já denota uma ressignificação das suas trajetórias e projetos de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A tentativa de compreensão de situações atípicas, que não nos mostram aquilo que poderíamos esperar, constitui um verdadeiro desafio sociológico” (LAHIRE, 1997, p. 12).

Desafio talvez seja a palavra que melhor define a experiência de construção desta Tese. A própria escolha do objeto de pesquisa constitui “*um verdadeiro desafio sociológico*”. Inspirada em Lahire fui em busca do (im)provável, das trajetórias atípicas de jovens egressos do Sistema Socioeducativo, para compreender o que ocorreu em seus percursos biográficos que possibilitou a ressignificação de suas trajetórias, quando muitos que vivenciam experiências semelhantes não conseguem sequer sobreviver, quiçá transcender seu campo de possibilidades e elaborar projetos de vida com reinserção e ascensão social. Não obstante este desafio, outros se apresentaram no decorrer do percurso, entre eles: localizar jovens egressos no perfil apresentado, aplicar a metodologia proposta, vivenciar uma pandemia durante o desenvolvimento do trabalho, encontrar estímulo para retomar a investigação, e agora o de findar a escrita.

O desafio maior para manter essa proposta investigativa se deu pela dificuldade de localizar os sujeitos, tendo em vista que não havia no Ceará, no início da pesquisa, um Programa para Egressos ou outro sistema de acompanhamento de adolescentes e jovens após o desligamento institucional. Chegar até os sujeitos consistiu uma verdadeira saga, conforme apresentei detalhadamente no capítulo metodológico. Esse processo demandou mais tempo que o previsto e atrasou o desenvolvimento do trabalho, de modo que alguns planos precisaram ser reajustados. Junto a isso, o contexto pandêmico da Covid-19 afetou sobremaneira o andamento da pesquisa.

Assim, o percurso metodológico foi construído no próprio caminhar, com tentativas, erros, acertos, avanços, recuos, incertezas e aprendizados. Acredito que os erros e obstáculos enfrentados agregaram experiências e apontaram pistas para avanços metodológicos. Interessante também salientar o desafio de trabalhar com trajetórias de vida, que é algo ao mesmo tempo singular, plural, amplo e complexo, e que está em constante movimento e transformação, sobretudo quando são analisadas a partir de narrativas em profundidade e pelo acompanhamento dos sujeitos por um período relativamente longo. Todo

esse processo gerou um vasto e instigante material empírico que, do mesmo modo que gerou muitas provocações interessantes para o trabalho, dificultou o encerramento do campo e das análises pela sensação de que tudo era importante e necessário, precisando que eu constantemente retomasse a “bússola” dos objetivos para não me perder no meio do caminho.

Este trabalho, tecido com as narrativas de jovens egressos do Sistema Socioeducativo, teve as trajetórias de vida destes como fio condutor de construção e análise. Ressalto, contudo, que as trajetórias dos sujeitos aqui apresentadas consistem apenas em fragmentos de suas vidas que me propus a reconstruir sem a intenção de abarcar a totalidade de vivências, experiências e complexidades que envolvem as histórias de vida dos sujeitos. Embora a pesquisa retrate histórias individuais, ela reflete a realidade social vivenciada por muitos jovens no Brasil e, especificamente, no Ceará. As narrativas dos egressos evidenciam situações emblemáticas sobre suas trajetórias, em que se destacam a fragilidade ou ausência de políticas públicas, a vivência em ambiente extremamente precários e vulneráveis, a privação e violação de direitos, inclusive o de cidadania. Ainda assim, esses sujeitos conseguiram contrariar as estatísticas, sobretudo de morte e reincidência, e reescrever suas histórias de vida distantes dos atos delitivos e com práticas voltadas para o crescimento pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, me interessei em analisar o papel desempenhado pelos múltiplos espaços de socialização vivenciados pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias. Assim, o estudo evidenciou que as seis dimensões socializadoras analisadas, a saber, a família, a escola, o grupo de amigos, os Centros Socioeducativos, o trabalho e a igreja, contribuíram para a ressignificação das trajetórias dos sujeitos, ainda que nem todas tenham sido marcantes positivamente e na mesma intensidade para todos os interlocutores. Ao analisar as trajetórias dos sujeitos foi possível perceber que esses espaços, uns menos, outros mais, tiveram uma atuação ambígua, uma vez que tanto ampliaram como reduziram seus campos de possibilidades.

A família, enquanto dimensão socializadora, aparece para os egressos tanto como espaço de abandono, ausências, negligências, violências, carências materiais e afetivas, quanto grande incentivadora, em especial no momento de mudança desses sujeitos, se destacando o papel desempenhado pelas avós, o incentivo das companheiras e a vivência da paternidade.

Em relação à escola, esta se mostrou como importante instituição para a ressignificação das trajetórias de vida dos egressos, ainda que nem todos tenham alcançado o “sucesso escolar”. A pesquisa demonstra a valorização da educação pelos sujeitos e o reconhecimento do seu papel para a ascensão social. Mesmo aqueles que não avançaram na escolarização, ainda assim reconhecem positivamente o papel da escola na ampliação dos seus

campos de possibilidades, mantendo-a em seus projetos de vida. E também, os que não estavam estudando no período em que as entrevistas foram realizadas, ressaltaram o desejo de retornar à escola e concluir os estudos. O anseio de cursar o ensino superior também foi marcante, aparecendo nas perspectivas futuras de metade dos entrevistados.

As amizades e os grupos de amigos se destacaram nos percursos biográficos dos egressos da pesquisa, tanto de modo positivo quanto negativamente. Visto que muitos amigos foram incentivadores para a inserção nas práticas delitivas, o afastamento destes se mostrou como necessário à elaboração de um novo projeto de vida distante dos atos infracionais. Já a construção de novas amizades fora desse meio e as demonstrações de afeto, apoio e amor recebidos foram apontados como incentivo, exemplo e suporte no processo de ressignificação das trajetórias de vida dos sujeitos.

Os Centros Socioeducativos de internação não foram referenciados pelos egressos desta pesquisa como suportes importantes nos processos de ressignificação das suas trajetórias e projetos de vida. E, vale ressaltar, se houve alguma contribuição, essa se deu pelo caráter negativo das experiências vivenciadas nestas instituições, quando os interlocutores demonstraram não querer retornar para esses espaços, distanciando-se das práticas infracionais.

O que fica perceptível é que as Unidades de internação de Fortaleza, em sua maioria, ainda apresentam, na sua estrutura arquitetônica e na sua dinâmica institucional, muitos aspectos da antiga Doutrina da Situação Irregular, em que tem predominado o caráter repressivo e punitivo, quando deveria ser, sobretudo, pedagógico e protetivo. Assim, a socioeducação, embora garantida legalmente, ainda permanece distante da sua efetividade nos Centros Socioeducativos de internação Cearenses, que mais têm reduzido que ampliado o campo de possibilidades dos sujeitos.

A pesquisa demonstrou que o Centro Socioeducativo de Semiliberdade Masculino de Fortaleza, em comparação aos Centros de internação, é o que mais se aproxima dos ideais de socioeducação preconizados pelo ECA e pelo SINASE, tanto em termos estruturais quanto pela proposta pedagógica diferenciada. A dinâmica institucional está pautada no acolhimento, no respeito, no diálogo, na confiança e na construção de vínculos etc., tendo oportunizado aos egressos, durante o cumprimento da medida socioeducativa, um ambiente favorável e positivo para a construção de suas identidades e a vivência de sua cidadania, elementos que contribuíram para a ressignificação de suas trajetórias e projetos de vida. Esses elementos me parecem ser reflexo de uma série de fatores que envolve não só uma estrutura adequada, mas também, e especialmente, uma proposta pedagógica voltada aos princípios da socioeducação desenvolvida

por uma equipe de funcionários comprometidos e em sintonia com essa proposta. Desse modo, é possível inferir que os Centros Socioeducativos de Semiliberdade, tanto o masculino em Fortaleza, quanto o do interior, vivenciados pelos interlocutores, alargaram seus campos de possibilidades com práticas que condizem com a ressocialização preconizada pela legislação infantojuvenil, constituindo espaços de acolhimento, aprendizados, exemplos de referências positivas, apoio e confiança.

O estudo demonstrou que o trabalho e as experiências vivenciadas nos ambientes laborais pelos egressos foram capazes de favorecer a ampliação dos seus campos de possibilidades, proporcionando a aquisição de disposições valorizadas tanto no âmbito social quanto profissional e que contribuíram no processo de ressignificação das suas trajetórias e projetos de vida.

A igreja evangélica aparece como o principal suporte para os sujeitos nos seus processos de ressignificação, tendo sido destacada nas narrativas de seis dos jovens entrevistados. Além da igreja, enquanto instituição, os interlocutores destacaram também o Evangelho, principalmente mediante a leitura da Bíblia e o fortalecimento da fé como elementos importantes em seus processos de mudanças.

A saída do “mundo do crime” e o desejo de mudar de vida apareceram para alguns interlocutores atrelados ao desejo de “se tornar cidadão”. Essa aspiração só surge porque nas suas condições de existência eles não se reconheciam como sujeitos de direitos, não possuíam seus direitos garantidos e respeitados. Diante disso nos questionamos: mas não deveriam ser cidadãos todos os indivíduos? Ainda que a cidadania tenha sido ampliada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, mediante o reconhecimento de todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, nem todos os indivíduos usufruem “o direito a ter direitos” (PAULA, 2015).

Aos renegados à condição de cidadãos estão, sobretudo, os pobres, não-brancos e moradores de áreas periféricas, que têm sido historicamente os principais alvos das políticas de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Essa realidade remonta aos tempos do império, com resquícios nos dias atuais, como demonstrado pela preferência desses grupos como público-alvo da política do Sistema Socioeducativo, a medida socioeducativa mais aplicada, e na dinâmica institucional dos Centros de privação de liberdade.

A pesquisa demonstrou que foram, em especial, as redes de sociabilidade informais constituídas por familiares (pais, avós, irmã, companheiras, filhos, tios), amigos, chefes, nos diversos contextos de socialização, em casa, na igreja, no trabalho, na escola, nos Centros de

Semiliberdade, que representaram os principais suportes ao oferecerem apoio material e afetivo, exemplos positivos, conselhos, incentivo e acreditarem que a mudança dos sujeitos era possível.

O estudo evidenciou que os egressos pesquisados vivenciaram “uma transformação, uma espécie de metamorfose” (VELHO, 2003, p. 47), passando por mudanças radicais em seus modos de vida. É possível dizer que a ressignificação das trajetórias de vida dos jovens egressos foi possibilitada tanto individual quanto coletivamente, considerando as vivências e experiências construídas nos múltiplos e heterogêneos espaços de socialização, associadas às disposições construídas pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias de vida e suas capacidades de agência, ao demonstrarem poder de decisão e dedicação em relação a mudança de vida. Ou seja, se constituiu por um conjunto de elementos que, agindo de forma interdependente, transcenderam os campos de possibilidades dos egressos.

No processo de mudança dos sujeitos foi importante o rompimento de vínculos com os locais de origem e os amigos ainda “envolvidos”, substituídos pela construção de novos laços de interação e pertencimento. Foi necessário também colocar algumas estratégias em prática, como: “se tornar invisível”, mudar o jeito de falar, de andar, de se comportar, cortar vínculos com lugares e pessoas que remetiam ao passado infracional, sair menos de casa, evitar ficar conversando na calçada, mudar a rotina, incorporar “hábitos de cidadão”, elementos que apareceram de modo marcante nas narrativas do Emanuel e do Jeferson.

É válido ressaltar que a saída do “mundo do crime” não se deu, assim, “num estalar de dedos”, como disse um dos interlocutores, pois consistiu em um processo que exigiu tempo, força de vontade, dedicação, exemplos, apoio e oportunidades. Representa, muitas vezes, um processo solitário, como destacou Rosa, pois “*as pessoas continuam acreditando que você não vai mudar, é como se fosse uma luta solitária*”.

Fazia também parte dos objetivos desta pesquisa analisar os projetos de vida dos egressos e sua modificação com o decorrer de suas trajetórias e dos seus campos de possibilidades. Nesse sentido, foi possível constatar duas perspectivas de projetos distintos quando comparado o período de “envolvimento” dos sujeitos com atos infracionais e a partir do momento que ocorre o processo de desligamento das práticas delitivas. No primeiro caso, se observa o foco no tempo presente e a ausência de projetos de vida, ou, quando estes são traçados, estão mais voltados para a continuidade ou agravamento da trajetória infracional. No segundo caso, a dimensão temporal do futuro é privilegiada e os jovens passam a reconstruir suas trajetórias com base em projetos de vida direcionados para a mobilidade social.

Importante salientar que o caminho investigativo e as análises aqui propostas não tiveram a pretensão de esgotar o objeto em análise, mas sim, apresentar uma nova perspectiva de olhar para a temática, ainda pouco explorada, com o objetivo de contribuir com o debate teórico-metodológico e empírico, assim como suscitar inquietações que possam reverberar em pesquisas e reflexões futuras.

Por fim, almejo que as trajetórias de vida dos jovens aqui reconstruídas possam mostrar que outras vivências são possíveis para egressos do Sistema Socioeducativo, mas, para além disso, possam mobilizar outros caminhos e políticas públicas para/de/com as juventudes que contemplem suas especificidades e multiplicidades, possibilitem a vivência de uma cidadania digna, bem como a garantia de direitos e oportunidades, e de preferência sejam capazes de evitar a inserção nas práticas infracionais. Porém, quando não, que a responsabilização desses sujeitos esteja fundamentada nos parâmetros legais, oferecendo estrutura e práticas pedagógicas de ressocialização e não simplesmente uma extensão das vulnerabilidades e violações de direitos, como se tem observado nos Centros Socioeducativos de privação de liberdade, como os vivenciados pelos sujeitos. Nessa perspectiva, espero que, em um futuro próximo, histórias como as dos interlocutores desta pesquisa se tornem a regra e não a exceção no contexto do Sistema Socioeducativo brasileiro e cearense, e que de fato o Estado tenha um papel mais promissor nesse processo de ressignificação das trajetórias e projetos de vida dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Pedro. Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade. **Sociologia, problemas e práticas**, [S. l], n. 41. p. 93-115, 2003. Disponível em: <http://www.observatoriодоensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/identidades-juvenis-e-dinc3a2micas-de-escolaridade-pedro-abrantes.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015.
- AFRICANO, Eduardo. **Ultrapassando as grades e vendo além dos muros**. Fortaleza: Ed. do autor, 2020.
- ALMEIDA, Jorddana Rocha de. **No fio da navalha**: sentidos das experiências e projetos de futuro de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AREFX8/1/2017__jorddana__disserta__o_v_final3__fl_.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.
- ALMEIDA, Marilis Lemos de. Caminhos plurais de inserção juvenil: jovens entre políticas públicas, trabalho e universidade. *In*: Encontro anual da ANPOCS, 40, 2016, Caxambu. **Anais [...]** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2016. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st04-8/10158-caminhos-plurais-de-insercao-juvenil-jovens-entre-politicas-publicas-tabalho-e-universidade/file>. Acesso em: 02 maio 2017.
- ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do código de menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000720512>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- ALVAREZ, Marcos César; LOURENÇO, Luiz Claudio; SALLA, Fernando. Abandono e delinquência em São Paulo (1925-1935): elementos para uma genealogia da punição e do controle social voltados para os jovens internados. *In*: Encontro anual da ANPOCS, 40, Caxambu. **Anais [...]** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st03-8/10541-abandono-e-delinquencia-em-sao-paulo-1925-1935-elementos-para-uma-genealogia-da-punicao-e-do-controle-social-voltados-para-os-jovens-internados/file>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- ALVES, Maria Zenaide. **Ser alguém na vida**. Condição juvenil e projetos de vida de jovens moradores de um município rural da microrregião de Governadores Valadares-MG. 2013. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/ser_alguem_na_vida_.pd f. Acesso em: 03 jun. 2017.
- ALVES, Maria Zenaide; DAYRELL, Juarez. Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1455-1471, dez., 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1455.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Marcela Silva; BARROS, Vanessa Andrade de. O jovem egresso da medida socioeducativa de internação: repercussões psicossociais. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** [Online], Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 37-53, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672018000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2018.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. *In*: FALEIROS, Vicente de Paula. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 153-202.

BANDO invade centro socioeducativo em Fortaleza, retira e mata quatro jovens. **G1 Ceará**, Fortaleza, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/grupo-invade-centro-socioeducativo-retira-internos-e-mata-4-adolescentes-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BARROS, Betina Warmling. **A coerência da crueldade: os significados da violência extrema para os envolvidos no tráfico de drogas no Rio Grande do Sul**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/206422>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BARROS, João Paulo Pereira *et al.* “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.9, n.1, p. 117-128, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/30781>. Acesso em: 10 out. 2018.

BARROS, João Paulo Pereira; BENÍCIO, Luís Fernando de Souza. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 34-43, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19313>. Acesso em: 10 out. 2018.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 36. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERETTA, Regina Célia de Souza. **Um dos desafios da questão social: adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Araraquara-SP**. 2010. 228 f. (Tese de Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Tese_Regina.pdf. Acesso em: 02 mai. 2017.

BOEIRA, Daniel Alves. **CPI do menor**: infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976). 2018. 243f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2553/Daniel_Alves_Boeira_final_15713400889273_2553.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

BOEIRA, Daniel Alves. Menoridade em pauta em tempos de ditadura: a CPI do Menor (Brasil, 1975 – 1976). **Revista Angelus Novus**, USP, ano V, n. 8, p. 179-198. 2014.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/107905>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de campo**: a antropologia como categoria. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução 03/2016**, de 13 de maio de 2016. Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação Geral de Direitos Humanos. **Nota Técnica nº 38/2013**, de 22 de agosto de 2013. Orientação às Secretarias Estaduais de Educação para a implementação da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em:

http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/conteudo/nota%20te%CC%81cnica%2038%20_%20sinase.pdf. Acesso em 20 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 18**, de 15 de julho de 2013. Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social, Seção 1, nº 136. Brasília: Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/10142015092348->

resolucao.no.18.de.15.de.julho.de.2013.dispoe.acerca.das.prioridades.e.metas.especificas.para.a.gestao.municipal.do.sistema.unico.d.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12. 594**, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. [**Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**]. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. **Código de menores de 1979**. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1979. Disponível em: Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. **Código de menores de 1927**. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRUSIUS, Analice. **Um dia após o outro, e o que eu quero é mudar**: um estudo sobre jovens egressos de medidas socioeducativas. 2021. 214f. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/10045/Analice%20Brusius_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jun. 2022.

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: entre diversidades, desigualdades e desafios à convivência. In: VIEIRA, Maria Manuel *et al* (org.). **Habitar a escola e as suas margens**: geografias plurais em confronto. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre, 2013.

CEARÁ. **Cada vida importa**: relatório final do Comitê cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=309. Acesso em: 02 jun. 2017.

CEARÁ. **Sistema socioeducativo**: perspectivas e possibilidades para um novo modelo de gestão. [Fortaleza], [2016]. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2018/06/modelo-de-gesto.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

CEARÁ. **Plano estadual decenal de atendimento socioeducativo do Estado do Ceará 2019-2028**. Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, série 3, ano x, nº 230, Fortaleza: Diário Oficial do Estado, 2018. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2020/10/LIVRO-PLANO-DECENAL-OFICIAL.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CEDECA. **Relatório de inspeção ao centro socioeducativo Aldaci Barbosa Mota**. Fortaleza: CEDECA Ceará, 2020. Disponível em: <https://cedecaceara.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Relatorio-Aldaci-com-Capa-Final.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/downloads>. Acesso em: 25 nov. 2018.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Nota técnica**: atlas da violência 2016. n. 17. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Nota técnica**: redução da idade de imputabilidade penal, educação e criminalidade. n. 15. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150921_nt_diest_14_imputabilidade_penal.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

CORREA, Lycinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (org.). **Cadernos temáticos**: juventude brasileira e ensino médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/colecao-cadernos-tematicos-juventude-e-trabalho/>. Acesso em: 20 jun. 2017.

COSTA, Aldemar Ferreira da; *et al.* **Plano municipal de enfrentamento à letalidade na adolescência para a cidade de Fortaleza-CE**. Fortaleza: COMDICA, 2019. Disponível em: https://desenvolvimentosocial.fortaleza.ce.gov.br/images/ANEXO_%C3%80_RES.51-2020PLANO_MUNICIPAL_DE_ENFRENTAMENTO_%C3%80_LETALIDADE_NA_ADOLESC%3%8ANCIA_PARA_A_CIDADE_DE_FORTALEZA.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

COSTA, Ana Paula Motta. Os direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e sistema constitucional brasileiro. *In*: CRAIDY, Carmem Maria;

SZUCHMAN, Karine (org.) **Socioeducação: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da. É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, dez., 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200009. Acesso em: 15 jul. 2018.

COUTINHO, Priscila. Bernard Lahire e a sociologia na escala individual: reflexões sobre trajetórias e biografias. *In: Blog Sociofilo*, Rio de Janeiro, dez. 2016. Disponível em: <https://blogdosociofilo.wordpress.com/2016/12/11/video-priscila-coutinho-bernard-lahire-e-a-sociologia-na-escala-individual-reflexoes-sobre-trajetorias-e-biografias/>. Acesso em: 22 out. 2017.

CUNHA, Eliseu de Oliveira. **A desistência do crime entre egressos do sistema socioeducativo: uma leitura semiótico-cultural**. 2022. 306 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Salvador, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34840/1/tese_doutorado_eliseu_cunha_ppgpsi_ufba.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

DA SILVA JÚNIOR, Roberto. **Instituto Carneiro de Mendonça: histórias, memórias e práticas educativas**. 2018. 273 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/35510>. Acesso em: jun. 2021.

DAYRELL, Juarez. Juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. *In: VIEIRA, Maria Manuel et al (org.). Habitar a escola e as suas margens: geografias plurais em confronto*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre, 2013.

DAYRELL, Juarez. A Escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 18 ago. 2022.

DAYRELL, Juarez. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. *In: Juventude e escolarização: os sentidos do ensino médio*, [S. l.], Salto para o futuro, ano XIX, boletim 18, p. 16-23, nov. 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012176.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DO BRASIL, Cristina Indio. Mulheres aumentam escolaridade em relação aos homens, mostra pesquisa. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2019. Caderno de Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/mulheres-aumentam-escolaridade-em-relacao-aos-homens-mostra-pesquisa/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BORGES, Messias. Seis anos após Chacina do Curió, dos 34 PMs acusados apenas 8 estão aptos a irem a julgamento. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 nov. 2021. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/seguranca/seis-anos-apos-chacina-do-curio-dos->

34-pms-acusados-apenas-8-estao-aptos-a-irem-a-julgamento-1.3158095. Acesso em: 03 fev. 2022.

DIÓGENES, Luã; SOUZA, Sabrina. Mães integram movimento de amparo e justiça após filhos vitimados por ações policiais no Ceará. **G1 Ceará**, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/01/14/maes-integram-movimento-de-amparo-e-justica-apos-filhos-vitimados-por-acoes-policiais-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2021.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998. 246 p.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, 2017.

EVANGELISTA, Dalmo de Oliveira. **Barreiras da sobrevivência**: angústias e dilemas de jovens infratores pós-institucionalização. 2008. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13694>. Acesso em: 10 out. 2018.

FACHINETTO, Rochele Fellini. Juventude e violência: onde fica o jovem numa sociedade “sem lugares”? *In*: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

FÓRUM DCA. **4º Monitoramento do sistema socioeducativo do Ceará**: meio fechado, meio aberto e sistema de justiça juvenil. Fortaleza: Fórum DCA, 2017. Disponível: <https://cedecaceara.org.br/index.php/publicacoes/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FÓRUM DCA. **Monitoramento das unidades de privação de liberdade de adolescentes no Estado do Ceará**. Fortaleza: Fórum DCA, 2008. Disponível em: <https://cedecaceara.org.br/index.php/publicacoes/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FÓRUM DCA. **Monitoramento do sistema socioeducativo**: diagnóstico da privação de liberdade de adolescentes no Ceará. Fortaleza: Fórum DCA, 2011. Disponível em: <https://cedecaceara.org.br/index.php/publicacoes/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FÓRUM DCA. **Monitoramento do Sistema Socioeducativo**: liberdade assistida, privação de liberdade e sistema de justiça. Fortaleza: Fórum DCA, 2014. Disponível em: <https://cedecaceara.org.br/index.php/publicacoes/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCISCO, Julio Cesar; LIMA, Agnaldo Soares; GROppo, Luís Antonio. Tramitação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional (1989-1990). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/15252>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FRANCO, Cássio Silveira; FREITAS, Raquel Coelho de; CARVALHO, Luiz Ramom Teixeira (org.). **Liberta**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2019.

GERMANO, Idilva. **Aplicações e implicações do método biográfico de Fritz Schütze em Psicologia Social**. Maceió: ABRAPSO, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28099>. Acesso em: 08 mai. 2019.

GERMANO, Idilva; BESSA, Letícia Leite. Pesquisas narrativo-dialógicas no contexto de conflito com a lei: considerações sobre uma entrevista com jovem autora de infração. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 3, set., 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300014. Acesso em: 04 out. 2018.

GERMANO, Idilva; SERPA, Francisca Adriana da Silva. Narrativas autobiográficas de jovens em conflito com a lei. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, p. 09-22, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2290/229017563003.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2015.

INSEGURANÇA ALIMENTAR E COVID-19 NO BRASIL. Inquérito Nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede PENSSAN, 2021. 66 p. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014. 200p.

JOCA, Alanandre Martins. **Levados por anjos**: modos de vida, educação e sexualidades juvenis. 2013. 351 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7667>. Acesso em: 24 out. 2018.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JOVENS, do centro de semiliberdade são executados em Fortaleza. **G1**, Fortaleza, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/11/jovens-de-centro-de-semiliberdade-sao-executados-em-fortaleza.html>. Acesso em: 21 jul. 2022.

KOERICH, Bruna Rossi. **Entre trajetórias, desejos e (im)possibilidades**: projetos de futuro na socioeducação de meio aberto. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8221?mode=full>. Acesso em: 20 out. 2018.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 49, p. 11-42, 2005. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/49/517.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Revillard e Didier Martin. Porto Alegre: Artmed, 2004a.

LAHIRE, Bernard. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, mai./ago., 2004b. Entrevista concedida a Maria da Graça Jacintho Setton. Tradução de Eugênio Vinci de Moraes e Maria A. C. Cappello. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200009. Acesso em 21 out. 2017.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, Projetos de Vida e Ensino Médio. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 17, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302011000400010&script=sci_arttext. Acesso em: 04 fev. 2015.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Sociologia** [Online], v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 out. 2018.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. 288f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09032012-132410/pt-br.php>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos; CATÃO, Maria de Fátima Fernandes Martins; LIMA, Claudia Maria Pereira de. Representações sociais do projeto de vida entre adolescentes do ensino médio. **Psicologia Ciência e Profissão**, 29 (3), p. 544-557. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v29n3/v29n3a09.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MARINHO, Fernanda Campos. **Jovens egressos do sistema socioeducativo: desafios à ressocialização**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13460/1/2013_FernandaCamposMarinho.pdf. Acesso em: 12 ago. 2018.

MELO, Juliana; PAIVA, Luiz Paiva S. Violências em territórios facionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará. **Revista USP**, São Paulo, n.129, p. 47-62, abr./mai./jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/188621>. Acesso em: 04 mai. 2022.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

MÉNDEZ, Emilio Garcia. **Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino americano**. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/publicacoes/PortalABMPPublicacao88.doc>. Acesso em: 09 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. **Lua Nova**, v. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/?lang=pt>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007. 224p.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Esc. Enferm. USP** [Online], São Paulo, v. 48, n. 2, p. 193-199, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

NOGUEIRA, Cláudio Marques. **A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da Educação**. Goiânia: Anais da 36ª Reunião Nacional da ANPED, 2013.

OLIVEIRA, Adriana Raquel F. Costa; SOUZA, Rafael Barreto; FLORES, Tarsila. **Adolescentes privadas de liberdade: relatório da missão conjunta no Ceará, Distrito Federal, Paraíba e Pernambuco**. Brasília: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura,

2019. Disponível em: <https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2020/03/relatc393rio-adolescentes-privadas-de-liberdade.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, Viviane Netto Medeiros de. **E depois do médio?** Expectativas de futuro de jovens com percursos escolares irregulares. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_b0thy55Q_IVFVqRlhZZ3hpbkE/view. Acesso em: 20 jul. 2017.

OLIVEIRA, Luciana Barroso de. **FEBEMCE: entre meninos e histórias – um resgate da memória da Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará.** 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3366>. Acesso em: 15 abr. 2021.

OLIVEIRA, Ramon de. Por uma educação profissional democrática e emancipatória. *In: OLIVEIRA, Ramon de (org.). Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate.* Campinas: Papirus, 2012. p. 83-104.

OLIVEIRA, Thales Cezar de. Ato infracional e as medidas socioeducativas: efetividade e aplicação das medidas previstas no ECA. *In: CAVALCANTI, Ana Elizabeth Lapa Wanderley; LEITE, Flávia Piva Almeida. Direito da infância, juventude, idoso e pessoas com deficiência.* São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, Thiago Rodrigues; ALVAREZ, Marcos César. Pastas e prontuários do “Complexo do Taubaté” (São Paulo/SP – 1990-2006). *In: Encontro anual da ANPOCS, 38, 2014, Caxambu. Anais [...]* São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2014.

PADOVANI, Andréa Sandoval. **Futuros (im)possíveis:** trajetórias construídas por adolescentes e jovens autores de ato infracional. 2017. 282 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em psicologia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Salvador, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25087/1/Tese%20-%20Andr%c3%a9a%20Sandoval%20Padovani.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscoites:** jovens, trabalho e futuro. Lisboa: AMBAR, 2005.

PAIS, José Machado. A transição dos Jovens para a vida adulta. *In: PAIS, José Machado. Culturas juvenis.* 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PAIVA; Lemos de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. **Adolescentes em conflito com a lei:** entre o prescrito legal e a prática social. *In: COLAÇO, Veriana et al (org.).* Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

PAIVA, Luiz Fábio S. O domínio das facções nas periferias de Fortaleza-CE. **TOMO**, n. 40, p. 87-122, jan/jun. 2022. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/16711>. Acesso em: 04 ago. 2022.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZdSryHB3Y6Ph48C36pQrfLw/?lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2020.

PAIVA, Luiz Fábio S.; FREITAS, Geovani Jacó de. Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 18, n. 2, p. 115-128, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/42379>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PAULA, Liana de. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 27-43, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/v3MzCJ63pQvkkGcZQBSxTsK/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2021.

PAULA, Liana de. Práticas socioeducativas e garantia de direitos: pensando a (des)constituição do sujeito de direitos a partir da internação de adolescentes. *In*: Encontro anual da ANPOCS, 39, Caxambu. **Anais [...]** São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt36/9784-praticas-socioeducativas-e-garantia-de-direitos-pensando-a-des-constituicao-do-sujeito-de-direitos-a-partir-da-internacao-de-adolescentes/file>. Acesso em: 22 abr. 2021.

PAULA, Liana de; LIMA, Renato Sérgio de. Violência e juventude: o sistema brasileiro de atendimento socioeducativo. **Cadernos Adenauer IX**, n. 14, p. 71-83. 2008. Disponível em: https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/renato_s_de_lima_violencia_e_juventude_o_sistema_brasileiro_de_atendimento_socioeducativo.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Masculinidades e sociabilidades: compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 701-730, Jul./ago./set., 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7239>. Acesso em: 20 mai. 2017.

PIMENTA, Melissa de Mattos. “**Ser jovem**” e “**ser adulto**”: identidades, representações e trajetórias. 2007. 464f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-15052007-111215/pt-br.php>. Acesso em: 15 maio 2021.

PRADO, Anihelen Cristine Gonçalves. **O jovem egresso do sistema socioeducativo e seu acesso a políticas sociais**: como prossegue a história? 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/dissertacao-anihelen-prado.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

QUEIROZ, Carlos. **Meninos de Deus**: meninos que reencontraram a vida entre lágrimas e esperança. Fortaleza: Carlinhos Peregrino, 2019.

RAMIDOFF, Mário. **Direito socioeducativo**: responsabilização diferenciada de adolescente. [S.l.]: Independently Published, 2019.

RAMOS, Lázaro. [**Entrevista com Lázaro Ramos**]. Entrevistador: Edu Carvalho. [S.l.], 2022. 1 vídeo (1h49min). Publicado no canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oca5C6bwXOY&t=1131s>. Acesso em: 20 maio. 2022.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 97-149.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-30.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percursos históricos e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

ROLIM, Marcos. **A formação de jovens violentos**: para uma etiologia da disposicionalidade violenta. 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102225/000931115.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSENTHAL, Gabriele. **História de vida vivenciada e história de vida narrada**: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa**: uma introdução. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Prefácio. *In: SILVA, Ana Paula Soares de. (Des) continuidades no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de infratores.* São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SÁ, Leonardo Damasceno de; AQUINO, Jania Perla Diógenes de. A “guerra das facções” no Ceará (2013-2018): sociabilidade armada e disposição viril para matar ou morrer. *In: Encontro Anual da ANPOCS, 42, Caxambu. Anais [...] São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2018.* Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt35-10/11420-a-guerra-das-faccoes-no-ceara-2013-2018-socialidade-armada-e-disposicao-viril-para-matar-ou-morrer/file>. Acesso em: 17 maio 2021.

SALES, Celecina de Maria Veras. Pesquisa qualitativa: cartografando novos percursos na produção do conhecimento. *In: SALES, Celecina de Maria Veras; DAMASCENO, Maria Nobre (coords.). O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa.* Fortaleza: UFC, 2005. p. 65-86.

SANCHES, Jéssica; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Medidas socioeducativas e o direito à educação. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 156-173, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/19968/13316>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SANTOS, Hermílio. Apresentação à edição brasileira. *In: História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas.* Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017.

SILVA, Amanda Santos. **De menor infrator ao adolescente em conflito com a lei: um estudo sobre o sistema socioeducativo.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17732/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Amanda%20Santos%20Silva.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, Vinicius Mauat da. **Mortalidade dos egressos da FASE-RS: 2002-2012.** 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149958>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SILVEIRA FALEIROS, Eva Teresinha. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil colônia e no Império. *In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 203-222.

SOARES, Janine Borges. A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica. *Revista do Ministério Público*, Rio Grande do Sul, n. 51. p. 257-286., 2003. Disponível em:

https://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1274205429.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

SOUZA, Francisca Lidiane Araújo de. **Trajetórias escolares e experiências de escolarização trilhadas por jovens universitárias/os das camadas populares**. 2019. 253f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/45854>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SOUZA, Michele Morgana da Silva. **Adolescente em conflito com a lei: rompendo com a trajetória de infração**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10251/1/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20Michele%20Morgana%20da%20Silva%20Souza.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a História de Vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-125, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo social**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, jan./dez, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701993000100161&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 05. jul. 2017.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”**. Caxias do Sul: Educs, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO. Relatório de Gestão 2016-2022. Fortaleza: SEAS, [2022-2023]. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2022/12/002-REL-DE-GESTAO-ebook-baixa.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

TIRANDO o véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil. São Paulo: Plan International, [200-]. 104 p. Disponível em: <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Tirando-o-veu-estudo-casamento-infantil-no-brasil-plan-international.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VIEIRA, Alessandra Oliveira Machado; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes. Promoção do desenvolvimento subjetivo do adolescente por meio de intervenção psicopedagógica no contexto socioeducativo. In: LAGO, Marilúcia Pereira do; MOZZER, Geisa Nunes de Souza; SANTIBANEZ, Dione Antonio (org.). **Adolescência: temores e saberes de uma sociedade de conflito**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

VINUTO, Juliana; ABREO, Leandro de Oliveira; GONÇALVES, Hebe Signorini. No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24.1, p. 54-77, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/126635/133152>. Acesso em: 10 abr. 2022.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. *In*: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 287-321.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: FLACSO, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em: 25 nov. 2018.

WELLER, Wivian. Narrativas biográficas de jovens: o que seus destinos revelam? *In*: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (org.). **Narrativas juvenis e espaços públicos**: olhares de pesquisas em Educação, Mídia e Ciências Sociais. Niterói: Editora da UFF, 2014.

VANDENBERGHE, Frédéric. **A sociologia na escala individual**: Margaret Archer e Bernard Lahire. Tradução de Gabriel Peters. [S.l.]: Sociofilo, 2007. Disponível em: <https://blogdosociofilo.wordpress.com/2017/06/13/a-sociologia-na-escala-individual-1-por-frederic-vandenberghe/>. Acesso em: 13 jun. 2017.

VICENTIN, Maria Cristina G. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec, 2005.

ZANELLA, Maria Nilvane. Adolescentes em conflito com a lei e escola: uma relação possível? **Rev. Bras. Adolescência e conflitualidade**, 2010, p. 4-22. Disponível em: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/239>. Acesso em: 25 nov. 2019.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) por Ana Paula Neves Lopes a participar da pesquisa intitulada “Construindo o *improvável*: trajetórias de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas”, a qual tem como objetivo, em linhas gerais, compreender como jovens egressos de medidas socioeducativas têm conseguido ressignificar suas trajetórias de vida. Leia atentamente as informações abaixo e faça as perguntas que desejar para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Para o desenvolvimento deste estudo você participará de uma entrevista, que poderá ocorrer em um ou mais encontros. A mesma será gravada e transcrita na íntegra, garantindo-lhe o anonimato e o caráter confidencial das informações fornecidas. Os dados coletados poderão ser utilizados em publicações e eventos científicos por meio de nomes fictícios, preservando assim a sua identidade. A entrevista será realizada conforme sua disponibilidade, no seu domicílio ou local de sua preferência, em ambiente tranquilo e reservado, com duração média de sessenta minutos.

No decorrer da entrevista a pesquisadora responsável estará atenta para minimizar qualquer risco moral ou emocional. No entanto, se algumas lembranças gerarem desconforto, você poderá interromper a entrevista imediatamente. Fica livre sua decisão quanto à continuidade da mesma em outro momento ou não. A sua participação na pesquisa não lhe trará benefícios diretos, porém, sua colaboração contribuirá para o avanço do conhecimento sobre a temática e os resultados poderão auxiliar na elaboração de políticas públicas para a melhoria do sistema socioeducativo do Ceará e do Brasil, e, principalmente, políticas públicas específicas para os jovens egressos de medidas socioeducativas.

Fica assegurada a sua livre participação, isenta de custos ou remuneração. A sua recusa ou desistência em participar da pesquisa não acarretará qualquer penalidade, pressão ou prejuízo.

Para participar desta pesquisa você deverá autorizar e assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, sendo que uma ficará arquivada com a pesquisadora e a outra será fornecida a você. Com isso você concorda em participar do estudo tendo sido informado do seu objetivo, metodologia e propósitos, concordando com a gravação das entrevistas e com a divulgação dos resultados em publicações e eventos científicos. Caso tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos você poderá entrar em contato com a pesquisadora Ana Paula Neves Lopes pelo e-mail: apnevesl@yahoo.com.br ou pelo telefone: (85) 99732-7307; ou com a orientadora Rochele Fellini Fachineto pelo e-mail: rocheleff@gmail.com.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a participante

Ana Paula Neves Lopes
Pesquisadora Responsável

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM A DIREÇÃO DA
UNIDADE DE SEMILIBERDADE MASCULINA DE FORTALEZA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR DA SEMILIBERDADE MÁRTIR
FRANCISCA**

- 1 Qual a sua idade e formação?
- 2 Poderia falar um pouco da sua trajetória profissional até chegar à Semiliberdade?
- 3 Como surgiu seu interesse em ser diretor da Semiliberdade?
- 4 Poderia fazer uma breve síntese do histórico do Centro de Semiliberdade, do seu surgimento aos dias atuais?
- 5 Como se caracteriza o atendimento aos adolescentes na Unidade?
- 6 Como se dá a rotina dos adolescentes?
- 7 Qual o “perfil” dos adolescentes atendidos? (raça, idade, atos infracionais etc.)
- 8 Qual a capacidade do Centro e quantos adolescentes estão em atendimento no momento?
- 9 Quais as atividades ofertadas aos adolescentes?
 - 9.1 Como se dá a oferta de educação e qualificação profissional? Há parceria com empresas e instituições?
 - 9.2 Como se dá a oferta da assistência religiosa no Centro?
- 10 Qual o quadro de funcionários da instituição?
 - 10.1 Como ocorre a seleção dos funcionários?
 - 10.2 Há reuniões ou treinamentos periódicos? Se sim, com qual objetivo?
 - 10.3 Quantos anos, em média, os funcionários ficam na instituição?
- 11 Como se dá a relação da instituição com os familiares dos adolescentes?
- 12 Quais as principais dificuldades e avanços do Centro no atendimento aos adolescentes?
- 13 Como você avalia os serviços ofertados pela Semiliberdade aos adolescentes?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS – MAIO/2022

PARTICIPANTES: EGRESSOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO CEARÁ

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: ANA PAULA NEVES LOPES

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

• IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Cidade e bairro em que está morando: _____

1. Em relação à cor/raça, você se reconhece como?

- a) () branco
- b) () pardo
- c) () negro
- d) () amarelo
- e) () indígena

2. Qual a sua escolaridade?

- a) () ensino fundamental completo
- b) () ensino fundamental incompleto
- c) () ensino médio completo
- d) () ensino médio incompleto
- e) () ensino superior completo
- f) () ensino superior incompleto
- g) () pós-graduação completa
- h) () pós-graduação incompleta

3. Qual o seu estado civil?

- a) () solteiro/a
- b) () casado/a
- c) () união estável (morando junto)
- d) () separado/a
- e) () outro. Qual? _____

4. Você faz parte de alguma religião?

sim

não

Se sim, qual?

católica.

evangélica. Qual? _____

afro-brasileiras (Umbanda ou Candomblé). Qual? _____

Outra. Qual? _____

5. Com que frequência você vai à igreja?

frequentemente

raramente

nunca

6. Você costuma ler a Bíblia?

sim

não

Se sim, com qual frequência?

frequentemente

raramente

7. Com quem você mora atualmente?

mãe

pai

irmãos. Quantos? _____

esposa/esposo

namorado/namorada

filhos. Quantos? _____

avó

avô

tios/tias. Quantos? _____

primos/primas. Quantos? _____

amigos/amigas. Quantos? _____

Outros. Qual? _____

8. Você tem filhos?

a) sim

b) não

Se sim, quantos? _____

9. Você está trabalhando no momento?

- a) sim
b) não

Se sim, responda as questões a seguir:

7.1 Que cargo/função ocupa no trabalho?

7.2 Qual a carga horária semanal?

9.3 Possui carteira assinada?

- sim
 não

9.4 Há quanto tempo está no trabalho atual?

9.5 Qual a sua renda mensal?

- até 1 salário mínimo;
 de 1 a 2 salários mínimos;
 de 2 a 3 salários mínimos;
 mais de 3 salários mínimos.

9.6 Você gosta/se identifica com o trabalho que está desempenhando?

- sim
 não

Se não, em que área (s) gostaria de estar trabalhando?

9.7 Você está estudando atualmente?

- sim
 não

Se sim, o que está estudando? (ensino regular, cursos profissionalizantes etc.)

10. Assinale as medidas socioeducativas que você cumpriu:

- Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
 Liberdade Assistida (LA)
 Semiliberdade

- Internação Provisória
 - Internação Sanção
 - Internação Definitiva/sentença
11. Há quantos anos você cumpriu medida socioeducativa pela última vez? _____
12. Qual o nível de satisfação com a sua vida hoje?
- ótimo
 - bom
 - regular
 - ruim
 - péssimo
13. Você está enfrentando algumas dessas dificuldades no momento?
- familiar (separação, conflitos etc.)
 - social (problemas na comunidade ou no local de trabalho etc.)
 - financeiro (desemprego, renda insuficiente etc.)
 - saúde (doenças, tratamentos etc.)
 - psicológico (ansiedade, depressão, angústia profunda etc.)
 - Outras. Quais? _____
14. Quais os seus sonhos/planos para o futuro? (descrever tudo o que você ainda deseja conquistar).
- _____
- _____
- _____
15. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação para a pesquisa que você considere importante sobre a sua trajetória de vida e que não tenha sido citada durante as entrevistas ou nesse questionário?

**ANEXO A - AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA INGRESSO E
LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA A PESQUISA NOS
CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE INTERNAÇÃO E
SEMILIBERDADE DO CEARÁ**



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
5.ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Ofício nº. 1710/2019.
Fortaleza, 31 de outubro de 2019.

Ao(a) Ilmo. senhor,
LUIZ RAMON TEIXEIRA CARVALHO
SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
NESTA.

Sr(a) Diretor(a)

Cumprimentando cordialmente, DETERMINO à Vossa Senhoria que autorize o ingresso nas Unidades Socioeducativas da senhora **ANA PAULA NEVES LOPES**, RG N: **5137713433**, CPF: **033.490.623-77**, com a finalidade de levantar informações com os profissionais que possam colaborar com seu projeto de pesquisa, devendo ser resguardado o sigilo das informações pessoais dos socioeducandos, **não podendo ser efetuadas gravações de imagens dos adolescentes internados e mencionados seus nomes, nem mesmo as iniciais destas**, nos termos estabelecidos n ECA – Lei 8069/90, para subsidiar recomendações para o aperfeiçoamento do atendimento socioeducativo das adolescentes no país.

Atenciosamente,

Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves
Juiz de Direito

Ana Paula Neves Lopes

**ANEXO B - AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA INGRESSO E
LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA A PESQUISA NOS
CREAS DE FORTALEZA**



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
5.ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

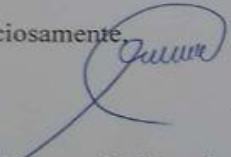
Ofício nº. 1711/2019.
Fortaleza, 31 de outubro de 2019.

Ao(a) Ilmo. senhor,
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE
NESTA.

Sr(a) Diretor(a)

Cumprimentando cordialmente, DETERMINO à Vossa Senhoria que autorize o ingresso nas Unidades do CREAS da senhora ANA PAULA NEVES LOPES, RG N: 5137713433, CPF: 033.490.623-77, com a finalidade de levantar informações com os profissionais que possam colaborar com seu projeto de pesquisa, devendo ser resguardado o sigilo das informações pessoais dos socioeducandos, **não podendo ser efetuadas gravações de imagens dos adolescentes internados e mencionados seus nomes, nem mesmo as iniciais destas**, nos termos estabelecidos n ECA – Lei 8069/90, para subsidiar recomendações para o aperfeiçoamento do atendimento socioeducativo das adolescentes no país.

Atenciosamente,


Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves
Juiz de Direito

